COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE

D. WALDYR CALHEIROS - VOLTA REDONDA

RELATÓRIO FINAL

(2013-2015)

VOLTA REDONDA, 10 DE SETEMBRO DE 2015

MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE

D. WALDYR CALHEIROS – VOLTA REDONDA (2013-2015)

PRESIDENTE – ALEX MARTINS

(ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-VOLTA REDONDA)

VICE PRESIDENTE – VEREADOR JERÔNIMO TELLES

(CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA)

SECRETÁRIO GERAL - LINCOLN BOTELHO DA CUNHA

(GOVERNO MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA)

MEMBRO EFETIVO - MARA LÚCIA BORELLA

(DIOCESE DE BARRA DO PIRAÍ-VOLTA REDONDA)

MEMBRO EFETIVO – OZANAN CARRARA / ANA PAULA POLL

(INSTITUTO CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UFF)

MEMBRO COLABORDOR – MARCOS AURÉLIO R. GANDRA

MEMBRO COLABORDOR – MARLENE FERNANDES

MEMBRO COLABORDOR – VICENTE PAULO DE MELO

ASSESSORA – ANA CRISTINA CARREIRO ALMEIDA

PESQUISADOR E RELATOR - EDGARD D. A. TONOLLI BEDÊ

AGRADECIMENTOS

A Comissão Municipal da Verdade agradece aos 28 pesquisadores (citados nominalmente no 11º caso – Parte IV) que participaram do levantamento de documentos públicos nos arquivos da CSN; agradece à equipe do ICHS-UFF campus aterrado – Projeto FAPERJ: "O 1º Batalhão de Infantaria Blindada na Repressão da Ditadura Militar na Região Sul Fluminense" pelo diálogo e trocas de documentos que subsidiaram este Relatório; agradece ao Prof. Manuel Queirós da Silva e a Rosângela Mª de Sá Marins Bedê pelo trabalho competente e generoso de ambos na revisão deste Relatório; agradece aos estagiários do Centro de Memória Sul Fluminense (ICHS-UFF) pela digitação em banco de dados de todos os registros de documentos públicos dos arquivos da CSN; agradece Ministério Público Federal de Volta Redonda, na pessoa do Dr. Júlio José de Araújo Junior, pelo apoio inestimável às causas maiores da Comissão Municipal da Verdade; agradece à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro pela parceria em nossas lutas, pesquisas e atividades públicas; por fim, agradece a todos que confiaram e acreditaram na Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros, em especial, às pessoas (citadas nominalmente ao final desta Introdução) que aceitaram dar seus Testemunhos da Verdade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO Pág. 6

PARTE I - VOLTA REDONDA NA DITADURA CIVIL-MILITAR – 1964 a 1966

1º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS Pág. 30

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR - 1569/64 CONTRA OS SINDICALISTAS DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

2º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS Pág. 101

INQUÉRITO POLÍCIAL MILITAR 1556/64 CONTRA O GRUPOS DOS ONZE

3º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS Pág. 112

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 7478/64 CONTRA O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO EM BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, BARRA DO PIRAÍ E PIRAÍ

PARTE II - VOLTA REDONDA NA DITADURA CIVIL-MILITAR – 1967 a 1969

4º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS Pág. 140

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR CONTRA A JUVENTUDE DIOCESANA CATÓLICA

5º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS Pág. 161

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR CONTRA A AÇÃO POPULAR (AP)

6º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS Pág. 183

PRISÕES DOS SINDICALISTAS E COMUNISTAS

NO 1º BIB PELA "OPERAÇÃO GAIOLA" DO AI-5

7º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS Pág. 209

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR CONTRA D.WALDYR E 16 PADRES

PARTE III - VOLTA REDONDA NA DITADURA CIVIL-MILITAR 1970-1973

8º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS Pag. 255

PRISÕES, TORTURAS E INQUÉRITO POLICIAL MILITAR CONTRA

A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS

9º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS Pág. 330

PRISÕES ILEGAIS, TORTURAS, ASSASSINATOS E DESAPARECIMENTOS

DE SOLDADOS DO 1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA

PARTE IV - VOLTA REDONDA NA DITADURA CIVIL-MILITAR 1974-1984

10º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS Pág. 404

PRISÃO, JULGAMENTO E CONDENAÇÃO DE ROSALICE FERNANDES

11º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS Pág. 432

ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL (ASI-CSN)

PARTE V - A DITADURA TARDIA EM VOLTA REDONDA – 1985 A 1989

12º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS Pág. 454

AGRESSÃO DO EXÉRCITO AOS METALÚRGICOS EM GREVE NA CSN

13º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS Pág. 535

A MORTE DE JUAREZ ANTUNES NO ACIDENTE RODOVIÁRIO

14º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS Pág. 551

EXPLOSÃO TERRORISTA DO MONUMENTO 9 DE NOVEMBRO

EM HOMENAGEM A WALMIR, WILLIAN E BARROSO

PARTE FINAL - RECOMENDAÇÕES Pág. 573

RELATÓRIO FINAL

INTRODUÇÃO

A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS DE VOLTA REDONDA (**CMV-VR**), criada pela Lei Municipal 4.945/2013, colaborará com a Comissão Nacional e a Comissão Estadual da Verdade para esclarecer as circunstâncias, os fatos, vítimas e agentes repressores dos casos graves de violação dos direitos humanos em nossa região. Instalada no dia 10 de setembro de 2013, com sede na OAB/VR, deverá desenvolver seus trabalhos até 10 de setembro de 2015.

Assembleia Geral da ONU, em 2010, estabeleceu o Direito à Verdade como um direito humano fundamental, pleno e completo, de conhecimento sobre as graves violações de direitos humanos, crimes de guerra, genocídio ou crimes contra a humanidade, como uma necessidade para a consolidação da paz. Nesse processo, consolidou-se o direto à verdade como um direito de toda uma sociedade, cuja história contemporânea foi marcada por experiências traumáticas de regimes ditatoriais repressivos, em conhecer o máximo possível sobre os casos, as vítimas, os agentes repressivos. Configurando-se, portanto, uma necessidade política e ética de construção da Memória, Verdade e Justiça na transição tardia da experiência histórica brasileira de democratização.

As comissões da verdade são experiências relativamente recentes na história mundial, sendo a mais antiga datada de 32 anos atrás (1983) na Argentina, imediatamente após a queda da Ditadura com a derrota para a Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas. No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade começou a funcionar 26 anos após o fim da

Ditadura Civil-Militar (que esteve longe de ser derrubada), através de uma via negociada em uma lenta, segura e gradual transição (ou "Abertura"), desde 1974. Dessa forma, as comissões da verdade no Brasil (sejam elas nacional, estaduais, municipais ou institucionais) estão contraditoriamente mediadas por essa transição negociada sem ruptura que caracterizaria a democratização do nosso país.

Mesmo assim, as comissões da verdade no Brasil são condições imprescindíveis para a maioridade da democracia nacional porque promovem o encontro da Nação com os crimes contra os direitos humanos praticados pelo Estado. Essas comissões da verdade operacionalizam uma investigação oficial desses crimes, mas sem poder de polícia, apenas o poder de memória das graves violações, das vítimas e dos violadores. Dessa forma, as comissões da verdade retiram dos escombros das História os casos de crimes políticos que estavam soterrados no esquecimento e na invisibilidade pelo apagamento de memória social. Podem ser destacados como graves violações dos direitos humanos as demissões, perseguições e punições políticas autoritárias de sindicalistas, ou as prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos de corpos de "inimigos internos na guerra contra a subversão" pelos órgãos de repressão da Ditadura.

Nesse trabalho de buscar se aproximar ao máximo da verdade historicamente revelada, as comissões da verdade se tornaram as novas trincheiras da resistência democrática no combate ao apagamento da memória e ao esquecimento dos crimes cometidos pela tirania em nome da Segurança Nacional (sendo os criminosos tanto militares quanto civis). Em outras palavras, as comissões da verdade ainda combatem a Ditadura Civil-Militar, e são consideradas pelos defensores do antigo regime como as novas "inimigas internas", por isso o Exército, a Marinha e a Aeronáutica não abrem seus arquivos dos órgãos de repressão (CIEx, CENIMAR, CISA e DOI-CODI), mesmo com a Lei de Acesso à Informações Públicas de 2011.

Mesmo assim, combates foram travados dentro do Estado para que se criasse a Comissão da Verdade e as condições para sua viabilização. Dentre essas condições, destacam-se: I) Decreto 5.584 de 18 de novembro de 2005 que tornava oficialmente o Arquivo Nacional como acolhedor de todo acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI) da Comissão Geral de Investigações (CGI) e do Conselho Nacional de Segurança (CSN) que até então estavam sob a tutela da Agência Brasileira de Inteligência (ABIM); em 13 de maio de 2009 foi criado no Arquivo Nacional o "Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas" que viabilizou o acesso aos documentos dos órgãos de informações transferidos em 2005 e outros documentos que revelavam a violação dos direitos humanos na Ditadura e valorizou o acesso à informação como um direito de cidadania.; por fim, aprovou-se a Lei de Acesso às Informações Públicas nº 12.527 de 17 de novembro de 2012 que obrigava a abertura de todos os arquivos públicos para a comissão da verdade.

As memórias coletivas foram construídas, reconstruídas, esquecidas e silenciadas no processo de enquadramento pela história oficial, nas quais puderam operar-se esquecimentos, apagamentos de memória, constituindo-se em amnésias social de conteúdos cujas lembranças seriam indesejadas e incômodas. Justamente sobre esse conteúdo da amnésia social buscou-se atuar, na Comissão Municipal da Verdade D. Waldir Calheiros, resgatando-se, da sombra do esquecimento, a memória histórica de resistência à Ditadura.

O Direito à Memória, à Verdade e à Justiça se mostra hoje como um direito tanto individual, no sentido de memória individual das vítimas ou de testemunhos de prisões, torturas, desaparecimentos e assassinatos, quanto um direito coletivo, de toda a sociedade sobre a reconstrução da verdade histórica dos atos criminosos dos Órgãos de Repressão da Ditadura Civil-Militar.

Desse modo, a Memória individual e coletiva materializada em depoimentos compõem, junto com a pesquisa documental, o conhecimento histórico sobre a graves violações de direitos humanos. Esse conhecimento da Verdade viabilizará, por um lado, a Justiça tanto como reparação da história oficial com a consequente denúncia dos perpetradores da violação e das políticas e órgãos de repressão criminosas do Estado; por outro, viabilizará a reparação individual das vítimas e suas famílias sobre os danos causados na esfera física, psíquica, moral, social e material. A construção dessa memória histórica e a restituição da dignidade das vítimas e de suas famílias é uma forma de resistência à violência a eles imposta pelo regime ditatorial, para que nunca mais se repita.

A Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros se constitui um instrumento de democratização da memória histórica, que até o momento se manteve enquadrada pelas forças tardias do antigo regime militar-ditatorial em Volta Redonda, assim como em todos os cantos do Brasil. Dessa forma, reafirma-se que sua existência e atuação contribuirão para fortalecer a democracia como regime de respeito ao direito humano e cidadão à verdade histórica.

Os objetivos que nortearam os trabalhos da CMV-VR foram os seguintes:

1. Esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos em Volta Redonda, no período da ditadura militar;

2. Identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

3. Colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos, observadas as disposições Legais;

4. Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violações de direitos humanos;

5. Promover, com base nos resultados das pesquisas, a reconstrução da história dos casos de violações, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

PESQUISA E TESTEMUNHOS

O pesquisador-historiador da CMV-VR, Edgard Domingos Aparecida Tonolli Bedê foi responsável pela elaboração do plano de trabalho das atividades de pesquisa documental, pela coordenação dos depoimentos de Testemunhos da Verdade, pela coordenação das pesquisas nos arquivos da CSN e pela redação final de todo este Relatório Final.

No trabalho de pesquisa da memória e verdade, além dos testemunhos em vídeos e áudios de atingidos e familiares, buscou-se cruzar os depoimentos com documentos do acervo do Arquivo Nacional (memórias reveladas), do Arquivo Público do Rio de Janeiro, Arquivo da Diocese de Volta Redonda e Barra do Piraí, e do Arquivo do Brasil Nunca Mais. Nesse processo de pesquisa, o trabalho da CMV-VR articulou-se com trabalho de pesquisa da Universidade Federal Fluminense – Campus Aterrado, vinculado à CEV RIO, com o Projeto de pesquisa financiado pela FAPERJ sobre o Quartel do Exército em Barra Mansa (1º BIB, depois 22º BIMTZ) como local de repressão e torturas de presos políticos na Ditadura.

A pesquisa da CMV-VR esforçou-se prioritariamente, em 2014, no levantamento dos casos de graves violações, na compreensão de suas circunstâncias, na identificação e localização dos atingidos e seus familiares, e, principalmente, no convencimento e

conquista de confiança para prestarem seus testemunhos à Comissão da Verdade, além da identificação dos perpetradores e agentes indiretos das violações.

ATIVIDADES DA COMISSÃO DA VERDADE

Os esforços da Comissão Municipal da Verdade na articulação com organizações e instituições da sociedade civil, através do diálogo e parceria, possibilitam, por um lado, o levantamento de informações e documentos sobre os diversos temas relacionados à repressão sistematicamente praticada pelo Estado ditatorial-militar na região (1º BIB) ─ como a parceria com o grupo de pesquisa da Universidade Federal Fluminense do Campus Aterrado ─, por outro, viabilizam atividades de divulgação do trabalho da Comissão com apoio dos movimentos sociais, imprensa local, regional e nacional, TV local, centros universitários locais e regionais, Rede de Ensino Público Municipal e Estadual e Sindicatos e Movimentos Sociais.

A CMV-VR, no dia 12 de setembro, em parceria com a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão da Verdade do Rio, ouviu o testemunho do bispo emérito de Volta Redonda, ***Dom Waldyr Calheiros***;

A CMV-VR, em 19 de Setembro de 2013, realizou sua primeira Reunião Ordinária que a partir daí foi realizada quinzenalmente;

A CMV-VR, em 08 de novembro de 2013, aprovou o Plano de Trabalho, redigido pelo professor Edgard Bedê;

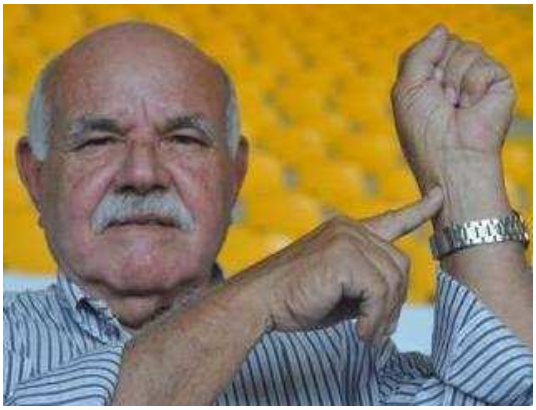
A CMV-VR, em 27 de novembro de 2013, realizou o Primeiro Ato Público em conjunto com a Comissão Estadual da Verdade, na sede da OAB/VR, onde ouviu o depoimento

do Sr. Genival Luís da silva, sindicalista perseguido, membro do PCBR, preso e torturado pelas forças de repressão em 1969;

A CMV-VR, entre 1º e 4 de abril de 2014, organizou e participou do ATO PÚBLICO DE REPÚDIO AOS 50 ANOS DO GOLPE - Em parceria com a UFF/VR;

A CMV-VR, em 7 de março de 2013, realizou a Primeira Audiência Pública no auditório da OAB/VR, com o depoimento de Estrella Dalva Bohadana, militante do POC, presa e torturada no 1º BIB em Barra Mansa e no DOI-CODI no Rio de Janeiro;

A CMV-VR, em 9 de abril de 2014, realizou a Segunda Audiência Pública, no auditório da OAB/VR, com o depoimento de Edir Inácio da Silva, membro do PCBR, preso em 1968 (AI 5) e em 1970 (IPM 65/70) quando foi torturado no 1º BIB junto com os militantes da JOC.



A CMV-VR realizou a Terceira Audiência Pública do Testemunho da Verdade de Rosalice Fernandes no dia 29 de maio de 2014, no auditório da UFF- Campus Aterrado, sobre seu pai Othon Reis, preso em 1964, e sobre sua prisão em 1976.

A CMV-VR, em 5 de maio de 2014, A Comissão da Verdade de Volta Redonda, representada por Lincoln Botelho, Vicente Melo e Edgard Bedê, participou de um debate

em Resende. Organizado pela sociedade civil, o debate teve como foco a criação da Comissão da Verdade de Resende e contou também com a participação da Comissão Estadual da Verdade;

A CMV-VR, em 6 de maio de 2014, A Comissão da Verdade de Volta Redonda participou de uma mesa redonda na faculdade de história da Universidade Severino Sombra, em Vassouras. O pesquisador historiador Edgard Bedê representou a CMV-VR e apresentou o trabalho que vem sendo realizado na Comissão de Volta Redonda. O evento foi organizado pelo Centro Acadêmico de História Nelson Mandela, da USS;

A CMV-VR, em 7 de maio de 2014, a CMV-VR participou da Mesa redonda na UFF/VR, organizada pelo curso de Psicologia Social - projeto Políticas da Memória, e teve a presença do pesquisador Edgard Bedê e do presidente Alex Martins.

A CMV-VR em 27 de julho de 2014 realizou a Caravana da Verdade na Praça Getúlio Vargas, na Vila Santa Cecília, Volta Redonda, com debate, exposição e projeção de depoimentos de Testemunho da Verdade.

A CMV-VR organizou e participou, junto com a CEV Rio, da DILIGÊNCIA da VERDADE, no dia 7 de setembro de 2014, ao antigo quartel do 1º BIB (depois 22º BIMTZ), em Barra Mansa, atual Parque de Exposições da Cidade.

Diligência de reconhecimento ao antigo 1º BIB

Em 07 de Setembro de 2014, a Comissão da Verdade de Volta Redonda e a CEV-Rio fizeram uma diligência de reconhecimento ao antigo 1º Batalhão de Infantaria Blindada, em Barra Mansa.

Participações da CVVR

Reunião da CNV com Comissões Municipais e Estaduais – SP – 19 de Maio de 2014

Programa Aroma Cultural – Canal 13 – 24 de Junho de 2014

Participações da CVVR

Fórum de Participação das Comissões Municipais – CEV Rio – 28 de Junho de 2014

Semana Acadêmica de História – UGB – 19 de Agosto de 2014

Participações da CVVR

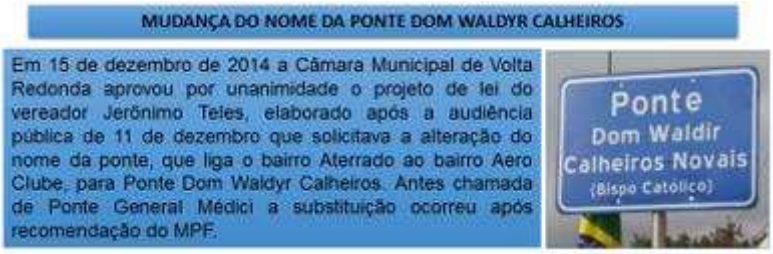
Fórum de Participação das Comissões Municipais – CEV Rio – 28 de Junho de 2014

Semana Acadêmica de História – UGB – 19 de Agosto de 2014

A CMV-VR organizou na semana 5 a 9 de novembro a ‘MARATONA DA VERDADE 9 DE NOVEMBRO” com testemunhos das lideranças sindicais e dos familiares dos três operários mortos pelo Exército na greve de 1988.

MUDANÇA DO NOME DA “PONTE MÉDICI” PARA “PONTE D. WALDYR”

A CMV-VR buscou também trabalhar em sintonia com o Ministério Público Federal de Volta Redonda com o qual operou diversas atividades como a mudança do nome da ponte do Aterrado ao Aero Clube: “Ponte Presidente Médici” para “Ponte Bispo D. Waldyr Calheiros”, apoiada por abaixo assinado de 3 mil cidadãos.



Essa foi uma das realizações políticas desta Comissão Municipal da Verdade que buscou efetivar um de seus objetivos: "recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violações de direitos humanos". Essa realização somente foi viabilizada através de sensibilização da Câmara Municipal de Volta Redonda que acolheu, por unanimidade, a vontade do abaixo assinado solicitando a mudança do nome da Ponte General Emílio Garrastazu Médici em Ponte Bispo D. Waldyr Calheiros de Novaes através de Lei Municipal no dia 15 de dezembro de 2014.

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO AOS ARQUIVOS DA CSN

Esta CMV-VR estabeleceu estreitas parcerias com o Ministério público Federal de Volta Redonda visando "*colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos, observadas as disposições legais*". Dessa maneira, destaca-se uma das maiores conquistas desta parceria: a negociação da

abertura dos Arquivos da CSN, por consenso com representantes da Diretoria da CSN, para esclarecimento dos graves casos de violações dos Direitos Humanos, em conquista inédita no país, tornando-se a primeira Comissão da Verdade a obter acesso aos arquivos públicos de uma empresa (antiga estatal) privatizada.

A partir das decisões do acordo celebrado no MPF, a CMV- VR realizou reuniões de mobilização para adesão de intelectuais comprometidos com o trabalho histórico de levantamento e investigação aos arquivos do acervo CSN, com dois objetivos: primeiro, localizar os arquivos perdidos do período estatal ("arquivo sujo", arquivo ASI; arquivo dos demitidos pelo Ato Institucional de 1964; arquivo da Segurança Administrativa); segundo, preparar a catalogação dos documento públicos (antes da privatização de 1993) pra posterior transferência de todo acervo para o Arquivo Nacional. Esses pesquisadores, em nome da CMV-VR, conseguiram identificar os documentos públicos naqueles arquivos e registrar esses documentos guardados em aproximadamente 6 mil caixas (num acervo de mais de 40 mil caixas). Este trabalho, que obteve reconhecido apoio da Direção da CSN e total atenção da supervisora e dos funcionários do Arquivo Central (CEDOC), apenas deixou de alcançar pleno êxito porque **não** foram disponibilizados os "Arquivos Confidenciais" (DSU e ASI) da CSN do período estatal.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros realizou profundas investigações sobre os crimes do Estado contra quinze soldados (todos de Volta Redonda) no 1º BIB, presos, torturados e, quatro deles, assassinados em 1972 e sobre os crimes do Estado contra os três operários mortos na Greve da CSN em 1988. Nessas investigações

constatou que nem o caso dos quatro soldados mortos e dos onze soldados sobreviventes das torturas no Batalhão do Exército, nem o caso dos três operários da CSN mortos pelo Exército, haviam sido considerados pela Comissão Nacional de Anistia.

A partir de relatório parciais sobre esses dois casos de graves violações dos Direitos Humanos em Volta Redonda, o Ministério Público Federal na pessoa do Procurador Geral da República, Dr. Júlio José Araújo Junior, solicitou o reconhecimento da condição de anistiados políticos aos quinze soldados do BIB e aos três operários mortos da CSN à Comissão Nacional de Anistia. Para a Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros esses processos de anistia constituíram uma de suas maiores realizações para alcançar um de seus objetivos: "*promover, com base nos resultados das pesquisas, a reconstrução da história dos casos de violações, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações*"

Esta Comissão da Verdade estabeleceu parcerias com a Universidade Federal Fluminense através do Projeto "O 1º Batalhão de Infantaria Blindada na Repressão da Ditadura Militar na Região Sul Fluminense", com a Diocese da Igreja Católica, Brasil Nunca Mais e com o Arquivo Nacional (Projeto Memórias Reveladas) para poder "i*dentificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade*". Para atingir esses objetivos, esta Comissão da Verdade pesquisou documentos do Arquivo da Cúria Diocesana, do Arquivo Público do Rio de Janeiro, do Fundo SNI e da Hemeroteca no acervo do Arquivo Nacional, do arquivo do STM no Brasil Nunca Mais.

Nesses dois anos, foram registrados, mediante filmadora e gravador, um total de 98 depoimentos de **Testemunhos da Verdade** prestados por pessoas diretamente ou familiarmente atingidas nos graves casos de violações dos Direitos Humanos em Volta Redonda com o objetivo de "*esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos em Volta Redonda, no período da ditadura militar*".

Este Relatório Final divide-se em 5 partes históricas que abordam Volta Redonda na Ditadura Civil-Militar que corresponderiam aos governos autoritários dos Presidentes: Parte I - Marechal Castelo Branco (Golpe de 64 até 1966); Parrte II - Marechal Costa e Silva (1967-1969); Parte III - General Emílio Garrastazu Médici (1969-1973); Parte IV – General Ernesto Geisel e General João Batista Figueiredo (1974-1985); Parte V – Ditadura Civil-Militar tardia de José Sarney (1985-1989).

A Parte I aborda três casos de graves violações dos Direitos Humanos: IPM da greve na CSN no Golpe de 64; O IPM do Grupo dos Onze em Volta Redonda; e o IPM do PCB. Nesses casos investigados pela pesquisa desta Comissão da Verdade destacam-se, no 1º caso, não somente a ação violenta e tirânica do Estado, mediante prisões incomunicáveis de 77 sindicalistas de Volta Redonda na AMAN, em Resende, de 1 a três meses, como também a ação repressora e autoritária da Direção da CSN que demitiu a todos antecipadamente, sem que houvesse condenação dos indiciados no IPM. A pesquisa descobriu ainda que além desses 77 sindicalistas demitidos, a CSN demitiu também, por terem participado da greve em defesa do Presidente João Goulart e contra o Golpe de 64, outros 113 operários grevistas, mas que não foram processados pelo IPM.

Esse IPM 1569/64 foi cancelado e todos foram inocentados, mas já haviam sido punidos previamente pela Companhia Siderúrgica Nacional, não apenas com as demissões sumárias, mas com o despejo de todas as famílias dos sindicalistas das casas da CSN, sendo todas famílias banidas das políticas culturais, educacionais, recreativas e sociais da empresa. Além disso, o "Arquivo Confidencial" da CSN marcou para sempre os sindicalistas que não conseguiam emprego em nenhum outro lugar, mesmo fora de Volta Redonda.

No 2º caso de graves violações, a pesquisa revelou uma injustiça até agora invisível para a História e soterrada pelos escombros do esquecimento da Ditadura. O

IPM 1556/64 atingiu cinco pessoas indiciadas como suspeitos de fazerem parte do Grupo dos Onze em Volta Redonda, mas apenas dois foram encontrados, julgados pela 3ª Auditoria Militar e presos por 6 meses. Ao recorrem ao STM, foram absolvidos por falta absoluta de provas.

No 3º caso de graves violações, novamente, de modo inédito, a pesquisa da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda revela um processo extremamente autoritário de acusação a 61 pessoas, totalmente sem provas materiais, suspeitos de subversão. O IPM 7478/64 abrange atividades do Partido Comunista Brasileiro nas cidades de Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí e Piraí e inclui lideranças sindicais, comerciantes, operários e profissionais liberais sobre os quais havia alguma suspeita de pertencerem aos comitês municipais e células do PCB. Estavam incluídos nesse IPM, figuras de expressão nacional, como Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Wladimir Pomar, dentre outros.

A Parte II deste Relatório Final aborda mais 4 casos de graves violações do Direitos Humanos. O 4º Caso trata do IPM 1.407/67 contra as quatro lideranças da Juventude Diocesana Católica que, por terem distribuído um panfleto-denúncia sobre a ditadura e a situação social e econômica do Brasil, foram, então, considerados culpados do "ato de subversão" e condenados: três deles cumpriram as penas em quartéis da Aeronáutica que variaram de 10 a 15 meses; o quarto, por ser francês, foi o primeiro a ter pena de banimento na Ditadura. O 5º caso foi uma revelação das pesquisas da CMV-VR que nos arquivos do Brasil Nunca Mais descobriu o IPM 576/68 contra um grupo de operários da CSN organizados em células pela Ação Popular (AP). Esses operários foram presos e condenados a cumprirem penas no presídio da Ilha Grande por causa de pichações e panfletagens do 1º de Maio de 1968.

No 6º caso apresentado nesse relatório ocorreu uma das mais significativas descobertas das pesquisas desta Comissão, que foi a prisão em massa de sindicalistas, trabalhistas, comunistas e católicos progressistas pela "Operação Gaiola" no Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. A pesquisa conseguiu identificar todos os 40 presos no 1º BIB, em Barra Mansa, logo após a publicação do AI-5, em documentos confidenciais do Fundo SNI - Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional e documentos confidenciais do acervo Brasil Nunca Mais da Comissão de Investigação Sumária do Exército.

No 7º caso de graves violações este Relatório apresenta as pesquisas novamente reveladora e inédita da perseguição da Ditadura Civil-Militar através do IPM 853/69 contra o Bispo D. Waldyr Calheiros, o Clero progressista e seus colaboradores leigos inspirados na Conferência de Medelín da "Opção da Igreja da América Latina pelos Pobres". Nessa pesquisa foi encontrado um documento confidencial do Fundo SNI - Arquivo Nacional, do Alto Comando do Exército e do SNI que solicitam ao Presidente Médici a cassação do Bispo D. Waldyr pelo AI-5, por ser considerado um "inimigo interno ardiloso e perigoso ao Regime de 64".

Na parte III do Relatório Final aborda outros 2 casos de graves violações. O 8º caso foi um trabalho revelador e surpreendente realizado pelas pesquisas da CMV-VR que descobriu as prisões e torturas em massa de 30 militantes da Juventude Operária Católica e das organizações de esquerda clandestinas em Volta Redonda. Esses militantes foram torturados pela equipe S2 do 1º BIB (treinada no

Serviço Secreto de Inteligência do Exército), no “ARQUIVO” (sala de tortura), onde também eram mantidos em isolamento no “SUBMARINO” (cela solitária).

No 9º caso também se constitui num dos mais importantes trabalhos de pesquisa da CMV-VR, por revelar toda crueldade, perversidade e atrocidades da equipe de S2 do 1º BIB nas torturas de 15 soldados (sendo 4 deles seviciados até a morte), dentro do “ARQUIVO”. Foram seções de torturas seguidas durante 18 dias em que capitães, tenentes, sargentos e cabos da Equipe de Inteligência Secreta utilizaram métodos do DOI-CODI (choque elétricos, afogamento, “telefones”), métodos escravagistas (chicotadas com cinto militar, com fios elétricos e cordas) e métodos medievais (palmatória e torno de prensa).

Na Parte IV são apresentados outros dois casos de graves violações, em 1976: o caso do ex-vereador cassado pelos colegas da Câmara Municipal de Voltar Redonda no Golpe de 64, Feliciano Eugênio Neto, dirigente do PCB, que, em 1976, foi a preso e torturado no DOI-CODI II (SP), morrendo no Hospital das Clínicas de SP, após ser internado direto da prisão; e o caso da prisão e tortura da suplente de Deputada Estadual pelo MDB, Rosalice Fernandes, no DOPS e no DOI-CODI, seu julgamento e condenação a 1 ano e seis meses de cárcere pela 2ª Auditoria da Marina. Rosalice cumpriu pena no Presídio Talavera Bruce de Bangu, junto com outras presas políticas, dentre elas Jessie Jane. O 11º caso trata da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) da Companhia Siderúrgica nacional e seu controle não apenas sobre empregados da Usina, mas também cidadãos em atividades políticas na cidade de Volta Redonda sem vínculos com a empresa. A ASI era os olhos e ouvidos da CSN e do SNI na Usina e na cidade do aço.

A Parte V aborda os três últimos casos de graves violações dos direitos humanos na Ditadura Civil-Militar tardia em Volta Redonda, ou seja, na Cidade do Aço os militares

ainda não haviam “voltado aos quartéis”. O 12º caso apresenta a agressão militar aos metalúrgicos em greve na CSN, em 9 de novembro de 1988, e o assassinato dos três operários por tropas do Exército e o ferimento de trinta e cinco pessoas, pela primeira vez identificadas através das pesquisas da Comissão. Nesse caso, cabe destacar o enfoque da pesquisa no sofrimento das famílias de Walmir, Willian e Barroso numa dor e angústia que traumaticamente nunca terminaram.

O 13º caso trata da morte do Prefeito operário e líder sindical Juarez Antunes em acidente suspeito. Dentre os argumentos para manter a dúvida sobre ter sido mero acidente, está principalmente na informação prévia que D. Waldyr recebeu de policiais amigos de que ele e Juarez estavam marcados para morrer num acidente, para não parecer assassinato.

Por fim, o 14º caso trata da explosão terrorista, no dia 2 de maio de 1989 (horas após a inauguração) do Monumento 9 de Novembro, em homenagem aos três operários mortos pelo Exército. A pesquisa da Comissão identifica a incriminação do Comandante do Batalhão de Forças Especiais do Exército pelas denúncias de um ex-capitão desse batalhão, este havia recebido, daquele Comandante, as ordens para explodir o monumento e se negou a cumpri-la, tendo sido expulso do Exército por falsas acusações, num processo em que, esse mesmo ex-capitão, foi absolvido pelo Supremo Tribunal Militar. A CMV-VR identificou também como suspeita a morte do Soldado Charles Fabiano uma semana antes de depor com principal testemunha da explosão, por estar de plantão próximo ao monumento.

TESTEMUNHOS DA VERDADE

1. Genival Luiz da Silva (OPERAÇÃO GAIOLA-68)
2. Lincoln Botelho da Cunha (OPERAÇÃO GAIOLA-68)
3. Vicente Paulo de Melo (OPERAÇÃO GAIOLA-68)
4. Geralsélia Ribeiro da Silva (SOLDADOS DO BIB 72)

5. Maria Aparecida da Silva (SOLDADOS DO BIB 72)
6. Jurani Aparecida da Silva (SOLDADOS DO BIB 72)
7. Estrella Dalva Bohadana (JOC 70)
8. Antônio Liberato Jeremias (JOC 70)
9. Arly Matildes Amorim (JOC 70)
10. Maria Ruth Jeremias (JOC 70)
11. Francisco Gomes Assunção (JOC 70)
12. Edir Alves de Souza (JOC 70)
13. Jose Ventura (JOC 70)
14. Emídio Jeremias (JOC 70)
15. Jorge Gonzaga (JUDICA 67)
16. Schetino Mota (JOC 70)
17. Maria Auxiliadora Mota (JOC 70)
18. Bernardo Luiz Mauricio Santos (OPERAÇÃO GAIOLA-68)
19. Sergio Diolindo (JOC 70)
20. Edir Inácio da Silva (JOC 70)
21. Marlene Fernandes (JOC 70)
22. João Batista da Silva (JOC 70)
23. Guido Tranin (JOC 70)
24. Cirilo Tranin (JOC 70)
25. Carlos Rosa de Azevedo (JUDICA 67)
26. Ir Elizabeth Alves (JUDICA 67)
27. Padre Sano (JUDICA 67)
28. Vani Amaral Bedê (OPERAÇÃO GAIOLA-68)
29. Waldyr Leonel Tonolli Bedê (OPERAÇÃO GAIOLA-68)
30. Marina Gigante Rodrigues (GOLPE 64)
31. Celio de Jesus Marcelo (GOLPE 64)
32. Newton Carraro (AP - 68)
33. Rosalice Magaldi Fernandes (PRISÃO DE ROSALICE - 76)
34. Cleide de Lima Leão (GOLPE 64)
35. Sheyla Regina Santos Lima (GOLPE 64)
36. Sergio Roberto dos Santos Lima (GOLPE 64)
37. Pôncio da Silva Defaveri (JOC 70)
38. Isaura da Silva Defaveri (JOC 70)
39. Regina Confort Nascimento (JOC 70)
40. Igor Confort Nascimento (JOC 70)
41. Benedito Matos da Costa (AP - 68)
42. Zélia dos Santos Aguiar (GOLPE 64)
43. Elizélia dos Santos Aguiar (GOLPE 64)
44. Maria Aparecida Correia da Silva (GOLPE 64)
45. Jorge Roberto Dias Leão (GOLPE 64)
46. Brazilina Vieira Dalboni (GOLPE 64)
47. Ivan Santos Estrela (GOLPE 64)
48. Vilma Dias Leão (GOLPE 64)
49. Pe. Natanael de Moraes Campos (JOC 70)
50. Antônio Carlos Santini (OPERAÇÃO GAIOLA-68)
51. Pedro Virote (SOLDADOS DO BIB 72)
52. Maria Helena de Oliveira (SOLDADOS DO BIB 72)
53. Celso de Oliveira (SOLDADOS DO BIB 72)
54. José Getúlio Novo Pauferro (SOLDADOS DO BIB 72)

55. Maria Aparecida de Araújo Régio (GOLPE DE 64)
56. Marco Antônio da Rosa (JOC 70)
57. Sd Humberto BIB (SOLDADOS DO BIB 72)
58. Marcelo Felício (GREVE 88– MORTE DO JUAREZ – MONUMENTO)
59. Claudio Clímaco Filho (GOLPE 64)
60. Valter Soares de Matos (SOLDADOS DO BIB 72)
61. Geralsélia Ribeiro da Silva – 2º depoimento (SOLDADOS DO BIB 72)
62. Darcília Rosângela de Jesus Marcato (SOLDADOS DO BIB 72)
63. Maria Conceição dos Santos (GREVE 88)
64. Adel Carlos Olímpio (GREVE 88)
65. Wanderlei Barcelos de Souza (GREVE 88 – JUAREZ - MONUMENTO)
66. Idelfonso Albano de Paula (GREVE 88)
67. Nilson Carneiro Sales (GREVE 88)
68. Hélio Monção Dutra (GREVE 88)
69. Marcio Domingues da Anunciação (GREVE 88)
70. José do Carmo Machado de Oliveira (GREVE 88)
71. Tarcísio Xavier Pereira (GREVE 88)
72. Luis Antonio Vieira Albano (GREVE 88– JUAREZ – MONUMENTO)
73. Jessie Jane Vieira de Souza (GREVE 88– JUAREZ – MONUMENTO)
74. Colombo Vieira de Souza Júnior (GREVE 88– JUAREZ – MONUMENTO)
75. Luiz de Oliveira Rodrigues (GREVE 88 - JUAREZ – MONUMENTO)
76. Carlos Alexandre Honorato (GREVE 88– JUAREZ – MONUMENTO)
77. Maria Aparecida Diogo Braga (GREVE 88)
78. Ernesto Braga Sagado de Andrade (GREVE 88)
79. Isaque Fonseca (GREVE 88– MORTE DO JUAREZ – MONUMENTO)
80. Doralice Batista Machado (SOLDADOS DO BIB 72)
81. Adriana Freitas Monteiro (GREVE 88)
82. Aline Brandão Monteiro (GREVE 88)
83. Domingos Balbino Bento (JOC 70)
84. Luis Henrique de Castro Silva (GREVE 88)
85. Rita de Cássia Barroso (GREVE 88)
86. Carlos Darc Ramos (GREVE 88)
87. Sebastialina Teixeira de Carvalho (OPERAÇÃO GAIOLA-68)
88. Margareth Fernandes Leite (GREVE 88)
89. Frederico (JOC 70)

RELATÓRIO FINAL

PARTE I

GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

EM

VOLTA REDONDA

NO

GOLPE DE 64

E NA

DITADURA CIVIL-MILITAR 1964-1966

RELATÓRIO FINAL

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE

D. WALDYR CALHEIROS – VOLTA REDONDA

PARTE I

GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA NO GOLPE DE 64 E NA DITADURA CIVIL-MILITAR 1964-1966

1º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

EM VOLTA REDONDA

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR - 1569/64
CONTRA OS SINDICALISTAS DA
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

2º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

EM VOLTA REDONDA

INQUÉRITO POLÍCIAL MILITAR 1556/64

CONTRA O GRUPOS DOS ONZE

3º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

EM VOLTA REDONDA

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 7478/64

CONTRA O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

EM BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, BARRA DO PIRAÍ E PIRAÍ

1º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES

DOS DIREITOS HUMANOS

EM

VOLTA REDONDA

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR - 1569/64

CONTRA OS SINDICALISTAS

DA

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

1º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA

GOLPE CIVIL-MILTAR DE 1964 CONTRA OS SINDICALISTAS DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

GOVERNO DEMOCRÁTICO JOÃO GOULART (1961-1964) E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1º DE ABRIL DE 1964

O governo João Goulart, principalmente a partir de 1963, tentou viabilizar as "Reformas de Base" que expressavam os ideais do conjunto das forças sociais articuladas em torno do projeto político popular-nacionalista. Esse projeto visava realizar no Brasil a política de bem-estar social, através do desenvolvimento do industrialismo nacional conjugado com o trabalhismo. Esse projeto popular-nacionalista pressupunha um pacto político entre o empresariado nacional e as forças sindicais operárias, as ligas camponesas e setores médios urbanos progressistas.

Dentre as reformas propostas (bancária, tributária, urbana, eleitoral, educacional etc.), aquela que concentrou maior esforço e centralidade política do governo e dos movimentos sociais foi a Reforma Agrária. Para as esquerdas, notadamente o PCB, a luta pela Reforma Agrária era uma questão fundamental, não somente no aspecto socioeconômico de elevação de nível das forças produtivas nacionais, como, principalmente, no aspecto político de fortalecimento da aliança da classe operária com a classe camponesa (e assalariados rurais) a fim de liquidar o monopólio do latifundiário sobre a terra.

O bloco de oposição de Direita, na visão da esquerda nacional-reformista, era constituído de quatro forças sociais fundamentais: capital imperialista, empresários importadores, latifundiários e grupos conservadores e elitistas. Defender a Reforma Agrária, para o bloco de Esquerda, era enfraquecer a "aliança entreguista" dos setores conservadores. Havia, portanto, uma convicção de que a burguesia brasileira constituiria uma das forças sociais progressistas em favor da reforma agrária. Essa visão constituiu-se num dos grandes equívocos políticos que teve como consequências o isolamento dos setores progressistas na defesa das Reformas de Base. A Reforma Agrária de democratização da propriedade rural deixou de ser defendida pela burguesia brasileira que, na formação do pacto desenvolvimentista dependente, passou a defender a modernização conservadora das relações de propriedade e de produção agrária, com o avanço das forças produtivas do campo mediante a expansão capitalista das empresas rurais, desde o final dos anos 50.

O Partido Comunista do Brasil (PCB) participou como "intelectual coletivo" do movimento pelas reformas no Governo João Goulart. A atuação dos comunistas partia da concepção de que as reformas estruturais se tornaram ponto de partida de transformações profundas na economia e na sociedade brasileira rumo ao socialismo por uma via pacífica de luta de massas e com alianças prioritárias entre operários e camponeses e alianças táticas com a burguesia progressista e camadas médias (militares, estudantes, universitários, intelectuais).

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF

BEDÊ, Edgard D. A. Tonolli. "Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe operária em Volta Redonda". Tese de Doutorado, UFF, 2007.

Na arena sindical, o PCB atuou de forma decisiva na criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), principal agência política de mobilização da classe operária pelas reformas de base. Com relação ao governo João Goulart, o CGT, sob orientação do PCB, tratou de combater os setores "conciliatórios" de alguns Ministérios e apoiar os setores nacional-reformistas de outros ministérios do governo. As pressões aumentaram com o crescimento do movimento sindical, levando João Goulart a assumir posições cada vez mais à esquerda e apoiar o movimento das Reformas de Base.

Dentre as forças sociais convergentes no CGT destacavam-se os comunistas, o setor "progressista" do PTB, nacionalistas e socialistas. Os sindicatos mais combativos e mobilizadores, principalmente do setor público (siderúrgicos, petroleiros, marítimos, ferroviários), mas também no setor privado (metalúrgicos, bancários, comerciários, etc.).

Em setembro de 1963 ocorreu o movimento dos suboficiais sargentos e soldados pelo direito de voto e de candidatura a cargos públicos, no qual as lideranças são punidas pelos ministros militares por indisciplina. A resposta do movimento militar, que contou com o apoio do CGT, inclusive com a possibilidade de greve de solidariedade, foi um levante de 650 sargentos da Marinha e Aeronáutica que foi sufocado, mas gerou um desgaste nas relações entre os setores militares do Governo Jango e o bloco sindical.

Os ministros militares defenderam a tese junto ao Presidente João Goulart que era necessário decretar o Estado de Sítio para defender o Governo de um possível golpe de Estado. Jango aceitaria a proposta e tentaria o apoio do CGT para o Estado de Sítio. O CGT entendeu que o Estado de Sítio era uma arma contra os trabalhadores, contra as reformas e contra a democracia. Daí o CGT ameaçou com uma greve geral caso fosse decretado. Mas, ao mesmo tempo, não rompeu com o governo João Goulart. O recuo de Jango foi interpretado como uma vitória do movimento nacional-reformista.

No início de 1964, o CGT estava mais fortalecido e o crescimento das mobilizações operárias e camponesas pelas “Reformas de Base” levaram o Presidente João Goulart a assumir de maneira definitiva a implantação das reformas no país — sustentando-se no “dispositivo militar” (Alto Comando Militar de concepções legalistas) para conter o “golpismo” dos setores conservadores; e sustentando-se no “dispositivo sindical” (dirigentes sindicais vinculados ao CGT e ligas camponesas) para aprovar as leis das “Reformas de Base” no Congresso Nacional.

Naquele momento, numa conjuntura de aumento do custo de vida pela inflação, as forças de esquerda do movimento operário pressionavam o governo por um aumento de 100% no salário mínimo e indicavam a possibilidade de uma greve geral, mesmo dando apoio ao governo. Em resposta favorável e buscando apoio popular naquele momento de crise, Jango assinou o decreto de reajuste do salário mínimo em fevereiro de 1964. Ao mesmo tempo, esse decreto definiu o lado de setores da burguesia ainda indeciso. A conspiração civil-militar contra o governo João Goulart acabava de ganhar fortes aliados.

A sociedade civil brasileira estava, no início de 1964, politicamente dividida em dois blocos políticos: de um lado, as forças sociais de esquerda em movimento pelas reformas econômicas, política e sociais, e pela sustentação do Governo João Goulart, de outro, as forças sociais de direita, contra as “Reformas de Base”, pela derrubada do Governo João Goulart, contra os movimentos sociais e a favor de um novo modelo econômico de desenvolvimento da acumulação monopolista de capital.

No plano internacional, esse projeto de reformas de base do bloco popular-nacionalista distanciou o Governo dos EUA do Governo brasileiro, suspendendo a ajuda norte-americana da “Aliança Para o Progresso”. O governo João Goulart cada vez mais

ficou sendo observado pelo governo norte-americano como de tendência esquerdista. Além disso, o governo norte-americano começou a articular-se com a oposição conservadora através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que financiava os candidatos parlamentares e vários governos estaduais de oposição, além de organizações paramilitares anticomunistas.

Além do IBAD, as forças sociais conservadoras de oposição eram organizadas e mobilizadas ideologicamente pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado pelo General Golbery, com apoio de empresários no Brasil com objetivo de desenvolver um projeto de um novo modelo de desenvolvimentista dependente, ou seja, de uma nova ordem estatal burguesa. Esse complexo IBAD/IPES assumia o papel de intelectual orgânico do movimento de derrubada do Governo Jango, com forte atuação nas Forças Armadas, Igreja Católica, bloco parlamentar golpista do Congresso Nacional, grande imprensa (Jornal O Globo, Jornal Estado de São Paulo, Jornal Folha de São Paulo, Revista Manchete, Revista Cruzeiro, dentre outros), entidades empresariais, centros de pesquisa, editoras etc.

Os recursos financeiros que sustentavam o complexo IBAD/IPES provinham de industriais e banqueiros, grandes comerciantes e latifundiários agroexportadores e pecuaristas. Além disso recebia contribuições de empresas transnacionais norte-americanas principalmente e recursos da Central Intelligence Agency (CIA) através da embaixada dos EUA. Na divisão social do trabalho dessa conspiração civil-militar contra as reformas de base, o IPES era a “cabeça” e o IBAD as “mãos e os pés”. A ideologia orgânica da nossa ordem estatal burguesa baseada no desenvolvimentismo associado era difundida pelo IPES. As ações políticas de aglutinação das forças sociais para tomada do poder executivo pela desestabilização do governo João Goulart eram realizadas pelo IBAD.

Essa articulação da sociedade civil pelas forças sociais conservadoras com objetivo da derrubada do governo João Goulart, através de um golpe de Estado —com apoio de amplos setores da classe dominante, das camadas médias urbanas e do poder imperialista— não deixava dúvida, no final do ano de 1963 e início de 1964, que estava em curso no Brasil uma grande conspiração civil-militar para a derrubada, por Golpe de Estado, do governo democrático de João Goulart.

Ao mesmo tempo, a mobilização dos trabalhadores urbanos e rurais através do CGT e das ligas Camponesas, juntamente com o movimento estudantil, a Frente de Mobilização Popular dos cabos e sargentos, a Frente Parlamentar Nacionalista e grupos de esquerda clandestinos buscavam atuar coletivamente pressionando e apoiando o Governo Goulart em favor da conquista pacífica das reformas de base.

As reformas defendidas pretendiam transformar as estruturas da ordem social-econômica excludente que vigorava no país: reforma agrária contra o latifúndio e pela democratização da propriedade de imóvel nas cidades; reforma tributária para distribuir renda de formas mais equânime e justa; reforma bancária para democratização e nacionalização de crédito; reforma eleitoral para ampliação da cidadania ativa para analfabetos (50% da população rural), cabos e sargentos; reforma universitária para democratizar o acesso às vagas e dirigir as pesquisas para interesses sociais e nacionais; reforma do estatuto do capital estrangeiro para priorizar o capital produtivo transnacional em determinadas áreas e taxar a remessa de lucros, royalties e juros.

O governo João Goulart, a partir do início de 1964, foi levado da posição de conciliação para a posição de esquerdização pela pressão do movimento pelas Reformas de Base. O Comício da Central, na sexta-feira, dia 13 de março de 1964, foi o marco definidor da posição política pela via reformista da revolução brasileira. A Reforma

Agrária, símbolo unificador do movimento, encontrava na maioria conservadora do Congresso Nacional a barreira política constitucional. O Comício da Central, no Rio de Janeiro, foi uma manifestação da vontade coletiva de ruptura da ordem constitucional, atropelando o poder legislativo e propondo maiores poderes decisórios ao executivo, na personificação do presidente João Goulart, para realização da Reforma Agrária e demais reformas econômicas, sociais e políticas.

O movimento das "Reformas de Base" conquistou, então, um forte aliado político, o próprio Presidente Jango que compreendeu a necessidade de um posicionamento mais definitivo em relação ao impasse entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, ou seja, entre o programa de reformas e a maioria parlamentar conservadora.

O Comício da Central foi planejado pelo movimento para ser uma grande concentração de milhares de trabalhadores, uma demonstração de força da esquerda e um motivador de outros comícios num encadeamento que somado à onda grevista, procuraria quebrar a resistência conservadora e iniciar as reformas. Em suma, uma demonstração de que o processo de luta política da esquerda pelas reformas estruturais havia sido inaugurado.

Em pleno comício, o Presidente João Goulart anunciou o decreto de encampação das refinarias privadas, a estatização da importação de petróleo pela Petrobrás, a desapropriação de latifúndios superiores a 500 hectares às margens de vias federais, numa faixa de dez quilômetros, açudes e obras de irrigação. No seu discurso assumiu o programa da "Frente Única" pelas reformas.

Além dessa declaração de apoio durante o Comício da Central, no dia 15 de março o Presidente João Goulart enviou, conforme se comprometeu com as forças de esquerda, uma mensagem ao Congresso Nacional com projeto de reforma da Constituição para

indenização da Reforma Agrária com títulos públicos e elegibilidade de subalternos das Forças Armadas.

Havia uma crença das forças sociais de esquerda e demais forças sociais que apoiavam a "Frente Única Democrática" de que o chamado "Dispositivo Militar", amparado na liderança de generais nacionalistas e legalistas, impediria qualquer tentativa de golpe militar de deposição do Presidente João Goulart e que, por isso, as arenas do embate político com as forças conservadoras seriam o Congresso Nacional e a Sociedade Civil.

No entanto, a direita preparava o golpe e buscava formar uma ampla aliança conservadora. Além dos parlamentares direitistas, cujo presidente da UDN propunha o derrubada de João Goulart, havia uma forte mobilização na sociedade civil, cuja manifestação em resposta ao Comício da Central, foi a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", organizado pela Igreja Católica, a FIESP, PSD, UDN e o Governo Estadual de São Paulo, no dia 19 de março, contando com 400 mil pessoas.

Dentro das Forças Armadas, as diversas células direitistas e golpistas se unificaram sob a liderança de Chefe de Estado Maior, Marechal Castelo Branco, que anunciou em comunicado interno a situação "revolucionária comunista" e a "perigosa quebra da hierarquia". Argumentava que "o papel das Forças Armadas era garantir a ordem constitucional e não para defender programa de governo".

O episódio decisivo para definir a adesão de uma ala militar ainda resistente ao golpe para derrubada do governo foi a Revolta dos Marinheiros, em 26 de março, quando centenas de cabos soldados e sargentos se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro, para comemorar a proibida associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. O Ministro da Marinha ordenou que uma força de fuzileiros prendesse os manifestantes

por quebra de ordem. Os fuzileiros foram para a sede do sindicato, mas não obedeceram à ordem de prender os manifestantes. Após negociação com o Presidente João Goulart e intermediação do CGT, os amotinados fora anistiados pelo novo Ministro da Marinha.

No dia 24 de março, antes do incidente da Revolta dos Marinheiros, o Comando Nacional do Grupo dos Onze (células de resistência ao armado golpe ou de ação revolucionaria formada principalmente por militares subalternos e sindicalistas, sob liderança de Leonel Brizola, integrada por laços de amizade e confiança pessoal, capazes de agir com autonomia e independência na luta de resistência ou no processo revolucionário popular), com forte participação de militares subalternos nacionalistas, avaliou a possibilidade de enfrentamento de um golpe da direita, mas principalmente de um golpe de continuísmo liderado por Jango. Nesse caso, para eles equivocadamente, mais provável seria a oportunidade de desencadear a revolução.

O golpe estava programado para iniciar no dia 2 de Abril, mas dois dias antes as forças militares localizadas em Juiz de Fora, Minas Gerais, precipitaram seu deslocamento para o Rio de Janeiro, na noite de 30 de março. As comunicações entre os generais de Iº, IIº e IIIº Exército convergiram para a desintegração de "Dispositivo Militar" do governo Jango e a efetivação de sua deposição.

Num discurso no dia 30 de março, seu derradeiro pronunciamento, João Goulart denunciava, de modo dramático, em cadeia de rádio e TV, um golpe em curso e acusava as forças imperialistas e a burguesia associada.

A decisão definitiva do golpe coube ao comandante do IIº Exército, General Amaury Kruel, localizado em São Paulo. Após uma negociação telefônica com o Presidente João Goulart, o General informou a adesão ao movimento iniciado em Minas Gerais. Havia ainda a possibilidade de "Dispositivo Militar" funcionar com a resistência

do Iº Exercito no Rio de Janeiro e do IIIº Exercito no Rio Grande do Sul, como tropas legalistas em defesa da ordem constitucional e leais ao Presidente da República.

A decisão de João Goulart na tarde de 31 de março de abandonar o Rio de Janeiro e voar para Brasília teve um efeito devastador no espírito de resistência das tropas fiéis no Rio de Janeiro. No dia seguinte, voou de Brasília para o Rio Grande do Sul onde Brizola tentava convencer Jango da necessidade de uma resistência armada, mas o Presidente invocou o "espírito pacifista" e foi para o exílio no Uruguai.

GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 EM VOLTA REDONDA

A polarização de forças sociais à direita (contra o governo João Goulart e o crescimento do movimento social e as reformas de base) e à esquerda (CGT, ligas camponesas, movimento dos militares subalternos, movimento estudantil, movimento nacionalista) refletiu se no mundo do trabalho da CSN de maneira profunda. As forças militares vinculadas à oposição ao governo João Goulart, principalmente o Exército, não aceitavam a nova Direção combativa do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, sua politização e vinculação ao CGT e a ameaça que isso significava ao que os militares chamavam de "Segurança Nacional". Havia parte das forças militares conspiradoras da derrubada do governo Jango uma convicção de que uma greve na CSN aconteceria mais cedo ou mais tarde.

Para os militares, a CSN era fruto da participação direta de altos escalões militares-tecnocratas no Plano Siderúrgico Nacional, no Estado Novo, numa conjuntura de Guerra Mundial. E depois, a expansão da CSN na década de 1950 e 60 garantiria a formação de um complexo militar estatal, não somente em função da acumulação de capital numa economia industrial-urbana, mas também enquanto estratégia de segurança

e desenvolvimento nacional. Dessa forma, não seria exagero afirmar que havia uma espécie de tutela simbólica, gerencial e política dos militares em relação à CSN.

O processo do Golpe Militar de 1° de abril de 1964 teve em Volta Redonda um dos principais pontos estratégicos de derrubada do governo João Goulart e neutralização da resistência ao golpe. A ativação da repressão e a tentativa de desencadeamento da resistência operária podem ser reveladas tanto nos documentos do IPM-CSN, como também na memória social daqueles que viveram diretamente essa experiência coletiva. Pelos relatos em entrevista, a resistência operária se concentrou inicialmente na Rádio Siderúrgica, na porta da Usina, na FEM, em vários Departamentos, depois, por fim, na sede do Sindicato.

A entrevista do Eng. Mauro Mariano, Diretor Industrial da CSN no Golpe de 64, um dos principais diretores da CSN, na época, e colaborador direto da repressão à resistência operária ao golpe demonstra, concretamente, a articulação entre o capital e as forças militares:

> "Parei a tentativa de greve, tomei várias providências. Proibi a entrada na Usina dos elementos subversivos que nós tínhamos identificado. Mandei cortar tudo que era telefone. Negócio de greve é comunicação. Greve só pode se desenvolver se houver comunicação, de rádio, de telefone, de pessoas. Mandei ocupar a rádio... eles tinham ocupado antes, mas mandei a polícia lá e eles saíram. Volta Redonda não podia se comunicar com o Rio, com nenhuma parte. Estava tudo em nossas mãos, eu tinha que dar autorização. Eu nunca fui general, mas tive que agir como um. Tinha toda estratégia preparada"

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF

Pimenta, Solange Maria; "A Estratégia de Gestão: fabricando aço e construindo homens. Dissertação de Mestrado. BH, UFMG, 1989.

A atitude de resistência ao golpe, liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos, não conseguiu produzir o efeito político de mobilização da classe operária devido ao coordenado "Plano de Segurança da Usina", previamente planejado pelos golpistas em

Volta Redonda. A rapidez e eficiência das ações do Exército e do diretor industrial da CSN não deixaram dúvidas de que o golpe não foi improvisado, ao contrário, parecia ter sido precedido por um detalhado plano com procedimentos encadeados e bem orquestrado pela conspiração civil-militar contra o governo João Goulart em Volta Redonda.

INÍCIO DO IPM 1569/64 DENTRO DA CSN – INVESTIGAÇÃO DA GREVE

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF*

Banco de Dados dos Arquivos da CSN

Boletim de Serviço da CSN nº 70 de 14 de abril de 1964

Boletim de Serviço da CSN nº 71 de 16 de abril de 1964

Boletim de Serviço da CSN nº 84 de 6 de maio de 1964

O Boletim de Serviço da CSN nº 70, do dia 14 de abril de 1964, publica em "ATOS E ROSOLUÇÕES" do novo Presidente da CSN, General Oswaldo Pinto da Veiga , a designação do Diretor Secretário General Mario Gomes da Silva para presidir a Comissão de Inquérito da greve na CSN.

O Boletim de Serviço da CSN nº 71, do dia 16 de abril de 1964, publica em "ORDENS GERAIS DE SERVIÇO", do novo Presidente da CSN, a seguinte determinação:

> "Determino aos Srs. Diretores, que providenciem até o dia 25 do corrente, o relacionamento dos empregados que lhes forem subordinados envolvidos em atividades nocivas ao interesse do país e, particularmente, aos da CSN, com vistas aos recentes acontecimentos políticos do país. Essa relação deverá ser encaminhada ao Diretor Secretário e conter nome, matrícula, remuneração e tempo de serviço de cada empregado, acompanhada dos necessários esclarecimentos que os vinculem às

atividades acima referidas. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1964. Ass. Gal. Oswaldo Pinto da Veiga, Presidente".

No dia 6 de maio de 1964, o Boletim de Serviço nº 84, em "ATOS E RESOLUÇÕES" do Presidente da CSN, designa o Diretor Comercial, Coronel Arnaldo Claro São Thiago Filho para relator da Comissão de Inquérito, que se compôs também pelo Assessor Auxiliar da Comissão, Coronel Sebastião Augusto de Carvalho, e pelo advogado Dr. Luiz Rodrigo de Andrade. E o Boletim segue afirmando que

> "a Comissão de Inquérito se incumbirá de coordenar as medidas de execução do relacionamento de empregados da CSN envolvidos em atividades nocivas ao interesse do país e da própria CSN, como determinado em ato do dia 13 de abril de 1964, devendo , em caráter complementar, realizar investigação sumária sobre atividades subversivas praticadas em âmbito da CSN, que tenham atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração, visando a colher e oferecer informações objetivas para apreciação da Comissão Geral de Investigações, a que se refere o artigo 1º do referido Decreto nº 53897. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1964, Gal. Oswaldo Pinto da Veiga, Presidente."

Todo Inquérito Policial Militar (IPM), decorrente das decisões expressas nos Boletins de Serviço e emanadas da Presidência da CSN, está condensado no documento "Oficio 78 – Urgente e Reservado", de 19/06/64, para o Diretor Industrial da CSN, Eng. Mauro Mariano da Silva, encaminhado pelo Tenente-Coronel Luciano Salgado Campos. Foram feitas perguntas com o objetivo de informar ao IPM da CSN, ocorrido nas primeiras semanas que se seguiram ao Golpe de 1º de Abril de 1964.

O Diretor Industrial respondeu, no dia 29/06/1964, através do oficio DI/543/06.00 para o Tenente-Coronel, as perguntas do seu "oficio 78 – Urgente e Reservado", de 19/06/64:

> "Senhor Tenente-Coronel Luciano Salgado Campos, respondendo às perguntas do seu 'ofício 78- Urgente e Reservado', de 19/06/64: Pergunta "a": Se algum elemento da supervisão superior da Usina deixou de ser alertado, na noite do dia 31 de março para 1º de abril, sobre os acontecimentos e entrada em execução do planejamento de segurança da Usina. Em caso positivo, qual (ou quais) e por que motivo?" (Oficio DI/543/06.00, do Diretor Industrial da CSN, Eng. Mauro Mariano da Silva, encaminhado pelo Diretor Comercial da CSN, Tenente-Coronel Luciano Salgado Campos, responsável pelo Inquérito Policial Militar da CSN).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF*

Arquivo Genival Luiz da Silva

Ofício 78/64 - Urgente e Reservado de 19 de junho de 1964 do encarregado do IPM, Tenente-Coronel Luciano Salgado Campos

Relatório do Diretor Industrial da CSN Eng. Mauro Mariano da Silva encaminhado pelo Ofício DI/543/06.00 de 29 de junho de 1964

Nessa primeira parte do documento, ficou evidente a existência de um plano anti-grevista na Usina, concebido pelo Comando Militar aliado ao Diretor Industrial e envolvendo a "supervisão superior" dos departamentos da empresa. A resposta do Diretor Industrial a essa pergunta revela os procedimentos da organização do golpe militar dentro da Usina de Volta Redonda:

> "RESPOSTA: De acordo com o desenrolar dos acontecimentos e dentro das normas estabelecidas em Volta Redonda pelos responsáveis por essa segurança da Usina Presidente Vargas, as notícias que iam sendo recebidas em Volta Redonda pelos responsáveis por essa segurança eram checadas, confirmadas, examinadas e feita a correlação necessária com as providências a serem tomadas. Assim, em torno de 24 horas do dia 31 de março foram alertados os superintendentes e assistentes da Direção Industrial para que mantivessem em estado de alerta seus subordinados – chefes do grupo e departamentos e, estes, o restante da supervisão – para a possibilidade de perturbação da ordem da Usina. Em torno de 4 horas da manhã do dia 1º de abril, com a ordem de deflagração do plano dado pelo Diretor Industrial, seguindo as instruções previamente dadas em

> reuniões com supervisão de cada área, toda supervisão presente em Volta Redonda foi convocada a ocupar, até 6 horas da manhã, os seus postos na Usina. Não houve comunicação a supervisão do plano, de que tenha faltado algum elemento necessário a sua execução" (Oficio DI/543/06.00, do Diretor Industrial da CSN, Eng. Mauro Mariano da Silva, encaminhado pelo Tenente-Coronel Luciano Salgado Campos, responsável pelo Inquérito Policial Militar da CSN).

O comando do golpe dentro da Usina era centralizado no Diretor Industrial que recebia as informações do andamento do golpe a nível nacional daí tomava as decisões dentro das normas e procedimentos do "Plano de Segurança". Havia uma cadeia hierárquica desse plano que começava no Diretor Industrial e passava para os superintendentes e assistentes diretos. Esses foram os primeiros a serem acionados na meia noite de 31 de março para 1º de abril para por em alerta todas as chefias subordinadas a eles dentro da Usina. Esse alerta era no sentido da ameaça de um movimento grevista, "perturbação da ordem na Usina".

Assim que ia sendo informado do andamento do golpe, o Diretor Industrial avançava nas etapas previstas no plano antigrevista, com ações antecipatórias e preventivas de neutralização do movimento de paralisação da Usina. Assim, às 4 horas da manhã foram convocados todos os supervisores e chefes de grupo de todos os turnos para ocupar em duas horas, ou seja, às 6 horas da manhã de 1º de abril, seus postos na Usina.

Segundo o Diretor Industrial, todos compareceram. E o plano foi executado pela chefia da CSN. As investigações da execução do "Plano de Segurança" pelo Tenente-Coronel, responsável pelo IPM-CSN (1569/64), continua:

> "Pergunta 'b': Qual o resultado do controle do tráfego mútuo telefônico entre a CTB e a CSN, de e para a Usina, a partir da noite de 31 de março para 1º de abril ? Quais as ligações de caráter subversivo ou estranhas, mesmo as que foram evitadas, registradas ou não, ouvindo o pessoal participante do controle?" (Oficio DI/543/06.00, do Diretor Industrial da CSN, Eng. Mauro Mariano da Silva,

> encaminhado pelo Tenente-Coronel Luciano Salgado Campos, responsável pelo Inquérito Policial Militar da CSN).

A própria pergunta do Tenente-Coronel para o Diretor Industrial já revela em si uma das principais estratégias do "Plano de Segurança da Usina" para impedir o movimento grevista de resistência ao golpe contra Jango: o controle da comunicação telefônica dentro da Usina. A resposta do Diretor Industrial revela os procedimentos dessa estratégia antigrevista.

> "Resposta: - "O objetivo do bloqueio dos telefones do sindicato e do controle do tráfego mútuo CTB (Companhia Telefônica Brasileira)-CSN foi evitar comunicado telefônico de elementos subversivos com trabalhadores que se encontravam em serviço dentro da Usina. O tráfego mútuo CTB-CSN completamente bloqueado não afetava as operações normais da Usina. Foram dadas instruções às telefonistas da mesa comutadora de tráfego mútuo CTB-CSN para que não efetuassem qualquer ligação que não fosse solicitada ou aprovada diretamente pelo Diretor Industrial, cuja voz é conhecida das telefonistas. Assim, não foi dada qualquer instrução de escuta desnecessária" (Oficio DI/543/06.00, do Diretor Industrial da CSN, Eng. Mauro Mariano da Silva, encaminhado pelo Tenente-Coronel Luciano Salgado Campos, responsável pelo Inquérito Policial Militar da CSN).

Nas próprias palavras do Diretor Industrial está revelado o objetivo principal: impedir a comunicação telefônica entre as lideranças sindicais e os trabalhadores da Usina. Dentro dessa operação, as telefonistas da CSN exerceram um papel chave, pois toda ligação telefônica passava pelas suas mesas de operação e elas seguiram as instruções diretas do Diretor Industrial. Não havendo nenhuma ligação, as possibilidades de ação grevista articulada entre o Sindicato e os Departamentos da Usina ficaram extremamente restritos, como pretendia o comando do Golpe contra o Governo Jango na CSN.

No entanto, se as possibilidades de articulação do Sindicato com os trabalhadores de cada setor da Usina ficaram bloqueadas pela estratégia do comando do golpe na CSN, isso de forma alguma significou que o movimento grevista de resistência não tenha ocorrido na Usina de Volta Redonda. A interpretação dos documentos do IPM-CSN (1569/64) permite afirmar que, apesar da produção siderúrgica não ter sofrido paralisação completa no dia 1º de abril de 1964, há evidências concretas de um movimento grevista desencadeado pelas lideranças comunistas e trabalhistas e que teve a adesão de um número significativo de operários, técnicos e engenheiros da CSN.

COMPROVAÇÃO DA RESISTÊNCIA GREVISTA NA CSN

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF

BEDÊ, Edgard D. A. Tonolli. "Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe operária em Volta Redonda". Tese de Doutorado, UFF, 2007.

A principal comprovação de que houve resistência grevista ao golpe na CSN consta no próprio IPM 1569/64 - CSN, na medida em que todo esse inquérito convergia para identificação dos fatos e das pessoas que, no dia 1º de Abril de 1964, abandonaram o serviço e fecharam o ponto na FEM e nos departamentos da Usina sem devida justificativa, e identificação das pessoas que lideraram o movimento grevista dentro e fora da Usina.

Esta obra, fruto de uma pesquisa de Doutorado, aponta para uma outra interpretação para o processo do Golpe de 64 na CSN. Apesar de efetivamente não ter havido paralisação total do processo produtivo da Usina, houve, por outro lado, não uma desprezível, mas sim, uma significativa resistência operária sob a direção do sindicato dos metalúrgicos e com participação espontânea de militantes sindicais da FEM e de vários departamentos da Usina, em especial o DRM. Esse movimento grevista envolveu

também a oposição sindical trabalhista sob comando da direção "política" da CSN vinculada ao governo Jango.

O processo do Golpe Militar de 1° de abril de 1964 teve, em Volta Redonda, um dos principais pontos estratégicos de derrubada do governo João Goulart e neutralização da resistência ao golpe. A ativação da repressão e a tentativa de desencadeamento da resistência operária podem ser reveladas tanto nos documentos do IPM-CSN (1569/64), como também na memória social daqueles que viveram diretamente essa experiência coletiva. No dia 1° de abril de 1964, o movimento operário atuou em três focos de resistência ao golpe: na rádio, na Usina e na sede do Sindicato. Na Rádio Siderúrgica Nacional, ocorreu a resistência ao Golpe na onda da "Cadeia da Legalidade" da Usina Nacional até 16h20min; Na Usina, como anteriormente foi analisado, a resistência desencadeou movimento grevista, com adesões coletivas e individuais significativas, principalmente na FEM, no DOP e no DRM, além de dezenas de operários que não entravam para trabalhar naquele dia.

RESISTÊNCIA OPERÁRIA NA RÁDIO

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF

BEDÊ, Edgard D. A. Tonolli. "Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe operária em Volta Redonda". Tese de Doutorado, UFF, 2007.

A Rádio Siderúrgica, localizada dentro de Volta Redonda no alto do morro do Laranjal, era o principal meio de comunicação de massa na cidade. A estação foi construída pela CSN e era mantida pela Empresa; sua programação integrava as estratégias ideológicas do poder corporativo. Na manhã de 1° de abril de 1964, o grupo trabalhista liderado por Othon Reis Fernandes tomou a atitude de ocupar a Rádio Siderúrgica como relata um dos participantes da ação:

> "Eu me lembro bem do seguinte: no dia do golpe, o Lima Neto foi pra dentro da Usina ...Houve duas posturas, o Lima Neto foi pra dentro da Usina tentar parar a Usina pra fazer uma greve política de apoio a João Goulart. E o Oto foi pra rádio, aqui no Laranjal. A rádio, 6 e meia da manhã, quando a gente botou a rádio no ar devia estar sendo ouvida aí por umas 50, 100 pessoas acredito eu, porque todo mundo sabia que a Rádio Siderúrgica só começava a transmitir programação às 8:40 da manhã. Em todo caso foi uma tentativa que todo mundo se mantivesse atento ao desenrolar dos acontecimentos.. Se a coisa agravasse, então se pararia a Usina. Essa foi a visão do Oto...Nós botamos a rádio no ar às 6 e meia ...quinze minutos depois já tinha um tanque blindado estacionado de frente à Rádio" (depoimento de Waldyr Bedê).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS – UFF*

Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Depoimentos gravados em áudio: Waldyr Bedê (2005)

As evidências permitem afirmar que o movimento operário buscou controlar a rádio emissora da CSN como forma de resistência ao golpe em curso e que a rádio transmitiu em cadeia com a Rádio Nacional a "Cadeia da Legalidade", até as 16h de 1° de abril de 1964, e que nesse processo, o próprio Presidente da CSN, Almte. Lúcio Meira, vinculado ao Presidente João Goulart, deu ordens para a Rádio Siderúrgica integrar-se à cadeia da Rádio Nacional.

Seguem alguns trechos da conclamação de Othon Reis na Rádio Siderúrgica ZYP/26:

> "Meus amigos, que nos ouvem neste instante, nós estaremos formando (...), a Rádio Siderúrgica Nacional vai participar como disse, sob nossa responsabilidade, da Cadeia da Legalidade"..."Esse Presidente...há de se transformar realmente no Presidente das Reformas, naquele que ficará na história de nossa Pátria como ficou a Princesa Isabel abolindo a escravatura. João Goulart também haverá de afirmar-se como novo abolidor da escravatura neste País".

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF*

Dossiê Rosalice Fernandes – Discurso de Othon Reis Fernandes na Rádio Siderúrgica ZYP/26 de 1º de abril de 1964 pela "Cadeia da Legalidade" com a Rádio Nacional

Sobre a ocupação da rádio emissora da CSN, o relatório encaminhado pelo Diretor Industrial da CSN ao responsável pelo IPM-CSN (1569/64), Tenente-Coronel Luciano Salgado Gomes, pelo ofício Di/543/06.00 de 29 de Junho de 1964, assim apresenta o fato:

> "Depois de ter sido retirada do ar às 6h00m, com intervenção do 1° BIB a pedido do Diretor Industrial...uma vez que estava irradiando sem autorização discursos políticos e de incitação à greve...voltou a irradiar em cadeia com a Rádio Nacional, integrando a chamada "Cadeia da Legalidade" às 9h00m, sem a presença de estranhos e por ordem direta do Presidente da CSN, Almte. Lucio Meira. Até 16h20m essa cadeia se manteve. Entre 16h20m e 23h28m a Rádio Siderúrgica Nacional recebeu ordens diretas comandadas através do Diretor Industrial com quem o chefe da rádio se manteve então em contato constante." (Oficio DI/543/06.00, do Diretor Industrial da CSN, Eng. Mauro Mariano da Silva, encaminhado pelo Tenente-Coronel Luciano Salgado Campos, responsável pelo Inquérito Policial Militar da CSN).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF*

Arquivo Genival Luiz da Silva

A situação política do país, na parte da tarde do dia 1° de abril, tendia para um desfecho favorável aos golpistas. Nesse momento, a "Cadeia da Legalidade" perdia forças e a Rádio Siderúrgica, a partir das 16h20min, ficou totalmente sob controle do Comando do Golpe pelo Diretor Industrial da CSN.

Essa atitude de resistência ao golpe não conseguiu produzir o efeito político de mobilização da classe operária devido ao coordenado "Plano de Segurança da Usina", previamente planejado pelos golpistas em Volta Redonda. A rapidez e eficiência das ações do Exército e do Diretor Industrial da CSN não deixaram dúvidas de que o golpe não foi improvisado, ao contrário, parecia ter sido precedido por um detalhado plano com procedimentos encadeados e bem orquestrado pela conspiração civil-militar contra o governo João Goulart em Volta Redonda.

RESISTÊNCIA GREVISTA NA ENTRADA DA CSN

Na Usina Siderúrgica, a resistência operária ao golpe foi liderada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Lima Neto, tentando adesão para a greve com objetivo de parar a Usina em defesa do Governo João Goulart. Esse momento de resistência ficou assim gravado na memória de um operário ativista:

> "Lembro do dia do golpe. Eu morava no Retiro e eu tinha um radinho que então madrugada, seis horas eu já ligava o rádio. Todo dia era isso, eu ouvia um programa na rádio Mayrink Veiga, que o cara era um jornalista sindicalista. Então ele dava todo suporte pro sindicato e era muito ligado ao governo. Então as notícias do governo, do sindicato ele tinha diretamente antes de chegar aos jornais. Então um dia antes a gente já tinha começado a perceber rumores, né? Então já se falava no movimento de tropas e tal. Mas o Primeiro Exército tava com o Governo Jango e ia resistir. Então quando eu levantei no dia 1° de Abril fui para o ponto de ônibus e não tinha ônibus. Daí chegou um caminhão da CSN e levou a gente pra Usina. Na passagem superior na entrada da Usina o Exército já estava lá e tinha assumido o controle da guarda. Até às 6horas o pessoal mais politizado estava lá na porta orientando pra que ninguém entrasse: tinha que parar a CSN. Às 7horas o Exército não deixou aglomerar mais, ou entrava ou ia embora pra casa. A maioria entrou. Eu entrei" (Depoimento de José Ventura).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS – UFF*

Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Depoimentos gravados em áudio: José Ventura (2005)

Na Usina Presidente Vargas, havia a entrada principal por onde entravam e saíam os operários nos três turnos de todos os Departamentos da Usina e da FEM. Nas primeiras horas da manhã de 1° de abril de 1964, por volta das 6 horas, houve uma tentativa de piquete para segurar os trabalhadores que entrariam para o revezamento do turno na passagem superior. Se do lado do comando civil-militar do golpe atuando dentro da CSN houve a execução de um bem planejado, encadeado e articulado processo de neutralização e repressão ao movimento grevista na Usina; do lado do movimento sindicalista, as ações de resistência deram a impressão de uma falta total de plano de ação, sendo conduzido no

calor da hora por decisões espontâneas que buscavam demonstrar solidariedade ao governo João Goulart através das tentativas de paralisação da Usina.

Na "passagem superior", a ocupação das tropas do Exército provenientes do 1º BIB e da AMAN impediu a ação "piquete" e a decisão a seguir dos ativistas sindicais foi entrar para a Usina e tentar agir dentro das unidades de trabalho, para conseguir a adesão coletiva à greve. No entanto, dentro da Usina, a comunicação telefônica entre os Departamentos estava bloqueada pelo "Plano de Segurança da Usina". Assim, toda a comunicação deveria ser pessoalmente realizada pelas lideranças sindicais percorrendo cada Departamento e ativando uma resistência em cadeia do movimento grevista de resistência. Na memória dos ativistas sindicais da época, ficou a experiência vivida no interior da Usina no dia 1° de abril:

> "Inicialmente eu iria trabalhar no turno de oito às quatro. Aí eu encontrei o Lima Neto na porta do Jardim Paraíba, ali na rua, ele vinha com um grupo de gente do sindicato e adentraram na Usina ,eu os acompanhei e lá eu fui para a fundação e eles foram para a sinterização, alto-forno, aonde ele foi preso e outros mais" (depoimento de José Ventura)
>
> "O Lima Neto foi para a Usina, mas só conseguiu parar parte da FEM. Ele entrou na Usina por volta de 7 e meia da manhã às 10 horas já estava preso" (Depoimento de Joel Mendonça)
>
> "A maioria entrou...só que dentro da Usina ficou trabalhando o mínimo. Somente o pessoal de apoio que era o nosso caso de servente e ajudante que trabalham. Na correria e seções de apoio não teve trabalho. Era uma agitação só pra pegar notícia da prisão de Lima Neto" (Depoimento de Jorge Fernandes)
>
> "Chegou a parar. Chegou a parar a Usina mas cê sabe,parou a metade né? Porque a Usina é isso: o alto-forno não para,ele não pode esfriar com aço ali dentro da coisa...então, todas aquelas turmas,os forneiros já sabe da sua responsabilidade. Quem estava fazendo aquele trabalho político, faz aquele trabalho político,agora aquele que tem aquela responsabilidade mantêm o serviço. Então parou meio a meio mas tudo tava funcionando porque a responsabilidade era importante. A turma aqui tinha muita responsabilidade" (Depoimento de José Emílio).
>
> "Eu viajei numa terça feira, 31 de março de 1964 para voltar na quarta. Ia com um colega da CSN fazer um curso no SENAI do Rio, em Triagem. O colégio estava em greve...ao voltar pra Volta Redonda no

> dia seguinte eu tive dificuldade com transporte. Peguei carona. Ao chegar aqui, a CSN tava parada, pessoal de greve, muita confusão, muitos piquetes de greve. E eu não parei em piquete de greve, eu fui para casa. Quer dizer faltei o dia" (Jorge Fernandes).
>
> "Olha foram casos isolados, houve atos isolados de elementos na época que eram politicamente atuantes, mas não teve uma resistência coletiva. Olha houve uma pane no sistema gerador na central termoelétrica da Usina, pane que eles não conseguiram descobrir. Depois nós vamos ficar sabendo e que algum elemento passou uma tinta isolante naqueles contatos dos disjuntores, ninguém sabe quem fez a armadilha e a chave de alta voltagem não entrava. Inclusive um engenheiro foi incriminado por esse fato pela CSN" (Depoimento de Joel Mendonça).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS – UFF*

Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Depoimentos gravados em áudio: José Ventura, Joel Mendonça, José Emílio e Jorge Fernandes (2005)

RESISTÊNCIA GREVISTA NO DRM

Juntamente com a FEM, o Departamento de maior atuação na mobilização para a greve de resistência ao golpe foi o "Departamento de Recuperação de Material" (DRM), onde trabalhava a maioria dos "agitadores", segundo relatório do IPM-CSN (1569/64). Sobre este departamento, a experiência pedagógica do movimento operário fica mais bem revivida pela memória de um dos militantes:

> "O nosso departamento era o mais importante dentro da Usina porque foi o mais antigo, né? É dali que se organizou a manutenção dos equipamentos e vamos dizer nosso departamento foi criado na instalação da Usina, testava o material. Quer dizer, a Usina toda foi montada sob a supervisão do nosso Departamento. Que lá tinha os laboratórios. Qualquer equipamento, antes de montar, elétrico, era testado no laboratório pra ver como é que tava. Depois de instalado, qualquer problema que tinha, a manutenção então ia fazer a manutenção. E com isso nosso departamento tornou-se de grande importância no contexto da Usina. Tinha o pessoal mais especializado, turma de laboratório, turma de instalação, turma de manutenção. O departamento de mais atração no sindicato era o nosso. Por ser o mais antigo, tinha o pessoal mais maduro. Toda vez que adoecia uma pessoa, se fazia uma lista pra levar ajuda pra ele. No dia do pagamento todo mundo assinava, uma comissão levava na casa daquele empregado. O nome do Departamento era ORME (Oficina de Reparação de Material Elétrico) depois virou DRM. Era o

> Departamento que tinha toda certificação de todas as máquinas de toda Usina"(Depoimento de José Emílio).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS – UFF*

Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Depoimentos gravados em áudio: José Emílio (2005)

O terceiro fato destacado pelo relatório do Diretor Industrial no IPM-CSN (1569/64) foi a "adesão coletiva dos operários do DRM" ao movimento grevista, deixando o serviço sem retornar à CSN na hora do almoço. Segundo o relatório, "a defecção foi grande" naquele departamento, sendo o grupo liderado por "conhecidos agitadores". O depoimento do antigo Delegado Sindical desse departamento não deixa dúvidas da importância estratégica na divisão social do trabalho no processo de produção siderúrgica na Usina.

Era um departamento com mão-de-obra especializada, com maior controle do trabalhador sob o processo de produção, com maior poder dos trabalhadores sobre as decisões cotidianas e, principalmente, uma mais ampla visão de todo o processo produtivo, pois atuava em toda maquinaria de todos os setores da Usina de Volta Redonda. Foi coletivamente construída uma cadeia de solidariedade entre os membros do departamento, num processo pedagógico de consciência de classe marcada pela forte atuação no movimento operário de Volta Redonda. No dia 1° de abril essa consciência de classe não faltou ao movimento grevista, a ponto de ser um dos destaques do relatório do IPM-CSN (1569/64).

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF

BEDÊ, Edgard D. A. Tonolli. "Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe operária em Volta Redonda". Tese de Doutorado, UFF, 2007.

Nesses Departamentos, alguns operários podem ter deixado o serviço para cuidar do abastecimento das suas famílias. Mas, considerando que foi uma adesão em massa,

não seria equívoco afirmar que a própria militância usou esse argumento para tirar os trabalhadores do forte esquema de controle de trabalho executado pelo "Plano de Segurança", que mobilizou toda chefia e supervisores para manter a Usina funcionando no dia 1° de abril e evitar a greve. No entanto, diferente dos outros Departamentos, o pessoal do DRM não fez nenhuma justificativa como subterfúgio para a adesão em massa à greve de resistência. Eles coletivamente não retornaram ao trabalho após o almoço.

Desse modo, configurou-se uma experiência de formação de classe do movimento grevista que representou uma resistência operária na CSN ao golpe civil-militar de 64 e que foi até agora ignorada ou desqualificada nas abordagens mais importantes sobre essa temática, mas que está viva na memória daqueles que viveram essa experiência e nos relatórios do Inquérito Policial Militar do movimento grevista no dia 1° de abril de 1964 na CSN.

Definitivamente, o dia 1° de abril de 1964 esteve longe de ser um dia normal de trabalho na Usina de Volta Redonda, e não apenas por causa da execução do "Plano de Segurança" da conspiração civil-militar golpista, mas principalmente por conta das atitudes da direção sindical dos militantes e ativistas do movimento operário de iniciar uma greve de resistência ao golpe na CSN.

RESISTÊNCIA GREVISTA NA FEM

A entrada do presidente do Sindicato, Lima Neto, e do grupo de diretores e militantes que o acompanhavam para dentro da Usina, na entrada da CSN no Jardim Paraíba, depois da dispersão do piquete em frente à passagem superior da Usina, por volta das 7 e meia da manhã, foi o inicio da mobilização grevista. Essa entrada de Lima Neto não foi ignorada pelo Inquérito Policial Militar, no relatório do Diretor Industrial. O serventuário Luis Gonzaga da Silva, guarda da Policia administrativa sob comando do Coronel Ene Garcez (Chefe da "gestapo" da CSN), foi afastado, preso e demitido por ter

permitido a entrada da liderança grevista: “ A substituição se deu no dia 02/04 a partir de quando aquele serventuário foi retirado da escala. O mesmo foi recolhido ao 1° BIB no dia 03/04” (Oficio DI/543/06.00, do Diretor Industrial da CSN, Eng. Mauro Mariano da Silva, encaminhado pelo Tenente-Coronel Luciano Salgado Campos, responsável pelo ao Inquérito Policial Militar da CSN);

A base política mais forte do movimento sindical era a Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM), de onde brotou a liderança de Lima Neto. Na FEM, o processo de trabalho não era automatizado pela linha de produção, tal como era na produção do aço. A divisão social da FEM, em que pese sua utilização de grande maquinário, dependia de um corpo significativo de operários qualificados e técnicos cujo controle do trabalho pelo capital era mais limitado do que nas linhas de produção da Usina.

Para a FEM, Lima Neto se dirigiu, ao entrar na Usina, tentando conseguir a adesão para a greve. Entre 8 horas e 9 horas da manhã, a FEM parou a produção. Segundo o relatório do Diretor Industrial para o IPM-CSN (1569/64), houve a adesão dos dois engenheiros da FEM e dos desenhistas do Departamento de Estudos (DES) da FEM.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF

BEDÊ, Edgard D. A. Tonolli. “Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe operária em Volta Redonda”. Tese de Doutorado, UFF, 2007.

RESISTÊNCIA OPERÁRIA NA SEDE DO SINDICATO

O terceiro foco de resistência ao golpe manifestou-se na defesa da sede do sindicato onde fincou trincheiras, dentro da sede e nas imediações das calçadas e na Avenida Amaral Peixoto, uma multidão de operários. Esse fato não foi destacado no relatório do Diretor Industrial, mas sem dúvida pôde ser resgatado na memória social dos atores daquela luta de classes:

> "A madrugada de 31 de março para 1° de abril a noite toda o sindicato ficou mobilizado ligado na Rádio Nacional na tal Cadeia da Legalidade. Eu estava dentro do Sindicato. Eu fui mais ou menos duas horas da manhã. O batalhão do BIB não tinha chegado ainda. Chegaram alguns colegas de Departamento e um elemento trazia duas ou três bananas de dinamite. Então dizia ele: 'isso é pra gente dinamitar as linhas da Central do Brasil, pras tropas não passarem, pra não chegar aqui. Nós vamos dinamitar a Ferrovia!' Então nós do Sindicato falamos: 'Não! Nós não vamos tomar nenhuma atitude dessa parte, vamos ver o que vai acontecer primeiro'. E lá, no sindicato, ficou a expectativa sobre os acontecimentos, 9horas da manhã, 10horas, 11horas. Daí dois colegas nossos foram à Via Dutra e viram a tropa do regime acantonados em Arrozal. O Lima Neto já estava preso. O BIB tava sufocando o movimento" (Depoimento de Joel Mendonça).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS – UFF*

Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Depoimentos gravados em áudio: Joel Mendonça (2005)

A prisão de Lima Neto foi uma ação dos golpistas com intenção de desmobilizar a greve, pois, no "plano de segurança", prender o "cabeça" do movimento serviria como desarticulação da resistência operária e, principalmente, como demonstração de força política do movimento golpista que resultaria numa pedagogia da intimidação. No entanto, os efeitos foram diversos do esperado pela repressão civil-militar da CSN. Após a notícia da prisão, que corria de "boca em boca" na Usina, muitos operários deixaram o serviço e aderiram à greve, como comprovam as listas do relatório do Diretor Industrial para o IPM – CSN (1569/64).

Além disso, muitos que saíram às 17h15min do serviço foram para a frente da sede do Sindicato, conforme revive na memória outro ator social dessa resistência, só que do lado da rua, no meio da massa operária:

> "Ficamos isolados dentro da Usina porque para os Delegados Sindicais o sindicato era o ponto de apoio. A aflição geral para terminar o dia. Tínhamos esperança que o clima lá fora fosse de resistência. O caminhão da CSN transportou o pessoal para o bairro, quando saímos às 17h15min; Era um caminhão amarelo; Aí, entramos no caminhão, enchemos todo e mandamos tocar pro Sindicato.Tava cheio de gente, cheio de operário na rua e lá dentro tava a diretoria e os militantes.

> Revezavam, em um megafone, com a palavra de ordem: "Queremos o Lima Neto!" A tropa do Exército tava no final da Amaral Peixoto, a uns 200 metros da sede do sindicato; Aí fizemos um cordão de isolamento, pra tropa não passar, com uma corda" (Depoimento de José Ventura).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS – UFF*

Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Depoimentos gravados em áudio: José Ventura (2005)

Outros depoimentos, abaixo reproduzidos, também confirmariam a concentração de tropas do Exército nas imediações da Sede do Sindicato, no dia 1º de abril, e a concentração operária protegendo a sede:

> "O BIB chegou perto do entardecer. Tomaram posição na descida da Amaral Peixoto onde agora tem o viaduto, bem ali tinha muitos operários na frente da sede e nós com o alto-falante ligado. Quando o BIB chegou perto da sede, alguns operários vaiaram a tropa. Aí chegou o carro blindado. Aí nos vimos que eles vinham mesmo para cima" (Depoimento de José Emídio).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS – UFF*

Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Depoimentos gravados em áudio: José Emílio (2005)

Houve na rua um momento inicial de resistência quando o comandante chegou com a tropa perto do cordão de isolamento, mas, quando foi dada a ordem de invadir a sede, a violência militar falou mais alto. Assim ficou na memória social de um dos operários, que segurava a corda com uma mistura de força e moral e uma certa ingenuidade de que as tropas respeitariam aquele limite:

> "Estávamos firme segurando o cordão de isolamento na frente do sindicato. As tropas empurravam o cordão. O pessoal resistiu. O Coronel tentava passar e o pessoal empurrava com bandeiras do Brasil e gritando pelo Lima Neto: "Queremos Lima Neto!"; O Exército invadiu o Sindicato: o pânico se estabeleceu. Eu me refugiei numa banca de jornal. O pessoal se dispersou" (Depoimento de José Ventura).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS – UFF*

Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Depoimentos gravados em áudio: José Ventura (2005

As tropas do Exército invadiram brutalmente a sede do Sindicato dos Metalúrgicos e sequestraram toda documentação: fichas de filiados, relatórios, livros, correspondências, apostilas e tudo mais escrito que estivesse nas gavetas e armários. Essa documentação nunca mais foi devolvida ao Sindicato dos Metalúrgicos e não há, até os dias atuais, qualquer resposta sobre seu destino, ficando, dessa forma, evidente uma agressão simbólica à memória coletiva do movimento sindical local e nacional.

OS SINDICALISTAS ATINGIDOS PELA VIOLAÇÃO

O Ministério Público encaminhou ao Auditor da 1ª Região Militar o indiciamento de 77 Funcionários da CSN, cujas punições decorrentes das "Investigações Sumárias" foram as primeiras resultantes do IPM-CSN (IPM 1569/64). Além de todos terem sido presos após o Golpe de 1964, foram indiciados em crime de subversão, conforme denúncia abaixo reproduzida na íntegra.

> "Exmº Sr. Dr. Auditor da 3º Auditoria da 1º Região Militar:
>
> O promotor abaixo, no desempenho de suas atribuições, vem denunciar a V.Excia. os indiciados adiante enumerados, e qualificados, com as respectivas implicações legais, fazendo antes uma rápida síntese dos acontecimentos.
>
> -I- Origina-se a presente denúncia do inquérito levado a efeito na Companhia Siderúrgica Nacional, onde eram intensas as atividades subversivas que, por sua própria natureza, estavam obviamente ligadas as que se processava em todo território da Nação; II- Assim, embora os respectivos processos criminais, nos vários órgãos judiciários do país, devem ser de ação restrita a cada instituição ou localidade, é imprescindível não perder de vista que a ação delituosa é de âmbito nacional, de forma a poder ser apreciada panoramicamente; III- Nessa ordem de considerações, resulta evidente que, como parte de um todo, as atividades apuradas neste IPM tinham por escopo final a implantação de regime contrário as instituições, e, consequentemente, pretendiam mudar a ordem política e social estabelecida na Constituição Federal; IV- É também notório que essa faina delituosa, recebia ajuda do exterior, quando mais não seja, por meio de impressos, propaganda e, notadamente, instruções sobre a maneira de agir, como, por exemplo, os mapas encontrados a fls. 14 e 16 do 8º volume calcado em atividades dos partidos comunistas de outros

> paises; V- Ainda, ao lado das atividades descritas, outra era exercida na zona onde está localizada a CSN, e consistente em organizações tipo militar, como o chamado "Grupo dos Onze", com intuito de criar verdadeiros exércitos paralelos, o que ressalta, não só do mapa de fls. 14 do 8º volume, já referido, como dos depoimentos tomados e constantes da lista de fls. 173, também do 8º volume, e encaminhados por cópia ao BIB, onde seriam juntos ao respectivo IPM; VI- Nessa organização do chamado "Grupo dos Onze" tomaram parte vários elementos da CSN, e por isso mesmo incluídos na presente denúncia; VII- Passa, pois o M.P. a enumerar os vários denunciantes, com o respectivo enquadramento penal, separados, inclusive os cabeças dos demais participantes; VIII- Incursos no art. 2º nº III e art. 24 c/c 40, tudo da lei 1.802, de 05/01/1953"

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF*

Arquivo Genival Luiz da Silva

PRISÃO DAS 77 LIDERANÇAS METALÚRGICAS E O IPM-CSN

Depois da prisão da liderança sindical pelo movimento golpista vitorioso, as possibilidades de resistência foram anuladas totalmente. A prisão em massa foi a cartada final do "plano de segurança da usina", executado com plena articulação entre o diretor industrial da csn e o comandante militar do golpe na região.

> Os oficiais do BIB eram muito ligados à CSN, moravam nas casas da siderúrgica. O chefe do BIB era um anticomunista ferrenho, uma coisa louca. Da linha dura do Exército. Nós até tivemos que segurá-lo um pouco para não fazer muitas barbaridades. A tendência dele era acabar com tudo e com todos. Tinha ódio de comunista. Demitimos muita gente. Todos eles entraram naquele inquérito, IPM-CSN (1569/64). E todo mundo ligado ao sindicato foi preso".

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF

PIMENTA, Solange Maria; "A Estratégia de Gestão: fabricando aço e construindo homens. Dissertação de Mestrado. BH, UFMG, 1989.

A lista dos detidos, com o dia e o local, está no IPM-CSN (1569/64): todos os setenta e sete funcionários da CSN-FEM abaixo estão listados tal como aparece no indiciamento do Ministério Público, inclusive com seus respectivos endereços, foram os trabalhadores da CSN demitidos pelo Golpe de 64:

A reprodução dessa lista, e das que se seguem, tem o sentido, para este RELATÓRIO FINAL da Comissão da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, de afirmar que não somente houve efetivamente uma resistência operária ao golpe de 64, como essa resistência foi duramente reprimida por um dos casos mais graves de violações dos direitos humanos em Volta Redonda, e proporcionalmente ao número de habitantes, um dos maiores exemplos de repressão à classe operária em todo o Brasil, devido às demissões em massa na CSN-FEM (190 demitidos, sendo, desses, 77 presos no 1º BIB e na AMAN).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF*

Arquivo Genival Luiz da Silva

1- **ANTONIO NASCIMENTO DA SILVA**, brasileiro, casado. 50 anos, funcionário da CSN, residente na rua 160, nº280, aptº 22, em Volta Redonda;
2- **CARLOS CARBALLO PRIETO**, espanhol, casado, 38 anos, funcionário da CSN, residente na rua 41, nº 92, em Volta Redonda;
3- **FERNANDO PARREIRA**, brasileiro, casado, 30 anos, funcionário da CSN, residente na rua 3, nº 157, Retiro, em Volta Redonda;
4- **JOÃO ALVES DOS SANTOS LIMA NETO**, brasileiro, casado, 41 anos, funcionário da CSN, residente na Av. Amaral Peixoto, nº2, em Volta Redonda;
5- **JOSÉ BONIFACIO DE CASTRO**, brasileiro, solteiro, 43 anos, funcionário da CSN, residente na rua 33, nº92, em Volta Redonda;
6- **LUIZ FERREIRA BRUM**, brasileiro, casado, 35 anos, funcionário da CSN, residente na rua Mariana, nº02, Retiro, em Volta Redonda;
7- **MARCELLO DE MENDONÇA PINTO**, brasileiro, casado, 30 anos, Engenheiro da CSN, residente na rua 40, nº52, em Volta Redonda;
8- **NESTOR LIMA**, brasileiro, casado, 52 anos, funcionário da CSN, residente na rua 545, nº57, Jardim Paraíba, em Volta Redonda;
9- **WALDIR FERNANDES DE MOURA**, brasileiro, casado, 49 anos, Dentista, residente na rua Arariboia nº211, São João, em Volta Redonda:
10-**FRANCISCO DE AGUIAR GUIMARAES**, brasileiro, casado, 40 anos, funcionário da CSN, residente na rua 230 nº41, aptº22, em Volta Redonda;

11-**FRANCISCO CHAGAS LOPES**, brasileiro, casado, 40 anos, funcionário da CSN, residente na rua 209, nº861, casa 1 em Volta Redonda;
12-**GUILHERME CARLOS KOHLER**, brasileiro, casado, 25 anos, funcionário da CSN, residente na rua 25-A nº81, aptº 608, em Volta Redonda;
13-**HÉLCIO TEIXEIRA**, brasileiro, casado, 29 anos, Engenheiro da CSN, residente na rua 25-A, nº81, Vila, em Volta Redonda;
14-**JOACYR PATRIOTA**, brasileiro, casado, 25 anos, funcionário da CSN, residente na rua Marconi, nº682, em Volta Redonda;
15-**JOAQUIM MARTINS BASTOS**, brasileiro, casado, 42 anos, funcionário da CSN, residente na rua 552, nº108, Jd. Paraiba, em Volta Redonda;
16-**JOSÉ EMÍLIO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, 42 anos, funcionário da CSN, residente na rua General Rebelo, nº15, Saudade, em Barra Mansa – RJ;
17-**JOSÉ LUÍS MANHÃES GESUALDI**, brasileiro, casado, 30 anos, funcionário da CSN, residente na rua Sávio Gama, nº362, em Volta Redonda;
18-**LUIZ BICCA DE ALENCASTRO**, brasileiro, casado, 45 anos, funcionário da CSN, residente á rua48, nº44, em Volta Redonda;
19-**NILSON COSTA**, brasileiro, 28 anos, funcionário da CSN, residente na rua33 nº65, Stª Cecília, em Volta Redonda;
20-**PEDRO FLOY FRITSCH**, brasileiro, casado, 49 anos, funcionário da CSN, residente na rua42, nº56, Stª Cecília, em Volta Redonda;
21-**WALMYR BARBOSA**, brasileiro, casado, 39 anos, funcionário da CSN, residente na rua 17-B nº271, aptº11, em Volta Redonda;
22-**WILLY DO NASCIMENTO SALES**, brasileiro, casado, 34 anos, funcionário da CSN, residente na rua 2 nº54, Vila Mury, em Volta Redonda;
23-**ADALTO HELENO PEREIRA**, brasileiro, casado, 38 anos, trabalhando na CSN, residente na rua 4, nº370, Conforto, em Volta Redonda;
24-**ADY GIGANTE**, brasileiro, casado, 45 anos, funcionário da CSN, residente na rua 412, nº17, Stª Cecília, em Volta Redonda;
25-**ARGENIL MENDES DE SÁ**, brasileiro, casado, 42 anos, funcionário da CSN, residente na rua 551, nº 877, Nossa Senhora das Graças, em Volta Redonda;
26-**DEMERVAL PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, 43 anos, funcionário da CSN, residente na rua 31, nº25, em Volta Redonda;
27-**ESTANDISLAU TORRES**, brasileiro, casado, 41 anos, funcionário da CSN, residente na rua 17-A, nº 266, Bella Vista, em Volta Redonda;
28-**EURIPEDES ESTRELA**, brasileiro, 47 anos, funcionário da CSN, residente na rua 21, nº1119, em Volta Redonda;
29-**FRANCISCO ARANHA VIRIATO**, brasileiro, casado, 28 anos, funcionário da CSN, residente na rua Machado de Assis, nº1, em Volta Redonda;

30-**GERALDO LEAL RIBEIRO**, brasileiro, desquitado, advogado, residente na rua Barão de Guapi, nº 128, em Barra Mansa – RJ;
31-**GERALDO MARCELO**, brasileiro, casado,45 anos, funcionário da CSN, residente na rua 53, nº20, bairro 60, em Volta Redonda;
32-**GUSTAVO ALVES DE LIMA**, brasileiro, casado, 45 anos, funcionário da CSN, residente na rua 249, nº80, fundos, em Volta Redonda;
33-**HELIO GONÇALVES NEVES**, brasileiro, viúvo, 33 anos, funcionário da CSN, residente na Av. Sávio Gama nº2255, Retiro, em Volta Redonda;
34-**ISMAR ALVES RODRIGUES**, brasileiro, casado, 48 anos, advogado da CSN, residente na rua Henrique Dias, nº26, aptº 102, bairro Rocha na Guanabara;
35-**ISRAEL SANT'ANNA**, brasileiro, desquitado, 48 anos, funcionário da CSN, residente na rua 2, nº305, em Volta Redonda;
36-**JOAQUIM ANTONIO SALES**, brasileiro, casado, 50 anos, funcionário da CSN, residente na rua 50, nº19, em Volta Redonda;
37-**JOÃO DOMINGOS**, brasileiro, casado, 51 anos. Funcionário da CSN, residente na rua 316, nº25, bairro 60, em Volta Redonda;
38-**JOÃO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, 40 anos, funcionário da CSN, residente na rua 160, nº232, aptº 31, em Volta Redonda;
39-**JOSÉ DE MOURA VILAS BOAS**, brasileiro, casado, 34 anos, engenheiro da CSN, residente na rua 159 nº164, Laranjal em Volta Redonda;
40- **JOSÉ FERREIRA ARAÚJO**, brasileiro, casado, 41 anos, funcionário da CSN, residente na rua 221, nº4, Conforto, em Volta Redonda;
41-**OTTO GIBSON CAMPOS DE CARVALHO**, brasileiro, casado, 41 anos, funcionário da CSN, residente na rua 545, nº43, JD Paraíba, em Volta Redonda;
42-**ODAIR BENEDITO DE AQUINO E SILVA**, brasileiro, casado, 37 anos, funcionário da CSN, residente na rua 1, nº14 em Volta Redonda;
43-**OTHON REIS FERNANDES**, brasileiro, casado, 41 anos, funcionário da CSN, residente na rua 21, nº48 – A, bairro Santa Cecília, em Volta Redonda;
44-**WALDIR AMARAL BEDÊ**, brasileiro, casado, 26 anos, funcionário da CSN, residente na rua 230, nº109, aptº 21, Volta Redonda;
45-**WANDIR DE CARVALHO**, brasileiro, casado, 39 anos, funcionário CSN, residente na rua 150, nº59, em Volta Redonda;
46-**ADELINO PEREIRA PALMEIRA**, brasileiro, desquitado, 45 anos, motorista da CSN, residente na rua 552 nº46, Jardim Paraiba, em Volta Redonda;
47-**ANAXIMANDRO RATTES**, brasileiro, casado, comerciário, 34 anos, residente na rua Oscar de Almeida Gama, em Volta Redonda;
48-**BENEDITO GARCIA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, funcionário da CSN, residente na rua 539, bairro Nossa Senhora das Graças, em Volta Redonda;

49-**CID PEREIRA BUARQUE DE GUSMÃO**, brasileiro, casado, 30 anos, engenheiro da CSN, residente na rua 162, nº45, em Volta Redonda;
50-**DARCY DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, 32 anos, funcionário da CSN, residente na rua Santa Terezinha, nº104, aptº 2, em Niterói;
51-**DARLEY DE LACERDA ARNEIRO**, brasileiro, casado, 30 anos, funcionário da CSN, residente na rua 245, nº 10, em Volta Redonda;
52-**DOMINGOS MAGALHAES**, brasileiro, casado, 51 anos, funcionário da CSN, residente na rua 548, nº115, em Volta Redonda;
53- **ELY DA SILVA AGUIAR**, brasileiro, casado, 36 anos, Agente da CSN, residente na rua 39 № 14, Conforto em Volta Redonda;

54- **FIDELIS PEREIRA CORTES**, brasileiro, casado, 48 anos, funcionário da CSN, residente na rua 220 № 75, em Volta Redonda;

55- **FLORIVALDO CIARELLI** brasileiro, casado, 26 anos, funcionário da CSN, residente na rua Toledo Piza № 180-fundos, bairro São João em Volta Redonda;

56- **FRANCISCO CARVALHO DE CASTRO**, brasileiro, casado, 31 anos, funcionário da CSN, residente no Grupo № 203,casa 6, bairro Acampamento Central em Volta Redonda

57- **HJALMAR ASTÁCIO RIOS**, nicaragüense, casado, 30 anos, funcionário da CSN, residente na rua 545 № 645, em Volta Redonda;

58- **INALDO ALBUQUERQUE DE CARVALHO**, brasileiro, casado, 43 anos, funcionário da CSN, residente na rua 233 № 15, Conforto em Volta Redonda;

59- **IRACINDO DE MIRANDA**, brasileiro, casado, 41 anos, funcionário da CSN, residente na rua 233 № 18, Conforto em Volta Redonda;

60- **JOAQUIM FELIPE DE BARROS**, brasileiro, casado, 44 anos, funcionário da CSN, residente na rua 60 № 583,bairro 60 em Volta Redonda;

61- **JOAQUIM LEOCÁDIO**, brasileiro, casado, 42 anos, funcionário da CSN, residente na rua 62 № 574, em Volta Redonda;

62- **JOÃO BATISTA DE ABREU**, brasileiro, casado, 29 anos, funcionário da CSN, residente na rua 62 № 219,bairro 60 em Volta Redonda;

63- **JOÃO CLÍMACO FILHO**, brasileiro, casado, 38 anos, funcionário da CSN, residente na rua 205 № 10, em Volta Redonda;

64- **JOÃO IGNÁCIO DA SILVA**, brasileiro, casado, 44 anos, funcionário da CSN, residente na rua 166 № 45, apt. 21, bairro Sta. Cecília, em Volta Redonda;

65- **JORGE FERNANDES**, brasileiro, casado, 31 anos, funcionário da CSN, residente na Av. Bitis, lote 15, Retiro, em Volta Redonda;

66- **JOSÉ AMÂNCIO DA SILVA**, brasileiro, casado, 49 anos, funcionário da CSN, residente na rua 56 № 1, em Volta Redonda;

67- **JOSÉ GARCIA DE SOUZA**, brasileiro, casado, 37 anos, funcionário da CSN, residente na rua 551 № 987, em Volta Redonda;

68- **JOSÉ MACHADO FEITOSA**, brasileiro, casado, 42 anos, funcionário da CSN, residente na rua 239 № 16, em Volta Redonda;

69- **LUIZ GONZAGA DA SILVA**, brasileiro, casado, 36 anos, funcionário da CSN, residente na rua São Paulo № 164, Eucaliptal em Volta Redonda;

70- **MARINHO SANTIAGO**, brasileiro, casado, 47 anos, funcionário da CSN, residente na rua 26 № 40, em Volta Redonda;

71- **NELSON SILVA**, brasileiro, casado, 47 anos, funcionário da CSN, residente na rua 26, nº40, em Volta Redonda;

72- **QUERUBINO DIAS LEÃO**, brasileiro, casado, 37 anos, funcionário da CSN, residente na rua 41F, nº 134, Santa Cecília, em Volta Redonda;

73- **RUBEM PROTA**, brasileiro, casado, 44 anos, funcionário CSN, residente na rua 233, nº 11, em Volta Redonda;

74- **SEBASTIÃO VILELLA DE ANDRADE**, brasileiro, casado, 25 anos, funcionário da CSN, residente na rua Cel. Macedo Soares, nº103, Retiro, em Volta Redonda;

75- **UBIRAJARA ALVES RAMOS**, brasileiro, solteiro, 36 anos, funcionário da CSN, residente na rua 33, nº106, em Volta Redonda;

76- **VICENTE FRANCISCO DE CARVALHO**, brasileiro, casado, 48 anos, funcionário CSN, residente na rua 245, nº11, em Volta Redonda;

77- **WANILDO DE CARVALHO**, brasileiro, casado, 48 anos, Engenheiro da CSN, residente na rua 4, nº 256, em Volta Redonda;

LISTA DE 113 OPERÁRIOS GREVISTAS DE 1964 DEMITIDOS DA CSN-FEM (TODOS SEM RECONHECIMENTO DE ANISTIADOS POLÍTICOS)

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF*

Arquivo Genival Luiz da Silva

A lista de operários demitidos que não havia ainda sido registrada pela história constitui-se numa das mais importantes descobertas da pesquisa da Comissão da Verdade

D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda: essa lista de 113 operários que foram punidos com demissão pela direção civil-militar que assumiu a companhia siderúrgica nacional a partir do golpe de 64. Todos esses 113 operários foram demitidos porque "tentaram levar os colegas à greve" dentro da USINA PRESIDENTE VARGAS, sendo que nenhum deles foi reconhecido até agora como anistiado político:

ALCIDES LINO PEREIRA
ANAMIR DIAS MALTA
ANDRÉ FREITAS RIBEIRO
ANSELMO TAVARES (PRESO EM 21/04/64)
ANTENOR DE MELO
ANTONIO B. CANEDO
ANTONIO BATISTA
ANTONIO C. SMIDHT
ANTONIO FRANCISCO PEREIRA
ANTONIO S. C. SOARES
ANTONIO SILVA OLIVEIRA
ANTONIO DA ROCHA MACHADO (PRESO EM 02/04/64)
ARCÁDIO FERNANDES GOMES
ARMANDO JOSÉ MENDONÇA
ARNESTINO DE OLIVEIRA
ARY AZEVEDO SILVA
ARY DUTRA
ARY MARTINS DE ARAUJO (PRESO EM 05/04/64)
ASTROGILDO ISABEL
BENEDITO ALBINO DA SILVA
BENEDITO CASSIANO DE ARAUJO
CARLOS F. DE OLIVEIRA
CARLOS N. BARBOSA
CLACY MENEZES
CLEVERDI MOREIRA

EDSON BROCHADO

EDSON DOS PASSOS VALIM

ELISAS FAISINO DE LIMA

ELOI ROCHA

ELPIDIO SANTOS FILHO

EMÍLIO DA SIVA PINTO

ERALDO DUARTE DE MENEZES

EUDEMIR G. LIMA

FERNANDO PEREIRA

FRANCISCO EVANGELISTA

FRANCISCO GUILHERME DE SOUZA

GABRIEL GUERRA

GAMALIEU F. MURTH

GENILSON P. DA SILVA

GERALDINO R. DE SOUZA

GERALDO DOMICIANO DA SILVA

GERMIL RODRIGUES DE OLIVEIRA

GIL FELISBERTO DE ASSIS

GILDO DE NELO FORSTER

GONÇALO ARAUJO LIMA (PRESO EM 21/04/64)

HÉLIO RIBEIRO

HUMBERTO BARTOLOMEU DE MELO (PRESO EM 02/04/64)

IDELFONSO JORGE AQUINO E SILVA

IRANIR PEREIRA DA SILVA (PRESO EM 28/04/64)

ISMAR DE O. PEREIRA

IVANIR BAENO

JEFERSON PATRIOTA (PRESO EM 18/04/64)

JOÃO B. DE OLIVEIRA

JOÃO NASCIMENTO DOS SANTOS

JOÃO SOARES DE OLIVEIRA

JOAQUIM ANTONIO DA SILVA

JOAQUIM DE AZEVEDO CÔRTES

JOAQUIM LOURENÇO (PRESO EM 02/04/64)

JOAQUIM DE PAULA FILHO

JORGE DA CUNHA FERREIRA

JOSÉ A. DE A. BITTENCOURT

JOSÉ A. DE LOS PINTO

JOSÉ AUGUSTO DE CARVALHO

JOSÉ C. DE A. SALEH

JOSÉ EDMUNDO MENDES

JOSÉ FERNANDES

JOSÉ G. LEMOS

JOSÉ GOLÇALVES PAULINO (PRESO EM 03/04/64)

JOSÉ GONZAGA DE ARAUJO (PRESO E 03/04/64)

JOSÉ M. P. GOMES

JOSÉ MARIA NEVES

JOSÉ RODRIGUES DE PAULA (PRESO EM 26/04/64)

JOERGE DE SOUZA

JOSÉ R. LINHARES

JOSÉ SÉRGIO DOS NASCIMENTO

JOSÉ TOMÉ DE SOUZA

JUAREZ B. DE AZEVEDO

JUSTINO FERREIRA GOMES

JUDANDYR B. DOS SANTOS

LACYR A. CRUZ

LOURIVAL PEREIRA FERREIRA

LUCIO BARBOSA DOMINGOS

LUIZ A. RUBINI

LUIZ ARMANDO PITOMBEIRA

MANOEL E. B. MARTINS

MANOEL H. S. JÚNIOR

MANOEL DOS SANTOS

MANOEL VIDAL (PRESO EM 03/04/64)

MARTINS FRANCK

MATHUSALÉM GUERRA

MAURÍCIO TEIXEIRA

MIGUEL PEREIRA TOLEDO

MOISÉS C. DA SILVA

NAUTO PERES DE ABREU

NELSON ANTONIO DA SILVA

NELSON RODRIGUES

NIVALDO B. DE SOUZA

NIVALDO BADARÓ DA SILVA

PAULO DRUMOND DOS SANTOS

PAULO LEIS DA SILVA (PRESO EM 03/04/64)

PEDRO SILVA

PÉRCIO IMBRAIM PÁIVA

PETERSON MOREIRA REZENDE (PRESO EM 02/04/64)

PLÁCIDO TENÓRIO DA SILVA (PRESO EM 18/04/64)

ROBERTO ANTÔNIO F. NOGUEIRA

RUBENS J. DE OLIVEIRA

RUI REZENDE MARTINS

SALVADOR PEREIRA

SAMUEL ANTÔNIO DE PAULA REIS (PRESO EM 03/04/64)

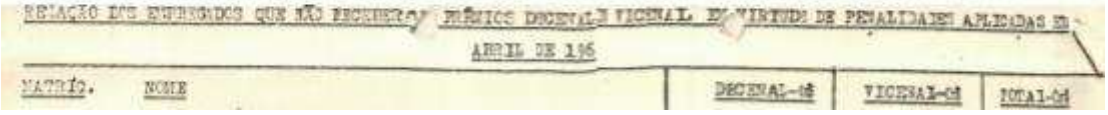
SEVERINO DE ALMEIDA PEREIRA

TELMO JOSÉ V. DA SILVA

THEOTÔNIO A. CARRILHO

WILSON GONÇALVES NEVES

Além dos 190 operários demitidos pela CSN, acima citados, houve também a punição para empregados da CSN-FEM que foram identificados como participantes do movimento de resistência dos metalúrgicos, liderados pelo Sindicato, contra o Golpe Civil-Militar de 64.


RELAÇÃO DOS EMPREGADOS QUE NÃO RECEBERAM PRÊMIOS DECENAL E VICENAL EM VIRTUDE DE PENALIDADES APLICADAS EM ABRIL DE 196

MATRÍC.	NOME	DECENAL-Cr$	VICENAL-Cr$	TOTAL-Cr$

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF*

Banco de Dados dos Arquivos da CSN

Dossiê dos empregados demitidos e dos punidos de 1964

FRANCISCO C. DE CASTRO

CLAVERCY MOREIRA

NIVALDO BADARÓ SILVA

JOÃO B. DE ABREU

JOSÉ A. DE LOS PINTOS

ISMAR DE O. PEREIRA

ASTROGILDO ISABEL

JOÃO DE B. OLIVEIRA

JOÃO B. DE OLIVEIRA

ANTONIO C. SMITH

GIL DE MELO FORSTER

ELOY ROCHA

RUY RESENDE MARTINS

HJALMAR

MARTINHO FRANCK

LACYR A. DA CRUZ

JÚLIO C. CERIBELA

ARMANDO JOSÉ MENDONÇA

JOSÉ A. DE A. BITTENCOURT

NIVALDO DE SOUZA

HÉLIO GONÇALVES NEVES

TELMO JOSÉ DA SILVA

JUAREZ B. DE OLIVEIRA

CARLOS F. B. DE OLIVEIRA

DARLEI DA L. ARMEIRO

THEOTÔNIO A. CARRILHO
JOSÉ R. LINHARES
MANOEL E. S. MARTINS
IVANIR BUENO
MANOEL R. S. JÚNIOR
JOSÉ M. P. GOMES
JOSÉ O. LEMOS

JOÃO FERREIRA DE SOUZA
PEDRO DE CARVALHO NASCIMENTO

ANTONIO SILVA DE OLIVEIRA
LOURIVAL PEREIRA FERREIRA
ANTÔNIO MONTEIRO DO S. NETO
PEDRO FERNANDES JUNIOR
JOSÉ MARQUES MOREIRA
OSEAS MACIEL
ESTANILAUS TÔRRES
JOAQUIM LEOCADIO DA SILVA
JOÃO NEPONUCENO DE SOUZA
OCTÃO MONTEIRO DOS REIS
GERALDO A. DE CARVALHO
SEVERINO DE SOUZA LIMA
EMANEL LOBO
LUCAS CANDIDO
CLAUDIO IVAL BARBOSA DE SOUZA
JOSÉ MOREIRA PIMENTA
NAUDIR R. BEDÊ
UBIRAJARA A. RAMOS

EDGARD MONTEIRO CARIBE FILHO
UDSON RODRIGUES DOS SANTOS

JOAQUIM LEOCADIO
PEDRO BARBOSA
EDSON LINS
IVO GONÇALVES DA COSTA

CARLOS DE OLIVEIRA PEREIRA
JOÃO BATISTA DE MOURA
ROBERVAL DO ARAÚJO PADILHA
ANTÔNIO RODRIGUES SOUZA
JÚLIO PINTO
JOÃO MÉDICI ÁVILA

CLÁUDIO H. OLIVEIRA EBELENG
JOSÉ GETULIO SIMÕES
JOSÉ BONIFÁCIO DE CASTRO
ALEXANDRE DA ROSA FONSECA
ERLI RIBEIRO
SÓCRATES LOPES MACHADO
JOSÉ DE OLIVEIRA MARTINS
JOSÉ ANTONIO PEREIRA
OTACÍLIO ANTÔNIO DOS SANTOS
AMADOR LUIS DA SILVA
AURENIVEL FRANCISCO DE OLIVEIRA
FIDELIS PEREIRA CÔRTES
JOSÉ BERNABÉ DA SILVA
JOAQUIM FILIPE DE BARROS
JOSÉ SEBASTIÃO NUMES
ANTÔNIO DE CAMPOS LEITE
ATAYALNA DE MORAIS
JOSÉ VITOR MOREIRA
ELIO DE SOUSA OLIVEIRA
SEVERINO DE ALMEIDA PEREIRA

JOÃO GONÇALVES COELHO

JOSÉ JÚLIO PACHECO

IVO F. SILVA

LUIS F. TÔRRES

SALVADOR DA SILVA

NELSON F. DE ALMEIDA

JOSÉ LUIS

AGOSTINHO A. NOGUEIRA

HORÁCIO T. SANTOS

JOÃO G. LIMA

DOMINGOS CARNEIRO

HÉLCIO CARDOSO

DURVAL A. FILHO

JAIME S. DA SILVA

JAIR T. DA SILVA

LUIZ S. GAREIA

SEBASTIÃO E. LIMA

EVERALDO DE S. BENFICA

JORGE COSTA

JOSÉ M. FILHO

ERNESTO DE D. LOPES

OSMAR J. FRANKLIN

RAYMUNDO R. FONSECA

SOMIM ALVES VALENTO

ADISON ALVES

HUGO C. DE AMARAL

KLEBER KNUPP

MANUEL M. DE OLIVEIREIRA

SEBASTIÃO S. PORTO

JOAQUIM G. FONTES

SEBASTIÃO RESENDE

BRAULINO G. DE BRITO

SEBASTIÃO J. DA SILVA

GILBERTO DA SILVA

ANTÔNIO D. DA SILVA

RAIMUNDO DA COSTA

ELTEVINO ISAQUE SILVA

WALDEVINO J. PEREIRA

AQUILES H. FERNANDES

GERALDO M. RUELA

GERALDO F. TOMAS

JOSÉ B. DE ASSIS

MAURICIO O. MOREIRA

COLOMBIANO A. CARRILHO

WALDIR S ALMEIDA

JOSÉ C. CAMPOS

JOSÉ R. TALCON

NILSON M. SILVA

NOEBI C. NASCIMENTO

DARCI VERRI

OSVALDO RODRIGUES

HÉLIO JOSÉ ALVES

FLAVIO B. SANTANA

VICENTE BARCELES

HUMBERTO DALBRA

JUARES T. SANTOS

VICENTE P. FERREIRA

ANTÔNIO BATISTA

GERALDINO R. SOUZA

HÉLIO RIBEIRO

GENILSON P. DA SILVA

JOÃO FERREIRA DE SOUSA

PÉREIO IMBRAIN PAIVA

NELSON RODRIGUES

ANTENOR DE MELO

JACY R. ABREU

JOSÉ F. DA SILVA

EDIMAR W. DIAS

PEDRO R. OLIVEIRA

GERALDO GALDINO

LAORENTINO SILVA

JOSÉ GONÇALVES

ANTÔNIO A. FILHO

EDESON GERHARDT

SEBASTIÃO MOREIRA

EIDER E. MENESES

NELSON DE SOUZA

NADIR DE MATOS

JOÃO N.MAIA

ALVINO A. DA SILVA

MANOEL P.DA SILVA

SEBASTIÃO A. MOREIRA

JÚLIO S. DO CARMO

ORLANDO G.S. MACHADO

ANTONIO DE D. CONCEIÇÃO

MANOEL P. BROTAS

FERNANDO M. GOLVÊA

ARISTACHO L. SILVA

FLORIANO P. KOZIRWSICI

WALTERMILER S. MARTINS

NILTON G. SILVA

ROMI PEREIRA

GENES T. LIMA

ARMANDO F. DE ALMEIDA

JOSÉ D DA SILVA

RUBOM D. ALVES

LAIZ O. SOUZA

PEDRO FÔRTE

JOSÉ O. RODRIGUES

JOÃO BELIZARIO

ELIZARIO C. DIAS

RELATO DE EXPERIÊCIA DA PRISÃO E INTERROGATÓRIOS NO 1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA (1º BIB) E NA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN)

As experiências da detenção pelo Exército, vivenciadas pelas lideranças, foi relatada em diversas entrevistas a seguir reproduzidas:

> "Eu fui preso três vezes. A primeira prisão aconteceu porque no dia do golpe o Sindicato tava fazendo protesto contra a política contraria ao Sindicato. Botaram policiais dentro da Companhia. Eu estava trabalhando. Porem nós éramos do Sindicato, tomamos uma atitude; O Exército podia prender todos nós. Eu fui pra casa, como meu nome constava lá no Sindicato, no livro dos Delegados Sindicais, o Exército mandou uma patrulha de 7 soldados na minha casa pra me prender. O Exército chegou lá numa caminhonete e falou assim: " O senhor está convidado pra ir lá em Barra Mansa no BIB." Entrei na caminhonete, e fui pro BIB. Acho que fiquei lá onze dias . não fomos interrogados. Só na terceira vez que fui preso que fui interrogado. Fui liberado e voltei pro trabalho. Fui trabalhar. A segunda prisão foi poucos dias depois. Fui chamado novamente. Eu tava no trabalho na Usina. Nessa segunda prisão fiquei lá uns 13 dias. Também não fui interrogado. Agora na terceira vez que eu fui preso, também dentro da CSN, fui ouvido. Fiquei no BIB uns 3 ou 4 dias daí me botaram num camburão e me levaram pra Resende na Academia. Entre a primeira e a segunda prisão foram poucos dias e entre a segunda e a terceira também foram poucos dias. Fiquei 3 dias na AMAN. O Coronel Luciano Salgado me interrogou. Achei as perguntas um tanto vazias, sem conteúdo mais interessante. Uma das perguntas feita pelo Coronel: " - O senhor comeu castanha no Natal?" Eu disse: "- Comi." " – Quem deu castanha pro senhor foi o Sr. Othon Reis?" Eu respondi: "- Não, eu comi a castanha porque eu comprei pra comer com meus filhos na minha casa." Essa foi a verdade que eu dei pro Coronel. "- O senhor

> pertence ao Sindicato?" "- Eu pertenço ao Sindicato." " – Porque o sindicato é a aglomeração de trabalhador. Eu sou trabalhador, pertenço ao Sindicato. Tenho a obrigação de ser do Sindicato!!!" Ele virou pra mim e falou: "- Eu vou mandar o senhor pra casa." Peguei meus objetos e fui pra casa. Porém o processo continuou, eu tava lá como subversivo comunista" (Depoimento de José Emídio).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS – UFF*

Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Depoimentos gravados em áudio: José Emílio (2005)

Outros depoimentos de presos políticos e operários, em 1964, revelam uma mudança no rumo do Inquérito Policial Militar, deixando de abordar a resistência grevista no dia do golpe para se concentrar na apuração do "grupo dos onze", em Volta Redonda e numa possível resistência armada a partir do Sindicato dos Metalúrgicos, como comprovam as entrevistas, o IPM-CSN № 1569/64 e o Ato Institucional № 1 aplicado sobre os sindicalistas de Volta Redonda.

> "Fui levado pra Resende, lá pelo mês de setembro de 64, o golpe foi em abril. O nome eu não sei, sei quem foi um Coronel lá que entrevistou; tinha um cidadão datilografando minhas respostas e um cidadão armado com um fuzil toda vez que ia responder. Ele me perguntou se eu participava do Grupo dos Onze. Eu não tinha conhecimento desse Grupo dos Onze, eu falava que não sabia; aí me cutucavam com aquele fuzil. "Mas você conhece José Emílio?" " É do mesmo departamento que eu trabalho, DRM!" " A conversa de vocês é sobre o Grupo dos Onze?" " Eu não sei o que é o Grupo dos Onze!"Aí eles me cutucavam com o fuzil. Chegou a me dar hematomas com tanta cutucada. Me perguntavam dos colegas do DRM, perguntou do Oto Gibbis, o Estrela, do José Bonifácio, do Clodoaldo, todos do DRM. Aí fez uma pergunta que me causou espanto, se eu tinha arma de fogo na minha casa. Eu tinha foice, enxada. Aí eles acharam que era deboche e tornaram a me cutucar. Aí mandaram um carro de Exército lá na minha casa,lá eles entraram,minha mulher ficou espantada, reviraram a casa toda, levantaram colchão, viraram a cama quando eles verificaram que não tinha mesmo que não tinha arma alguma. "Depois me dispensaram, fiquei vigiado e me convidaram a pedir demissão da CSN" (Depoimento de Jorge Fernandes).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS – UFF*

Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Depoimentos gravados em áudio: Joel Mendonça (2005)

O Coronel, ao qual se referiu o entrevistado anterior, era o Tenente-Coronel Luciano Salgado Gomes, o mesmo que comandou o golpe, juntamente com o Diretor Industrial da CSN. A condução do IPM-CSN (1569/64), nos meses que se seguiram ao golpe de 1° de abril, indicaria uma ação "subversiva" armada, organizada a partir o "Grupo dos Onze", e os operários militantes sindicais, principalmente da FEM, do DOP e DRM, onde ocorreu a resistência grevista ao golpe, tornaram-se os principais suspeitos de envolvimento numa suposta "resistência armada" (2º Caso de Graves Violações dos Direitos Humanos em Volta Redonda– IPM 1.556/64).

O IPM da CSN foi ferido de morte com a aprovação do Habeas Corpus nº 28.097, de 15 de dezembro de 1965, pelo Supremo Tribunal Militar. Esse HC derivou de pedido do advogado Dr. Lino Machado que representava os ex-funcionários da CSN (Walmir Barbosa de Menezes Brito, Pedro Eloy Fritsch e Luiz Bicca de Alencastro) demitidos antes mesmo da conclusão do processo na 3ª Auditoria Militar da 1ª Região Militar.

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF*
Arquivo Genival Luiz da Silva

Os Ministro do STM entenderam que as denúncias do IPM acolhidas pelo Promotor do Ministério Público Militar eram ineptas, com afirmações genéricas, vagas, indeterminadas e imprecisas porque não houve narrativa de fatos concretos criminosos (e nem dos seus respectivos locais e datas individualmente) identificados que houvessem cometidos os acusados. Em 21 de abril de 1927, diante da decisão do STM no HC 28.097, o Promotor da 3ª Auditoria Militar pediu o arquivamento do IPM contra os 77 ex-empregados da CSN.

Esse arquivamento demonstra, com toda evidência, que a Direção Civil-Militar da Companhia Siderúrgica Nacional, a partir do Golpe de 64, agiu como verdadeiro poder

de Estado Ditatorial através de atitude autoritária e arbitrária ao demitir sumariamente, não somente os 77 indiciados (que foram inocentados do IPM), como também, os 113 operários, que nem mesmo foram indiciados, apenas foram demitidos por apoiarem o movimento de defesa do Governo João Goulart e aderirem à greve de 1º de abril de 1964 na Usina Presidente Vargas.

Esse IPM 1569/64 foi cancelado e todos foram inocentados, mas todos os 190 ex-funcionários já haviam sido punidos previamente pela Companhia Siderúrgica Nacional, não apenas com as demissões sumárias, mas com o despejo de todas as famílias dos sindicalistas das casas da CSN, sendo todas famílias banidas das políticas culturais, educacionais, recreativas e sociais da empresa. Além disso, o "Arquivo Confidencial" da CSN marcou para sempre os sindicalistas que não conseguiam emprego em nenhum outro lugar, mesmo fora de Volta Redonda.

TESTEMUNHO DA VERDADE:

ROSALICE FERNANDES (FILHA)

DATA DO DEPOIMENTO: 06/06/2014

MEMORIAL DA VERDADE - **OTHON REIS FERNANDES**

O atingido, Othon Reis Fernandes, nasceu em Juiz de Fora e saiu da vida rural para construção da Usina Siderúrgica Nacional, integrando a grande corrente migratória da população rural mineira para Volta Redonda. Por ter o curso primário (poucos migrantes tinham naquela época), tornou-se fiscal de concreto nas obras da usina e da cidade; No final dos anos 40, tornou-se gerente de pessoal (RH), que lhe possibilitou conhecer os trabalhadores e, principalmente, seus problemas com chefia no chão da fábrica, que se registravam nos boletins de ocorrência da empresa. Casou-se com Alice Magaldi (professora primária), e tiveram seis filhos, eram da religião Espírita Kardecista.

No início dos anos 50, filiou-se o PTB e tornou-se líder político. Na usina, tornou-se líder sindical denunciando o sistema militarista da direção da CSN e conquistou a Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos, com a chapa Independência, em 1957, vitorioso em três eleições seguidas, até 1963. No seu mandado, o poder sindical dos metalúrgicos de Volta Redonda ganhou projeção nacional e internacional. As conquistas e organização do movimento operário na CSN tornaram-se modelo para o movimento sindical brasileiro. Em 1962, Othon foi eleito pelos trabalhadores da CSN o Diretor Social da empresa (importante conquista das reivindicações do Sindicato dos Metalúrgicos).

No Golpe Civil-Militar de 64, Othon liderou a ocupação da Rádio Siderúrgica para integrar a “rede da Legalidade” em apoio ao Governo João Goulart. Fez um discurso chamando os operários a se unirem com o Sindicato (que, apesar de ter perdido na última

eleição para a chapa de Lima Neto, apoiou sua liderança de resistência) e defenderem o Governo democrático, nacionalista e trabalhista. Os militares do BIB invadiram a Rádio e prenderam Othon e seus companheiros.

Durante 45 dias, Othon foi mantido preso incomunicável na AMAN, em Resende. Depois que as visitas foram liberadas, aos domingos, a esposa, Alice, e a filha, Rosalice, o visitavam. Ele não reclamou de tortura física. Depois de 5 meses, foi liberado, mas foi detido por dois dias, no BIB, no Sete de Setembro. Foi demitido da CSN, despejado da casa, e não tendo como sobreviver, foi com a família para Niterói, sobre abrigo do Deputado Rubens Paiva. Candidatou-se a deputado em 1966, pelo MDB, mas foi cassado e sua esposa, o substituiu na candidatura, mas também foi cassada.

Entre 1967 e 1968, administrou uma grande obra pública de conjunto habitacional na Pavuna, no Rio de Janeiro, que os deputados Rubens Paiva e Bocaiuva Cunha conseguiram encaixá-lo, e ele levou mais de 70 companheiros de Volta Redonda, desempregados pela repressão do Golpe de 64, para trabalhar lá com ele. Apoiou a chapa Azul nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, em 1968, que ganhou, mas a direção foi cassada no AI-5.

TESTEMUNHO DA VERDADE:

CLEIDE DE LIMA LEÃO (FILHA)

DATA DO DEPOIMENTO: 06/06/2014

MEMORIAL DA VERDADE - **NESTOR LIMA**

O atingido, Nestor Lima, nasceu em Juazeiro, na Bahia, mas sua família migrou para Barbacena para trabalhar em fazendas. Quando cresceu, tornou-se ferroviário foguista da RFFSA, em Minas Gerais.

Casando-se com Maria Reis de Lima em Soledade, MG. Em 1944, veio para Volta Redonda, para trabalhar na construção da Usina Siderúrgica.

Nestor Lima ingressou no movimento sindical e assumiu a presidência do Sindicato, cuja gestão durou de 1955 a 1957, com muita atuação e conquistas sindicais.

No golpe civil-militar de 64, soldados do 1º BIB invadiram a casa de Nestor Lima, arrombando a porta, durante a noite, sem ordem judicial, com muita truculência e brutalidade. Da mesma forma que se sucedeu na casa de seu pai, a casa dela foi invadida por soldados do 1º BIB, sem ordem judicial, com muita truculência e brutalidade. Como não encontraram Nestor Lima, levaram detidos, para delegacia de volta redonda, o tio e primo do genro que chegaram na hora da invasão e tentaram impedir a agressão. Ficaram uma semana presos, dormindo no chão, sem nenhuma acusação, apenas por causa do poder arbitrário do movimento golpista de 64. No dia seguinte, Nestor Lima foi preso pelos soldados do 1º BIB, sem mandato judicial, em casa e disse: "não esperem por mim. Costuma-se ir assim e não voltar mais".

Nestor Lima permaneceu preso incomunicável por dois meses, primeiro no BIB e, depois, na AMAN, em Resende. A família permaneceu esse tempo sem ver o pai, sem renda (pois o salário foi cortado), sem ganho das aulas particulares que a mãe dava para trabalhadores que tentavam exame de admissão na CSN (com receio eles abandonaram as aulas e outros futuros alunos não procuravam mais). Na entrada para visita, na AMAN, as moças sofreram constrangimento da revista por soldados que a levavam para um cômodo fechado e as apalpavam com desrespeito, de modo moralmente constrangedor, que as marcaram para a vida toda, pois havia a intensão de abuso sexual, tornando-se um trauma para todas.

Depois que foi solto da prisão, Nestor Lima foi demitido da CSN, despejado da casa e não conseguia mais emprego porque seu nome estava na lista dos operários subversivos da CSN. Fez acordo com a CSN e comprou uma casa simples. Passou a viver de biscate e a esposa retornou às aulas particulares. As filhas mais velhas, ao se tornarem maiores, conseguiram emprego. No 7 de Setembro de 1964, foi detido por um dia. No AI-5, em dezembro de 1968, foi preso novamente no 1º BIB, e permaneceu três meses, até ser libertado. A Anistia demorou muito, mas chegou.

TESTEMUNHO DA VERDADE:

SHEILA REGINA SANTOS LIMA (FILHA)

SÉRGIO ROBERTO DOS SANTOS LIMA (FILHO)

DATA DO DEPOIMENTO: 16/06/2014

MEMORIAL DA VERDADE - JOÃO ALVES DOS SANTOS LIMA NETO

O atingido, João Alves dos Santos Lima Neto foi embora de casa, no Piauí, sem avisar, com 14 anos de idade, e migrou para a cidade do Rio de Janeiro, em busca de emprego. Daí veio para Volta Redonda trabalhar na construção da usina siderúrgica, em 1943. Já estava casado com Neuza Cardeal dos Santos Lima. Morou no Acampamento Central, depois no início da Avenida Amaral Peixoto. Tiveram três filhos, mas a primeira filha morreu de meningite, com 2 anos de idade.

Em 1963, Lima Neto formou uma chapa de oposição sindical e ganhou as eleições como Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. A inflação estava muito alta e os salários da CSN muito defasados. Seu objetivo maior era aumentar os salários dos operários da usina. Ele liderou uma campanha salarial no final do ano de 1963 e início de 1964, cuja bandeira era “50% ou greve” e conseguiu, depois de intervenção positiva do próprio Presidente da

República, João Goulart, os 50% de aumento. Foi uma grande vitória que aumentou ainda mais sua liderança com os operários.

Quando veio o Golpe Civil-Militar contra o Presidente João Goulart, Lima Neto liderou uma greve na CSN de apoio ao Governo e contra o Golpe. foi preso dentro da usina presidente vargas, sem mandado judicial. A família passou a procurar por Lima Neto e ninguém dizia onde estava ou o que havia acontecido com ele, ficou desaparecido. A família temia que houvessem matado Lima Neto.

Depois de muito tempo, tiveram notícias de que ele estava preso na AMAN, em Resende, junto com outros companheiros. A esposa, dona Neuza, e o filho Sérgio foram visitar Lima Neto, num domingo, em junho, num quartel dentro da AMAN, com porta de ferro, alojamentos onde ficavam presos e refeitório, onde houve a visita. Ele estava muito abatido, triste e cabisbaixo. Não reclamou de tortura, mas um companheiro preso numa cela ao lado, disse depois que Lima Neto havia sido torturado fisicamente, mas nunca foi confirmado. Amigos disseram que ele havia sido torturado para denunciar o "grupo dos onze" em Volta Redonda e a célula do PCB na cidade. Por não denunciar, ele apanhou muito na AMAN.

Depois que Lima Neto foi solto, em agosto de 1964, ele foi demitido da CSN, cassado pelo AI-1, despejado da casa da CSN à força, com toda sua mobília colocada na rua, foi morar acampado na rua com a família, passaram necessidades, os operários lhes davam mantimentos, roupas e dinheiro. Depois passaram o trator e derrubaram a casa para construção de um viaduto. Para sobreviver tornou-se taxista com dinheiro da indenização da CSN, e muito mais tarde foi anistiado.

TESMUNHO DA VERDADE:

VANI AMARAL BEDÊ (IRMÃ)

WALDYR LEONEL TONOLLI BEDÊ (FILHO)

DATA DO DEPOIMENTO: 19/05/2014

MEMORIAL DA VERDADE - WALDYR AMARAL BEDÊ

O pai de Waldyr Bedê, Edgar Ferreira Bedê era operário eletricista, veio para Volta Redonda para construção da Usina Siderúrgica. A sua infância foi complicada pela doença mental da Mãe, Alzira, que precisou ser internada no hospital psiquiátrico. Foi criado pela tia. Começou a trabalhar na infância de engraxate e vendendo bala. Entrou como mensageiro na CSN com 14 anos de idade, depois foi para departamento de custo. Waldyr Bedê lia muito, tinha redação própria, mas não tinha diploma porque deixou a escola para trabalhar. Com o casamento com a professora Marizza Tonolli voltou a estudar. Tiveram dois filhos.

O atingido, Waldyr Bedê, entrou para o movimento sindical ainda jovem. Othos Reis Fernandes foi uma espécie de pai sindical para ele. Assumiu uma liderança por falar e escrever bem. Waldyr foi eleito Diretor Secretário do Sindicato do Metalúrgicos entre 1961-1963. Representou Volta Redonda e o Brasil em congressos internacionais dos metalúrgicos na Alemanha, EUA, México, Chile, Venezuela e Senegal, de onde trouxe muita experiência de organização sindical.

No Golpe de 1964 foi preso sem mandado judicial quando chegava em casa, no início de abril. Foi levado para o BIB e dali para a AMAN, onde o comandante era o General Médici. O pai de Waldyr era informado por um amigo militar que, por essas informações, terminou por ser preso no próprio quartel de Barra Mansa. Na AMAN,

depois de um tempo incomunicável, passou a receber visitas aos domingos. Estava magro e abatido. Sofria torturas psicológica e moral. Ouviam-se rajadas de metralhadoras à noite.

Depois da prisão, foi demitido e despejado da casa da CSN. Ficou anos sem emprego fixo na cidade. A esposa sustentava a casa como professora pública do Estado. Com sua parca indenização comprou uma casinha simples no alto do Eucaliptal. Em 1967 foi fazer faculdade de História e Sociologia e já começou a lecionar. Passou a assessorar D. Waldyr Calheiros. Com o AI-5, em dezembro de 1968, foi novamente preso sem mandado judicial, na sala de aula na faculdade que estava cursando, em Valença. Foi encarcerado no 1º BIB, em Barra Mansa, juntamente com professor Santini e Prof. Brasil. Lá permanecendo até fevereiro de 1969. Waldyr Bedê saiu da prisão e fez sua carreira como professor e educador de várias gerações da cidade de Volta Redonda. Foi anistiado em 1985.

TESTEMUNHO DA VERDADE:

BRASILINA VIEIRA DALBONI (ESPOSA)

DATA DO DEPOIMENTO: 06/08/2014

MEMORIAL DA VERDADE - LAINOR FERREIRA

O atingido, Lainor Ferreira, era torneiro mecânico no Norte Fluminense e migrou para Volta Redonda, em 1959, já casado com Brasilina Vieira Dalboni, professora primária. Moravam no Bairro Eucaliptal. Conseguiu emprego na Fábrica de cimento Tupi. Já no início participava do Círculo Operário Católico, onde foi se destacando por sua liderança

nas reuniões. Nessa entidade nasceu o convite para se candidatar na chapa como Presidente do Sindicato da Construção Civil, em 1962. Foi vitorioso e assumiu a presidência daquele sindicato, licenciando-se do emprego na Fábrica Tupi. Lainor Ferreira não possuía filiação partidária e nem vínculo com organizações políticas a não ser o Círculo Operário Católico. Era um presidente muito atuante em favor de sua categoria.

No Golpe de 64 não se envolveu diretamente com o movimento dos metalúrgicos na CSN. Mesmo assim, os militares do 1º BIB invadiram a sede do Sindicato da Construção Civil, prenderam Lainor Ferreira, sem mandado judicial, sequestraram toda documentação do Sindicato e o levaram para o quartel do BIB, em Barra Mansa, lá permanecendo incomunicável e sem que o Exército assumisse que ele estava preso.

Sua esposa, Professora Brasilina, com uma filha de 4 anos e grávida do segundo filho, tentava notícias no BIB, mas os militares negavam que ele estivesse preso ali. Até que um dia, o Comandante do quartel veio até o portão e a tratou com muito desrespeito pelo seu estado de gravidez de 7 meses, a ameaçou pendurar de cabeça para baixo se ela continuasse a ir lá no quartel. Depois de dois meses, Lainor foi libertado. Chegou em casa fedendo a creolina, sujo, abatido, magro.

Nos primeiros dias, Brasilina já observou uma mudança de comportamento anormal no esposo. A noite fechava as portas e janelas com muito medo dos militares o encontrarem de novo, numa total paranoia delirante. Lainor estava deprimido, nervoso, não dormia, andava a noite toda e falava sozinho. Então, começou a ter crise psicóticas frequentes. Às vezes, paranoico, com medo dos militares chegarem.

Lainor foi cassado como Presidente do Sindicato da Construção Civil; e foi demitido da Fábrica de cimento Tupi. Não conseguiu mais trabalhar. A família se

sustentava com o salário de professora do Estado da esposa. Nos lapsos de lucidez, Lainor Ferreira confessa ao padre Bernardo Thus que sofrera torturas no 1ºBIB, que bateram a cabeça na parede, ouvia gritos à noite de pessoas sendo castigadas e ouvia rajadas de metralhadora.

A família sofreu total desestruturação com o Golpe Civil-Militar de 64. A esposa e os filhos foram castigados perpetuamente ao serem privados de um pai de verdade, protetor, provedor, lúcido e são. Após muitas crises violentas, e temendo pela integridade física das crianças, Lainor Ferreira foi internado em vários hospitais psiquiátricos. Nunca mais se curou dessa doença. Foi encostado no INSS. Nunca foi anistiado. Morreu doente mental, em 2009, após 55 anos de tortura psíquica.

TESTEMUNHO DA VERDADE:

MARINA GIGANTE RODRIGUES (FILHA) **DATA DO DEPOIMENTO**: 28/05/2014

MEMORIAL DA VERDADE - ADI GIGANTE

Adi Gigante na verdade chamava-se, até a adolescência, na Bahia, Adi da Silva Costa. Sua família era de religião protestante, educação nordestina muito severa e bruta. Adi, quando rapaz, por não aceitar a repressão familiar, saiu de casa sem despedir-se. Veio para Volta Redonda para construção da Usina Siderúrgica. Aqui chegando, sem documentos, rejeitou o nome familiar e criou seu próprio sobrenome, inaugurando assim a família Gigante. Casado com Terezinha Mesquita, dona de casa, a família Gigante, em 1964, compunha-se de oito filhos mais o nono em gestação. Adi Gigante trabalhava no antigo DCQ como mestre de decapagem. O crescimento do movimento sindical dos metalúrgicos na CSN, no início

dos anos 60, levou Adi a participar ativamente das lutas operárias e se tornou, assim, delegado sindical da gestão Lima Neto. Ele era muito participante e envolvido com o sindicato.

No Golpe Civil-Militar de 64, a casa de Adi Gigante, durante a noite, foi invadida por soldados do 1º BIB, sem ordem judicial, com muita truculência e brutalidade, causando um trauma familiar com todas as crianças chorando (a maior tinha 13 anos), a esposa grávida. Daí prenderam Adi Gigante e o levaram para o BIB e depois para a AMAN. Por muito tempo, permaneceu incomunicável. Quando soltaram Adi Gigante, a repressão apenas estava começando. Adi Gigante foi proibido de deixar Volta Redonda e era obrigado a se apresentar no quartel toda semana (para sair da cidade tinha que pedir autorização). Adi Gigante foi demitido da CSN e foi despejado da casa da empresa. Após receber indenização por processo negociado com a CSN na Justiça do Trabalho, que na avaliação dele, era injusta, a necessidade familiar o obrigou a aceitar aquele valor. Comprou uma casinha simples, em 1965, no Bairro Retiro, perto de um córrego afluente do Rio Paraíba do Sul. A enchente do verão de 1966 fez o córrego virar um rio que inundou a casa de Adi que perdeu o pouco que tinha sobrado. Essa tragédia familiar se prolongava no cotidiano, pois Adi não conseguia emprego porque seu nome estava na lista dos trabalhadores subversivos da CSN e as empresas da região se negavam a empregá-lo, e ele estava proibido de deixar Volta Redonda.

Adi Gigante passou a viver de biscate de serviços domésticos, fazendo qualquer serviço que desse para comprar o mínimo de sustento da família. A situação estava ficando crítica. Passavam muita necessidade. Recebiam doações de mantimentos da igreja. Chegou a um ponto tão carente de mantimentos que Adi tomou a decisão mais angustiante de sua vida. Não tendo como sustentar sua família por causa da punição social a que ficou submetido pela Ditadura Civil-Militar, se viu obrigado a enviar toda família,

a sua esposa e nove crianças, para Lavras onde a família da esposa (Dona Teresinha) vivia. Mas a situação não ficou melhor porque a casa da avó materna já estava toda ocupada por netos de outros filhos e havia muita carência de renda familiar. A tragédia familiar continuou: tiveram que distribuir os filhos por famílias em várias cidades de Minas Gerais, separando a família Gigante. Os três mais velhos retornaram para o pai, em Volta Redonda, cuja vida só piorou: sem luz (cortada por falta de pagamento), sem gás para cozinhar, água de poço. Passava-se todo o dia sem ter o que comer e chegaram a pedir comida na vizinhança. Até que Adi foi encostado no INSS e os mais velhos se tornaram maiores e conseguiram emprego. Anistia de Adi Gigante só saiu em 1988, mas ele pouco usufruiu porque morreu no ano seguinte, em 20 de abril de 1989.

TESTEMUNHO DA VERDADE:

MARIA APARECIDA DE ARAÚJO RÉGIO (FILHA)

DATA DO DEPOIMENTO: 29/08/2014

MEMORIAL DA VERDADE - JOSÉ EMÍLIO DA SILVA

O atingido, José Emílio da Silva, veio trabalhar na construção da CSN. Era eletricista. Na Usina trabalhava no DRM. Era casado. Tiveram três filhos. Compraram casa própria em Saudade, Barra Mansa. Participava ativamente do movimento sindical. Apoiava o Presidente João Goulart. Era delegado sindical da gestão Lima Neto. José Emílio estava sempre presente nas assembleias dos metalúrgicos e nas reuniões de delegados sindicais. Seu local de trabalho, DRM, era um polo sindical muito forte dentro da usina de Volta Redonda.

No Golpe Civil-Militar de 64, com as prisões dos companheiros, sabia que seria preso. Quando chegou a patrulha do BIB, escondeu-se no forro, mas foi descoberto e

preso pelos soldados. Ficou um tempo no BIB e depois na AMAN. Foi solto e preso três vezes para interrogatório. A família ficava sempre apreensiva.

José Emílio foi demitido da CSN. Ele não conseguia emprego em nenhum lugar. Seu nome estava na lista de ex-empregados subversivos da CSN. Teve que fazer biscate de eletricista. Recebia ajuda dos companheiros da usina. Recebiam alimentos e dinheiro de vaquinha no DRM. José Emílio, quando fez acordo com a CSN, foi indenizado e montou uma oficina no bairro Niterói, em Volta Redonda. Foi anistiado em 1986. Morreu em 2007.

TESTEMUNHO DA VERDADE:

MARIA APARECIDA CORREIA DA SILVA (FILHA)

DATA DO DEPOIMENTO: 01/08/2014

MEMORIAL DA VERDADE - JOSÉ FERREIRA DEARAÚJO

José Araújo já havia se casado, em Barbacena, Minas Gerais, quando veio sozinho para trabalhar na construção da usina de Volta Redonda, depois vieram a esposa e os quatro filhos, em 1947. Depois, já em Volta Redonda, nasceram mais nove filhos, formando a grande família Araújo, com total de treze filhos. Moraram no Acampamento Central e depois no bairro Conforto. José Araújo trabalhava como mecânico eletricista na usina. Passou a participar intensamente do movimento sindical, de reuniões e assembleias. Primeiro com Othon Reis, depois com Lima Neto.

O Golpe Civil-Militar de 64 mudou para sempre a vida da família Araújo. No dia do Golpe, Já houvera muito temor na família com a movimentação de tropas do Exército no bairro Conforto e na Ponte Preta (que dava acesso à usina) que podiam ver da casa.

Quando os militares invadiram a casa da família e prenderam José Araújo (sem mandado judicial), a família entrou em pânico. A filharada chorava muito, junto com a esposa. Ele ficou incomunicável no BIB, em Barra Mansa, e depois na AMAN, em Resende. O salário foi cortado no primeiro mês de prisão. A família passou necessidade. Os vizinhos ajudavam. Não chegava nenhuma notícia oficial.

Quando José Araújo foi solto, foi trazido amparado pelo amigo, Gonzaga, que estava preso também. Ele mal conseguia andar, estava magrinho, abatido, pálido. Estava sentindo muita dor de reumatismo. Foi demitido da CSN e a família despejada da casa da empresa. Não conseguia mais emprego porque seu nome estava na lista dos ex-empregados subversivos da CSN. Passou a trabalhar de biscate de eletricista nas casas. Os quatro filhos mais novos mamavam maisena. Operários da CSN faziam vaquinha para ajudar. Com a indenização, comprou uma casa simples no bairro Eucaliptal, onde não cabia toda família. Os filhos mais velhos dormiam na igreja e outros em casas de amigos. A esposa passou a lavar roupa para fora. Os filhos mais velhos faziam biscate. A situação só melhorou bem depois, quando as filhas e filhos casaram.

José Araújo sofreu muitas sequelas da prisão e da demissão. Era um homem revoltado. Mas nunca abandonou a família e foi um guerreiro. Foi anistiado em 1988, e morreu em 1991.

TESTEMUNHO DA VERDADE:
ZÉLIA DOS SANTOS AGUIAR (ESPOSA)
ELIZÉLIA SANTOS AGUIAR (FILHA)
DATA DO DEPOIMENTO: 21/07/2014

MEMORIAL DA VERDADE SOBRE ELI DA SILVA AGUIAR

O pai de dona Zélia era agenciador de trabalhadores, em Minas Gerais, e trazia pessoas de trem para trabalhar na construção de Volta Redonda e sua siderúrgica. Moravam em barracos na Vila dos Índios, no bairro Sessenta. Eli Aguiar veio trazido por uma família de trem. Ele foi trabalhar na CSN. Era encarregado de turno. Participava do Sindicato dos Metalúrgicos. Era casado com Dona Zelia e moravam no bairro Conforto, tiveram sete filhos.

No Golpe Civil-Militar de 64, Eli Aguiar foi preso em sua casa, sem mandado judicial. A rua estava cheia de soldados, pois os militares prenderam também um vizinho sindicalista, José Feitosa. Eli ficou preso incomunicável, no 1º BIB. Depois de solto, tinha que se apresentar toda semana, na quarta-feira, no quartel de Barra Mansa, onde passava o dia todo. A família sempre ficava apreensiva.

Eli Aguiar foi demitido, não tinha mais salário, a família foi despejada da casa da empresa, que todos consideravam deles. Eli Aguiar não conseguia mais emprego porque estava na lista de ex-empregados subversivos da CSN. Foram morar numa casinha no Eucaliptal, com agua de poço, sem luz. A família Aguiar passou muita necessidade, muita carência de renda, alimentos, roupas, remédios. Eram sete filhos e a mãe estava grávida do oitavo. Aqueles que a família pensava ser amigos, sumiram, afastaram-se do convívio

no pior momento. A punição social e psíquica foi imposta pela Ditadura a toda família Aguiar, não poupando as crianças e a mulher grávida.

Eli Aguiar tinha sonhos para toda família. Dar proteção, sustentação, estudo. O golpe Civil-Militar de 64 desestruturou toda base de sustentação da família Aguiar: sem emprego, sem casa, sem direitos sociais, sem renda para adquirir o básico para viver. Ali Aguiar foi punido por acusação de ser comunista, mas ele não era. Era sim sindicalista. Pelo menos, segundo pensava Ali, se ele fosse comunista, teria justificado todo sofrimento. Mas não sendo, ficou sem sentido tudo aquilo. Todo aquele trauma social familiar. Ao não conseguir sustentar a família, e ao ver seus sonhos virarem um terrível pesadelo, Eli Aguiar mergulhou na bebida e se tornou alcoólatra. A situação ficou ainda pior para toda a família. Morreu poucos anos após ser anistiado, com câncer na garganta.

TESTEMUNHO DA VERDADE

IVAN SANTOS ESTRELA (FILHO)

DATA DO DEPOIMENTO: 06/08/2014

MEMORIAL DA VERDADE - EURÍPIDES ESTRELA

Eurípides Estrela trabalhou na Fábrica nacional de Motores, em Xerem, como operário eletricista. Migrou para Volta Redonda, já casado com Uberlina Santos, em 1944, na construção da usina siderúrgica. E depois, trabalhava no DRM, como enrolador de motores. Morava no Bairro Conforto, em casa da CSN. Tinha três filhos.

Na conversa com companheiros de trabalho, Eurípides Estrela foi se envolvendo no movimento sindical e participava muito das reuniões e assembleias metalúrgicas. Estava

ligado ao grupo de Othon Reis Fernandes e se tornou delegado sindical de base nas gestões da Chapa Independência, de 1957 a 1963.

No golpe Civil-Militar de 64, Eurípides Estrela foi preso, sem mando judicial, no final de abril, quando trabalhava na usina. Ficou um tempo no BIB depois foi levado para AMAN. A família não foi comunicada oficialmente da prisão. Somente após três semanas puderam visitá-lo, num domingo, na AMAN, em Resende. Ficou preso até julho de 1964. Não foi torturado fisicamente, mas houve muita tortura psicológica. O salário foi cortado. A situação material familiar ficou precária.

Depois que saiu da prisão, foi demitido da CSN, despejado da casa da CSN, e não conseguia mais emprego em nenhum lugar. Passou a fazer biscate de conserto e serviços elétricos em casas particulares. Fez um acordo precário com a CSN na Justiça do Trabalho e comprou uma casa simples no Bairro Niterói e abriu uma lojinha de material e oficina elétrica doméstica.

Além de ser preso por um dia, na data Sete de Setembro, ou na visita dos Generais Presidentes da República a Volta Redonda, Eurípides Estrela foi preso por meses no AI-5, em dezembro de 1968. Por conta desses traumas, deixou de ser uma pessoa falante e de opinião e passou a ser muito calado. Não brincava mais. Mudou de tal modo, que influiu sobre atitudes de seus filhos. Aprenderam que não podiam “abrir a boca para nada que os comprometessem”, devendo guardar suas opiniões. Eurípides Estrela ficava com medo que seus filhos sofressem alguma perseguição ou agressão na rua e não deixava sair nem mesmo até a padaria da esquina. Ele não gostava mais de falar de política e detestava ser chamado de esquerda. Eurípides Estrela foi anistiado em 1986 e morreu em 2004.

TESTEMUNHO DA VERDADE

CLÁUDIO CLÍMACO FILHO (FILHO)

DATA DO DEPOIMENTO: 17/09/2014

MEMORIAL DA VERDADE - JOÃO CLÍMACO FILHO

O atingido, João Clímaco, era torneiro mecânico em Minas Gerais. Migrou, já casado com Realina dos Santos, para Volta Redonda, em 1953. Foi trabalhar na usina siderúrgica e trouxe seus irmãos também. Morou nos barracos da laminação, dentro da usina, depois no bairro Rústico e, por fim, no bairro Conforto. Tiveram quatro filhos.

O atingido, João Clímaco, era ativista sindical. Muito amigo de Lima Neto. Participava das assembleias e reuniões sindicais. No Golpe Civil-Militar de 1964 foi preso, sem mandado judicial, e permaneceu incomunicável no BIB, em Barra Mansa. Depois foi detido seis vezes por militares do BIB. Ele era acusado de comunista e de subversivo.

Depois que foi solto, foi demitido e a família despejada da casa da CSN. A família morou de favor na casa de um amigo de João Clímaco. Tentava, mas não conseguia emprego, pois estava na lista de ex-empregados subversivos da CSN. Por fim, conseguiu ser motorista do Sindicato dos Metalúrgicos. Recebeu indenização da CSN na justiça do trabalho e comprou uma casa simples para abrigar a família. Mais tarde, em 1988, foi anistiado e faleceu em 1996.

TESTEMUNHO DA VERDADE

JORGE ROBERTO DIAS LEÃO (FILHO)

DATA DO DEPOIMENTO: 04/08/2014

MEMORIAL DA VERDADE - QUERUBINO DIAS LEÃO

Querubino Leão migrou de Minas Gerais para Volta Redonda em 1950. Ele trabalhava como mecânico de manutenção na usina. Passou a participar das atividades sindicais com Othon Reis Fernandes, a partir de 1957. Ingressou no PTB. Era amigo de Brizola e Jango. Em 1963, o chefe dos Serviços Gerais da Usina Presidente Vargas, Coronel Ene Garcês, proibiu Querubino de entrar na Usina, pois este era suspeito de querer "explodir o gasômetro". Foi deslocado para trabalhar no Recreio dos Trabalhador. E a guarda da CSN vigiava a casa de Querubino Leão, dia e noite.

No Golpe Civil-Militar foi preso, sem mandado judicial, quando trabalhava na manutenção da caldeira do Hospital da CSN. Ficou incomunicável por 30 dias, no BIB, em Barra Mansa, e por mais 30 dias, na AMAN, em Resende. Quando saiu foi demitido da CSN e a família despejada da casa da empresa. A igreja católica ajudava com mantimentos.

No ano seguinte, foi detido na delegacia por causa de brigas pessoais. Faleceu após consumir uma banana envenenada, mas no óbito não constou envenenamento, mas enfarto do coração, segundo laudo médico assinado pelo Dr. Figueiredo, médico legista do Hospital da CSN, que em conversa com a família afirmou que o legista era obrigado a colocar o que a ditadura mandava. A família passou a viver, até sua morte, do seu trabalho de biscate, bem como, do trabalho de vendedor de feira dos filhos, já a esposa passou a lavar roupa para fora. Após sua morte, a CSN pagou indenização para viúva, por decisão da Justiça do Trabalho. Depois ela recebeu a anistia como pensionista.

TESTEMUNHO DA VERDADE

CÉLIO DE JESUS MARCELO (FILHO)

DATA DO DEPOIMENTO: 29/05/2014

MEMORIAL DA VERDADE - GERALDO MARCELO

O atingido, Geraldo Marcelo, nasceu em São João de Meriti (RJ), Casou-se com Dorvina Margarida de Jesus (em Lima Duarte, MG), migraram para Volta Redonda em 1946 para trabalhar na Usina Siderúrgica Nacional, moraram no Bairro sessenta e tiveram sete filhos. Na usina era operador de guindaste no Departamento de Transito Ferroviário.

Participava ativamente do movimento sindical na CSN, e tornou-se delegado sindical na época do Lima Neto (final de 1963, início de 1964). No Golpe Civil-Militar de 1964, foi preso em sua casa por militares do 1º BIB. Ficou incomunicável no BIB e depois na AMAN. Depois que foi liberada a visita, primeiro no BIB, a esposa e seu filho Célio foram visita-lo. A família temia por sua integridade física, mas Geraldo Marcelo os tranquilizou afirmando que não estava sofrendo castigos físicos. Mas a cena de dois soldados o escoltando com baionetas apontada para ele, como se fosse uma pessoa altamente perigosa, manteve os temores da família. Na AMAN, em Resende, as visitas eram mais restritas. A família Marcelo, esposa e sete filhos, foram castigados socialmente com corte de salário no primeiro mês de prisão.

Depois que foi solto, alguns meses depois, Geraldo foi demitido da CSN. E a seguir, a família sofreu o despejo da casa da Companhia. A família Marcelo sofreu muito aperto de renda, alimentos e vestuário. Os irmãos da Igreja Batista ajudaram muito com cesta básica e apoio. Os filhos mais velhos faziam biscate e os menores pegavam xepa na feira do bairro. Depois da prisão, Geraldo não conseguiu mais emprego e passou a fazer biscate. Estudou teologia e se tornou Pastor da Igreja Batista. Ganhou a causa trabalhista contra a CSN, com a indenização, comprou uma casa no Bairro São Geraldo. Foi anistiado em 1986.

IDENTIFICAÇÃO DOS ACUSADOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA - 1º CASO DA VIOLAÇÃO - IPM 1569/64

I) INSTITUIÇÕES ACUSADAS DE PERTENCIMENTO AO SISTEMA DE REPRESSÃO – IDENTIFICADAS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E INDICADAS EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

ACADEMIA MILITAR AGULHAS NEGRAS

1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA

II) ACUSADOS DE GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS – IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO

GENERAL OSWALDO PINTO DA VEIGA - PRESIDENTE DA CSN; nos primeiros dias após o golpe instaurou a comissão de inquérito da CSN;

GENERAL MÁRIO GOMES DA SILVA - DIRETOR SECRETÁRIO DA CSN: presidente da comissão de inquérito da CSN, após o golpe de 64, contra os sindicalistas e grevistas;

ENG. MAURO MARIANO DA SILVA – DIRETOR INDUSTRIAL DA CSN; assumiu o controle da empresa a serviço do golpe de 64; colocou em prática o plano golpista de repressão à greve; investigou os dirigentes e militantes sindicais envolvidos com a greve de resistência ao golpe no dia 1º de abril de 1964 na CSN;

GENERAL ENE GARCEZ DOS REIS – CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA DA CSN; responsável pelas prisões dos 77 dirigentes e militantes sindicais metalúrgicos pela polícia da CSN que os encaminhou para o 1º BIB (Barra Mansa) e para AMAN (Resende);

TENENTE CORONEL LUCIANO SALGADO – DIRETOR COMERCIAL DA CSN, indicado como relator do "IPM da CSN" Nº 1.569/64; suas conclusões determinaram as prisões dos 77 dirigentes e militantes sindicais e a demissão de 120 ativistas da CSN, entre abril e outubro de 1964;

CORONEL SEBASTIÃO AUGUSTO DE CARVALHO, ASSESSOR AUXILIAR DA COMISSÃO DE INQUÉRITO DA CSN;

III) ACUSADOS DE VIOLAÇÃO POR COLABORAÇÃO COM A REPRESSÃO – IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Dr. LUIZ RODRIGO DE ANDRADE, advogado da Comissão de Inquérito da CSN;

PEDRO DE SÁ CARNEIRO, ESCRIVÃO da Comissão de Inquérito da CSN;

CAPITÃO HÉLIO REGUA BARCELOS – testemunha de acusação do IPM-CSN 1569/64;

CAPITÃO LUÍS MARCONDES MACHADO – testemunha de acusação do IPM-CSN 1569/64;

CARLOS GONÇALVES GOMES - testemunhas de acusação do IPM-CSN 1569/64

ANTONIO BASTOS DE MIRANDA - testemunhas de acusação do IPM-CSN 1569/64

APARÍCIO DE MORAES - testemunhas de acusação do IPM-CSN 1569/64

HEITOR LOPES CORRÊA - testemunhas de acusação do IPM-CSN 1569/64

ARNALDO CORRÊA - testemunhas de acusação do IPM-CSN 1569/64

JOSÉ ALVES - testemunhas de acusação do IPM-CSN 1569/64

2º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES

DOS DIREITOS HUMANOS

EM

VOLTA REDONDA

INQUÉRITO POLÍCIAL MILITAR 1556/64

CONTRA O

GRUPOS DOS ONZE

2º CASO DE GRAVE VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

EM VOLTA REDONDA

INQUÉRITO POLÍCIAL MILITAR 1556/674

CONTRA O GRUPO DOS ONZE

BREVE HISTÓRICO DO GRUPO DOS ONZE COMPANHEIROS

A liderança política de Leonel Brizola fortaleceu-se ainda mais com a vitória da Rede da Legalidade, que ele comandou do Rio Grande do Sul em 1961, quando era Governador daquele Estado, contra os golpistas de direita que tentavam impedir a posse do Vice-Presidente da República, João Goulart, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Em 1963, já Deputado Federal pelo PTB, diante do crescimento da nova ameaça golpista da direita contra Jango e com o crescimento das forças populares e progressistas pelas Reformas de Base, Brizola propôs a formação de grupos pequenos e coesos, organizados em todo país de forma descentralizada e espontânea, em defesa dos ideais nacionalistas, trabalhistas e reformistas. E principalmente capazes de defender, inclusive pela luta armada, o Governo João Goulart contra ações golpistas da direita. Num jornal chamado "O PANFLETO", que saiu apenas uma vez, no dia 17 de fevereiro de 1964, Leonel Brizola expôs de forma bem didática o projeto de "Grupos dos Onze Companheiros", que a passa ser resumido a seguir:

Essas pequenas unidades políticas que se denominou "GRUPOS DOS ONZE COMPANHEIROS", também chamado "COMANDOS NACIONALISTAS" integravam o bloco de forças progressistas que apoiavam as Reformas de Base (CGT,

CONTAG, SINDICATOS, LIGAS CAMPONESAS, FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA, UNE, UBES). Esse projeto político se inspirou na cultura popular da formação dos times de futebol nos campinhos do país, do interior ao subúrbio, das metrópoles às fazendas dos grotões, em todos os cantos as pessoas vivenciaram essa experiência de formação de times de futebol, com onze jogadores contra outro time adversário. A ideia era que os Comandos Nacionalistas (significante do projeto) se formassem como GRUPO DOS ONZE COMPANHEIROS (significado simbólico), uma unidade coesa como um time, com objetivo comum, com um capitão de cada grupo, tendo sua força no espírito e no companheirismo. Agir coletivo, entrar em campo, disputar o jogo político contra o adversário; estava na hora de entrar em campo do lado das ideias nacionalistas de emancipação nacional, contra o time dos entreguistas e golpistas antipopulares e antinacionalistas. Estava na hora de agir como equipe, pensar como equipe, pois, numa equipe, num grupo de companheiros, ninguém resolve nada sozinho, falando sozinho, agindo sozinho. Os Comandos Nacionalistas deveriam se multiplicar por todo país, nos bairros, nos sindicatos, nos quarteis, nas fábricas, fazendas e cidades, formando uma força nacional em defesa da democracia e da emancipação nacional, apoiando a reforma agrária e reforma urbana, contra o golpismo e a espoliação internacional.

Fonte: Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 497

IPM - Grupo dos onze em volta Redonda 1.556/64

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_05&pesq=grupo+dos+onze+volta+redonda

Brizola utilizou a Rádio Mayrink Veiga, no final do ano de 1963 e primeiros meses de 1964 para divulgar e mobilizar os grupos dos onze em todo país, ao mesmo tempo, essa Rádio centralizava toda comunicação através de cartas para pedido de esclarecimento

dos interessados em formar seu grupo e ingressar na organização nacional, cuja proposta era transformar em organização da sociedade civil, registrada em cartório. A proposta ganhou uma enorme quantidade de adeptos, e tendia a crescer ainda mais. Foram formados 5.304 Comandos Nacionalistas em todo país, que multiplicados por 11, resultava em 58.344 filiados com assinaturas. Na cartilha que divulgava a proposta de formação do Grupo dos Onze Companheiros, havia um modelo de ata, abaixo reproduzida:

"Nós, os 11 brasileiros abaixo-assinados, constituímos neste dia um "Comando Nacionalista", na rua (_____), nº(____), bairro (_____), Município (_____), Estado (____). Escolhemos como líder o companheiro (_____), e, nesta data, estamos também comunicando nossa decisão ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente, Reforma Agrária), e a libertação de nossa Pátria da espoliação internacional, conforme denúncia que está na Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas".

Fonte: Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 497

IPM - Grupo dos onze em volta Redonda 1.556/64

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_05&pesq=grupo+dos+onze+volta+redonda

Naquela conjuntura de radicalização polarizada entre oposição da direita golpista e esquerda governista e reformista, estava posta a necessidade de organização da resistência democrática e de movimento de pressão das massas populares pelas reformas de base. Além disso, a liderança de Leonel Brizola e sua experiência vitoriosa da Rede da legalidade alimentaram a crença no poder de mobilização das massas e na esquerda

trabalhista. Essa liderança podia ser comprovada no sucesso de audiência do programa de radiofônico "CADEIA DE ESCLARECIMENTO", transmitido pela Rádio Mayrink Veiga no antigo Estado da Guanabara, com dezenas de emissoras filiadas em outros Estados. Essa força política do brizolismo gerou uma certa ingenuidade e descuido com a segurança, pois a documentação oficializada de formação dos "Comandos Nacionalistas", após o Golpe de 64, tornou-se instrumento de opressão sobre milhares de pessoas que assinaram as Atas dos Grupos dos Onze. A repressão se utilizou desses documentos assinados para indiciar os simpatizantes e filiados dos Grupos dos Onze em Inquéritos Policiais Militares, como subversivos criminosos perante a Lei de Segurança Nacional, pois atentavam contra a ordem social.

IPM DO GRUPO DOS ONZE DE VOLTA REDONDA

Por determinação do Diretor do Departamento de Polícia Social (DPS) da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, instaurou-se o Inquérito Policial para apurar as responsabilidades criminais contra a Lei de Segurança Nacional (Lei 1802 de 5 de janeiro de 1953) os seguintes suspeitos, por fazerem parte do Grupo dos Onze de Volta Redonda:

Fonte: Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 497

IPM - Grupo dos onze em volta Redonda 1.556/64

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_05&pesq=grupo+dos+onze+volta+redonda

ALBERTO ALMIRANTE BARBOSA;

JOÃO PEREIRA ALVES;

JOÃO ALVARENGA;

JOSÉ BONIFÁCIO DE CASTRO;

AFONSO FAGUNDES DE OLIVEIRA;

Esses acusados foram intimados pelo Delegado adjunto José da Silva Franco da DPS. Desses suspeitos, apenas foram efetivadas a intimação de Alberto Almirante Barbosa e João Pereira Alves, pois os demais não foram encontrados pelas diligências policiais, com exceção de José Bonifácio de Castro que se encontrava preso na AMAN, em função do IPM da CSN.

Alberto Almirante Barbosa nasceu no Estado do Rio Grande do Sul, em 7 de outubro de 1926, casado, pai de sete filhos menores. Era estivador no estado de origem e migrou para Volta Redonda, tornando-se eletricista da CSN, trabalhando na Sala de Motores. Após o Golpe de 64, no mês de junho, foi demitido por "conveniência de serviço" (como consta no ofício do Chefe dos Serviços Gerais, Coronel Ene Garcêz dos Reis e também no Boletim de Serviço da CSN). A partir de então, passou a trabalhar por conta própria.

João Pereira Alves nasceu no Estado do Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1920, casado, pai de seis filhos menores. Era de uma família de lavradores de Resende, depois tornou-se trabalhador do comércio em Volta Redonda, no Bar e Mercearia do seu irmão.

Fonte: Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 497

IPM - Grupo dos onze em volta Redonda 1.556/64

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_05&pesq=grupo+dos+onze+volta+redonda

Em relatório, o Delegado José da Silva Franco afirma que os nomes dos indiciados na apuração da responsabilidade criminal foram encontrados nos arquivos do ex-

Deputado Leonel Brizola, apreendidos pelo DPS. Além disso, nos depoimentos de Alberto Almirante Barbosa e João Pereira Alves, o delegado encarregado do caso, deduziu que ambos estavam envolvidos com Brizola e a Rádio Mayrink Veiga, pois "ambos eram simpatizantes e esposavam das mesmas ideias revolucionárias do seu líder ao pedir, por correspondência, informações sobre o Grupo dos Onze. Essa organização brizolista, segundo o delegado do caso, "tinha por finalidade precípua preparar e adestrar seus adeptos em guerrilhas, para armados e usando da violência, tomarem o poder, implantando no Brasil o regime comunista".

Desse modo, com base na Portaria nº 1 do Comando Supremo das Revolução, o delegado do caso determinou o indiciamento de Alberto Almirante Barbosa e João Pereira Alves por crime de subversão. Os Autos do Inquérito Policial do DPS foram remetidos à Comissão Geral de Investigação para serem julgados na 3ª Auditoria do Exército pelo Conselho Permanente de Justiça. Ao mesmo tempo, o delegado do Inquérito Policial requereu a instalação de novo inquérito para apurar as atividades dos indivíduos JOSÉ BONIFÁCIO DE CASTRO, JOÃO ALVARENGA E AFONSO FAGUNDES, referidos na relação de "líderes" do Grupo dos Onze em Volta Redonda que não foi possível incluí-los nas conclusões do IPM 1556/64.

O Promotor do Ministério Público (MP), Walter Wigderowitz, apresentou, no dia 27 de novembro de 1964, a denúncia contra Alberto Almirante Barbosa e João Pereira Alves, nos seguintes termos, iniciando o Inquérito Policial Militar nº 1556/64:

> " No curso dos meses que antecederam o dia 31 de março do corrente ano, os denunciados organizaram e constituíram um chamado 'Grupo dos Onze', aliciando, para isso várias pessoas mais ou menos desavisadas, das quais algumas foram ouvidas no inquérito e vão arroladas como informantes. Aqueles 'grupos' tinham natureza nitidamente militar e destinados a atividades subversivas.

Acusados confessam os fatos, no que foram apoiados por testemunhas e informantes. Nessa condição, requer o Ministério Público que, recebida a presente denúncia, se prossiga o processo, na forma da lei".

Fonte: Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 497

IPM - Grupo dos onze em volta Redonda 1.556/64

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_05&pesq=grupo+dos+onze+volta+redonda

As testemunhas de acusação arroladas pelo MP eram: Inaldo Brandão Lima (DPS); Jarbas Pontes (Polícia Militar); Guilherme Barbosa (Subdelegado de Polícia); Os informantes arrolados (Salvador Santos; Aparecido José da Costa; Geraldo de Souza Landim Sobrinho) eram ex-colegas de trabalho dos acusados na CSN que haviam assinado o documento enviado a Leonel Brizola, endereçado a Rádio Mayrink Veiga, para pedir esclarecimentos sobre o Grupo dos Onze, que inicialmente foram indiciados pelo DPS, mas, no correr da apuração, alegaram ingenuidade e manipulação para assinarem o documento, e, então, concordaram em colaborar com o DPS e tornaram-se informantes da acusação contra os indiciados Alberto Almirante Barbosa e João Pereira Alves.

No decorrer do Processo do IPM 1556/64, o advogado de defesa dos acusados, Dr. Renato Dardeau Albuquerque, no dia 15 de setembro de 1965, levantou a tese da *INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR EM JULGAR OS REUS CIVIS* Alberto Almirante Barbosa e João Pereira Alves. O Conselho Permanente de Justiça resolveu, por maioria, acolher a tese da defesa e declarou-se incompetente e remeteu o processo ao Tribunal de Justiça do Estado. No dia 8 de outubro de 1965, o Ministério público apelou ao Superior Tribunal Militar argumentando que "o art. 24 da Lei de Segurança Nacional Nº 1802/53 definiu como crime a constituição e manutenção de milícias ou organizações de tipo militar, de qualquer natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com

finalidade combativa e subordinação hierárquica". Para o Promotor do MP, "os Comandos Nacionalistas ou Grupos dos Onze, subordinados ao Comando de Libertação Nacional, são organizações paramilitares com hierarquia, divisão territorial, comando supremo, regional, provincial e grupal, de natureza permanente, compromisso dos membros de não fugir à luta armada, juramento de nunca abandonar a organização, e se necessário, cumprir fielmente qualquer ordem, mesmo sob risco da própria vida".

Antes da decisão do STM sobre a apelação do MP no caso do IPM 1556/64, a Ditadura implantada no Golpe de 64 decretou o Ato Institucional nº 2, no dia 27 de outubro de 1965, que além de extinguir todos os Partidos Políticos, fazer novas cassações de direitos políticos, cancelar eleições para Presidente da República, Governos de estado e Prefeituras das Capitais, também estabeleceu a competência plena da Justiça Militar julgar civis em crimes tipificados na Lei de Segurança Nacional. A partir de então, os acusados do IPM do grupo dos Onze em Volta Redonda, Alberto Almirante Barbosa e João Pereira Alves, passariam definitivamente a ser julgados na Justiça Militar.

No início do ano seguinte, em 4 de fevereiro de 1965, o Conselho Permanente de Justiça procedeu o julgamento do IPM 1556/64 e emitiu a sentença final para Alberto Almirante Barbosa e João Pereira Alves: "que os réus constituíram um Grupo dos Onze, evidentemente estavam dispostos a cumprir as determinações subversivas dos mandantes desse grupo, subordinado a Leonel Brizola...Considerando que os réus são primários e não registram antecedentes criminais, pais de famílias com muitos filhos, bem quistos nos meios sociais que viviam, as penas impostas devem ser benignas, OS RÉUS SÃO CONDENADOS A SEIS MESES DE PRISÃO.

Fonte: Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 497

IPM - Grupo dos onze em volta Redonda 1.556/64

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_05&pesq=grupo+dos+onze+volta+redonda

Alberto Almirante Barbosa e João Pereira Alves não se conformaram com a condenação e, através do seu advogado, Dr. Renato Dardeau Albuquerque, apelaram ao Supremo Tribunal Militar contra a sentença do Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria Militar. Argumentaram que as condenações se deram com base em denúncias iniciais que implicaram outras pessoas e que nem foram indiciadas; outra argumentação se baseia no fato das três testemunhas da acusação não saberem nada além do fato da detenção na Delegacia; os documentos encontrados nos arquivos de Brizola sobre o Comando de Libertação Nacional não provam que quem estivesse no Grupo dos Onze soubesse desse projeto político mais amplo e não divulgado; por fim, a prova escrita se resume a uma carta assinada pelos réus pedindo esclarecimentos sobre o Grupo dos Onze encaminhadas à Rádio Mayrink Veiga.

O Supremo Tribunal Militar, no dia 26 de agosto de 1966, decidiu pela absolvição de Alberto Almirante Barbosa e João Pereira Alves, por considerar que NÃO FAZIAM PARTE DO GRUPO DOS ONZE E QUE SE LIMITARAM A PEDIR INFORMAÇÕES SOBRE O GRUPO E SUAS FINALIDADES. Dessa maneira, encerrou-se definitivamente o Processo do IPM 1556/64. No entanto, o operário Alberto Almirante Barbosa já havia sido demitido da CSN, despejado com sua família da casa da CSN, excluídos da vida social, cultural, escolar e assistencial do mundo da CSN em Volta Redonda e marcado pelo “arquivo Confidencial” do DSU da CSN e não conseguia mais emprego. Além disso, ele e João Pereira cumpriram pena de 6 meses, antes de julgamento do recurso. Ambos não foram reconhecidos como anistiados políticos e, portanto, não tiveram direito à reparação como vítimas da Ditadura Civil-Militar.

IDENTIFICAÇÃO DOS ACUSADOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA - 2º CASO DO IPM 1556/64 - GRUPO DOS ONZE

I) INSTITUIÇÕES ACUSADAS DE PERTENCIMENTO AO SISTEMA DE REPRESSÃO – IDENTIFICADAS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA SOCIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DA JUSTIÇA MILITAR

CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA 3ª AUDITORIA MILITAR.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

II) ACUSADOS DE GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS – IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO

José da Silva Franco, Delegado adjunto, Diretor do Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – responsável pelo inquérito policial do DPS contra os acusados do Grupo dos Onze;

Walter Wigderowitz, Promotor do Ministério Público**,** apresentou a denúncia contra os acusados no Inquérito Policial Militar nº 1556/64;

General Ene Garcez dos Reis– CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA DA USINA (DSU)-LINHA DE SERVIÇOS GERAIS (LSG) - CSN

III) ACUSADOS DE VIOLAÇÃO POR COLABORAÇÃO COM A REPRESSÃO - IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Inaldo Brandão Lima (DPPS), testemunha de acusação;

Jarbas Pontes (Polícia Militar), testemunha de acusação;

Guilherme Barbosa (Subdelegado de Polícia), testemunha de acusação;

3º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES

DOS DIREITOS HUMANOS

EM

VOLTA REDONDA

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 7478/64

CONTRA O

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

EM

BARRA MANSA - VOLTA REDONDA,

BARRA DO PIRAÍ - PIRAÍ

3º CASO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONA

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 7478/64

CONTRA O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

EM BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, BARRA DO PIRAÍ E PIRAÍ

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E A VIA PACÍFICA REFORMISTA

No período histórico compreendido entre o início da Guerra Fria, em 1947 até o Golpe civil-militar de 1964, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) passou por diversas diretrizes políticas que foram da radicalização sectária (após sua cassação e ilegalidade no Governo Dutra) até via pacífica do reformismo (Reformas de Base no Governo Goulart). Em 1958, iniciou-se essa mudança com um documento ("Declaração de março de 1958") da direção do PCB que renovava a concepção teórica e os métodos de ação política sobre a sociedade brasileira e as estratégias de transformação rumo a socialismo.

Na Resolução do V Congresso do PCB essa "Nova Política" foi consolidada. A direção "revisionista" afastou-se da tradição stalinista e estabeleceu a luta pela legalização do PCB. Para isso, mudou o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, para se adequar á legislação do código eleitoral do país. Os dissidentes stalinistas (João Amazonas, Maurício Grabois, Wladimir Pomar), expulsos do PCB, acompanham a ruptura chinesa e fundam, em 1962, o PCdoB.

A esquerda brasileira, sob hegemonia política do PCB, reinterpretou o projeto marxista-leninista de revolução socialista. Esse projeto configurou-se como um programa reformista cujos pilares eram a democratização, a industrialização nacional e as reformas

sociais. Nessa concepção de revolução brasileira, as reformas não eram um fim, em si mesmas, mas um avanço tático da luta de classes rumo ao socialismo, de maneira que cada reforma se tornava um novo patamar de progresso político na direção do socialismo.

Nesse projeto estratégico de revolução, o PCB compreendia que as forças produtivas do capitalismo no país estavam no nível atrasado em relação aos países imperialistas, principalmente no campo, onde ainda predominavam relações pré-capitalistas de produção (parceria, colonato, cambão, foro). Daí decorreu a política de Frente Única proposta pelos comunistas de enfrentamento ao latifúndio, ao imperialismo norte-americano e à burguesia importadora brasileira.

Essa frente única pela democracia, pela industrialização nacional, pelas reformas sociais (com destaque para reforma agrária) seria formada pela aliança ampla entre os operários, camponeses, estudantes, intelectuais, políticos de esquerda, políticos nacionalistas, militares nacionalistas e principalmente a burguesia progressista nacional. A aliança da esquerda reformista com a burguesia nacional pressupunha que a industrialização nacional levaria a uma independência econômica frente ao poder imperialista norte-americano e que o progresso social dos operários e dos camponeses ampliaria o mercado interno e favoreceria o desenvolvimento econômico e social do país. A democratização seria ao mesmo tempo resultado e força matriz desse processo de desenvolvimento nacional-reformista.

Na arena sindical, o PCB atuou de forma decisiva na criação do CGT, principal agência política de mobilização da classe operária pelas reformas de base. Com relação ao governo João Goulart, o CGT, sob orientação do PCB, tratou de combater os setores "conciliatórios" de alguns ministérios e apoiar os setores nacional-reformistas de outros ministérios do governo. As pressões aumentaram com o crescimento do movimento

sindical, levando João Goulart a assumir posições cada vez mais à esquerda e apoiar o movimento das Reformas de Base.

No movimento operário, essa estratégia da aliança da esquerda brasileira traduziu-se na seguinte pedagogia teórico-prática dirigida pelo setor sindical do PCB: fortalecer a unidade sindical para fazer da classe operária uma força social determinante na revolução política do país. Para isso, os comunistas deveriam se esforçar para que as diferentes correntes de pensamentos e tendências numerosas dentro do movimento operário encontrassem um ponto convergente de unidade sindical, aglutinando, assim, socialistas, trabalhistas, católicos progressistas, e principalmente a massa trabalhadora desorganizada.

O PCB tornou-se o "moderno príncipe" do movimento das Reformas de Base nos anos Jango, influindo nas escolhas do movimento operário (CGT), nas lutas camponesas (CONTAG), nas lutas estudantis (UNE), nas lutas de militares subalternos e nas lutas parlamentares. Estava, portanto, em curso uma revolução no Brasil de caráter nacional-reformista, cujas forças antagônicas eleitas pelo PCB (uma espécie de "intelectual coletivo" dessa revolução reformista) eram: o imperialismo, o latifúndio e a burguesia importadora e setores da elite "entreguista" e conservadora.

Em sua análise e perspectiva para a transformação da sociedade brasileira, naquele momento, o PCB anunciava a via pacifica para a revolução brasileira através de um ininterrupto e gradual processo de reformas estruturais, que em condições propícias, se transformam em novos patamares de avanço da emancipação do proletariado rumo ao socialismo. O PCB, desse modo, participou como "intelectual coletivo" do movimento pelas reformas no Governo João Goulart. A atuação dos comunistas partia da concepção de que as reformas estruturais se tornaram ponto de partida de transformações profundas na economia e na sociedade brasileira rumo ao socialismo por uma via pacífica de luta

de massas e com alianças prioritárias entre operários e camponeses e alianças táticas com a burguesia progressista e camadas médias (militares, estudantes, universitários, intelectuais).

As forças sociais de esquerda foram surpreendidas pela ação coordenada e fulminante do Golpe Civil-Militar de 1º de abril de 1964. A tentativa de greve geral de resistência liderada pelo CGT foi um fracasso político, salvo na paralisação dos meios de transportes do Rio de Janeiro e algumas categorias isoladas, como os metalúrgicos de Volta Redonda. Os sindicatos sofreram intervenção dos golpistas e dezenas de militares, ativistas, lideranças e dirigentes sindicais foram presos.

As ligas Camponesas de Francisco Julião, "Grupos dos onze" de Brizola e os "sargentos" se revelaram uma grande decepção como força de resistência efetiva. A contra-revolução foi vitoriosa e mudou profundamente a correlação de forças na luta de classes da sociedade civil brasileira pós-golpe militar de 64. O projeto de revolução brasileira liderado pelo PCB com caráter democrático, pacifista, reformista e de massas foi derrotado de forma melancólica e acachapante. A direção do PCB acreditava piamente nas forças militares legalistas e nacionalistas, nas tradições democráticas das Forças Armadas, que outrora haviam garantido a ´posse de JK, em 1956, e de João Goulart, em 1961.

A vitória dos golpistas civis-militares de 64 significou o enfraquecimento das forças sociais de esquerda, o fim das reformas econômicas, sociais e políticas, o desmantelamento do movimento operário e camponês, a derrocada do nacionalismo econômico, prisão e demissão em massa de sindicalistas, fechamento do CGT, UNE, ligas camponesas, prisão e cassação de parlamentares progressistas e nacionalistas, repressão aos comunistas.

A derrota da revolução reformista pelo Golpe Civil-Militar de 64 provocou um grande racha na direção do PCB, que gerou vários grupos dissidentes adeptos da luta armada. Os dissidentes apontaram como grande erro estratégico o "desvio à direita" do PCB, que alimentou e disseminou entre as massas a ilusão a respeito da legalidade democrática e da possibilidade de alcançar as reformas estruturais por meios pacíficos em aliança com governos burgueses, não preparando as massas para resistir energicamente. A maioria do Comitê Central, sob liderança de Prestes, explica a derrota porque consideraram que houve um "desvio a esquerda" pois o PCB abandonou a bandeira da legalidade democrática nas mãos das forças de direita, avaliando mal a correlação de forças, superestimando o nível de coesão das forças progressistas e colocando tarefas e confrontos além das possibilidades concretas do momento.

O PCB sofre dura repressão do novo regime ditatorial logo no seu início com os "IPMs da Subversão" em todo país. Nesses inquéritos, todas as atividades consideradas subversivas (greves, ligas camponesas, revoltas militares, revoltas estudantis, grupo dos onze, frentes parlamentares progressistas etc) são postas na conta do PCB, de tal forma que subversão se torna sinônimo de comunismo e vice-versa. O "IPM da Subversão" em Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí e Piraí, conduzido pelo 1º Batalhão de Infantaria Blindada (1º BIB), a partir de 1º de maio de 1964 foi um exemplo concreto desse processo de violação dos Direitos Humanos, com prisões arbitrárias e acusações construídas sob pressões de ameaças do terror militar dos quarteis e do clima de "caça aos comunistas".

IPM DA SUBVERSÃO NO SUL FLUMINENSE

Fonte: Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 116

IPM - PCB 7.478/64

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=barra+mansa

O “Inquérito Policial Militar da Subversão” apurou, prioritariamente, a organização, as atividades e os agentes políticos do PCB em Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí e Piraí; além disso, por conexão, apurou atividades sindicais e parlamentares e o grupo dos onze. Deve ser destacado que dentre as pessoas indiciadas nesse IPM encontravam-se líderes de importância nacional: Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Wladimir Pomar. Esse fato demonstra a importância política da região para as forças repressoras no processo de consolidação da Ditadura Civil-Militar, iniciada no Golpe de 64.

Instaurado no dia 1º de maio de 1964, o IPM foi presidido pelo Major do Exército Mito Martins Ribeiro e teve, como relator, o Tenente Silmar Cardoso Sandermann, ambos designados pelo General de Divisão Estevão Taurino de Rezende Neto. O inquérito de apuração de crimes contra a Segurança Nacional ficou centralizado no 1º Batalhão de Infantaria Blindada, em Barra Mansa, cujo Comandante era o Coronel Nilo de Queiroz Lima.

Na primeira fase, o IPM centrou sua apuração nos acusados de atividades subversivas ocorridas em Barra Mansa, principalmente a organização, financiamento, atividades e membros do Comitê Municipal do PCB e suas células locais. Além disso, apurou-se a organização do Grupo dos Onze naquele município, vinculado ao ex-deputado Leonel Brizola. Na segunda fase, o IPM investigou os acusados de subversão em Volta Redonda (sindicalistas, comunistas e trabalhistas), a organização, atividades e membros das células do PCB, a participação na greve operária da CSN em apoio a João Goulart e a adesão ao Grupo dos Onze de Brizola. Por fim, apurou-se organização, atividades e membros do PCB em Barra do Piraí e Piraí.

Fonte: Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 116

IPM - PCB 7.478/64

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=barra+mansa

O PCB organizava-se em Comitê Central (nacional), Comitês Estaduais, comitês municipais, células de base (por distrito, por bairros, por empresa, por zona rural). Maurício Grabois foi encarregado pelo Comitê Estadual de organizar e assessorar a organização de Comitês Municipais em Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí e Piraí. Também faziam parte do Comitê Estadual Feliciano Eugênio Neto, Alcides Sabença, José Hugo Milan e Rubem Wanderley. O Comitê Municipal do PCB em Barra Mansa era formado por diversos ativistas acusados no IPM:, Oswaldo Camanatti, Juracy Vieira de Souza, Dorvano Fabiano, Waldemar Argolo, Ceciliano de Souza Filho, José Delgado Cortêz, e Paulo "Alfaiate"; Anaximandro Rattes, , Cândido Pereira da Silva, Elias Bondarowisky, Cinito Morais, Ruben Wanderley, Roque Luiz Vargas, João Batista Mury, Paulo Alves Ferreira, Manuel Lopes Ribeiro, Almair Mendes Aguiar, Antonio Brasil Barreto, Mozart Mendes do Prado, Moszek Taublib. Em Barra Mansa foram formadas três células de base do PCB: Célula do Centro, Célula de Saudade e Célula "Júlio Cajazeiras".

O Comitê Municipal do PCB em Volta Redonda era formado por Feliciano Eugênio Neto, Silvestre Rosa, Brasil Lul Diogo, José Hugo Milan, Israel Santana, Geraldo Leal Ribeiro, Antônio Rocha Machado, Idelfonso Jorge Aquino e Silva, Luiz Ferreira Brum, Lindolpho Hill, Nicanor de Carvalho, Elpídio campos Filho, Argemiro da Costa Ribeiro, Stanislau Torres, Lincoln Cordeiro Oest, José Olimar da Costa, dentre outros. Em Volta Redonda o PCB formou uma Célula da Cidade e uma Célula da Empresa (CSN).

O Comitê Municipal de Barra do Piraí foi dirigido por Jorge Carvalho da Silva, José da Silva, Rubens Pereira Soares, Demistocrates Batista, José Maria Cordeiro, José Roque Moreira, Júlio Barbosa da Silva. O Comitê de Piraí (Pinheiral) era chefiado por Alcides Sabença.

Segue abaixo a lista completa de todos os 61 acusados e resumo do relatório no "**IPM DAS ATIVIDADES SUBVERSIVAS EM BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, BARRA DO PIRAÍ E PIRAÍ**":

Fonte: Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 116

IPM - PCB 7.478/64

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=barra+mansa

1. **WALDEMAR DE CARVALHO ARGOLO**, 41 anos, brasileiro, casado, eletricista, morador de Barra Mansa; acusado pelo IPM de "tentar subverter a ordem pública e social para implantar o regime comunista no Brasil; comunista confesso; integrou o Comitê Municipal do PCB em Barra Mansa; era elemento de grande atividade do partido; promovia agitação, arrecadava dinheiro para o partido, distribuía jornais subversivos ("A CLASSE OPERÁRIA" e "NOVOS RUMOS"); é elemento de alta periculosidade".
2. **ELIAS BONDAROWSKY**, acusado pelo IPM de "apesar de nascido na Ucrânia, subornou o escrivão do cartório de Barra Mansa para registrá-lo como brasileiro, nascido naquele município, em 1912, comerciante e industriário de grande fortuna, contribui para o PCB desde 1951, financiando as atividades subversivas de agitação e pela revolução comunista em nosso país".

3. **JURACY VIEIRA DE SOUZA** , brasileiro, morador de Barra Mansa, motorista, Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos, acusado pelo IPM "de ser comunista, filiado ao PCB desde 1959; ativista em Barra Mansa e Volta Redonda; arrecadador de recursos para o PCB; indicado pelo PCB para fazer cursos na Alemanha Oriental e demais países da Cortina de Ferro".
4. **OSWALDO CARMINATTI,** funcionário do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens, ingressou no PCB em 1957, em Barra Mansa, foi eleito vereador pelo PSD; fundou, por orientação do PCB, a "Associação de Lavradores" na Colônia Santo Antônio; segundo o IPM "Carminatti era agitador, elemento perigoso, muito treinado nas técnicas comunistas; Membro da direção do Comitê Municipal do PCB; Era arrecadador de contribuições para o PCB no município".

5. **JOSÉ OLIMAR DA COSTA**, chefe do serviço de trânsito em Volta Redonda, ingressou no PCB por intermédio de seu compadre Juracy Vieira de Souza; ligado ao Wandir de Carvalho, até o Golpe de 64, Diretor Social da CSN; contribuía regularmente para finanças da Comitê Municipal do PCB em Volta Redonda.
6. **MOSZEK TAUBLIB**, de origem polonesa, comerciante de Barra Mansa, segundo o IPM, "contribuía regularmente e conscientemente om o financiamento do PCB, com evidente propósito de auxiliar a propaganda das ideias comunistas e sua implantação em nosso país".
7. **JOSÉ GAUDINO DE SOUSA**, pertencia à "Célula da Cidade" do PCB, em Volta Redonda. Era tipógrafo do jornal "A CHIBATA", segundo o IPM,

"pasquim agitador e subversivo, que pertencia aos irmãos tido e havido como comunistas, Idelfonso Jorge de Aquino e Silva e Odair Aquino e Silva".

8. **IDELFONSO JORGE DE AQUINO E SILVA**, proprietário de tipografia e editor do jornal "A CHIBATA", segundo o IPM, "o acusado é responsável pela propaganda subversiva feita pelo dito jornal, com artigos destinados a aumentar o clima de agitação das massas e a subversão da ordem constituída".
9. **JOÃO BATISTA MURY**, Médico da Santa casa de Barra Mansa, acusado pelo IPM de ser "contribuinte do PCB, inclusive destinando parte dos alugueres, que cobrava de inquilinos de casas de sua propriedade, colaborando financeiramente para propaganda das ideias subversivas e para a mudança do regime político do país".
10. **MOZART MENDES DO PRADO**, recebeu da Radio Mairink Veiga, centro difusor do brizolismo, as instruções dadas por Leonel Brizola, para organização do "grupo dos onze" em Barra Mansa. A partir dessas orientações, Mozart juntou-se com Pedro Silva, Hélio Couto, e José Carlos Peixoto para organizarem o grupo dos onze em Volta Redonda. Segundo o IPM, "de posse das instruções, o acusado passou a obrar no sentido da organização da milícia, tentando colher a colaboração e a solidariedade do povo".
11. **JOAQUIM LOURENÇO DE ALMEIDA**, membro do Comitê Municipal do PCB em Volta Redonda, segundo o IPM, o acusado era "elemento comunista, tecnicamente treinado, perigoso à ordem pública, contribuiu com serviços para agitação e a subversão, participava de reuniões afim de traçar um plano de subversão da ordem vigente no país".

12. **DORVANO FABIANO**, participava do Comitê Municipal do PCB em Barra Mansa, segundo o IPM, "o acusado era militante comunista, do alto comando partidário em Barra Mansa, elemento de alta periculosidade, pois entende que o comunismo é ideal para resolver os problemas do Brasil e afirma que continuará a ser comunista".
13. **ANTONIO DA ROCHA MACHADO**, nascido em Portugal e naturalizado brasileiro, ingressou no PCB em 1945, integrava o Comitê Municipal do PCB em Volta Redonda; segundo o IPM, "o acusado, elemento perigoso, participava de reuniões comunistas com o fim de estabelecer planos para a implantação da tirania comunista no Brasil, apoiando e dando vigor às medidas subversivas preconizadas pelo ex-presidente Goulart".
14. **ANAXIMANDRO RATTES**, ingressou no PCB em 1957 e desde então atuava na reorganização do partido em Volta Redonda, tornando-se membro do Comitê Comunista Municipal; segundo o IPM, "o acusado é comunista atuante, tecnicamente treinado para agitação e subversão da ordem política e social do país contribuinte financeiro para reorganização ilegal do PCB".
15. **ALCIDES RODRIGUES SABENÇA**, foi Deputado Federal pelo PCB em 1946-1947 (até a cassação do PCB e sua ilegalidade no Governo Dutra); morava em Pinheiral (Barra do Piraí), mas era membro do Comitê Municipal de Volta Redonda; segundo o IPM, "o acusado é comunista fanático e elemento de alta periculosidade; atuava e dirigia a subversão não somente em Volta Redonda, mas também em Barra mansa, Barra do Piraí e Piraí; arrecadava as contribuições dos filiados ao PCB nessas localidades; Contribuiu com trabalho e aliciamento partidário para o comunismo no Brasil".

16. **ANTÔNIO BRASIL BARRETO**, segundo o IPM, o acusado era ativista do PCB, participava de reuniões do partido e contribuía com donativos para o Partido Comunista.
17. **JORGE CARVALHO DA SILVA**, era médico da cidade de Barra do Piraí, segundo o IPM "contribuiu com donativo para o Partido Comunista; no dia 1º de abril compareceu à estação da rádio de Barra do Piraí e pronunciou discurso contra a Revolução de 31 de Março".
18. **ALMAIR MENDES AVELAR**, vendedor viajante, membro do PCB em Barra do Piraí, ingressou no PC em 1959, a convite de Alcides Sabença; segundo o IPM, "o acusado era militante comunista, contribuinte com donativo para o Partido Comunista; desenvolvia intensa atividade subversiva aliciando novos adeptos para a doutrina comunista; na qualidade de vendedor viajante, mantinha ligações com os elementos comunistas de outros municípios".
19. **JOSÉ DA SILVA,** líder ferroviário em Barra do Piraí da RFFSA, ingressou no PC em 1958 a convite de Alcides Sabença; segundo o IPM, "o acusado participava de reuniões do PC; é distribuidor em Barra do Piraí do jornal Novos Rumos; em 1º de abril incitou os ferroviários à paralisação do trabalho em apoio à ordem de greve geral baixada pelo CGT; participou do comício na estação de rádio local de Barra do Piraí, concitando a população a levantar-se contra o Movimento Revolucionário Democrático e dando apoio ao Presidente deposto João Goulart".
20. **RUBENS PEREIRA SOARES**, segundo o IPM, "ingressou no PCB em 1945; sempre presente nas reuniões do Comitê Comunista de Barra do Piraí; contribuiu com donativos e serviços para execução do plano comunista de

destruição da democracia; elemento de grande atividade; mantinha sempre ligações com comunistas de Volta Redonda, Barra Mansa e Piraí".

21. **MANUEL LOPES RIBEIRO**, alfaiate em Barra Mansa, segundo o IPM, "elemento do PC, propagava as ideias comunistas nas conversas que mantinha; compareceu ao churrasco oferecido ao chefe comunista Luiz Carlos Prestes por Joaquim Lourenço de Almeida".
22. **ARGEMIRO DA COSTA RIBEIRO**, segundo o IPM, "integrante do Comitê Comunista de Volta Redonda".
23. **ARISTEU JOSÉ LUIZ**, segundo o IPM, "integrante da Célula de Base Comunista da Vila Mury, em Volta Redonda, onde participava ativamente de reuniões subversivas".
24. **BENJAMIM MARQUES**, segundo o IPM, "o acusado era comunista atuante em Volta Redonda e Barra Mansa desde 1949, onde exercia atividades subversivas";

25. **BRASIL LUL DIOGO**, professor, segundo o IPM, "o acusado era membro do Comitê Municipal Comunista de Volta Redonda; empreendeu viagem de estágio à Alemanha Oriental; fez-se presidente da Frente de Renovação popular em Volta Redonda, sendo considerado elemento da cúpula do Partido Comunista, tendo atuações também em Barra Mansa".
26. **CECILIANO DE SOUZA FILHO**, segundo o IPM, "elemento de grande influência no Partido Comunista, integrante do Comitê de Volta Redonda e Barra Mansa, promovia reuniões com demais comunistas a fim de traçar planos para agitação e subversão da ordem pública e social vigente".

27. **CINITO MORAES**, segundo o IPM, "o acusado cooperou com os comunistas colocando à disposição dos mesmos uma viatura de sua propriedade para provocar agitação e subversão da ordem na Colônia Santo Antônio".
28. **CÂNDIDO PEREIRA DA SILVA**, segundo o IPM, "um elemento do Comitê Municipal do Partido Comunista em Barra Mansa; mantinha ligações com comunistas dos municípios vizinhos, a fim de implantar a agitação da ordem pública e a subversão do país".
29. **DEMISTÓCRATES BATISTA**, segundo o IPM, o acusado "integrava o Comitê do partido comunista de Barra do Piraí, participou ativamente de reuniões com o fim de traçar planos para agitação e subversão da ordem política e social do país".
30. **EURIPEDES ESTRELA**, segundo o IPM, "o acusado era membro do 'Comitê de Empresa' que funcionava no interior da Companhia Siderúrgica nacional; participava das reuniões do Partido Comunista em Volta Redonda com objetivo de traçar planos para a agitação e a subversão da ordem política e social vigente".
31. **EDIL AMÉRICO DUARTE**, segundo o IPM, o acusado "era elemento comunista de grande atividade nos municípios de Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí e Piraí; integrou o Comitê Provisório com o fim de organizar os Comitês Comunistas nesses municípios acima citados".
32. **ELPÍDIO CAMPOS FILHO**, segundo o IPM, o acusado "era membro do 'Comitê de Empresa' que funcionava secretamente no interior da Companhia Siderúrgica nacional; participava das reuniões do Comitê Municipal do

Partido Comunista em Volta Redonda com objetivo de traçar planos para a agitação e a subversão da ordem política e social vigente".

33. **FELICIANO EUGÊNIO NETO**, foi vereador de Volta Redonda pelo PSD, tendo sido cassado pelo própria Câmara Municipal daquela cidade, em razão do Golpe de 64; segundo o IPM, "o acusado era assistente do Comitê Estadual do PCB e elemento de ligação com os Comitês Municipais de Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí e Piraí; foi elemento de grande influência na reorganização desses Comitês Municipais Comunistas";
34. **FRANCISCO MOTA**, segundo o IPM, "elemento de cúpula do Partido Comunista em Volta Redonda, e aliciava novos adeptos para o PCB".
35. **GERALDO LEAL RIBEIRO**, era advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de Barra Mansa e Volta Redonda, fazia parte do Comitê Municipal do Partido Comunista em Volta Redonda, segundo o IPM, o acusado era "comunista convicto e como tal conhecido por todos, tendo estado na Rússia, naturalmente para aperfeiçoar os seus conhecimentos na técnica de subversão da ordem política e social".
36. **ISRAEL SANTANA**, segundo o IPM, " o acusado tomava parte das reuniões do 'Comitê de Empresa' que funcionava secretamente na CSN; promovia reuniões dos comunistas na sua própria residência; agia também em Barra Mansa, Barra do Piraí e Piraí".
37. **JOÃO ALVES DOS SANTOS LIMA NETO**, era o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Barra Mansa e Volta Redonda, segundo o IPM, "elemento de alta periculosidade; fazia parte e era um dos organizadores dos Comitês do PCB de Volta Redonda e Barra Mansa; agitador contumaz; era considerado elemento da mais alta importância para o PCB em Volta Redonda,

onde procurava sempre incitar os operários da Companhia Siderúrgica nacional a promoverem agitação e subversão da ordem política e social, como na tentativa de paralisar a CSN no dia 1º de abril em solidariedade ao Presidente deposto João Goulart, não obtendo êxito graças à Revolução Vitoriosa de 31 de Março".

38. **JOSÉ DELGADO CORTEZ**, segundo o IPM, "o acusado era elemento de alta projeção no Partido Comunista, atuava como elemento de ligação do Comitê Estadual do PCB com os Comitês Municipais de Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí e Piraí".

39. **JOSÉ HUGO MILAN**, segundo o IPM, "elemento de alta periculosidade, fazia parte da cúpula estadual do PCB; atuava nos Comitês Municipais de Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí e Piraí; elemento de grande atividade no meio dos transportes, forçou, no dia 1º de abril, a paralisação dos ônibus de Volta Redonda e Barra Mansa, dentro do esquema da greve geral determinada pelo CGT; incitou os operários a entrarem em greve, aumentando, assim, o clima de agitação e subversão da ordem nesses municípios; era considerado como chefe dos comunistas da região".

40. **JOSÉ MARIA CORDEIRO**, segundo o IPM, o acusado era "elemento chave dos comitês de Barra do Piraí e Barra Mansa, comparecia às reuniões desses Comitês Municipais com o fim de traçar planos para agitação e subversão da ordem política e social vigente no país".

41. **JOSÉ ROQUE MOREIRA**, segundo o IPM, "dirigente do Comitê Comunista de Volta Redonda, agia como elemento de integração com os Comitês Municipais do Partido Comunista em Barra do Piraí, Barra Mansa e Piraí e com o Comitê Estadual do PCB do Estado do Rio de Janeiro".

42. **JULIO BARBOSA DA SILVA,** segundo o IPM, "o acusado pertencia ao Comitê Comunista de Barra do Piraí, com grande atividade do setor comunista no Estado do Rio de Janeiro, com ligações com o CGT e os sindicatos dominados pelos comunistas; organizou o Sindicato Rural de Ipiabas, o rótulo sobre o qual se encobria o Partido Comunista, tendo sido designado apara organizar as Ligas Camponesas naquela localidade; recebia instruções através do jornal comunista 'Novos Rumos'";
43. **LEONEL DE MOURA BRIZOLA**, líder trabalhista, Deputado Federal pelo PTB, segundo o IPM, "através da Rádio Mayrink Veiga, que no governo deposto constituía poderosa arma de propaganda subversiva, remetia, a cada um dos comunistas ou simpatizantes, uma relação para ser assinada pelos voluntários, acompanhada de instruções destinadas à organização do 'Grupo dos Onze', cujos objetivos era a formação de uma força armada para opor-se à ação constitucional das Forças Armadas no Brasil, combate-las e desorganizá-las, possibilitando a implantação do comunismo em nosso país".

44. **LINDOLPHO HIL**, segundo o IPM, "atuava no Comitê Municipal do PCB em Volta Redonda e do Comitê Estadual, em Niterói, incumbido de transmitir as ordens para os Comitês Comunistas dos municípios vizinhos; elemento perigoso e de grande atividade nas hostes do Partido da subversão; participava das reuniões dos comitês a fim de promover a revolução comunista por meio da violência".
45. **LUIZ FERREIRA BRUM**, segundo o IPM, "pertencia ao Comitê Comunista Municipal de Volta Redonda, bem como ao 'comitê de empresa' do mesmo partido, que funcionava secretamente na CSN, com o objetivo de paralisar o

funcionamento daquela usina, tentando levar os companheiros de trabalho à greve, no dia 1º de abril, contra a Revolução Democrática de 31 de Março".

46. **LUIZ CARLOS PRESTES,** Secretário Geral do PCB, líder histórico do movimento comunista no Brasil, segundo o IPM do 1º BIB, que o indiciou, "o acusado teve participações inequívocas, direta ou indiretamente, nas atividades subversivas em Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí e Piraí, pois de acordo com suas ordens e instruções disseminadas pelo Comitê Estadual de Niterói e pelos Comitês Municipais dessa região sul fluminense, para comunistas e simpatizantes, criava-se um clima de subversão à ordem política e social com o objetivo de implantar o comunismo no Brasil".

47. **LINCOLN CORDEIRO OEST**, segundo o IPM, "comunista atuante, de alta periculosidade, elemento de prestígio do PCB, propagandista de ideias comunistas, agia intensamente na região , fazendo ligação entre o Comitê Estadual Comunista e os demais Comitês Municipais da região".

48. **MAURICIO GRABOIS**, segundo o IPM, "membro do Comitê Estadual de Niterói, um dos cabeças do movimento subversivo, elemento responsável pela organização dos Comitês Municipais de Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí e Piraí; incumbido do movimento financeiro do PCB; propagandista das ideias comunistas; agitador perigoso da classe operária".

49. **NICANOR DE CARVALHO**, segundo o IPM, "elemento fazia parte do Comitê Municipal do Partido Comunista em Volta Redonda, e participava de reuniões para traçar planos de agitação subversiva".

50. **OTHON REIS FERNANDES**, líder do trabalhismo sindical em Volta Redonda, foi Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e

Barra Mansa entre 1957 e 1961; foi o primeiro Diretor Social da CSN eleito pelo voto dos operários; segundo o IPM, "prestou homenagem no Sindicato dos Metalúrgicos, em 1958, quando era Presidente, ao líder comunista Luiz Carlos Prestes, o qual enalteceu em seu discurso; no dia 1º de abril foi a estação de rádio de Volta Redonda com a finalidade de lançar protestos contra o movimento revolucionário vitorioso de 31 de março; agitador, na sua liderança sindical foi constantemente incitador de greves; concorreu para aumentar o clima de agitação da ordem pública".

51. **ODAIR BENEDITO DE AQUINO E SILVA**, Diretor Secretário do Sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda e Barra Mansa na gestão Lima Neto, segundo o IPM, "comunista atuante, foi responsável , no dia 1º de abril, por toda agitação subversiva que ali se processou; No dia 29 de dezembro de 1963, no programa radiofônico 'A Voz dos Metalúrgicos' irradiado perla Rádio Sul Fluminense de Barra Mansa promoveu inquietações com ameaça de greve na CSN; costumava falar subversivamente no referido programa, fazendo ameaças aos engenheiros e dirigentes das empresas de Volta Redonda e Barra Mansa; escrevia artigos subversivos publicados no Jornal 'A Chibata'; no dia 1º de abril escreveu um boletim subversivo por ele assinado".

52. **PEDRO POMAR,** comunista atuante, viajou com Argolo e Anaximandro para Salvador, Bahia, a fim de colocar em funcionamento o Comitê Comunista naquela capital;

53. **PAULO ALVES FERREIRA**, segundo o IPM, "elemento integrante do Comitê Comunista Municipal de Volta Redonda, participava das reuniões das células de base do PCB com objetivo de combinar planos de subversão da ordem pública no país".

54. **ROQUE LUIZ VARGAS,** foi Presidente do Sindicato dos Alfaiates de Porto Alegre (RS), migrou para Barra Mansa, segundo o IPM, " participava do Comitê Municipal do Partido Comunista daquele município; viajou para países da cortina de ferro, juntamente com Juracy Vieira de Souza, para se aperfeiçoar em técnicas comunistas de agitação e subversão da ordem social e política vigente".
55. **RUBEM WANDERLEY**, segundo o IPM, "integrante do Comitê Estadual do PCB; participava ativamente das reuniões dos Comitês de Volta Redonda e Barra Mansa".
56. **STANISLAU TORRES**, segundo o IPM, "participava das reuniões do Comitê Municipal do partido Comunista em Barra Mansa, onde estudavam métodos de ação subversiva, tendo em vista as reivindicações dos operários, explorando-as por mio da agitação e subversão da ordem pública; era também membro do 'comitê de empresa' secreto atuando na Companhia Siderúrgica Nacional, havendo incitado os operários da referida empresa a paralisarem os trabalhos".
57. **SEBASTIÃO DE CARVALHO**, segundo o IPM, "elemento comunista, membro do 'comitê de empresa', atuou subversivamente com objetivo de paralisar o trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional;
58. **SILVESTRE PEREIRA ROSA**, segundo o IPM, "era membro do Comitê Municipal do PCB em Volta Redonda; era orientador sindical do vale do Paraíba; exercia também a função de assistente do Comitê Estadual Comunista para transmitir ordens aos Comitês da região".
59. **SUGIO KERUO KOYAMA**, segundo IPM, "elemento integrante de uma célula base comunista em Volta Redonda".

60. **WANDIR DE CARVALHO**, era Diretor Social, eleito pelos operários da CSN, até 1º de abril de 1964; segundo o IPM, "auxiliou a instalação da oficina tipográfica destinada a imprimir o jornal 'A Chibata', pasquim de agitação e subversão, com circulação em Volta Redonda e Barra Mansa; mantinha ligações com comunistas da cidade".
61. **WLADIMIR POMAR**, segundo o IPM, "integrava o 'comitê de empresa' que agia secretamente na CSN com o objetivo de paralisar os trabalhos da Usina quando recebesse ordens superiores do Partido Comunista".

JULGAMENTO DO IPM NA 2ª AUDITORIA MILITAR

Esse "IPM da Subversão" indiciou os 61 acusados e provocou o processo jurídico de crime contra a Segurança Nacional, Lei 1802 de 5 de janeiro de 1953, na 3ª Auditoria da 1ª Região Militar. Os advogados de defesa denunciaram que a Justiça Militar era incompetente, constitucionalmente, para julgar cidadãos civis, o que foi acatado pelos juízes do tribunal, daí o processo foi remetido para o Ministério Público, das Comarcas de Barra Mansa, Volta Redonda e Barra do Piraí, para julgamento dos respectivos Juízes de Direito. Os indiciados foram convocados por cartas precatórias para depoimento em juízo em audiências nessas Comarcas. Os indiciados, na sua totalidade, em seus depoimentos negaram as acusações do IPM, alguns denunciaram o clima de terror e ameaças dos oficiais militares do 1º BIB encarregados do inquérito e questionaram a falta de provas das acusações.

Com o Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, a Justiça Militar tornou-se competente para julgar crimes de segurança nacional de acusados civis. Dessa forma, o Processo 7478/64 retornou para julgamento do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército. Após percorrer longos caminhos jurídicos, finalmente, em meados

de 1970, o Conselho Permanente de Justiça realiza o derradeiro julgamento do Processo 7478/64.

Fonte: Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 116

IPM - PCB 7.478/64

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=barra+mansa

O Procurador do Ministério Público, Dr. Osiris Jepherson, sustentou as acusações de crime contra a Lei de Segurança Nacional contra todos os réus indiciados no Processo 7478, com base nos seguintes argumentos: 1º) alguns acusados confessaram o crime nos depoimentos do IPM no 1º BIB em maio e junho de 1964; 2º) os que não confessaram foram denunciados nos depoimentos dos co-reus; 3º) os 28 foragidos que não prestaram depoimentos no IPM, foram também incriminados nos depoimentos dos co-reus; 4°) foram apreendidos vastos materiais subversivos nos escritórios e residências de vários acusados; A procuradoria assim conclui seu relatório final acusatório: "Ante tudo que foi exposto e apurado, verifica-se que a denúncia ficou sobejamente provada, impondo-se, por conseguinte, como espera e pede o Ministério público, a condenação dos denunciados".

Os acusados foram defendidos, às vezes individualmente, às vezes em pequenos grupos, pelos seguintes advogados: Dr. LINO MACHADO FILHO, Dr. MANOEL AUGUSTO FARIA, Dr. ANTONIO MODESTO DA SILVEIRA, Dr. FRANCISCO JOSÉ PEREIRA DAS NEVES, Dr. LUIZ CARLOS CORREA DE MIRANDA, Dr. ELIEZER CORREA DE OLIVEIRA, Dr. OSWALDO MENDONÇA, Dra. ROSA MARIA CARDOSO DA CUNHA, Dr. JOSÉ MAURÍCIO LINHARES BARRETO.

Os argumentos das defesas dos acusados, por cada advogado, podem ser assim sintetizados:

1º) as denúncias do Ministério Público estão assentadas exclusivamente nas confissões feitas na fase inquisitorial do processo 7478/64, num clima de terror moral, com pressões e ameaças ostensivas dos oficiais militares, encarregados do "IPM da Subversão", no 1º Batalhão de Infantaria Blindada, sobre os depoentes que estavam detidos, incomunicáveis, sem assistência e apoio de advogados;

2º) o Ministério Público desprezou os depoimentos colhidos pela Justiça Civil, dentro dos marcos normais do Direito Penal, com assistência advocatícia perante o Juiz de Direito, que se opuseram totalmente às acusações do IPM;

3º) a denúncias são inconsistentes, imprecisas, incertas, genéricas, vagas, fantasiosas, sem descrição concreta dos fatos, circunstâncias e efeitos que tipificam o crime contra a Segurança Nacional;

4º) as testemunhas de denúncia apresentadas pelo Ministério público são três militares encarregados do próprio IPM, que torna o processo eivado de vícios insanáveis, uma vez que essas testemunhas não estavam presentes nos fatos denunciados, mas apenas na apuração dos fatos, e se não há provas que validem as acusações, configura-se uma denúncia INEPTA;

5º) as provas materiais do crime de subversão apresentadas nos autos do Processo 7478 são livros apreendidos por diligências do IPM em escritórios e residências de alguns indiciados, que foram feitas ao arrepio da lei, sem ordem judicial, que invalidam toda acusação; ao mesmo tempo, possuir livros ditos subversivos não constitui crime de subversão, pois senão todos os livreiros que vendessem essas obras estariam cometendo crime contra a Segurança Nacional;

6º) no julgamento do pedido de Habeas Corpus de um dos acusados do IPM, Wandir de Carvalho, o Supremo Tribunal Militar considerou, por unanimidade, que a denúncia dos autos do processo era INEPTA; e que por extensão, a Comissão Permanente de Justiça da 2ª Auditoria Militar deveria acompanhar a decisão do Egrégio Tribunal, uma vez que "INEPTO LIBELO, NULO O PROCESSO";

7º) para finalizar, os advogados de defesa invocaram a prescrição da pena do delito com base no art. 36 da Decreto-Lei Nº 314/67 que define crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, no qual a pena para os acusados seria de 1 a 2 anos de prisão, estando extinta a punibilidade por decurso de prazo;

A Comissão Permanente de Justiça da 2ª Auditoria Militar, reunida em seção secreta, decidiu, no dia 27 de junho de 1970, por unanimidade, pela extinção da punibilidade e pela prescrição da ação penal contra os acusados. Quanto ao mérito, condenou os acusados Leonel de Moura Brizola, Luiz Carlos Prestes, Maurício Grabois e Lincoln Cordeiro Oest a pena de 10 anos de prisão; por unanimidade considerou não provada a denúncia por ausência de tipicidade legal.

Fonte: Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 116

IPM - PCB 7.478/64

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=barra+mansa

RELATO DE CASO DE TORTURA NO 1º BIB NO GOLPE DE 64

Nas investigações da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, até as prisões do AI-5, um caso relatado de tortura de militante do PCB, no 1º BIB (mas podendo haver outros), foi feito pelo Prof. Waldyr Amaral Bedê, que estava preso na AMAN, no Golpe de 64, que testemunhou os machucados e marcas de torturas no corpo do operário **Manoel de Carvalho Argolo**, acusado no IPM do PCB e que esteve preso no 1º BIB, antes de chegar na AMAN:

"Dias depois que estava preso na AMAM, chegou ao nosso alojamento, um operário de Barra Mansa, um eletricista de automóveis, chamado: Waldemar de Carvalho Argolo. Ele chegou magro, sem camisa, com calça, e sapato sem meia. Eu me lembro como se fosse agora. E as costas dele estava coberta de queimadura de ponta de cigarro. Quando eu vi aquilo... a gente não podia falar alto porque eles vinham e mandavam a gente calar a boca. Chegavam na porta: 'Calem a boca!' Eu perguntei: que aconteceu, companheiro? Ele respondeu: 'fui torturado. Olha minhas costas, está toda cheia de queimadura de ponta de cigarro'. Eu perguntei: por que? Ele disse: ' eles queriam que eu dissesse todos nomes do meu grupo dos onze. Mas eu não tinha onze. Não cheguei a formar o grupo. Apenas me apresentei para formar o grupo dos onze que o Brizola pediu, mas não cheguei a formar, porque não tinha até liderança, não é companheiro? Como eu ia formar. Mas eles queriam saber. De onde eu ía tirar onze nomes? Então fui torturado desse jeito, com ponta de cigarro. E ele me relatou que, em Barra Mansa, no

1º BIB, antes de vir para a AMAN, o pessoal do DOPS o interrogou e o amarrou pelas pontas dos pés e o mergulhou no Paraíba por duas ou três vezes. Pra ver se ele falava. Isso me foi relatado pelo Waldemar de Carvalho Argolo".

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Depoimento de Waldyr Bedê gravado em áudio (2001)

Nos depoimentos prestados para 2ª Auditoria Militar, IPM 7478/64, alguns indiciados denunciaram maus tratos, coerção, ameaças, pressões e ilegalidade da prisão incomunicável no 1º BIB e na AMAN, em seus depoimentos: *Elias Bondarovsky , Idelfonso Jorge de Aquino e Silva, Alcides Rodrigues Sabença, Dorvano Fabiano, João Alves dos Santos Lima Neto, Brasil Lul Diogo, Joaquim Lourenço de Almeida, Juracy Vieira de Souza e Oswaldo Carminatti*

Fonte: Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 116

IPM - PCB 7.478/64

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&pesq=barra+mansa

IDENTIFICAÇÃO DOS ACUSADOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA - 3º CASO DO IPM 7478/64 - PCB

I) INSTITUIÇÕES ACUSADAS DE PERTENCIMENTO AO SISTEMA DE REPRESSÃO – IDENTIFICADAS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO

1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

II) ACUSADOS DE GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS – IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO

GENERAL ESTEVÃO TAURINO DE REZENDE NETO, determinou ao Comandante do 1º BIB a instauração do IPM **7478/64** nos municípios de Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí e Piraí;

GENERAL ENE GARCEZ DOS REIS– CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA da Usina (DSU) e Serviços Gerais - CSN;

MAJOR MITO MARTINS RIBEIRO, responsável pelo IPM **7478/64;**

TENENTE SILMAR CARDOSA SANDERMANN, relator do IPM **7478/64**;

CAPITÃO HÉLIO REGUA BARCELOS – Encarregado das diligências das prisões dos suspeitos e de Busca e Apreensão;

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS

VOLTA REDONDA

GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA NA DITADURA CIVIL-MILITAR 1967-1969

4º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR CONTRA A

JUVENTUDE DIOCESANA CATÓLICA (JUDICA)

5º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR CONTRA A AÇÃO POPULAR (AP)

6º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

PRISÕES DOS SINDICALISTAS E COMUNISTAS

NO 1º BIB PELA OPERAÇÃO GAIOLA DO AI-5

7º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR CONTRA D.WALDYR E 16 PADRES

4º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES

DOS DIREITOS HUMANOS

EM

VOLTA REDONDA

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

CONTRA A

JUVENTUDE DIOCESANA CATÓLICA

(JUDICA)

4º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA - 1967

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR CONTRA A JUVENTUDE DIOCESANA CATÓLICA (JUDICA) – 1967

A DIOCESE DE BARRA DO PIRAÍ E VOLTA REDONDA

A Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda (que abrangia esses dois municípios mais Barra Mansa, Valença, Piraí, Resende) possuía um corpo sacerdotal muito dividido e com fama de ser problemática, pois havia a divisão entre, de um lado, padres verbitas e padres jesuítas, de outro, os padres seculares; Havia ainda divisão entre padres tradicionalistas (conservadores) e padres renovadores (seguidores do recém estabelecido Concílio Vaticano II). Outra divisão era o movimento dos padres casados que queriam exercer o sacerdócio, e de outro a pressão do Núncio Apostólico que era contra. Havia ainda a divisão política entre padres anticomunistas e padres contra a ditadura militar. O Bispo D. Altivo, que chegou em 1963, pediu pra sair em 1966. A Arquidiocese do Rio estava com dificuldades para encontrar um Bispo que quisesse vir para a Diocese.

O NOVO BISPO – D. WALDYR CALHEIROS

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF
Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Naquele momento, D. Waldyr Calheiros, Pároco da Igreja São Francisco Xavier, na Tijuca (Rio de Janeiro), e que havia se tornado Bispo Auxiliar no Rio de Janeiro, em 1964, aceitou o desafio em função da questão operária de Volta Redonda (CSN) e de

Barra do Piraí (RFFSA). Tomou posse em 8 de dezembro de 1966, dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e logo no início de 1967, houve uma enchente catastrófica na Serra das Araras (Piraí). D. Waldyr teve uma importante atuação no socorro aos flagelados da enchente, conseguindo um terreno da LIGHT para reconstruir as casas deles (que por isso ficou conhecida como "Vila do Bispo") e se tornou reconhecido como um bispo que cuida dos pobres e necessitados.

Até a chegada de D. Waldyr Calheiros ao Bispado da Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda, em 1966, a formação de Grupos Jovens nas igrejas católicas era estimulada por padres jesuítas (Pe. Barreto, Pe. Ivo, Pe. Bernardo e outros). Apesar de não contar com o apoio do bispo antecessor (D. Altivo), o crescimento desse movimento era notável, pois era o caminho da vontade de agrupamento e identidade de uma parcela significativa da nova geração de Volta Redonda.

GRUPOS JOVENS DAS COMUNIDADES CATÓLICAS

O movimento jovem católico se organizava em 54 associações nos vários bairros das cidades da Diocese, com diversas siglas: Juventude Operária Católica (JOC), Associação católica Juvenil (ACAJ), Comunidade Jovens Cristãos (CJC), Juventude Agrária Católica (JAC), Grupo Jovem Cristão (GJC), dentre outros.

Ao chegar à Diocese, D. Waldyr Calheiros percebeu o potencial transformador desse movimento e apoiou a sua organização e fortalecimento. Indicou o Pe. Barreto (que se secularizou), o Pe. Natanael, Pe. Bernardo Thuss e Pe. Arnaldo para atuarem na formação e orientação dos Grupos Jovens. Por outro lado, os jovens reconheceram no novo bispo apoiador e protetor, de tal maneira que transformaram o Bispado (antes uma

fortaleza) numa segunda casa, onde se sentiam a vontade e onde passaram a fazer suas reuniões de preparação dos encontros dos grupos jovens.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF
Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

FORMAÇÃO DA JUDICA – CENTRAL DOS GRUPOS JOVENS DA DIOCESE

Nesse processo surgiu a Juventude Diocesana Católica (JUDICA), que era uma entidade organizada no ano de 1966, com o apoio do recém-chegado Bispo D. Waldir Calheiros, para unificar o movimento da juventude católica da diocese de Volta Redonda e Barra do Piraí. A JUDICA funcionava como uma central do movimento jovem católico. Havia uma direção formada por um presidente, um diretor tesoureiro, um diretor secretário e um diretor de cultura e esporte, além de um representante de cada um dos grupos jovens. Todos se reuniam no Bispado, que virou a segunda casa desses militantes jovens. No Bispado D. Waldyr organizou diversos cursos e palestras de formação das lideranças desses grupos jovens. Nesse processo, numa conjuntura de ascensão dos movimentos de oposição à Ditadura Militar e de crítica da realidade social injusta e desigual, alguns jovens vão se tornando cada vez mais politizados e dispostos a mudar o mundo, e, de alguma forma, agir sobre a realidade social.

INÍCIO DO CASO – QUATROS JOVENS EM CONVERSA DE BAR

Fonte: *ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 1**
Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF
Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Foi dentro desse contexto nacional e local que ocorreu a caso de violação dos direitos humanos envolvendo a JUDICA. Na noite do dia 5 de novembro de 1967, quatro

jovens dirigentes da JUDICA resolveram, espontaneamente, distribuir um panfleto nos bairros operários e populares da cidade de Volta Redonda. A autoria, datilografia e reprodução em mimeógrafo do panfleto foi de **Carlos Rosa de Azevedo**; O presidente da JUDICA era **Natanael José da Silva**, jovem de 21 anos; O diretor esportivo e cultural da JUDICA era **Jorge Gonzaga**, 21 anos; O motorista da Kombi da Diocese que conduziu essa atividade de distribuição dos panfletos era um Diácono francês, com 29 anos, **GUI Michel Camille Thibault**.

Carlos Rosa possuía um leitura bastante politizada e crítica da Ditadura Militar e da realidade social capitalista. Estava em crise com a Igreja Católica por sua posição conservadora; ao mesmo tempo, identificava-se com a renovação proposta pelo Concílio Vaticano II e possuía profunda vocação sacerdotal nessa perspectiva de transformação social pela Ação Católica. Na sua formação política, teve influência da Ação Popular (que havia nascido da esquerda católica) e sua biblioteca particular era repleta de livros marxistas e de renovadores católicos. Carlos Rosa não atuava diretamente no movimento de grupos jovens, mas estava sempre conversando com suas lideranças que frequentavam o Bispado onde estava hospedado.

Gui Michel, que também morava no Bispado, veio da França depois de passar um tempo na Argélia. Naquela época, havia uma forte crise da Igreja Católica na Europa, onde a pressão por renovação era grande e a resistência tradicional pelo conservadorismo era ainda maior. Gui veio para o Brasil para se inspirar na solução de sua religiosidade. Em Volta Redonda, com o crescimento do movimento da juventude católica e a formação da JUDICA, Gui Michel se envolveu com os ativistas e participava frequentemente das reuniões. Ao viajar para a Europa, Pe. Barreto (conselheiro da JUDICA) encarregou o Diácono Gui Michel de assumir seu papel junto à JUDICA, até seu retorno. Ao mesmo tempo, dialogava bastante com Carlos Rosa e sofria influência de sua ideologia crítica e

socialista. Gui era a ponte entre a direção da JUDICA e Carlos Rosa. Eles não se encontravam não no Bispado, mas informalmente em pizzarias e bares do centro da cidade.

Natanael era estudante de Engenharia na Universidade Federal Fluminense e trabalhava como desenhista na COBRAPI (Companhia Brasileira de Projetos Industriais) subsidiária da CSN. Como Presidente da JUDICA era politizado sem ser organizado e sem ter a leitura marxista de Carlos Rosa.

Jorge Gonzaga era estudante da Escola Técnica Pandiá Calógeras (da CSN) e trabalhava na CSN. Por gostar de desenho, teatro, música e esporte, era o Diretos de Cultura, Esporte e Lazer da JUDICA. Promovia muitos encontros jovens em sítios de seminário da Diocese, organizava peças de teatro dentro dos grupos jovens, desenvolvia campeonatos e jogos esportivos entre os grupos jovens.

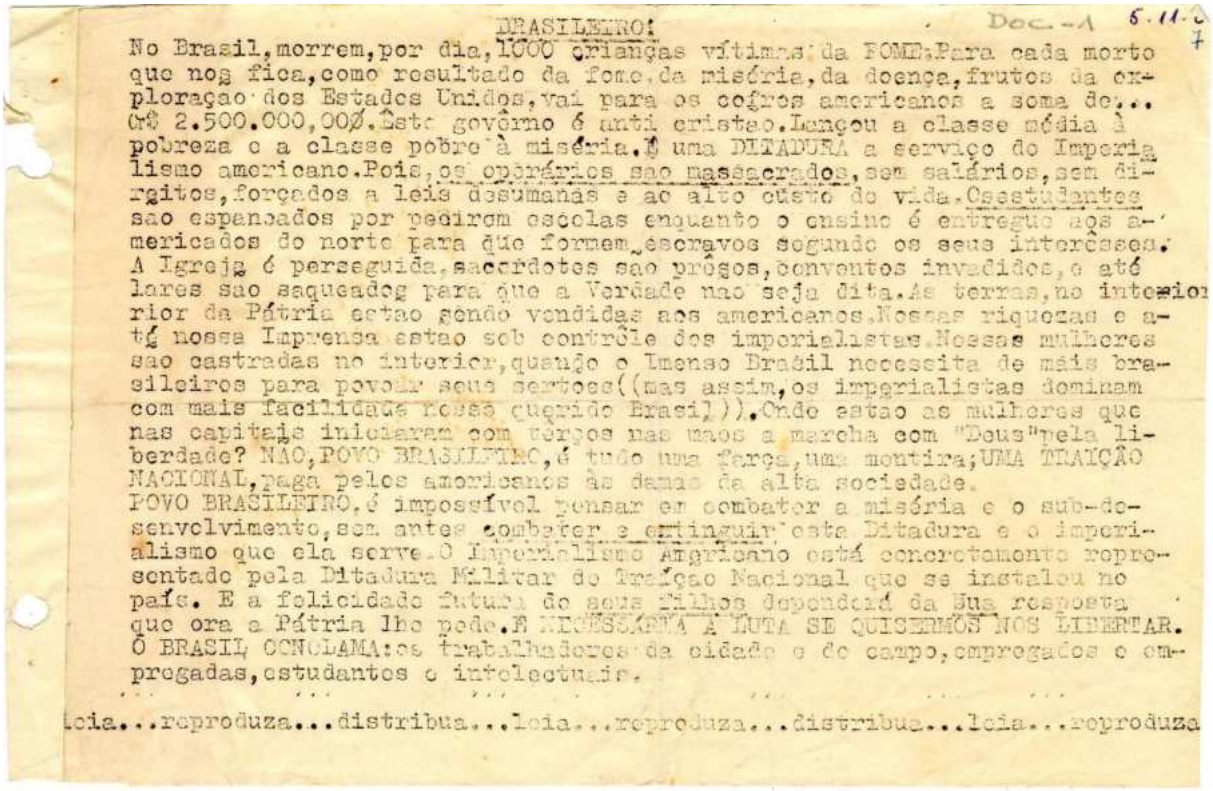
O PANFLETO

Fonte: *ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS – BNM 645*
http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=bnm645
Fonte: *ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 1**

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF
Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

Num domingo à noite, dia 5 de novembro de 1967, os quatro jovens estavam comendo pizza e tomando cerveja na Vila Santa Cecília, no centro de Volta Redonda, onde discutiram questões religiosas, filosóficas, sociais, culturais e políticas. Na saída, por volta da meia noite, Carlos Rosa revelou que escrevera um panfleto e que havia reproduzido centenas de cópias em mimeógrafo e que estavam guardados em seu quarto, no Bispado. Daí o grupo, depois de ler o panfleto, resolveu, por consenso, distribuir os

panfletos pelos bairros operários de Volta Redonda. Começaram pelo bairro Conforto, depois 208, 259, 207, daí foram para o bairro Retiro. Fizeram a distribuição de madrugada, jogando-os pela janela do veículo nas ruas desses bairros, na Kombi dirigida por Gui Michel. A cópia do original desse panfleto está a seguir reproduzido:



BRASILEIRO!

No Brasil, morrem, por dia, 1000 crianças vítimas da FOME. Para cada morto que nos fica, como resultado da fome, da miséria, da doença, frutos da exploração dos Estados Unidos, vai para os cofres americanos a soma de... Cr$ 2.500.000,00Ø. Êste govêrno é anti cristão. Lançou a classe média à pobreza e a classe pobre à miséria. É uma DITADURA a serviço do Imperialismo americano. Pois, os operários são massacrados, sem salários, sem direitos, forçados a leis desumanas e ao alto custo de vida. Os estudantes são espancados por pedirem escolas enquanto o ensino é entregue aos americados do norte para que formem escravos segundo os seus interêsses. A Igreja é perseguida, sacerdotes são prêsos, conventos invadidos, e até lares são saqueados para que a Verdade não seja dita. As terras, no interior da Pátria estão sendo vendidas aos americanos. Nossas riquezas e até nossa Imprensa estão sob contrôle dos imperialistas. Nossas mulheres são castradas no interior, quando o Imenso Brasil necessita de mais brasileiros para povoar seus sertões ((mas assim, os imperialistas dominam com mais facilidade nosso querido Brasil)). Onde estão as mulheres que nas capitais iniciaram com terços nas mãos a marcha com "Deus" pela liberdade? NÃO, POVO BRASILEIRO, é tudo uma farça, uma mentira; UMA TRAIÇÃO NACIONAL, paga pelos americanos às damas da alta sociedade.
POVO BRASILEIRO, é impossível pensar em combater a miséria e o sub-desenvolvimento, sem antes combater e extinguir esta Ditadura e o imperialismo que ela serve. O Imperialismo Americano está concretamente representado pela Ditadura Militar de Traição Nacional que se instalou no país. E a felicidade futura de seus filhos dependerá da sua resposta que ora a Pátria lhe pede. É NECESSÁRIA A LUTA SE QUISERMOS NOS LIBERTAR.
Ó BRASIL, CONCLAMA: os trabalhadores da cidade e do campo, empregados e empregadas, estudantes e intelectuais.

...leia...reproduza...distribua...leia...reproduza...distribua...leia...reproduza

Fonte: *ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 1**

Em resumo, o panfleto denunciava as injustiças sociais no Brasil (alta mortalidade infantil, miséria, desemprego, exploração dos trabalhadores) como fruto da ditadura militar e do imperialismo dos EUA e propunha a unidade de luta dos trabalhadores do campo e da cidade, dos estudantes e intelectuais.Antes desse panfleto, que foi distribuído casualmente, houve a elaboração e distribuição de outros panfletos, por Carlos Rosa e outros jovens, que não foram citados no depoimento de Carlos Rosa (Testemunho da Verdade), mas foram lembrados. Demonstra-se assim que havia alguma vinculação do movimento de grupos jovens com o inconformismo diante das injustiças sociais e que

vinha se tornando uma ideologia dentro da Diocese de D. Waldyr Calheiros. Mas não havia envolvimento, nem conhecimento, por parte do Bispo, dessas ações de elaboração de panfletos-denúncias da injustiça social e da ditadura. Esses panfletos eram reproduzidos em mimeografo da Paróquia de Barra Mansa e guardados no quarto de Carlos Rosa, no Bispado.

A DETENÇÃO DOS QUATRO JOVENS E DA KOMBI DA DIOCESE

Uma patrulha da Polícia do Exército (PE) do 1º BIB formada pelo: Segundo Sargento do Exército, José de Oliveira Sampaio; Soldado Argeu Alves da Costa; e o Soldado Alécio Ribeiro Neves, respectivamente, comandante da patrulha, condutor e motorista. No bairro Retiro, a Kombi da Diocese, com os quatro jovens (Carlos, Jorge, Natanael e Gui), foi perseguida, interceptada e detida na madrugada do dia 5 para o dia 6 de novembro daquele ano por essa patrulha da PE (cujos militares, naquele momento, se tornariam agentes indiretos da violação dos direitos humanos daqueles jovens, por se tornarem testemunhas de acusação no IPM que irá se seguir a essa detenção). Dentro da viatura da PE, que se dirigiu para o quartel do 1º BIB, encontravam-se detidos e conduzidos para detenção: Carlos, Jorge e Natanael e conduzindo a kombi para o 1º BIB, Gui Michel.

A PRISÃO INCOMUNICÁVEL NO 1º BIB

Fonte: *ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 1**

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF
Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda

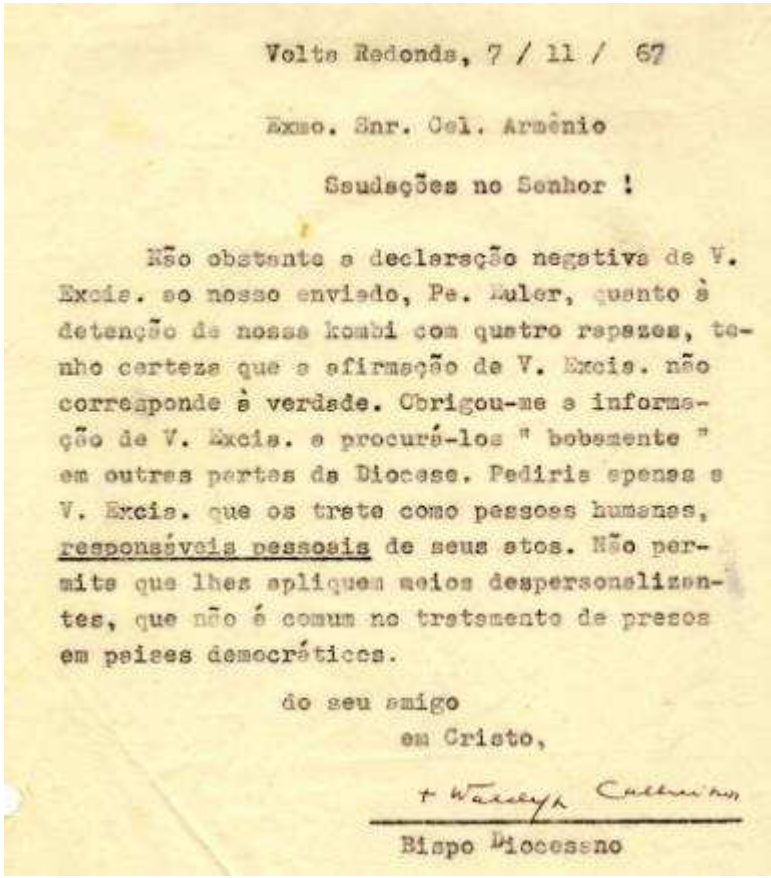
Os quatro jovens foram presos no 1º BIB, mantidos incomunicáveis por 1 mês, prazo estabelecido para apuração do Inquérito Policial Militar (IPM) do caso JUDICA, para serem indiciados na Justiça Militar pelo crime de subversão na Lei de Segurança Nacional. No 1º BIB, em Barra Mansa. Na primeira madrugada, foram mantidos juntos e puderam combinar os depoimentos. Nessa oportunidade, Carlos Rosas planejou com os companheiros que ele assumiria toda responsabilidade e que não os envolvessem e nem envolvessem a outros. Depois, cada um foi para uma cela solitária e incomunicável, perto da linha do trem.

Nos interrogatórios com o Tenente Coronel Gladstone Pernasetti e o Tenente Dalgio Niebus, não houve tortura física, mas muita ameaça de morte com pistola em cima da mesa, como tortura psicológica. A própria prisão incomunicável, arbitrária, autoritária, constituía-se, em si mesma, numa tortura física e psicológica permanente, dia e noite, sem se prever o desfecho da questão.

O BISPO E O COMANDANTE DO 1º BIB

Pela manhã do dia 6 de novembro, segunda feira, o Comandante do 1ºBIB, Coronel Armênio Pereira, anunciou à tropa no pátio do quartel que haviam prendido quatro comunistas que distribuíam panfletos subversivos em Volta Redonda, com a Kombi da Igreja. Esse comunicado chegou em poucas horas até o Bispo D. Waldyr por militares católicos presentes na tropa. O Bispo pediu ao Pe. Euler, de Barra Mansa, com bom diálogo com os militares do BIB, para saber do ocorrido, mas o próprio Comandante, Cel. Armênio, negou que estivesse detendo a Kombi e os quatro jovens católicos. Daí D. Waldyr, indignado, escreveu a máquina um bilhete ao Comandante do Batalhão, chamando-lhe a atenção pela informação mentirosa ("*sua informação não corresponde à verdade*") e seu temor pela integridade física dos jovens detidos ("*pediria apenas que V. Exce. os trate como pessoas humanas, responsáveis pessoais pelos seus atos. Não*

permita que lhes apliques meios despersonalizantes, que não é comum no tratamento de presos em países democráticos”), como se pode observar a seguir:



Volta Redonda, 7 / 11 / 67

Exmo. Snr. Cel. Armênio

Saudações no Senhor !

Não obstante a declaração negativa de V. Excia. ao nosso enviado, Pe. Muler, quanto à detenção da nossa kombi com quatro rapazes, tenho certeza que a afirmação de V. Excia. não corresponde à verdade. Obrigou-me a informação de V. Excia. a procurá-los " bobamente " em outras partes da Diocese. Pediria apenas a V. Excia. que os trate como pessoas humanas, responsáveis pessoais de seus atos. Não permita que lhes apliques meios despersonalizantes, que não é comum no tratamento de presos em paises democráticos.

do seu amigo
em Cristo,

+ Waldyr Calheiros

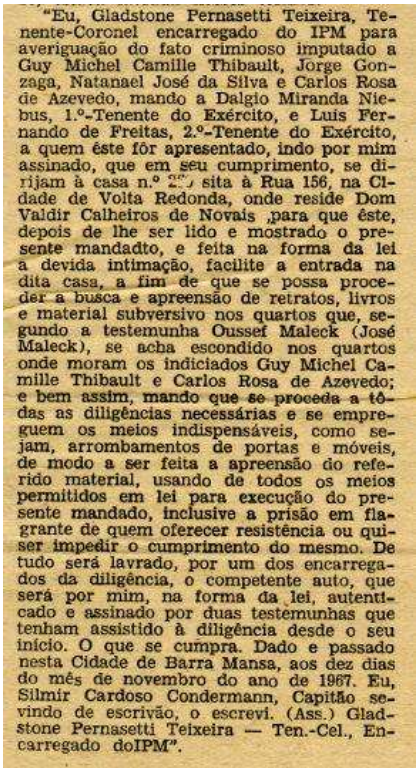
Bispo Diocesano

Fonte: *ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 1**

A INVASÃO DO BISPADO

No dia 9 de novembro, pela manhã, D. Waldyr desceu para o Rio de Janeiro para tentar resolver a questão através da Mitra e CNBB, por um lado, e, por outro, através do Comandante do I Exército, além de buscar ajuda advocatícia, quando então contratou o Dr. Lino Machado para defender os jovens. Naquele dia a tarde, por ordem do Comandante do 1º BIB, Coronel Armênio, uma tropa de militares sob comando do Tenente-Coronel Gladstone Pernasett, do Tenente Dalgio Niebus e do Tenente Luís Fernando de Freitas, em diligência, tentou invadir o Bispado em busca de provas de

subversão contra os jovens detidos, principalmente no quarto de Carlos Rosa e de Gui Michel, e indiretamente, contra o Bispo D. Waldir Calheiros.



"Eu, Gladstone Pernasetti Teixeira, Tenente-Coronel encarregado do IPM para averiguação do fato criminoso imputado a Guy Michel Camille Thibault, Jorge Gonzaga, Natanael José da Silva e Carlos Rosa de Azevedo, mando a Dalgio Miranda Niebus, 1.º-Tenente do Exército, e Luis Fernando de Freitas, 2.º-Tenente do Exército, a quem êste fôr apresentado, indo por mim assinado, que em seu cumprimento, se dirijam à casa n.º 2[illegible] sita à Rua 156, na Cidade de Volta Redonda, onde reside Dom Valdir Calheiros de Novais ,para que êste, depois de lhe ser lido e mostrado o presente mandadto, e feita na forma da lei a devida intimação, facilite a entrada na dita casa, a fim de que se possa proceder a busca e apreensão de retratos, livros e material subversivo nos quartos que, segundo a testemunha Oussef Maleck (José Maleck), se acha escondido nos quartos onde moram os indiciados Guy Michel Camille Thibault e Carlos Rosa de Azevedo; e bem assim, mando que se proceda a tôdas as diligências necessárias e se empreguem os meios indispensáveis, como sejam, arrombamentos de portas e móveis, de modo a ser feita a apreensão do referido material, usando de todos os meios permitidos em lei para execução do presente mandado, inclusive a prisão em flagrante de quem oferecer resistência ou quiser impedir o cumprimento do mesmo. De tudo será lavrado, por um dos encarregados da diligência, o competente auto, que será por mim, na forma da lei, autenticado e assinado por duas testemunhas que tenham assistido à diligência desde o seu início. O que se cumpra. Dado e passado nesta Cidade de Barra Mansa, aos dez dias do mês de novembro do ano de 1967. Eu, Silmir Cardoso Condermann, Capitão servindo de escrivão, o escrevi. (Ass.) Gladstone Pernasetti Teixeira — Ten.-Cel., Encarregado doIPM".

Fonte: *ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 1**

No Bispado (casa do Bispo) moravam, também, a mãe de D. Waldyr (Dona Mariazinha), 4 Irmãs de Ordens Religiosas (Irmã Elizabeth, Irmã Clotilde, Irmã Nazaré e Irmã Clarisse) e a cozinheira (D. Conceição). Por ordem de D. Waldyr, a Irmã Elizabeth não permitiu que eles entrassem sem a ordem do Bispo. Eles ameaçaram e fizeram muita pressão psicológica com todo aparato militar, permaneceram na porta do Bispado com duas viaturas do Exército e os soldados de 16h à 19h. Foram embora prometendo voltar no dia seguinte com mandado judicial. Essa foi a oportunidade para Irmã Elizabeth entrar pelos basculantes dos banheiros dos quartos de Carlos Rosa e Gui Michel e retirar todos os livros e textos marxistas ou não, quadro do Che Guevara, e tudo mais que pudesse comprometer ainda mais a situação deles e, agora, do próprio Bispo. No dia seguinte retornaram com mandado, entraram com muita truculência no Bispado e revistaram os quartos dos dois jovens detidos, encontrando apenas algumas apostilas de grupo jovem e uns livros sem muita importância.

A invasão ao Bispado pela diligência do Exército marcou o início de uma nova relação entre Igreja e Estado na Ditadura Militar. Da parte do poder ditatorial, as forças militares identificavam o crescimento da subversão dentro da Igreja Católica e a quebra

da aliança político-ideológica que amparou o Golpe Civil-Militar de 64 contra o Governo de João Goulart e suas Reformas de Base. Da parte da hierarquia eclesiástica, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) começaria a se afastar cada vez mais do bloco de poder do regime e se tornar uma força de resistência dos Direitos Humanos e de defesa de seus membros sob ameaça das arbitrariedades e da repressão ditatorial. Nesse sentido, a invasão militar ao Bispado, sem precedente na relação Igreja-Estado no Brasil, foi um ato simbólico de agressão e início de rompimento do casamento anticomunista selado no Golpe de 64.

DENÚNCIA DE D. WALDYR NO JORNAL DO BRASIL

Fonte: *ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 1**

D. Waldyr reagiu através da carta à imprensa do Rio de Janeiro explicando todo o fato e dando sua posição pastoral. Essa carta (com três laudas), que foi publicada na integra apenas pelo Jornal do Brasil no dia 14 de novembro de 1967, ficou conhecida como "Os Sete Pecados Capitais" porque também denunciava as causas sociais: baixos salários dos operários da CSN, reajuste salarial injusto, custo de vida e endividamento dos operários, crescimento das doenças mentais e alcoolismo entre os operários, divisão do espaço urbano da CSN em castas sociais, desemprego e subemprego. Por ter se esgotado ou ter sido recolhido das bancas de jornais, D. Waldyr copiou a reportagem e enviou para todas as comunidades para ser lida na missa dominical e enviou para o Comandante do 1º BIB também, com um ofício.

HABEAS CORPUS PARA O CASO JUDICA

Fonte: *ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS – BNM 645*

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=bnm645

Os quatro jovens, mantidos incomunicáveis nos cárceres do 1º BIB de Barra Mansa, passaram a sofrer seguidas pressões em frequentes interrogatórios dirigidos pelo

Tenente-Coronel Gladstone e terminaram por ser indiciados no IPM 1.407, juntamente com o Bispo D. Waldyr Calheiros. A kombi da Diocese foi devolvida e o advogado do caso, Dr. Lino Machado, contratado por D. Waldyr Calheiros, entrou com pedido de *Habeas Corpus,* no dia 16 de novembro de 1967*,* no Superior Tribunal Militar para libertar Carlos Rosa, Jorge Gonzaga, Gui Michel e Natanael. O argumento principal do advogado de defesa pautou-se na incompetência funcional da autoridade militar para instaurar inquérito na área civil. O Habeas Corpus foi deferido no dia 26 de novembro pelo Ministro do STM General Pery Constant Bevilacqua (No AI-5, no final do ano seguinte, esse General será aposentado compulsoriamente pela Ditadura) que considerou ilegal a prisão e a incomunicabilidade dos jovens católicos e determinou suas imediatas libertações.

O encarregado do IPM 1.407, Ten. Cel. Gladstone convidou para depor no BIB, por causa da distribuição dos cópias da reportagem do Jornal do Brasil, sobre a prisão dos jovens católicos e a invasão do Bispado, nas suas paroquiais, os padres: Natanael Campos, Arnaldo Bremenkamp, Bernardo Thus, Manoel Pedrosa e José Silvério Horta. Também foi convidado para depoimento no IPM, realizado no próprio Bispado, D. Waldyr Calheiros.

AUSÊNCIA DE D. WALDYR NA MISSA DA INTENTONA COMUNISTA

Fonte: *ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 1**

No dia 27 de novembro as Forças Armadas relembram o "Dia da Intentona Comunista", que ocorrera em 1935 e contribuía para alimentar a ideologia anticomunista. Por tradição, a Igreja celebra missa em intenção das vítimas. Naquele ano de 1967, no mês das prisões, da invasão do Bispado e do IPM da JUDICA, D. Waldyr Calheiros decidiu não celebrar a missa no BIB e argumentou que "as circunstâncias não

recomendavam minha presença pessoal na ocasião" (Arquivo Brasil Nunca Mais, BNM 645).

RELATÓRIO FINAL DO IPM 1.407/67 – CASO JÚDICA

Fonte: *ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS – BNM 645*

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=bnm645

Em 5 de dezembro de 1967, o relatório final do IPM 1.407, assinado pelo Te. Cel. Gladstone Pernassetti Teixeira, encaminhado ao Comandante do 1º BIB, Cel. Armênio Pereira, concluiu sua apuração, quanto ao caso JUDICA, que os quatro jovens católicos incidiram em crime previsto na Lei de Segurança Nacional da competência da Justiça Militar, nos seguintes termos:

Carlos Rosa de Azevedo "foi quem idealizou e confeccionou os panfletos distribuídos na noite do dia 5 para 6 de novembro na cidade de Volta Redonda; foi quem arquitetou e planejou a confecção e distribuição dos panfletos caracterizadamente subversivos suscitando a luta de classes; que procurou arregimentar por intermédio de palavras e doutrinação à participação de outros elementos; Carlos Rosa em seu depoimento afirma que dera conhecimento do teor do referido panfleto a Guy Michel, Pe. Pedrosa, Pe. Bernardo Thus, Pe. Silvério antes de sua distribuição".

No final, o relatório sugere abertura de IPM contra D. Waldyr Calheiros de Novaes pela distribuição de panfletos de sua entrevista ao Jornal do Brasil que mandara imprimir e distribuir, cuja atitude "traduziu por certo sua intenção de provocar uma animosidade entre sua Diocese e o Exército, em particular o 1º BIB" (Arquivo Brasil Nunca Mais, BNM 645).

Guy Michel Camille Tibault: "assistente eclesiástico da JUVENTUDE CATÓLICA DIOCESANA (JUDICA) tinha conhecimento da idéia de Carlos Rosa de

Azevedo e dele não discordava pois foi convidado para participar da confecção e distribuição dos panfletos subversivos em agosto de 1967; Guy Michel em meados de outubro, influenciou Jorge Gonzaga e Natanael da Silva a participarem da distribuição dos panfletos; como diácono e elemento alienígena com experiência e maturidade suficientes, não tomou qualquer providência para demover Carlos Rosa da atitude que desejava tomar e nem providenciou para evita-la" (Arquivo Brasil Nunca Mais, BNM 645).

Jorge Gonzaga e **Natanael José da Silva** "são do mesmo modo ambos responsáveis pois tinham conhecimento do teor do panfleto subversivo e assentiram espontaneamente a participar da distribuição dos mesmos como se verifica de suas próprias declarações" (Arquivo Brasil Nunca Mais, BNM 645).

Fonte: *ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 1**

BANIMENTO DE GUY MICHEL E FUGA CLANDESTINA

No mesmo dia da publicação do Habeas Corpus foi decretada a "prisão administrativa" de 90 dias para Gui Michel, pelo Ministro da Justiça, com a finalidade processual de expulsá-lo do País. Para impedir sua nova prisão, D. Waldyr deslocou Guy para a clandestinidade numa paróquia em Copacabana, depois no Catumbi. Guy resolveu deixar o país com sua namorada, com quem casou-se na França. Oficialmente foi repatriado, não aguardando julgamento num regime ditatorial no qual a Justiça Militar tornou-se instrumento de arbitrariedades e repressão.

O JUGAMENTO DO IPM 1.407/67

Fonte: *ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS – BNM 645*

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=bnm645

No dia 19 de janeiro de 1968, o Procurador do Ministério Público, Affonso Carlos Agapito da Veiga, ofereceu denúncia com base nos autos do IPM 1.407 contra Carlos

Rosa, Guy Michel, Natanael Silva e Jorge Gonzaga no Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Aeronáutica. Os quatro militantes da JUDICA foram julgados pelo Superior Tribunal Militar, na 2ª Auditoria Militar da Aeronáutica.

Em 6 de novembro de 1968, 0 Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Aeronáutica decidiu absolver Natanael Silva, Jorge Gonzaga, Carlos Rosa e Gui Michel sob a defesa do advogado Dr. Lino Machado. Entretanto, o Procurador do Ministério Público apelou para o Supremo Tribunal Militar, que, no dia 20 de junho de 1969, julgou e condenou Guy Michel pela pena de banimento; Natanael foi condenado a 10 meses de prisão e Jorge Gonzaga a 9 meses de prisão, que cumpriram na 3ª Zona Aérea (Aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro); Carlos Rosa foi condenado a 1 ano e meio de prisão na Base Aérea de Santa Cruz.

TESTEMUNHO DA VERDADE

CARLOS ROSA DE AZEVEDO

DATA DO DEPOIMENTO: 30 DE ABRIL DE 2014

No dia 4 de novembro de 1945, no município de Angra dos Reis, nasceu Carlos Rosa de Azevedo, originário de uma família muito pobre, o pai trabalhava na estrada de rodagem abrindo túneis e depois, jardineiro das praças. A mãe era do lar. Família muito católica. Com 12 anos, Carlos descobriu a vocação sacerdotal e foi terminar os estudos primários em pré-seminário da Igreja em Barra do Piraí. No nível ginasial e colegial, foi estudar em seminário no Rio de Janeiro-GB, no final da década de 50 e início de 60.

Em 1964, havia muita agitação dentro da Igreja, por conta do Concílio Vaticano II e suas propostas de renovação religiosa. Carlos desde o início se identificava com as

ideias de uma igreja progressista. Participava de visitas a favelas do Rio e Niterói, o que lhe abriu a consciência de Justiça Social. Às vésperas do Golpe Civil-Militar de 64, a ideologia anticomunista dentro da Arquidiocese era muito forte e a maioria quase absoluta apoiou o Golpe contra o Presidente João Goulart. A repressão começou dentro da Igreja e Carlos Rosa foi convidado a sair do Seminário da Arquidiocese. Pediu, então, para ser transferido de volta para Barra do Piraí, em 1964, diocese do Bispo D. Altivo, que o enviou para o seminário em Nova Iguaçu, onde se deu sua formação política de esquerda católica, voltado para realidade social, com a participação na Comunidade Jovens Cristãos.

No final de 1966, quando D. Waldyr tomou posse como Bispo de Volta Redonda, chamou os seminaristas espalhados, dai Carlos Rosa passou a morar no Bispado, a participar dos grupos jovens e ajudou a formar a Juventude Diocesana Católica (JUDICA). Ao mesmo tempo, escrevia panfletos sobre a realidade social e a ditadura militar para conscientizar os jovens. Escreveu panfletos também voltados para a população. Foram vários panfletos escritos, reproduzidos em mimeógrafo e distribuído nas madrugadas. Na última vez, na noite de domingo do dia 5 de novembro e madrugada de segunda feira, Carlos Rosa, Jorge Gonzaga, Natanael e Gui Michel, na direção, embarcaram na Kombi da diocese para distribuir um panfleto-denúncia das injustiças sociais, da exploração imperialista e da ditadura militar. Foi nessa ocasião que foram detidos por viatura do BIB e levados presos incomunicáveis. Desse episódio surgiu o primeiro IPM, de uma série de outros, que colocariam a Igreja de Volta Redonda em rota de confronto com a Ditadura e, por outro lado, D. Waldyr seria considerado um Bispo Comunista, subversivo e agitador, em suma, um “inimigo interno” da Ditadura Civil-Militar.

Carlos Rosa ficou 1 mês preso incomunicável no 1º BIB, depois de solto abandonou a Igreja. Foi condenado no julgamento do IPM na 2ª Auditoria da Aeronáutica e cumpriu pena de 15 meses na Base de Santa Cruz. Depois que saiu, entrou para luta armada pela ALN, mas ficou pouco tempo e viu muitos companheiros morrerem. Abandonou a luta armada e foi morar e estudar História na URSS.

TESTEMUNHO DA VERDADE

JORGE GONZAGA

DATA DO DEPOIMETO: 24 DE MARÇO DE 2014

Em 12 de fevereiro de 1945 nasceu Jorge Gonzaga, em Volta Redonda, filho de um casal de mineiros que migraram para a construção da Usina Presidente Vargas. Seu pai era pintor de parede, sete filhos, moravam em barraco na Vila dos Índios, Bairro Sessenta, depois, Bairro Monte Castelo. Jorge estudou na Escola Técnica e passou a trabalhar, ainda jovem, na CSN como eletricista de manutenção, em 1964, com 19 anos de idade. Na época, Jorge participava de um grupo jovem, de sigla FJC, no Monte Castelo, e passou a ser conhecido como Gim. Com a chegada de D. Waldyr, houve um grande apoio e incentivo aos grupos jovens, com encontros em sítios de retiro da Diocese. Foi então fundada a JUDICA que reunia todos os grupos jovens, e Jorge foi escolhido Diretor Cultural.

As reuniões da JUDICA ocorriam no Bispado, que foi onde conheceu dois hóspedes militantes da igreja progressista, Carlos Rosa e Gui Michel. Numa dessas noites

de domingo, após uma cerveja e pizza, acompanhado do presidente da JUDICA, Natanael, Carlos Rosa e Gui Michel, resolveu ajudar Carlos a distribuir os panfletos na madrugada do dia 6 de novembro de 1967, na Kombi da diocese dirigida por Gui Michel. Tal como Carlos Rosa, Natanael, e Gui, foram todos preso por soldados da Polícia do Exército em ronda na cidade de Vota Redonda, seguindo a pista dos panfletos atirados da janela da Kombi pelos bairros da cidade.

Jorge Gonzaga ficou 1 mês incomunicável. Foi demitido da CSN (Natanael trabalhava como desenhista da COBRAPI, subsidiária da CSN, também foi demitido). Mudou-se para São Paulo, para estudar Comunicação e Arte na USP e trabalhar. Foi condenado no julgamento do IPM na 2ª Auditoria da Aeronáutica e cumpriu pena de 11 meses, de 1969 a 1970, no quartel de Depósito da Aeronáutica do Rio de Janeiro (DARJ), na Avenida Brasil, Rio.

TESTEMUNHO DA VERDADE

IRMÃ ELIZABETH ALVES

DATA DO TESTEMUNHO: 7 DE MAIO DE 2014

No dia 17 de outubro de 1938, em Vitória, Espírito Santo, nasceu Elizabeth Alves, mas foi criada no Rio de Janeiro. Família muito católica, observava a mãe muito voltada para ajudar os vizinhos e gente desconhecida, necessitada; adolescente já era catequista, então, descobriu sua vocação religiosa. Com 17 anos entrou para o convento. Estudou Teologia na Universidade Santa Úrsula, onde também morava. Acompanhou a atuação do diretório acadêmico e sua melhor amiga era militante da UNE. No Golpe Civil-Militar de 64, a Universidade foi invadida, prenderam sua amiga e

desapareceram com ela. Isso deixou Elizabeth muito abalada com o choque de realidade. O exército cercou a Universidade por uma semana, e ela ficou prisioneira lá dentro. Ainda em 1964 foi trabalhar na Paróquia São Francisco Xavier, na Tijuca, com o vigário Pe, Waldyr Calheiros.

Em 1966, quando foi nomeado Bispo de Volta Redonda, D. Waldyr convidou a Irmã Elizabeth para vir trabalhar na sua Diocese, e morar no Bispado, junto com outras irmãs (Clotilde e Clarisse), além da Mãe do Bispo, Dona Maria. A diocese adquiriu um Kombi para agilizar os trabalhos de pastoral e catequese e a irmã Elizabeth era a motorista. Foi justamente essa Kombi que foi apreendida pelos militares do BIB, juntamente com a detenção dos 4 jovens da JUDICA em 6 de novembro de 1966. Três dias depois da prisão, D. Waldyr foi para o Rio de Janeiro tentar resolver o problema com autoridades religiosas e militares superiores. Nesse momento de ausência o Bispo, forças militares com mandado de busca e apreensão do Tenente Coronel Gladstone Pernassetti, tentaram invadir o Bispado para revistar os quartos do seminarista Carlos Rosa e do diácono Gui Michel.

Os militares estavam numa atitude de muita arrogância e truculência, mas a Irmã Elizabeth não permitiu que entrassem, sem o Bispo estar presente. Eles voltaram no dia seguinte, mas a Irmã, nesse ínterim, conseguiu entrar nos quartos pelo basculante do banheiro e retirou o máximo de livros da minibiblioteca (58 livros ao todo) marxista de Carlos e Gui Michel. Irmã Elizabeth testemunhou de perto todos os IPMs que processaram D. Waldyr Calheiros , 1966 (JUDICA), 1969 (AI-5). 1970 (JOC). Presenciou os trabalhos das Pastorais, as Comunidades Eclesiais de Base e a greve de 88.

IDENTIFICAÇÃO DOS ACUSADOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA - 4º CASO DO IPM 1.407/67 - JUDICA

I) **INSTITUIÇÕES ACUSADAS DE PERTENCIMENTO AO SISTEMA DE REPRESSÃO - IDENTIFICADAS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E INDICADAS EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS**

1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA

2ª AUDITORIA DA AERONÁUTICA

SUPREMO TRIBUNAL MILITAR

II) **ACUSADOS DE GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS – IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E INDICADOS EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS**

CORONEL ARMÊNIO GONÇALVES PEREIRA - Comandante do 1º BIB;

TEN-CEL. GLADSTONE PERNASETTI TEIXEIRA- Relator do IPM,;

TENENTE DALGIO MIRANDA NIEBUS – Encarregado das diligências das prisões de suspeitos e de Busca e Apreensão;

TENENTE LUIS FERNANDO FREITAS – Integrante das diligências das prisões dos suspeitos e de Busca e Apreensão;

5º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES

DOS DIREITOS HUMANOS

EM

VOLTA REDONDA

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

CONTRA A

AÇÃO POPULAR

(A P)

5º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR DA AÇÃO POPULAR

HISTÓRICO DA AÇÃO POPULAR

Em 1962, a esquerda brasileira possuía três troncos: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) e Ação Popular (AP). Dentre essas três vertentes nacionais que originaram, após o golpe de 64 e principalmente o AI-5 em 68, diversas organizações revolucionárias no Brasil, a AP se destacava por ser formada de jovens da esquerda católica que faziam parte da liderança da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC).

Em breve síntese histórica, a Ação Católica Brasileira (ACB), sob influência da Ação Católica na Europa, estimulou o envolvimento da juventude católica na cristianização da sociedade contemporânea, no combate às injustiças sociais, utilizando-se o método "Ver-Julgar-Agir" como matriz de todo movimento da juventude católica. Daí então, na década de 1950, já existiam no Brasil, vinculadas as suas dioceses, a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC), além das já citadas JEC e JUC. Cada um desses grupos, em cada diocese, era orientado por um representante do clero como seu "assistente eclesiástico" que ligavam a juventude leiga à hierarquia da Igreja. Contudo, de controladores, os Assistentes Eclesiásticos se converteram em militantes das causas postas pelo movimento jovem católico. Surgiu a ideologia reformista do "ideal histórico" de transformação da sociedade brasileira numa sociedade mais justa para o povo, com reforma agrária, controle estatal das atividades econômicas de base (petróleo, mineração, siderurgia e energia), melhor educação e saúde.

A forte atuação progressista da juventude católica que discutia em encontros o "Evangelho e a revolução brasileira", no início dos anos sessenta, provocou a reação do Alto Clero conservador contra a "ideologização" da JUC. Dessa contradição surgiu, em 1962, num Congresso Nacional em Belo Horizonte, a Ação Popular (AP) formada de militantes da JUC e JEC, mas não se limitando a essas entidades, nem aos grupos católicos de esquerda, embora fossem a sua base. A AP se tornou a força hegemônica no movimento estudantil elegendo os presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE) até o Golpe de 64. No início a Ação Popular nasce com uma "ideologia própria" que se

diferenciava do marxismo leninismo por valorizar o humanismo, o desenvolvimento pleno do ser humano, num movimento político revolucionário que engloba todas as atividades sociais em busca da emancipação nacional.

Até o Golpe de 64, a tendência mais forte de atuação da AP concentra seus esforços políticos no movimento cultural popular, alfabetização pelo Método Paulo Freire, teatros populares, centros de cultura popular. Outra tendência, sob a influência da Revolução Chinesa (Maoismo), passou organizar células nas fábricas e nos campos, com seus militantes intelectuais imergindo no mundo do trabalho industrial e agrário. Após o Golpe de 64, essa tendência se tornou hegemônica e a AP caiu na clandestinidade.

FORMAÇÃO DA CÉLULA DA AÇÃO POPULAR EM VOLTA REDONDA

Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 205 – IPM 576/68

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&pesq=bnm205

Arquivo Nacional- Memórias Reveladas- Documentos do SNI

file:///H:/doc%20sni%20seleção/presos%20AP%20e%20PCB%201%20maio68bib.pdf

A Ação Popular formava, em 1968, uma organização nacional dividida em 8 Regionais (R1, R2, R3...R8), sendo cada uma sob direção do "Comando Regional". Cada Regional, por sua vez, dividia-se em "Comandos Zonais". Esses se dividiam em "Comandos Seccionais" e, por fim, na base, os "Comandos de Células". Todo objetivo desses comandos era realizar um trabalho de base para acumular forças para uma revolução armada popular com objetivo de derrubar a Ditadura e transformar a ordem social capitalista em sociedade socialista. As táticas e estratégias da AP tinham forte inspiração maoísta.

A Regional 4 da AP, que abrangia os Estados: Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo, decidiu enviar um intelectual orgânico para a fundação de um Comando Seccional da AP em Volta Redonda, devido a sua importância como cidade operária e pela tradição do movimento sindical forte que ali existia antes do Golpe de 64. O principal argumento ideológico de convencimento para agregar novos militantes era a ilegitimidade do Golpe de 64 que derrubou o governo democrático do Presidente João Goulart e da Ditadura Militar que assim se estabeleceu. Daí que seria necessário que pessoas da mesma opinião, dispostas a promover campanha no seio da população brasileira de denúncia

contra o governo ditatorial, se juntassem para formar um grupo de ação política e que fosse articulado a uma entidade denominada Movimento Contra a Ditadura (MCD). Para isso esse grupo teria que se fortalecer conquistando a adesão de mais pessoas até conseguir ganhar a opinião pública, criando as condições políticas para derrubada da Ditadura.

Toda essa argumentação e convencimento se dava através de diálogos interpessoais e de leitura e discussão de textos mimeografados do referido MCD e da propagação desencadeada dessa prática para outras pessoas, até formar um grupo. Depois de formado o grupo, chegava-se ao momento de atuação, daí se revelava que o Movimento Contra a Ditadura era na verdade a Ação Popular cuja finalidade era derrubar a Ditadura através de um movimento revolucionário socialista. Então, o grupo se transformava numa célula de base da AP e cada membro passava a ter codinome e seguir regras de hierarquia da organização e de segurança na clandestinidade das ações e reuniões.

Dessa forma se formaram duas células de base da AP na CSN. Em 1966, chegou a cidade de Volta Redonda um cidadão belga, Conrad Jean Walter Grilain Detrez, codinome "Domingos", militante internacional da AP, que conseguiu a adesão de Aldemy Gomes de Oliveira, arquiteto e funcionário da CSN, para o Movimento Contra a Ditadura (como se mostrou anteriormente, denominação utilizada para se conquistar a adesão inicial do militante da AP). Depois de um tempo, já esclarecido sobre a AP, Aldemy, agora militante, codinome "Carlos", conseguiu a adesão de Gerson da Cunha Bastos, operário da CSN, de codinome "Roberto" na nascente célula da AP. Este, ainda em 1966, conquistou a adesão de Benedito Matos da Costa para organização, passando a ser chamado pelo codinome "Pedro".

Nesse momento chega a Volta Redonda Marcílio César Ramos Krieger, codinome "Martin", advogado, e sua esposa Helena Maria Silva Krieger, codinome "Maria", arquiteta, funcionária do Museu de Arte Moderna. Ambos, que faziam parte do Comando Regional 4, foram encarregados pelo Comando Regional de fundar o Comando Seccional da AP em Volta Redonda, para reforçar o trabalho do belga Conrad. Marcílio mudou-se para Volta Redonda em 1966 e passou a lecionar geografia no cursinho do Prof. Brasil Lul Diogo (que já respondia pela acusação no "IPM da Subversão" 7478/64 e pertencia ao Comando Municipal do PCB em Volta Redonda).

Por orientação de Marcílio, formaram-se duas células de base operária da AP na CSN: Benedito comandava uma e Gerson comandava a outra, enquanto Aldemy, como arquiteto, ficava responsável pelo setor da pequena burguesia na cidade de Volta Redonda (pequenos comerciantes, estudantes, engenheiros, arquitetos, advogados, professores, médicos, dentre outras categorias). Na célula operária da AP, denominada "Célula Presidente Mao", sob comando de Benedito, em 1967, aderiram: Lenine Abdiel de Souza, operário da CSN, codinome "José"; Waudelan Coutinho, operário da CSN, codinome "Chico"; Newton Carraro Machado, operário da FEM, codinome "Severino"; Carlos Barreto Granato, operário da CSN, codinome "Silva". Na outra célula operária da AP, denominada "Célula de base CHE", sob comando de Gerson, aderiram: Jairo de Barros Ferreira, operário da CSN, codinome "Rui"; João de Mesquita Zanuti, operário de empreiteira da CSN, codinome "Antônio"; Manoel Isaac Carvalho Lima, codinome "Gato". Havia ainda pessoas iniciantes, que faziam tarefas, mas ainda não haviam ingressados nas células de base da AP, como Daniel Barros Ferreira (irmão de Jairo) e José Fernando Costa Madeira.

ATUAÇÃO DA AÇÃO POPULAR EM VOLTA REDONDA

Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 205 – IPM 576/68

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&pesq=bnm205

Arquivo Nacional- Memórias Reveladas- Documentos do SNI

file:///H:/doc%20sni%20seleção/presos%20AP%20e%20PCB%201%20maio68bib.pdf

Inicialmente, os militantes da AP de Volta Redonda faziam reuniões para discussão de textos, de esclarecimentos políticos e de planejamento de ações da sua célula. Essas reuniões contavam sempre com a presença de Marcílio e sua esposa Maria Helena. Havia um jornal mimeografado, órgão oficial do Movimento Contra a Ditadura, intitulado "REVOLUÇÃO", que era lido e debatido pelos militantes e pelos iniciantes recrutados.

Na atividade externa, houve a distribuição de panfletos de forma bem sigilosa e clandestina dentro da CSN, nos bairros populares de Volta Redonda e na Cia Siderúrgica Barra Mansa e na Cia, Siderúrgica Barbará. Além de conteúdos políticos contra a Ditadura, havia panfletos de conteúdos anticapitalistas, por exemplo, panfletos intitulados: "POR QUE NOSSO SALÁRIO É UM SALÁRIO DE FOME?", "POR QUE É O PATRÃO QUEM DETERMINA O PREÇO DE NOSSO TRABALHO?", dentre

outros. Todos os panfletos e jornais da AP eram provenientes da Comando da 4ª Regional que ficava na Guanabara.

Depois passou-se ao trabalho de pichações dos muros e paredes da CSN e dos centros comerciais de Volta Redonda para propagandear as ideias da AP e denúncias sobre a realidade dos operários ("ABAIXO O ARROCHO", "VIVA CHE", dentre outros dizeres). No campo sindical, as células da AP na CSN apoiaram a chapa de oposição à direção interventora que dominava o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e Barra Mansa desde o Golpe de 1964. Havia três chapas concorrendo à eleição da nova direção sindical: "Chapa Amarela", Chapa Verde e Chapa Azul.

A Chapa Azul era encabeçada por Wilton Meira como Diretor Presidente, Genival da Silva como Diretor Secretário e Isnard Coutinho como Diretor Tesoureiro. A direção da AP em Volta Redonda, Marcílio e Maria Helena, encontraram-se com Wilton Meira no escritório do advogado da Chapa, Dr. Jessé de Oliveira, para entendimentos sobre o apoio da Ação Popular para chapa nas eleições sindicais, em março de 1968. Desse entendimento surgiu um jornal da AP, intitulado "Que Fazer", especificamente voltado para as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, distribuído gratuitamente para os operários da CSN, apoiando a Chapa Azul.

Naquele ano, em abril, foram feitas diversas reuniões na casa de Marcílio e Helena Maria com a presença dos dirigentes das células "Presidente MAO" e "CHE", Gerson e Benedito e do Setor da Pequena Burguesia, Aldemy, para escolha de delegados para participarem da eleição do Comando da Regional 4, na Guanabara. Ficaram como representantes de suas bases: Benedito, Gerson, Granato, Lenine e Marcílio. Havia uma disputa interna na AP entre os setores operários e a Pequena Burguesia. Em um aparelho da AP, na Rua Frei Caneca, Cidade do Rio, ocorreu a eleição do novo Comando R4, decidiu-se pela linha Chinesa de Revolução Socialista, que Maria (esposa de Marcílio) seria a comandante da Seccional de Volta Redonda.

No dia 28 de abril de 1968, houve uma reunião de militantes de Células e do Setor Pequena Burguesia (Maria Helena, Benedito, Gerson, Aldemy, Lenine, Carraro e Marcílio), na casa de Maria, para elaboração de um panfleto para ser distribuído no 1º de Maio e para organização da distribuição e pichações em Volta Redonda. Foram escolhidas as seguintes frases para pichação: "ABAIXO O ARROCHO"; "PRIMEIRO DE MAIO DIA DA LUTA OPERÁRIA".

O texto discutido e elaborado na reunião foi reproduzido na casa de Maria Helena e Marcílio (que possuía um mimeógrafo) e foi entregue na noite do dia 29 de abril de 1968 para ser distribuído junto com a pichação na madrugada. Naquela noite, no quarto de Carlos Granato, no Hotel da rua 46 para empregados da CSN, reuniram-se todos os militantes para receber os panfletos que chegaram do Rio de Janeiro em maços com centenas de cópias de um texto da AP sobre o 1º de Maio.

O texto da AP de Volta Redonda que a seguir esta apresentado como no original, centrou suas mensagens na realidade dos metalúrgicos da CSN e cobrava posições políticas da Chapa Azul, recentemente empossada, contra o arrocho salarial e a proposta patronal de apenas 10% de correção salarial.

Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 205 – IPM 576/68

COMPANHEIRO:

MAIS UMA VEZ a ditadura da burguesia e do imperialismo tenta desvirtuar o 1º de MAIO - dia da luta internacional operária - promovendo jogos de futebol e fazendo promessas enganadoras como esta do "aumento" de 10%.

É preciso desmascarar esta farsa: 10% NADA significa, pois não dá nem para esconder o aumento de 33% no custo de vida desde julho até agora.

O Sindicato é quem deveria conduzir nossa luta por um aumento justo.

Entretanto repete-se a traição da atual diretoria que como sempre prefere ficar conivente com os interesses patronais ao invés de apoiaras reivindicações operárias.

70% dos metalúrgicos repudiou o peleguismo desta diretoria, votando na CHAPA AZUL, confiando em seu Programa de Luta.

Nele se afirmava que a classe seria informada de todos os fatos e participaria de todas as decisões.

ISTO NÃO ESTÁ ACONTECENDO, PORQUE A CHAPA AZUL nem siquer trouxe até nós a denúncia da pressão que vem sofrendo por parte da ditadura. Desde a eleição até agora, não fez nenhum pronunciamento.

O seu silêncio faz temer que esteja assumindo compromissos contrários aos interesses dos metalúrgicos.

ALERTAMOS aos companheiros da CHAPA AZUL que assim agindo acabarão perdendo a confiança daqueles que os elegeram. Da posse conseguida pelo "conchave" não corresponderá aos interesses da nossa classe.

CONCLAMAMOS neste 1º de MAIO os companheiros da CHAPA AZUL a se unirem a todos os metalúrgicos para a defesa do Sindicato, marcando esta data com o seu verdadeiro sentido, que é o da

LUTA CONTRA O ARROCHO
LUTA CONTRA A DITADURA
LUTA CONTRA O IMPERIALISMO

Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 205 – IPM 576/68

CONFIDENCIAL

CÓPIA AUTÊNTICA

Companheiros trabalhadores,

O Primeiro de Maio é o dia em que os trabalhadores de todo o mundo festejam sua união, seu espírito de luta, sua decisão de destruir a exploração e a opressão. Esse dia foi escolhido para lembrar a greve de 1º de maio de 1886, quando quatro operários foram enforcados pelo governo de patrões dos Estados Unidos, porque lutavam ao lado de seus companheiros pelo limite de 8 horas de trabalho por dia.

Este ano a classe operária brasileira terá um Primeiro de Maio que significa de verdade um dia de luta. Nosso Primeiro de Maio não é um dia de festinhas em que os trabalhadores se misturam com patrões, "autoridades" e pelegos. Nosso Primeiro de Maio é um DIA DE LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA O ARROCHO, CONTRA A DITADURA E CONTRA O IMPERIALISMO.

Um grande exemplo dessa luta é a greve dos companheiros metalúrgicos de Minas Gerais. No dia 17 de abril os companheiros da trefilaria da Cia. Belgo-Mineira começaram essa luta. Como fizeram eles? Foram pedir aos patrões para estudar o assunto? NÃO, eles sabem que os patrões só querem aumentar seus lucros e só pagam salário para os trabalhadores não morrerem de fome e poderem continuar a ser explorados. Foram pedir licença ao governo para fazer greve, como mandam as leis da ditadura? NÃO, eles sabem que as leis da ditadura só foram feitas para oprimir o povo e impedir a luta dos trabalhadores. Foram pedir aos pelegos para falar em nome dos trabalhadores? NÃO, eles sabem que os pelegos são inimigos dos trabalhadores, que os pelegos são agentes dos patrões para enganar os trabalhadores. Foram pedir conselho aos conciliadores? NÃO, eles sabem que os conciliadores só querem lutar dentro dos limites aceitos pelos patrões imperialistas e brasileiros. Foram pedir o aumento que o governo deixa pagar, em nome do combate à inflação? NÃO, eles sabem que o aumento dos lucros do patrão, quando o salário não é aumentado, vai para o Banco Central e é mandado pela ditadura para os Estados Unidos para ajudar na guerra contra o povo do Vietnã, ou então distribuido entre as empresas imperialistas no Brasil.

A greve foi proclamada com a reinvindicação de 25% de aumento, além do reajuste já concedido em outubro. Os trabalhadores, sem pedir permissão a ninguém fecharam e ocuparam a fábrica, parando o trabalho. Como reagiram os patrões e a ditadura? Fizeram tudo para acabar com a greve. Primeiro, mandaram a Polícia Militar ocupar a fábrica, para ver se faziam os operários ficarem com medo. Mas a luta continuou. Depois tentaram comprar os trabalhadores com uma pequena migalha de 10% a ser descontada no próximo acordo salarial. Os trabalhadores não aceitaram. Esta proposta veio acompanhada das ameaças e provocações do Coronel Passarinho, ministro do trabalho da ditadura. Indo à fábrica, o Coronel falou de "virar a mesa", que "marmita não é assunto sério", reconheceu que existe o arrocho, disse que o governo está "tentando resolver o assunto". Recebeu a vaia que merece como representante da ditadura a serviço do imperialismo.

CONFIDENCIAL

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&pesq=bnm205

O texto do Comando Regional da AP anteriormente reproduzido em 2 páginas, pois era frente e verso do panfleto do 1º de Maio, expõe importância da greve dos operários da Indústria Belgo-Mineira e convoca os operários para aderir a uma greve geral no 1º de maio.

CONFIDENCIAL

fls.02

Os trabalhadores de outras fábricas aderiram à greve, em solidariedade (proibida pela ditadura) aos companheiros, e também exigindo 25%. No primeiro dia, os trabalhadores em greve eram 1400. Uma semana depois, mais de 15 mil. Os trabalhadores da Belgo-Mineira, tinham a sua primeira grande vitória: a de mostrar para todos que é preciso lutar e como se deve fazer.

Além do exemplo de decisão e espírito de luta, que mais ensina essa greve:

1 - É preciso que os trabalhadores se organizem na fábrica e lutem na fábrica contra o arrocho. Se tiverem um bom sindicato, o governo vai querer fazer intervenção. Mas com a organização da fábrica, essa intervenção não conseguirá apagar a luta. Se tiverem um sindicato dominado por pelegos, poderão começar a luta sem depender dos pelegos. A organização dos trabalhadores na fábrica será então um passo importante para tomar o sindicato das mãos dos pelegos e transformá-lo em um instrumento de luta dos operários.

2 - É preciso que os trabalhadores organizem nas fábricas as COMISSÕES ANTI-ARROCHO, escolhidas pelos próprios trabalhadores para dirigir a luta. Quando a luta atingir várias fábricas, serão formadas as COMISSÕES INTER-FÁBRICAS, escolhidas da mesma forma para coordenar a solidariedade entre os trabalhadores.

3 - É preciso isolar os pelegos e conciliadores. Eles são inimigos disfarçados dos trabalhadores e só sabem propor para diminuir ou parar a luta ou para fazer acordo com os patrões nas costas dos trabalhadores.

4 - É preciso transformar os sindicatos em instrumentos de luta da classe operária. Todos os verdadeiros trabalhadores devem participar do sindicato para isolar os pelegos e conciliadores e conquistar a direção para os operários mais decididos e mais representativos do espírito de luta da classe. As comissões inter-sindicais devem ser vistas da mesma forma: como instrumento de luta, sem os pelegos e conciliadores.

A luta que tomou a forma de greve em Minas, é a luta de todos os trabalhadores, contra o arrocho, contra a ditadura e contra o imperialismo. Em todos os lugares em que existtirem condições ela deverá ser feita do mesmo modo. Esse é um passo importante para obter algumas vitórias imediatas e para preparar a união da classe operária para vitórias mais importantes.

Os trabalhadores sabem que a vitória é definitiva só será alcançada quando o povo derrubar a ditadura, expulsar os imperialistas e instalar um governo dirigido pela classe operária, começando a construir um país verdadeiramente livre. Essa luta será longa e dura. Mas o povo unido e organizado vence qualquer inimigo. O povo do Vietnã está provando isso, com sua guerra popular contra o imperialismo norte-americano.

O PRIMEIRO DE MAIO CONTRA O ARROCHO DA DITADURA!

GREVE NA FÁBRICA CONTRA O ARROCHO DA DITADURA !

CONFIDENCIAL

As tarefas de pichação e panfletagem nos bairros de Volta Redonda, na madrugada de 29 para 30 de abril, dividiram-se entre as três turmas: do Benedito (Célula Presidente Mao), do Gerson (Célula Che) e do Aldemy (Setor Pequena Burguesia), cada turma subdividia-se em duplas. Os panfletos eram deixados nas residências ou nos carros estacionados. As pichações das frases: “ABAIXO O ARROCHO SALARIAL”, “ABAIXO A DITADURA”, “ABAIXO O IMPERIALISMO” e “PRIMEIRO DE MAIO

DIA DA LUTA OPERÁRIA" eram feitas nos muros e paredes das principais vias de transito ou circulação de pessoas com mais visibilidade em diversos bairros operários da cidade. Naquela madrugada, Volta Redonda foi testemunha de intensas panfletagens e pichações por causa do Primeiro de Maio. No entanto, essa seria, então, sem que seus ativistas soubessem, a derradeira atividade dessas células da Ação Popular naquela cidade.

PRISÃO NO 1º BIB E INVESTIGAÇÃO PELO DPPS

Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 205 – IPM 576/68

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&pesq=bnm205

Arquivo Nacional- Memórias Reveladas- Documentos do SNI

file:///H:/doc%20sni%20seleção/presos%20AP%20e%20PCB%201%20maio68bib.pdf

A dupla de ativistas Wanderlan e Gerson estava panfletando e pichando, durante a madrugada de 30 de abril de 1968, no bairro de casas de operários da CSN chamado Jardim Paraíba, próximo ao portão leste da Usina Presidente Vargas. Quando pichavam o muro da empresa foram surpreendidos pela ronda de dois guardas do Corpo de Polícia Administrativa da CSN, José Francis Rosa e Arnaldo de Souza, sendo Wanderlan Coutinho detido e Gerson da Cunha Bastos escapado da detenção.

O detido foi encaminhado ao 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), em Barra Mansa, onde, sobre pressão e ameaças, confessou o nome do companheiro Gerson que fazia as pichações com ele. Depois confessou os nomes que conhecia das células da Ação Popular em Volta Redonda: Lenine, Benedito, Aldemy, Granato, Carraro, Jairo, Isaac, Madeira e Zanute. Ao ser preso já na manhã de 30 de abril, Gerson foi encaminhado ao 1º BIB e sob pressão e ameaça confessou o nome dos chefes da AP em Volta Redonda, Marcílio Krieger e Maria Helena Krieger.

Todos foram detidos, exceto Marcílio, Maria, Carraro e Granato, que fugiram ao saber das prisões dos militantes da AP. Os detidos passaram a ser interrogados pelo Delegado Regional do Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) da Secretária de Segurança do Rio de Janeiro, Sergi Rodrigues, encarregado de elaborar os autos do inquérito policial instaurado para apuração do crime contra a Lei de Segurança Nacional (Decreto Lei Nº 314, de 1º de março de 1967) pela Ação Popular em Volta Redonda.

Foram interrogados entre 2 de maio e 8 de maio de 1968 na Delegacia Regional do DPPS: Wanderlan Coutinho, Gerson da Cunha Bastos, Benedito Matos da Costa, Aldemy Gomes de Oliveira, Jairo de Barros Ferreira, Manoel Isaac Carvalho Lima, João de Mesquita Zanute, José Fernando da Costa Madeira e Lenine Abdiel de Souza. Além disso, foram expedidos mandado de busca e prisão para os foragidos: Marcílio Cessar Ramos Krieger, Helena Maria Silva Krieger, Nilton Carraro Machado e Carlos Roberto Granato. Todos os militantes da AP que trabalhavam na CSN foram demitidos em decorrência da repressão aos movimentos de oposição à Ditadura. Antes mesmo do julgamento na Justiça Militar, pelo fato de estarem acusados no IPM, a Direção da CSN já os condenava e punia com demissões e o estigma de subversivos em seu arquivo confidencial.

Os autos do Inquérito Polícial foram encaminhados ao Juiz de Direito da Comarca de Volta Redonda que aceitou a denúncia de crime contra a Lei de Segurança Nacional. Em seguida encaminhou os autos do processo para o Iº Exército, Rio de Janeiro, Guanabara, para instauração do Inquérito Policial Militar para apurar as atividades da Ação Popular de Volta Redonda e seu enraizamento no âmbito da Guanabara.

IPM 576/68 CASO AP DE VOLTA REDONDA

Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 205 – IPM 576/68

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&pesq=bnm205

Arquivo Nacional- Memórias Reveladas- Documentos do SNI

file:///H:/doc%20sni%20seleção/presos%20AP%20e%20PCB%201%20maio68bib.pdf

Em 18 de maio de 1968 foi instaurado o Inquérito Policial Militar nº 576/68 na DIVISÃO BLINADA DO BATALHÃO DE MANUTENÇÃO (DBBM), sendo encarregado do IPM o Coronel Roberto Moura e como escrivão o Capitão Raymundo Nonato Gomes Filho. Os militantes da AP detidos em Barra Mansa, no 1º BIB, foram transferidos para a DBBM, na cidade do Rio de Janeiro, Guanabara.

Segundo o Testemunho da Verdade de Benedito Matos da Costa à Comissão Municipal da Verdade em Volta Redonda, dia 16 de julho de 2014, houve torturas dos militantes da AP tanto no DPPS quanto no quartel do Exército no Rio de Janeiro: "*como vai arrancar informação de você só na conversa? Ainda mais preso político*". Segundo

Benedito as torturas físicas eram tapas no rosto, socos na barriga e telefone no ouvido. As torturas psicológicas e moral era ameaças de morte.

Os militantes das células da AP de Volta Redonda, presos incomunicáveis e sob tortura dos militares do Exército encarregados do IPM 576/68, informaram detalhes da organização de base na CSN, seccional de Volta Redonda e da regional na Guanabara. Informaram, em interrogatório, a origem da AP na cidade, suas células, seus membros e codinomes, lugares em que se reuniam, meios de deslocamento, métodos de segurança, suas formas de ação. Depois os interrogatórios do IPM chegaram aos membros do Comando Regional com quem os militantes de Volta Redonda tiveram contato em "aparelhos" clandestinos na cidade do Rio de Janeiro para participar de reuniões e decisões. Os militantes da AP na Guanabara foram identificados com álbum de retratos, mostrado pelos militares interrogadores aos militantes da AP presos em Volta Redonda que conheciam os da Cidade do Rio de Janeiro somente por codinomes. Em consequência dessa apuração, o Comando da 4ª Regional da Ação Popular foi desmantelada por prisões e torturas no processo de investigação do IPM 576/68.

O relatório final do IPM indiciou 24 membros da Ação Popular, sendo 10 de Volta Redonda e 14 da Guanabara, acusados de fazerem parte de um movimento revolucionário de luta armada denominado "Ação Popular" – AP: "organização subversiva internacional que no Brasil subdividia-se em 8 Regiões, cada um com seu Comando Regional, dividido em Comando Seccional que se subdividia em Comando de Célula".

Segundo a acusação do relator nos autos do processo do IPM: "a Ação Popular tem o objetivo de promover um movimento revolucionário à mão armada com o objetivo de derrubar o Governo Constitucional da República e instalar um Governo Popular Socialista no Brasil". Por isso cada acusado de integrar a AP foi destacado no relatório do IPM 576/68 com seus crimes contra a Lei de Segurança Nacional, conforme resumo a seguir, por ordem alfabética, nos termos do processo acusatório:

1- **ALDEMY GOMES DE OLIVEIRA**: segundo o IPM, tinha o codinome "CARLOS", brasileiro, morador de Volta Redonda, casado, 32 anos, arquiteto da CSN, foi iniciador da AP em Volta Redonda. Recebia "material subversivo" de Conrad Detrez (nome de guerra "Domingos"), estudava e depois repassava as ideias para os primeiros adeptos da AP na sua cidade,

desde 1966, em reuniões clandestinas. Participou de "panfletagens e pichações subversivas" em Volta Redonda.

2- **ARTHUR JADER CUNHA NEVES**: segundo o IPM, ingressou na AP em 1965, casado, sociólogo, 24 anos, morava no Rio de Janeiro, pertencia à Célula da PUC-RJ, participava do Comando Regional da Guanabara, sua função era administrativa; em sua residência foi apreendido abundante "material subversivo".

3- **ANGELA MARIA CUNHA NEVES**: segundo o IPM, casada com Arthur Jader, alta militante da AP no Rio de Janeiro.

4- **BENEDITO MATOS DA COSTA**: segundo o IPM, era conhecido pelo codinome "Pedro" ou "Beni", 26 anos, solteiro, operário da CSN, comandava a Célula de Base Presidente Mao" de operários da CSN, confessou em interrogatório que seguia a linha chinesa de revolução popular socialista com objetivo de preparar a luta armada. Participou de diversas reuniões com Gerson Cunha Bastos (que o engajou na AP), Aldemy Gomes de Oliveira e Marcílio Krieger. Participou de "panfletagens e pichações subversivas" em Volta Redonda.

5- **CONRAD JEAN WALTER GRISLAIN DETREZ:** segundo o IPM, era conhecido como "Domingos", 32 anos, cidadão belga, morava na cidade do Rio de Janeiro, quadro internacional da AP enviado pela organização ao Brasil, orientador intelectual da AP em Volta Redonda, desapareceu após as prisões dos companheiros.

6- **CARLOS ROBERTO GRANATO**: segundo o IPM, era conhecido como "Silva", 28 anos, solteiro, operário da CSN, morador de Volta Redonda; ingressou na "Célula Presidente Mao", em 1967, pelas mãos de Benedito Matos da Costa; representou a AP de Volta Redonda nas reuniões do Comando Regional 4 (Guanabara); no quarto do hotel onde se hospedava foi realizada a reunião preparatória da "panfletagem e pichações subversivas" de 29 de abril de 1968.

7- **EDYR MARIA LOPES MAIA:** segundo o IPM, 30 anos, moradora da cidade do Rio de janeiro, participava da AP em reuniões na casa de Etevaldo Hipólito de Jesus.

8- **ETEVALDO HIPÓLITO DE JESUS**: segundo o IPM, solteiro, 28 anos, residente na Cidade do Rio de Janeiro, ingressou na AP em 1963, em Belo

Horizonte, no Centro de Cultura Popular. Confessou nos interrogatórios que em março de 1968 assumiu o compromisso de ceder seu apartamento para ser "aparelho" da AP para reuniões de dirigentes da Regional-4 e depósito de "material subversivo".

9- **ELIANA LEHMAN**: segundo o IPM, casada, 22 anos, militante da AP na Cidade do Rio de Janeiro, junto com seu esposo, Roberto Lehman. Em sua casa foram apreendidos fartos "materiais subversivos" constantes dos Autos de Busca e Apreensão.

10- **EUNICE ELIAS SENNA**: segundo o IPM, solteira, 23 anos, socióloga, confessou nos interrogatórios do IPM que integrava a organização clandestina "Ação Popular" e mantinha estreitas relações com Etevaldo Hipólito de Jesus; foi apreendido em seu apartamento vasto "material subversivo" com variados temas comunistas, guerrilhas, Revolução Chinesa, dentre outros.

11- **GERSON DA CUNHA BASTOS:** segundo o IPM, solteiro, 23anos, residente em Volta Redonda, operário da CSN, ingressou na AP em 1966 através de Aldemy Gomes de Oliveira; confessou que participou de diversas reuniões, planejamentos, aulas de doutrinas ideológicas na casa de Marcílio Cesar Ramos Krieger e Helena Maria Silva Krieger; confessou também que se tornou comandante da "Célula de Base Che" de operários da CSN formada por militantes que conquistou para a AP; participou de reuniões da Regional-4 da AP no Rio de Janeiro; Participou de "panfletagens e pichações subversivas" em Volta Redonda.

12- **HELENA MARIA SILVA KRIEGER:** segundo o IPM, casada com Marcílio Krieger, 26 anos, arquiteta, integrava o Comando da Regiona-4 da AP e era a principal dirigente da AP em Volta Redonda, desde 1967, onde passou a residir com seu esposo.

13- **JAIRO DE BARROS FERREIRA:** segundo o IPM, solteiro, 22 anos, residente em Volta Redonda, operário da CSN, ingressou na AP por influência de Gerson da Cunha Bastos, em 1967, na Célula de Base Che, participava ativamente de "reuniões, panfletagens e pichações subversivas", conforme depoimento de Wanderlan Coutinho.

14- **JOÃO FORTUNATO PORTUGAL:** segundo IPM, casado, 25 anos, residente na Cidade do Rio de Janeiro, dirigente da AP da Guanabara; segundo

os Autos de Busca e Apreensão foi apreendido farto material subversivo em seu apartamento.

15- **LENINE ABIDIEL DE SOUZA:** segundo o IPM, solteiro, 23 anos, morador de Volta Redonda, operário da CSN, ingressou na AP, Célula de Base Presidente Mao, por influência ideológica de Benedito Matos da Costa, no início de 1968. Confessou nos interrogatórios do IPM que participou ativamente de "reuniões, panfletagens e pichações subversivas" na AP.

16- **MARCOS DE QUEIROZ GRILLO:** segundo o IPM, codinome "Silva", solteiro, 18 anos, membro da cúpula do Comando Regional-4 da AP da Guanabara, juntamente com seu irmão Sergio de Queiroz Grillo, Helena e Marcílio Krieger, Maria do Carmo.; participou de reunião na AP de Volta Redonda representando o Comando Regional-4. Em sua residência foi apreendido abundante "material subversivo".

17- **MARIA DO CARMO REZENDE MENEZES:** segundo o IPM, codinome "Ana", solteira, 24 anos, membro da cúpula da AP da Guanabara, onde secretariava as reuniões do Comando Regional-4.

18- **MARIA AUGUSTA FELICIANO DA SILVA:** segundo o IPM, era conhecida como "Marta", residia na cidade de Vitória, representava o Estado do Espírito Santo no Comando Regional-4 da Ação Popular, participava de "reuniões subversivas".

19- **MARCÍLIO CESAR RAMOS KRIEGER:** segundo o IPM, codinome "Martin", casado com Helena Maria Silva Krieger, passou a residir em Volta Redonda em 1967 para organizar a AP naquela cidade operária. Conforme declarações dos indiciados Benedito Matos da Costa, Aldemy Gomes de Oliveira e Gerson da Cunha Bastos, em interrogatórios, Marcílio, que era adepto da via chinesa de revolução popular e defendia que a tarefa da AP era a preparação para a Luta Armada, promovia reuniões de "estudos subversivos" em sua casa e escrevia e reproduzia, em seu mimeografo, muito "material subversivo" da AP de Volta Redonda.

20- **NILTON CARRARO MACHADO:** segundo o IPM, codinome "Severino", solteiro, 28 anos, operário da CSN, residente em Volta Redonda, integrava a Célula operária de base "Presidente Mao" da AP, sob comando de Benedito Matos da Costa, desde 1967; representou Volta Redonda na eleição da Regional-4 na Guanabara, em 20 de abril de 1968.

21- **ROBERTO LEHMAN:** segundo o IPM, casado com a militante Eliana, 21 anos, morador da cidade do Rio de Janeiro, militante da AP, mantinha ligações com os acusados Marcílio e Etevaldo para difusão das "atividades subversivas" da AP; no seu apartamento foi apreendido "material subversivo" constante dos Autos de Busca e Apreensão.

22- **SERGIO QUEIROZ GRILLO:** segundo o IPM, solteiro, 28 anos, fazia parte da cúpula da Ação Popular na Guanabara. Nos Autos de Busca e Apreensão foram encontrados "materiais subversivos" da organização clandestina.

23- **THEREZA AURÉLIA ÁLVARES VIDIGAL:** segundo o IPM, casada com João Fortunato Vidigal, 28 anos, Assistente Social, o casal auxiliava Etevaldo Hipólito de Jesus nas "atividades subversivas da AP; em seu apartamento foi encontrado "material subversivo de doutrinação comunista e guerrilha" como constam nos Autos de Busca e Apreensão.

24- **WAUDELAN COUTINHO:** codinome "Chico", solteiro, 22 anos, residente em Volta Redonda, integrava a AP como militante da Célula de Base "Che" composta por operários da CSN. Confessa que participou ativamente das "reuniões, panfletagens e pichações subversivas" em Volta Redonda, na madrugada de 30 de abril de 1968.

JULGAMENTO DO IPM 576/68 NA JUSTIÇA MILITAR

Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 205 – IPM 576/68

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&pesq=bnm205

Após encerramento do IPM 576/68 em 14 de junho de 1968, os militantes da AP foram libertados da prisão incomunicável na DIVISÃO BLINDADA DO BATALHÃO DE MANUTENÇÃO DO I EXÉRCITO, no Rio de Janeiro. Os Autos do processo com o relatório acusador do IPM foram enviados para o Ministério Público na Justiça Militar.

O Procurador da Justiça Militar, José Manes leitão, no dia 6 de novembro de 1969, procedeu a recepção e autuação das denúncias do IPM 576/68 contra os 24 militantes da Ação Popular, acusados de crime contra a Lei de Segurança Nacional, pelos seguintes "fatos delituosos" gravados no Decreto Lei nº 314/67:

- “formaram associação clandestina com auxílio de organização internacional denominada AÇÃO POPULAR, exercendo atividades prejudiciais e perigosas à Segurança Nacional;
- tentaram subverter a ordem político-social vigente no Brasil, com fim de estabelecer a ditadura de classe, a que chamavam proletariado;
- tentaram mudar, por meio violento, a forma de governo adotada pela Constituição; praticaram atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva;
- incitaram publicamente a subversão da ordem político-social e à desobediência coletiva às leis e à luta pela violência entre classes sociais;
- reorganizaram e mantiveram a entidade comunista AÇÃO POPULAR; atentaram contra a Segurança Nacional divulgando notícias tendenciosas, distribuindo panfletos e aliciando pessoas nos locais de trabalho”.

No dia 12 de novembro de 1969, o Procurador da Justiça Militar denunciou os 24 acusados pelo IPM 576/68 no Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Marinha para serem julgados por crime contra a Lei de Segurança Nacional. No dia 20 de março de 1970, após ouvir os advogados de defesa dos acusados da AP de Volta Redonda, os Auditores resolveram absolver: Manoel Isaac Carvalho Lima, João de Mesquita Zanute, Carlos Roberto Granato, José Fernando Costa Madeira e Daniel Barros Ferreira, e condenar por crime contra a Lei de Segurança Nacional, com pena de 1 ano e seis meses de prisão: Aldemy Gomes de Oliveira, Gerson da Cunha Bastos, Benedito Matos da Costa, Wauderlan Coutinho, Jairo de Barros Ferreira, Lenine Abdiel de Souza, Newton Carraro Machado, Marcílio Cezar Ramos Krieger e Helena Maria da Silva Krieger.

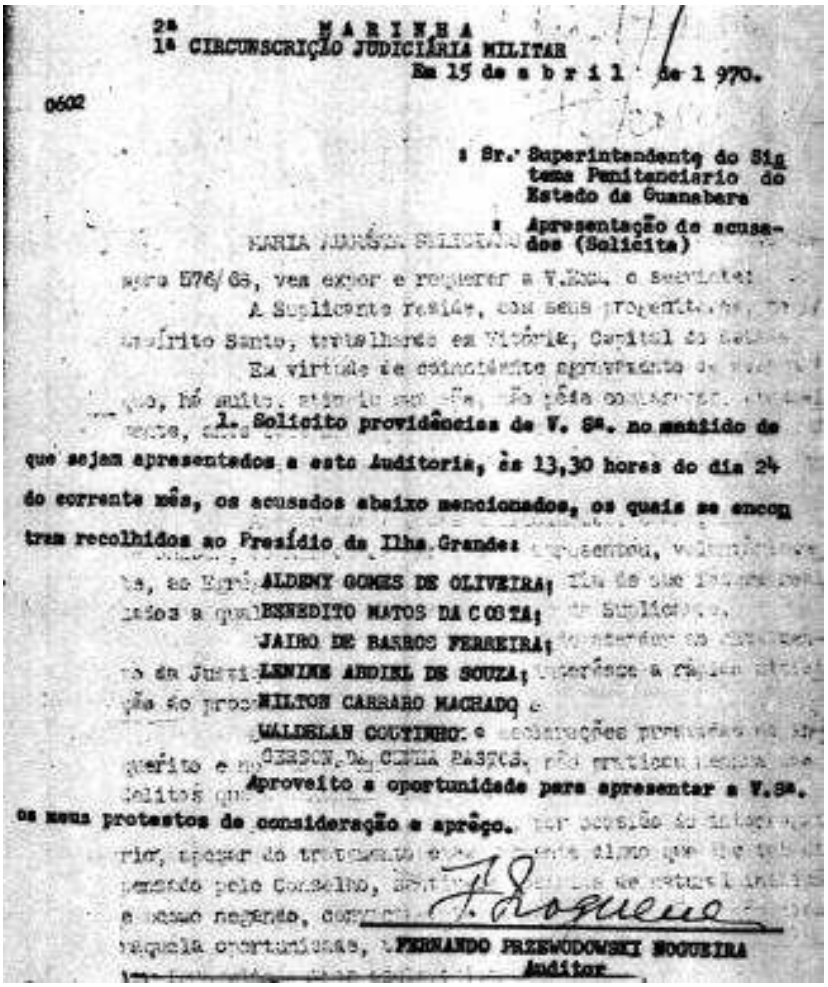
Por estarem presentes ao julgamento, foi expedida pelo Auditor da Justiça Militar da 2ª Auditoria da Marinha, Fernando Przewodowsky Nogueira, ordem de prisão para: Benedito Matos da Costa, Lenine Abdiel de Souza, Newton Carraro Machado, Jairo Barros Ferreira, Waudelan Coutinho e Aldemy Gomes de Oliveira, que cumpriram pena no presídio da Ilha Grande, entre 24 de abril de 1970 e setembro de 1971. Os demais condenados ficaram foragidos da Justiça Militar.

Arquivo Brasil Nunca Mais – BNM 205 – IPM 576/68

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&pesq=bnm205

O militante da Ação Popular em Volta Redonda, **Newton Carraro Machado**, acusado pelo IPM 576/68 da Divisão Blindada do Batalhão de Manutenção do I Exército e condenado pela 2ª Auditoria da Marinha, em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros, assim narrou a condenação e prisão na Frei Caneca e Ilha Grande:

"O nosso advogado, Dr. Lino Machado conversou lá e falou: ´não, isso não vai dar nada não, não tem coisa pra te prender´... e nós fomos no julgamento. Ele falou assim ´pode vir para o julgamento, não tem perigo nenhum, por que eles



2ª M A R I N H A
1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR
Em 15 de a b r i l de 1 970.

0602

A Sr.ª Superintendente do Sistema Penitenciario do Estado da Guanabara

Apresentação de acusados (Solicita)

1. Solicito providências de V. Sª. no sentido de que sejam apresentados a esta Auditoria, às 13,30 horas do dia 24 do corrente mês, os acusados abaixo mencionados, os quais se encontram recolhidos ao Presídio da Ilha Grande:

ALDENY GOMES DE OLIVEIRA;
BENEDITO MATOS DA COSTA;
JAIRO DE BARROS FERREIRA;
LENINE ABDIEL DE SOUZA;
NILTON CARRARO MACHADO
WALDELAN COUTINHO.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Sª. os meus protestos de consideração e aprêço.

FERNANDO PRZEWODOWSKI NOGUEIRA
Auditor

não vão querer prender vocês a toa, não tem motivo, as confissões do Beni não tem valor nenhum, não falaram nada´... aí nós comparecemos. Eles [2ª Auditoria da Marinha] mudaram a equipe de oficiais, uns dias depois que o Lino falou isso, por que lá tem o revezamento, o auditor é o mesmo, mas o corpo de oficiais foi mudado uns dias antes...Fomos condenados a 1 ano e seis meses de prisão, contra o parecer do Auditor, por que ele foi contra, mas o corpo de oficiais era a maioria, o Júri. Acho que eram dois capitães e um tenente. Saímos dali para o DOPS, fomos dormir no colchão, mas não tinha lençol, travesseiro, nada. E nós ficamos no DOPS uns dias, mas no Dops não cabia mais gente, já estava lotado. Comida horrível, vinha da Frei Caneca, Nossa Senhora! Ficamos ali umas duas

semanas, aí mandaram a gente pra Ilha Grande, os que estavam lá ficaram aguardando o julgamento e os que estavam julgados mandaram pra Ilha Grande, por que na Ilha Grande era cela, dois por cada cela. Mas a Ilha Grande tinha colchão, roupa de cama, travesseiro, banho todo dia, banho de sol quando tinha sol, deixava sair, era preso que fazia comida".

O militante da Ação Popular em Volta Redonda, **Benedito Matos da Costa**, acusado pelo IPM 576/68 da Divisão Blindada do Batalhão de Manutenção do I Exército e condenado pela 2ª Auditoria da Marinha, em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros, narrou a situação dos presos políticos na Frei Caneca e Ilha Grande:

"Depois de condenados, ficamos 2 semanas no presídio policial da Frei Caneca. Lá era péssimo. Não tinha lugar pra dormir todos da cela, tinha que revezar, não tinha travesseiro, nem cama, nem colchão, nem toalha. Tudo imundo. Aí fomos embarcados para o Presídio da Ilha Grande. Lá recebemos roupas, travesseiro, tudo pessoal. Ficávamos separados dos presos comuns, na ala A e ala B, uns 250 presos políticos de todas as tendências. Fizemos uma comissão pra nos organizarmos dentro do presídio. Fomos reivindicando direitos. Passamos a sair das celas, tomar sol, jogar bola. Mas não tinha mistura com preso comum. Eles não entendiam política. Só queriam se dar bem, tinham pensamento marginalizado. Para eles nós éramos 'os organizados', não se metiam com a gente."

TESTEMUNHO DA VERDADE DE BENEDITO MATOS DA COSTA

DATA DO DEPOIMENTO: 16 DE JULHO DE 2014

No dia 25 de setembro de 1941, em Fortaleza-CE, nasceu Benedito Matos da Costa. Quando ele estava com 9 anos, a mãe se separou do pai e migrou para Volta Redonda, pois o irmão já trabalhava na CSN. Estudou em escola de internato católico, Andrelândia-MG, depois foi servir na Aeronáutica, PQD, e retornou para trabalhar como montador de estrutura metálica na CSN, em 1962.

Depois do Golpe Civil-Militar de 64, começou a discutir política com grupo de operários na Usina Presidente Vargas, Lenine, Gerson. Foi quando um engenheiro da CSN chamado Aldemi, da Ação Popular, começou se reunir com o grupo e daí surgiu a Célula da AP na CSN, em 1966. Faziam reunião para debater texto da organização, panfletagem dentro da usina sem se expor e nas casas durante a madrugada, pichações. Ajudaram a eleger no Sindicato dos Metalúrgicos a Chapa Azul, do Wilton Meira, Isnard e Genival.

Nas vésperas de 1 de maio de 1968, quando estavam pichando e panfletando na madrugada do dia 30 de abril, um dos militantes da AP foi preso, torturado e no dia seguinte, os membros da célula estavam sendo presos também. Benedito foi preso dentro da CSN e levado para o BIB, onde ficou duas semanas; foi levado para a delegacia do Departamento de Polícia Política e Social no Rio de Janeiro. No DPPS foi torturado com tapa, soco, telefone nos ouvidos. Depois que saiu da prisão, foi demitido da CSN, assim como todos os companheiros da AP. Em 1969, o IPM da AP foi julgado na Auditoria da Marinha e eles foram condenados por crime contra a Segurança Nacional. Benedito cumpriu sua pena de 1 ano no presídio da Ilha Grande.

TESTEMUNHO DA VERDADE

NEWTON CARRARO

DATA DO DEPOIMENTO: 29 DE MAIO DE 2014

No dia 28 de julho de 1940, em São José do Turvo, num sítio, nascia Newton Carraro. Em 1951 a família migrou para Volta Redonda. Seu pai era motorista de caminhão. Newton começou a trabalhar numa empreiteira da CSN com 19 anos, em 1964 já estava fichado na CSN. Em 1968, apoiou a Chapa Azul de Wilton Meira e Genival. Durante a campanha da eleição sindical, conheceram muita gente. O Marcílio veio do Rio para organizar a AP em Volta Redonda e começou a conversar com Newton, que, logo depois, entrou para a célula da Ação Popular. A ideia que aproximava as pessoas da AP, no início, era a revolta contra a Ditadura.

No dia 30 de abril de 1968, na panfletagem e pichações para o 1º de maio, houve a prisão de Vanderlan Coutinho que sob tortura entregou a AP de Volta Redonda. No dia seguinte começaram as prisões. Newton fugiu para sítio dos parentes em Santa Rita de Jacutinga-MG, e foi demitido da CSN. Em 1969, houve o julgamento do IPM da Ação Popular. Newton compareceu e foi condenado a prisão na Ilha Grande, juntamente com Benedito, Gerson, Lenine e Jairo. Outros condenados fugiram, inclusive para o exílio (Marcílio e sua esposa Maria Helena). Foram libertados no final de 1970.

IDENTIFICAÇÃO DOS ACUSADOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA - 5º CASO - IPM 576/68 – AÇÃO POPULAR (AP)

I) INSTITUIÇÕES ACUSADAS DE PERTENCIMENTO AO SISTEMA DE REPRESSÃO – IDENTIFICADAS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E INDICADAS EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS

1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA POLÍTICA E SOCIAL (DPPS)

DIVISÃO BLINADA DO BATALHÃO DE MANUTENÇÃO (DBBM)

CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA 2ª AUDITORIA DA MARINHA

II) ACUSADOS DE GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS – IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E DENUNCIADA EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS

Sergio Rodrigues – Delegado Regional - DPPS

General Ene Garcez dos Reis – CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA da Usina (DSU) e Serviços Gerais – CSN

Coronel Roberto Moura - encarregado do IPM 576/68

Capitão Raymundo Nonato Gomes Filho - escrivão do IPM 576/68

Fernando Przewodowsky Nogueira - Auditor da Justiça Militar da 2ª Auditoria da Marinha

Major Glécio Auvrei Nunes – Encarregado das diligências das prisões dos suspeitos e de Busca e Apreensão;

6º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA

PRISÕES DOS SINDICALISTAS E COMUNISTAS NO 1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA PELA OPERAÇÃO GAIOLA DO AI-5

6º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

PRISÕES DOS SINDICALISTAS E COMUNISTAS NO 1º BIB PELA OPERAÇÃO GAIOLA DO AI-5

BREVE HISTÓRICO DA RESISTÊNCIA SINDICAL EM VR

No final de março de 1964, havia uma campanha para Diretor Social da CSN devido à eleição direta dos funcionários (conquista do movimento sindical metalúrgico de Volta Redonda no início dos anos sessenta). Um dos candidatos a Diretor Social era Wilton de Araújo Meira, brasileiro, solteiro, natural de Carolina, Estado de Minas Gerais, nascido em 23/12/1929, profissão de técnico em metalúrgica, instrução média, operário da CSN, participante do movimento sindical no início dos anos sessenta vinculado a Othon Reis Fernandes.

Na madrugada do dia 31 de março para 1ª de abril de 1964, no processo do Golpe Civil-Militar de derrubada do Governo Goulart, Wilton Meira, quando estava em campanha nas minas de Casa de Pedra em Lafaiete (MG), foi detido por 3 dias pelos militares ao tentar voltar a Volta Redonda (para participar da resistência ao Golpe).

CHAPA AZUL E O APOIO DAS FORÇAS PROGRESSISTAS

Nas eleições sindicais de 1968 (quatro chapas), Wilton Meira foi candidato à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda pela Chapa Azul, juntamente com Isnard Pereira Coutinho, candidato a Diretor Tesoureiro e Genival Luiz da Silva, candidato a Diretor Secretário. Essa chapa contava com diversos apoios: das antigas lideranças sindicais de Volta Redonda cassadas pelo "IPM CSN" (Othon Reis, Lima Neto, Nestor Lima, Odair Aquino, Geraldo Ribeiro, Waldyr Bedê); do Bispo de D. Waldyr Calheiro e do clero da ala progressista da Igreja; dos militantes do PCB cassados pelo "IPM da Subversão"; dos militantes da Ação Popular em Volta Redonda; e dos parlamentares do MDB fluminense de tradição trabalhista.

A CSN, juntamente com o serviço secreto do Exército, acompanhava as atividades das novas lideranças sindicais desde antes do Golpe de 64, e possuía prontuário no Arquivo Confidencial da empresa. O Comandante do 1º BIB, de Barra Mansa, Cel. Armênio Pereira Gonçalves assim descreveu o "perigo dessa chapa subversiva para a

Segurança Nacional", em relatório confidencial de 15 de maio de 1969, enviado ao Comandante do Iº Exército:

> *"Dentro do quadro socioeconômico, cujo centro é a Companhia Siderúrgica Nacional, a posição do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda tem influência decisiva no futuro da CSN, a qual tem reflexos em âmbito nacional. As candidaturas de Wilton Meira, Isnard e Genival encarnavam a bandeira das oposições coligadas contra a ordem instituída pela Revolução".*

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

Documento: **N8-PSN-ARJ-13-18, P 101 a 123**

TENTATIVAS AUTORITÁRIAS DE IMPUGNAÇÃO DA CHAPA AZUL

Por causa dessa visão das autoridades militares em relação à Chapa Azul encabeçada por Wilton Meira, o processo eleitoral do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda não foi normal. O poder Ditatorial Civil-Militar considerou prioridade impedir as candidaturas de Wilton Meira, Insnard Coutinho e Genival da Silva, ou seja, impugnar a Chapa Azul por causa da "alta periculosidade da eleição e posse para a paz social em Volta Redonda".

Por isso, dias antes das eleições sindicais para direção do Sindicato dos Metalúrgicos, O Delegado Regional do Trabalho impugnou as candidaturas de Wilton Meira e Isnard Coutinho. Contudo, ambos não se conformaram e impetraram mandado de segurança na Justiça Federal que lhes concedeu a liminar. Houve a eleição em 22 de março de 1968, a Chapa azul foi a mais votada, mas sem obter maioria absoluta, implicando então uma nova eleição com as duas chapas mais votadas. Na segunda eleição em 29 de março, a Chapa Azul ganhou com maioria absoluta dos votos. No entanto, no dia 5 de abril de 1968, o mesmo Juiz Federal julgou o mérito do mandado de segurança, cassou a liminar e anulou o pleito eleitoral por "vício insanável". O Ministério do Trabalho, em função do término da gestão anterior, nomeou uma Junta Governativa para o Sindicato e determinou novas eleições em 60 dias que, após solicitação do Presidente da Junta, estendeu para 90 dias.

AS FORÇAS EM CONFRONTO NO EMBARGO DA CHAPA AZUL

Wilton Meira recorreu contra a sentença do Juiz. Ao mesmo tempo, mobilizou apoio do Deputado Federal Jorge Cury e do Senador do Rio de Janeiro Vasconcelos

Torres, indo a Brasília negociar diretamente com o Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, conseguindo que a Junta Governativa tivesse um representante de cada chapa.

Por outro lado, o Ministro do Trabalho recebeu em audiência, em Brasília, o Presidente da CSN, General Alfredo Américo da Silva, que entregou em mãos cópia de documentos do arquivo confidencial da CSN sobre as "atividades subversivas" dos candidatos da direção sindical da Chapa Azul, na tentativa de convencer o Coronel Jarbas Passarinho da inconveniência das eleições sindicais antes de decidido o mandado de Segurança.

O documento entregue ao Ministro era um "MEMORANDO SECRETO", elaborado, em 29 de julho de 1968, pelo Chefe da Linha de Serviços Gerais da CSN, General Ene Garcês dos Reis, sobre as consequências gravíssimas, na sua concepção, de uma possível vitória da Chapa Azul nas eleições sindicais dos metalúrgicos, para o futuro da CSN e um sério perigo para a "Paz Social". Para o General, o candidato a presidente da Chapa Azul, Wilton Araujo Meira, era elemento de alta periculosidade, pois seria instrumento de um grupo ideológico, Ação Popular (AP), que o apoia com o objetivo de controlar o Sindicato dos Metalúrgicos. E termina o Memorando com as seguintes diretrizes para o caso: 1º) O BIB deverá conhecer e investigar os fatos apontados; 2º) o TSR, que julgará os recursos relativos às eleições sindicais, deverá conhecer as razões pelas quais deve ser mantida a impugnação de Wilton Araujo Meira; 3º) O SNI deve ser informado".

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

Documento: **N8-PSN-ARJ-13-18, P 101 a 123**

VITÓRIA DA CHAPA AZUL NAS ELEIÇÕES SINDICAIS

Mesmo assim, o Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho determinou que as novas eleições ocorressem em 18 de julho de 1968 e, ainda, que a Delegacia Regional do MTb

não aceitasse quaisquer impugnações de membros da Chapa Azul. No dia 2 de agosto de 1968, a única a concorrer ao pleito foi a Chapa Azul, sendo eleita. No dia 10 de agosto de 1968 tomaram posse do Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende e Barra do Piraí: **Presidente** – Wilton de Araújo Meira; **Diretor Tesoureiro** – Isnard Pereira Coutinho; **Diretor Secretário** – Genival Luiz da Silva; **Suplentes da Diretoria** – Olímpio Gomes de Oliveira; Sebastião Coelho Nogueira; Nelson Palomina Teixeira ; **Conselho Fiscal** – Pedro Viana; Luiz Geraldo Seixas Bonno; Ulisses Moreira do Carmo; **Suplentes de Conselho Fiscal** – Aarão Alves de Souza; Sebastião Pinto da Serra; José Leão dos Santos; **Conselho da Federação** – Carmo Tedesco; João Nepomuceno; **Suplente da Federação** - Guido Luiz Aranha Viriato; José da Silva; José Marcelino de Oliveira; **Departamento Jurídico** – Dr. Jessé Fonseca de Oliveira.

Essa vitória da Chapa Azul, que representou uma conquista para os setores progressistas, foi da seguinte maneira interpretada pela autoridade militar do poder ditatorial, Cel. Armênio Pereira Gonçalves, Comandante do 1º BIB, em relatório:

> *"As eleições sindicais têm tido aspecto puramente político e não sindicalista. Após a Revolução de 64, as votações primam pelo objetivo de atingir mais ao Governo. O candidato oposicionista, identificado como tal, é aquele que vence. As lideranças proscritas continuam atuando. O que dita a posição dos trabalhadores são suas reivindicações, principalmente salariais. Quem agita sua bandeira, consegue apoio e irá liderar".*

Essas palavras do Comandante do 1º BIB, em relatório para o Iº Exército, são reveladoras das razões autoritárias da intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda no Ato Institucional Nº 5 (AI-5). O poder ditatorial considerava a democracia sindical uma arma não somente contra a CSN, mas principalmente contra o Governo Militar e a ordem social vigente. Além disso, identificou uma rearticulação das antigas lideranças operárias, banidas autoritariamente do movimento sindical pelo Golpe de 64 com suas prisões, demissões e perseguições, com as novas lideranças progressistas pós-golpe.

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF*

Arquivo Genival Luiz da Silva

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

Documento: **N8-PSN-ARJ-13-18, P 101 a 123**

CONGRESSO NACIONAL DOS METALÚRGICOS

A nova direção sindical metalúrgica de Volta Redonda, logo após sua posse, demonstrando compromissos com um sindicalismo mais combativo e politizado, compareceu ao encerramento da VI Convenção dos Metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro e Guanabara (Convenção de Niterói), no dia 11 de agosto de 1968, há tempo de assinar a Carta de Princípios e as Resoluções Finais que apontavam para reorganização de uma nova entidade intersindical nos moldes do extinto Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Pacto de Unidade e Ação (PUA).

Na reunião das Federações dos Sindicatos Metalúrgicos em São Paulo, o Diretor Secretário, Genival da Silva, representou os metalúrgicos de Volta Redonda num encontro onde os sindicalistas do Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo acertaram uma posição unificada para o Congresso Nacional dos Metalúrgicos a se realizar entre 4 e 7 de setembro daquele ano, em Santa Catarina.

Os setores de informação da Ditadura Civil-Militar monitoravam ostensivamente essa rearticulação do movimento intersindical dos operários, segundo as palavras do Comandante do 1º BIB em relatório: “identificavam uma ameaça de subversão da ordem política e social vigentes, pela criação de organizações intersindicais que se transformam em elemento de pressão política e ideológica acima dos poderes nacionais e que fomentam a luta de classes para a guerra revolucionária”.

DELEGADOS METALÚRGICOS DA CSN NO CONGRESSO SINDICAL

A direção metalúrgica de Volta Redonda se mostrava empenhada politicamente em relação à participação no Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Foi formada uma delegação composta por: Genival Luiz da Silva, Ulisses Moreira do Carmo, Luiz Gerardo Seixas Bona, Guido Luiz Aranha Viriato, Edir Inácio da Silva, José da Silva. João Nepomuceno de Souza. Apesar das ameaças da Direção da CSN de cortar o ponto e punir aqueles que faltarem ao serviço, o Presidente do Sindicato garantiu a viagem e a reposição salarial dos descontos dos dias cortados pela empresa.

No programa da Rádio Sul Fluminense, "A Voz dos Metalúrgicos", o Presidente Wilton Meira criticou a postura da CSN e ameaçou o Diretor de Pessoal (DPE) com denuncia pessoal ao Ministro do Trabalho em Brasília, caso fossem mantidas as punições e corte de ponto. No entanto, não estávamos mais num governo de tradição trabalhista em que até o Presidente da República intervinha a favor de reivindicações dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Na Ditadura, o corte de ponto da CSN foi mantido, assim como as punições, para os delegados sindicais do Congresso Nacional dos Metalúrgicos.

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

PRONTUÁRIO DE WILTON MEIRA

file:///D:/comissão%20da%20verdade/relatorio%20final%20cmv-vr/RELAT_FINAL_PARTE2/relat_final_AI5_68/wilton%20meira/wilton%20meira.pdf

AI-5 E O SEGUNDO GOLPE CONTRA A CLASSE TRABALHADORA

Toda ordem política edificada pelo Golpe Civil-Militar de 1964 tinha como razão de ser principal a repressão ao movimento sindical do campo e da cidade, Do mesmo modo, o AI-5 (imposto ao país em 13 de dezembro de 1968) foi um segundo golpe civil-militar de continuidade da repressão ditatorial sobre o movimento sindical de modo a garantir a ordem social e econômica de arrocho salarial e concentração de terras e de capital, explicitada no relatório do Comandante do 1º BIB:

> "*O problema salarial, escapando à alçada dos órgãos sindicais e das próprias empresas, constitui-se em protesto contra o Governo, ou melhor, contra a CSN, que é empresa governamental. O antagonismo, críticas e resistências deslocam-se contra o Poder Público e se traduzem nas votações dadas a candidatos encarados como opositores ao Governo e à Revolução".*

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

Documento: **N8-PSN-ARJ-13-18, P 101 a 123**

AI-5 - "OPERAÇÃO GAIOLA" - PRISÕES POLÍTICAS EM MASSA

Além do movimento estudantil e intelectual em 1968 contra a Ditadura, havia uma recuperação do sindicato por forças progressistas e contando com apoio desses grupos de estudantes e intelectuais progressistas, bem como de alas progressistas da Igreja Católica que fortalece a luta contra a exploração do trabalho, a fome, a miséria e contra a Ditadura.

Portanto, o AI-5 foi, mais uma vez, um Golpe Civil-Militar contra a retomada do movimento operário, só que dessa segunda vez, ampliou-se sobre os movimentos, organizações e lideranças de seus novos aliados (estudantes, intelectuais, católicos progressistas). As prisões que ocorreram na chamada "**OPERAÇÃO GAIOLA**", em 13 de dezembro de 1968, que em Volta Redonda foi executada pelos militares do 1º BIB, sob comando do Coronel Armênio Pereira Gonçalves, são reveladoras dessa aliança progressista que foi duramente reprimida com prisões, torturas, perseguições, Inquéritos na Justiça Militar e demissões.

Pela terceira vez, uma diretoria sindical metalúrgica, em Volta Redonda, sofre repressão do poder do Estado e seus membros são cassados arbitrariamente e autoritariamente: a primeira intervenção, em 1946, quando os comunistas fundaram o Sindicato dos Metalúrgicos de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende e Barra do Piraí, no Governo Dutra; a segunda, em 1964, quando do Golpe que depôs João Goulart; e a terceira intervenção no Golpe do AI-5.

No **Testemunho da Verdade** na Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, Genival da Silva assim relatou em depoimento o Golpe do AI-5 no Sindicato dos Metalúrgicos:

> *"O Sindicato tinha muita atividade. Era muito politizado. A gente discutia tudo, desde campanha salarial, economia do país, armazém da cooperativa que não tinha abastecimento. Tinha um problema, o sindicato fazia uma comissão para ver o que estava acontecendo. No dia 13 de dezembro, o AI-5 foi promulgado à 5 da tarde, o Exército invadiu o Sindicato às 7 horas da noite, e tinha muita gente das comissões fazendo reuniões até tarde. Prenderam ali no sindicato umas 10 ou 15 pessoas naquela noite...O Exército tava em caravana prendendo as pessoas*

nas casas delas. Os companheiros de 64, que já tinham sido presos em 64, cassados, demitidos, estavam sendo presos de novo".

INTERVENÇÃO TUTELADA NA SUBSTIUIÇÃO PELOS SUPLENTES

Na chamada "Operação Gaiola" do AI-5, houve uma nova estratégia dos militares em relação ao Sindicato dos Metalúrgicos: ao invés de executarem uma intervenção ostensiva, fizeram uma intervenção tutelada. Desse modo, como a composição da Chapa Azul era heterogênea, os membros identificados como "subversivos" pelos órgãos de informação da CSN ("Arquivo Confidencial") e da Ditadura (SNI, DOPS, Centro de Informação do Exército) foram presos, cassados seus mandatos e demitidos da CSN. Os demais membros, quase todos suplentes, assumiram a direção do Sindicato, mas sob a tutela e ameaça de repressão dos militares. Desse modo, foram presos no 1º BIB, os seguintes sindicalistas de 1968:

Presidente – **Wilton de Araújo Meira**;

Diretor Tesoureiro – **Isnard Pereira Coutinho;**

Diretor Secretário – **Genival Luiz da Silva;**

Conselho Fiscal – **Luiz Geraldo Seixas Bonno**;

Conselho Fiscal - **Ulisses Moreira do Carmo**;

Conselho da Federação – **João Nepomuceno de Souza**;

Suplente da Federação - **Guido Luiz Aranha Viriato**;

Suplente da Federação - **José da Silva**;

Departamento Jurídico – **Dr. Jessé Fonseca de Oliveira**

Delegado Sindical – **Edir Inácio da Silva**

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

PRONTUÁRIO DE WILTON MEIRA

file:///D:/comissão%20da%20verdade/relatorio%20final%20cmv-vr/RELAT_FINAL_PARTE2/relat_final_AI5_68/wilton%20meira/wilton%20meira.pdf

O critério de prisão não foi o de ser ou não titular da direção sindical, pois alguns titulares não foram presos e, por outro lado, alguns suplentes foram presos. O critério principal foi político-ideológico: primeiramente a direção política do Sindicato

(presidente, tesoureiro e secretário) e, depois, aqueles diretores que participaram de reuniões intersindicais em Niterói, em São Paulo e em Blumenau nos meses de agosto e setembro. Por esta razão, também foi preso o operário Edir Inácio da Silva por ter participado como delegado sindical do Congresso nacional dos Metalúrgicos.

Além da nova direção sindical metalúrgica de 1968 (nova e breve, que, por conta do AI-5, ficou apenas 4 meses na gestão), foram novamente presos parte dos sindicalistas e comunistas indiciados, ao mesmo tempo, no "IPM da CSN" e no "IPM do PCB" em 1964:

João Alves dos Santos Lima Neto

Nestor Lima

Odair Benedito de Aquino e Silva

Eurípides Estrela

Luis Manhães Gesualdi

Nicanor de Carvalho

Prof. Brasil Lul Diogo

Dr. Geraldo Leal Riberio

Luiz Ferreira Brum

Silvestre Pereira Rosa

José Bonifácio de Castro

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

PRONTUÁRIO DE ISNARD COUTINHO

file:///D:/comissão%20da%20verdade/relatorio%20final%20cmv-vr/RELAT_FINAL_PARTE2/relat_final_AI5_68/insnard/BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0140_0007_d0001de0001.pdf

AI-5 CONTRA A IGREJA PROGRESSISTA

Nessa mesma "Operação Gaiola" foram presas pessoas ligadas ao **Movimento Justiça e Paz** da Diocese de Volta Redonda e Barra do Piraí, liderado pelo Bispo Diocesano **D. Waldyr Calheiros:** Prof**. Waldyr Bedê,** Prof**. Antônio Carlos Santini,** Vereadores **Lúcio Andrade** e **Dercide Guimarães,** Teatrólogo **Bernardo Maurício** (outros atores participantes da comemoração dos Direitos Humanos, **Lincoln Botelho e Vicente Melo,** foram presos pelo AI-5 em julho de 1969)**, e o** estudante da Escola

Agrícola da UFF, em Pinheiral, **Wilson Correa** (membro da Juventude Agrária Católica - JAC).

Dentro do 1º Batalhão de Infantaria Blindada, em Barra Mansa, essas prisões políticas em massa de sindicalistas, comunistas, intelectuais e católicos progressistas, por militares do Exército em decorrência do AI-5, buscaram atingir duas forças democráticas de resistência à Ditadura na Cidade de Volta Redonda: o Sindicato e a Igreja Católica da Diocese do Bispo D. Waldyr Calheiros.

LISTA DE TODOS OS PRESOS NO 1º BIB – OPERAÇÃO GAILOLA

ATO INSTITUCIONAL Nº 5 – 13 DE DEZEMBRO DE 1968

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

PRONTUÁRIO GENIVAL LUIZ DA SILVA

file:///D:/comissão%20da%20verdade/relatorio%20final%20cmvvr/DOCUMENTOS%20ARQUIVO%20NACIONAL/AC_ACE_41737_71%20Geraldo%20Leal%20Ribeiro.pdf

1. **Antônio da Rocha Machado**
2. **Guido Luiz Aranha Viriato**
3. **Lúcio de Andrade**
4. **Joaquim Martins Bastos**
5. **João Alves dos Santos Lima Neto**
6. **Geraldo Leal Ribeiro**
7. **Manoel Lopes Ribeiro**
8. **Brasil Lul Diogo**
9. **Joaquim Lourenço de Almeida**
10. **João Alvarenga**
11. **Marinho Ventura dos Reis**
12. **Idelfonso Jorge de Aquino e Silva**
13. **Nicanor Teixeira de Carvalho**
14. **Nestor Lima**
15. **Antônio Carlos Santini**
16. **João Nepomuceno de Souza**
17. **Jessé Fonseca de Oliveira**
18. **Jairo de Barros Ferreira**
19. **Wilton de Araújo Meira**
20. **Peterson Moreira de Rezende**
21. **José Augusto de Almeida Amado**
22. **Geraldo Marcele**
23. **Valnor Marçal**

24. Waldir Fernandes de Moura
25. Dorvano Fabiano
26. João Clímaco Filho
27. Waldyr Amaral Bedê
28. Odair Benedito de Aquino e Silva
29. Carlos Roberto Garcia
30. Edir Inácio da Silva
31. José da Silva
32. José Marcos Fernandes Gil
33. Wandir de Carvalho
34. José Ferreira de Araújo
35. Adelino Andrade Junqueira
36. José Amâncio da Silva
37. Isnard Ferreira Coutinho
38. Dermerval Pereira da Silva
39. Vitor Martins Pedrosa
40. Genival Luiz da Silva

DIVISÃO SOCIAL DAS PRISÕES NO 1º BIB

As pesquisas da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda sobre as graves violações dos Direitos Humanos no AI-5 apuraram que houve uma espécie de **DIVISÃO SOCIAL DAS PRISÕES** no 1º BIB. Os detidos que tivessem apenas cursos primários ou secundários (a maioria dos operários), ficaram presos amontoados numa cela comum na entrada do quartel, próximo à linha do trem.

No **Testemunho da Verdade** na Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, o teatrólogo **Bernardo Maurício** assim descreveu sua prisão no BIB:

> *"Quando os soldados me levaram preso para o BIB fui direto para o xadrez. Eles falaram ironicamente: ´agora você vai ficar hospedado aqui´. Era uma cela que já estava com muitos presos lá. Aí eles fizeram uma encenação que naquela hora me deixou apreensivo. Nunca havia sido preso. Quando os soldados trancaram a porta, ficou todo mundo sério... mudos... aquele montão de gente...todos parado...me olhando esquisito. Eu fiquei tenso e fui encostar na parede e esperei a reação. Aí todos começaram uma gargalhada geral de gozação. Eu ri também e relaxei. Tinha umas trinta pessoas. Mas conversava muito com Wilton Meira e Lima Neto".*

As Memórias de D. Waldyr Calheiros narram a visita à cela do 1º BIB em que se encontrava um velhinho camponês, acusado de ser comunista, morador do Pinto da Serra, chamado Nicanor, que queria falar com o Bispo:

> *"Quando cheguei ao portão, apinhado de presos, um deles fez sinal com o dedo polegar, exclamando ´Seu bispo!´. E conversamos um pouco. A expectativa de todos era serem libertados, pois não haviam praticado crime nenhum".*

No **Testemunho da Verdade** na Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, o depoimento de Genival da Silva confirma o confinamento dos sindicalistas no cárcere no 1º BIB:

> *"Eu fui detido e levado na carroceria da pick-up do Exército para o BIB. Cheguei lá fui direto pro cubículo. Quando cheguei lá, tinha mais de 40 pessoas na cela. Tinha um velhinho de 78 anos do Pinto da Serra lá preso por ser simpatizante do Partido Comunista. Essas pessoas foram presas para investigação sobre suspeita de subversão, participação no movimento sindical".*

Na divisão social da prisão no 1ºBIB, os presos políticos com curso superior (professores, advogados), estudante e vereadores ficaram presos separados dos demais. Os professores Waldyr Bedê e Brasil Diogo, os advogados Jessé de Oliveira e Geraldo Ribeiro, Lúcio Andrade e Dercide Guimarães, todos ficaram presos no alojamento dos Sargentos, no Pavilhão Central. O estudante de agronomia Wilson Correa e o professor e Santini ficaram presos numa enfermaria.

No **Testemunho da Verdade** na Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda Prof. Antônio Carlos Santini assim narrou sua prisão pelos militares do 1º BIB, no dia 15 de dezembro de 1968:

> *"Eu estava trabalhando no Colégio Volta Redonda e apareceu uma viatura do Exército e havia um grupo chefiado pelo Sargento Pires e mais 3 praças. Ele me localizou dentro da secretaria e disse: 'olha! O Coronel Armênio convidou o senhor para um encontro com ele no Batalhão´... Então eu fui inocentemente, não havia nenhum motivo, pensava eu, pra ser preso... Então fui sem levar um lenço. Chegando lá me levaram até uma enfermaria onde estava detido um jovem de 18 anos. Ele era da escola agrícola de Pinheiral e na sua formatura tinha feito um*

discurso que foi considerado subversivo. Cancelaram o diploma dele e foi preso...ele ficou ainda preso depois que saí, não sei por quanto tempo".

PEDAGOGIA PSICOSSOCIAL DA REPRESSÃO

As prisões dos sindicalistas de Volta Redonda, no AI-5, considerados "subversivos" pelo Exército, resultou num duro golpe sobre o movimento operário da região, garantindo à Ditadura e à CSN uns quinze anos do que a ideologia autoritária denomina "paz social entre o Capital e o Trabalho", nas palavras do Comandante do 1º BIB, Coronel Armênio Pereira Gonçalves, sobre a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos:

"Vivo testemunho, decorrente da nova orientação da diretoria do Sindicato, foi a comemoração do Dia do Trabalho, em que se pode notar o congraçamento entre autoridades, empresários, destacando-se na ocasião o discurso proferido pelo Sr. Olimpo Vieira, atual Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos".

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

Documento: **N8-PSN-ARJ-13-18, P 101 a 123**

A repressão aos sindicalistas de 64 e de 68 funcionou como uma intimidação psicossocial sobre os operários, seus familiares e toda população que vivia nas cidades de Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí e Resende para que as prisões, demissões, despejos das casas da CSN, perseguições e inquéritos servissem de ameaça a quem ousasse se opor à Ditadura. Esse foi o sentido das detenções em massa de sindicalistas no AI-5. Na medida que foram sendo interrogados, no final de dezembro de 1968 e início de janeiro de 1969 pelos militares do 1º BIB, prestavam depoimentos, e eram liberados.

INDICIAMENTO DA DIREÇÃO DO SINDICATO

ISNARD - GENIVAL - WILTON MEIRA

Todos os interrogatórios ocorridos durante as prisões do AI-5 foram reduzidos às acusações dos três Diretores do Sindicato dos Metalúrgicos: Wilton de Araújo Meira, Isnard Pereira Coutinho e Genival Luiz

da Silva. Na segunda quinzena do mês de fevereiro de 1969, ainda presos no 1º BIB, os três dirigentes sindicais prestaram depoimento para os Oficiais do Exército encarregados da investigação: 1º Tenente Marcus Amabílio Tenório Dantas (encarregado), 2º Tenente Luiz Fernando Freitas (testemunha) e 2º Sargento Memulfo Nery Bezerra (relator).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF*

Arquivo Genival Luiz da Silva

SEGUNDA PRISÃO DE GENIVAL E AS TORTURAS NO 1º BIB

O sindicalista Genival Luiz da Silva, em seu TESTEMUNHO DA VERDADE na Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros – Volta Redonda, narrou toda ação criminosa do grupo de militares do 1º BIB responsáveis pelas graves violações dos Direitos Humanos a qual foi vítima: prisão incomunicável, arbitrária e ilegal, torturas psicológicas, torturas físicas, cassação, demissão, despejo e perseguição. Genival foi membro do PCBR, fundador do PT em Nova Iguaçu, e o líder histórico da luta pela Justiça e Reparação dos companheiros atingidos pelas violações dos Direitos Humanos em Volta Redonda. O Memorial do Testemunho da Verdade de Genival passa a seguir a ser apresentado.

Ao serem liberados no início de abril de 1969, Wilton Meira, Isnard e Genival foram proibidos pelas autoridades do 1º BIB de deixarem Volta Redonda sem autorização do Exército. No entanto, ao saírem da prisão, Wilton Meira, Isnard, Genival e Dr. Jessé se articularam com o Deputado Jorge Cury para voltar à Direção do Sindicato do Metalúrgicos. Na avaliação deles, não havia nenhuma acusação formal, não respondiam a IPM, não tinham sido cassados, não tinham sido punidos, foram tão somente afastados pela prisão, mas não houvera crime algum, no entender deles. Além disso, não havia interventores no Sindicato, seus lugares estavam ocupados pelos suplentes. O projeto imediato era voltar à Direção do Sindicato. O Deputado pagou a passagem de avião dos quatro para Brasília onde, no dia 14 de abril de 1969, foram recebidos pelo Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, em audiência agendada pelo mesmo Deputado. O Ministro então garantiu que não havia nada contra eles e que no máximo até 1º de maio estariam de volta ao Sindicato.

Os ex-dirigentes sindicais-metalúrgicos não tinham a mínima ideia de que os setores mais tirânicos da Ditadura, dentro das Forças Armadas, preparavam suas cassações, demissões, suspensão dos direitos políticos por 10 anos e, pior ainda, a nova

prisão com sessões de torturas. Em outras palavras, era uma questão de tempo descer sobre Wilton Meira, Isnard e Genival a guilhotina do AI-5, e eles nem se davam conta dessa grave situação. Na viagem, desde as conversas do grupo com o Deputado Jorge Cury na cidade do Rio de Janeiro, num restaurante onde estavam almoçando até a audiência com o Ministro do Trabalho, eles estavam sendo vigiados, fotografados e gravados pelo Serviço Secreto do Exército (S2).

Ao retornarem de Brasília, no dia 16 de abril de 1969, já havia uma ordem de prisão, nas mãos dos Militares do 1º BIB, para os três ex-dirigentes quando chegassem a Volta Redonda. Na volta, sem saberem dessa ameaça, Wilton Meira ficou na cidade de Niterói, em casa de familiares. Isnard desceu antes do ponto final. E somente Genival conclui toda a viagem. Ao descer no ponto final do ônibus do Rio, na Vila Santa Cecília, um motorista de taxi estava aguardando-o para avisar que corria sério risco de ser preso, pois sua casa estava sendo vigiada a dias pelos S2 do Exército. Mesmo assim, Genival retornou para sua casa. Mal tendo chegado, foi preso na frente de sua esposa e filhos e levado para o quartel de Barra Mansa.

No 1º BIB, nessa segunda prisão, Genival viveu verdadeiros momentos de terror nos interrogatórios da equipe S2, Capitão Gomes, Tenente Tenório, Capitão Dulene Aleixo Garcez dos Reis e Sargento Milton Pires, 2º Tenente Júlio César Duarte Pereira, todos sob a autoridade hierárquica do Coronel Armênio Gonçalves, Comandante do BIB. Naquele momento, a **tortura como Política de Estado** no "combate à subversão comunista" tornava-se regra geral nos quartéis das Forças Armadas do País, principalmente naqueles quartéis localizados em regiões de forte tradição de movimentos sindicais e movimento populares progressistas, como era o caso de Volta Redonda. O 1º Batalhão de Infantaria Blindada inaugurava, na 2ª prisão e torturas de Genival, o ARQUIVO, pavilhão afastado dos demais pavilhões, localizado nos fundos do quartel, bem perto do Rio Paraíba do Sul. No ARQUIVO houve torturas e, alguns, assassinatos sob tortura, de prisioneiros da equipe do Serviço Secreto do Exército (entre 1969 e 1972, essa equipe foi sendo modificada na sua composição).

Na noite em que entrou no quartel, Genival foi obrigado a se despir e ficar nu. Esse procedimento demonstra que os militares S2 do 1º BIB seguiam o mesmo método e técnica padronizada de tortura que ocorria nos Centros Militares das Forças Armadas. A nudez era uma forma de tortura psicofísica que tem a função de quebrar a moral do prisioneiro. Genival foi obrigado a ficar num cubículo pequeno, todo fechado. Depois do

toque de silêncio, às 10 horas da noite, passando um tempo, por volta das 11 horas ou meia noite, tiravam Genival da cela e o levaram para o ARQUIVO, nos fundos do quartel e perto da pocilga (chiqueiro dos porcos). Ali ele era torturado brutalmente com tapas, muitos socos, cacetadas nos rins, afogamento em barril d´água, choque elétricos. Foi jogado no Rio Paraíba, amarrado por corda e puxado quando não aguentava mais.

Todas essas sessões de torturas em Genival visavam os seguintes objetivos: primeiro, a **CASTIGO** por ser sindicalista e ter tentado voltar à direção sindical através do Ministro do Trabalho, passando por cima da autoridade ditatorial do Exército; segundo, **DISSUASÃO** para fazê-lo abandonar o movimento operário por temer as consequências piores para seus familiares; terceiro, **INFORMAÇÃO** sobre onde estariam escondidos os companheiros Wilton Meira e Isnard Coutinho; quarto, **ACUSAÇÃO** de D. Waldyr Calheiros como membro da organização Ação Popular.

Genival ficou preso entre 16 de abril e 7 de junho de 1969. Dez dias antes de sair, as torturas foram encerradas. Houve uma tentativa de recuperação da saúde de Genival que estava muito abalada. Por causa dos socos e cacetadas nos rins, estava urinando sangue, com muitas dores. Estava mal. Quando saiu, foi levado para o hospital. Primeiramente da CSN, onde não foi atendido; depois para o Hospital Volta Redonda, onde ficou internado em estado grave. Nesse momento, D. Waldyr Calheiros foi visita-lo e soube da história das torturas sofridas por Genival no 1º BIB.

OBS: O próximo capítulo deste Relatório, "7º Caso de Graves Violações dos Direitos Humanos em Volta Redonda – Inquérito Policial Militar contra D. Waldyr e 16 padres", apresenta a denúncia sobre as torturas sofridas por Genival no 1º BIB.

RELATÓRIO DO COMANDANTE DO 1º BIB SOBRE A DIREÇÃO SINDICAL

A partir dos depoimentos anteriores, e do depoimento de Genival Luiz da Silva sob tortura, o Comandante do 1º Batalhão de Infantaria Blindada, Coronel Armênio Pereira Gonçalves escreveu um "RELATÓRIO DAS ATIVIDADES LIGADAS AO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E MATERIAL ELÉTRICO DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E BARRA DO PIRAÍ" que foi encaminhado ao Comando do I Exército.

Nesse extenso relatório, o Coronel Armênio o divide nos seguintes temas acusatórios: I) Procedimento de Wilton Araujo Meira em março de 1964; II) Eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos; III) Congregação dos Sindicatos; IV) Congresso Nacional dos Metalúrgicos; V) Ligações com o clero progressista local; VI) Ligações políticas municipais, estaduais e federais.

Nas conclusões, o relatório se baseou no Memorando da CSN sobre as ligações entre a Chapa Azul e a organização "Ação Popular" (AP) com as seguintes afirmações:

"*Wilton Meira, considerado autêntico líder entre os trabalhadores, vem se constituindo peça fundamental para o controle do Sindicato dos Metalúrgicos no esquema esquerdista que visa a conquista do poder pelo proletariado*".

E as conclusões do relatório continuam: "*Os fatos indicam claramente a subordinação de Wilton Meira a elementos da AP que teve duas células desbaratadas em Volta Redonda. Os boletins e folhetos da campanha eleitoral da Chapa Azul foram redigidos com a colaboração do advogado Marcílio Krieger, chefe da AP em Volta Redonda e membro do Comando da AP na Guanabara. Na contagem de votos e fiscalização, em março de 1968, os fiscais e escrutinadores da Chapa Azul pertenciam às células da AP*".

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

Documento: **N8-PSN-ARJ-13-18, P 101 a 123**

Acusações contra a Direção do Sindicato ampliam-se para articulações com outros grupos progressistas:

> "*As ligações manifestas entre políticos marcadamente revanchistas ou comunistas, o clero rebelde à verdadeira doutrina de Cristo, com os dirigentes sindicais constituem o arcabouço da ação anti-revolucionária que vem se desenvolvendo no país pelos métodos de guerra revolucionária e está a vista de todos*". E termina suas acusações: "*Os documentos anexados ao presente relatório e os depoimentos tomados neste BIB formam, indubitavelmente, o contexto de uma situação de guerra revolucionária pró-marxista. Torna-se evidente, apesar das máscaras, o flagrante propósito de abalar a autoridade da Revolução, contestando-lhe a legitimidade e apontando-a como uma opressora dos mais humildes*".

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

Documento: **N8-PSN-ARJ-13-18, P 101 a 123**

COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA DO EXÉRCITO

A partir do dossiê constituído por esse relatório do Comandante do BIB, cópias dos depoimentos de sindicalistas presos e outros documentos "subversivos", iniciou-se o processo 1.095/69 de cassação de Wilton Araujo Meira, Isnard Pereira Coutinho e Genival Luiz da Silva pelo Ato Institucional Nº 5, instaurado pela COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA DO EXÉRCITO (CIEx).

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

PRONTUÁRIO DE WILTON MEIRA

file:///D:/comissão%20da%20verdade/relatorio%20final%20cmv-vr/RELAT_FINAL_PARTE2/relat_final_AI5_68/wilton%20meira/wilton%20meira.pdf

PRONTUÁRIO DE ISNARD COUTINHO

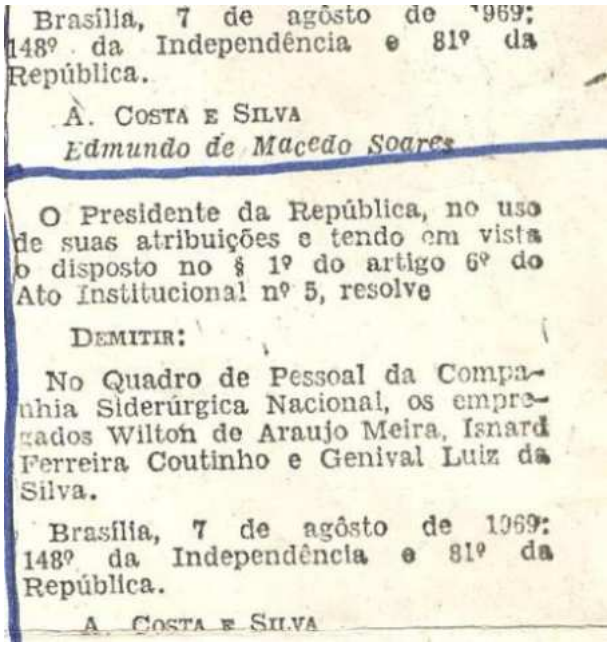
file:///D:/comissão%20da%20verdade/relatorio%20final%20cmv-vr/RELAT_FINAL_PARTE2/relat_final_AI5_68/insnard/BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0140_0007_d0001de0001.pdf

O documento secreto, ofício do Comandante do I Exército General do Exército Syseno Sarmento, Rio de Janeiro, GB, 17 de junho de 1969, endereçado à Comissão de Investigação Sumária do Exército, constitui-se uma das provas documentais das graves violações dos Direitos Humanos contra Wilton Meira, Isnard Coutinho e Genival da Silva, acusados de subversão, considerados inimigos pelas Forças Armadas na "guerra fria interna" contra o comunismo.

Nesse ofício ficam explicitadas as razões políticas da repressão aos sindicalistas: a)"*elementos comprometidos com esquema político anterior à Revolução, mantendo ligações com elementos comunistas*" – em outra palavras agentes repressores da Ditadura entenderam que esses sindicalistas eram influenciados por lideranças cassadas pelo AI-1 (Othon Reis, Lima Neto, Nestor Lima); b)"*arrolados em inquéritos e instrumentos da agitação num sindicato de grande importância e de repercussões na Segurança Nacional*" - os agentes repressores consideram o controle dos setores progressistas sobre o Sindicatos do Metalúrgicos de Volta Redonda uma ameaça estratégica para a manutenção do poder ditatorial que eles denominam "Segurança Nacional". De certa

maneira explica as intervenções autoritárias naquele órgão de classe para garantir o controle sobre o movimento operário e a submissão ao poder da CSN.

A Comissão de Investigação Sumária do Exército apurou esse caso no processo CIEx nº 1.094 para avaliar a aplicação do Ato Institucional Nº 5 contra os três diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. A Comissão era formada por três Generais do I Exército: General Silvio Couto Coelho Frota (Presidente-Relator da CIEx), General Fritz Azevedo Manso, General Celso de Azevedo Daltro dos Santos. No dia 30 de junho de 1969, a CIEx comunica a Decisão da Comissão em favor do Parecer do Relator do Processo 1094, General Silvio Frota, no qual estabelece a condenação dos acusados e pela aplicação do Ato Complementar nº 39 do AI-5 com suspensão dos direitos políticos por 10 anos, destituição dos cargos de direção do Sindicato e demissão da CSN. Em consequência, em 4 de julho de 1969 os indiciados foram destituídos do cargo de Diretores Sindicais e em 7 de agosto do mesmo ano foram demitidos da CSN. Mas a violação dos direitos humanos não se encerrou nesses fatos.


Brasília, 7 de agôsto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Edmundo de Macedo Soares

O Presidente da República, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 6º do Ato Institucional nº 5, resolve

DEMITIR:

No Quadro de Pessoal da Companhia Siderúrgica Nacional, os empregados Wilton de Araujo Meira, Isnard Ferreira Coutinho e Genival Luiz da Silva.

Brasília, 7 de agôsto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda

Em decorrência dessa decisão, o Ministério do Exército remeteu o Processo ao Ministério da Justiça pelo aviso nº 888 de 24 de setembro de 1969 que provocou a geração do Processo no Ministério da Justiça nº 60.882/69. Após Parecer 56/70 da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça em favor da aplicação do AI-5 sobre os acusados, o Ministro da Justiça propôs ao Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici

a suspensão dos direitos políticos de Wilton Araujo Meira, Isnard Pereira Coutinho e Genival Luiz da Silva por 10 anos. Esse processo foi analisado pelo Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, o Chefe do SNI, General João Batista Figueiredo, que elaborou a Exposição de Motivos para cassação dos indiciados. Em 28 de dezembro de 1970, o Ministro da Justiça, Alfreid Buzaid encaminha ao Presidente General Médici a minuta do Decreto de suspensão dos direitos políticos dos indiciados no processo MJ 60.882/69 para ser assinado.

TESTEMUNHO DA VERDADE - GENIVAL LUIZ DA SILVA

DATA DO DEPOIMENTO: 19 DE FEVEREIRO DE 2014

Em 14 de junho de 1931, em Maceió-AL, nasceu Genival Luiz da Silva; pai, encanador de tubulação a gás, e mãe, do lar, migraram para o Rio de Janeiro quando ele tinha 8 anos de idade. Em 1941, a família migrou para Barra do Piraí, Santanésia, para trabalhar na fábrica. Com 14 anos de idade, Genival se tornou operário da fábrica de papel, em Barra do Piraí. Com 16 anos de idade, Genival foi morar com tio no Rio de Janeiro e fichou no arsenal de guerra do Exército, onde trabalhou como operário mecânico até 1956, quando, já casado, migrou com sua nova esposa para Volta Redonda e fichou na CSN.

Logo que entrou na CSN, procurou o Nestor Lima, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e se filiou. Genival participava das assembleias sindicais, apoiou Lima Neto, em 1963. Houve o Golpe de 64, a intervenção no Sindicato, a cassação das lideranças antigas e dos militantes de linha de frente do movimento operário em Volta Redonda. Em 1968, houve eleições sindicais, Genival era membro do PCBR, clandestinamente. Assumiu a tarefa política de ser candidato a Diretor Secretário na Chapa Azul, com Wilton Meira, Presidente e Isnard Coutinho, Diretor Tesoureiro. A Chapa foi eleita em março, mas houve muita tentativa de impugnação pela Ditadura e resistência pelos sindicalistas. Até que finalmente, em agosto de 1968, Genival foi empossado Diretor Secretário, mas em dezembro do mesmo ano, com o AI-5, foi cassado, preso e demitido da CSN.

Em junho de 1969, Genival foi novamente preso e torturado no 1º BIB. Quando saiu da prisão teve que ficar internado até o final daquele ano, por conta das pancadas que levou na tortura e por conta de distúrbio psíquico. Depois que saiu, demitido, com seis filhos para sustentar, sua mulher passou a receber pensão do INSS como viúva. Para a Ditadura, Genival era um morto vivo. Genival continuou como militante do PCBR em Nova Iguaçu, onde, no final da década de 1970, foi fundador do Partido dos Trabalhadores. Retornando a Volta Redonda na década de 1980. Genival foi importante líder do movimento pela reparação aos operários atingidos pela Ditadura militar e foi um guardião da memória da classe operária.

TESTEMUNHO DA VERDADE DA FILHA

MARIA APARECIDA ALVARENGA COUTINHO

DATA DO DEPOIMENTO: 3 DE JULHO DE 2015

MEMORIAL DA VERDADE SOBRE

ISNARD FERREIRA COUTINHO

Em 26 de novembro de 1927, em Barra do Piraí nasceu Isnard Ferreira Coutinho. Após a falecimento do seu pai, Isnard migrou junto com sua mãe e irmãos e tio para a construção da Usina Presidente Vargas e da cidade de Volta Redonda, e começou a trabalhar de biscate com 15 anos de idade. Depois de um tempo, entrou para CSN em 1947, trabalhando no alto forno. Isnard casou-se com Teresinha e tiveram 6 filhos. Em 1968 candidatou-se a Diretor Tesoureiro na Chapa Azul do Sindicato dos Metalúrgicos e a chapa ganhou as eleições em março, mas só tomou posse em agosto de 1968. A diretoria, sob a presidência sindical de Wilton Meira e acompanhado do diretor secretário, Genival da Silva, teve uma curta gestão de 5 meses, interrompida violentamente pelo AI-5., em 13 de dezembro de 1968. Isnard e seus companheiros foram presos na Operação Gaiola do AI-5, no quartel do BIB. Sempre recebia a visita da esposa Teresinha e todos os seis filhos numa sala do quartel.

Quando Isnard saiu da prisão, em março de 1969, foi demitido da CSN, a família despejada e sua casa invadida por forças de segurança da CSN, sem eles estarem lá, inclusive com roubos de objetos, retiraram todos os pertences e mobílias e levaram para

o depósito. A família foi pra casa da irmã mais velha que já era casada. O salário foi cortado. A família passou muita necessidade. Os amigos de antes se afastaram. Isnard não conseguia emprego pois estava na lista de subversivos no arquivo confidencial da CSN. Depois conseguiu se aposentar pelo INPS. Com a indenização, comprou uma casa modesta. Isnard ficou depressivo, foi uma tremenda destruição da sua vida pela Ditadura a esposa ficou cardíaca e morreu poucos anos depois. Genival depois que saiu da prisão, foi internado e eles visitaram ele no hospital. Depois que melhorou, Genival sempre visitava a família de Isnard.

TESTEMUNHO DA VERDADE DA FILHA

SEBASTIALINA – FILHA DE NICANOR

DATA DO DEPOIMENTO: 10 DE FEVEREIRO DE 2015

MEMORIAL DA VERDADE SOBRE NICANOR TEIXEIRA DE CARVALHO

Nicanor Teixeira de Carvalho, nascido em São João Marcos, Rio Claro, em 1914; Quando veio para Volta Redonda, morava no Bairro Pinto da Serra, era sitiante, reconhecido como membro do Partido Comunista Brasileiro, liderou a ocupação da Ilha São João, no início da década de 60, de propriedade da família Barreira Cravo. Trabalhava como carpinteiro na CSN. No golpe de 64, soldados do BIB invadiram sua casa para prendê-lo, mas ele estava viajando. Recebeu recado da família para não voltar. Ficou alguns anos sem retornar, mas foi processado no IPM do PCB. Foi demitido da CSN. A família passou muita necessidade.

Em 13 de dezembro de 1968, na Operação Gaiola do AI-5, Sargento Pires, com vários soldados do BIB, prendeu Nicanor, que na época tinha 55 anos de idade. Os soldados invadiram sua casa, com muita truculência, tratando como inimigo interno, com gritos, mandando calar a boca, destruindo a plantação no quintal. Foi muito traumático para a família. Ficou mais de três meses preso. Por causa da dureza da vida, aparentava mais idade e era chamado de “o velho”. D. Waldyr, ao narrar sua atitude de se apresentar no BIB, em 14 de janeiro de 1969, como prisioneiro em solidariedade a seus

colaboradores presos, relata ter visto um velho que morava no Pinto da Serra, preso como subversivo. Era Nicanor de Carvalho. Sua filha Lina o visitava no quartel. Seu pai estava doente cardíaco. Era escoltado por soldados armados de fuzis desde a cela ao pátio onde encontrava a filha. Ela se recorda de ser bem atendida por alguns oficiais, mas muitas críticas à "turma do Sargento Pires" que a tratou muito rispidamente e em tom de ameaça. Nicanor, depois de libertado, não conseguia mais emprego. A família continuou a passar necessidade. Viviam de costurar e lavar roupas para foram, Nicanor fazia biscates até se aposentar por invalidez.

IDENTIFICAÇÃO DOS ACUSADOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA - 6º CASO – "OPERAÇÃO GAIOLA" NO AI-5 - 1968

I) INSTITUIÇÕES ACUSADAS DE PERTENCIMENTO AO SISTEMA DE REPRESSÃO –IDENTIFICADAS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E INDICADAS EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA DO EXÉRCITO (CISEx)

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA

II) ACUSADOS DE GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS – IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E INDICADOS NOS TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS

General João Batista Figueiredo - Conselho de Segurança Nacional (AI-5)

Alfreid Buzaid - Ministro da Justiça (AI-5)

General Syseno Sarmento - Comandante do I Exército – instaurador da CISEx 1.094/69

General Sylvio Couto Coelho da Frota - Presidente da CISEx 1.094/69

General Fritz Azevedo Manso - Membro da CISEx 1.094/69

General Celso Azevedo Daltro dos Santos - Membro da CISEx 1.094/69

General Alfredo Américo da Silva - Presidente da CSN

Coronel Antônio Carlos Gonçalves Penna - Diretor Industrial da CSN

General Ene Garcez dos Reis -Chefe dos Serviços Gerais da CSN

Coronel Armênio Pereira Gonçalves - comandante do 1º BIB ─ responsável pelo relatório da "Operação Gaiola";

Tenente Coronel Gladstone Pernassetti - agente direto da "operação gaiola" no 1º BIB

Capitão Dulene Aleixo Garcez dos Reis - Encarregado das diligências das prisões dos suspeitos e de Busca e Apreensão;

Tenente Luiz Fernando Freitas - agente direto da "operação gaiola" no 1º BIB

Sargento Melmulfo Nery Bezerra - agente direto da "operação gaiola" no 1º BIB

7º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES

DOS DIREITOS HUMANOS

EM

VOLTA REDONDA

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

CONTRA

D. WALDYR E 16 PADRES

7º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR CONTRA D.WALDYR E 16 PADRES

FORMAÇÃO DA IGREJA PROGRESSISTA EM VOLTA REDONDA

Mesmo após o IPM da JUDICA no final do ano de 1967 (4º Caso de Violação dos Direitos Humanos em Volta Redonda, apurado pela Comissão Municipal da Verdade), no ano seguinte, a população da Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda foi testemunha de um intenso ativismo da Ação Católica liderada por D. Waldyr Calheiros. Houve um crescimento dos grupos jovens nas diversas comunidades, sendo mais forte em Volta Redonda, sede do Bispado. Houve ampliação de pastorais nos bairros populares e maior articulação com o movimento sindical dos metalúrgicos.

A orientação pastoral do bispo, D. Waldir Calheiros, seguia as decisões da Conferência de Medelín para a Igreja progressista da América Latina: a "opção preferencial pelos pobres". Nesse ano de 1968, aconteceram várias atitudes do Bispo, dos padres progressistas e dos ativistas católicos que provocaram a reação repressiva das autoridades militares da região da Diocese.

A Diocese de D. Waldyr Calheiros, com 30 paróquias e 56 sacerdotes, abrangia Volta Redonda, Barra do Piraí, Barra Mansa, Resende, Valença, Rio Claro, Mendes, Eng. Paulo de Frontin, Piraí, Angra dos Reis e Parati. Nessa região encontravam-se os seguintes pólos de segurança interna das Forças Armadas: 1º BIB (Barra Mansa), AMAN (Resende), 2º BCC (Valença), BDM (Paracambi) e Colégio Naval (Angra dos Reis).

Nos anos de 1968 e 1969, destacaram-se os seguintes fatos marcantes da Ação Católica que resultariam em confronto com a Ditadura Civil-Militar:

- Decisão de D. Waldyr de não celebrar, em 31 de março de 1968, a missa de comemoração da "Revolução de 64" (Golpe de 64 na ideologia da Ditadura Civil-Militar);
- Celebração da Paixão de Cristo como "via crucis" da classe operária no Estádio de Volta Redonda; a encenação do "Auto da Sexta Feira Santa", na Igreja Santa Cecília;
- Lançamento do MOVIMENTO AÇÃO, JUSTIÇA E PAZ;
- Comemoração dos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Presépio da Igreja Santa Cecília;
- D. Waldyr visita o BIB e declara-se preso em solidariedade;
- Carta de D. Waldyr aos diocesanos sobre as prisões no BIB
- D. Waldyr e 11 padres denunciam torturas no BIB
- IPM contra D. Waldyr e 16 padres

REPRESSÃO À IGREJA PROGRESSISTA EM VOLTA REDONDA

Cada um desses fatos marcantes no confronto Igreja e Estado Ditatorial precisa ser esclarecido porque foram objetos de investigação do 2º IPM contra D. Waldyr Calheiros e 16 Padres da diocese, em 1969, configurando-se no **7º Caso de Graves Violações dos Direitos Humanos em Volta Redonda**, apurado pela Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda.

NEGAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO GOLPE CIVIL-MILITAR NO 1º BIB

No mês de marco de 1968, o Comandante do 1º BIB, Coronel Armênio Pereira Gonçalves organizou os preparativos no quartel para comemorar o que oficialmente denominam "Revolução de 31 de março", na verdade, o Golpe Civil-Militar de 1º de abril de 1964. Dentre os preparativos, além da presença de autoridades civis e

militares, planejava a celebração de uma Missa. Para isso, endereçou um ofício ao Padre Euler Alves Pereira no qual solicitava a celebração.

Tal fato criou um constrangimento tendo em vista a recente violação dos Direitos Humanos pelas prisões dos quatro ativistas católicos da JUDICA, Carlos Rosa, Gui Michel, Natanael e Jorge Gonzaga, em 5 de novembro de 1967 e a instauração do IPM no BIB contra esses jovens diocesanos. Além disso, o Bispado foi invadido por grupo de militares do BIB para Busca e Apreensão nos quartos de Carlos Rosa e Gui Michel que eram hóspedes do Bispo D. Waldyr Calheiros. Em seguida, por causa desses fatos, o Bispo denunciou no Jornal do Brasil os abusos e tirania do Comandante do BIB e com ele entrou em atrito, o mesmo Comandante que poucos meses depois viria solicitar a Missa de celebração da Ditadura.

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – PASTA 2a

O Padre Euler Pereira, juntamente com Padre Paulo Heckers, após se aconselharem com D. Waldyr, redigiram uma carta resposta ao Comandante, recusando-se ao convite para Celebração no BIB, sob a alegação de que não rezariam a Missa por respeitarem a liberdade religiosa, uma vez que obrigaria todos os subordinados do quartel a assistirem uma missa promovida pela Igreja Católica. Esse argumento foi uma alternativa para não explicitarem a oposição à Ditadura. No entanto, o ato da recusa em si mesmo, foi interpretado pelo poder militar como uma oposição hostil de D. Waldyr Calheiros à “Revolução de 64”.

AUTO DA SEXTA FEIRA SANTA

No dia 12 de abril de 1968, na Igreja Santa Cecilia, foi encenada a peça teatral “Auto da Sexta Feira Santa”, cujo esboço foi escrito pelo Professor Antônio Carlos Santini (colaborador de d. Waldyr para renovação progressista da Igreja Católica) e

entregue aos Padres Paulo Heckers e Bernardo Thus para promoção da solenidade eucarística da Semana Santa. A encenação do foi feita de modo voluntário pelo grupo de teatro dirigido por Bernardo Maurício, do qual faziam parte os jovens Vicente Melo e Lincoln Botelho.

A peça constitui-se num contraponto entre a MORTE (corpo de Cristo) e o VERBO (Palavra da Vida), metáforas para denunciar as injustiças e desigualdades sociais (Morte de Cristo em cada sofrimento humano – Escuridão da Noite) e apresentar mensagens de esperança e fé (Verbo-Palavra da Salvação – Luz do Dia). A seguir, algumas passagens da peça que significam uma visão crítica das injustiças da realidade social:

"*Na estação ferroviária de Volta Redonda, vi pobres que dormiam, velho e crianças, pais e filhos jogados no cimento frio, sem roupas e sem pão*"...

"*Vejo, do alto, barracos à beira do Paraíba. Dona Maria quis ver-te morto, Cristo, e não teve vestido para mostrar...ou para esconder-se...Vê quanta gente elegante em teu velório? Tu és da classe dos ricos?*"...

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – PASTA 2a

Nas passagens a seguir pode-se constatar referências à prisão dos jovens da JUDICA presos no quartel do 1º BIB e denúncias à tirania da Ditadura:

"Vejo um quartel. Há um estudante entre as grades da prisão. Tem rosto de criança e pensa em sua mãe"..."A verdadeira fraternidade é amar sem prender ... Fraterno é o soldado que foge da luta desumana"..."A justiça e o poder foram delegados ao Homem. E muitos fazem mau uso deles... Os poderosos assinam diariamente minha sentença de morte...Dias virão em que os juízes estarão nos bancos dos réus"....

As autoridades militares do Exército, em relatório secreto, interpretaram essa celebração como "*uma mensagem de protesto através de falsas referências à*

fraternidade", com claro objetivo de "*incitar à luta de classes de pobres contra os ricos*". Entenderam ainda que a peça encenada na Semana Santa defende a deserção (fuga) do soldado caso considere guerra injusta e envolve tendenciosamente o quartel do Exército com possíveis prisões injustas de estudantes religiosos. Em síntese a Ditadura Civil-Militar considerou a peça "Auto da Sexta Feira Santa" um exemplo de subversão comunista do clero progressista da Igreja Católica sob liderança de D. Waldyr Calheiros.

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – PASTA 2a

MOVIMENTO AÇÃO, JUSTIÇA E PAZ

Em 2 de outubro de 1968, D. Waldyr Calheiros lançou o Movimento Ação, Justiça e Paz, em Barra do Piraí, que visava mobilizar os membros da Igreja Católica contra as injustiças sociais. Esse movimento derivava das decisões do Concílio Vaticano II por um Igreja mais atuante para modificar a Realidade Social em favor dos mais pobres. A Conferência de Medelin, na Colômbia, entre agosto e setembro de 1968, reforçou a "OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES" da Igreja Católica na América Latina. E essa opção passava por uma atitude em favor da democracia, contra espoliação das riquezas das nações latino-americanas pelo capital internacional e pela organização do Povo de Deus na luta contra a miséria e a pobreza.

O Movimento Ação, Justiça e Paz, na concepção de D. Waldyr Calheiros , "*não era um movimento exclusivo da Igreja Católica, mas ecumênico para todos os irmãos de boa vontade que quisessem aderir para libertar os milhões de filhos de Deus que vivem marginalizados da vida econômica, educativa, artística, política, social e religiosa*". A intensão seria agregar e mobilizar todos que comungassem dos ideais desse Movimento. Esses ideais apontavam para uma atitude corajosa e constante de não-violência e, ao mesmo tempo, de não conformismo na busca de reformas profundas das estruturas da

sociedade brasileira para torná-la menos desumana e mais justa, prioritariamente para os mais pobres.

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – PASTA 2a

Esse MOVIMENTO AÇÃO, JUSTIÇA E PAZ, que surgiu das decisões da Conferência de Medelín, norteou as intervenções da Igreja Católica em Volta Redonda nos anos de 1968 e 1969. Todos os fatos marcantes da Diocese de D. Waldyr, nesse período, foram fomentados por esse Movimento e se tornaram fontes recorrentes de atrito com a Ditadura, desde o 1º BIB, passando pelo I Exército e chegando aos órgãos de Informação e Segurança Nacional e ao Alto Comando das Forças Armadas.

COMEMORAÇÃO DOS 20 ANOS DOS DIREITOS HUMANOS

No dia 10 de outubro de 1968 comemorava-se o aniversário de 20 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em Volta Redonda, esses 20 anos foram comemorados em 8 de dezembro de 1968, no Centro Social da Paróquia Santa Cecília, ocasião em que seria lançado naquela cidade o Movimento Ação, Justiça e Paz, e, ao mesmo tempo, a comemoração de dois anos da chegada de D. Waldyr à Diocese de Volta Redonda. A organização dessa atividade contou com a assessoria de Waldyr Amaral Bedê, ex-preso político de 1964, e bolsista da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), formador de dirigentes sindicais metalúrgicos em vários países sul-americanos.

A comemoração consistiu na apresentação de uma encenação teatral de vários quadros: “Zé do Forno”; “Monólogo das Empregadas”; apresentação de frases combinadas de pensadores e estadistas; miséria no Nordeste. Havia projeções de slides simultâneas à apresentação dos quadros e fundo musical com músicas de protestos daquele momento. A peça “Zé do Forno” foi escrita pelo Professor Antônio Carlos Santini. A peça “Monólogo das Empregadas” foi elaborada pelo Padre Arnaldo Werlang.

Ambas as peças foram encenadas pelo grupo teatral com Bernardo Maurício, Vicente Melo e Lincoln Botelho.

A Peça "Zé do Forno" tratava da exploração do operário da CSN que trabalha na boca do alto forno "*Calor. Faz calor...tenho a garganta seca de calor. Essa boca de aço, vomitando aço... Sou o boi. O olho do patrão calcula meu peso e o seu lucro...mede a carne e reclama dos meus ossos... Sou o boi assado...coisa de doido. Durmo hoje, amanhã o forno me espera. O forno é minha sombra. Sombra preta de carvão. Carvão da noite, noite da morte"*. Então, o operário em angústia psíquica dilacerante, enlouquecido pela situação de insalubridade e precariedade no seu local de trabalho, sem esperança, ele se suicida no alto forno da CSN.

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – PASTA 2a

Noutra parte da celebração do Direitos Humanos, os atores declara frases como as de Abraham Lincoln *: "A verdadeira força dos governantes não está nos Exércitos, esquadras ou armadas, mas na crença do povo de que eles são francos, verdadeiros, legais e unidos. O governo que se afasta desse poder, não é governo, mas uma quadrilha no poder*". Na sequência, o bispo D. Waldyr Calheiros apresentou as ideias do Movimento Ação, Justiça e Paz e encerrou a comemoração.

Os informantes da Ditadura vinculados ao Exército ou à CSN, infiltrados na Celebração dos 20 anos dos Direitos Humanos, transmitiram ao comandante do 1º BIB, Coronel Armênio Gonçalves e ao Chefe de Serviços Gerais da CSN, General Ene Garcez dos Reis, o teor "subversivo" do discurso de D. Waldyr Calheiros. Dentre esses informantes havia o jornalista Almeida Amado que também fotografou todas as pessoas no evento, o que possibilitou suas identificações para posterior prisão no AI-5. Segundo relato dos informantes, o Bispo citou como exemplo de injustiça social o caso dos empreiteiros que recebem dinheiro da CSN para pagamento dos funcionários, porém

quem lucra mais são os intermediários, que desviam esse dinheiro, fazendo assim que nem o salário mínimo seja pago aos operários. Os informantes dos serviços secretos do Exército e da CSN acrescentaram ainda que D. Waldyr afirmara que casos de injustiças como esses são responsáveis pelo levantamento dos povos em lutas de guerrilhas, como Cuba e Vietnã, mas o Brasil não estaria amadurecido para revolução ou luta de guerrilha.

AI-5 E AS PRISÕES DOS MILITANTES CATÓLICOS PROGRESSISTAS

No dia 13 de dezembro de 1968, com a imposição do AI-5, a comemoração dos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos veio a ser, 5 dias depois, a razão da prisão de muitos assessores e colaboradores da ala progressista da Igreja Católica. Foram presas na "**OPERAÇÃO GAIOLA**" promovida pelo Exército e encarcerados no 1º BIB pelo apoio, de alguma maneira, ao Movimento Ação Justiça e Paz, promovido por D. Waldyr Calheiros, as seguintes pessoas:

Prof. **Antônio Carlos Santini**,

Prof. **Waldyr Amaral Bedê**

Vereadores **Lucio Andrade**

Vereador **Dercide Guimarães**

Vereador **Adelmo Junqueira**

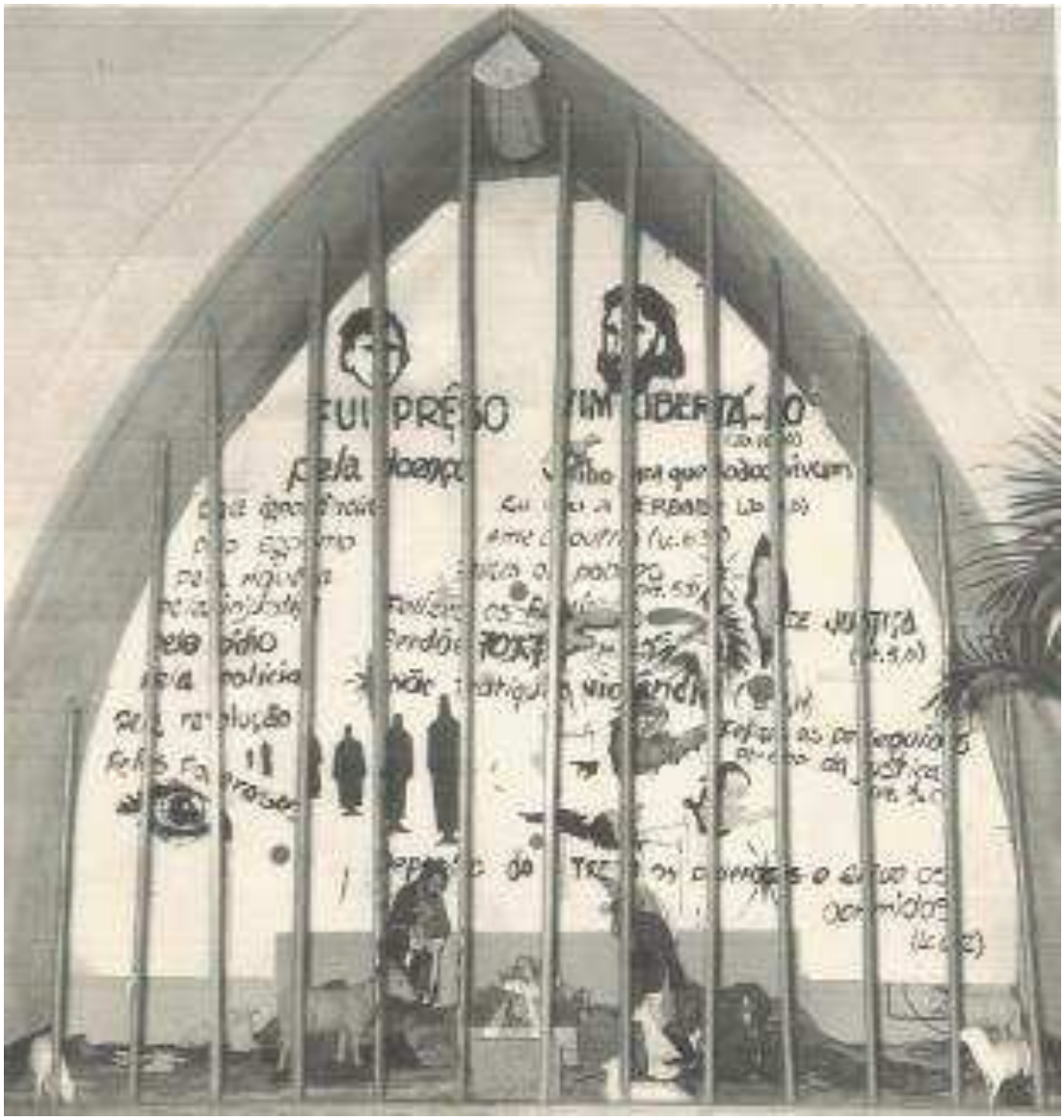
Ator **Bernardo Maurício**

Estudante **Wilson Correa** (membro da Juventude Agrária Católica – JAC de Pinheiral)

OBS: Os atores da Comemoração dos 20 anos dos Direitos Humanos, ***Vicente Melo*** *e* ***Lincoln Botelho,*** *foram presos em julho de 1969, pelos mesmos algozes do 1º BIB da "Operação Gaiola" no AI-5.*

PRESÉPIO DA IGREJA SANTA CECÍLIA NO NATAL DE 1968

Os 40 “detidos para averiguações” pelo Exército no AI-5 passaram o Natal de 1968 e o Ano Novo nas celas do 1º BIB. Para denunciar essa situação de modo metafórico, os padres Natanael Campos, Bernardo Thus e Arnaldo idealizaram o presépio da Igreja Santa Cecília, reproduzido em imagem a seguir:



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana – Volta Redonda

No Presépio de 1968, que foi feito atrás das grades, a cena da manjedoura está com as imagens tradicionais: Menino Jesus, Maria e José, e as ovelhas. O painel pintados

atrás da cena contextualiza o Natal do AI-5. Esse Presépio da Igreja Santa Cecília constituiu-se em prova da subversão do clero progressista comandada por D. Waldyr Calheiros, para as forças repressoras do Exército.

OBS: Na parte II deste Relatório da Comissão da Verdade, **6º Caso de Graves Violações dos Direitos Humanos em Volta Redonda**, estão relatadas as prisões, na "**OPERAÇÃO GAIOLA**", dos sindicalistas processados no IPM da CSN e comunistas processados no IPM do PCB (ambos de 1964), além das prisões dos sindicalistas da Chapa Azul (1968), no mesmo processo das prisões de católicos progressistas. Todos ficaram presos no 1º BIB, ao todo **40 detidos**, segundo documentos secretos do Exército, **para averiguações**.

VISITA DE D.WALDYR AO BIB E A DECLARAÇÃO DE PERMANÊNCIA NO QUARTEL EM SOLIDARIEDADE AOS PRESOS

A longa permanência da "prisão para averiguações" no 1º BIB dos 40 detidos a partir do AI-5, em especial os militantes católicos e colaboradores do D. Waldyr Calheiros, começou a aumentar a tensão entre a Igreja e o Estado ditatorial. Todos interrogatórios dos presos, inclusive dos sindicalistas, envolviam de alguma maneira a ligação com o Bispo e, o que era mais importante, havia uma **verdadeira obsessão pelas forças repressoras do Exército**, em obter delações e **provas documentais** que incriminassem D. Waldyr Calheiros **"como um Bispo comunista que fomentava a subversão** na sua Diocese".

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

PRONTUÁRIO D. WALDYR CALHEIROS

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0001de0001.pdf

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0004.PDF

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0012.PDF

BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0376.pdf

Em relação aos sindicalistas presos no BIB, principalmente a nova direção sindical da Chapa Azul de 1968 (Wilton Meira, Isnard Coutinho e Genival da Silva), o Relatório do Coronel Armênio Pereira Gonçalves, Comandante do 1º BIB sobre a "OPERAÇÃO GAIOLA" em Volta Redonda, com a prisão de 40 sindicalistas, comunistas e católicos para "averiguações", destacou os seguintes envolvimentos de D. Waldyr com o movimento sindical e do Sindicato dos Metalúrgicos com o Movimento Ação, Justiça e Paz:

i) Nas eleições sindicais nas quais a Chapa Azul saiu-se vitoriosa, houve apoio total de D. Waldyr, e na posse da nova diretoria enviou um ofício no qual manifesta seu apoio e estímulo "a todas as iniciativas de luta em defesa dos legítimos direitos das pessoas humanas que lhes confiaram a direção de seu sindicato".

ii) O Prefeito de Volta Redonda, Sávio Gama, mediante Decreto Municipal, determinou a desapropriação da Fazenda Três Poços, pertencente à extinta Ordem dos Trapistas de Tremembé, sob controle da Diocese de Volta Redonda. Em reação, D. Waldyr articulou vereadores mais próximos da sua linha de atuação (Adelmo Junqueira e Lúcio Andrade) para não aprovarem a suplementação de verbas para desapropriação. Ao mesmo tempo, articulou-se com o Sindicato dos Metalúrgicos para os ativistas comparecerem à sessão da Câmara Municipal no dia da votação. Em sessão secreta, a Câmara aprovou o Decreto do Prefeito.

iii) O D. Waldyr realizou diversas reuniões políticas no Bispado com participação de representante do Sindicato dos Metalúrgicos para elaboração de panfletos

e debates dos problemas locais. Esses panfletos eram distribuídos pelos militantes sindicais aos operários da CSN.

Os interrogatórios de sindicalistas, comunistas e católicos detidos que serviram de base para o Relatório do Comandante do 1º BIB sobre a "Operação Gaiola" desencadeada pelo AI-5, sempre envolviam de alguma maneira perguntas sobre a atuação "subversiva" do Bispo D.Waldyr na Diocese.

Segundo relato do próprio D. Waldyr Calheiros, a esposa de Waldyr Bedê, Marizza, o procurou no Bispado na noite de 13 de janeiro de 1969 e disse que foi ao BIB para saber por que o marido dela continuava preso, pois não havia cometido nenhum crime e tinha dois filhos para criar que estavam sentindo sua falta. O comandante, Coronel Armênio, disse-lhe que ele estava preso, assim como o professor Santini, porque haviam trabalhado com o Bispo naquela Comemoração dos Direitos Humanos. Essa situação criou um conflito moral e político para o Bispo. Assim escreveu D. Waldyr sobre esse conflito: "*O bom pastor dá a vida por suas ovelhas. O mercenário não. Quando o lobo ataca, o mercenário foge e as ovelhas se dispersam. Sentia realmente que meus diocesanos estavam sendo dispersos e eu me consideraria mercenário e covarde se fugisse quando suas ovelhas são assaltadas*".

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – PASTA 2a

No mesmo dia, 13 de janeiro de 1969, o Comandante do BIB convocou líderes católicos, políticos, direção da CSN, figuras da sociedade local, a imprensa local para apresentar provas de que o Bispo era subversivo, comunista e agitador. Pessoas que assistiram à exposição, informaram ao dom Waldyr o ocorrido e as acusações do Coronel Armênio contra ele. O objetivo do Comandante do Exército, ao prender os colaboradores de dom Waldyr e acusá-lo de subversivo e comunista era minar e desmoralizar o trabalho da Diocese, amedrontar os diocesanos, plantar nas suas mentes o receio de se

aproximarem do Bispo e da Igreja, sob o risco de ter o mesmo destino dos que estavam presos, e desse modo, afastar ao máximo as pessoas das atividades da diocese, enfraquecer dom Waldyr.

Diante da visita de D. Marizza Bedê e das informações da reunião do Comandante do BIB, D. Waldyr decidiu ir pessoalmente ao 1º BIB para se apresentar como detido, por decisão própria, em solidariedade àqueles que estariam presos por serem seus colaboradores, Prof. Waldyr e Prof. Santini. Assim escreveu o bispo diocesano, naquele momento, em carta aos seus fiéis: "*vocês hão de compreender que eu não poderia aceitar que nossos diocesanos presos por causa da Igreja e do Bispo, ficassem abandonados por esse mesmo Bispo e Igreja que pediu sua colaboração*".

Antes de realizar tal atitude, conversou com parte do clero que o apoiava e em quem confiava e procurou o núncio, D. Sebastião Baggio, para expor sua situação conflitante e sua decisão de declarar-se preso em solidariedade. Diante disso, acompanhado do Monsenhor Barreto e do Padre Arnaldo Werlang, entrou no quartel de Barra Mansa, dia 14 de janeiro de 1969, às 9 horas da manhã e foi prontamente recebido pelo Comandante do BIB.

O Bispo perguntou-lhe se Waldyr Bedê e Antônio Carlos Santini estavam presos por causa da ligação com a Igreja e o Bispo. Essa pergunta ficou sem resposta, apesar da insistência de D. Waldyr. Chegou a hora do almoço e os visitantes foram gentilmente convidados. O assunto não estava terminado para o Bispo. Após o almoço, a pergunta foi reapresentada e finalmente esclarecida. O prof. Waldyr não estava preso somente por causa do Bispo, mas por seu envolvimento com o movimento sindical desde 1964; o Prof. Santini sim, estava preso por ter participado como autor do "Auto da Sexta Feira Santa" e da peça "Zé do Forno" na Comemoração dos Direitos Humanos.

Diante da resposta do Comandante, o Bispo D. Waldyr assim relatou sua atitude moral: "*Fiz ver ao Coronel que ele havia de compreender que eu não aceitava a prisão de pais de família, por terem ligação comigo. Enquanto eu me achava solto, estes chefes de família estavam sendo privados da convivência com suas esposas e filhos. Então, se eu era o causador de sua prisão, era o criminoso e agitador e eu me considerava também prisioneiro com os presos".*

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – PASTA 2a

O Coronel Armênio ficou de imediato perplexo, e depois agitado, andando de um lado para o outro do gabinete e disse que não poderia prender o Bispo. Tentando dissuadi-lo dessa atitude que certamente instauraria um conflito entre Igreja e Estado de proporções internacionais, o Coronel convocou a imprensa escrita e falada. Afirmou que "*se alguém ainda duvidava de que o Bispo era subversivo, agora não havia mais dúvida: D. Waldyr foi agitar sua unidade militar"*. Depois convocou os militares sob seu comando no pátio do quartel e disse: *Estamos no maior desrespeito ao Exército brasileiro. Quem duvidava que esse Bispo fosse subversivo, agora não tem mais dúvida. Invadiu afrontando uma unidade federal das Forças Armadas*". Por volta das 9 horas da noite, D. Waldyr, Monsenhor Barreto e Padre Arnaldo Werlang foram informados que o prof. Santini havia sido libertado. Então resolveram sair do quartel à 21h45. O Prof. Waldyr Bedê ainda permaneceu preso por mais 40 dias.

A atitude histórica de D. Waldyr na luta contra a tirania e pelo respeito aos direitos humanos se considerando prisioneiro em solidariedade à prisão de seus colaboradores foi da seguinte maneira interpretada pelas autoridades do Alto Comando do Exército em relatório secreto: "*A prisão de um bispo da Igreja Católica Apostólica Romana, efetivada em uma Unidade do Exército, incitaria a opinião pública contra as Forças Armadas, exatamente quando essas Forças armadas haviam tomado, há apenas um mês, a atitude*

decisiva que conduziu ao Ato Institucional nº 5... A prisão de D. Waldyr, se aceita pelo Comandante do 1º BIB, levaria a consequências imprevisíveis".

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

PRONTUÁRIO D. WALDYR CALHEIROS

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0001de0001.pdf

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0004.PDF

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0012.PDF

BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0376.pdf

D. WALDYR CALHEIROS E 11 PADRES DENUNCIAM TORTURAS NO 1º BIB

O sindicalista Genival Luiz da Silva, que havia estado preso, entre 14 de dezembro de 1968 e 13 de março de 1969 (89 dias), no 1º BIB, em decorrência da "Operação Gaiola" do AI-5, naquele grupo de 40 "detidos para averiguações", fora novamente preso na mesma Unidade Militar, entre 16 de abril e 7 de junho de 1969 (52 dias), num total de 141 dias, 4 meses e 21 dias.

Em junho de 1969, D. Waldyr Calheiros tomou conhecimento através do Padre Natanael Campos de Morais de que dois operários, Genival Luiz da Silva e Vitor Martins Pedrosa, que estavam presos no 1º BIB, haviam sofrido muitas torturas.

O Genival, ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, encontrava-se internado na Casa de Saúde Volta Redonda, após 52 dias de prisão no 1º BIB, com sérios problemas nos rins, urinando sangue e em crise psíquica em decorrência das torturas que sofreu no quartel. A pedido do Bispo, o Padre Natanael foi visita-lo e indagou se gostaria que a Igreja tomasse providências sobre seu caso, no que Genival aceitou prontamente.

No dia 5 de julho de 1969, D. Waldyr e 11 sacerdotes da Diocese (Monsenhor Barreto, Pe. Bernardo Thus, Pe. Sano, Pe. Natanael Campos, Pe. Arnaldo Werlang, Pe. Arnaldo Bremenkamp, Pe. Manoel, Pe. Eugênio, Pe. José Tarcísio, Pe. Boaventura)

encaminharam uma carta-denúncia ao Comandante da Divisão Blindada do Exército, General Tasso Villar de Aquino, ao qual estava subordinado o 1º BIB, sobre as torturas sofridas por operários presos naquela Unidade Militar de Barra Mansa. A seguir alguns trechos selecionados da Carta-Denúncia:

> "*Somos Sacerdotes e Bispo de Barra Mansa e Volta Redonda... No momento, chegam-nos ao conhecimento fatos de que não podemos dar explicações a nossos fieis e operários. É do nosso conhecimento que pessoas detidas no 1ºBIB, sediado em Barra Mansa, foram severamente torturadas...Isso irrita e leva à indignação o povo simples...operários e companheiros seus já não abafam sua indignação...Atitudes como essa só acarretarão maior antipatia para nosso Exército, junto aos operários*".

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – PASTA 2a

A carta foi divulgada na imprensa: "*BISPO DENUNCIA TORTURAS NO QUARTEL*". O General Tasso Vilar respondeu, em carta, ao D. Waldyr, que mandou "*apurar as graves acusações nela contidas quanto ao tratamento a pessoas no quartel do 1º Batalhão de Infantaria Blindada...Os quartéis são, antes de tudo, escolas de trabalho, de disciplina, de civismo, de amor ao Brasil e à sua gente*"... Então, como consequência direta, foi instaurado o "IPM da Tortura", sob a responsabilidade do Coronel Adão Chmielewski.

O "IPM da Tortura", estrategicamente, foi declarado público, com objetivo de desmoralizar a carta-denúncia do Bispo e onze sacerdotes signatários. Foram ouvidos os depoimentos de mais de 80 pessoas no salão da Câmara dos Vereadores da Barra Mansa. Os 40 detidos na "Operação Gaiola", o Bispo e os onze padres signatários, autoridades municipais, diretores da CSN, General Ene Garcez dos Reis (chefe da polícia secreta da CSN), Coronel Armênio Gonçalves e os principais acusados de infringir as torturas.

Num certo momento do IPM, em meados de agosto de 1969, houve o depoimento de Genival, um dos torturados, ainda no leito do hospital. No seu depoimento, diante do presidente do IPM, Coronel Adão e assessores militares, o sindicalista denunciou seus algozes (Tenente Coronel Gladstone Pernasetti, Major Glênio, Capitão Gomes, Tenente Tenório, Tenente Dulene Aleixo Garcez dos Reis, 2º Tenente Júlio César Duarte Pereira, Sargento Milton Pires). Além disso, apresentou duas testemunhas: João Batista da Silva (industriário da CSN) e Francisco Pinto Ribeiro (enfermeiro).

No dia 20 de agosto ficou agendada a acareação entre a vítima da tortura, Genival e os militares torturadores acusados pelo IPM, no Hospital em que estava internado. O Padre Natanael e Padre Arnaldo Werlang foram escalados por D. Waldyr para acompanhar a acareação. Sabendo disso, cancelaram e fizeram, sem avisar, a acareação no dia seguinte. Com toda coragem moral, e com a convicção de sua ideologia, diante dois dos seus algozes que ostentavam suas armas na cintura (Tenente Tenório e Sargento Pires), Genival Luiz da Silva manteve a acusação e os acusados negaram. Em relatório, encaminhado ao núncio dom Sebastião Baggio, sobre o caso, D. Waldyr assim problematizou a situação do "IPM da Tortura": "*No processo as testemunhas são os próprios algozes apontados. Naturalmente que eles não têm a virtude para sustentar o que fizeram. Geralmente os que usam da força física, nestas horas são fracos e são covardes*".

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – PASTA 2a

No dia 21 de agosto, o Presidente do "IPM da Tortura", Coronel Adão Chmielewski, conclui que não houve crime nos seguintes termos finais do relatório de conclusão dos autos de um extenso processo enviado ao General Tasso Vilar: "*Não se apurando no inquérito a existência de crime ou transgressão, serão os autos remetidos à autoridade militar competente*". Os torturadores são inocentados pelo próprio Exército e

pelos civis e religiosos que testemunharam sob o signo da bajulação com as autoridades militares do BIB e se opunham a uma Igreja engajada na luta pelos direitos humanos e a justiça social, praticada e defendida por D. Waldyr e o clero progressista.

IPM DA SUBVERSÃO CONTRA D. WALDYR E 16 PADRES

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

D. Waldyr Calheiros e 16 padres da Diocese de Volta Redonda

file:///D:/comissão%20da%20verdade/relatorio%20final%20cmv-vr/RELAT_FINAL_PARTE2/relat_final_AI5_68/BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0853_d%201969.pdf

BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0853_d 1969.pdf

BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0853_d.pdf

Em consequência direta das conclusões negativas do "IPM da Tortura", no qual o encarregado do IPM acusa diretamente dom Waldyr ("o Bispo não pode continuar na Diocese porque é agitador, antidemocrático e subversivo"), ao receber os autos do processo, o General de Brigada Tasso Villar de Aquino, Comandante do I Exército, proferiu, no seu despacho final, no dia 17 de setembro de 1969, o indiciamento de dom **Waldyr Calheiros de Novaes** e 16 membros do clero da Diocese − **Monsenhor Manoel Barreto, Pe. Bernardo Thus, Pe. Nabuo Sano, Pe. Natanael Campos de Morais, Pe. Arnaldo Werlang, Pe. Arnaldo André Bremenkamp, Pe. Manoel Pedrosa, Pe. Alcino Camatta, Pe. Giácomo Tomasi, Pe. Eugênio Werweijen, Pe. José Tarcízo de Oliveira, Pe. Hilário Canal, Pe. Otávio Roscue, Pe. Boaventura de Oliveira, Pe. Edson Zandonadi e Pe. Paulo Penteado Alvarenga** −, todos acusados por crime contra a Segurança Nacional, iniciando-se assim o "IPM da Subversão". A presidência do IPM da Subversão de D. Waldyr e os 16 sacerdotes ficou a cargo do Comandante do quartel do Exército de Valença, Coronel Moacir Pereira.

Nesse ínterim, entre as conclusões corporativistas do IPM da tortura inocentando os torturadores e acusando os denunciantes, o clero progressista não se intimidou e

manteve a pauta de denúncias contra as injustiças sociais e contra a tirania. O Bispo enviou a todas as paróquias da Diocese uma homilia para o Sete de Setembro de 1969 ("Sugestões para Pregação do dia 7 de Setembro"), no qual destacavam-se as seguintes mensagens:

> "*... Não aceitamos ser escravos de potências que nos humilham com suas esmolas com hipócritas ajudas espoliativas...não podemos aceitar que internamente haja grupos nacionais e estrangeiros que mantenham, em dominação escrava, milhares de nossos irmãos na miséria, cujas faces são irreconhecíveis como filhos de Deus... desejamos ver nossa Pátria livre do domínio dos espoliadores exteriores e livres dos dominantes e opressores internos*".

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – PASTA 2a

Em Barra do Piraí, o Padre Nabuo Sano, pároco da Catedral de Santana, por ocasião do Sete de Setembro, escreveu um texto com o seguinte teor crítico da realidade social e política:

"O Brasil, nossa Pátria Amada, ainda contempla a liberdade total raiando no horizonte. É preciso lutar para que todos os brasileiros sintam, com realismo, que a liberdade, deixando de ser um sonho, se aproxime de cada cidadão. Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil. De tal modo que o exercício da liberdade seja pleno, isento de toda e qualquer coação física, moral, econômica, social, ideológica e religiosa".

No final de setembro de 1969, o Coronel Moacyr Pereira, presidente do IPM, começou a ouvir as testemunhas de acusação no IPM 853/69 (IPM da Subversão) que colaboraram com a repressão, inclusive sacerdotes da própria Diocese, contrários às orientações progressistas de D. Waldyr, aliados do regime da Ditadura. Dentre os

colaboradores dos militares do 1º BIB, como **testemunhas de acusação** do "IPM da Subversão", citados no Relatório Final:

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

D. Waldyr Calheiros e 16 padres da Diocese de Volta Redonda

file:///D:/comissão%20da%20verdade/relatorio%20final%20cmv-vr/RELAT_FINAL_PARTE2/relat_final_AI5_68/BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0853_d%201969.pdf

BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0853_d 1969.pdf

BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0853_d.pdf

Membros do clero da Diocese: **Monsenhor Clemente Muelller, Monsenhor Ludovico Stanuch**, **Pe. José Antonio Kessler**, **Pe. José Wirwinsky**, **Pe. Francisco Foit**; Monsenhor **Ernestt Juchly; Pe. Euler Alves Pereira;**

Políticos locais: Prefeito de Barra Mansa, **Marcelo Drable**; Prefeito de Volta Redonda, **Savio Couto de Almeida Gama**; Prefeito de Mendes, **Renato Souza Pereira**; Presidente da Cãmara Municipal de Barra Mansa, **Ruy Andrade**; Presidente da Câmara Municipal de Barra do Piraí, **Manoel Pereira da Motta Filho**;

Militares: Coronel **Armênio Pereira Gonçalves**; Tenente Coronel **Gladstone Pernassetti**; General **Ene Garces dos Reis**;

Comerciantes e funcionários públicos: **Affonsino Frasão** (funcionário da Câmara Municipal de Barra Mansa); **Euler Vitor Ribeiro** (funcionário da Prefeitura de Barra Mansa); **Pellegrino Boaventura** (comerciante); **Diógenes Gonçalves Roca** (comerciante); **Ady Rosas** (comerciante); **Beltrão Dias** (funcionário público); **Carlos Leite Gomes de Pinho** (funcionário da COBRAPI-CSN); **José de Souza Lima** (profissional liberal); **Nestor Chiesse Coutinho** (profissional liberal); **Alexandre Pollastri Filho** (profissional liberal); **Antonio Carlor Javoux** (profissional liberal); **Luiz Gonzaga de Lima Costa** (Delegado de Polícia Civil).

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

PRONTUÁRIO D. WALDYR CALHEIROS

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0001de0001.pdf

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0004.PDF

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0012.PDF

BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0376.pdf

Nesse processo foram também ouvidos os acusados. Todos foram intimados a comparecer no BIB para o interrogatório pelo encarregado do IPM. Assim narrou D. Waldyr sua intimação e depoimento:

> "*Compareci para o depoimento no dia 9 de outubro de 1969.Depus como indiciado, das 13 horas à meia-noite e meia do dia 10, portanto, 11 horas e 30 minutos de depoimento, quando me perguntou se queria continuar ou voltar, logo mais, à tarde. Cansado, preferi voltar à tarde. Recomecei a depor às 13 horas e terminamos às 22h30, completando, assim, 21 horas de depoimento".*

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – PASTA 2a

A imprensa local falada e escrita estava a serviço da Ditadura e contra o clero progressista da Igreja. Somente publicava e transmitia matéria difamatória, caluniosa e desrespeitosa dos acusados, principalmente D. Waldyr, alvo principal do IPM. Após toda apuração do encarregado do IPM 853/69, Coronel Moacyr Pereira, foi concluído o processo no dia 8 de novembro de 1969, o Bispo D. Waldyr Calheiros e os 16 sacerdotes foram indiciados como criminosos subversivos, pelas seguintes acusações:

D. WALDYR CALHEIROS – ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Ofendeu moralmente autoridades militares;
2. Manifestou publicamente solidariedade e apoio a indivíduos presos em flagrante distribuindo panfletos que pregavam a derrubada do Regime;

3. Incitou a animosidade do povo contra as Forças armadas;
4. Incitou a animosidade entre elementos das Forças Armadas;
5. Incitou a animosidade de empregados contra patrões;
6. Incitou a luta pela violência entre as classes sociais;
7. Divulgou e fez divulgar matéria censurada por órgãos do Governo Federal;
8. Impediu a prática de culto religioso;
9. Difundiu notícias falsas e tendenciosas;

MONSENHOR MANOEL BARRETO −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Incitou a animosidade do povo contra as Forças armadas;

PE. BERNARDO THUS −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Incitou a animosidade do povo contra as Forças armadas;
2. Incitou a animosidade entre elementos das Forças Armadas;
3. Incitou publicamente a animosidade contra as leis e o Governo Federal;
4. Permitiu que as Forças armadas fossem injuriadas;
5. Manifestou solidariedade e apoio à propaganda subversiva;
6. Injuriou o Governo Federal;

PE. NABUO SANO −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Incitou a animosidade do povo contra as Forças armadas;
2. Incitou à subversão da ordem político-social;
3. Declarou-se favorável à legalização do Partido Comunista Brasileiro;

PE. NATANAEL CAMPOS DE MORAIS −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Incitou a animosidade do povo contra as Forças armadas;
2. Incitou a animosidade entre elementos das Forças Armadas;

PE. ARNALDO WERLANG −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Incitou a animosidade do povo contra as Forças armadas;
2. Incitou a animosidade entre elementos das Forças Armadas;
3. Incitou a animosidade de empregados contra patrões;

PE. ARNALDO ANDRÉ BREMENKAMP −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Incitou a animosidade do povo contra as Forças armadas;
2. Incitou a animosidade entre elementos das Forças Armadas;

PE. ALCINO CAMATTA −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Incitou a animosidade do povo contra as Forças armadas;
2. Contribuiu para impedir a prática de culto religioso;

PE. GIÁCOMO TOMASI −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Incitou a animosidade entre elementos das Forças Armadas;
2. Usou expressões desrespeitosas em relação à Bandeira Nacional;

PE. EUGÊNIO WERWEIJEN −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Manifestou publicamente solidariedade e apoio a indivíduos presos em flagrante distribuindo panfletos que pregavam a derrubada do Regime;
2. Incitou a animosidade do povo contra as Forças armadas;

PE. JOSÉ TARCÍZO DE OLIVEIRA −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Incitou a animosidade do povo contra as Forças armadas;

PE. HILÁRIO CANAL −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Incitou a animosidade entre elementos das Forças Armadas;

PE. OTÁVIO ROSCUE −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Incitou a animosidade entre elementos das Forças Armadas;

PE. BOAVENTURA DE OLIVEIRA −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Incitou a animosidade entre elementos das Forças Armadas;

PE. EDSON ZANDONADI −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Incitou a animosidade entre elementos das Forças Armadas;

PE. PAULO PENTEADO ALVARENGA −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1. Incitou a animosidade do povo contra as Forças armadas;

PE. MANOEL CUSTÓDIO PEDROSA −ACUSAÇÕES NOS AUTOS DO IPM 853/69:

1- Tentou promover a corrupção de menores de 18 anos e maiores de 14 anos;

2 - Preparou escritos obscenos para alunas menores

3 - Assistiu preparo de material subversivo na paróquia;

4 - Incitou a animosidade do povo contra as Forças armadas;

A partir desse relatório final do IPM 853/69, com 733 folhas, apresentado pelo Coronel Moacyr Pereira, foram enviados os autos do processo ao Comando da Divisão Blindada do I Exército, General Tasso Villar, que os encaminhou, no dia 17 de novembro

de 1969, a acusação de crime de subversão de D. Waldyr Calheiros e dos 16 sacerdotes para ao Promotor do Ministério Público da Justiça Militar, na 2ª Auditoria do Exército, nos seguintes termos:

> *"Pela conclusão das averiguações policiais a que mandei proceder, verifica-se que os fatos apurados constituem crimes da competência da Justiça Militar previsto na Lei de Segurança Nacional, no Código Penal Militar e no Código Penal Brasileiro... Determino, pois, que sejam estes autos remetidos, com possível urgência, ao sr. Auditor da Auditoria da 1ª Região Militar, para fins de direito, por intermédio do I Exército".*

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

PRONTUÁRIO D. WALDYR CALHEIROS

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0001de0001.pdf

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0004.PDF

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0012.PDF

BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0376.pdf

Entre agosto e dezembro de 1969, no transcurso dos dois IPMs, D. Waldyr procurou apoio com os irmãos do episcopado da CNBB e as correspondências por ele recebidas foram, em grande parte, de solidariedade, outras de preocupação. Alguns Bispos, minoria, via o caso como pessoal (Comandante X Bispo da Diocese), mas estavam profundamente equivocados.

O envolvimento de superiores ao Comandante no esforço de condenação do Bispo de Volta Redonda e do clero que o apoiava, provava que o regime ditatorial (Comandante do I Exército, Ministro do Exército, SNI, Tribunais Militares, AI-5) estava em guerra contra a "subversão da Igreja *progressista*, não só na Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda, mas a partir dela. Naquele momento, uma carta de D. Waldyr ao Presidente da

CNBB, no final do ano de 1969, revela que ele tinha plena clareza do significado político daquele processo em âmbito nacional:

"*Quando os superiores do Coronel [Comandante do BIB] lhe dão cobertura e levam-me ao tribunal, desapareceu o caráter pessoal. São esses homens que estão governando que levam a Igreja local a julgamento: 1- difamam o Bispo, não só em sua Diocese, pois agora já é de conhecimento nacional que fomos indiciados como criminosos. Mesmo que arquivem o processo, fica a injúria e a difamação...Não considero humilhação um Bispo ir ao banco dos réus, quando o crime é ter pregado o Evangelho e saído em defesa de um pobre operário torturado*".

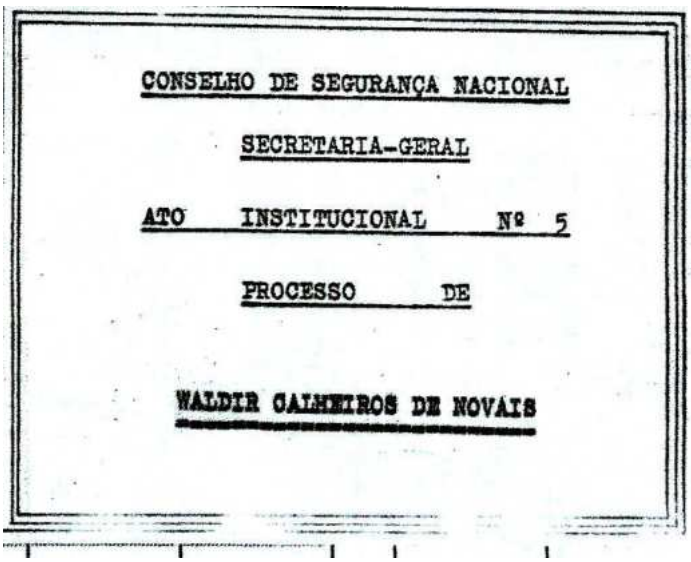
Essa angustia do Bispo e dos 16 sacerdotes ainda teve que durar por muitos meses até o julgamento entrar na pauta da Auditoria Militar. Os acusados foram defendidos pelo Dr. Sobral Pinto, gratuitamente, como fiel defensor de sua Igreja. Somente em 28 de julho de 1971 houve o encerramento do caso com o voto do Procurador da Justiça Militar, Auditor Osiris Josepherson, que encerrou seu parecer com as seguintes palavras: "*Face a todas as circunstâncias que aludimos, parece-nos que contra os indiciados oferecer uma denúncia, representaria um verdadeiro des-serviço às Forças Armadas, ao Governo, à Revolução de*

PROCESSO SECRETO DE CASSAÇÃO DE D. WALDYR PELO AI-5

A sabedoria política de D. Waldyr revelava-se no entendimento profundo daquele momento angustiante e opressor que se abatia sobre a Igreja local através do IPM da Subversão e que se processava publicamente, com a finalidade de enfraquecer o Bispo e sua filosofia cristã baseada em uma Igreja com "opção preferencial pelos pobres".

No entanto, com toda sua sabedoria e perspicácia, D. Waldyr ignorava a dimensão do perigo que corria em relação a processos secretos, no Alto Comando do Exército,

no Conselho de Segurança Nacional e no Ministério da Justiça com a finalidade de aplicar o AI-5 sobre o Bispo.


CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA-GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO DE

WALDIR CALHEIROS DE NOVAIS

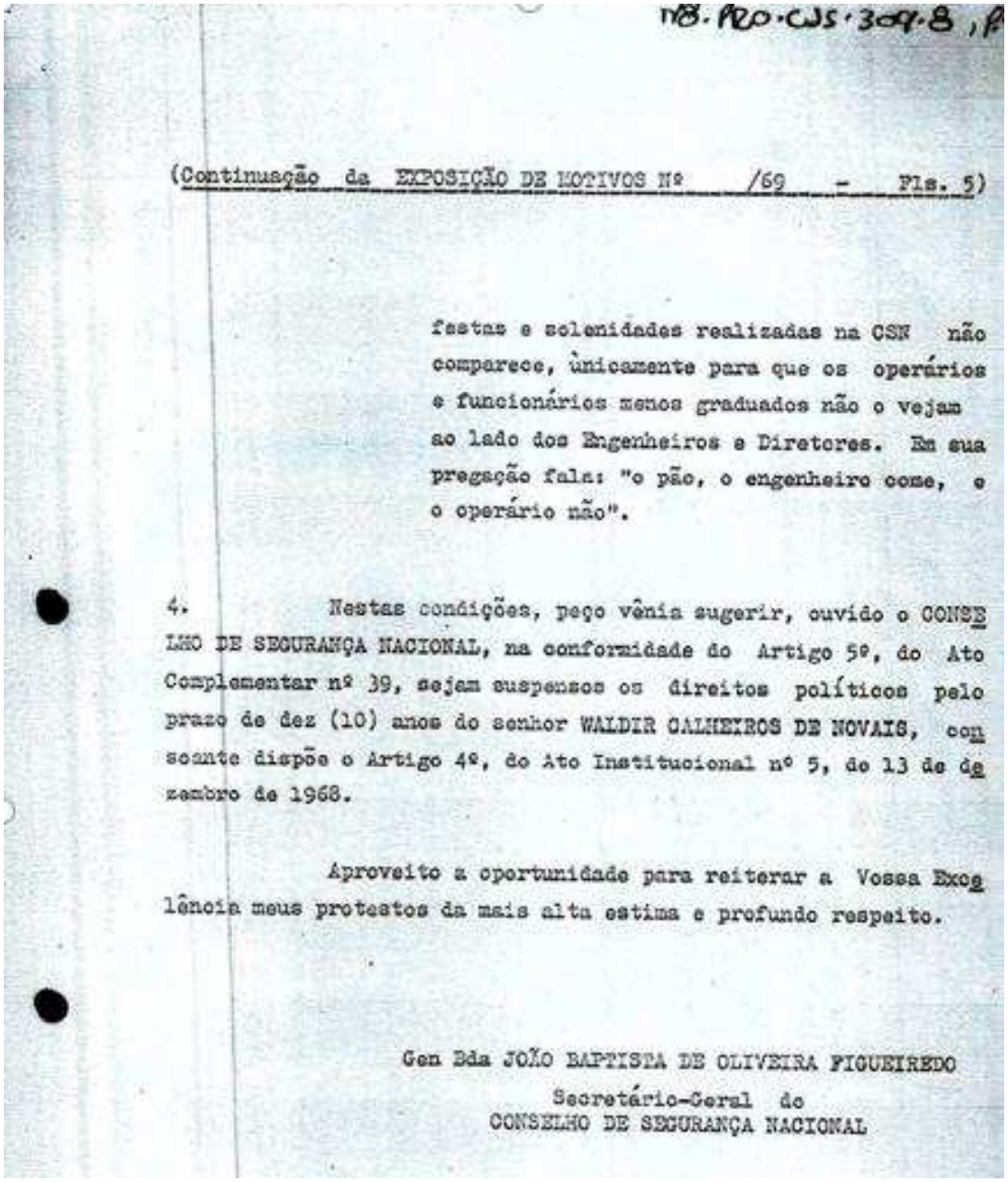
As investigações da pesquisa documental da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda encontraram documentos secretos do Exército e do SNI, no Arquivo Nacional (PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS), que revelam processos da Ditadura, no âmbito do Alto Comando do I Exército e do Conselho de Segurança Nacional, com vistas a reunir documentos que provassem que D. Waldyr Calheiros era comunista e subversivo e assim procederem a cassação dos seus direitos políticos por 10 anos, com base na aplicação do AI-5.

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

PRONTUÁRIO D. WALDYR CALHEIROS
BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0001de0001.pdf

Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) ocorrem através das averiguações, investigações, Busca e Apreensão de provas e depoimentos realizados sob a presidência de um militar das Forças Armadas de alta patente designado por superiores. Esse encarregado encaminha o relatório final dos autos do processo do IPM ao superior hierárquico que o designou para essa incumbência. Então, essa autoridade superior encaminha para o Ministério Público da Justiça Militar que instaura o processo na Auditoria Militar para julgamento por uma Comissão de Justiça.

A partir do AI-5 surgiu a Comissão de Investigação Sumária do Exército (CIEx), que encurta o caminho, pois ocorre sob sigilo e visa a agilização da cassação pela aplicação do AI-5. Dessa maneira, o caráter tirânico, autoritário, discricionário e violador dos direitos humanos da Ditadura Civil-Militar ficou inegavelmente explícito, embora ocorra sigilosamente, sem direito de defesa dos atingidos.



nB. PRO.CJS.309.8, p

(Continuação da EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº /69 - Fls. 5)

festas e solenidades realizadas na CSN não comparece, ùnicamente para que os operários e funcionários menos graduados não o vejam ao lado dos Engenheiros e Diretores. Em sua pregação fala: "o pão, o engenheiro come, e o operário não".

4. Nestas condições, peço vênia sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do Artigo 5º, do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos do senhor WALDIR CALMEIROS DE NOVAIS, consoante dispõe o Artigo 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos da mais alta estima e profundo respeito.

Gen Bda JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
Secretário-Geral do
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

O sistema do CISEx funciona da seguinte maneira, no caso de se alcançar a aplicação do AI-5: o Ministério do Exército, através dos Comandantes do I, II, III ou IV Exército,

autoriza a criação de um Processo CISEx e nomeia o Presidente da Comissão de Investigação, quase sempre um General do Alto Comando do Exército (General de Brigada ou de Divisão) e mais dois Generais de Brigada ou de Divisão para formarem a Comissão.

Após dois ou três meses, o Presidente da CISEx apresenta o Relatório com (i) Acusações, (ii) Provas documentais nos autos e (ii) Conclusão, no mesmo dia, a Comissão apresenta a "Decisão da Comissão de Investigação" assinada pelos três Generais e encaminhada ao Ministério do Exército. Daí o Ministro do Exército aprova a decisão da CIEx e remete ao Ministro da Justiça através do Aviso/CISEx junto com o processo CISEx. Daí o Ministro da Justiça remete ao Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República para aprovação. O Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional remete uma "Exposição de Motivos" para aplicação do AI-5 ao Presidente da República que assina o processo de cassação.

O processo contra D. Waldyr Calheiros, oriundo do Ministério do Exército, instaurou-se através da Comissão de Investigação Sumária do Exército, Processo CISEx 00209 de 30 de janeiro de 1969. Essa CISEx foi instaurada pelo Ministério do Exército, através do Comandante do I Exército, **General Syseno Sarmento,** que nomeou a seguinte Comissão de Investigação: **General José Canavarro Pereira** (Presidente), **General Sylvio Couto Coelho da Frota, General Francisco Esteliano Bastos de Aguiar,** nomeado escrivão o **Major Oscar da Silva.** Esse processo se deu logo após o episódio no qual o Bispo de Volta Redonda apresentou-se como prisioneiro no 1º Batalhão de Infantaria Blindada, em Barra Mansa, por solidariedade aos seus assessores (Prof. Santini e Prof. Waldyr Bedê).

A partir da análise dos documentos encontrados no Arquivo Nacional sobre o processo da Comissão de Investigação Sumária do Exército contra D. Waldyr Calheiros, uma primeira conclusão extremamente relevante, que agora pode ser provada

documentalmente: o Alto Comando do Exército na Ditadura Civil-Militar considerava D. Waldyr Calheiros de Novais "**UM INIMIGO INTERNO PERIGOSO, AUDACIOSO E FERINO**" que precisava ser neutralizado pela aplicação do AI-5.

Nas fichas de prontuário de D. Waldyr nos órgãos de investigação do Exército (CIE) e Serviço Nacional de Informação (SNI) há uma afirmação inicial recorrente em todos os relatórios: "D. Waldyr era mentor intelectual da Ação Popular entre os seminaristas"; "quando auxiliar do Cardeal D. Jaime, na Guanabara, comprometeu a Arquidiocese com posições subversivas, apoiando bases da AP, juntamente com dissidentes da linha maoísta". Essa era a introdução que funcionava como pressuposto de toda atuação de D. Waldyr como Bispo e argumento para as acusações de subversão comunista.

As principais acusações do relatório do Processo CISEx nº 209, eleborado pelo Presidente da Comissão, General José Canavarro Pereira, além das anteriores, sobre atuação do Bispo na Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda: *"Vem acobertando e favorecendo pelas mais diversas formas as atividades esquerdistas; Embora sempre convidado para recepções, festas e solenidades realizadas pela CSN, não comparece unicamente para os operários e funcionários menos graduados não o vejam ao lado de engenheiros e Diretores.*

ARQUIVO NACIONAL – MEMÓRIAS REVELADAS – DOCUMENTOS DO SNI

PRONTUÁRIO D. WALDYR CALHEIROS

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0001de0001.pdf

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0004.PDF

BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0309_0008_d0012.PDF

BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0376.pdf

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
Nº 950
Em 31 de Julho de 1969
PROTOCOLO
SECRETO

SECRETO

MB.A20.CSJ.309.8.23

CISEx
00209

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

QUARTEL-GENERAL DO I EXÉRCITO

Rio de Janeiro, GB, 28 Jul 69

OFÍCIO Nº 238-Pln-D

Do Comandante do I Exército

Ao Senhor Presidente da Comissão de Investigação Sumária do Exército (CISEx)

Assunto: Aplicação do AI-5

ANEXO: Informação nº 52/69, do 1ºBIB e seus anexos.

1. Êste Comando, complementando as informações contidas no Of nº 39-Pln-D, Secreto, de 24 Jan 69, encaminha a V Exa novas informações sôbre o Bispo de Volta Redonda, D. WALDYR CALHEIROS.

2. Tratando-se de um religioso que, por suas atitudes, tem se revelado um inimigo interno audacioso e perigoso, que vem demonstrando seu inabalável propósito de opor-se aos princípios moralizadores da Revolução de março de 64, reitero a V Exa a necessidade imperiosa de seu enquadramento no AI-5.

Gen Ex Sysemo Sarmento

Gen Ex SYSEMO SARMENTO
Comandante do I Exército

Cmt I Exército

SECRETO

O relatório do CISEx continua no item PROVAS: *"As constantes da documentação do presente processo"*. E, por fim, as CONCLUSÕES do Presidente da CISEx, General José Canavarro Pereira::

> *"Julga o relator que o presente deve ser remetido ao Ministério da Justiça que, por intermédio da sua Comissão de Investigação, está capacitado a enquadrar o indiciado* [D. Waldyr Calheiros de Morais] *no Ato Institucional nº 5, propondo a suspensão de seus direitos políticos, sem prejuízo da ação penal de que for passível, pela sua atuação subversiva".*

No mesmo dia da apresentação do Relatório, 19 de março de 1969, houve a reunião da Comissão que aprovou o relatório do Presidente do Processo CISEx 209, através do documento "Decisão da Comissão", encaminhando-se a decisão para o Ministro do Exército, que, por sua vez, através do Aviso 154/CISEx, remeteu ao Ministro da Justiça. No dia 26 de setembro de 1969, o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, General João Batista Figueiredo elaborou uma "EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS", a ser enviado ao Presidente da República (naquele momento exercido por uma junta governativa do Alto Comando das Forças Armadas, após a morte natural do Marechal Costa e Silva), para aplicação do Ato Institucional nº 5 em D. Waldyr Calheiros e a suspensão de seus direitos políticos por 10 anos.

Desse momento em diante não houve prosseguimento do processo e a cassação de D. Waldyr não se concretizou. A Comissão da Verdade de Volta Redonda não encontrou, em suas pesquisas, documentos que explicassem as razões do Governo Ditatorial, no auge da tirania repressora e violadora dos Direitos Humanos, haver interrompido o processo de aplicação do AI-5 sobre o Bispo de Volta Redonda em 1969. Dentre os motivos mais prováveis, destacam-se as consequências políticas imprevisíveis do conflito entre Igreja e Estado por conta de um ataque tão frontal ao episcopado no Brasil, atingindo-se um de seus membros com cassação dos direitos políticos por 10 anos pela aplicação do Ato Institucional Nº 5.

TESTEMUNHO DA VERDADE - <u>BERNARDO MAURICIO</u>

DATA DO DEPOIMENTO: 1º ABRIL DE 2014

Em 1939, na cidade de Alenquer-PA, nasceu Bernardo Luiz Maurício Santos que foi criado em Belém. Pai era comerciante e a mãe, do lar, com 9 filhos. A família migrou para a construção de Brasília e depois para a Cidade de São Paulo. Ali ficou a família, enquanto Bernardo e seu irmão Bebeto foram para a cidade do Rio de Janeiro. E dali ambos vieram para Volta Redonda em 1959. Em 1960, Bernardo serviu ao Exército no 1º BIB, com 21 anos de idade. E chegou a Cabo, saindo em 1962. Nesse ano, Bernardo passou a trabalhar com teatro nos Núcleos Comunitários, nos bairros da Companhia, e formou vários grupos jovens de teatro. A sua vivência no trabalho de teatro modificou e ampliou sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, o transformou. A chegada de D. Waldyr Calheiros ao Bispado em Volta Redonda, final de 1966, trouxe novos desafios para o trabalho de Bernardo e, numa conjuntura nacional de movimentos culturais da juventude e protestos contra a Ditadura, esses temas foram incorporados ao seu grupo de teatro. Bernardo já apresentava peças dentro desse viés político, tais como, "Liberdade, Liberdade" e "Dois Perdidos numa Noite Suja". Em 1968, a convite de D. Waldyr, no Centro Social Santa Cecília, na Comemoração dos 20 anos dos Direitos Humanos, apresentou um espetáculo multimídia, com teatro, música, projeções, monólogos sobre a realidade social, destacando-se a peça "Zé do Forno". Nessa peça, escrita pelo Prof. Santini, Bernardo interpreta um operário que trabalhava na "corrida do aço" da Usina, enlouqueceu e se suicidou, atirando-se no alto forno. Essa peça marcou definitivamente a mudança política de Bernardo, de um diretor-ator de teatro da arte pela arte para um diretor-ator engajado. O grupo de teatro que apresentou com Bernardo esse espetáculo era formado por: Nanana, José Roberto Gomes, Lincoln, Vicente e Nadir. Por causa desse trabalho, após a imposição do AI-5, em janeiro de 1969, Bernardo foi detido e levado para o 1º BIB. Ficou numa cela lotada de sindicalistas e comunistas presos no AI-5, umas 30 ou 40 pessoas. Dentre

elas, ele identificou o Lima Neto, Genival e Wilton Meira. Bernardo ficou preso por 67 dias. Nos interrogatórios que respondeu ao Tenente Garcez do BIB, quase todas as perguntas giravam em torno da identificação de Bernardo com o Comunismo e de acusações de subversão a D. Waldyr Calheiros. Logo que Bernardo foi preso, os militares invadiram sua casa em busca de livros ou textos subversivos. Depois que saiu, em março de 1969, Bernardo foi morar na Cidade do Rio de Janeiro. No final do ano de 1970, seu irmão, Bebeto (Carlos Alberto Santos), estudante de medicina, militante do PCdoB, foi preso na hora do seu casamento, no processo de prisão da JOC. Ficou no BIB durante meses e foi muito torturado. Depois foi julgado e condenado a cumprir pena na Ilha Grande.

TESTEMUNHOS DA VERDADE

VICENTE PAULO DE MELO E LINCOLN BOTELHO DA CUNHA

DATA DO DEPOIMENTO CONJUNTO: 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Lincoln Botelho da Cunha (foto a esquerda) nasceu em 8 de dezembro de 1948, em Resende. **Vicente Paulo de Melo** (foto a direita) nasceu em Volta Redonda no dia 19 de julho de 1945. Lincoln era estudante secundarista em 1968, atuava no grupo de teatro de Bernardo Maurício. Vicente também pertencia ao mesmo grupo de teatro, mas já trabalhava na CSN. Apresentaram, na Semana Santa de 1968, a pedido do Bispo D. Waldyr Calheiros e do Padre Bernardo Thus, a peça "Auto da Sexta Feira Santa" escrita pelo Prof. Santini e dirigida por Bernardo Maurício. Depois. Na Comemoração dos 20 anos dos Direitos Humanos, apresentaram diversos quadros de teatro, entre eles, a peça "Zé do Forno", também escrita pelo prof. Santini numa Celebração no Centro Social Santa Cecília, 8 de dezembro de 1968.

Vicente e Lincoln faziam parte de uma juventude cultural alternativa, que compartilhavam espontaneamente, sem nenhum vínculo de organizações clandestinas de

esquerda, além de teatro, MPB, literatura e jornalismo. A partir do AI-5, com a prisão de muitas pessoas, inclusive Bernardo Maurício, Lincoln e Vicente, juntamente com Helio Silveira, resolveram fundar um jornal chamado "PRESENÇA", lançado no mesmo dia do "PASQUIM", em Volta Redonda. Nesse período, começaram a ser seguidos e vigiados ostensivamente por militares a paisana, notadamente o Sargento Pires, S2 do 1º BIB, e liberado da farda para ir "em caça aos subversivos de Volta Redonda".

Em julho de 1969, quando tentavam financiamento na Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Volta Redonda, os dois jornalistas foram presos pelo Sargento Pires e Cabo Cruz e levados para o 1º BIB. Quando chegaram detidos no quartel de Barra Mansa, foram recebidos pelo Tenente Garcez que os tratou com muita truculência, agressões morais, como "inimigos internos" capturados pela Ditadura. Ficaram presos numa cela tipo solitária, um cubículo, na entrada do quartel, perto da sentinela, sem lugar para sentar ou deitar com pernas esticadas, tinham que ficar de pé os três. Ou deitar com as pernas encolhidas, que com o tempo, se tornou uma tortura física permanente. A latrina com vaso ficava exposta, sem porta. Porta de ferro com pequena greta onde entrava a comida. Ficaram uma semana presos incomunicáveis. Começaram a ficar com medo das pessoas encarregadas da repressão e não do Exército. Nos interrogatórios, Sargento Pires queria saber a qual organização pertenciam. Apresentou fotos de Vicente e Lincoln, tiradas pelo fotógrafo Santos, na Celebração dos Direitos Humanos, para identificarem as pessoas presentes.

Em 1970, Vicente foi preso em 15 de novembro, na mesa de apuração das eleições. Devido envolvimento com Estrela Dalva Bohadana, estudante de arquitetura, vinculada a grupos de esquerda POC e POLOP, com o grupo de teatro, tentando organizar células ou militantes. Conheceu Paulo Galvão e montou uma célula de luta clandestina contra Ditadura. Vicente foi detido pelos militares do BIB para tentar prender Estrela e os membros da célula. Vicente foi preso no submarino. Ficou uma semana preso. Foi interrogado por militares do DOI-CODI, dentro do 1º BIB, queriam saber de Lucia (codinome da Estrela) e fez acareação com João (Galvão). Lincoln saiu de Volta Redonda. Vicente retornou para CSN, mas desde então foi limitado no progresso funcional por estar fichado no Arquivo Confidencial daquela empresa.

TESTEMUNHO DA VERDADE <u>PADRE NABUO SANO</u>

DATA DO DEPOIMENTO: 7 DE MAIO DE 2014

Em 18 de julho de 1935, em Mirandópolis-SP, nasceu Nabuo Sano, filho de pais japoneses imigrantes que vieram em 1929, trabalhavam na roça, eram sitiantes. No final da década de 1940, a família foi trabalhar num sítio de recreação de seminaristas Jesuítas, no Rio de Janeiro. Por volta dos 14 anos, Nabuo Sano foi terminar o primário e estudar o ginásio. Os padres queriam que ele se tornasse "irmão jesuíta", uma espécie de serviçal da ordem. O vigário aconselhou-o fazer seminário e se tornar padre.

O jovem Nabuo Sano foi para o seminário no Rio de Janeiro em 1951, vinculado à Diocese de Barra do Piraí. Foi ordenado Padre Sano, e em 1967, D. Waldyr Calheiros entregou-lhe a Catedral de Santana, em Barra do Piraí. Padre Sano desenvolveu naquela cidade a nova linha progressista do novo Bispo, tentando colocar em prática a renovação da Igreja Católica pelo Concílio Vaticano II, através de cursinhos de renovação para os fiéis, mas houve muita resistência por parte dos sacerdotes mais conservadores. Em 1968, com a Conferência de Medelín e a "opção preferencial da Igreja pelos pobres", abraçada pela CNBB, D. Waldyr contou com total apoio do Padre Sano em Barra do Piraí.

Em 1968, por ocasião do Sete de Setembro, Padre Sano escreveu um artigo para o Jornal Correio da Barra, uma meditação sobre o Hino da Independência, sobre a necessidade da Pátria Brasil ser verdadeiramente livre "NOSSA PÁTRIA AINDA CONTEMPLA A LIBERDADE RAIANDO NO HORIZONTE. É PRECISO LUTAR PARA QUE TODOS OS BRASILEIROS SINTAM, COM REALISMO, A LIBERDADE DEIXE DE SER UM SONHO E SE APROXIME DE CADA CIDADÃO, OU FICAR A PÁTRIA LIVRE, OU MORRER PELO BRASIL". Esse texto foi uma das principais acusações de subversão que a Ditadura fez ao Padre Sano, que foi processado no Inquérito Policial Militar por crime contra a segurança nacional. No interrogatório no 1º BIB, que durou 2 horas, perante o encarregado do IPM, Coronel Moacyr Pereira, foi interpelado sobre o que significava "é preciso lutar"? Nesse IPM foram processados o Bispo e 16 padres da diocese em 1969.

TESTEMUNHO DA VERDADE DAS FILHAS

MARIA INÊS E MÁRCIA ANDRADE

DATA DO DEPOIMENTO: 9 DE ABRIL DE 2015

MEMORIAL DA VERDADE SOBRE

LÚCIO ANDRADE

Lúcio Andrade veio de Minas Gerais para Volta Redonda, para trabalhar na CSN, como inspetor de qualidade. Em 1950, casou-se em Varginha-MG e trouxe a esposa para morar em Volta Redonda. Participou da Campanha pela Emancipação de Volta Redonda, em 1954. Foi eleito vereador da primeira legislatura da Câmara Municipal de Volta Redonda. Foi novamente eleito Vereador, em 1966, pelo MDB. Entre 1966 e 1968, teve atuação muito próxima a D. Waldyr Calheiros. Ambos eram muito amigos, o Bispo frequentava sua casa.

Em 1968, quando retiraram os paralelepípedos das ruas do centro para por asfalto. O Comandante do 1º BIB interferiu para que esse material retirado fosse levado para colocar nas ruas do quartel de Barra Mansa e nas proximidades. Então, o edil Lúcio Andrade, numa sessão da Câmara de Vereadores para discutir o assunto, posicionou-se contra o envio para Barra Mansa, pois, na sua opinião, nos bairros periféricos de Volta Redonda havia muitas ruas sem calçamento. Nessa sessão que discutiu e votou o assunto, havia militares do serviço secreto do 1º BIB à paisana que registraram sua posição de opinião e único voto contrário aos interesses do Comando daquela Unidade do Exército.

Quando foi decretado o AI-5, o Vereador Lúcio Andrade foi preso na "Operação Gaiola", integrando o grande grupo de 40 pessoas que sofreram graves violações dos Direitos Humanos por terem sido presas no 1º BIB. Na noite do dia 13 de dezembro de 1968, a casa dele foi cercada por soldados que entraram nos quintais de todos os vizinhos laterais e de fundos, além dos que ficaram na rua em frene à residência. Dois soldados bateram à porta e comunicaram a prisão. Foi um momento muito traumático para a família. A esposa chorava enquanto arrumava as roupas para levar e objetos de higiene pessoal. Durante o tempo que ficou prisioneiro no BIB, de 13 de dezembro de 1968 até 25 de fevereiro de 1969, a vizinhança se afastou do convívio da família. Toda semana, nas quintas feiras à tarde, a esposa e os 5 filhos iam visitá-lo no pátio do quartel de Barra Mansa. A cela improvisada era o alojamento dos sargentos, no Pavilhão Central. Depois que saiu da prisão, Lúcio Andrade ficou muito traumatizado e deprimido, quase não falava do assunto, e deixou a política partidária pra nunca mais se envolver.

TESTEMUNHO DA VERDADE

PROF. ANTÔNIO CARLOS SANTINI

DATA DO DEPOIMENTO: 14 DE JUNHO DE 2014

Em 7 DE MAIO DE 1944, Três Pontas-MG, nasceu Antônio Carlos Santini. Pai, Carlos, era ferroviário, e a mãe, Ester, do lar e costureira. Santini estudou primário em colégio católico. Depois foi estudar filosofia em Belo Horizonte, em 1961, no Seminário do Coração Eucarístico. Foi para Santa Izabel-MG, e onde concluiu o ginasial e logo se tornou professor de História, Geografia, Português, Latim e Literatura.

Em 1963, com apoio dos padres, transferiu-se para Volta Redonda, onde lecionou no Círculo Operário Cristão. Em 1965 casou-se com Izabel, e tiveram um casal de filhos. Não conseguindo emprego para lecionar, mudou-se para Santanésia, para trabalhar na fábrica de papel, ao mesmo tempo, escrevia no jornal paroquial local, onde denunciava a exploração dos operários com salário mínimo pela multinacional Souza Cruz, que controlava a fábrica de papel. Foi transferido e retornou a Volta Redonda, em 1965, para trabalhar na COBRAPI e no Colégio Volta Redonda, Colégio Verbo Divino e Colégio Macedo Soares.

Em 1967, com a chegada de D. Waldyr Calheiros no comando da Diocese, o Prof. Santini foi chamado para apoiar o trabalho de uma Igreja renovadora e progressista, defendida pelo novo Bispo. Incialmente foi convidado por um casal amigo de D. Waldyr, Nelson (católico) e Norma Alonso (Protestante), para um grupo de estudo no Bispado sobre a proposta futura de formação de Comunidades Eclesiais de Base na Diocese. Para o Prof. Santini, o casal tinha uma visão socialista cristã, nada que denotasse a acusação de pertencerem à Ação Popular, como aparece nos processos de acusação a D. Waldyr. Prof. Santini se considerava um humanista sensível aos problemas sociais que infringiam a maioria da população brasileira e a favor da Democracia como forma legítima de governo.

Em 1968, como tinha o dom da escrita, foi convidado a escrever a peça “Auto da Sexta Feira Santa” e, na comemoração dos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos

Humanos, 8 de dezembro de 1968, que ocorreu no Centro Social Santa Cecília, escreveu a peça "Zé do Forno". Por causa de sua autoria das duas peças, as forças de segurança da Ditadura acusaram o Prof. Santini de subversivo, e seu nomes foi citado em diversos relatórios dos IPMs movidos contra D. Waldyr Calheiros.

Em 1968, dois dias após a imposição do AI-5, em 15 de dezembro de 1968, o Prof. Santini foi preso pelo Sargento Pires e três praças quando estava trabalhando no Colégio Volta Redonda. Foi levado para no 1º BIB, onde já se encontravam presos seu amigo, Prof. Waldyr Bedê, e outras pessoas que colaboraram com as atividades do Bispo de Volta Redonda. Prof. Santini ficou muito assustado com aquela situação, pois percebeu que o estatuto da cidadania não era mais respeitado, então estavam todos à beira do abismo, onde tudo seria possível acontecer com ele e com sua família, o que era pior. No segundo dia que estava preso, começou uma greve de fome para exibir uma explicação de porque estava preso, e no dia seguinte foi levado ao Cassino dos Oficiais para conversar e almoçar com o Comandante que esclareceu o motivo de sua prisão, por estar assessorando o Bispo.

Em 14 de janeiro, D. Waldyr foi ao BIB e se declarou preso em solidariedade aos dois professores. Após muita tensão com o Comandante, Coronel Armênio Gonçalves e Oficiais do Exército de um lado, o Bispo e dois Padres de outro, Santini se sentiu como peão no tabuleiro de disputa entre a Igreja e o Estado. Naquela noite, às 21h, o Comandante concordou em libertar o Prof. Santini. Sua casa, em meados de 1969, foi invadida enquanto viajavam nas férias de julho, livros e gavetas revirados como se procurassem provas, mas nada foi roubado. Voltando ao seu trabalho de professor, Santini, mesmo por um tempo afastado da Igreja, continuou educando seus alunos numa perspectiva humanista-cristã sobre a realidade social e o regime de exceção. O fato de ter sido preso uma vez, acabou por lhe tirar o medo. A partir de 1985 tornou-se militante católico na formação de lideranças, escritor e editor de livros católicos em Belo Horizonte.

TESTEMUNHO DA VERDADE (GRAVAÇÃO ANTIGA ENTREGUE À COMISSÃO DA VERDADE PELO PROF. LUIZ HENRIQUE DE CASTRO SILVA)

PROF. WALDYR AMARAL BEDÊ

No dia 17 de agosto de 1937, em São José do Rio Preto - SP, nasceu Waldyr Amaral Bedê. Seus pais migraram-se para Volta Redonda em 1944. Seu pai, Edgar, operário eletricista, veio trabalhar na construção da CSN. Com 14 anos de idade, Waldyr passou a trabalhar como mensageiro as CSN. Com 18 anos, trabalhava no Departamento de apuração de custos de produção. Ingressou ainda jovem no movimento sindical sob a influência de Othon Reis Fernandes. Com 23 anos se tornou Diretor Secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. No Golpe Civil-Militar de 64, foi preso, demitido da CSN e perseguido pela Ditadura.

Entre 1964 e 1967, continuou a militância no movimento sindical metalúrgico em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e também em esfera internacional, na América Latina, Europa e África, como membro da Federação Internacional dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e membro da CEPAL (Comissão de Estudos para América Latina).

Em 1967, quando retornou a Volta Redonda, decidiu fazer faculdade de Sociologia e História (na Faculdade de Valença) e passou a lecionar. Nesse retorno, foi convidado a assessorar D. Waldyr Calheiros nos trabalhos de conscientização dentro da Igreja, numa perspectiva progressista. Por conta dessas duas experiências de militância política, FITIM e Igreja progressista, o Prof. Waldyr Bedê foi novamente preso quando a Ditadura impôs o AI-5. Ficou preso no 1º BIB de 13 de dezembro de 1968 a 25 de fevereiro de 1969

TESTEMUNHO DA VERDADE (GRAVAÇÃO ANTIGA ENTREGUE À COMISSÃO DA VERDADE PELO PROF. LUIZ HENRIQUE DE CASTRO SILVA)

PROF. BRASIL LUL DIOGO

Nascido em São Borja – RS, Brasil Lul Diogo. Participou da juventude trabalhista no Sul. Seu pai era simpatizante do comunismo. Entrou para a AMAN, mas abandonou os estudos. Foi trabalhar como desenhista em São Paulo, e depois foi para Volta Redonda trabalhar como desenhista na CSN, na expansão da Usina Presidente Vargas, final da década de 1950. Prof. Brasil vinculou-se ao Partido Comunista Brasileiro no início da década de 1960, mas era filiado ao PTB. Sua formação marxista-leninista estava bem consolidada. Em Volta Redonda, no final da década de 50, apoiou a criação da Associação dos Estudantes Secundaristas de Volta Redonda. E, na primeira parte da década de 60, apoiou a criação do Sindicato dos Professores de Volta Redonda.

Prof. Brasil era quadro do PCB com função de formação ideológica e difusão das ideias políticas do PCB através de palestras, cursos e elaboração de panfletos para defender as Reformas de Base do Governo João Goulart. No Golpe Civil-Militar de 1964, Prof. Brasil respondeu ao IPM do PCB que processava 61 pessoas, dentre as quais, Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola, Maurício Grabois, Valter Pomar. A repressão veio forte porque era forte o movimento de esquerda na região operária de Volta Redonda (metalúrgicos da CSN), Barra Mansa (metalúrgicos das siderúrgicas) e Barra do Piraí (ferroviários).

Após o Golpe de 64, refugiou-se na Argentina, onde militou com os comunistas de Buenos Aires. No final de 1964, foi preso quando retornava clandestinamente ao Brasil. Após a prisão, durante a Ditadura Civil-Militar, retornou a Volta Redonda e permaneceu vinculado ao PCB em atividades clandestinas, com reuniões reservadas com sindicalistas e militantes de esquerda, para reorganizar o movimento de resistência pela redemocratização do país. Em 1968, com o AI-5, Prof. Brasil foi preso na "operação gaiola" do AI-5, com mais de 40 pessoas "detidas para averiguações" por mais de 60 dias.

IDENTIFICAÇÃO DOS ACUSADOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA - 7º CASO - IPM 68/69 – IPM 87/70 – CISEx 209/69

I) INSTITUIÇÕES ACUSADAS DE PERTENCIMENTO AO SISTEMA DE REPRESSÃO – IDENTIFICADAS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E INDICADAS EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA

COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA DO EXÉRCITO (CISEx)

I BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA

II) ACUSADOS DE GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS (CASSAÇÃO DE D. WALDYR CALHEIROS PELO AI-5) – **IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO**

General João Batista Figueiredo – Secretário Geral do Conselho Nacional de Segurança

General Syseno Sarmento - Comandante do I Exército

General Tasso Villar de Aquino - Comandante da Divisão Blindada

General José Canavarro Pereira - Presidente da CISEx 209/69

General Sylvio Couto Coelho da Frota - Membro da CISEx 209/69

General Francisco Esteliano Bastos de Aguiar - Membro da CISEx 209/69

Major Oscar da Silva - Escrivão do CISEx 209

III) ACUSADOS DE GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS (IPM DAS TORTURAS DE GENIVAL LUIZ DA SILVA E VITOR MARTINS PEDROSA NO 1º BIB) – **INDICADAS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS**

Coronel Adão Chmielewski -.RELATOR DO IPM 68/69

Coronel Armênio Pereira Gonçalves - COMANDANTE DO 1º BIB

Tenente Coronel Gladstone Pernassetti – ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Major Glécio Auvrei Nunes - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Capitão Dulene Aleixo Garcez dos Reis - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Tenente Paulo Raynarde Miranda da Silva - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Tenente Marcus Amabílio Tenório Dantas - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Sargento Milton José Siqueira Pires- ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Tenente Luiz Fernando Freitas- ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

2º Tenente Júlio César Duarte Pereira- ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

IV) ACUSADOS DE GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS ("IPM DA SUBVERSÃO" Nº 87/70 CONTRA D. WALDYR E 16 MEMBROS DO CLERO) – **PERPETRADORES DIRETOS IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E DENUNCIADA EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS**

Coronel Moacyr Pereira - RELATOR DO "IPM DA SUBVERSÃO" Nº 87/70

Coronel Armênio Pereira Gonçalves – TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO

Tenente-Coronel Gladstone Pernassetti- TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO

V) ACUSADOS DE VIOLAÇÃO POR COLABORAÇÃO COM A REPRESSÃO (“IPM DA SUBVERSÃO” Nº 87/70 CONTRA D. WALDYR E 16 MEMBROS DO CLERO)– IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO COMO TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO

Chefe dos Serviços Gerais da CSN - General **Ene Garcez dos Reis**

Membros do clero da Diocese: **Monsenhor Clemente Muelller, Monsenhor Ludovico Stanuch**, **Pe. José Antonio Kessler**, **Pe. José Wirwinsky**, **Pe. Francisco Foit**; Monsenhor **Ernestt Juchly; Pe. Euler Alves Pereira;**

Políticos locais: Prefeito de Barra Mansa, **Marcelo Drable**; Prefeito de Volta Redonda, **Savio Couto de Almeida Gama**; Prefeito de Mendes, **Renato Souza Pereira**; Presidente da Cãmara Municipal de Barra Mansa, **Ruy Andrade**; Presidente da Câmara Municipal de Barra do Piraí, **Manoel Pereira da Motta Filho**;

Comerciantes e funcionários públicos: **Affonsino Frasão** (funcionário da Câmara Municipal de Barra Mansa); **Euler Vitor Ribeiro** (funcionário da Prefeitura de Barra Mansa); **Pellegrino Boaventura** (comerciante); **Diógenes Gonçalves Roca** (comerciante); **Ady Rosas** (comerciante); **Beltrão Dias** (funcionário público); **Carlos Leite Gomes de Pinho** (funcionário da COBRAPI-CSN); **José de Souza Lima** (profissional liberal); **Nestor Chiesse Coutinho** (profissional liberal); **Alexandre Pollastri Filho** (profissional liberal); **Antonio Carlor Javoux** (profissional liberal); **Luiz Gonzaga de Lima Costa** (Delegado de Polícia Civil).

RELATÓRIO FINAL – PARTE III

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS

VOLTA REDONDA

GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA NA DITADURA CIVIL-MILITAR 1970-1973

8º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

PRISÕES, TORTURAS E INQUÉRITO POLICIAL MILITAR CONTRA A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS

9º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

PRISÕES ILEGAIS, TORTURAS, ASSASSINATOS E DESAPARECIMENTOS DE SOLDADOS DO 1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA

8º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES

DOS DIREITOS HUMANOS

PRISÕES, TORTURAS E

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

CONTRA

A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA

E GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS

8º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

PRISÕES, TORTURAS E INQUÉRITO POLICIAL MILITAR CONTRA A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS

CONTEXTO HISTÓRICO

A partir da vigência do AI-5, com a total impossibilidade de se exercer a cidadania democraticamente com direito à liberdade de opinião e de oposição ao Governo e com a criminalização da política progressista e dos movimentos sociais e sindicais, a única alternativa para os grupos de esquerda foi a ação política na clandestinidade, seja pacífica (trabalho de base) ou guerrilheira (luta armada). Os grupos que optaram pela luta armada formaram diversas Organizações Revolucionárias porque se viram numa realidade de total monopólio do Poder pelo Alto Comando das Forças Armadas num regime cada vez mais tirânico.

Diante dessa tirania que impossibilitava qualquer forma de oposição e de livre manifestação ideológica, por mais moderada que fosse, parte da vanguarda do movimento estudantil silenciado pelo AI-5 e intelectuais de esquerda abraçaram a luta armada em diversas organizações de guerrilha urbana e rural. A única organização de esquerda clandestina que naquele momento não apoiava a luta armada era o Partido Comunista Brasileiro que até o Golpe de 64 era a força hegemônica dos movimentos sindicais e camponeses. Na luta armada encontravam-se, oriundas dos rachas do PCB: PCdoB, PCBR, ALN, PCR, MR8 e ALA VERMELHA; oriundas dos rachas da POLOP: POC, VPR, VAR, OCML-POLOP e COLINA; oriundas dos rachas da AP: PRT e APM.

Fonte: BRASIL NUNCA MAIS: UM RELATO PARA A HISTÓRIA. Petrópolis, Vozes, 1985.

As principais opções das organizações de esquerda na guerrilha urbana era a sustentação da infraestrutura da organização (assaltos a bancos, carros fortes, cofres de milionários) e furto de armas para sequestrar diplomatas estrangeiros (EUA, EUROPA e

JAPÃO) que eram trocados por prisioneiros políticos que estavam sendo torturados nos quarteis das Forças Armadas, do DOPS, OBAN e nas diversas casas e sítios clandestinos de torturas e assassinatos de militantes ou suspeitos aprisionados. Para manter o poder tirânico e combater a guerrilha, a Ditadura Civil-Militar transformou a tortura em Política de Estado através da organização de um poderoso aparato de repressão cuja cadeia de comando descia da Presidência da República, Alto Comando das Forças Armadas, SNI, Centros de Informação do Exército, Marinha e Aeronáutica, DOI-CODI, até as Unidades Militares, ASI, DOPS, PM e Polícia Civil, mediados por um aparato de Justiça Militar (Auditorias, Ministérios Públicos, STM) e por uma aparato de censura da opinião pública e atividades culturais. Todo esse sistema recebia apoio financeiro de grandes empresas públicas e privadas nacionais e transnacionais.

Fonte: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: RELATÓRIO FINAL. Brasil, 2014.

No sistema de repressão e tortura organizado como Política de Estado, configurou-se uma divisão social do trabalho: o Serviço Nacional de Informação (SNI) controlava as pessoas, organizações, movimentos e instituições dentro do Estado e da Sociedade Civil através de um sofisticado e grandioso aparato de inteligência e informação com 50 mil agentes. Esses agentes do SNI, em diversos escalões, operavam escutas clandestinas, relatórios, informativos, dossiês, prontuários de mais de 100 mil cidadãos. Nessa divisão social do trabalho na ditadura, os Destacamentos de Operações de Informações-Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODIs) centralizavam o combate aos grupos revolucionários mediante prisões, busca e apreensão, interrogatórios, torturas, assassinatos, desaparecimentos de presos políticos. Ajustiça Militar completava essa divisão do trabalho com aparato jurídico em tribunais de exceção com base no AI-5 e na Lei de Segurança Nacional no julgamento dos presos políticos.

Fonte: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: RELATÓRIO FINAL. Brasil, 2014.

ORIGEM, PRINCÍPIOS E EXPANSÃO DA JOC

A Juventude Operária Católica (JOC) foi idealizada pelo Padre Joseph Cardin, em 1927, em Bruxelas. Joseph Cardin era filho de operário na Bélgica e resolveu atuar com a juventude trabalhadora para as pessoas terem consciência do valor do trabalho, o valor da vida e do bem-estar das pessoas através do direito a salário digno, educação e saúde para todos os trabalhadores e suas famílias. E aí surgiu a JOC. E ela se espalhou pelo mundo, inclusive no Brasil. Em 1947, houve o 1º Congresso Internacional da JOC, em Montreal-Canadá. Nesse Congresso havia 9 padres brasileiros como delegados que voltaram ao Brasil e organizaram, em 1948, em São Paulo, o Primeiro Encontro Nacional da JOC, com a presença do fundador, Pe. Cardin.

Fonte: ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS - BNM 688

O trabalho da JOC objetiva sua inserção nas áreas proletárias, diretamente com os jovens trabalhadores nas periferias das cidades industriais. Os grupos da JOC se reuniam nos fins de semana para refletir sobre casos concretos trazidos por seus membros de situações vividas ou testemunhadas por eles nos seus locais de trabalho e na sua vida. Esses casos (sociais ou morais dos jovens trabalhadores) eram tratados a partir do "Método de Reflexão-Ação da JOC": VER, JULGAR E AGIR. Nesse processo de formação política-religiosa, o grupo construía coletivamente o pensamento crítico da realidade social e as alternativas de transformar concretamente essa realidade numa perspectiva de justiça social. Todo esse processo era mediado por um "Assistente da JOC", que era designado pelo bispo da Diocese para traduzir aquelas situações à luz dos valores cristãos dos Evangelhos.

Dentro do grupo da JOC, havia uma hierarquia de participação. A maioria era de simpatizantes, depois de um tempo, o simpatizante se tornava membro da JOC. Esses

membros escolhiam os dirigentes e o presidente da JOC paroquial, num mandato de dois anos. A JOC paroquial se subordinava à Federação Diocesana; esta, por sua vez, era subordinada à Direção Estadual das JOCs, que se filiava às Confederações Regionais e, por fim, ao Comitê Nacional da Juventude Operária do Brasil. A JOC do Brasil era vinculada internacionalmente à JOC da América latina e ao Secretariado Internacional da JOC, com sede em Bruxelas-Bélgica.

Após o Golpe Civil-Militar de 1964, houve uma inflexão de parte da Igreja Católica, notadamente a ala progressista que assumiu uma oposição cada vez mais explícita contra a Ditadura e contra as injustiças sociais do capitalismo. E a JOC, por sua essência doutrinária e prática, formava o bloco católico que encabeçou essa nova linha. Em 1967, em Belo Horizonte, houve um Conselho Nacional da JOC onde se fez uma revisão das diretrizes da reflexão prática dos grupos jocistas. Quando, então, estabeleceu-se que a JOC deveria deixar de se preocupar prioritariamente com os problemas morais da juventude e passar a enfatizar os problemas sociais: salário baixo, longas jornadas, abuso patronal, falta de carteira assinada, desemprego etc. Em 1968, em Recife, sob o patrocínio do Arcebispo de Olinda, D. Hélder Câmara, um Encontro Nacional da JOC realizou um estudo sobre o "Capitalismo", seguindo-se a tendência de se preocupar com as questões coletivas da juventude, numa perspectiva da classe trabalhadora.

ARQUIVO NACIONAL - **BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.237**

Diante desses desafios, surgiu a necessidade de criação de um instituto que se dedicasse à elaboração de estudos e pensamentos filosóficos que embasassem a Ação Católica da CNBB na linha da Conferência de Medelín de "Opção Preferencial Da Igreja Pelos Pobres", e, ao mesmo tempo, formasse os militantes da JOC e de outras entidades católicas voltadas para reflexão e ação transformadora da realidade social brasileira. Dessa forma, surgiu em julho de 1968 o INSTITUTO BRASILEIRO DE

DESENVOLVIMENTO (IBRADES) com financiamento da CNBB e de organismos católicos internacionais, que proporcionava ensino de nível universitário a sacerdotes e leigos de todas as regiões do país, capazes de unir reflexão e prática pela transformação da sociedade brasileira uma busca de justiça social. O IBRADES também construiria e difundiria uma visão católica sobre o desenvolvimento do Brasil que possibilitaria maior fundamentação aos sacerdotes e leigos voltados para a linha progressista da Igreja.

JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA EM VOLTA REDONDA

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – PASTA 3

A Juventude Operária Católica (JOC) formou-se em Volta Redonda em 1962 e tinha por base os bairros do Retiro e Vila Brasília, ambos fora do planejamento urbano e do controle da CSN, na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. O ideário e as ações sociais da JOC podem ser melhor apresentados nas palavras daquelas pessoas que viveram concretamente essa experiência religiosa e política, abaixo reproduzidas nos depoimentos à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda:

"Comecei a participar da JOC foi em 62. Eu tava novo ainda e ir pra JOC pra nós era uma lição bonita, era um encontro de jovens católicos que se preocupavam com o bem estar de todo mundo e nós tínhamos a doutrina da gente seguir. Lá no retiro, atrás da igreja são Sebastião, um barraquinho que se reunia. Hoje a igreja é grande, então, naquela época todas nossas reuniões eram testemunho de vida, o método da JOC que eles chegaram a falar agora que era marxista, era ver julgar e agir. 'Você tá com algum problema? No seu trabalho tem algum problema?' E quem tivesse um problema pra relatar até com namorada, família, relatava aquele fato. E aí a gente via o fato depois a gente julgava aquilo ali e depois agir 'o que fazer?', aí vinha o assistente religioso e lia um texto da bíblia e encaixava aquele assunto."... (**Antônio Liberato**).

"*A JOC era um grupo que a gente participava, fazia trabalho de comunidade. Tinha a parte religiosa que participava da Missa e tudo isso e tinha a parte de lidar com a comunidade. Então a gente reunia os grupos jovens, levar compras de uma pessoa que estava doente. Cada um tinha uma função. Resolver um problema. Tinha os que cuidavam de quem tava doente, internado, outros da alimentação, outros era do emprego. Então, a gente trabalhava assim em conjunto, né. Mas tudo era função da Igreja, né. E eu trabalhava na Vila Brasília e trabalhava no Retiro. Eu trabalhei muito como doméstica, né. Porque naquele tempo, naquele tempo era assim eles traziam as meninas do interior, né e trazia dizia que era pra trabalhar mas era uma exploração que tinha e eu andei descobrindo várias coisas, né. Então eu fiz um trabalho com as domésticas, né e denunciei aquelas, aqueles casos que tinha acontecido com as meninas e abuso, né sexual. Trazia pra família, as mães buscavam as meninas pra família, trabalhava lá mas o interesse era outro por causa dos filhos. Então eu achei que uma coisa, eu era do interior mas as coisas que não poderiam ser certo, né. Aí eu denunciei, denunciei tudo isso.* "... (**Arly Amorim**).

"*Quando foi criada a JOC aqui em Volta Redonda, por exemplo, ela foi criada justamente pra levar o Cristo vivo aos trabalhadores. Nós tínhamos essa racionalidade. O jovem naquela época era muito explorado, não tinha carteira assinada, não tinha nada. E quando eu entrei pra JOC eu tive mais consciência de que o trabalhador tinha que ser fixado, tinha que ter carteira. Nós discutíamos problemas de emprego, problema dos jovens que trabalhavam em determinadas áreas, aqueles chefes que gostavam de descumprir as regras, as leis. Então a gente colocava um problema, a situação. Ai a gente via a situação, julgava a situação e dizia "você vai agir assim...", ai o nosso assistente eclesiástico vinha e falava fazia uma leitura da bíblia e falava "Cristo no pede pra agir assim", "Você tem que agir conforme a leitura da bíblia", "Cristo gostaria que a gente*

agisse assim". E nisso quando você fala em social, eu me lembro como se fosse hoje, por volta de 66, 65 por ai, não sei se vocês sabem a história de Volta Redonda a Beira Rio era toda habitada. Então nos fazíamos um trabalho com os moradores dali, dando assistência a ingentes, lá enchia d'agua, nós socorríamos. A Vila Brasília, por exemplo, o pessoal da Beira Rio foi para Vila Brasília e nós tivemos a oportunidade de evangelizar aquele pessoal, fazer casamento, batizado, levar o cristo para aquele pessoal. Fizemos mudanças, construímos casas; naquela época nós fizemos todo o recenciamento do Retiro, como estavam as famílias, se estava empregado ou não estava, as situações todas. Então nos fazíamos esse trabalho social. E dentro da empresa a gente pegava e orientava os jovens de como agir dentro da empresa na luz da fé"... (**Edir Alves de Souza**).

A filosofia católica da JOC, que envolvia o cristianismo e a realidade social, ganhou força com a chegada de D. Waldir Calheiros à Diocese de Volta Redonda, no final de 1966. O Bispo indicou o Pe. Natanael de Moraes como Assistente da JOC, em maio de 1967, e passou a manter contato com o Pe. Manoel de Jesus, Assistente Nacional da JOC. Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda. Pe. Natanael assim relatou sua experiência jocista:

"Nós tínhamos grupos que não eram da assim chamada "ação católica": JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), e JUC (Juventude Universitária Católica) e a JOC, que eu fui trabalhar. Fui voltado mais e optei pela JOC, (Juventude Operária Católica) pelo fato da minha origem, minha origem na roça, trabalhando na enxada e tudo, de pobreza. Essa tava mais condizente com minha história. Meu pai era operário, trabalhava.... Na JOC o foco maior era o bairro Retiro, que já tinha base. Nossa paróquia de Santa Cecília, na Vila, estava com 4 padres. . Um cuidava da liturgia, outro cuidava da juventude, os 4 padres cada uma tinha uma função. Então, pegamos também a paróquia do Retiro para

*nós tomarmos conta. Nós adotamos a paróquia do Retiro que estava sem padre. Era um momento de juventude, tinham outros momentos mais estudantis, que não era da ação católica, mas eu fiquei mais com a ação católica com a JOC e fazia as celebrações da nossa paroquia e também do Retiro. Ai houve o AI-5 e houve muitas prisões em Volta Redonda, prisões de operários, prisões de professores. E houve, então, uma reação da igreja, de setores progressistas da igreja contra essa situação mais autoritária que o Brasil passou a viver depois do AI-5. A JOC já tinha voltado pra juventude operária, o sistema era "ver, julgar e agir", ver a realidade e os fatos. Escolher alguns pra nós refletirmos e depois cada um, conforme cada um da reunião nossa, cada um trazia um fato da vida que achava importante. Escolhíamos algum fato pra aprofundar. Aqui então, ver o fato, julgar as causas e consequências desse fato e agir"...(***Pe. Natanael** *).*

O Pe. Natanael de Moraes Campos era um assistente da JOC muito dedicado, politizado e jovem na idade e no espírito, por isso mesmo, muito cativante por possibilitar uma facilidade de identificação com os jovens do grupo. Dentro do grupo jocista do Retiro, Vila Brasília e outras comunidades de periferia utilizava o método de conscientização Ver, Julgar e Agir de modo muito efetivo e envolvente. Partia sempre de uma exposição de fatos com a colocação de problemas de opressão ou exploração vivenciados pelo coletivo; seguia-se a reflexão sobre esse problema numa perspectiva libertadora, solidária e cristã, que buscava nos Evangelhos situações similares ou orientações éticas; por fim, as alternativas de ação e prática do grupo para interferir na realidade ou assumir uma nova atitude diante da exploração, da opressão e das injustiças sociais. Enquanto os demais grupos jovens católicos enfatizavam os problemas de comportamento moral da juventude e cultivavam o convívio religioso em reuniões e encontros eucarísticos jovens, missas mais próximas da cultura jovem e práticas filantrópicas; os grupos da JOC tinham uma linha evangelizadora de viés classista e

politizador, ou seja, mais voltado para os problemas da realidade social. De tal maneira, que a experiência religiosa jocista foi muitas vezes acusada de marxista pelas forças repressoras da Ditadura.

FONTE: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – PASTA 3

FRENTE OPERÁRIA E AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA EM VR

A partir de maio de 1968, o Pe. Arnaldo Werlang passou a dividir com Pe. Natanael o trabalho junto ao grupo da JOC no Retiro. Ambos embarcaram para o Congresso Nacional da JOC, no Recife, em junho do mesmo ano, junto com outras lideranças da JOC de Volta Redonda. Nesse Congresso houve uma inflexão à esquerda da doutrina e conteúdo da organização, claramente anti-capitalista, o que abriu espaço para aproximação de organizações da esquerda clandestina e estudos da realidade social e política numa perspectiva marxista. Assim relatou em Depoimento na Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda um militante:

"O Congresso tirou essas diretrizes e veio para as bases. Nas bases aqui em Volta Redonda foram poucos que assumiram essa postura, quer dizer, que assumiram esse trabalho. A maioria não aceitou, não tinha compreensão disso aí. É meio complicado e você começava a fazer um trabalho de conquistar militante dentro do grupo da JOC. Quem é o militante que você achava que poderia avançar e participar dessas reuniões e aquele que não dava, que poderia ser fraco e qualquer fraqueza naquele momento de um, ponha tudo a perder, como aconteceu em 70. É a ideia de serem as coisas mais reservadas, por que tem pessoas que... Como se diz? Não tem astucia nas coisas. Por que

*tem coisa que você pode falar mais abertamente e tem coisa que não pode. Aqui na região a gente começou com o chamado 'GRUPO DOS OPRIMIDOS DA REGIÃO'. As ações que a gente fazia clandestinas a gente assinava como "Grupo de oprimidos": pichação, panfleto, cartas distribuída nas casas dos operários e na Usina"... (***JOSÉ VENTURA***).*

Os padres Natanael e Arnaldo estavam entre os mais politizados e empolgados com o trabalho progressista da diocese de D. Waldyr Calheiros. Em 1969, Pe. Arnaldo escreveu, com a colaboração do "GRUPO DOS OPRIMIDOS DA REGIÃO" vários panfletos críticos da realidade social capitalista e sobre o ideário da Conferência de Medelín: "COMO ANDAM SEUS DIREITOS?"; "ABAIXO A FOME"; "PARA ENTENDER MEDELÍN"; "JÁ VIU?"; "CARTA".

FONTE:FONTE:ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS – BNM 079
http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=BNM079

Em fevereiro de 1970, Pe. Arnaldo foi detido pelo DOPS no Rio Grande do Sul, quando estava de férias. Ao regressar a Volta Redonda, decidiu se afastar das atividades do grupo jocista, que fazia reuniões reservadas e cercada de medidas de segurança, para não comprometer a segurança do coletivo, pois já estava visado pelas forças de repressão da Ditadura. Mas o grupo de ativistas da JOC continuou atuando nesse trabalho de conscientização da realidade social injusta. Assim relatou, em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, outro militante da JOC de Volta Redonda:

"Eu participei da elaboração de um panfleto que eu me lembro que, esse panfleto que eu estava idealizando foi feito numa arquibancada do estádio do Guarani esporte clube, por que? Por que ali é um lugar escondido, a cidade tornou-se pequena. Eu, Liberato, Emídio, Chiquinho e a turma da JOC decidimos: 'vamos elaborar um panfleto pra soltar'. A ideia nossa era contra o regime que estava vigente no país naquela época,

*regime ditatorial, você não tinha liberdade de expressão, você tinha toda uma proibição de coisas que a gente não via o porquê. Então aí era mais assim, esse panfleto foi dirigido mais pra... talvez, eu não sei se seria a ideia de alertar. No panfleto, acho que a realidade que a gente queria mostrar é da diferença de status entre o poder do Exército e a população brasileira. E nós, não sei se é por que vivemos na sociedade, não sei se é por que a gente vivia naquela classe dominada, então a gente sentia realmente que existia uma diferença, muita diferença, tanto é verdade que essa diferença se tornou muito patente quando nós percebemos que a CSN dava aos militares do batalhão as melhores casas em Volta Redonda. Esse tenente do batalhão na época, tinha uma casa na vila. O Pires morava na vila, que é um sargento, então eles tinham toda essa regalia e muita gente aí desempregada, muita gente sem casa. **L**igadas a esse tipo de denúncia, alerta, sinal vermelho que tem alguma coisa errada acontecendo, o que a gente pode fazer. Mas gente não citava o regime de Ditadura, não. Era questão social mesmo. O panfleto era uma página de papel A4, menor pouca coisa, até por que, pra gente distribuir. Eu tinha um carro Delfine. E no fundo do carro tinha aqueles buracos, então no meu tinha um buraco maior ainda e era ali que a gente passava com carro e ia jogando para espalhar na cidade. Na ponte preta era um setor que a gente colocava também ali, para o pessoal pegar quem entrava na CSN"...* (**João Batista da Silva**).

Esses dois relatos anteriores, de José Ventura e João Batista, revelam uma consciência social e linhas de ações mais politizadas e clandestinas de um pequeno grupo de militantes jocistas. Essas ações, que não eram do conhecimento dos participantes da JOC, precederam e viabilizaram o envolvimento de alguns desses militantes, inclusive do Pe. Natanael, com grupos organizados de esquerda atraídos para Volta Redonda pela forte concentração operária numa diocese com um bispo progressista e, ainda por cima, com a

disposição de um grupo restrito e clandestino de militantes jocistas em fazer um trabalho de base e de conscientização política nos bairros de periferia.

Naquele ano de 1970, com várias organizações de esquerda em luta armada urbana contra a Ditadura, havia, no entanto, um distanciamento muito grande entre essa vanguarda guerrilheira e a massa operária, de tal maneira que esse isolamento enfraquecia cada vez mais os grupos de esquerda em luta, uma vez que a repressão atuava de forma cada vez mais organizada e criminosa, utilizando-se de métodos de torturas cruéis, porém, eficazes contra os prisioneiros detidos pela "guerra interna" na obtenção de informações rápidas para captura de outros integrantes das "células" (grupos) nos "pontos" de encontro ou nos "aparelhos" (esconderijos disfarçados).

Naquele segundo semestre de 1970, no auge do poder tirânico do Governo do General Emílio Garrastazu Médici, o trabalho de base junto às massas operárias nos centros industriais tornou-se uma necessidade tanto para os grupos que não haviam abandonado ainda a luta armada, mas precisavam de novos militantes de reserva ou estabelecer vínculos com as bases sociais proletárias, quanto para outros grupos que fizeram autocrítica do vanguardismo, do militarismo e do foquismo guerrilheiro e passaram a priorizar o trabalho junto às massas urbanas de centros de concentração operária, para dali nascer o movimento revolucionário do proletariado contra a opressão da Ditadura e a exploração capitalista.

Fonte: BRASIL NUNCA MAIS: UM RELATO PARA A HISTÓRIA. Petrópolis, Vozes, 1985.
Fonte: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: RELATÓRIO FINAL. Brasil, 2014.

Nesse sentido, em julho de 1970, surgiu o trabalho da Frente Operária em Volta Redonda integrada por militantes selecionados da Juventude Operária Católica (JOC) que se articularam com as seguintes organizações de esquerda para um trabalho de base nas massas operárias contra a Ditadura: Partido Operário Comunista (POC), Política Operária

(POLOP), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR) e União da Juventude Patriótica (UJP) ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O trabalho de construção da Frente de Esquerda Operária partiu dos militantes das organizações de esquerda estabelecidos em Voltas Redonda, sejam como operários, sejam como estudantes. A reconstrução da memória histórica desse trabalho político demanda um breve esclarecimento de cada uma das organizações que integraram essa Frente:

FONTE:FONTE:ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS – BNM 079

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=BNM079

Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR: Na primeira reunião do Comitê Central do PCB, 1 ano após o golpe de 64, revelou-se um profundo dissenso entre a maioria da Comissão Executiva e a maioria do Comitê Central. Dessa contradição resultou a expulsão de Mariguela, Mario Alves, Jacob Gorender, Joaquim Câmara e Apolônio de Carvalho, daí originaram-se, no final de 1968, a **ALN** (Mariguela e Joaquim Câmara) e, em abril de 1968, o **PCBR** (Mario Alves, Gorender e Apolônio). Enquanto a **ALN** primava pela total autonomia, quase anarquista, dos seus grupos de ação militarista com objetivo de derrubar a ditadura e formar um Governo Revolucionário do Povo; o **PCBR** herdaria do PCB o centralismo-democrático, mas com perspectiva de luta armada articulada à luta de massas dirigida pelo Partido Proletário numa revolução popular contra a ditadura e pelo estabelecimento do Governo Revolucionário Popular. Por ser estratégico o movimento de massas populares no seu projeto revolucionário, o PCBR buscava se enraizar no movimento operário através de militantes sindicalistas. Em Volta Redonda teve dois militantes sindicalistas, ambos presos e torturados no 1º BIB, em 1969 e 1970, respectivamente, Genival Luiz da Silva e Edir Inácio de Souza.

Partido Comunista do Brasil – PCdoB: Sob a direção de João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, o PCdoB, que já havia surgido do racha do PCB em 1962, após o Golpe de 64 se aproximaria cada vez mais subordinadamente ao Partido Comunista Chinês e adota seu projeto e exemplo maoísta de Guerra Popular enraizada no campo, cuja base foi estabelecida no sul do Pará, no Araguaia. O **PCdoB** condena o "foquismo pequeno-burguês" porque negava o papel das massas e do Partido, por isso a atuação do PCdoB nos centros urbanos era secundária, junto aos estudantes (União da Juventude Patriótica-**UJP**) e muito pouco inserida nas massas operárias. Em Volta Redonda, o estudante de Medicina na Guanabara, Carlos Alberto Nascimento Santos e o funcionário do Ministério da Fazenda na Guanabara, Márcio Uruari Peixoto eram, ambos, membros do PCdoB e militantes da UJP na Frente Operária organizada em Volta Redonda. O estudante de Medicina Carlos Alberto Nascimento dos Santos era também acusado de pertencer à Vanguarda Popular Revolucionária (**VPR**).

Partido Operário Comunista – POC: A **POLOP**, que havia surgido em 1961, foi abalada pela dissidência do Comando de Libertação Nacional (**COLINA**) e da Vanguarda Popular Revolucionária (**VPR**), em 1967. Os remanescentes da POLOP fundaram, em abril de 1968, o Partido Operário Comunista (**POC**) que passou a priorizar a luta armada associada ao trabalho de base entre os operários e no movimento estudantil, mas com críticas ao foquismo cubano e ao vanguardismo militarista. Em Volta Redonda os militantes do POC eram Pôncio Defaveri, Wilma Maria da Silva e Antônio Morais

Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária – OCML-PO: Em abril de 1970, numa ruptura com o POC, surgiu a **OCML-PO,** que se designava **PO** ou POLOP**,** como divergência da luta armada como tática de combate à Ditadura e priorizando o trabalho de base junto à classe operária. Ainda em 1970, surgiu como a tendência interna da POLOP a **Fração Bolchevique** (**FB**) que criticava a visão doutrinária

estreita, vanguardista e dogmática da PO, distante da realidade social e política, e propunha um trabalho de organização revolucionária das massas operárias tendo por base o Programa Socialista para o Brasil. Em Volta Redonda, a principal militante da POLOP-FB foi a estudante de arquitetura, Estrella Bohadana, responsável pelo surgimento da Frente Operária e do envolvimento com militantes da Juventude Operária Católica (JOC).

Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares – VAR: A **COLINA** e **VPR**, ambas organizações surgidas de rachas da **POLOP**, com forte atuação na luta armada urbana, tiveram vida curta por causa da forte repressão da Ditadura, acabaram por se fundir, em meados de 1969, para formar a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (**VAR**). Em 1970, a sequência de derrotas da guerrilha urbana e a dizimação da esquerda armada nos centros de torturas, mortes e desaparecimentos da Ditadura provocaram o surgimento de militantes (**Dissidência VAR- Palmares – DVP)** que defendiam o abandono da luta armada em prol do trabalho de base no meio operário. Em Volta Redonda esses militantes apoiaram o trabalho de formação da Frente Operária, dentre os quais destacaram: Sérgio Paulo Galvão, Lauro Bairral Dias, João Luiz de Souza e Sérgio Peixoto Dias.

A articulação da Frente iniciou-se com Estrella Dalva Bohadana que havia recebido esta missão de sua organização (POLOP). A principal missão da militante Estrella Bohadana envolvia sua aproximação com a Juventude Operária Católica como caminho para chegar aos jovens operários, através de conversas com o Pe. Natanael. Ao mesmo tempo, numa segunda ponta, Estrella buscou se aproximar do grupo de teatro e jornalistas de Volta Redonda para conquistar jovens intelectuais de Volta Redonda para a Frente, dentre os quais se envolveram Lincoln Botelho e Vicente Melo. As outras pontas da Estrella do trabalho político de articulação da Frente de Esquerda Operária envolveram as organizações de esquerda através dos seguintes contatos: Sérgio Paulo Galvão (operário da CSN e militante de base da Dissidência VAR-PALMARES), Edir Inácio da

Silva (operário da CSN e militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), Carlos Alberto Nascimento Santos (estudante de Medicina e militante do Partido Comunista do Brasil) e Pôncio da Silva Defaveri (funcionário de escritório na Guanabara e militante do Partido Operário Comunista).

FONTE:FONTE:ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS – BNM 079
http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=BNM079

Em março de 1970, quando estudava arquitetura em Barra do Piraí, Estrella Bohadana, através do seu colega de turma, José Roberto Gomes, foi apresentado ao cunhado dele, Vicente Melo, de Volta Redonda. Então, passa a se relacionar com o grupo de teatro, mais especificamente, com Vicente e Lincoln, que já haviam sido presos em julho de 1969, no 1º BIB, por conta da Operação Gaiola do AI-5. Assim relataram Lincoln e Vicente em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda:

"*A Estrella era organizada e começou a tentar organizar a gente como célula...ela queria arregimentar a gente... Mas a gente não queria se organizar, a gente não era quadro...Acontece que lá no teatro ela conhece o Galvão que ficava assistindo e orbitando pelo grupo. E Estrella monta uma célula com ele. E aí quando ele cai é que o Vicente foi preso a segunda vez. Naquele momento já era o aparelho de repressão do DOI-CODI agindo aqui*".

Nesse momento, através de Vicente Melo, encontra Sérgio Galvão e selam uma aliança de trabalho para criar na região um movimento de massa operário contra a Ditadura com base no "Programa Socialista para o Brasil", documento base da Frente de Esquerda Operária que começava a se organizar em Volta Redonda. Nesse primeiro momento, a tarefa principal seria criar contatos e grupos de reuniões para debater as ideias doutrinárias dessa Frente com base no jornal intitulado "Política Operária".

FONTE:ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS – BNM 079

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=BNM079

A formação dos grupos empreendida por Sérgio Galvão, após entendimento com Estrella Bohadana, resultou em quatro grupos clandestinos em Volta Redonda: uma célula formou-se com a adesão de novos militantes da juventude católica: Marco Antônio Rosa, José Francisco Barbosa e Marcos Vinícius de Vasconcelos. Outra célula ligada à VAR-Palmares era formada por Lauro Bairral Dias e João Luiz de Souza. A terceira célula era composta por militantes da União da Juventude Patriótica (UJP), PCdoB e VPR: Bebeto, Márcio Uruari Peixoto e Sérgio Peixoto Dias. O quarto grupo era vinculado ao POC: Pôncio Defaveri , Wilma Maria da Silva e Antônio Morais. Esse trabalho da VAR-Palmares foi assim descrita por Sérgio Peixoto Dias:

"*Conheci no início deste mesmo ano Sergio Galvão, funcionário da CSN, que me foi apresentado por um amigo de escola, Antônio Carlos Dias. Sergio Galvão era da VAR-Palmares e convidou-me para participar das reuniões que ele estava organizando com outras pessoas da cidade e algumas que vinham do Rio de Janeiro, entre elas Lucia (codinome de Estrella Dalva Bohadana Burstyn). Participava das reuniões, onde o assunto tratado era quase sempre encontrar a melhor maneira de conscientizar o povo contra a ditadura militar vigente. Mantinha contatos também com outros militantes de outras organizações políticas, como meu tio Marcio Uruari Peixoto, que morava no Rio de Janeiro, Carlos Alberto Nascimento dos Santos, de Volta Redonda, que estudava medicina no Rio de Janeiro e com o padre Natanael, que conheci através de um amigo que fazia parte da JOC (Juventude Operária Católica). Das reuniões realizadas, lembro-me de ter aprovado e participado de panfletagens feitas na cidade, além de conseguir arregimentar amigos para participar nos trabalhos de conscientização política de massa. Entre esses amigos posso citar Nelson da Silva Cândido, Washington Heck da Silva, Antonio Carlos Dias, Sergio Alves Zacarias e Sebastião Carvalho*

Rodrigues"...(Depoimento escrito de Sergio Peixoto Dias e enviado à Comissão Municipal da Verdade - Volta Redonda).

A principal articulação da Frente de Esquerda Operária em Volta Redonda, operada pela militância de Estrella Bohadana, envolvia a conquista de militantes da JOC para o movimento. As experiências de reuniões, reflexões e ações sobre a realidade social e política que vinha sendo praticadas dentro da JOC sob a liderança do padre progressista Natanael Campos de Moraes e com apoio do bispo D. Waldyr Calheiros, tornaram-se um campo fértil para Estrella Bohadana semear a proposta da Frente Operária. Ao mesmo tempo que a JOC viabilizaria a ponte estratégica entre as vanguardas de esquerda e a massa operária em Volta Redonda, ela garantiria a possibilidade de atuação não clandestina para militantes de organizações de esquerda. Assim Estrella Bohadana explicou sua aproximação com a Igreja progressista de Volta Redonda:

"*Quando a JOC entrou nessa frente era por concordar que era importante esse trabalho, trabalho de esclarecimento, de conscientização, de levantamento das condições reais de vida dos operários da CSN, dos ferroviários de Barra do Piraí, então, nós tínhamos um compromisso em que o padre Natanael ele encampou muito bem, nos apoiou, muitas reuniões foram feitas na igreja e o dom Waldir foi presente o tempo todo. Nesse ponto, nós tínhamos um respaldo importante. A JOC significava Dom Waldyr, Padre Natanael, a Igreja, o que nos fortalecia muito*"... (Depoimento de Estrella Bohadana em Audiência Pública na Comissão Municipal da Verdade).

A POLOP designou, então, que Estrella Bohadana deveria assumir a tarefa de formar a Frente Operária através de uma aproximação com do Pe. Natanael e da JOC. Primeiramente ela começou frequentando assiduamente as missas da Igreja Santa Cecília onde ele atuava como Pároco. Em agosto de 1970, foi apresentada como Lúcia ao Pe. Natanael, por Marco Antônio, então, entregou-lhe exemplares do jornal de sua

organização ("O CENTELHA") e finalmente abriu sua proposta de se juntar ao grupo da JOC. Esse encontro foi assim descrito por um depoente, Marco Antônio, que era coroinha na Paróquia Santa Cecília, na época:

*"Eu que apresentei a Estrella para o padre Natanael. Eu era coroinha da Igreja e convivia muito com o padre Natanael. Quem me apresentou ela foi Sérgio Peixoto que morava na minha rua. Ele me mostrou uma arma de fogo e que ia me apresentar a Lúcia (codinome da Estrella). Encontrei com ela numa praça, ela me propôs participar de um grupo. Mas eu disse que não tava querendo e que isso aí podia ser perigoso pra mim. Então disse a ela que apresentaria o padre Natanael que está sempre atualizado nessa questão de Ditadura. Ela estava sozinha, na época. Então, eu apresentei para o padre Natanael, levei apenas ela lá, chamei o padre e falei: 'Olha, tem uma pessoa aqui que tá querendo conversar com você'... Aí ,no canto, eu falei: 'Olha, eu acho que o negócio dela aí é conversar política'... E ele falou: 'vamos ver, vamos bater um papo'... E aí eu sai fora, fui embora, depois, o padre Natanael falou: 'olha, a questão dela é que ela tá querendo lutar, ela tá com um movimento aí contra a ditadura, a princípio deve ser comunista...' (*Depoimento de **Marco Antônio da Rosa** para Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda).

O padre Natanael propôs que Lúcia (codinome de Estrella) participasse da organização da "Semana do Operário". Na reunião preparatória estavam presentes, pela JOC, Pe. Natanael, Pe. Arnaldo Werlang, João Cândido e Emídio Jeremias; pela base operária, Edir Inácio da Silva (PCBR), José da Silva e Ulisses Moreira Carmo (todos os três haviam sido preso na "Operação Gaiola" do AI-5) e pela POLOP, Estrella e Rogério (codinome de Antônio Moraes). Nessa reunião foi proposta pelos militantes da POLOP a formação de grupos vinculados à Frente Operária dentro da JOC. Essa decisão de

participar da Frente Operária contra a Ditadura foi assim explicada pelo próprio Pe. Natanael:

"*Eles se aproximaram da gente, que eram jovens também, idealistas também. E essa Estrella D'alva apareceu por lá, não sabemos direitinho de onde veio, qual origem dela e por aí a fora. Mas apareceu, foi lá ter contato comigo, com a liderança da JOC, participava de reuniões e assim por diante. E nós colocamos, sempre o que vier pra enriquecer estamos aí abertos. Acho que a primeira coisa era a abertura nossa para acolher as pessoas, assim por diante, então o Sérgio Galvão me lembro dele, Estrella Dalva também. Edir, que era casado. Foi formado uma frente, que segundo eles era uma frente operária contra a ditadura.* **.** *Agora, só que a liderança, a minha era parte de religiosa, o meu interesse era formação religiosa de alguém operário pra estar ali vivendo sua fé. E teve consequências, mas não ideológica, e aí que foi o pontinho que as vezes que confundia nós. Ideologicamente nós devíamos ver, julgar e agir. Tendo como referência a fé e os nossos compromissos com os irmãos...Não tínhamos partido político*"... (Depoimento **Pe. Natanael** para Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda).

Na reunião, Estrella combinou com Emídio Jeremias, Presidente da JOC, um "ponto" e uma data e hora para encontro de um grupo selecionado para integrar o trabalho da FRENTE OPERÁRIA em Volta Redonda, onde discutiriam as ideias revolucionárias e planejariam as ações propostas. Desses encontros participaram, já com medidas de segurança, estabelecendo-se codinomes e contatos para cada um: Estrella (**Lúcia**), Sérgio Galvão (**João**), Pe. Natanael (**Teco**), Pe. Arnaldo (**Arnaldão**), Emídio Jeremias (**Paulo**), José Ventura (**Zito**), João Cândido de Oliveira (**HO CHI MINH**), Hélio Medeiros (**Mario**), Antônio Liberato (**Pedro**) e João Batista da Silva (**Jorge**).

FONTE:ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS – BNM 079

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=BNM079

Em depoimento conjunto, Ventura e Emídio explicaram que a Frente Operária atuava clandestinamente na JOC, por que somente as pessoas da direção da JOC poderiam saber dessa atuação política clandestina. Tal situação existia por uma questão de segurança, pois havia um regime ditatorial altamente repressivo e torturador, amparado pelo AI 5 e por centros de tortura nas Forças Armadas e centros financiados por empresários, e sofrendo dura oposição da luta armada pelas organizações de esquerda de guerrilha urbana.

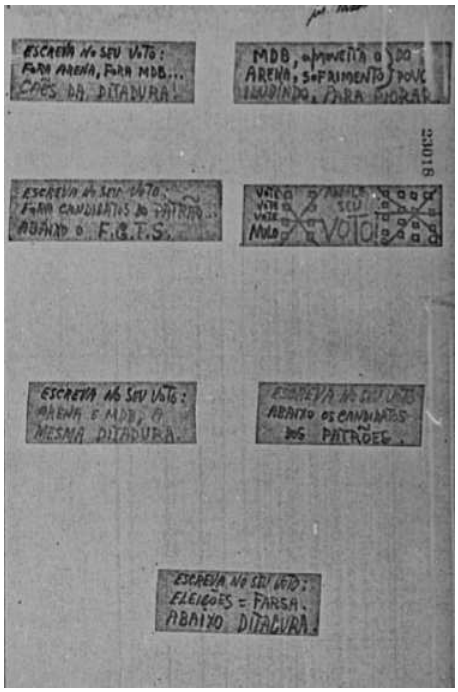
Ao mesmo tempo, era necessário fazer um trabalho político junto às massas operárias nos centros industriais, para ganhar apoio popular e militantes para a frente das organizações de esquerda contra a ditadura. Por ser um importante e simbólico centro urbano-industrial e por existir uma diocese com bispo progressista e padres progressistas e atuantes, Volta Redonda atraiu diversas organizações e seus militantes. Assim explicou esse trabalho de base, Estrella Bohadana, em depoimento:

*"Nosso trabalho aqui era de panfletagem, de divulgação, e um trabalho mais sólido que eu diria pedagógico, no sentido de mostrar qual era a situação e o que significa um país com o golpe militar como o nosso, o que tinha sido a própria história desse país, que não tem uma tradição, ou que está longe de ter uma tradição democrática, então, nosso trabalho inicial e a estratégia era de como trazer os operários pra poder discutir um programa socialista para o Brasil"... (*Depoimento de **Estrella Bohadana** em Audiência Pública na Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda*).*

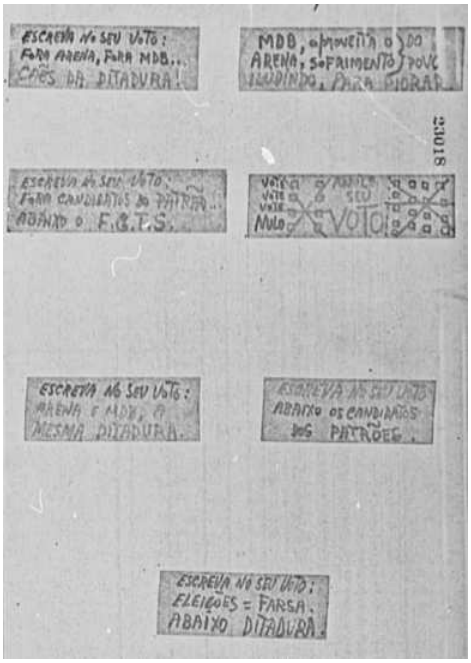
Dentre várias atividades de propaganda política da Frente Operária, a principal era escrever, reproduzir e distribuir panfletos para a população com denúncias sobre a Ditadura. No entanto, como era considerada crime contra a Lei de Segurança Nacional, essa atividade era feita de modo clandestino, distribuindo-se, de madrugada, nas sacolas

de pão das casas em bairros operários; ou deixar nas entradas da CSN; ou ainda, nos locais de comércio onde haveria grande circulação de pessoas no horário comercial.

Em maio de 1970, o fracasso da guerrilha urbana já estava imposto para a maioria das organizações em luta armada. A Vanguarda Armada Revolucionária (VAR), diante do distanciamento das massas e do isolamento da luta, propôs a formação de uma Frente das esquerdas armadas (MR-8, POC, POLOP, ALN) a constituição de um Comitê Revolucionário Permanente cujas tarefas políticas principais seriam: campanha da denúncia das torturas sistemáticas dos presos políticos e desmascaramento da farsa eleitoral de 15 de novembro de 1970.



Apesar da VAR não sobreviver à repressão violenta em agosto e setembro daquele ano, as demais organizações, especialmente a ALN sob o comando de Joaquim Câmara Ferreira, mantiveram a proposta de voto nulo nas eleições de 15 de novembro de 1970, para desmascarar a farsa democrática da Ditadura. Desse modo, sob orientação de Estrella Bohadana, militantes da célula da JOC na Frente Operária em Volta Redonda, especificamente, Pe. Natanael, João Cândido e Hélio Medeiros assumiram a campanha pelo voto nulo e combinaram a panfletagem no Cemitério de Volta Redonda, no Bairro Vila Brasília.



Os militantes aproveitaram a oportunidade da concentração de pessoas que tradicionalmente acontecia no Dia de Finados, no cemitério, para nas vésperas, na madrugada do 1º para 2 de novembro de 1970, espalharem os panfletos pelo bairro e pelo cemitério de Vila Brasília. Esses panfletos, acima reproduzidos, na verdade, eram pequenas tiras com denúncias da realidade social e propaganda pelo voto nulo nas eleições federais e estaduais de 1970, que facilitariam as pessoas entrar na cabine e escrever no voto essas mensagens.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE **AC ACE CNF 23018/70**

AS PRISÕES DOS ACUSADOS DE ENVOLVIMENTO COM A JOC E AS ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS EM VOLTA REDONDA

No dia 2 de novembro, entre 11 horas e meio dia, o carro da Paróquia Santa Cecília dirigido pelo Pe. Natanael e ocupado por Hélio Medeiros e João Cândido foi interceptado pelo Sargento Pires e Cabo Cruz, da equipe S2 do 1º BIB, quando passava pela Vila Santa Cecília. O Sargento Pires deteve os três ocupantes do veículo sob alegação de estarem em "atitude suspeita" e os obrigou a dirigirem o veículo para o quartel de Barra Mansa, sob sua vigilância dentro do carro da Paróquia.

"Aconteceu o seguinte, desde a prisão do Natanael e do Carlos Rosa em 67, a gente começou as fazer as coisas com mais cautela. Então, quando na prisão do Genival, em 1969, nós fizemos um panfleto pra libertação do Genival, a gente queria a libertação dele e a volta pro sindicato. Isso aí foi distribuído clandestinamente, Passagem Superior da entrada da CSN, e bairros Jardim Paraíba e Conforto, na Ponte Preta. Com a formação do

*grupo da Estrella, depois, como o Natanael está sendo vigiado, eu fiz uma reunião restrita e disse: 'olha, vocês não vão reunir, vocês não vão no Natanael, porque ele está vigiado', porque o padre Arnaldo nos avisou que ele estava sendo vigiado. Dentro daquela visão de fazer atos contra o regime, então essa ação foi programada pra fazer uma panfletagem na madrugada do dia primeiro de novembro. É, essa programação foi feita, a gente reuniu no dia 29, e a gente elaborou esse panfleto que era um panfleto a favor do voto nulo e tiramos que o lugar de panfletar não era... O alvo principal não era a CSN porque aquele dia ia muita gente para cemitério, então a panfletagem foi feita no cemitério, porque o João Cândido e o Hélio, eles tinham uma casa na Vila Brasília. Foi distribuído no cemitério. Aí ouriçou eles. Eles ficaram em alertas e caçando. Volta Redonda era pequena naquela época. Aí o João e o Hélio foram lá ver o padre Natanael e saíram com o padre Natanael. Eles passaram na Vila, tava no carro o Sargento Pires a tarde... Estava a paisana... Pe. Natanael falou: 'Ih, ali tem um clandestino ali, tem um paisana ali'. Aí os dois, João e Helio 'quero ver pra saber quem é', Bom, ali acho que eles foram ingênuos ali, isso no meu pensamento. Você não pode provocar as pessoas, deram volta, encararam o paisana e foram presos" (*Depoimento de **Emídio Jeremias** para a Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda*).*

No caminho o carro sofreu a colisão de uma Kombi, resultando na fratura de clavícula do Pe. Natanael, na fratura do dedo do Sargento Pires (que estava dentro do veículo) e na fratura do braço de João Cândido que foi levado para o hospital, engessado na tarde, e, pela noite, levado detido por soldados para o 1º BIB e preso junto com Hélio, que nada havia sofrido no acidente e, por isso mesmo, encaminhado direto para o quartel de Barra Mansa.

No dia 3 de novembro de 1970, Pe. Natanael foi operado da clavícula e teve que permanecer dois dias em observação, pois o trauma do acidente foi muito sério. No dia

seguinte, D. Waldyr Calheiros tomou conhecimento que João Cândido havia sido levado "sem alta" do leito do hospital para o 1º BIB, por ordem do Comandante Arioswaldo Tavares Gomes da Silva. O bispo escreveu uma carta ao Comandante na qual questionou as circunstâncias daquela prisão em virtude da saúde do rapaz (João Cândido).

No dia seguinte, D. Waldyr recebeu uma Comunicação Oficial do comandante do 1º BIB, através do Capitão Paiva, para que Pe. Natanael não se afastasse da área, na eventualidade de ser chamado para prestar esclarecimentos no batalhão. No dia 6 de novembro, antes mesmo da recuperação de seu traumático acidente, Pe. Natanael foi intimado a depor naquela noite, no quartel de Barra Mansa, sendo a intimação entregue por dois capitães, Paiva e Ronaldo, assinada pelo Coronel Arioswaldo.

No dia 6 de novembro, já se encontravam detidos no 1º BIB 14 jovens vinculados à JOC. Então, acompanhado do Monsenhor Barreto, Pe. Natanael compareceu às 19h30 no 1º BIB para prestar esclarecimentos e na esperança de liberar os 14 jovens jocistas detidos naquele quartel entre o dia 2 e o dia 6 de novembro. No entanto, para sua surpresa, o Comandante, Cel. Arioswaldo Tavares Gomes da Silva, disse que o padre ficaria detido e incomunicável por ordem superior (I Exército).

As pesquisas da Comissão Municipal da Verdade constataram que não houve, por parte dos grupos que se organizaram naquele momento (1970) em Volta Redonda nenhuma ação característica de luta armada, apesar de alguns militantes pertencerem a organizações que participavam do movimento de guerrilha urbana nos grandes centros.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
I Ex
DIVISÃO BLINDADA

Rio de Janeiro, GB, 04 Nov 70

Ofício nº 160 - E2
CONFIDENCIAL

Do Comandante da DB

Ao Sr Chefe do S N I

Assunto: Segurança Interna

Anexo: Cópias de panfletos, fotografias e páginas 15,16,17,18 e 19 do Relatório de I P M.

23018

Informo a V Exª que, em decorrência de ordem do Exmo Sr Ministro do Exército através do I Exército, para o desencadeamento de ações preventivas e repressivas de combate à atividade do inimigo interno de ação terrorista planejada por JOAQUIM CÂMARA FERREIRA - "Toledo" - "Velho", recentemente falecido, prevista para os primeiros dias do mês em curso, foram detidos em BARRA MANSA o Padre NATANIEL DE MORAES CAMPOS e os indivíduos JOÃO CÂNDIDO DE OLIVEIRA e HÉLIO MEDEIROS DE OLIVEIRA.

Dessa prisão resultou a apreensão de documentação que comprova a intensa atividade de célula da JOC em BARRA MANSA e VOLTA REDONDA, de caráter terrorista, com ramificações em SÃO PAULO e GUANABARA, sob a orientação dos Padres ARNALDO ALBERTO WERIANO "Armaldão" e NATANIEL DE MORAES CAMPOS.

Os referidos Padres são indiciados em IPM de que foi encarregado o Cel MOACYR PEREIRA, de que se junta cópia em anexo das páginas que interessam ao caso.

Será instaurado IPM para apuração dos fatos. Ao que tudo indica trata-se de continuidade da ação subversiva desenvolvida em BARRA MANSA e VOLTA REDONDA pelos "padres progressistas", sob a orientação de D. WALDIR CALHEIROS.

Em anexo, encaminho fotografia dos Padres WERIANO e NATANIEL em atividade extra sacerdotal e de exemplares de panfletos referentes às eleições de novembro e ao Govêrno, êstes últimos apreendidos com a documentação a que fiz referência, e que comprovam a identidade com a ação determinada por "TOLEDO" de esvaziamento e desmoralização das eleições.

GEN BDA - TASSO VILLAR DE AQUINO
COMANDANTE DA DB

O documento confidencial, acima reproduzido, revela que o serviço secreto do 1º BIB já estava acompanhando a movimentação das células das Organizações dentro de Volta Redonda e, principalmente, dentro da JOC e sua vinculação com as diretrizes das organizações na Guanabara e São Paulo.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE **AC ACE CNF 23018/70**

A leitura do oficio do General Tasso Villar ao chefe do SNI, acima reproduzido, deixa claro que o Comando Militar deduzia que a vinculação dos sacerdotes dominicanos paulistas com Carlos Marighela da ALN (principal Organização guerrilheira do Brasil) e assassinado em São Paulo em 1969, replicava-se em Volta Redonda com a ligação dos sacerdotes da JOC (Pe. Natanael e Pe. Arnaldo) com "Toledo" (Joaquim Câmara Ferreira), sucessor de Marighela no comando da ALN, capturado e torturado até a morte em outubro de 1970.

A FRENTE OPERÁRIA, segundo depoimentos dos jocistas à CMV-VR, propunha-se a realizar trabalho de base, de esclarecimento político dos operários, para construir num nível estratégico, um movimento de massa revolucionário contra a Ditadura e a exploração do Capital, mas no nível tático, as atividades eram reuniões de estudo, panfletagens, pichações e ampliação do grupo com novos militantes.

Entretanto, mesmo sendo um movimento pacífico, que por isso mesmo atraiu a concordância dos padres progressistas e da direção da JOC, o Comando Militar da repressão no 1º BIB tratou esses militantes como inimigos terroristas, derramando sobre eles toda sua fúria perversa e cruel, com métodos científicos de torturas aprendidos no DOI-CODI, concentrada no combate à guerrilha urbana e à Igreja progressista de D. Waldyr Calheiros.

No mês de novembro de 1970, o Comando Militar do 1º BIB realizou, mais uma vez, com já havia acontecido em momentos anteriores da Ditadura Civil-Militar (Golpe de 64 e Operação Gaiola do AI-5 em 1968), prisões em massa de suspeitos de participação daquilo que os militares consideravam um "movimento revolucionário comunista de levante da classe operária contra o regime social e o governo constituído". Pela apuração das pesquisas da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, houve dois momentos de prisões. Num primeiro momento, de 2 a 15 de novembro de 1970,

prenderam 14 militantes da JOC e seu assistente eclesiástico. A partir de 15 de novembro passam a prender os militantes das organizações revolucionárias de esquerda ou pessoas que tiveram algum contato com eles.

Na maioria dos casos, prendiam a pessoa, mas não a levavam direto para o quartel de Barra Mansa porque ficavam rodando com ela nos bairros da cidade, por vezes o dia todo. Para exemplificar essas graves violações nos processos de detenções arbitrárias, ilegais e aterrorizantes, apresentamos a seguir trechos de alguns depoimentos para Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda.

O operário da CSN, **Antônio Liberato Jeremias** narrou sua prisão ocorrida quando retornava do serviço, à tarde, na porta de sua casa, e já na viatura começou a sofrer violência dos militares do Exército:

"No dia 4 de novembro de 70, eu estava na CSN de 8 às 4 e saí pela Ponte Preta, não sabendo de nada, peguei o ônibus e quando cheguei no Retiro...quando eu desci eles estavam com o jipe me esperando, meu irmão mais novo, Inácio, que era pequeno, estava sentado na calçada e viu quando eles me pegaram. Eu falei: '−vocês vão me levar'... '−você está preso'. Eu falei: '−deixa eu entregar essa bolsa lá em casa, que aqui tem o mantimento da família, tem toucinho aqui'... '−não, que entregar nada não, entra aí'. Já começou com a violência, Sargento Pires, Cabo Cruz e Cabo Alberto. Aí entrei no jipe lá e fiquei assim, 'meu Deus, o que vai acontecer comigo?'... Quando passou a ponte, o Sargento Pires me fez uma pergunta e eu não ouvi, mas acho que ele fez de propósito, eu falei: '−O que o senhor perguntou?'. Ele me deu um soco no ouvido, '−Responde o que eu te perguntei, seu comunista filho da puta'. Aí eu fiquei de cabeça baixa... Aí foi lá no Colégio Macedo Soares e pegou o Chiquinho".

O operário da CSN e estudante secundarista **Francisco Gomes de Assunção** descreveu sua prisão dentro da sala de aula em que estudava à noite no Colégio Macedo Soares:

"Minha mãe estava internada, e eu já nessa época estudava no Macedo Soares, antigamente falava "científico", eu estava fazendo o segundo cientifico...Aí cheguei no colégio, entrei normalmente, to lá estudando, minha mãe internada no hospital da CSN... Eu tinha medo de acontecer alguma coisa comigo e minha mãe estava no hospital e o estado dela não era muito bom...Eu fui para o colégio, pra sala de aula, estava normalmente estudando lá, mas sempre com o pensamento na minha mãe, aí, do nada, quando foi uma oito e meia da noite bateram na porta da sala, bateram lá e a professor de educação moral e cívica foi atender. Estava o Sargento Pires, Cabo Cruz, e outro que eu não lembro. Estava um do lado e outro do outro e o Sargento Pires no meio enfrente a porta. Aí falou com o professor assim: '–Francisco Gomes de Assunção estuda nessa sala?'... O professor falou pra mim depois, 'estuda'...'Nós estamos precisando falar com ele e ele vai ter que ir conosco agora'. Aí ele me chamou lá e falou comigo que eu teria que ir com eles ***...'****–Francisco, você vai ter que nos acompanhar até o quartel' ... Aí quando eu cheguei ali em frente ao Recreio do trabalhador tá lá um fusca lá, quando ele abriu a porta quem tá lá? O Liberato, algemado".*

A equipe de militares do Serviço Secreto do 1º BIB, naquele momento inicial da prisão de militantes da JOC, estavam no encalce de **Emídio Jeremias**, Presidente da JOC de Volta Redonda, irmão de Antônio Liberato Jeremias (já preso) e Ruth Jeremias, bem como de seu amigo **José Ventura** (dirigente da JOC). Estes, sabendo das prisões e avisados pelo bispo D. Waldyr do perigo que corriam, resolveram fugir para a Guanabara, e passar a viver escondidos em aparelhos da Polop - Fração Bolchevique na clandestinidade. Mesmo assim, foram ambos indiciados à revelia, compondo a lista dos 20 acusados no IPM 65/70. A frustração do Comando do BIB resultou numa covarde

retaliação sobre a irmã do Presidente da JOC, **Maria Ruth Jeremias**, jovem catequista sem nenhuma participação na JOC, com sua prisão como refém, relatada por ela a seguir:

"Eu não estava em casa. Quando eu cheguei estava o Cabo Cruz e o Sargento. Eles foram várias vezes na minha casa, reviraram tudo procurando alguma coisa que pudesse assim descobrir alguma coisa sobre subversivo. Chegava e falava: '−Somos do BIB, estamos aqui pra dar uma olhada aqui'. Falava com a minha mãe assim: '−Seus filhos são subversivos, eles fazem coisas que é contra o Governo da Revolução'. Aí minha mãe: '−meus filhos não fazem nada'. Eles nem ligaram: Ele não pede licença pra entrar. Abre guarda-roupa do meu irmão tinha de coleção de discos LPs, eles levaram. A única coisa que eles acharam foi o jornal do Pasquim. Então eles falaram que quem lia aquele jornal era subversivo. Depois voltaram pra conseguir prender o Emídio e a minha mãe sempre negando... que não sabia. Fugiu. Eles falam que foi pro Rio. E eles falam assim: '−A senhora tem uma filha que chama Ruth?'... '−Tenho'... '−Então, a senhora não quer falar onde seu filho tá, vou pegar, vou levar a Ruth'... '− Ah, minha filha, não. Ela não tem nada a ver'... '−Então fala onde seu filho está'. ..Aí minha mãe conseguiu, tentou falar com meu pai pro meu pai...Aí me pegaram...quando cheguei falou: '−Você que é Ruth?'... 'Sou eu mesmo'... 'Oh, nós viemos aqui te apanhar pra você dar um depoimento e é rapidinho'... Puseram a corda em mim e você vai com a gente. Aí eu falei:'− Não, eu não vou. Não tenho nada a ver com vocês, não'... 'Você vai ficar com a gente, tranquilo'. Aí entrei no carro e fui. Era onze horas...Minha mãe deu crise de choro e teve stress, passou mal. Ficou fora dela, né. Aí o sargento falou: '−Não, a sua filha vai, mas volta

logo'... Era onze horas da manhã. Quando eu consegui chegar no BIB, à noite, era mais ou menos umas oito horas. Eu tava com fome, com sede".

Para a Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, as prisões, em si mesmas de todas essas pessoas, realizadas pelo Comando do 1º BIB, constituíram-se em graves violações dos Direitos da Pessoa Humana, pois todos os detidos, sem exceção, não cometeram nenhuma atividade tipificada como guerrilha urbana (assaltos a bancos, justiçamento, invasão de propriedade, sequestros etc) que justificassem as prisões sem mandado judicial e com muita truculência, ameaças, clima de terror e desrespeito aos seus familiares, nos seus locais de trabalho ou de estudo. Foram detidos no quartel do 1º BIB:

FONTE:ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS – BNM 079
http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=BNM079

a) PELA JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA:

Pe. Natanael de Moares Campos

João Cândido de Oliveira

Hélio Medeiros de Oliveira

Antônio Liberato Jeremias

João Batista da Silva

Arly Matildes Amorim

Domingos Balbino Bento

Jamil Fernandes Vitorino

Edir Alves de Souza

Guido Tranin

Cirilo Tranin

Ruth Jeremias

Schetino Mota

Regina Lúcia Ângelo dos Santos

b) PELAS ORGANIZAÇÕES DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIAS:

Estrella Dalva Bohadana

Sérgio Paulo Galvão

Edir Inácio da Silva

Marcus Vinícius de Vasconcelos

Marco Antônio da Rosa

Lauro Bairral Dias

João Luiz de Souza

Pôncio da Silva Defaveri

Líder Pereira Coura

Márcio Aruari Peixoto

Sérgio Peixoto Dias

Carlos Alberto Nascimento dos Santos

Wilma Maria da Silva

c) FORAM DETIDAS AINDA, PARA PRESTAREM DEPOIMENTO SOBRE O CASO:

Vicente Paulo de Melo

José Roberto Gomes

José Rech

José Petrúcio da Silva

José Francisco Barbosa

Sérgio Diolindo

d) FORAM INDICIADOS "À REVELIA" POR ESTAREM FORAGIDOS

Emídio Jeremias

José Ventura

Luiz Bursztyn;

OBS: Pe. Arnaldo Werlang já havia sido detido na Guanabara pela Polícia do Exército no dia 19 de setembro de 1970, na prisão da Equipe Nacional da JOC e da direção do IBRADES.

INTERROGATÓRIOS E TORTURAS NO 1º BIB

Nas pesquisas da Comissão Municipal da Verdade sobre o 8º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA – IPM CONTRA A JOC E AS ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS EM 1970 foi constatado, por depoimentos dos atingidos e documentos escritos, que os **INTERROGATÓRIOS** dos 14 jocistas detidos e dos militantes das organizações revolucionárias no **1º BIB** se deram mediante **SESSÕES DE TORTURAS** por parte da **EQUIPE MILITAR S2** encarregada do **IPM 65/70.** Nas palavras oficiais em "NOTA PARA A IMPRENSA FALADA E ESCRITA", no dia 10 de novembro de 1970, o Comandante do 1º BIB se apresenta textualmente também como **COMANDANTE DA GUARNIÇÃO FEDERAL DE BARRA MANSA E VOLTA REDONDA**, numa explícita vinculação à cadeia de comando das Forças Armadas.

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – **PASTA TORTURAS**

A repressão ditatorial aparelhada pelo Comando do 1º Batalhão de Infantaria Blindada, agora plenamente vinculado à cadeia de comando do DOI-CODI como Comando da Guarnição Federal, praticou prisões ilegais e torturas em massa de militantes da Juventude Operária Católica de Volta Redonda e, por extensão, dos militantes das células das organizações que compunham a Frente Operária nos interrogatórios do IPM

65/70. Esse terror praticado como política de Estado naquele regime de ditadura e tirania, através dos aparelhos de repressão e tortura, sob pretexto de combater a subversão, passa a ser a seguir exposto, neste relatório, nas palavras daqueles que viveram essas experiências traumáticas, covardes e criminosas contra a pessoa humana.

De acordo com depoimentos à Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, já no primeiro dia de sua detenção, Hélio Medeiros de Oliveira começou a ser torturado e confessou o envolvimento de João Cândido de Oliveira, Pe. Natanael e Pe. Arnaldo Werlang nas reuniões do grupo da Frente Operária. No dia seguinte, ainda em tratamento no leito do hospital, por conta do acidente de carro no dia 2 de novembro, João Cândido foi detido e levado à noite para o quartel de Barra Mansa. Em interrogatório, sob tortura, através de detalhadas confissões e informações, o Comando da Guarnição Federal de Barra Mansa e Volta Redonda obteve os nomes dos jocistas que participavam do movimento e a localização do material de propaganda do grupo no barraco de Vila Brasília onde moravam Hélio e João Cândido. As torturas de ambos foram testemunhadas por Edir Alves de Souza para a Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda:

"*... Nesse dia ele torturou eu, o João Cândido e o Hélio. Nós três fomos torturados juntos. Eu me lembro de que o João Cândido tinha umas varizes na perna, ele pegou e furou as varizes do João Cândido. E no Hélio, ele escreveu Hélio com cigarro na perna dele. E eu tenho essa perna mais atingida que é a perna direita, que é a que ele chutava mais ...*"

Na primeira quinzena de novembro, o comando das torturas no 1º BIB priorizou os militantes da JOC, sejam da direção ou da base. Uma das primeiras a ser torturada foi a presidente da JOC Feminina, **Arly Matildes Amorim**, trabalhadora como empregada doméstica, moradora de Vila Brasília, conforme partes do relatório por ela escrito, em 15 de janeiro de 1971, ao Bispo Diocesano D. Waldyr Calheiros, duas semanas após sua

libertação (57 dias de prisão) e trechos de depoimentos para Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda:

"... No dia 4 de novembro, às 8 e meia da noite fui pra outra sala na qual passei até às 4 horas da manhã...com o Tenente Tenório e o Tenente Cezar. Queriam que eu falasse o que eu nunca pensei em fazer. Como não falei, eles foram me despindo aos arrancos junto com palavrões, tapas, arrancos de cabelo...apanhou uma faca amolada que cortou meu vestido pelos ombros e de lado e atirou pelo chão e o soutien arrebentou, a anágua e calça da mesma forma. Ameaçavam coisas horríveis. Por exemplo, o Tenente Cezar dizia: 'vou tirar minhas roupas e vou ter relação com você'...No dia 6 à noite me levaram pruma sala com dois quartos... Você vai assinar aqui ó. Vai assinar. Eu falei: Não, eu não vou assinar. Vai assinar aqui ó que você é amante do Dom Waldir. Aí falou assim: Então você não vai? apanhou lá os aparelhos de choque, tirou a roupa, colocou choque no corpo todinho. Da ponta nos dedos, nas pernas, nas virilhas e até na língua. Aí deu choque, choque, choque, choque, choque, choque... Eu tava sem roupa, toda. Eram quatro pessoas torturando, Tenente Tenório, Sargento Pires, Tenente Cezar e Sargento Izaque. E palavrões, humilhações e tudo. Eu falei assim: Agora eu vou ter que aguentar firme aqui pra não piorar. Se eu abrir a boca aqui vai sair muita gente. Aí quando foi cinco horas da manhã, antes do dia amanhecer mandou enrolar no lençol e que eu atravessei todinho e fui pra uma sala lá. Um quarto, né. Aí fui pra lá. Aí mas já tava com o corpo todo marcado, língua cortada, tudo marcado. Eu tenho uma veia aqui estourada de tanto choque que levei...

Aí teve uma noite, dia 9, me levou numa sala. Aí eu cheguei lá o João Cândido, tava ali numa maca, deitado, tinham dado choque nele, torturado. Ele não tava nem aguentando ficar em pé... 'você já teve relações com os padres. É amante deles e do João Cândido'... mais choques para confirmar...João me pediu perdão. Ele tava na máquina de choque... 'Ó se você não falar nós vamos jogar você no Paraíba. O Paraíba tá aqui perto'.... mais tarde, no mesmo dia eles arrumaram aqueles capuz, pôs no meu rosto. Sentei na cadeira. Me dava choques nas pernas e nas virilhas. Me levaram para o quarto, mas eu não conseguia dormir com os gritos dos outros que sofriam horrivelmente".

Outro jocista preso no dia 4 de novembro, **Antônio Liberato Jeremias**, descreve seus dias de terror em relatório por ele escrito, no dia 5 de janeiro de 1971, ao Bispo Diocesano D. Waldyr Calheiros, uma semana após sua libertação (56 dias de prisão) e trechos de depoimentos para Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda:

"...Fui preso no dia 4 de novembro pelo Sargento Pires. Cheguei ao quartel à noite e fui entregue ao Capitão Giácomo que me levou para o ARQUIVO. Ao abrir a porta ele disse que eu ia entrar no Tribunal da Santa Inquisição e que isso eles tinham aprendido com os padres... Tinha uma salinha e depois tinha uma porta e um corredor, no fundo do corredor tinha dois quartinhos, um para o lado direito e um para o lado esquerdo. Eu fiquei do lado esquerdo e Chiquinho do lado direito, e tudo escuro. Tinha uma luzinha acessa que ficava acessa direto na gente. E esse quartinho eles chamavam de SUBMARINO, por que era escuro, chamava de submarino. E no teto tinha uma frestazinha que você sabia que era

dia por que você ouvia passarinho cantar, passarinho estava cantando e a gente sabia que era dia e ficávamos ali, quando foi, acho que foi naquela noite mesmo. Veio o Tenente Tenório. Tinha Cabo Cruz, Cabo Alberto, Sargento Pires. Acho que o capitão Paiva também estava presente, por que eles reuniam o grupo pra poder assistir as torturas. Aí ele foram fazer perguntas pra mim, aí sentei lá e eles começaram... primeiro me deram a sessão de choque. Eles, na verdade, queriam que a gente confessasse que era comunista, que participava de grupos, essas coisas, eu falei "não, não pode ser, eu sou da JOC", "você é comunista, está escondendo e começaram a sessão de choque... Eu fui preso na quarta feira de noite e fui pra esse quartinho. O dia de sofrimento mesmo foi sábado, sábado dia 7, esse sábado foi muito pesado, por que eu já tinha sofrido tortura antes, de choque elétrico e essas coisas e tapa no ouvido, chute, essas coisas ... Eles aplicavam choques elétricos violentos nos dedos. Certa altura, Sargento Pires mandou que eu tirasse os sapatos e colocasse o pé em cima da panela para que eu sentisse mais intensidade dos choques... à noite fui interrogado de novo, agora com os fios ligados na perna esquerda e dentro do calção em contato com órgãos genitais, tendo recebido vários choques...Além dos choques, me davam socos, tapas no rosto, chutes. Participaram, em diversos dias das torturas, Tenente Tenório, Tenente Miranda, Sargento Pires, Capitão Paiva e Cabo Cruz. Foram buscar o Hélio, o Tenente Tenório mandou que me aplicassem um choque bem violento para eu gritar bastante, para o Hélio sentir que a barra lá dentro estava pesada. Eles me disseram que se eu falasse para alguém, que fui torturado, eu ia ser preso novamente e eles acabariam comigo".

No dia 4 de novembro, juntamente com Antônio Liberato Jeremias, foi preso **Francisco Gomes de Assunção**, que viveu um tempo de horror que ele descreveu em relatório por ele escrito, no dia 5 de janeiro de 1971, ao Bispo Diocesano D. Waldyr

Calheiros, (51 dias de prisão) e trechos de depoimentos para Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda:

"Chegamos lá eu e Liberato...tinha um oficial lá que falou 'SUBMARINO pra ele e SUBMARINO pra ele', submarino significa uma sala fechada num lugar chamado ARQUIVO. Ali, logo que você chega, tem uma salinha com uma mesa e dentro daquela

salinha ali tinha um corredorzinho do lado de cá tinha outra salinha lá e lá tinha uma outra, e tinha uma outra porta que eu não sei o que é, ali era o submarino, sala pequena, toda fechada, toda escura, apenas a cama, vaso sanitário e pequena abertura no teto. Ali fiquei 7 ou 8 dias. No segundo ou terceiro dia, fui interrogado sob um papel que estava escrito 'contato 1 e contato2' que eu desconhecia o significado. Ligaram fios elétricos na perna, na mão e nos órgãos sexuais, Tenente Tenório fazia as perguntas e Sargento Pires girava a manivela para dar choques elétricos fortes. Me interrogavam sobre um panfleto chamado "Centelha" que um colega me deu pra ler na JOC. Me chutavam, me davam tapas, me davam socos... Você imagina aquele capuz que você não vê nada e você levar o telefone no ouvido, aquilo fica zunindo e você fica doido.... Então eles começaram amostrar fotos, muitas fotos, fotos de padre, pessoal da JOC, pessoas que eu nem imaginava, deve ser de outras organizações; perguntaram se eu era comunista; perguntaram o que a gente tratava das reuniões, como se reunia... Então, nesse lugar, o ARQUIVO, depois então deles terem feito interrogatório de muitos lá, pela noite, principalmente mais pela madrugada, pelas tantas da noite, pra não despertar atenção de ninguém, nem fora, nem dentro do quartel. É, então, por ser mais afastado é próprio disso o que eles fizeram lá, o local das torturas, das maldades. Então ali às vezes eu

escutava grito da Arly, acho que do Liberato, do Hélio, por que eu conhecia a voz, mas de outras pessoas que eu ouvia eu não me recordava porque também minha cabeça não suportava muito... as vezes eu sentava na cama, me levantava e ficava me esfregando pelas paredes como se tivesse em tempo de ficar doido lá. Acho que minha mente ela girava 24h".

A seguir os trechos do depoimento de **João Batista da Silva** para Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, operário da CSN e membro da JOC em 1970, sobre as torturas que sofreu e que testemunhou no quartel do 1º BIB e que, mais uma vez, confirmam aquela Unidade Militar do Exército como centro de suplícios praticados sob pretexto de "combate à subversão na região":

"Quando eu cheguei, eles não falaram nada, só pegaram a gente, me levou para um lugar que a chamava de submarino, que era um quarto, tipo de um banheiro, não tinha janela, comprido, não tinha janela, e fechou, a gente ficava ali na escuridão total. Sozinho, não deixava contato com mais ninguém pra você não trocar ideias, ou trocar... aí ficamos lá, me lembro que tinha muita sede, aí você tinha que dar descarga pra você pegar aquela água limpa e beber, tinha que beber alguma coisa, estava morrendo de sede. Tirava você dali e levava para um galpão, era um galpão. Aí que eu fui pra lá, quando eu cheguei lá já tinha outros presos. Mais afastado, bem mais afastado. A gente chamava de submarino por que era um compartimento fechado, não tinha acesso a nada, só tinha uma porta que você entrava, então você perdia a noção, tinha um vaso ali, eu não sei se era um banheiro, o que era. Não sei o que era, por que só fui lá essa vez pra ficar no escuro e nunca mais

voltei pra ver como era aquilo. Cheguei lá era 6h da tarde, 6 e pouca da tarde. Ai você fica ali, naquela sala, com várias pessoas, ali, com vários presos e cada dia, ou cada hora, não lembro assim, ou de madrugada, que acontecia isso muito de madrugada, pegava um e levava pra sala de interrogatório, também não sei como era essa sala, que tipo de sala que era, sei que você sentava assim, os caras do lado, pancada daqui, pancada dali...Só perguntas assim: 'você conhece fulano? você conhece beltrano?'... Ainda tem o choque elétrico que é uma manivela, jogam um monte de fios desencapados, aí ele puxa aqui e jogam lá dentro dos órgãos genitais. Aí o cara com a manivela roda, aquilo gera uma corrente..., aí é terrível! A gente ouvia os caras gritando...De madrugada eles metiam o pé onde estava a gente, metiam o pé na porta, abriam, aqueles soldados, todos armados. E mandavam a gente encostar na parede... mandava assim: 'encosta na parede'...por que eles falavam: 'pode armar!', aí os soldados armavam , você de costas, não via o que estava acontecendo, daqui a pouco eles vão disparar, aí não acontecia nada, não fazia nada, era só pra ameaçar a gente ficava logo pensando: 'vou levar um tiro, vão matar a gente', não era nada...Era terror... 'Nós tínhamos que acabar com vocês por que vocês fazem isso, aquilo, vocês estão querendo tomar o poder'. A gente ficava assustado porque nossa intenção não era isso de tomar poder nenhum. Os torturadores eram o Sargento Pires, Cabo Cruz, Tenente Tenório que parece que era o coordenador desse movimento de caças às bruxas".

Naquele processo de repressão violenta contra os jocistas de Volta Redonda, foi preso o tesoureiro da JOC, **Edir Alves de Souza**, operário da CSN, que expõe a seguir o tratamento desumano que foi vítima no 1º BIB nesses trechos de depoimentos para Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda:

"Eles faziam muita tortura física e psicológica. A tortura psicológica, por exemplo, o Pires entrava no salão com as meninas e depois saia com as meninas com uma toalhinha amarela torcida na mão batendo ela na mão. Ai falava as besteiras dele, o que ele tinha feito com as meninas lá dentro. O Pires que falou que haviam torturado, ele chegou saiu do quarto, numa sala com a Ruth e falou o nome dela. Ele falava "Eu fiz curso de tortura nos Estados Unidos", enquanto ele estava passando "Eu sou expert em tortura". Aí eu me lembro quando ele pegou, eu estava na sala de tortura, ai ele saiu batendo a toalhinha na mão, ele tinha feito alguma coisa com minha amiga Ruth, depois com a Arly, eu ouvi ele falando que deu o nó nelas. Ai ele chegava e colocava a gente de frente e perguntava "Você conhece fulano?", eu respondia "Ah! Conheço" ou "Não", "É da JOC?". Ai ele pegava, me sentava na cadeira e sentava na mesa atrás de mim, escorado em mim e telefone no ouvido. Sou surdo de um ouvido até hoje. Eles davam o castigo e perguntavam "Você conhece o Dom Waldyr?", "O Dom Waldyr é subversivo? É comunista?", eu falava "Não sei ué?! Porque o senhor não pergunta a ele?", ai que ele pegava e dava mesmo, escorava e tapa na cara. Dava muito choque, porrada daqui e dali. Ele ligou um fio no dedo do pé, outro no pênis, no dedinho da mão e na língua; eu sou técnico eletricista, eu já era formado na época; choque que eles davam na gente, todo molhado, inflamava entre a carne e o osso, doía o corpo todo. Dos militares torturadores que eu me lembro é o Cabo Alberto, o Cabo Cruz, Sargento Souza, Sargento Pires. No dia que eu fui torturado, quem estava coordenado tudo era o Tenente Tenório".

Daqueles 14 jocistas presos, também prestou depoimento, **Domingos Balbino Bento,** para Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, que era um jovem operário de empreiteira na época, e participante da JOC de Vila Brasília:

"Eu morava na rua Pará no bairro Vila Brasília. Meu irmão, Pedro, fazia curso de datilografia lá na rua mesmo e conheceu seu colega de curso, João Cândido, que não tinha bem onde morar e meu pai, Djalma Bento, convidou e ele foi morar lá em casa. Ele tava desempregado e meu pai deu todo apoio moral pra ele, como se fosse um filho. E para nós era um irmão. Aí, em 1967, o João Cândido começou a participar da JOC e depois ele me convidou. Era uma maravilha. Todo domingo depois da Missa na Paróquia São José Operário tinha reunião da JOC... Aí, no início de novembro, logo que prenderam o João Cândido, o BIB prendeu meu pai, que era operário da fábrica de cimento Tupi. Pegaram ele porque o João Cândido havia morado até pouco tempo antes na minha casa e eles me queriam. Eles achavam que eu tinha fugido. Prenderam meu pai como refém para eu aparecer. Levaram meu pai preso coitado. Não tinha nada a ver com a Igreja, e nada tinha a haver com a JOC, inclusive ele era da religião Espírita. Ele ficou preso 3 dias, do dia 7 (sexta feira) ao dia 10 de novembro (segunda feira) de 1970. Eu era operário de uma empreiteira que fazia asfalto de rua. Eu tinha 20 anos de idade. Na segunda feira, quando voltava do serviço, estava o jipe do BIB na porta de minha casa. Meu pai me encontrou e disse: 'eles querem você. Eu fui preso pra eles te pegarem...Fica tranquilo que eles não vão te fazer nada. Só vão te fazer umas perguntas'. O Sargento Pires, acompanhado de dois soldados da PE, me deu ordem de prisão. Me pôs dentro da viatura

do Exército e passou na rua São João para prender o João Batista. Aí nos levou para o BIB, lá no fundo, numa sala estava o Tenente Tenório. Me deu um soco na cara. E perguntou 'quem é o Teco? E o Tenente deu outro soco direto: '−você sabe quem é, você vivia com ele. É o padre Natanael'. Depois me ameaçaram para não dizer que fui maltratado no quartel. Fui para um alojamento prisão. Naquela época eles torturaram todo mundo da JOC".

A catequista da Paróquia do Bairro Retiro, Maria Ruth Jeremias, permaneceu detida no 1º BIB por 18 dias. Ruth Jeremias, não era militante, mas era irmã do Presidente da JOC, Emídio Jeremias, sendo mantida refém do comando do 1º BIB para forçar seu irmão a se entregar. Segundo seu depoimento, Emídio fugiu depois que receberam recado de D. Waldir "se esconda longe de Volta Redonda porque se os militares o prenderem, vão matar você". No depoimento de Francisco Assunção à CMV-VR, este afirmou que uma das piores torturas psicológicas que experimentou no 1º BIB foi ouvir os gritos de Ruth, que ele não sabia o que estava acontecendo. Ruth não aceitava sua prisão e fez greve de fome, mas que sofreu muito psicologicamente e que à noite gritava de horror pela sua situação de pesadelo, maldade e humilhação que estava vivendo acordada dentro do Batalhão. Na sua cela havia uma ativista da JOC, Regina Lúcia Ângelo Santos, grávida de cinco meses, que Ruth e Arly afirmam em depoimento à Comissão da Verdade, ter sido torturada, causando sequelas na gravidez, mesmo tendo sido liberada em poucos dias. A seguir trechos do depoimento de **Maria Ruth Jeremias** à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda sobre seus dezoito dias de terror no cárcere do BIB:

"Aí me levaram lá pro BIB, chegou me colocaram numa sala e falou: Você ta com fome, né? Aí eu vi um soldado falando assim: Traz uma maçã pra ela e um copo d'água e prepara a cama que ela vai dormir aqui. Aí quando eu ouvi eu entrei em pânico. Falei:

Eu não vou dormir aqui,não. Eu vou pra minha casa. Não vai, vai ficar aqui. Aí me colocaram no quarto que eles falaram que tinham preparado a cama e tudo. Era com a Lúcia, Regina Lúcia que tava grávida. Ele disse: Vou te colocar com essa menina aqui, vou te dar uma caderneta e falou assim pra mim: Olha moça, passarinho que canta a gente solta da gaiola. O que não canta a gente faz questão de trazer presa. Aí eles vinha: Como que é? Eles ligavam o gravador, não falava nada, não tinha nada pra falar. Deixa eu ver esse caderno aí. Escreveu alguma coisa? Eu quietinha. Aí levaram. Aí eu fiz greve de fome, não aceitava comida que eles levavam. Eu falei: Eu não comendo eles vão me levar embora. Levava aquela sopa. Se não comer você vai acabar morrendo. Eu quero que você dá conta do seu irmão, você sabe. Eu não sabia. Aí na época até Estrella Dalva que fazia parte do grupo acho que agora no Rio. Eles falavam que iam me jogar no Paraíba, que meu final ia ser com os peixes e mostrava qual a posição do objeto, dizia que ia me queimar. Falava assim coisa assim, Tenente Tenório, Cabo Cruz e o Sargento Pires. Isso que aconteceu com você na sua vida futura vida vai atrapalhar tudo. E atrapalhou mesmo, né. A gente nunca mais é a mesma pessoa, ficou uma marca terrível na vida".

Em seu depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, **Sergio Diolindo**, Presidente da JOC entre 1966 a 1968, afirmou que no processo de prisão em massa de militantes da JOC, em novembro de 1970, ficou um

tempo escondido, porque sabia que os militares do BIB estavam procurando por ele. Ao ficar sabendo que seu irmão e sua irmã (menor de idade) haviam sido feitas reféns para que ele aparecesse,

resolveu comparecer ao 1º BIB, no dia 10 de novembro, pela manhã. Foi interrogado pelo Tenente Tenório e liberado no mesmo dia.

Em depoimento conjunto à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, os irmãos **Guido Tranin** e **Cirilo Tranin** declararam que haviam participado da JOC no Bairro Retiro, entre os anos de 1964 e 1968, mas que, em 1970, já estavam bem distantes daquele grupo. No entanto, por causa de uma fotografia antiga, em que apareciam no grupo da JOC, ao serem identificados por alguém que estava preso e torturado no BIB, foram presos no mesmo dia, 9 de novembro de 1970, pelo Cabo Guaraci e Cabo Cruz, e levados para o BIB. Guido era comerciário na Mesbla e Cirilo era operário da CSN. Ficaram presos 14 dias, não foram torturados, apenas surpreendidos por tanto tempo presos sem terem qualquer envolvimento com a JOC. Foram liberados juntos, na madrugada do dia 23 para 24 de novembro.

Nas duas primeiras semanas de novembro de 1970, todas pessoas presas pelo comando do 1º BIB eram vinculadas à Juventude Operária Católica de Volta Redonda. Ao todo foram 14 jocistas. Quase todos admitiram em depoimento na Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda que sofreram torturas e que viram ou ouviram outros serem torturados. Há depoimentos que revelam as torturas sexuais e estupros de homens e mulheres em algumas seções de torturas que não cabem neste relatório serem identificadas, mas que se pode deduzir com qual frequência ocorreram, devido ao grau de perversidade e covardia relatados sobre os interrogatórios naquela Guarnição Federal de Barra Mansa e Volta Redonda.

O 1º BIB, integrando naquele momento a cadeia de aparelhos de torturas da Ditadura Civil-Militar, era formado pela hierarquia de comando da equipe do Serviço Secreto de Inteligência do Exército: Coronel Arioswaldo, Tenente Coronel Gladstone, Capitão Paiva, Capitão Giácomo, Sargento Pires, Tenente Miranda, Tenente Tenório, Sargento Isaque, Cabo Cruz, Cabo Alberto, Cabo Guaracy, Cabo Fajardo e Tenente Cezar. As investigações, prisões, interrogatórios e torturas daquela equipe, ocorridas nas duas primeiras semanas de novembro, tinham como objeto de repressão a Juventude Operária Católica, por determinação do Comando do I Exército que no mês anterior já havia iniciado a repressão à JOC nacional com prisão de toda direção na Guanabara, ocasião na qual ocorreu a prisão do Pe. Arnaldo Werlang.

No entanto, com as confissões obtidas sob intensa tortura, que a cada dia se aperfeiçoava mais e mais na arte de causar sofrimento atroz sem deixar marcas ou machucados principalmente pela utilização do magneto de choques elétricos, as investigações encontraram fortes indícios da existência de uma Frente Operária que ligava a direção da JOC às organizações revolucionárias em Volta Redonda. Todas as prisões efetivadas a partir de 15 de novembro de 1970 pela equipe S2 do quartel de Barra Mansa tiveram como alvos privilegiados os militantes das organizações e seus contatos. As investigações, prisões, interrogatórios e torturas sobre os 14 ativistas da JOC, nessa primeira fase, parece ter deixado claro ao comando da repressão que a maioria desconhecia a formação dessa Frente Operária, e que somente algumas lideranças jocistas mais próximas do Pe. Natanael integravam esse movimento.

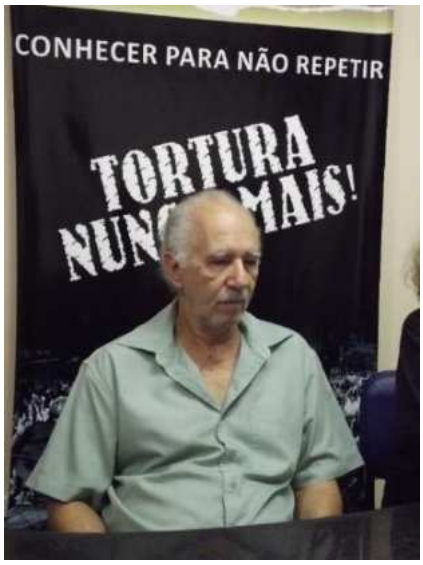
Pelos depoimentos à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, esse fato se comprovaria. Dos detidos, apenas João Cândido de Oliveira e Hélio Medeiros de Oliveira, além do Pe. Natanael e Pe. Arnaldo tinham pleno conhecimento e atuavam como contato, além de Emídio Jeremias e José Ventura que

também estavam organizados, mas, com as prisões ocorrendo, caíram na clandestinidade em aparelhos da Fração Bolchevique da POLOP na Guanabara. Dentre as estratégias dos torturadores do BIB para separar, entre o jocistas presos, quem estava dentro e quem estava por fora do movimento, os interrogadores castigavam com choques, "telefones" e tapas para saber se o interrogado identificava os codinomes: "Teco", "Barra Limpa", "Lúcia", "João", "Luiz", respectivamente, Pe. Natanael, D. Waldyr, Estrella, Sérgio Galvão e Edir Inácio.

Nos primeiros dias após as eleições de 15 de novembro de 1970, a equipe S2 do 1ºBIB deteve Sérgio Galvão, militante da VAR-Palmares que foi muito torturado nos interrogatórios dentro do ARQUIVO. Suas confissões desencadearam uma série de prisões, que, após torturas e confissões, resultaram em outras prisões, tais como, as de Marco Antônio da Rosa, Sérgio Peixoto, Vicente Melo, José Roberto Gomes, Schetino Mota, Carlos Alberto Santos, Lauro Bairral, Márcio Uruari, Edir Inácio, Pôncio Defaveri, Marcus Vinícius, João Luiz, Líder Pereira, José Francisco, Wilma Maria e Estrella Bohadana.

A Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda obteve os testemunhos de parte dessas pessoas e constatou que a equipe de tortura do 1º BIB subiu o grau de especialização e requinte de crueldades de padrão DOI-CODI nos interrogatórios de militantes das Organizações revolucionárias e de suspeitos de contatos dessas organizações nos Grupos Jovens da Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda. Um desses suspeitos foi **Schetino Mota**, integrante da Associação Católica Jovem (ACAJ), do Bairro São João, funcionário da Cia Telefônica, foi detido no dia 25 de novembro de 1970, no 1º BIB, onde permaneceu por 12 dias sendo interrogado sob tortura com socos na barriga, tapas no ouvido e choques com magnetos. Foi liberado no dia 7 de dezembro e retornou ao serviço, onde permaneceu sem ser demitido. Schetino foi

torturado para confessar quem era “Lúcia”, “Teco” e “João”, dentre outros, como revelam os trechos, a ser a seguir apresentados, do relatório escrito para o Bispo sobre sua prisão e tortura no BIB e depoimento a esta Comissão da Verdade:



“Fui detido na Companhia Telefônica Brasileira pelo Cabo Alberto e Cabo Fajardo e conduzido até o quartel de Barra Mansa detido para ‘prestar esclarecimentos’. Fui colocado numa cela do quartel por onde passaram várias pessoas presas. Pela madrugada fui levado de capuz na cabeça até a sala de interrogatório. Me perguntaram coisas fora do meu conhecimento, nomes que nunca ouvi. Como não estivessem satisfeitos com minha resposta, começaram a me dar soco na boca do estômago, cuteladas, “telefone” nos ouvidos e soco na nuca. Mais adiante, ainda insatisfeitos como minhas respostas, querendo que eu confessasse inverdades, amarraram um fio desencapado no meu dedão do pé e outro nos dedos da mão e começaram a me aplicar choques com magneto, às vezes tão fortes que me tiravam da cadeira, numa tortura e interrogatório que durou mais ou menos uma hora. Me levaram pra cela com a promessa de repetir na noite seguinte”.

Antes de Schetino, havia sido preso **Marco Antônio da Rosa**, coroinha da paróquia Santa Cecília, preso e torturado no 1º BIB, que destaca, em seu depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, ser testemunha da tortura sofrida por Sérgio Galvão, com a presença de um indivíduo de terno na sala de torturas, como se constata a seguir:

"Lá no quartel tinha o tal de ARQUIVO, que era o arquivo secreto deles, que eles torturavam pessoas com máquinas de choque. Fui torturado porque mandaram eu fazer um relatório por escrito, um depoimento por escrito e eles acharam contradição, eu neguei tudo, fiz uma confusão lá. Então o cara que estava operando essa maquininha, que era o Sargento Izaque... o Sargento Pires ficava só pra efetuar a violência gratuita lá, tapas, soco na cabeça. Isso eu presenciei com o Sergio Galvão. O Sargento Pires socando ele. Na época eu até passei mal, quis vomitar, aí eles me levaram pra fora. Então, passou aquilo ali e nós ficamos só no alojamento aguardando pra poder liberar a gente. Fui torturado só uma única vez. Uma única vez que eles me deram choque elétrico nos dedos. E eu fiquei assustado, eu achei que eu não participei de nenhuma coisa, mas, naquele tempo, não precisava de ter envolvimento, luta armada pra eles torturarem a pessoa, bastava eles quererem saber de mais alguma coisa pra complicar o outro. Eles falaram, queriam difamar o padre Natanael, queria difamar o bispo, o objetivo era incriminar o padre Natanael e o D. Waldyr. Então, eu contradizia as afirmações deles, as possíveis afirmações e ai eles rodavam a manivela, davam aqueles choques. Tinha que responder o que eles queriam, mas, como eles já estava sabendo...Tinha um individuo lá de terno, parecia que era um promotor militar, na época, na hora que eles começaram a sessão de tortura ele virou, ele estava lendo um jornal, eu não fiquei sabendo o nome dele e aí ele estava lá arrumado, presenciava a tortura. Eu nem acho que eu comentei isso com os colegas. Eu achei estranho, ele estava sentado lendo jornal e quando começou a tortura ele virou para o lado, estava dando uns gritos

e ele virou para o lado, ficou meio assustado com os giros, eu não fiquei sabendo direito quem era esse indivíduo".

Em depoimento por escrito enviado à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, **Sérgio Peixoto Dias** expôs detalhadamente sua prisão e sessões de tortura pela Equipe S2 do 1º BIB:

"Fui preso na minha residência, à Rua 33 nº 179, bairro Santa Cecília, por duas pessoas que se identificaram como do Serviço de Informações do Exército, dizendo que eu deveria acompanhá-los até o 1º BIB (1º Batalhão de Infantaria Blindada) em Barra Mansa. Essas pessoas foram identificadas posteriormente como sendo o Sargento Pires e o Cabo Cruz. Enquanto me preparava para acompanhá-los, os agentes da repressão vasculhavam meus pertences em armários de roupa, estante e mesa, a procura de alguma prova contra mim. Tudo isso sem mandado de prisão, sem mandado de busca e apreensão como era prática na época. Durante o percurso entre Volta Redonda e Barra Mansa, já fui sendo interrogado e ameaçado pelos agentes, me obrigando a confessar que conhecia Sergio Galvão, detido antes de mim e que havia me denunciado. Eu neguei tudo...Fui levado para uma sala para aguardar a identificação onde já se encontravam outros presos. Depois da identificação fui conduzido a uma cela de aproximadamente 1,5 m de largura por 2,5 m de comprimento que possuía um banheiro com vaso turco e um colchão no chão. Não havia janela, existindo somente um ponto de luz ligado durante todo o período com comando externo, o que me fazia perder a noção do dia. Mais tarde fiquei sabendo que esta cela era chamada de SUBMARINO pelos soldados da corporação, por se tratar de uma construção longe das demais construções do quartel, bem próximo ao Rio Paraíba do Sul, quase saindo dos limites do quartel, onde sistematicamente se praticava torturas, pois os gritos dos torturados não podiam ser ouvidos. Na manhã seguinte, chegaram à cela o Sargento Pires e o Cabo Cruz para um primeiro interrogatório.

Queriam que eu reconhecesse por nome algumas pessoas, o que não fiz, pelo fato de não saber o nome de ninguém, uma vez que todos nós utilizávamos codinome, por razões óbvias de segurança. Comecei, então, a ser espancado pelo Sargento Pires com tapas no ouvido (chamado telefone), que segundo ele era para curar minha amnésia. Deixaram então papel e lápis para que eu redigisse tudo que soubesse, sobre todos. No período da tarde, os agentes voltaram à minha cela, trazendo então um telefone de campanha, para começar a aplicação sistemática de choques elétricos. Como não tinha escrito nada e continuava negando o reconhecimento, resolveram partir para a tortura. Mandaram que eu tirasse os sapatos e pisasse em um lugar onde jogaram água. Amarraram então um fio em cada perna, um pouco abaixo do joelho e começaram a acionar a manivela do telefone. O choque então ia aumentando aos poucos, atingindo um ponto que fazia perder o controle do corpo e cair todo urinado. Pararam o processo de tortura e, após eu cair no chão umas três vezes, se retiraram dizendo que voltariam mais tarde. Por volta das 21:00h chegaram o sargento Pires e o cabo Cruz trazendo de novo o telefone de campanha, acompanhados do cabo Guaracy, que segundo soube mais tarde, era elemento do DOI-CODI. Trouxeram também o preso Sergio Galvão e o Capitão Tenório. Começou, novamente, outra sessão de tortura, com os mesmos procedimentos, dessa vez alcançando outras partes do corpo, dentre elas os órgãos genitais. Recordo-me que em uma das minhas caídas no chão, ao levantar-me recebi um soco na fronte, que me deixou completamente grogue, o que me fez cair novamente. A aplicação de choques elétricos tinha a vantagem de fazer com que as marcas da tortura, depois de uns poucos dias, desaparecessem, impedindo até mesmo a realização de exame de corpo de delito. Além das torturas, fui forçado a levar os agentes até a casa da noiva de Carlos Alberto dos Santos, já falecido, sendo ele preso instantes depois, no dia do seu casamento. A partir daí minha situação mudou. Fui transferido para uma sala, esta já com janela e que dava

acesso a cela onde ficou detido o padre Natanael... Estive detido por aproximadamente 15 dias".

Na virada do ano de 1970 a 1971, permaneciam presos incomunicáveis e sob intensas torturas no 1º BIB: Pe. Natanael, Hélio Medeiros de Oliveira, João Cândido de Oliveira, Pôncio Defaveri, Edir Inácio da Silva, Carlos Alberto Nascimento Santos, Sérgio Galvão e Estrella Bohadana. Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade, **REGINA CÉLIA CONFORT SANTOS**, viúva de **CARLOS ALBERTO NASCIMENTO** (BEBETO), relata que naquela época Bebeto era estudante da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, líder estudantil, militante do PCdoB, depois, da VPR, atuava na Frente Operária das organizações de esquerda em Volta Redonda, articuladas com militantes da JOC. Por seu envolvimento com a luta contra a Ditadura e um dos principais quadros ideológicos de esquerda em Volta Redonda, foi responsável pela adesão de Sérgio Galvão, Sérgio Peixoto, Márcio Uruári e Lauro Bairral.

A prisão de Carlos Alberto pelos militares ocorreu poucos minutos após o seu casamento civil com Regina em Volta Redonda, numa casa do bairro Aterrado, em Volta Redonda. Ficou meses no 1º BIB onde sofreu muitas seções de torturas com socos, tapas nos ouvidos e choques elétricos. Depois, foi transferido para o presídio da Ilha Grande onde esteve preso por nove meses.

Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, **PÔNCIO DA SILVA DEFAVERI,** trabalhador de escritório de contabilidade

no Rio de Janeiro, afirmou que atuava como membro da POC, organizada por Sergio Galvão junto à JOC. Na véspera de sua prisão, sua irmã, Isaura Defaveri, que declarou ignorar qualquer atuação do irmão, foi sequestrada de casa (junto com seu marido na época) e levada para seção de tortura no DOI-CODI. Pôncio foi preso no Rio e levado para o 1º BIB, em Barra Mansa, onde sofreu seções de torturas com agressões e choques elétricos. Depois foi transferido para o presídio na Ilha Grande.

Em Audiência Pública da Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, **Edir Inácio da Silva** relatou que após o Golpe de 64, entrou para o

PCBR e apoiou em 1968 a chapa sindical do companheiro Genival. Foi preso em 1968, após o AI 5, junto com dezenas de companheiros operários, no 1º BIB. Nessa primeira prisão em Barra Mansa, Edir Inácio afirmou que não foi torturado. Entre 1968 e 1970, entrou para a faculdade de Direito, em Barra Mansa, e continuou trabalhando na CSN e atuando no PCBR, através da JOC. Confirmou que havia em Volta Redonda, em 1970, uma Frente Operária, com aliança de diversas organizações clandestinas de esquerda, mas que apenas as direções sabiam dessa articulação. Com as prisões dos jocistas de novembro de 1970, Edir Inácio também foi preso no 1º BIB, como militante do PCBR. Foi brutalmente

torturado, o próprio Pe. Natanael declarou, posteriormente, em relatório de denúncia à Diocese de Volta Redonda, que presenciou torturas em Edir Inácio e que ele estava bastante machucado:

"No BIB, eu assisti torturas de sete companheiros: Estrella Boahadana, Pe. Natanael, Bebeto, Pôncio, Hélio, João Cândido, Sérgio Galvão, e eles viram eu ser torturado. Pode um falar por que viu o outro passar. Dentro dessas pessoas aqui que nós fomos da JOC que estavam presos conosco eu preciso citar o caso de uma estudante de arquitetura de BP, Estrella Dalva Bohadana, que estava grávida, abortou, perdeu seu filho por que tomou choque na vagina, aqui no BIB. Entre outras coisas mais...a verdade é essa... eu tomei choque no pênis, meu pênis foi envolvido com esse material de lavar prato, Bombril e amarrado com fio de choque".

No processo de prisão dos jocistas, em novembro de 1970, havia, por parte dos militares, um busca pela subversiva "Lúcia", que já sabiam, atuava na região da Diocese. Após uma série de prisões e interrogatórios sob torturas, identificaram a **Estrella Dalva Bohadana**, estudante de arquitetura de Barra do Piraí, como a agente comunista

procurada. Após alguns dias, no final de novembro, foi presa no Rio de Janeiro e levada para o 1ºBIB, em Barra Mansa. A prisão de Estrella Bohadana, segundo alguns depoimentos de presos políticos daquele quartel, naquele momento, foi comemorada como um grande feito dos militares de Barra Mansa na luta contra a "subversão comunista" na região. Após os momentos iniciais de acareação com outros presos políticos jocistas (vários a viram pela primeira vez ali no 1º BIB), foi levada para

as seções preliminares de tortura na primeira noite no quartel. O suplício de Estrella foi corajosa e dignamente relatado por ela na Audiência Pública na Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda:

"...E aí começou o ensaio de uma seção de tortura com muito choque elétrico na língua, no seio, na vagina e nas mãos. Depois o que eles chamavam de telefone e muito soco no abdômen. Essa foi a primeira noite, fui para cela gelada, um cubículo bem gelado, sem agasalho e sem lençol, sem nada, mas tinha, ainda, um colchão, no segundo dia a coisa começou a piorar, além do choque na vagina, no seio, que se intensificou, entrou o pau de arara, o pau de arara a gente fica como um gato, preso pelas pernas, muitos de nós, pelo excesso de pau de arara, como o meu caso, fiquei muito tempo no hospital paralítica, depois comecei a andar com muita dificuldade, e outros companheiros que ainda hoje vivem a sequela do pau de arara, ele bloqueia ele arrebenta os tendões, eu só tenho vivo 60% dos tendões das minhas pernas, o resto eu otimizo com exercício. Então, muito pau de arara e os depoimentos que continuavam e isso durou... Nessa noite já tiraram o colchão, era deitada naquela mola da cama de antigamente, no outro dia, além desses ingredientes da tortura que repetiam, muito pau de arara, muito Telefone, muito choque na língua, que é terrível. O colchão já não havia e me amarraram pra eu dormir, quer dizer, não dava pra dormir e durante, pelo menos 3 noites vinham diferentes soldados que passavam a mão no meu corpo. Teve uma sessão de tortura na qual chamaram o padre Natanael, eu nua, amarrada em fio e eles diziam para o padre me olhar e o Natanael não queria me olhar, de jeito nenhum e ele era torturado barbaramente por não me olhar... em nenhum momento, quando os soldados passavam a mão no meu corpo eu [não] me sentia humilhada ou indigna, eu entendia que era uma forma de tortura sim, que faziam isso pra desestruturar, como uma forma machista de agredir a mulher e nesse momento eu dizia, "não, o meu sonho me cobre, eu não preciso de roupa", então, eu

acho que isso daí deixa marcas importantes na nossa existência. Nesse momento a gente é, de alguma forma, testado e eu acho que a ditadura quer é sempre desestruturar emocionalmente, psiquicamente, acabar com a moral. Depois dessas sequencias de tortura e da agressão, não deixa de ser agressão sexual, ainda que não tenha havido estupro, mas você ter um monte de gente passando a mão no seu corpo e você amarrada é, no mínimo, um ato macabro. Depois dessas sessões todas, eles me pegaram e me trouxeram para o DOI-CODI, para o RJ e o DOI-CODI, realmente, havia uma tecnologia muito melhor de tortura...Os torturadores eram Sargento Pires, Tenente Tenório, Tenente Coronel Gladstone, Cabo Cruz esses ficaram inesquecíveis, e tinham também um médico, que nessa primeira fase de tortura do batalhão, que depois teve a segunda fase, essa primeira fase já tinha um médico Tenente lá que ficava medindo a minha pressão e ficava dizendo "ela aguenta muito bem, pressão tá ótima". Nunca mais eu esqueço, pressão12 por 8... Depois dessas sessões todas, eles me pegaram e me trouxeram para o DOI-CODI para o RJ e o DOI-CODI, realmente, havia uma tecnologia muito melhor de tortura. E ai no RJ a situação complicou, a tortura era mais técnica, não ficavam marcas, quase. Aqui, além do que já falei, teve queimadura de cigarro, que ficam poucas marcas, mas com o tempo melhora. Eu acho que no RJ foram muitos choques, muitos choques, por que o choque não fica marca.. No RJ era muito mais intenso o choque no seio, na vagina, telefone, uma sessão de geladeira e muito pau de arara, muito pau de arara, basicamente, no RJ o pau de arara foi o ingrediente predileto. Também não fica marca, mas arrebenta os tendões. Na terceira ou quarta sessão de tortura intensa no DOI-CODI eu comecei a entrar em coma. E aí a vida é curiosa, por que quem estava na cela, quando eu voltei de uma das sessões era uma companheira da VPR que era Dilma (que ninguém sabia que iria virar presidente no nosso país)... Dilma foi a pessoa que com o 'vozeirão' dela fez um escândalo pra obrigar a me tirarem do

DOI-CODI e me mandarem para o hospital então eu fui para o CTI, paralítica , em coma e com todas as costelas quebradas, não sobrou nada. Eu acho que algumas do lado direito que depois foi completado que quebrou no retorno pra Barra Mansa... Eu fiquei bastante tempo, pelo menos, vejam, isso daí estamos com quase 1 mês de prisão, passando pelos centros de tortura como se eu tivesse acabado de ser presa, respondendo a tua pergunta. Teve um lado profundamente sádico que as pessoas perdem a noção... a tortura vira tortura pela tortura mesmo, já não há um objetivo, o objetivo é torturar, destruir a pessoa. Passei uma temporada no HCE, nesse período, eu estava no início de uma gravidez na qual, obviamente eu não prossegui, eu abortei indo para o hospital, para o HCE, cheguei lá com hemorragia, entrei em coma e não sei o que houve...Quando eu pude ficar, de novo, em pé, já tinha, vamos dizer assim, os edemas, hematomas do corpo já estavam mais calmos eu fui mandada de volta para o batalhão e a tortura recomeçou no batalhão...De volta, ainda tive várias sessões de tortura e teve uma que era a procissão. Eu participei de uma procissão com o Pe. Natanael, Edir Inácio, que era vela enrolada no fio elétrico, no BIB: nua, com vela, com choque no ânus, na vagina, no seio e tinha que cantar a música "Jesus cristo eu estou aqui", quem não cantasse, mais choque e isso era uma procissão ao ar livre, em volta de um lago, um frio, um frio, que era terrível... Depois de 3 semanas continuando sendo torturada, continuando no pau de arara, eu me sentia profundamente fraca já, fraca fisicamente, e aí foi quando eu consegui o contato com o companheiro Carlos Alberto, estudante de Medicina, e perguntei pra ele como fazia pra simular se eu quisesse cortar os pulsos. Eu consegui a pasta de dente, consegui abrir, na época não era de plástico, e comecei a cortar e eu disse 'bom, quando eu tiver cortado certinho eu aviso pra cela dos rapazes avisar, dar o alarme de que to ensanguentada', foi difícil, complicado, mas eu também, na época, eu meio que tinha certeza que era meu limite, eu tinha que fazer aquilo pra ver se eu parava

de ser torturada, por que, realmente, meu corpo não estava resistindo, eu estava fraca, pesando pouco, estava na faixa dos 30 quilos, não estava mais aguentando fisicamente e cortei, consegui cortar bem essa lado, esse aqui menos por que estava enfraquecido e aí, bom, eles deram o alarme e eu fui levada para o hospital e qual é minha surpresa? Chego no hospital o médico que tá lá diz 'ah, mas quem teve coragem de cortar, vai ter que ter coragem de ser costurada a sangue frio'. E costuraram meu pulso a sangue frio".

No dia 21 de janeiro de 1971, Pe. Natanael conseguiu escrever uma carta denúncia, escondido das autoridades militares do 1º BIB, ainda preso no quartel, na qual relatava o que aconteceu com ele nesses 76 dias de prisão. Apresentou-se ao 1º BIB em 6 de novembro de 1970 e continuou preso até início de fevereiro, tal como Estrella Bohadana e seis companheiros (Edir Inácio, Hélio Medeiros, João Cândido, Sérgio Peixoto, Bebeto e Pôncio), quando, então foram transferidos para o Presídio da Ilha Grande. Por conta do tratamento de suas clavículas quebradas no acidente automobilístico em que seu carro foi colidido quando estava sendo detido e encaminhado ao quartel do 1º BIB pelo Sargento Pires, Pe. Natanael, do dia 6 de dezembro até 17 de dezembro, recebia visitas e notícias, e chegou a celebrar missas no quartel. A partir do dia 18 de dezembro, após retirada do gesso, foi imediatamente transferido para uma cela sem janelas e sem água potável, chamada "SUBMARINO". Lá permaneceu até dia 7 de janeiro de 1971. O seu contemporâneo de batina na Diocese, Pe. Sano, em depoimento nesta Comissão da Verdade, assim descreveu a condição desumana do Pe. Natanael no SUBMARINO:

"Eu visitei algumas vezes, no quartel, o padre Natanael porque era colega. O maior sofrimento dele que ele passou na prisão foi o tal de SUBMARINO. Pior da tortura no ali é que o sujeito tem que ficar num porão com escuridão total e só entra uma claridade quando colocam comida lá. Ficou quase um mês lá nessa situação, qualquer pessoa fica louca. Não sabe se é dia ou noite, e ainda fica ouvindo as vozes: 'todo mundo sabe que

você é um criminoso...você é comunista!'...fazia essa pressão moral, não sei como o Pe. Natanael não ficou maluco".

Para a equipe do Serviço Secreto de Inteligência do 1º BIB, o elemento de ligação da ala progressista da Igreja Católica em Volta Redonda, na Diocese do Bispo D. Waldyr Calheiros com as organizações revolucionárias que atuavam cladestinamente na região, era o Padre Natanael, por ser o assistente da Juventude Operária Católica e identificado com as ideias e movimentos revolucionários de viés marxistas.

As confissões sob tortura dos jovens jocistas participantes da Frente Operária (Hélio Medeiros e João Cândido), os codinomes dos contatos nos moldes dos esquemas de segurança das Organizações revolucionárias contra a Ditadura e, ainda por cima, o material de propaganda apreendido em diligências ao barraco de Vila Brasília onde estavam escondidos exemplares do Jornal da POLOP (Centelha) e panfletos a favor do "voto nulo" colocaram o Pe. Natanael como figura central naquela Frente Operária por ser o viabilizador do enraizamento da vanguarda organizada com a base operária em Volta Redonda através da JOC. No entanto, as torturas cruéis sofridas pelo Pe. Natanael ocorreram depois da libertação dos jocistas e outros suspeitos, quando permaneciam presos, no 1º BIB, apenas os sete derradeiros ativistas da Frente (Natanael, Edir, Galvão, Bebeto, Pôncio, Hélio e João) e Estrella.

Dentre as razões das torturas sobre Pe. Natanael, havia duas relevantes: a primeira, o Comando da repressão no 1º BIB, naquele momento de início de janeiro de 1971, já estava plenamente cônscio da existência da Frente Operária, dos integrantes e suas organizações, dos poucos jocistas que participaram envolvimento da JOC e do papel relevante do padre Assistente da JOC, mas queria o "CHEFE" ou o "BARRA LIMPA", ou seja, queriam que Pe. Natanael, sob intensa tortura, acusasse o bispo D. Waldyr Calheiros de mentor da Frente Operária da JOC com as organizações revolucionárias. A

segunda razão para explicar o calvário do Pe. Natanael pode ser resumida neste breve trecho do depoimento de Irmã Elizabeth para esta Comissão da Verdade: "***O EXÉRCITO FEZ COM O PADRE NATANAEL TUDO AQUILO QUE QUERIAM FAZER COM D. WALDYR E NÃO PODIAM***".

O relato a seguir do **Pe. Natanael de Moraes Campos**, em 20 de janeiro de 1971, quando ainda se encontrava preso no 1º BIB, foi escrito escondido e encaminhado ao Bispo:

"Na noite do dia 3 para 4 de janeiro de 1971, fui levado sem camisa para um recinto fechado de depósito de armas no quartel, onde eu encontrei um conhecido meu (Edir) que estava nu, com ferimentos em várias partes do corpo, recebendo choques elétricos e pancadas. Imediatamente, ligaram-me a ele por fios elétricos desencapados em um dedo em cada uma de minhas mãos, acionando uma maquininha (telefone de campanha) que dava seguidos choques em mim e no Edir simultaneamente. Os choques, conforme a intensidade, nos jogavam no chão, recebendo logo outros choques para nos levantarmos. Enquanto um (Sargento Izaque) controlava a máquina elétrica, outros dois (Cabo Alberto e Sargento Pires) nos davam socos nos estômago e nos ouvidos, enquanto outro (Capitão Tenório) exigia que aprovasse ser eu socialista marxista. Sendo eu sacerdote, organizaram a seguir uma 'procissão' onde meu companheiro que estava nu e eu saímos pelo pátio do quartel, ligados um ao outro por algemas e fios elétricos desencapados, acompanhávamos o Sargento Pires que com a máquina elétrica nos dava choques, enquanto um cabo (Alberto) cantava a música 'Jesus Cristo eu estou aqui',

assim caminhamos uns 40 metros. Durante meus depoimentos em outros dias ´, por vezes me davam choques nos dedos das mãos e dos pés. Esses maus tratos se deram comigo e com outros se deram semelhantes ou pior" (Relato-denúncia de Pe. Natanael Moraes Campos, em 20/01/1971).

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – **PASTA TORTURAS**

D. WALDYR DENUNCIA AS TORTURAS DOS JOCISTAS NO 1º BIB

Os jocistas não envolvidos com as atividades revolucionárias da JOC na Frente Operária, foram detidos e liberados em duas semanas. Esses afirmaram ao bispo D. Waldyr terem recebido um bom tratamento no quartel enquanto estiveram lá (alguns liberados no mesmo dia, outros após duas semanas no máximo. Por isso, no início de dezembro de 1970, D. Waldyr escreveu um relatório sobre a situação no 1º BIB em que se pode verificar que ele ainda não havia tomado ciência das torturas que estavam acontecendo nos interrogatórios dos jocistas, inclusive com alguns daqueles que foram liberados (e que em depoimento na Comissão da Verdade confirmaram as torturas). Entretanto, a sensibilidade de D. Waldyr percebia uma mudança de atitude desses jocistas:

"Lamentável foi o excesso de detenções de pessoas que nada tinham de subversão e que sentiram a repercussão negativa em seus trabalhos como suspeitos e mesmo não sabendo como ficaria sendo vistos pelos patrões. Não menos negativa é a angústia e apreensão lançada nos familiares, pais, irmãos e mães viúvas, principalmente quando o membro preso da família é a filha moça. Não menos prejudicial foi a tentativa generalizada de intimidar os detidos com ameaças de possível perda de emprego caso continuem ligados aos padres. Alguns ficaram arredios depois de voltarem da prisão, se não pela intimidação dos militares no quartel, foi pelo medo que também seus pais fossem prejudicados no seu emprego ou de sua mãe ver seu filho novamente detido. Isto os afasta

dos padres e da Igreja, pois a maioria são jovens operários não preparados para esses traumas" (D. Waldyr Calheiros-Relatório ao Cardeal D. Jaime Câmara em 4 de dezembro de 1970).

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – **PASTA TORTURAS**

Naquele momento, os jocistas que continuavam presos eram o Pe. Natanael, Hélio Medeiros, João Cândido, Antônio Liberato, Francisco Assunção, Arly, João Batista e Edir Alves. Entre o Natal e Ano Novo de 1970, foram liberados todos, menos Pe. Natanael, Hélio Medeiros e João Cândido. No início de janeiro de 1971, esses jocistas procuraram o Bispo e denunciaram em relatório as torturas que sofreram. Naquele mesmo mês, no dia 20, Pe. Natanael conseguiu escrever uma carta denúncia das torturas que estava sofrendo e as de que foi testemunha sobre outros prisioneiros do 1º BIB, que chegou às mãos de D. Waldyr. Então, no dia 22 de janeiro de 1970, D. Waldyr escreve um relatório sobre as torturas no 1º BIB e envia ao Núncio, D. Humberto Mazzoni, ao Cardeal, D. Jaime Câmara, ao Presidente da CNBB, D. Aloisio Lorscheider e à Anistia Internacional. Na parte final do relatório, com o título: " O que fazer diante disto?" D. Waldyr expõe toda as suas indagações, angustias, indignação e determinação:

"Diante de tudo isso o que devo fazer como Bispo Diocesano? Que dizer aos padres do presbitério do Pe. Natanael que, sabedores destes fatos, ficaram revoltados? Que dizer aos paroquianos do Pe. Natanael, quando eles publicam que seu pároco confessou que era socialista, marxista e que não tem mais fé? Que dizer aos nossos militantes, tão barbaramente espancados? Como acreditar nesses depoimentos e assinaturas? A nossa questão é o modo como foi feito o inquérito. Não são assaltantes de banco, não são terroristas. Não são sequestradores. São jovens e sacerdotes da Igreja. A situação é delicada, máxima por se tratar desta Diocese, em que o Bispo 'já está queimado': por ter denunciado as torturas de um operário; por ter saído ao encontro de 2 pais de

famílias, presos por trabalharem com o Bispo; e finalmente, por ter IPM aberto e não concluído contra a Bispo e 16 padres. Não desconheço os melindres da questão. Estou, porém, seguro de que se não pudesse tomar a defesa de meu padre e meus diocesanos, somente por causa desse condicionamento, creio que não estaria mais em condição de dirigir a Diocese" ((D. Waldyr Calheiros-Relatório sobre as torturas dos jocistas no 1º BIB, em 22 de janeiro de 1971).

Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – **PASTA TORTURAS**

Na semana seguinte, provavelmente já informados das denúncias de torturas feitas pelo Bispo Diocesano, o encarregado do IPM 65/70, Tenente Coronel Gladstone Pernassetti, intimou D. Waldyr a ir depor no 1º BIB. No dia 28 de janeiro de 1971, D. Waldyr Calheiros decide confrontar o poder ditatorial exercido pelo Comando Militar do Batalhão e responde em ofício as razões da sua recusa em prestar esclarecimentos no IPM para aquela Guarnição:

"... Minha intensão, no início, era de cooperação. Infelizmente não pude manter a mesma disposição. Ciente do modo como procederam durante os interrogatórios para obterem confissões forçadas de alguns detidos e do próprio Pe. Natanael, não vejo como possa ser útil qualquer esclarecimento de minha parte a depoimentos arrancados à força de maus tratos, como aplicação de choques, até nos membros sexuais, pancadas em várias partes do corpo, 'telefones', isto é, pancadas nos ouvidos, socos no estômago, nos rins, cuteladas, despir roupas, ameaça de revide caso eles contassem fora o que sofreram, torturas psicológicas em quarto sem sol, sem luz, sem água. Que esclarecimentos a dar em depoimentos dessa natureza?...Outrossim, participo a V. S. que, através da Conferência dos Bispos do Brasil, já encaminhei às autoridades superiores e competentes do País um relato dos fatos e essa minha decisão" (Ofício de D. Waldyr ao Tenente Coronel Gladstone, encarregado do IPM no 1º BIB).

Em resposta ao Bispo, em Ofício de 29 de janeiro de 1971, o Tenente Coronel Gladstone Pernassetti negou que houvesse torturas no 1º BIB e afirmou que todos os indiciados no IPM estão enquadrados na Lei de Segurança Nacional, inclusive o Bispo D. Waldyr Calheiros. Entretanto, as denúncias de torturas chagaram ao Comando do I Exército, General Sizeno Sarmento, através do Cardeal D. Jaime Barros Câmara e da CNBB. No dia 30 de janeiro de 1971, chegou ao quartel de Barra Mansa, o General Tasso Villar, Comandante da Divisão Blindada, à qual estava subordinado o 1º BIB, para apurar os casos denunciados pelo Bispo de Volta Redonda. Naquele momento, além dos sete indiciados que ainda estavam detidos, (Estrella já havia sido transferida para o Presídio feminino, Talavera Bruce, de Bangu), foram convocados outros que tinham sido encarcerados no Batalhão e já estavam soltos. Diante do General, todos assinaram depoimentos negando a tortura, inclusive o Pe. Natanael. Apenas Edir Inácio da Silva confirmou as torturas em depoimento por escrito na sindicância do General Tasso Villar:

"E, quando cheguei no comando, o coronel Arioswaldo veio junto com o general me apresentou a ele e o General se apresentou como General Tasso Villar, Comandante da Divisão Blindada e ele disse: 'houve uma denúncia do D. Waldyr Calheiros, por sua causa foi feita uma comissão de sindicância e eu vim ouvir os presos e os presos negaram que foram torturados'. Eu falei: 'General aqui nesta sala são todos torturadores e ladrões. Dão choques na vagina das prisioneiras e no pênis dos prisioneiros. Estrella abortou por causa dos choques que recebeu'. queria te fazer um pedido, que não entrasse no seu depoimento o roubo, que eu to com muita vergonha disso e já vi que é verdade, to com vergonha do choque no pênis e to com vergonha no choque na vagina da Estrella Dalva, eu queria que esse três assuntos não contassem no depoimento" . Eu queria que eles soubessem, até por que nós estávamos deixando, nós presos, dom Waldyr muito mal, nós estávamos deixando dom Waldyr muito mal, bom, então eu fiz o depoimento nesses

termos que estão aí e quando terminou o depoimento ele entrou na sala e fez a seguinte pergunta pra mim "Edir eu estou indo embora, você tem mais alguma coisa pra me falar?", "eu tenho uma pergunta pra fazer ao senhor e tenho um pedido", "qual é a pergunta?", "a pergunta é o seguinte, general: 'o tenente tinha me avisado, eu falei a verdade, o senhor falou que queria saber da verdade, o senhor é general que gosta da verdade, o senhor vai embora e eu vou ficar aqui na mão deles, como eu fico?'... Ele foi e chamou o Coronel Arioswaldo e falou: 'todos os presos que estão aqui e que passaram pela comissão estão, a partir de hoje, pelo meu comando, não me toquem num fio de cabelo de nenhum preso e o Edir você manda ele ficar junto com os outros lá e não deixa ele sozinho mais´... Foi quando eu fui ficar com os companheiros...Ninguém mais foi torturado... não houve mais tortura... tivemos banho de sol dali pra frente até que embarcamos para o Presido Hélio Gomes e lá nós fomos para o Presídio da Ilha Grande" (Depoimento de Edir Inácio da Silva em Audiência Pública da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda) .

Em carta ao Cardeal D. Jaime, D. Waldyr justificou a omissão dos jocistas e do próprio Pe. Natanael na denúncia de torturas para o General Tasso, tendo em vista que tanto o Comando do I Exército quanto o da Divisão Blindada estavam previamente cientes de tudo que estava ocorrendo no Batalhão e que os que haviam sido presos e, mais ainda, os que ainda estavam presos temiam sofrer retaliação de novas torturas, ainda mais, ou temiam por seus entes queridos, após o retorno do General ao Rio de Janeiro. De qualquer forma, após a sindicância do General Tasso, cessaram as torturas no BIB e permitiram maior liberdade para os presos andarem pelo quartel, receber visitas e até deixaram o Pe. Natanael celebrar Missa no Batalhão. O Pe. Natanael escreveu uma outra carta, no dia 1º de fevereiro de 1971, longe da presença do Coronel Arioswaldo, para D. Waldyr entregar

ao General Tasso confirmando as torturas que sofreu e presenciou, mas ainda com muito temor do que pudesse acontecer de represália.

ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA – **PASTA TORTURAS**

No mês de fevereiro, Pe. Natanael, Edir Inácio, João Cândido, Hélio Medeiros, Pôncio Defaveri, Carlos Alberto e Sérgio Galvão foram transferidos para o Presídio da Ilha Grande como presos políticos, antes mesmo do julgamento na Justiça Militar. Ficaram seis meses encarcerados naquele Presídio aguardando o julgamento do IPM 65/70.

"Éramos presos políticos, portanto, quando ouvíamos que estavam batendo nos presos comuns, nós começávamos a gritar e protestar, só isso que fazíamos. Quando tinha visitas, recebia visitas no máximo uma vez por mês, visita de familiares, eram vasculhados e tudo, pra ver de não estavam levando drogas. E ficávamos mais ou menos isolado com os familiares, então não dava contato pra gente se reunir e articular nada lá dentro" (Depoimento de Pe. Natanael de Moraes Campos à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda*)*

IPM 65/70 CONTRA OS 20 INDICIADOS

FONTE:ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS – BNM 079

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=BNM079

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO

FUNDO DPPS – PRONTUÁRIO 50480/RJ – INFORMAÇÃO 02/71 – 4º SETOR/DPPS/RJ

O Inquérito Policial Militar 65/70 teve início com a prisão de Hélio Medeiros de Oliveira, João Cândido de Oliveira e Padre Natanael de Moraes Campos, respectivamente, dias 2, 3 e 6 de novembro de 1970 pela Agentes Secretos de Informação do 1º Batalhão de Infantaria Blindada. Interrogatórios e confissões sob torturas de João Cândido e Hélio Medeiros desencadearam diligências de buscas e apreensões (sem

mandato judicial) nas residências dos detidos, inclusive dos padres Natanael e Arnaldo Werlang (este já se encontrava preso na Polícia do Exército na Guanabara desde 19 de setembro de 1970, quando houve a prisão da Direção Nacional da JOC). No dia 6 de novembro, em nota oficial, foi instaurado no 1º BIB o IPM 65/70, sob o encargo do Tenente Coronel Gladstone Pernassetti, para apurar os crimes contra a Lei de Segurança Nacional da Ditadura Civil-Militar que naquele momento era exercida com plenos poderes de repressão amparada pelo Ato Institucional Nº 5.

Dessas buscas e apreensões resultaram a apreensão de livros, jornais e anotações considerados subversivos pelos agentes militares do IPM e inicia-se uma série de prisões de vários militantes da JOC até meados de novembro daquele ano. A partir, então, da apuração nos interrogatórios da pessoa de codinome "João" que forneceu o material de propaganda ideológica encontrado no barraco de João Cândido e Hélio Medeiros. Em meados de novembro de 1970 deu-se a prisão e interrogatório de Sérgio Paulo Galvão, que sob intensa tortura, que confessou aos Agentes de Informação do Batalhão a organização ao qual pertencia (Dissidência da Vanguarda Armada Revolucionária) e os codinomes dos que integravam sua célula e dos seus contatos na Frente Operária.

Numa sequência intensa de prisões, interrogatórios, torturas, confissões de nomes e mais prisões, os Agentes Militares de Informação (Ten. Cel. Gladstone; Cap. Paiva; Ten. Tenório; Sarg. Pires, Sarg. Izaque) passaram a uma busca frenética pela "Lúcia". Na confissão de Sérgio Galvão, afirmou ter sido apresentado à Lúcia por Vicente Melo num grupo de teatro em Volta Redonda. Naquela noite, na apuração das eleições de 1970, no Recreio dos Trabalhadores, Vicente Melo foi preso e levado para o Batalhão pelos Agentes de Informação do Exército. Na acareação com Sérgio Galvão, que identificou Vicente como intermediador com "Lúcia", este confessou que seu cunhado, José Roberto Gomes, estudante de Arquitetura em Barra do Piraí havia lhe apresentado a "Lúcia".

Imediatamente, em diligência, José Roberto Gomes foi detido e interrogado no quartel e confessou que era colega de "Lúcia" na faculdade. Nova diligência de madrugada em Barra do Pirai, obrigou os responsáveis a abrirem a faculdade e vasculharam as fichas dos alunos até encontrarem Estrella Dalva Bohadana e o endereço dos seus pais na Guanabara, onde foi presa e trazida para o 1º BIB em Barra Mansa.

FONTE:ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS – BNM 079

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=BNM079

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO

FUNDO DPPS – PRONTUÁRIO 50480/RJ – INFORMAÇÃO 02/71 – 4º SETOR/DPPS/RJ

Noutra sequência de prisões a partir das confissões de Sérgio Galvão ainda sob intensa tortura, foram presos Sergio Peixoto Dias, Márcio Uruari Peixoto, João Luiz de Souza e Carlos Alberto Nascimento (este foi detido na hora do seu casamento). Noutro interrogatório, Sérgio Peixoto confessou ter apresentado Marco Antônio à "Lúcia" e, daí apresentada, por Marco Antônio, ao Padre Natanael porque era seu assistente da Missa na Paróquia Santa Cecília. No ARQUIVO, pavilhão de torturas do Batalhão, Marco Antônio foi interrogado e citou uma reunião da Diocese em Barra do Piraí que participou com o Padre Natanael e o Bispo D. Waldyr, onde estava presente Schetino Mota. Este foi preso, interrogado, torturado, sem nada saber sobre o movimento e em 16 dias liberado.

A partir das confissões de Estrella Bohadana, sob intensa tortura, Pe. Natanael, após ser libertado do gesso que curava sua clavícula, no dia 19 de dezembro de 1970, ficou sob tortura psicológica no SUBMARINO por 20 dias. No início de janeiro de 1971 foi submetido a interrogatório e a perversas, cruéis e macabras sessões de torturas, sob as quais confessou ser socialista marxista e não ter mais fé: "*Na tortura se eu não respondia o que eles queriam, eles davam choque, então, era um sinal de que não estavam concordando com aquilo que eles queriam que eu falasse"* (Depoimento do Pe. Natanael à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda). No mês de

janeiro de 1971, somente estavam presos no Batalhão de Barra Mansa: Natanael, João Cândido, Hélio, Bebeto, Edir, Galvão, Pôncio e Estrella.

Os Agentes de Informação do Exército já haviam apurado tudo que precisavam no IPM 65/70, e, por isso, não havia mais informações relevantes para serem obtidas em interrogatórios. No entanto, as torturas se sucediam e passaram a ser apenas para a satisfação perversa dos torturadores e quebrar moralmente as convicções mais profundas daqueles prisioneiros. As torturas passaram a ter requintes de sadismo macabro, como a PROCISSÃO, na qual os torturados, nus, andavam à noite amarrados em fio desencapados, no terreno do quartel às margens do Rio Paraíba do Sul e, no trajeto, recebiam choques elétricos dos torturadores que, ao mesmo tempo, cantavam a música "JESUS CRISTO, EU ESTOU AQUI".

Os oito militantes foram mantidos em prisão preventiva solicitada pelo encarregado do IPM, Tenente Coronel Gladstone Pernassetti. Esse justifica, da seguinte forma, cada um dos acusados no Relatório Parcial encaminhado, no dia 29 de dezembro de 1970, ao Auditor da Justiça Militar, Juiz Mário Moreira de Souza, da 1ª Auditoria da Aeronáutica:

FONTE:FONTE:ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS – BNM 079

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=BNM079

ESTRELLA DALVA BOHADANA *– "Universitária e estudante de Arquitetura da Faculdade de Barra do Piraí, é sem sombra de dúvidas, o elemento coordenador da ação de subversão planejada pelo POC (Partido Operário Comunista) e, posteriormente, POLOP (dissidente do mesmo Partido), para a área de Volta Redonda, eis que incumbida de estabelecer contatos com grupos atuantes na área e ainda formar outros, através da doutrinação marxista, organizava-os traçando planos de ação. O grupo da JOC e outros contatos que coordenava, participaram da panfletagem e colocação de selos concitando*

a população ao voto nulo nas eleições de 15 de novembro passado" (RELATÓRIO PARCIAL DO IPM 65/70).

SÉRGIO PAULO GALVÃO – *"Sua atuação como elemento radicalista dos movimentos de comunização do país e como elemento representativo dos movimentos e organizações a que pertencia (VAR-PALMARES e DISSIDÊNCIA VAR-PALMARES), na área de Volta Redonda, foi confessada em depoimento e sua participação com Estrela Dalva Bohadana, numa ligação das organizações as quais pertenciam, no planejamento de ações subversivas que pretendiam desenvolver em Volta Redonda" (RELATÓRIO PARCIAL DO IPM 65/70).*

EDIR INÁCIO DA SILVA – *"Operário da CSN, sindicalista vinculado ao Genival Luiz da Silva do PCBR, participou do grupo do Padre Natanael na Organização de Estrella Bohadana, com o codinome 'Luiz', como elemento da JOC dentro da CSN, e colaborou na organização da Semana do Operário na Paróquia Santa Cecília" (RELATÓRIO PARCIAL DO IPM 65/70).*

PÔNCIO DA SILVA DEFAVERI – *"Sua participação como elemento militante do Partido Operário comunista (POC) esta bem definida no seu depoimento onde também confessa ter participado de um assalto à Agência de Campo Grande da Caixa Econômica Federal e da tentativa de assalto da Agência de Guadalupe do Banco do Estado da Guanabara" (RELATÓRIO PARCIAL DO IPM 65/70).*

CARLOS ALBERTO NASCIMENTO DOS SANTOS – *Estudante do 4º ano de Medicina na Policlínica Botafogo, participou no Rio de Janeiro de movimentos estudantis de fundo comunista, tendo durante o ano de 1970 mantido contato com o PCdoB em reuniões em que debatia com seus contatos a forma de atingir a comunização do Brasil, através da tomada do poder por uma luta armada. Em Volta Redonda foi o doutrinador de Sérgio Galvão, Sérgio Peixoto Dias, Márcio Uruari Peixoto e Pôncio Defaveri" (RELATÓRIO PARCIAL DO IPM 65/70).*

JOÃO CÃNDIDO DE OLIVEIRA – *"participou no grupo coordenado por Estrella Bohadana como elemento preparado para participar da doutrinação de outros, como na JOC. Foram apreendidos na sua residência farto material destinado a ações subversivas do grupo, tais como, diversos exemplares do suplemento "O CENTELHA",*

"LIBERTAÇÃO", orientação de campanha do voto nula nas eleições de 15 de novembro" (RELATÓRIO PARCIAL DO IPM 65/70).

HÉLIO MEDEIROS DE OLIVEIRA – *"morava junto no barraco em Vila Brasília com João Cândido, e junto com ele, participava do grupo coordenado por Estrella Bohadana, membro da JOC de Volta Redonda" (RELATÓRIO PARCIAL DO IPM 65/70).*

Pe. NATANAEL DE MOARES CAMPOS – *"É sem sombra de dúvidas o elemento catalizador de todos os movimentos subversivos que surgiram nesta área, aproveitando-se da situação como sacerdote para doutrinar a juventude e o operariado, visando facilitar o ingresso destes nas Organizações subversivas com intuito de mudar o regime de Governo e consequentemente as estruturas sociais brasileiras. Seu trabalho pode ser classificado como o de um indivíduo que ara e aduba a terra, deixando-a em condições de ser semeada por organizações contrárias ao regime de Governo do País. Da mesma forma, facilitou aos semeadores da luta armada contatos com os elementos que já havia doutrinado por intermédio de constantes palestras e orientações contrárias ao regime de Governo no Brasil" (RELATÓRIO PARCIAL DO IPM 65/70).*

Em 30 de janeiro de 1971, o encarregado do IPM, Tenente Coronel Gladstone Pernassetti, escreveu o relatório final com indiciamento das pessoas abaixo:

D. Waldyr Calheiros
Pe. Natanael de Moares Campos
Pe. Arnaldo Werlang
João Cândido de Oliveira
Hélio Medeiros de Oliveira
João Batista da Silva
Arly Matildes Amorim
Edir Alves de Souza
José Francisco Barbosa
Estrella Dalva Bohadana
Sérgio Paulo Galvão
Edir Inácio da Silva
Marcus Vinícius de Vasconcelos

Marco Antônio da Rosa

Lauro Bairral Dias

Pôncio da Silva Defaveri

Márcio Aruari Peixoto

Sérgio Peixoto Dias

Carlos Alberto Nascimento dos Santos

Emídio Jeremias

José Ventura

Luiz Bursztyn;

Para justificar a inclusão do D. Waldyr Calheiros, Bispo Diocesano, como mais uma vez indiciado nesse outro IPM, o relator, Ten. Cel. Gladstone Pernassetti, aponta as seguintes acusações:

FONTE:FONTE:ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS – BNM 079

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=BNM079

"Finalmente, pela leitura dos autos destaca-se como grande responsável pelos atos de subversão ao regime, praticados na área de Volta Redonda, o bispo Dom Waldyr Calheiros de Novaes, já indiciado num IPM em 1969. Seu trabalho de solapamento à ordem social brasileira está bastante claro nos depoimentos daqueles que mantém ou mantiveram ligações com ele e que estão indiciados neste IPM" (RELATÓRIO PARCIAL DO IPM 65/70).

No dia 19 de fevereiro de 1971, o IPM 65/70 chegou às mãos do Promotor do Ministério Público da 1ª Auditoria da Aeronáutica, DR. José Manes Leitão. Naquele momento D. Waldyr e 16 sacerdotes de sua Diocese ainda respondiam ao IPM da Subversão 853/69 instaurado na 2ª Auditoria do Exército. O advogado de defesa no caso era o Dr. Heleno Fragoso. Em 12 de junho de 1971 a 1ª Auditoria da Aeronáutica encaminhou os autos do processo para a 2ª Auditoria do Exército, onde já estavam sendo julgados o Bispo e os padres Natanael e Arnaldo no IPM de 69. Entretanto, no mês

seguinte, o processo do IPM retornou para a 1ª Auditoria da Aeronáutica porque havia vinte leigos do IPM 65/70 que não estavam no IPM 853/69. No dia 12 de janeiro de 1972 o Promotor Gastão dos Santos Ribeiro decide pelo arquivamento do IPM, mas o Juiz-Auditor concordou apenas em excluir D. Waldyr e os padres Natanael e Arnaldo, mas não os leigos indiciados. Foi nomeada um substituto na promotoria. Nesse ínterim, o Superior Tribunal Militar decidiu revogar a prisão preventiva do Pe. Natanael, Hélio Medeiros de Oliveira e João Cândido de Oliveira e 24 de julho de 1971, 8 meses e 18 dias após a detenção.

Em 13 de setembro de 1972, a Promotora Marina Flora de Azevedo Ferreira requereu o arquivamento do IPM na 1ª Auditoria da Aeronáutica porque segundo essa Promotora: "Os fatos criminosos constantes desse IPM foram praticados por elementos estranhos à JOC que se infiltraram sorrateiramente entre os fiéis dessa associação, para semear o vírus das ideias políticas contrárias ao regime desse País". Entretanto, o Juiz Teócrito Rodrigues de Miranda da 1ª Auditoria Militar indeferiu o pedido de arquivamento do IPM feito pelo Ministério Público. Diante da decisão gerou novo recurso ao Superior Tribunal Militar cujo egrégio colegiado decidiu definitivamente pelo arquivamento do IPM 65/70 no ano seguinte.

IDENTIFICAÇÃO DOS ACUSADOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA - 8º CASO – IPM 65/70 – JOC E ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

I) INSTITUIÇÕES ACUSADAS DE PERTENCIMENTO AO SISTEMA DE REPRESSÃO – IDENTIFICADAS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E INDICADAS EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS

1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

II) ACUSADOS DE GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS – IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E INDICADOS EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS

Coronel Arioswaldo Tavares Gomes da Silva – Comandante do 1º BIB

Tenente Coronel Gladstone Pernasetti Teixeira – SubComandante do 1º BIB

General Ene Garcez – Chefe da Linha de Serviços Gerais (LSG) da CSN

Capitão Giácomo Giagio Di Gesu - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Sargento Milton José Siqueira Pires - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Tenente Marcus Tenório - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Cabo José Augusto Cruz - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Tenente Antonio Carlos de Noronha Miranda - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Sargento Isaque Silva Garcia - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Cabo Alberto - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Tenente Médico Erico Augusto Lopez - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

9º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES

DOS DIREITOS HUMANOS

PRISÕES ILEGAIS, TORTURAS,

ASSASSINATOS E DESAPARECIMENTOS

DE SOLDADOS

DO 1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA

9º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

PRISÕES ILEGAIS, TORTURAS, ASSASSINATOS E DESAPARECIMENTOS DE 15 SOLDADOS DO 1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA

I) EQUIPE DA 2ª SEÇÃO DO 1º BIB - AS PRISÕES, TORTURAS , MORTES DE SOLDADOS E OCULTAÇÃO DE CADÁVERES

No dia 23 de dezembro de 1971, Expedito Botelho Luiz, apelido "**CAPARA**", 28 anos de idade, residente no Bairro Eucaliptal, em Volta Redonda, foi preso pela Polícia Civil de Volta Redonda. Foi acusado de tráfico de maconha, e de receber maconha no "Bar dos Motoristas" no Bairro Ponte Alta. Expedito "Capara" foi acusado também de fornecer maconha para consumo de alguns soldados, a maioria integrantes da Banda do Batalhão e para jovens do Laranjal e Vila Santa Cecília que frequentavam os bailes de sábado à noite no Clube dos Funcionários. O Juiz de Direito Dr. José Maria Valladares transferiu Expedito Botelho para o 1º BIB. O início das investigações pela Equipe da Seção de Informações do Batalhão (S2) se deu com o interrogatório do detento transferido da Delegacia de Polícia Civil de Volta Redonda, que, sob tortura, confessou que, seu irmão, Hélio Botelho Luiz (Sd. Botelho) era consumidor e passava maconha para colegas do Batalhão que a usavam lá dentro.

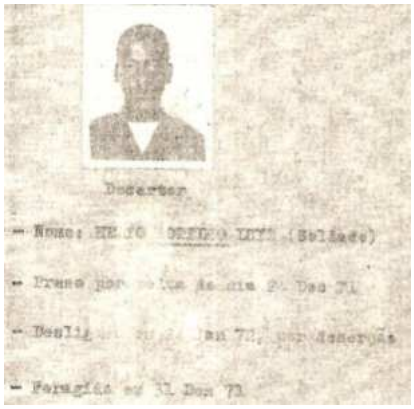
A equipe da Seção de Informações do 1º BIB ("Equipe do Cap. Niebus") era integrada pelo **Capitão** Dalgio Miranda **Niebus**, 2º **Tenente** Paulo Reynaud **Miranda** da Silva, 3º **Sargento** Ivan **Etel** de Oliveira, 3º **Sargento Rubens** Martins de Souza, 3º **Sargento** Sidinei **Guedes**, Cabo José Augusto **Cruz**, Cabo Celso Gomes de **Freitas** Filho. Essa "Equipe", a partir do depoimento de Expedito Botelho Luiz, foi encarregada

de uma SINDICÂNCIA para investigar e apurar a existência de consumo e tráfico de maconha no 1º BIB. Essa sindicância foi instaurada por ordem do **Coronel <u>Arioswaldo</u>** Tavares Gomes da Silva, Comandante do 1º BIB.

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*
DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

No dia 26 de dezembro de 1971, domingo, às 13h30, uma patrulha do 1º BIB, por ordem do Cap. Niebus, prendeu o Sd. Botelho na casa dos seus pais, Bairro Eucaliptal. O detido foi levado para o Pelotão Especial e depois para o SUBMARINO, e lá permaneceu até o dia 28 sem ser torturado. No dia 29, pela manhã, foi levado para sala do ARQUIVO pelo Sgt. Guedes e Sgt. Nivaldo, local de tortura no Batalhão. O Sgt. Guedes ordenou que o Sd. Botelho subisse com os pés descalços em duas latinhas de massa de tomate, e assim permaneceu por uns 20 minutos, tempo em que o Sgt. Nivaldo aplicou cuteladas nos ombros do prisioneiro cansando inchaço.

Nesse momento, chegaram ao ARQUIVO o cap. Niebus, Ten. Miranda, Sgt. Rubens, Cb. Cruz e Cb. Freitas. Ainda de pé sobre as latinhas, o Sd. Botelho recebeu do Ten. Miranda um golpe de cano de ferro na cabeça que o fez cair no chão. Em seguida, o Soldado passou a ser agredido pelo mesmo Tenente com o cano de ferro, pelo Cap. Niebus com socos, pelo Cb. Cruz com socos, pelo Sgt. Nivaldo com "telefones" nos ouvidos e chineladas no rosto.



No dia 30 de dezembro, o Sd Botelho (Soldado **Hélio Botelho Luiz**), no ARQUIVO, foi novamente torturado com socos, agressões com cano de ferro, "telefones" e pontapés pela mesma Equipe S2 do Batalhão: Cap. Niebus, Ten. Miranda, Sgt. Rubens, Sgt.

Nivaldo, Sgt. Guedes, Cb. Cruz e Cb. Freitas, acrescida do Sgt. Geraldo. O Ten. Médico Erico examinava os soldados torturados e liberava para tortura. No dia 31 de dezembro, algemado com as mãos para trás, Sd. Botelho passou a receber choques elétricos com magneto e fios desencapados. Naquele mesmo dia, o Cap. Niebus obrigou Sd. Botelho a engolir uma pedra (ovo de arigó) e uma corrente de relógio de bolso.

O **Hélio Botelho Luiz** narrou sua fuga do ARQUIVO no fim da tarde de 31 de dezembro e sua deserção do quartel de Barra Mansa em depoimento para Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda:

"Eu ficava numa cela no Arquivo, isolado dos demais soldados presos que ficavam nas celas da guarda na entrada do Batalhão. No dia 31 de dezembro minha ideia era suicidar porque eu não aguentava mais.... Pensava, pelo menos não vou morrer nas mãos deles. Mas eu pensei, se eu tenho essa disposição para suicidar, eu vou embora, vou tentar ir embora. No canto da cela tinha um cano de chuveiro...só o cano na parede... e um vaso sanitário. Tinha o buraco do respiradouro no teto da cela, com dois canos que vinha pela laje com a lâmpada pendurada. Eu falei, vou ter que passar ali. Eu era magro na época. Puxei o armário e subi, me enfiei no buraco, agarrei na cintura, fui me contorcendo, voltei, arranquei o cano, porque em cima da laje o telhado era de brasilit. Vou tentar de novo... Tava escurecendo...7 horas tinha o reforço da guarda (porque à noite não tinha mais visibilidade de um posto da guarda pro outro e ai vinha o reforço nos vãos)... Tinha que passar nesse momento, antes do reforço da guarda... e fugir pro Lazareto. Peguei o cano... passei no respiradouro... fiquei todo ralado...em carne viva... mas subi na laje e arrebentei, com o cano, o grampo do Brasilit no telhado. Deu pra mim ver a liberdade...

Tava meio claro... fim da tarde... Em cima do telhado eu vi as posições das sentinelas... Pulei o muro dos fundos do quartel, que da pro Bairro Lazareto... Eu fugi fardado, mas levei minha roupa paisano. Peguei taxi pra casa de minha família. Compraram passagem pra São Paulo no último ônibus.. Fui me esconder em Santos".

No dia 28 de dezembro de 1971, foram presos os soldados do 1º BIB, Nilson Senhorinho Macarto (Sd. **Senhorinho**), José Getúlio Novo Pauferro (Sd. **Getúlio**) e Célio Ferreira (Sd. **Ferreira)** pela mesma Equipe S2 do Cap. Niebus que estava de posse de uma lista de soldados-praças usuários de maconha, confessada sob tortura no 1º BIB por Expedito "Capara" (que foi devolvido para a Polícia Civil de Volta Redonda e depois desapareceu). As prisões e torturas de cada um desses soldados será a seguir relatada em separado.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE
DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

O Sd. **Ferreira** (Soldado **Célio Ferreira**) foi preso pelo chefe do Corpo da Guarda, sob acusação de envolvimento com consumo de maconha. Ele ficou detido no xadrez da Guarda, na entrada do Quartel, mas dormiu uma noite algemado no Pavilhão do ARQUIVO. Algumas vezes foi levado da cela da guarda para o Arquivo onde era interrogado, sob torturas, pelo Cap. Niebus, Ten. Miranda, Sgt. Rubens, Sgt. Etel, Cb. Cruz e Cb. Freitas. Foi violentamente espancado com cano de ferro, cinto N.A. (tipo militar), socos e pontapés; recebeu choques elétricos; apertaram seu joelho direito na prensa, com sofrimento insuportável. O Sd. Ferreira foi testemunha das torturas violentas sofridas no Arquivo por

outros colegas de farda: Sd. Getúlio, Sd. Senhorinho, Sd. Amorim, Sd. Aparecido, Sd. Gonzaga e Sd. Geomar pela Equipe do Cap. Niebus acrescida do Cap. Voltaire que socou a boca dos soldados Getúlio e Senhorinho.

O Sd. **Senhorinho** (Soldado **Nilson <u>Senhorinho</u> Macarto**) foi preso no dia 28 de dezembro de 1971 pelo Sgt. Etel, sob acusação do caso da maconha no BIB, e encaminhado para a cela da guarda, na entrada do Batalhão. Dali foi levado várias vezes para o Pavilhão do Arquivo para ser interrogado e torturado pelo Cap. Niebus, Cap. Voltaire, Sgt. Etel e Cb. Cruz, sendo espancado com cano de ferro, aparelho de choque e

soco no olho esquerdo que lhe causou um derrame e deformação. O Sd. Senhorinho foi testemunha das torturas sofridas no Arquivo pelos Soldados Getúlio, Gonzaga, Pery, Amorim, Aparecido e Ferreira com cano de ferro, choques elétricos, palmatória, Cinto NA, socos e prensa em torno, que foram executadas pelo Cap. Niebus, Cap. Voltaire, Ten. Miranda, Sgt. Etel, Sgt. Rubens, Cb. Cruz e Cb. Freitas.

Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta

Redonda **Darcília Rosângela de Jesus Marcato**, viúva de Nilson Senhorinho Marcato (Sd. **Senhorinho**), relatou que era namorada do Sd. Senhorinho e que testemunhou seu sofrimento:

"Quando ele estava servindo o Exército ele queria sair de lá, mas a família falava que servir era muito

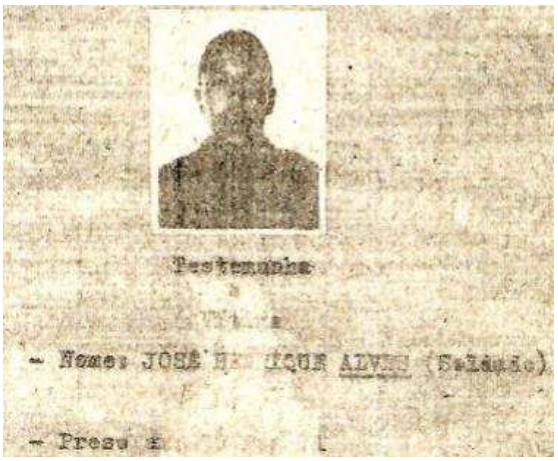
bom para a Pátria e depois para arrumar emprego, mas ele não gostava, tinha pavor. Depois do Natal de 1971, Senhorinho foi preso acusado de usar maconha. Daí a mãe dele acho estranho que ninguém conseguia fazer visita pra ele, nem entrar dentro do BIB. Ele falava que era torturado numa sala a prova de som. Eles batiam, xingavam e ninguém ouvia. A minha sogra não conseguiu ver ele, mas conseguiu ouvir do lado de fora do quartel, porque a cela ficava perto da linha de trem. Na cela tinha uma portinha lá no alto por onde saia a voz dele. E ele falava: 'Mãe! Mãe! Se você tiver me ouvindo, me tira daqui que eles vão me matar. Já mataram dois'. Quando ele saiu, ele tava uma coisa horrível, parecia filme de terror. Quando ele veio pra casa, ela já tava internado no HCE. O rosto todo inchado. O corpo todo inchado. Com atadura enrolada na cabeça que parecia que levou muita pancada na cabeça. Uma vermelhidão dentro dos olhos, tipo sangue. Quebraram os dentes. Eu nem reconheci ele".

No mesmo dia da prisão do Sd. Senhorinho, foi preso o Sd. **Getúlio** (Soldado José Getúlio Novo Pauferro), acusado no envolvimento do caso da maconha, encaminhado para o xadrez do Corpo da Guarda. Ao ser levado para o Arquivo, foi interrogado sob torturas com socos, golpes com cano de ferro na cabeça e chutes. Essas seções de torturas foram executadas pelo Cap. Niebus, Cap. Voltaire, Ten. Miranda, Sgt. Etel, Sgt. Rubens, Cb. Cruz e Cb. Freitas. O Sd. Getúio também testemunhou as torturas dos soldados Ferreira, Pery, Amorim, Gonzaga, Geomar e Senhorinho, da seguinte forma: Cap. Niebus com cano de ferro, pontapés e socos; Sgt. Rubens com cinto NA, socos e pontapés; Sgt. Etel com cano de ferro, socos, pontapés, choque elétricos e prensa em torno nos pés e joelhos. Em depoimento à Comissão

Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, **José Getúlio Novo Pauferro** descreveu o seu sofrimento e de seus colegas naqueles dias de horror no BIB:

"Então naquela época eu fui preso quando estava dentro do Quartel, trabalhando de ajudante na barbearia. Fui levado pro Arquivo e eles começaram a torturar já com pensamento que a gente sabia que os oficiais que estavam envolvidos e dos sargentos que estavam envolvidos, eu não sabia nada como eu ia falar pra eles: 'ah, fulano tá envolvido, sargento ou tenente', não sabia nada e como eu ia falar. Todos eles torturavam: Sargento Etel, Sargento Rubão, Tenente Miranda, capitão Niebus, que era um dos mais covardes, tinha um Cabo Cruz então, que era um dos mais covardes, ele usava até uma luva preta na mão para dar pancada e tudo. O Sargento Etel, era gaúcho, alto, forte, com uma mão que parecia uma raquete, deu um soco no olho do Senhorinho, que a gente chamava de Nilsinho, que inchou aqui. Eu tinha vindo da tortura e eles me jogaram na solitária, na solitária ficava aquela cerâmica toda com água, creolina, eles jogavam a gente de short, ali no chão puro, depois da sessão de espancamento. Corpo todo roxo. Eles jogaram Nilsinho perto de mim e ele gritando, com a cabeça toda deformada, e ele apavorado e me deu um ataque de riso de nervoso. Aí depois eu parei. E ele 'poxa, tá estranho a minha cabeça', eu falei "não, sua cabeça tá normal", até que eles arrumaram lá, deram um espelho, ah rapaz, que noite. Ele chorou demais quando viu aquilo tudo deformado, pra ele ia ficar daquele jeito, não ia voltar mais. Mas a vista dele ficou com defeito pra sempre. Havia instrumento de tortura que era choque, te amarrava um fio aqui embaixo na sua perna, outro aqui e rodava aquele choque continuo, aquilo parecia que estava te arrancando perna e braço, porque aquilo parece mesmo, você não aguenta, parece que tá te arrancando, é horrível. Cada vez que

ele toca mais na manivela o choque era mais forte, isso pega uns 110 que ele te coloca, é aquilo ali, mas um choque desse aí vai aumentando, cada toque na manivela ele aumenta mais. E ficava em cima de latas, as vezes eles colocavam a gente pra equilibrar, se cair a pancada comia mais ainda. Eu fui recebido com chute, porrada. A tortura começava ali, na entrada do Arquivo. Batiam com cano de ferro, com palmatória grande que o Capitão mandou fazer. O cano de ferro que Helio Botelho fugiu foi usado pra bater na gente. O capitão Niebus bateu tanto na gente que entortou o cano. Eles fizeram a prensa pra tortura que ficava lá no Arquivo. Eles botaram no meu pé, que era uma chapa mais ou menos assim, que aqui deve ter um 70, 80. Foi aonde estouraram a cabeça do Vicente, ele foi pra HCE ainda vivo, chegou na HCE tiraram fotografia dele, da cabeça estourada dessa prensa. A prensa tinha um parafuso no meio e uma tarraxa, eles iam atarraxando e aí prensaram. Prensaram o meu pé, botaram choque eu arranquei, ainda feriu meu pé todo em cima. Eles cortaram quase todo mundo quase todo mundo passou por aquela prensa, poucos foram os que não passaram. Eles iam matar todo mundo se não tivesse tido uma intervenção"



No dia 30 de dezembro de 1971 foram presos no 1º BIB, por ordem do Cap. Niebus, os Soldados Alves, Pery e Amorim por envolvimento no caso da maconha. O Sd. **Alves** (Soldado **José Rodrigues <u>Alves</u>**) ficou preso na cela incomunicável (solitária) no Corpo da Guarda. O soldado foi levado para interrogatório no Pavilhão do Arquivo onde foi torturado numa cadeira em que foi algemado com mãos para trás pelo Cap. Niebus que lhe dava socos e agredia com cano

de ferro na cabeça e nas pernas, pelo Sgt. Etel que lhe espremeu os pés na prensa. Foi torturado também pelo Cb. Cruz e pelo Sgt. Rubens que lhe aplicaram choques elétricos.

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

Naquele dia foi preso o Sd. **Pery** (Soldado **<u>Pery</u> Silvares Henrique**), que ficou detido no xadrez do Corpo da Guarda e, depois, foi levado para o ARQUIVO, onde era interrogado em seções de torturas pelo Cap. Niebus, Ten. Miranda, Sgt. Guedes, Sgt. Etel, Sgt. Rubens, Cb. Cruz e Cb. Freitas. No seu suplício recebeu surra de cinto N.A., golpes com cano de ferro na cabeça, choques elétricos e apertaram seus pés com uma prensa. O Sd. Pery foi testemunha das torturas dos soldados Amorim, Aparecido, Botelho, Evaldo, Senhorinho e Geomar.

Ainda no dia 30 de dezembro de 1971, foi preso o Sd. **Amorim** (Soldado **Sérgio <u>Amorim</u> Vieira)** por causa do problema da maconha no 1º BIB. Ficou detido no xadrez do Corpo da Guarda, na entrada do Quartel. Depois foi levado para ser interrogado pela Equipe do Cap. Niebus no ARQUIVO. Nos interrogatórios foi torturado violentamente pelo próprio Cap. Niebus, Ten. Miranda, Sgt. Etel, Sgt. Rubens, Sgt. Nivaldo, Cb. Cruz e Cb. Freitas. Foi agredido com cano de ferro, palmatória, choques elétricos de magneto, cinto N.A., tapas, socos, algemadas na cabeça e aperto dos pés na prensa. Ficou algemado no

ARQUIVO vários dias. O Sd. Amorim foi testemunha das torturas dos soldados Geomar, Pery, Gonzaga, Evaldo, Aparecido, Botelho e Getúlio.

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

No dia 31 de dezembro de 1971, Cap. Niebus ordena a prisão do Sd. **Gonzaga** (Soldado **Luiz <u>Gonzaga</u> Pereira**) pelo Pelotão Especial (PE) na casa de seus pais, no Bairro São João, Volta Redonda, véspera de Ano Novo. Da mesma maneira e pelo mesmo grupo de militares, Sd. Gonzaga foi torturado nos interrogatórios dentro do Pavilhão do Arquivo pelo Cap. Niebus, Ten. Miranda, Sgt. Etel, Sgt. Rubens, Cb. Cruz e Cb. Freitas, que se utilizaram de agressões com cano de ferro, socos, cinto N.A. e choques elétricos. Presenciou, ainda, as torturas dos soldados: Getúlio, Senhorinho, Amorim, Ferreira e Geomar.

No mesmo dia 31 de dezembro de 1971, quando estava na casa de seus pais, no Bairro Jardim Paraíba, o Sd. Geomar (Soldado **Geomar Ribeiro da Silva**) foi detido, sem, no entanto, ser avisado que estava sendo preso, mas sim requisitado para serviço no Batalhão. O Sd. Geomar era motorista da pick-up do Exército no BIB. Nenhum dos soldados, anteriormente detidos, haviam citado Geomar como usuário de maconha.

Os ex-soldados sobreviventes das torturas, Getúlio e Valter, em depoimento à Comissão Municipal da Verdade numa Diligência à antiga sede do 1º BIB, em Barra

Mansa, afirmaram que sempre estranharam a presença de Geomar naquele grupo de presos porque o conheciam dentro e fora do quartel, e que nunca o viram fumar maconha. Quando estava preso e entre uma seção de torturas e outra, ficava falando: "vou denunciar eles. Eles vão pagar". A irmã de Geomar, **Geralsélia Ribeiro da Silva**, em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda atribuiu a morte de seu irmão no 1º BIB como uma espécie de "queima de arquivo" pelos motivos que passa a relatar:

"Mamãe por ter irmãos militar, ela sempre quis que ele servisse; achava que ia ser importante pra vida dele. Então ele poderia ter sido dispensado, mas não foi na época. Serviu assim, 10, 9 meses normal. Depois ele começou a chorar muito em casa, chegava à casa não queria mais comida, não queria mais falar com ninguém... Nós fomos ver [por que ele tava... coisa estranha, né?]. Até que em janeiro, dezembro, ele contou pra ela, que ele pensou que tinha ido servir no Exército pra aprender alguma coisa boa, mas lá era um lugar só de maldade; que ele tava vendo maldade demais. Pessoas torturadas, e jogavam dentro da caminhonete que ele dirigia para serem jogados fora os corpos, que ele viu várias pessoas serem assassinadas. Jogava dentro da pick-up e enterrava. Ele não aguentou. Ele começou a chutar capacete dentro do quartel. O Geomar é grande mas é mole, é chorão. Ele é mesmo coração mole. Você não podia dar parabéns em aniversário, ne Natal, nem ano novo, você não podia falar com ele. O Geomar, ele contou pra mamãe que eles batiam e depois jogavam dentro da pick-up que ele dirigia e obrigavam ele a jogar no terreno

baldio. Eles iam junto também. Aí a mamãe falou pra ele: meu filho, você vai morrer também. Ele falou assim: não, mamãe, eu não vou porque eu sou militar, eles não vão fazer isso comigo; agora eu só quero dar baixa, eu não quero mais ficar lá. Ai no Natal, 25 de dezembro, puseram ele de serviço, ninguém nem desconfiou o porquê. Dia 31 foram buscar ele lá em casa, disseram que precisavam de um motorista, que o outro tinha faltado e tal. Ai depois, durante o inquérito todo, nós fomos descobrir que eles tinham medo que ele bebesse Natal, bebesse ano novo, falasse demais e falasse alguma coisa; então prenderam ele. No dia 31 de dezembro foi o dia que ele foi preso".

O SD. Geomar ficou detido no xadrez do Corpo da Guarda e depois teve seus dias finais nas mãos dos torturadores no ARQUIVO. Foi violentamente torturado pelo Cap. Niebus, Ten. Miranda, Sgt. Etel, Sgt. Rubens, Cb. Cruz e Cb. Freitas. Foi agredido com cinto N.A., cano de ferro, palmatória e socos. Levou choques elétricos e os pés foram apertados na prensa. O Sd. Geomar ficou preso no ARQUIVO, isolado dos demais presos que ficavam na cela do Posto da Guarda.

No dia 6 de janeiro de 1972 foi preso o Sd **Evaldo** (Soldado **<u>Evaldo</u> Luiz Lima**), na casa dos seus pais na Vila Santa Cecília, Volta Redonda, pela Patrulha do BIB, por problemas de consumo de maconha no Batalhão. Foi levado para o xadrez no Corpo da Guarda e depois ficou três dias no Arquivo. No interrogatório foi torturado por três membros da Equipe S2: Sgt. Rubens, Sgt. Etel e Cb. Cruz, que o agrediram com socos, cano de ferro, tapas, choques elétricos, cinto N.A. e palmatória que tinha 1 metro e pesava tanto que precisava de duas mãos para segurar. O Sd. Evaldo foi testemunha das torturas dos soldados: Aparecido (com as costas

machucadas e ferimentos nas mãos e na cabeça), Amorim (ferimento na cabeça), Senhorinho (olho machucado) e Geomar (com marcas pelo corpo, inchações, ferimentos e passando muito mal). Todos torturados pela Equipe S2: Cap. Niebus, Ten. Miranda, Sgt. Guedes, Sgt. Etel, Sgt. Rubens, Cb. Cruz e Cb. Freitas.

No dia 7 de janeiro de 1972 foi preso o Sd. **Aparecido** (Soldado **<u>Aparecido Dias Machado</u>**), morador do Bairro Nossa Senhora das Graças, foi preso no Quartel e logo conduzido para a sala do ARQUIVO. Na entrada foi logo agredido pelo Ten. Miranda, Sgt. Rubens, Sgt. Etel, Cb. Cruz e Cb. Freitas que fizeram uma rodinha e aplicaram-lhe socos, pontapés e bofetadas.

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*
DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

Após meia hora de espancamento foi obrigado a ficar nu e foi algemado com as mãos para trás sentado numa cadeira. Então foi violentamente espancado com cano de ferro pelo cap. Niebus que acabara de chegar no Arquivo e pelo Cb. Cruz que o agredia com cano de ferro nas clavículas e nas coxas e pressionou seu saco escrotal com o cano contra a cadeira. Apesar de gritar muito de dor, provavelmente ninguém o ouvia por causa do isolamento do Arquivo. Depois dessa seção de torturas na sala do Arquivo, o Sd. Aparecido foi levado para o SUBMARINO, obrigado a apoiar as mãos na parede, o Cb. Cruz deferiu-lhe violentas cuteladas na altura dos rins, depois com nova seção de golpes aplicados pelo Ten. Miranda, Sgt. Etel e Sgt. Rubens com cano de ferro e cinto N.A. e,

depois, de volta à sala do ARQUIVO, recebeu violentos choques elétricos com fios de magneto de aparelho telefônico. Todas essas seções de torturas ocorreram na sexta-feira, dia 7 de janeiro de 1971 e o Sd Aparecido ficou trancado no Submarino sábado e domingo sem ver seus algozes. Na segunda-feira, dia 10 de janeiro, o Sd. Aparecido foi levado para sala de torturas (ARQUIVO) onde o Cap. Niebus, Ten. Miranda, Sgt. Rubens, Sgt. Etel, Cb. Cruz e Cb. Freitas fizeram a roda de espancamento com socos, bofetadas e pontapés e o Cap. Niebus utilizou contra ele a palmatória na sua cabeça, nos ombros e peito. Quase desmaiando, o Sd. Aparecido pediu água e trouxeram uma lata de 20 litros cheia d'água onde enfiaram sua cabeça várias vezes até afogá-lo. No dia seguinte,11 de janeiro, foi novamente espancado com palmatória e cano de ferro na sala do Arquivo onde viu o Sd. Geomar desmaiado e todo arrebentado deitado no chão. Nesse dia viu o Sd. Vicente ser muito torturado com espancamento na sua frente com cano de ferro e palmatória que gerou feridas redondas nas costas, peitos e coxas dele. E que apertaram os pés do Sd Pery e do Sd. Amorim na prensa manual e que nessa mesma prensa apertaram a cabeça do Sd. Vicente.

Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, **Doralice Batista Machado**, viúva do ex-soldado do BIB Aparecido Dias Machado, relatou que Aparecido se tornou operário soldador da FEM e que contraiu um câncer leucêmico e depois outro câncer muito agressivo que lhe tirou a vida em 1983.

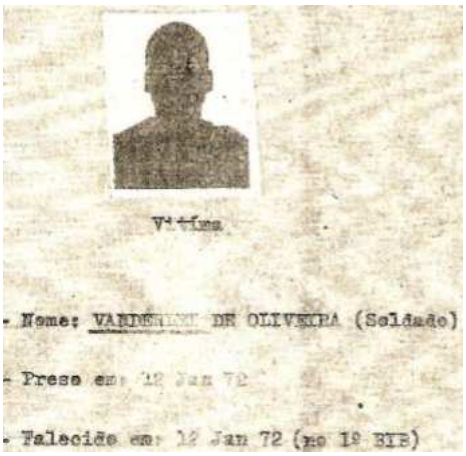
No dia 12 de janeiro, Sd. **Soares** (Soldado **Valter <u>Soares</u> de Matos**), morador do Bairro Nossa Senhora das Graças, foi preso, levado para a cela do Corpo da Guarda e depois interrogado na sala de tortura do Arquivo pelo Cap. Niebus, Ten. Miranda, Sg. Etel e Cb. Cruz sobre o problema da maconha no quartel,

quando recebeu socos e pancadas dos interrogadores. Passou algumas horas daquele dia na cela (SUBMARINO) com o Sd. Geomar que disse para ele ter sido espancado com socos, chutes, palmatória e cabeçadas pelo Cap. Niebus, Sgt. Etel e Cb. Cruz durante uns trinta minutos. O Sd. Soares viu entrarem no Arquivo, em que ele foi preso, os soldados Aparecido, Vicente, Monção e Vanderlei.

No dia anterior à prisão do Sd. Soares, ou seja, dia 11 de janeiro de 1972, foram presos: Sd. **Vicente** (Soldado **Roberto <u>Vicente</u> da Silva**), Sd. **Vanderlei** (Soldado **<u>Vanderlei</u> de Oliveira**) e Sd. **Monção** (Soldado **Juarez <u>Monção</u> Virote**). Na manhã do dia 12 de janeiro de 1972, com a presença de toda EQUIPE S2 comandada pelo Cap. Niebus, iniciou-se uma espécie de maratona de espancamentos coletivos sobre quatro soldados: Sd. Geomar (que já vinha sendo torturado no Arquivo há dias e já estava muito machucado), Sd. Monção, Sd. Vanderlei e Sd. Vicente.

Os quatro soldados, naquela manhã de 12 de janeiro de 1971, foram violentamente torturados com socos, chutes, agressões com cano de ferro, palmatória (tipo tacape, muito pesada, feita de ipê a pedido do Cap. Niebus à oficina do Batalhão), choques elétricos, prensa, cinto N.A. e fios. Foi um dos momentos mais violentos das torturas nessas duas semanas de sindicância. O Cap. Niebus, Ten. Miranda, Sgt. Etel

e Cb. Cruz se destacaram naquele sangrento dia pela violência brutal e enfurecida com que aplicavam golpes de cano de ferro e de palmatória-tacape nas cabeças, peitos e barrigas dos soldados torturados. O Sgt. Rubens, Sgt. Guedes e Cb. Freitas destacaram-se com socos, golpes de cinto N.A., choques com fios elétricos de magneto e aperto dos pés dos



4 soldados na prensa.

Fizeram uma pausa para o almoço, na volta ao ARQUIVO, apesar dos soldados não apresentarem estar em bom estado devido às violentas sevícias sofridas pela manhã, as torturas recomeçaram ainda mais intensas, desta vez, apenas pelo Cap. Niebus, Tem. Miranda, Sgt. Etel e Cb. Cruz (Sgt. Guedes, Sgt. Rubens e Cb Freitas que participaram das torturas pela manhã, não estavam nessa seção da tarde).

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

A fúria dos espancamentos provocou desmaios do Sd. Monção e Sd. Geomar, os quais foram reanimados com banho de sal nas feridas do corpo. O Sd. Vanderlei foi um dos mais visado depois dos desmaios dos outros dois. Ele foi agredido com cano de ferro, paulada, chicote de corda e fio elétrico e palmatória e choques elétricos. O Sd Vicente também sofreu muito, com choques elétricos, golpe de cano de ferro e aperto dos pés e da sua cabeça na prensa pelos outros torturadores presentes naquela tarde de horror. Por volta das 17 horas, o Cap. Niebus, quando abriu a cabeça do Sd. Vicente com golpe de quina da palmatória, mandou chamar o Cb. Cesar Luiz para tratar e costurar as feridas e machucados dos quatro soldados espancados sem limites.

Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, **Maria Helena de Oliveira** e **Celso Luís de Oliveira** expuseram todo terrível sofrimento emocional da sua família com a prisão, tortura, assassinato e desaparecimento do corpo de seu irmão Sd. Vanderlei:

"No dia 6 de janeiro, dia do meu aniversário, Vanderlei veio, ficou, passou o aniversário. Até trouxe uma roupa nova que ele tinha comprado. Passou aniversário comigo, eu queria uma festinha, mas meu pai tava trabalhando e aí ele falou 'pai, deixa que eu tomo conta'. E aí ficou tomando conta até meu pai chegar, porque meu pai ia largar meia noite. Essa foi a última vez que a gente viu ele. Ele tava dormindo, ele chegou do quartel e estava dormindo, a pick-up parou, a minha mãe tava sentada na janela e perguntou por ele e minha mãe falou "ele está dormindo", aí falou "chama ele que tem um serviço pra ele", minha mãe foi e chamou. quando a gente chegou na esquina, meu pai sentiu que ele ficou apavorado, querendo sair da pick-up mas não dava mais. Não sei se quando ele entrou eles falaram alguma coisa. Mas daí pra lá ele não apareceu mais. Vanderlei não apareceu e meu pai foi no quartel pra saber o que tava acontecendo, por que ele não voltou pra casa e aí eles falaram

para meu pai que ele estava envolvido com droga e que tinha fugido e meu pai falou 'mas como ele fugiu daqui se a saída tá fechada'... Falaram: 'ele tava numa outra sala, ele tinha fugido pelo telhado. Então meu pai falou "não, meu filho não tá envolvido com droga, por que nem dinheiro ele tem, pra ele vir para o quartel a mãe dele e eu tem que ficar catando uns dinheiro daqui e

dali pra ele vir para o quartel e outra: ele ia fugir pra que?'... E aí começamos a busca, casa de parente de Minas, do Rio, todo lugar pra ver se ele tinha fugido, mas a gente não o encontrou. No mesmo dia que eles pegaram ele, aí espancaram ele. Diz que ele morreu foi de espancamento. Bateram, dizem que bateram nele e muito. Ai depois que mataram ele, foi quando eles jogaram ele lá em Rio Claro. Depois acharam a ossada dele. Minha mãe não podia ver homem de farda que ela desmaiava. Ela desmaiava. Ela não podia ver. Minha mãe era uma pessoa muito alegre, cantava muito, depois disso minha mãe nunca mais cantou. Ela fazia muita festa, tudo na minha casa era motivo de festa e acabou aquilo tudo. Ela não gostava que ligava nem rádio, o meu pai foi ficando triste, triste. Sempre suspirando. Ela fazia muita comida, aí punha no fogo. Eu comprava as coisas ela tirava da geladeira, colocava dentro do armário falando: 'tenho que fazer comida porque meu filho vai vir almoçar'. Aí ficou assim. Aí eu comentei com meu irmão Carlinho e falei 'Ih, Carlinho, minha mãe não tá bem da cabeça', aí começamos a tratar dela. Mas aí não teve jeito não. Ela só falava nele. Falava pra mim, porque ele gostava muito de frango com quiabo e ela falava: 'Lena, compra galinha por que ele vai chegar, tenho que fazer almoço pra ele', aí ficou assim, sei que ela morreu assim. O meu pai morreu primeiro que ela. Do meu pai afetou o coração, a cabeça... por que ele tinha dia que ele deixava a gente tudo no escuro. Dizia que o avião do quartel vinha pra jogar bomba, que ele estava vendo uma luzinha vermelha. Ele ficava internado no hospital psiquiátrico de Vargem Alegre e queria se jogar de lá do andar que estava. Depois foi transferido pro Hospital Volta Redonda. E morreu assim".

Ao chegar no ARQUIVO para tratar dos torturados, o Cabo-Enfermeiro constatou que o Sd. Monção e o Sd. Vanderlei estavam muito mal, ofegantes. O Cap. Niebus foi atrás do Tenente-Médico Érico Augusto Lopes. O primeiro a morrer foi o Sd. Monção, mesmo tendo o Cb. Cesar Luiz lhe aplicado injeção de coramina e feito respiração artificial (boca-a-boca), faleceu, perto das 18h00, na presença do Ten. Miranda, Cb. Cruz e Sgt. Etel. As atenções agora se voltavam para o Sd. Vanderlei, também em estado de saúde muito grave, gemendo de dores na barriga, não conseguindo se manter de pé. Foi levado da sala do Arquivo para a cama no Submarino. O cabo enfermeiro aplicou-lhe uma injeção de coramina e massagem no coração, mas ele não resistiu e veio a falecer por volta das 18h30.

Em depoimento para Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, Dona **Maria Aparecida de Jesus da Silva**, mãe do Soldado Roberto Vicente da Silva, acompanhada de sua filha **Jurani Conceição da Silva**, contou todo seu sofrimento pela perda traumática de seu filho primogênito: *"O que eu lembro do Roberto?*

Lembro até do minuto que ele nasceu se for preciso. Era o filho mais velho dos meninos. Ele era o primeiro filho homem meu, primeiro afilhado da minha mãe, primeiro neto que a minha mãe amou muito. Deus o levou, mas Deus quis levar. Lembro tudo dele, ele trabalhava no Bela Vista, fazia faxina, carregava uma coisa, fazia outra. Quando ele falou 'mãe, daqui um cadinho eu sou homem, vou para o quartel'... 'tá, meu filho'. Aquela emoção, com aquela festa, aquela alegria, aquela animação do primeiro filho homem vai servir o quartel. A última vez que eu vi ele vivo foi quando ele chegou cantando, saiu cantando pro quartel, sei até as músicas que ele cantava. Até hoje. E aí ele chegou e falou assim: 'mãe, o que a senhora vai fazer amanhã ?'... Falei: 'Ah, não

sei meu filho'. Ele disse: 'esse fim de semana nós vamos mudar nosso plano'... Eu falei: 'O que nós vamos fazer esse fim de semana ?'... 'Ah, mãe, não sei não, mas esse fim de semana vai ser diferente'... Falei: 'tá'. Aquela animação, toda animada. E pensar que eu trabalhei na casa dessa gente lá em cima, eu trabalhei na casa do assassino que matou meu filho. Fazer o quê, né? Eu trabalhei na casa deles aqui. Eu era lavadeira, então lava roupa pra fora, uma das famílias era do Capitão Niebus. Meu filho saia do quartel e vinha direto pra casa, aquela vontade de chegar perto da mamãe, filho único, dos homens o primeiro. Ele falou assim: 'mãe, já tô indo, a tantas horas eu tô aí'... Falei: "tá, meu filho". Deu a hora e ele não chegou e eu fiquei pensando...meu deus, o que tá acontecendo?, o que tá acontecendo?...Será que aconteceu alguma coisa? A minha filha trabalhava em casa de família no Rio, aí meu filho segundo foi que chegou em casa falando que bateram nele e depois levaram ele para o Rio. Minha filha, Ana Maria, trabalhava de empregada no Rio. Aí ela foi chamada do hospital, chegou lá e a única coisa que ele conseguiu falar com ela é que ele não fez nada, que ele e mais os dois que apanhou eram inocentes. E bateram nele até acabar: Chegou com a cabeça desse tamanho. Botaram a cabeça dele no torno. Ele estava muito deformado, segundo o que a minha filha falava estava muito deformado. Dos dois que estavam sendo torturados, me parece que meu filho, Juarez e Vanderlei, dia 12, os dois não resistiram e morreram na hora. O meu filho ainda tava vivo. Ele morreu dia 25 lá no HCE no Rio"

O Cb. Cesar Luiz, após tratar do Sd. Geomar e do Sd. Vicente (ambos estavam muito mal de saúde) foi dispensado do ARQUIVO e, então, deu-se uma nervosa reunião entre o Cap. Niebus, Ten. Miranda, Sgt. Etel, Sgt. Rubens e Cb. Cruz sobre o que fazer diante desses dois cadáveres de soldados e decidiram comunicar o ocorrido diretamente

ao Tenente Coronel Gladstone Pernassetti, que naquele momento respondia pelo Comando do 1º BIB porque o Coronel Arioswaldo estava de férias.

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*
DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

Após ser encontrado jogando baralho no Bairro São João, em Volta Redonda pelo Cap. Niebus e Ten. Miranda, tendo sido informado do problema, o Ten-Cel. Gladstone concordou com o sumiço dos corpos, mas simulando uma fuga do quartel. Ao retornar, diante da situação dos dois soldados ainda sobreviventes, decidiram que difundiriam uma versão de uma briga entre os quatro soldados porque o Sd. Vanderlei e o Sd Monção queriam fugir e o Sd. Geomar e Sd. Vicente não concordaram, daí travaram uma luta que machucou gravemente estes e os outros conseguiram fugir pelo telhado.

Desse modo, faltava forjar a fuga no telhado, o que foi feito pelo Sgt. Rubens sob ordens do Cap. Niebus. Subiu na laje pelo alçapão do forro no corredor, arrebentou as telhas de amianto para simular o local da fuga. Em seguida, o Cb. Cruz e Cap. Niebus deram tiros para o alto, gritando que Monção e Vanderlei haviam sumido. Forjaram um depoimento de uma tal Dona Corina dos Santos que morava no Bairro Lazareto, atrás do Quartel e que lavava roupas dos militares, ou seja, um falso depoimento dizendo que os soldados fugitivos lhe pediram, por volta da meia-noite e 1 hora da madrugada, entre os dias 12 e 13 de janeiro, para guardar suas roupas militares e trocar pelas paisanos do seu filho, mas não saberia identificar quais seriam esses soldados.

Agora faltava dar sumiço nos cadáveres. O Cap. Niebus saiu dirigindo uma pick-up do Batalhão com o Ten. Miranda, Sgt. Guedes, Sgt. Etel e Cb. Cruz e os cadáveres do Sd. Monção e Sd Vanderlei, por volta da meia-noite. Primeiramente, foram para estrada da Serra do Piloto, até chegar próximo à represa São João Marcos onde deixaram o corpo

do Sd. Vanderlei, num buraco coberto de mato, mas antes disso, Cap. Niebus e Ten. Miranda cortaram a cabeça do soldado morto e as mãos para não possibilitar identificação dos corpos, que foram jogados em lugar distante uns 10 km do corpo.

Em depoimento Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, o Sr. **Pedro Paulo Virote**, pai do soldado Juarez Monção Virote, relatou todo o sofrimento da família pela perda de seu filho:

"Houve esse comentário de consumo de maconha no Quartel, mas ninguém nos chamou, ninguém falou nada a respeito. Meu filho Juarez era apenas um menino, um rapaz, um adolescente comum. Ele tornou-se adulto quando eu vim pra cá, à procura de trabalho. Ele queria servir ao Exército pra poder ficar em condições de trabalho. O Juarez era muito calado. Depois do dia 13 de janeiro, procuramos meu filho no Quartel, mas os militares falaram 'entre linhas' que ele era bandido, que tinha desertado, mas na verdade ele já estava morto. Entreguei meu filho para o Exército, para servir à Pátria e devolveram meu filho esquartejado e queimado, morto sob tortura dentro do Quartel".

O corpo do Sd. Monção foi atirado numa vala às margens da rodovia que liga Angra dos Reis a Barra Mansa, pelas 6 da manhã do dia 13 de janeiro de 1972. Desta vez houve resistência do Ten. Miranda em obedecer às ordens do Cap. Niebus, e não cortaram a cabeça, nem as mãos do cadáver. Quando retornaram ao Quartel e comunicaram ao Ten-Cel. Gladstone o corrido, este, por volta das 11h, determinou que voltassem ao local em que deixaram o corpo do Sd Monção e que terminassem o serviço com melhor

ocultação. O Ten. Miranda foi até a casa do Policial Civil Nelson Ribeiro de Moura, pegaram um camburão na Delegacia de Barra Mansa e no bar próximo encontraram Iranides Ferreira, Fiscal Auxiliar de Censura do SNI, para ajudar no serviço. Foram até o local onde estava o corpo do Sd. Monção, recolheram o corpo e o colocaram na caçamba do camburão da Polícia. Foram até a estrada que liga Bananal a Rio Claro, na subida do Meneres, deixaram o corpo atrás de um bambuzal, encharcaram o corpo do Sd Monção com gasolina e atearam fogo.

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*
DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

Nesse ínterim, no Arquivo, durante a manhã daquele dia, o Sd. Geomar agonizava na cama do SUBMARINO e o Sd Vicente, deitado em folhas de jornal não chão da Sala de Instruções, estava com dores e a cabeça muito inchada. Por voltas 9h30 o Ten. Érico, médico do Quartel, compareceu ao Arquivo para examinar os dois soldados. Examinou o Sd. Geomar que estava pálido, magro, com vômitos biliosos, dorso com feridas sangrando, fortes dores no estômago, traumatismo de fígado (aumentado de tamanho), pressão baixa.

Depois examinou o Sd. Vicente, com ferida aberta na cabeça, traumatismo craniano, feridas sangrando em várias partes do corpo, mas com pressão arterial normal, não apresentando quadro de coma. O Ten. Médico Érico avaliou que Geomar precisava ser transferido e internado com urgência na Casa de Saúde de Barra Mansa, mas a questão da imagem do Exército impediu que assim se fizesse e esperou-se o Cap. Niebus conseguir transferência para o HCE, com seu amigo Dr. Quirino. Nesse intermédio, o médico do Batalhão ordenou que os enfermeiros, Cb. Tomaz e Cb. Messias, aplicasse soro no Sd. Geomar. Esses não conseguiram encontrar a veia do soldado, pois ele estava

com os braços muito inchados. Então, o Ten. Érico determinou que aplicassem "coraton" e "espamofex" no músculo do Sd. Geomar. O Sd. Aparecido presenciou o suplício de Geomar e sua agonia terminal na cela do SUBMARINO no ARQUIVO, no dia 13 de janeiro de 1972:

"Geomar foi tão espancado pela Equipe do Cap. Niebus, mas tão espancado que não conseguia mais permanecer de pé, chorando e gemendo de dor durante a noite e pedindo para chamar o Cabo Freitas que dormia numa das dependências do SUBMARINO...Cabo Freitas não atendeu aos gritos do companheiro... Geomar pediu ao Cabo Feitas pra levar ele pra enfermaria porque senão iria morrer, limitando-se o cabo a levar uns comprimidos...Geomar morreu em virtude dos espancamentos e por falta de socorro médico".

Por volta das 13h30 daquele dia, os torturadores da Unidade Militar do Exército 1º BIB haviam realizado mais um assassinato covarde e monstruoso. O Sd. Geomar acabava de falecer nos braços do Cb. Thomaz e Cb. Freitas no Pavilhão do Arquivo. A seguir, a memória do trauma familiar decorrente desse terrível e covarde assassinato de Geomar, narrada por **Geralsélia Ribeiro da Silva**, em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda:

"No dia 13 de janeiro, cerca de 22h00, foi um mensageiro, Tenente Calichio, à minha casa avisar que Geomar havia falecido. E exclamei: 'Tenente Calichio!, Mataram meu irmão!'. Fui com meu pai para Santa Casa, aguardar o corpo de meu irmão ser liberado na sala de necropsia pelo Dr. Eros. Estava acompanhada do meu pai, do Tenente Érico, do Comandante Cel. Arioswaldo, Ten. Calichio e Dr. Eros. Entrei e vi meu irmão onde se achava estendido na mesa de mármore. Fardado, com coturno e coberto com lençol.

Rasguei sua farda, tirei suas botas...Falei: 'meu irmão deve ser enterrado nu, como havia nascido !'...examinei o corpo dele. O legista declarou no óbito que ele tinha morrido de insuficiência cardíaca, hepática e renal. Aí quando que eu vi o corpo dele, falei pro coronel, em pé: 'Coronel, insuficiência cardíaca!? Num cadáver esmagado de pancada?'... Meu irmão tava todo machucado, hematoma, os dentes quebrados, o rosto queimado com ponta de cigarro, as unhas perfuradas e os pés, dentro daquele coturno, mas estavam quebrados; eles quebravam os pés no torno, porque eles punham a cabeça ou os pés, mas o sargento Rubens que fazia isso conhecia ele, falou: 'ah, Geomar, não vou imprensar sua cabeça não...vou imprensar seus pés'. As costas lanhadas igual dos negros no tempo da escravidão. Ele foi enterrado com trajes civis. Quando chegou a notícia da morte do meu irmão Geomar, foi a coisa mais horrível do mundo. A mamãe nem da cama ela se levantava. Ela tinha loucura por ele; parecia que ela sabia que aquilo ia acontecer. Ela tinha três filhos, mas parecia que só ele era o mais querido. E ela ficou doente. Desde aquele dia. Depois da morte dele ela enlouqueceu...Ela entrou em coma nervosa, ficou muitas vezes internada. Só que o hospital aqui tinha pena, então nunca internaram ela em manicômio nenhum. Ela ficava no hospital e eu junto com ela, pra que ela não fizesse nada, porque ela queria morrer também. Foi muito trágico; ela não aceitava aquilo".

A morte do Sd. Geomar havia saído do âmbito restrito da Equipe S2 que não poderia mais tentar ocultar seu corpo, mas, ainda assim, sua morte veio a se encaixar na narrativa farsesca que livraria a EQUIPE DE TORTURADORES DO 1º BIB da culpa de assassinato e atribuiria a morte do Sd. Geomar aos soldados Monção e Vanderlei que

"haviam fugido". Faltava resolver a questão do Sd. Vicente, com o seu crânio fraturado por causa da TORTURA NA PRENSA, que era o "Calcanhar de Aquiles" dessa farsa. A mesma equipe do HCE que veio fazer a remoção do corpo do Sd. Geomar, no Arquivo, constatou a gravidade da situação do Sd. Vicente e agilizou sua remoção para o HCE no Rio de Janeiro, no dia 13 de janeiro de 1972.

Até 14 de janeiro de 1972, nenhum comunicado de ocorrência havia sido feito para o Comando da Divisão Blindada ao qual a Unidade Militar de Barra Mansa estava subordinada. A Equipe da 2ª Seção de Inteligência, comandada pelo Cap. Niebus, após a morte dos soldados Juarez Monção Virote, Vanderlei de Oliveira e Geomar Ribeiro da Silva, bem como a internação de Roberto Vicente da Silva, tratou de articular-se com o Comandante do 1º BIB, Cel. Arioswaldo Tavares Gomes da Silva e com o Subcomandante, Ten-Cel. Gladstone Pernassetti, para forjar uma história a fim de informar e explicar os fatos comprometedores e criminosos que se sucederam naquele Batalhão. Dessa maneira, Cap. Niebus escreveu o RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES 001/72-S2 sobre os fatos que ocorreram naquela Unidade Militar encaminhada ao Subcomandante, dia 14 de janeiro de 1972. No mesmo dia, assumindo o Comando, O Cel. Arioswaldo encaminhou o RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES 002/72 para a Divisão Blindada do I Exército.

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*
DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

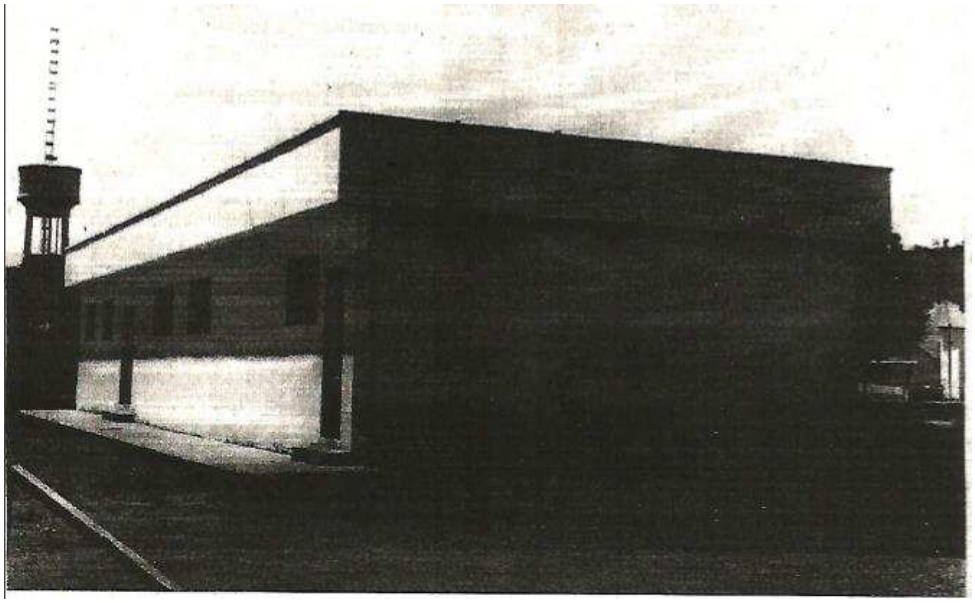
A ficção criada pelos torturadores e seus superiores foi a seguinte: 1) Após a prisão do traficante Expedito "Capara", a Equipe de Informação S/2 operou sindicância sobre o caso e apurou que o Sd. Botelho, irmão do Capara, mais o Sd. Vanderlei e o Sd. Monção eram traficantes de maconha dentro do Batalhão e viciaram 12 recrutas; 2) No dia 13 de janeiro, estavam quatro soldados presos no Arquivo e os dois traficantes, Sd.

Vanderlei e Sd. Monção decidiram fugir pelo alçapão e obrigaram os outros dois soldados, Sd. Geomar e Sd. Vicente, a fugir com eles, mas estes, por não concordarem, travaram violenta luta corporal e os dois fugiram. Geomar ficou muito machucado e morreu naquele dia, antes mesmo de ser internado.

Para prosseguir a farsa criminosa, o Comandante Arioswaldo assinou uma Portaria instaurando o Inquérito Policial Militar para apurar o problema da maconha no Batalhão e nomeou o Ten-Cel. Gladstone, como encarregado do IPM, o Ten. José Felix da Silva para servir de escrivão do IPM e o Cap. Niebus como Secretário do IPM. Os Autos do IPM farsesco constavam de depoimentos de todos os torturadores da Equipe S/2 (Cap. Niebus, Ten. Miranda, Sgt. Rubens, Sgt. Etel, Cb. Cruz e Cb. Freitas), o Ten. Médico Érico, o depoimento do Expedito "Capara", do Sd. Botelho e forjaram o depoimento do Sd. Geomar assinado no dia anterior de sua morte, 12 de janeiro de 1972, onde assumiria ser usuário de drogas e conhecedor de todos os traficantes de Volta Redonda e todas as bocas de fumo. Forjaram o depoimento de uma tal Corina dos Santos, lavadeira do Bairro Lazaredo (atrás do Quartel) que testemunhou a fuga dos soldados Vanderlei e Monção.

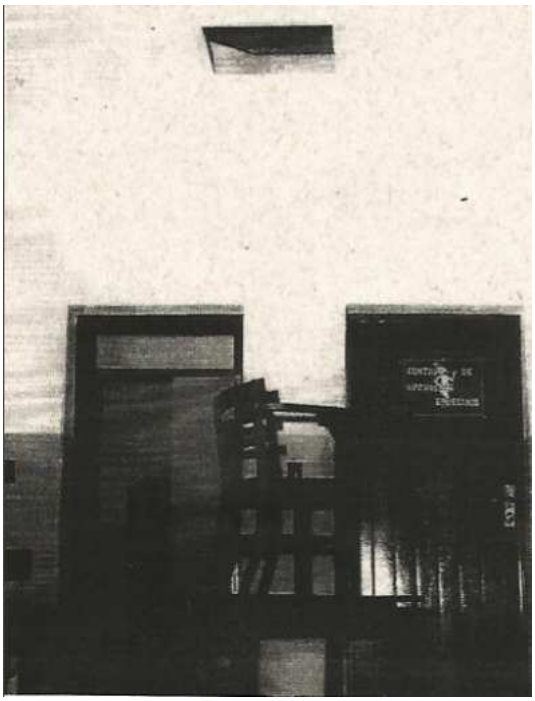
O Ten-Cel. Gladstone publicou, no dia 17 de janeiro de 1972, um despacho para ser expedido um EDITAL à imprensa local convocando a apresentação dos soldados Hélio Botelho Luiz, Juarez Monção Virote e Vanderlei de Oliveira sob pena de serem acusados de Crime de Deserção. Na Rádio Sul Fluminense o edital foi lido em seis horários diários: 7h, 9h, 12h, 15h, 18h e 22h. Nos autos acrescentaram cópias das fichas e fotos dos soldados desertores, do ARQUIVO, SUBMARINO, e dos simulacros da "fuga" no telhado (alçapão, laje, abertura no telhado), como se observa a seguir em fotos que constavam do IPM farsesco do Tenente Coronel Gladstone elaborado para acobertar os crimes naquela Unidade Militar:

PAVILHÃO DO ARQUIVO

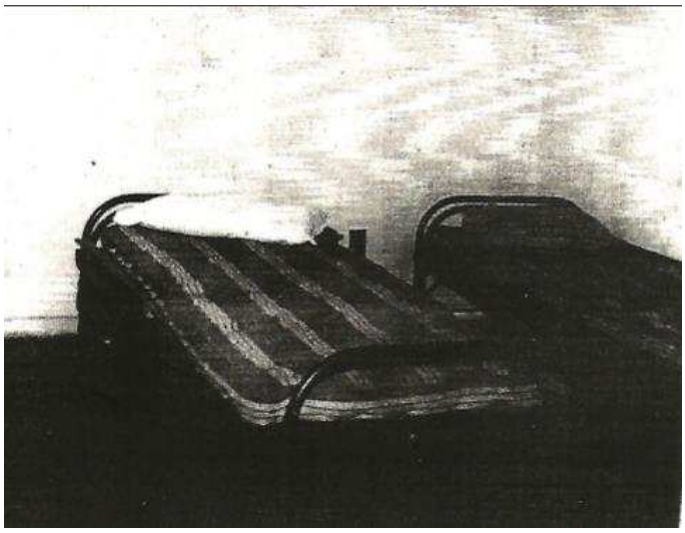


PORTA DO SUBMARINO (ESQUERDA)

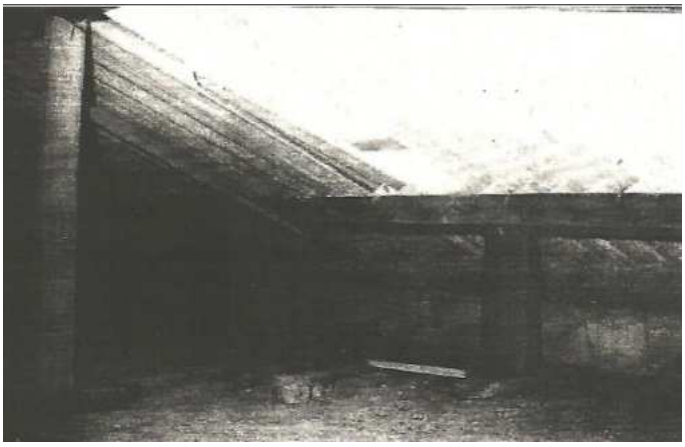
PORTA DO ARQUIVO (DIREITA)



ALÇAPÃO DA “FUGA” NO TETO



CAMA ONDE FALECEU GEOMAR DENTRO DO ARQUIVO



LAJE E TELHADO ARROMBADO NA “FUGA” DO ARQUIVO

II) DENÚNCIAS DE D. WALDYR CALHEIROS E GERALSÉLIA

No dia do velório de Geomar Ribeiro da Silva havia muita revolta na comunidade do Jardim Paraíba, onde morava sua família. A história farsesca de que fora morto por Juarez Monção Virote e Varderlei de Oliveira que fugiram do Quartel não estava sendo engolida pela população, pois Geralsélia, sem temer as ameaças, gritava de raiva e revolta "O Exército matou meu irmão!".

O Padre Natanael de Moraes Campos, que havia sido vítima das torturas no PAVILHÃO DO ARQUIVO, no 1º BIB, 1 ano antes, e que passara 9 meses encarcerado, havia sido recém libertado da prisão da Ilha Grande, e estava em Volta Redonda. Ele visitou a família no enterro de Geomar para confortá-la. Em seguida, foi até o Bispo D. Waldyr Calheiros para denunciar a morte do soldado pelos torturadores do Batalhão.

Fonte: *ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 4**

Em seguida, D. Waldyr se retirou para a Capela do Bispado para reflexão de seu dilema mais profundo. Após sofrer três Inquéritos Policiais Militares por causa das denúncias de graves violações dos direitos humanos naquele Quartel de Barra Mansa, estava D. Waldyr com o dever moral de pastor do povo de sua Diocese de denunciar mais essa atrocidade dos militares contra pessoas indefesas. Naquele momento, D. Waldyr ainda não tinha conhecimento da dimensão perversa e hedionda daquele caso, mas sua intuição e compromisso com a solidariedade humana o guiava nessa conflituosa decisão. Mais uma vez, sem temer a acusação de que estaria novamente levantando calúnias contra o Exército, no dia seguinte ao enterro, foi à casa da família de Geomar. Assim Geralsélia narrou o encontro com o Bispo:

"Depois que fui ao necrotério e trouxe o Geomar pra ser enterrado, eu vi que tinha muito militar à paisana me seguindo, Cabo Freitas é o que me seguia. E iam tomando conta de

*tudo que tava acontecendo. Eu não tinha religião. Eu não conhecia D. Waldyr. O Geomar foi enterrado na sexta feira, no sábado ele entrou lá em casa como se fosse um assaltante, assim...entrou e fechou a porta e se identificou...Se identificou e falou com a gente, que se quiséssemos a ajuda dele... Ele podia ajudar... Meu pai teve medo... Meu pai, na hora do velório, ele foi acuado por um militar que disse para que ele não fizesse nada porque ele tinha uma esposa e duas filhas e um emprego na CSN." (*Geralsélia Ribeiro da Silva em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda).

Após convencer a família a denunciar aos órgãos superiores da Igreja, e contando com a coragem e determinação da jovem de apenas 21 anos de idade, irmã mais velha de Geomar, Geralsélia, D. Waldyr combinou que Geralsélia assumiria a atitude de denuncia com toda orientação e apoio da Igreja. No mesmo dia 15 de janeiro, sábado, D. Waldyr e Monsenhor Barreto foram à casa do Comandante do 1º BIB, Coronel Arioswaldo, e para ele expôs todo sentimento de apreensão da comunidade sobre a integridade física dos soldados que ainda se achavam presos no Quartel. O Coronel respondeu ao Bispo que havia aberto um IPM dentro do Batalhão para apurar a morte de Geomar, sob encargo do Tenente Coronel Gladstone. E se comprometeu a liberar visita aos presos no dia 17, segunda feira.

Fonte: *ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 4**

Na segunda feira, D. Waldyr levou pessoalmente Geralsélia, acompanhado de uma irmã dominicana chamada Vilma, para a Guanabara encontrar o Núncio D. Mozzoni, que teve uma reação tão receosa que decepcionou D. Waldyr. Nesse ínterim, D. Waldyr elaborou um relatório sobre os fatos e encaminhou à CNBB. No dia 24 de janeiro, D. Waldyr e Geralsélia se encontraram com o Presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, que

ouviu o relato de Geralsélia e assumiu o compromisso de entregar o relatório ao General Muricy na reunião daquele dia da Comissão Bipartite (instância criada para dirimir, por consenso entre membros das cúpulas da Igreja e das Forças Armadas, os conflitos sobre violações dos direitos humanos pelos órgãos de repressão, conforme revelou o livro "DIÁLOGOS NA SOMBRA" de Kenneth Serbin).

Assim relatou sua caminhada rumo à justiça, a irmã de Geomar:

"Na CNBB, eu lembro que conversei com Dom Ivo, tomei café com eles, depois eu fui conversar com Sobral Pinto, porque Dom Waldyr queria que ele me dissesse o que eu deveria fazer; ele era um dos maiores advogados do Brasil, na época. Pra mim, importantíssimo foi o Dr. Sobral Pinto. Me explicou tudo direitinho, que eu não procurasse direitos humanos, que não era a hora... Ele foi a pessoa que me instruiu. Aí nós denunciamos no 1º Exército... Eu fui com D. Waldyr até a rua, mas ele ficou fora. Depois sozinha. Você vai falando com uma pessoa, com outra... Até chegar onde você quer. Sai, peguei um taxi ... Lógico que parei no meio do caminho, porque você não podia voltar direto. Aprendi isso nos 11 dias que meu irmão esteve preso. Porque eles seguem as pessoas. Eu percebi que estava sendo seguida. Aí militares me disseram que, como eu era irmã da vítima, eles iriam vir à Barra Mansa" (Geralsélia Ribeiro da Silva em depoimento à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda).

III) <u>IPM, JULGAMENTO E CONDENAÇÃO DOS TORTURADORES</u>

No dia 19 de janeiro de 1972, uma semana após a morte de Geomar, Monção e Vanderlei, a 2ª Seção (Serviço Secreto de Inteligência) do 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado (RecMec) da Divisão Blindada do I Exército emite um comunicado: "INFORME CONFIDENCIAL 016/52-5ª Bda C Bld – ASSUNTO: TRÁFICO DE

ENTORPECENTES, BAIXA E MORTE DE SOLDADOS EM CIRCUNSTÂNCIAS DUVIDOSAS".

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

Nesse Informe pode ser destacado que, diante do Relatório Especial de Informação 2/72 da S2 do 1º BIB de 14 de janeiro de 1972, o serviço secreto do I Exército encontrou diversas incoerências e contradições nesse infame relatório. Dentre esses problemas, destacam-se: 1) Somente no dia 14 de janeiro de 1972, após a morte do soldado Geomar Ribeiro da Silva, preso para averiguações junto com Roberto Vicente da Silva, Juarez Monção Virote e Vanderlei de Oliveira (os dois último dados como "fugitivos"), a 2ª Seção da 5ª Bda C Bda tomou ciência de uma sindicância iniciada em 26 de dezembro com a prisão de Hélio Botelho Luiz, irmão de um traficante preso na Delegacia de Polícia de Volta Redonda, Expedito Botelho Luiz, vulgo "Capara"; 2) O soldado Roberto Vicente da Silva, que se encontrava preso no mesmo recinto com os outros três soldados, baixou no HCE em 14 de janeiro de 1972, com escoriações generalizadas, apresentando indícios de espancamento, e tal fato também não foi comunicado; 3) Indícios bastante acentuados de espancamento dos outros 11 soldados presos para averiguações pela 2ª Seção do 1ºBIB.

Com base nesse Informe Confidencial, o Comandante da Divisão Blindada do I Exército, General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, determinou, naquele mesmo dia, a instauração do Inquérito Policial Militar 17/72, que deveria ter caráter sigiloso, para apura os fatos constantes do Relatório Especial 02/72 da 2ª Seção do 1º BIB e Informe 016/72 da 2ª Seção da 5ª Bda C Bda. No dia 20 de janeiro de 1972, o mesmo General determinou que o IPM que estava sendo realizado no 1º BIB pelo Tenente Coronel Gladstone Pernessetti Teixeira fosse transferido para o RecMec e nomeou, como novo

Encarregado do IPM, o Coronel Mario Orlando Ribeiro Sampaio e, ainda determinou que o Escrivão do IPM, passaria a ser o Primeiro Tenente Jesiel Gomes Ribeiro.

O IPM 17/72 ficou centralizado no 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado (RecMec) para ouvir os depoimentos das testemunhas e dos indiciados, bem como proceder as diligências que se fizessem necessárias para esclarecimento do fato. Esse IPM transcorreu do dia 20 de janeiro a 8 de março de 1972, quando foi entregue ao General Walter Albuquerque o Relatório Final assinado pelo Cel. Mario Sampaio e este encaminhou ao Procurador do Ministério Público, Dr. José Manes Leitão.

O IPM 17/72 tomou, primeiramente, no RecMec, os depoimentos dos 11 soldados sobreviventes das torturas no ARQUIVO do 1º BIB, entre os dias 26 e 28 de janeiro de 1972, a saber, SERGIO AMORIM VIEIRA, CELIO FERREIRA, EVALDO LUIZ LIMA, NILSON SENHORINHO MACARTO, JOSÉ GETÚLIO NOVO PAUFERRO, PERI SILVARES HENRIQUE, LUIZ GONZAGA PEREIRA, JOSÉ RODRIGUES ALVES, VALTER SOARES DE MATOS, APARECIDO DIAS MACHADO E HÉLIO BOTELHO LUIZ (este último era desertor e somente apareceu para depor no dia 6 de março de 1972). Os primeiros depoimentos deixaram claro, desde o início daquele Inquérito para o encarregado do IPM, Cel. Mario Sampaio, que a Equipe de Inteligência da 2ª Seção da Unidade Militar de Barra Mansa prendeu e torturou 15 soldados e, desse grupo, evidentemente foram assassinados 4 soldados, sem nenhuma comunicação prévia ou posterior a seus superiores do Serviço Secreto de Inteligência da Divisão Blindada. Por isso, duas semanas após o início do inquérito, dia 7 de fevereiro de 1972, o encarregado do IPM, Cel Mario Sampaio, expediu uma ordem de prisão para toda Equipe S2 de torturadores do 1º BIB, no RecMec. Os depoimentos dos militares acusados, suspeitos ou testemunhas do 1º BIB no IPM 17/72 passam ser a seguir apresentados, em sínteses, por este RELATÓRIO da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

TENENTE CORONEL GLADSTONE PERNASETTI TEIXEIRA

No dia 2 de fevereiro de 1972, o **Ten-Cel. Gladstone** prestou depoimento para o IPM 17/72, no RecMec, onde alegou em sua defesa que apesar de ter autorizado a sindicância para apurar o tráfico e consumo de maconha no Batalhão pelo Chefe da 2ª Seção, Cap. Niebus, ele "nunca tomou conhecimento de que os presos foram espancados no Arquivo". Ele alegou, ainda, que não comunicou a fuga do Sd. Botelho aos escalões superiores porque não se tratava de problema de Segurança Nacional, e esperava que tudo fosse resolvido brevemente no âmbito de Barra Mansa. Por fim, afirmou que nunca deu ordem para dar sumiço nos corpos dos soldados Vanderlei e Monção ao Cap. Niebus, pois ele acreditou na história da fuga dos soldados, tal como o Sd. Botelho, e que por isso determinou que as rádios locais lessem seu edital convocando esses dois soldados a se apresentarem ao quartel, sob pena de crime de deserção.

O Ten-Cel. Gladstone participou diretamente como protagonista de graves violações dos Direitos Humanos no 1º BIB desde que foi encarregado do IPM da JUDICA, em 1967, passando a ser encarregado do IPM da JOC, em 1970 e culminando no infame IPM do BIB para escamotear as torturas e assassinatos de soldados daquela Unidade Militar. O Ten-Cel. foi o único dos acusados que não assumiu sua participação no crime.

Para ironia da história, as principais testemunhas de sua acusação foram os próprios militares do S2, notadamente, o Cap. Niebus, o Ten. Miranda e o Cabo Cruz. Os três afirmaram que o Subcomandante, em efetivo Comando do Batalhão, pelas férias do Cel. Arioswaldo, primeiro, tinha pleno conhecimento dos interrogatórios e das torturas

no ARQUIVO E SUBMARINO; segundo, que, após as mortes do Sd. Vanderlei e Sd. Monção, no dia 12 de janeiro, foi comunicado o fato ao Ten-Cel. Gladstone e o plano de sumir com os corpos e esse concordou com as seguintes palavras 'esses corpos não podem aparecer'; terceiro, que o três, ao retornarem ao quartel na manhã do dia 13, após esconderem os corpos dos dois soldados mortos, receberam a ordem do Ten-Cel. Gladstone para voltarem para fazer o serviço direito em relação ao corpo do Sd. Monção, o que resultou na incineração daquele cadáver; quarto, que o acusado concebeu e implementou a farsa dos editais de convocação dos dois soldados mortos como se fossem desertores; quinto e último, que assumiu a farsa do IPM como encarregado e que, junto com o Cap. Niebus e Ten. Miranda, forjaram-se os depoimentos com vistas as encobrir os crimes e apaziguar as esferas superiores.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

CAPITÃO DALGIO MIRANDA NIEBUS

Em 1º de fevereiro de 1972, no RecMec, o **Capitão Niebus** prestou seus

esclarecimentos sobre as prisões, torturas e assassinatos de soldados pela sua equipe S/2 no 1º BIB. O Capitão estava apenas há seis meses desempenhando a função de Oficial de Informações (chefe do Serviço Secreto do Batalhão ou 2ª Seção) e que havia sido nomeado pelo Comandante Arioswaldo. O depoente confessou que ao tomar conhecimento da existência de tráfico e consumo de maconha no Quartel, formou uma equipe de sindicância chefiada por ele e composta pelo Ten. Miranda, Sgt. Etel, Sgt.

Rubens, Cb. Cruz e Cb. Freitas. O Cap. Niebus alegou que, no Arquivo, eram interrogados "soldados maconheiros" e que todos confessaram ser maconheiro ao sofrerem maus tratos físicos e choques elétricos praticados por toda equipe, inclusive ele mesmo. Que no dia 12 de janeiro os soldados Geomar, Vicente, Vanderlei e Monção apanharam bastante da equipe até confessarem ser maconheiros e que continuaram apanhando a tarde para confessarem se tinham ligações com traficantes, e que o Sd. Vanderlei e Sd. Monção não resistiram e morreram.

O cap. Niebus confessou que ele e a equipe decidiram dar sumiço nos corpos dos dois soldados e simular uma fuga e que comunicaram ao Ten-Cel. Gladstone e que ele concordou. E que assim foi feito, tendo ele próprio cortado as mãos e a cabeça do cadáver do Sd. Vanderlei na Serra do Piloto, próxima à represa São João Marcos e que jogou o corpo do Sd. Monção numa estrada para Angra. Por fim, em sua defesa disse que "nunca teve a intensão de matar qualquer soldado", mas que tendo acontecido não aceitava ser o cabeça pois o Comandante (Cel. Arioswaldo) e o Subcomandante (Ten-Cel. Gladstone) do Batalhão tinham pleno conhecimento do que estava se passando nos interrogatórios no Arquivo e, por isso, "ou condenava todo mundo, ou absolvia a todos".

Contra o Capitão Niebus pesaram todas as evidências de que comandou uma série de atos perversos, com violência totalmente desprovida de humanidade, mas com total consciência de propósito "combater o tráfico e consumo de maconha". Tendo por base essa "missão", tudo mais seria permitido dentro do Arquivo. Pode-se fazer um paralelo com as torturas, assassinatos e desaparecimentos de corpos de presos políticos nos demais quartéis e "casas da morte". Em nome de uma "Missão de Guerra Interna contra a subversão e o terrorismo em defesa da Segurança Nacional", tudo era permitido, mas não podiam ser assumidos porque tortura, assassinato e desaparecimento de corpos, mesmo de "subversivos", eram crimes, mesmo dentro das leis do "Estado de Exceção".

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

TENENTE PAULO REYNAUD MIRANDA DA SILVA

No dia 31 de janeiro de 1972, no RecMec., prestou depoimento o **Ten. Miranda**

no IPM 17/72, no qual confessou que tudo começou com a prisão do traficante e em seguida seu irmão, Sd. Botelho, que nos interrogatórios confirmaram a grande quantidade de soldados consumidores de maconha e até traficantes. A partir daí prenderam mais 14 soldados suspeitos que foram interrogados no Arquivo por toda Equipe S/2 (Serviço Secreto de Inteligência) do 1º BIB. Suas palavras deixaram bem claro que as torturas eram uma necessidade da investigação, com muita naturalidade: "*os soldados eram trazidos do xadrez para serem inquiridos no arquivo do batalhão. a grande maioria em princípio negava qualquer tipo de relação com viciados e traficantes, ocasião em que se fazia necessário o uso da violência para conseguir suas confissões*".

No final das inquirições no dia 12 de janeiro de 1972, o Tenente confessou ainda que os 4 soldados (Geomar, Monção, Vanderlei e Vicente) apanharam muito para confessar e ao final do dia esses soldados estavam mal. E relatou que quando os soldados Vanderlei e Monção faleceram no Arquivo, todos da equipe S/2 ficaram atônitos. O Tenente Miranda disse textualmente, sem o menor constrangimento: "*Jamais poderíamos pensar que tal desgraça fosse cair sobre nós. Procurávamos fazer um trabalho honesto sem dia e hora e como resultado jaziam dois corpos em nossa frente*". Diante disso, ele afirmou que toda a Equipe decidiu sumir com os corpos e simular suas fugas. O Tenente

Miranda confessou que pessoalmente ajudou o Cap. Niebus a cortar a cabeça e as mãos do cadáver do Sd. Vanderlei jogado na estrada para São João Marcos, em Rio Claro, mas que não conseguiu fazer o mesmo com o corpo do Sd. Monção, jogando-o na estrada Barra Mansa-Angra dos Reis.

Ao retornar ao Quartel, o Ten-Cel. Gladstone ordenou que o Ten. Miranda voltasse para fazer o serviço direito. Retornou com galão de gasolina, recolheu o corpo e o jogou na estrada de Bananal-Angra dos Reis, atrás de um bambuzal, onde ateou fogo no cadáver de Monção. Em sua defesa alegou estar seguindo ordens superiores do Cap. Niebus. Esse argumento se desfaz com a constatação de que comandava as seções de torturas no Arquivo na ausência do chefe e que era igualmente perverso e sem piedade com os soldados presos.

A postura do Tenente Miranda demonstraria uma certeza de impunidade dos agentes de inteligência do Exército, visto que estavam num momento nacional de auge da tirania ditatorial e que aqueles 4 soldados mortos e os 11 sobreviventes das torturas eram, na concepção discriminadora dos torturadores, uma espécie de "carne de segunda", filhos de famílias pobres de operários da CSN, a maioria negros, portanto, nenhum deles ousaria desafiar o poder do Exército.

A adversidade, por assim dizer, que se impôs para esse grupo de militares facínoras do 1º BIB foi ter cometido seus crimes na Diocese do Bispo D. Waldyr Calheiros e assassinado o irmão de uma jovem corajosa, Geralsélia, convicta de lutar pela justiça imediata nos altos escalões do Exército e da Justiça Militar sem temer as ameaças de morte dos algozes do seu irmão e seus companheiros de farda.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

SARGENTO IVAN ETEL DE OLIVEIRA

No dia 27 de janeiro de 1972, no RecMec., o Encarregado do IPM 17/72,Cel. Mário Sampaio ouviu o depoimento do **Sargento Etel** sobre os incidentes no 1º BIB entre

26 de dezembro de 1971 e 13 de janeiro de 1972. A dupla covardia, primeiro em causar sofrimento mediante tortura nos soldados presos, e segundo, em não assumir seus atos perversos, fica patente no depoimento do Sgt. Etel sobre as torturas do Sd. Botelho, no Arquivo, "*não agredi o Sd Botelho...unicamente porque integrava aquela equipe me vi compelido a dar umas duas voltas na manivela do magneto*". Nos interrogatórios do Sd. Aparecido, no Arquivo, o Sgt. Etel, sempre ressaltando que fez o que fez porque fazia parte da Equipe S/2, alega "*ter se limitado a dar uns tapas e surras de cinto N.A. e que empurrou a cabeça do soldado dentro de uma lata de 20 litros d'água*". E, tirando o afogamento, os interrogatórios dos demais soldados seguiu esse mesmo padrão.

No interrogatório do Sd. Geomar, o Sgt. Etel afirma que "se limitou a dar uns bolos de palmatória nas nádegas e mãos do interrogado, surra com fio elétrico", mas que viu o Geomar apanhar na cabeça, nos ombros, nas costas e nas coxas pelo Cap. Niebus, Ten. Miranda, Cb. Cruz e Cb. Freitas com cano de ferro. O Sgt. Etel alegou que estava agindo sob ordem da chefia da Equipe (Cap. Niebus e Ten. Miranda) e que "*não tinha nada pessoal contra quem quer que seja, parecendo-lhe tudo normal e tudo feito em razão dos serviços de investigação... que acreditava estar prestando um serviço à Pátria*". Estas palavras do depoente são extremamente reveladoras da ideologia que movia, dava sentido e justificativa moral aos agentes torturadores não somente daquela micro Unidade

Militar, mas de toda estrutura de repressão criminosa da Ditadura Civil-Militar:1) que agia sob ordem; 2) que era um trabalho de equipe e não individual; 3) que as torturas que praticava não era nada pessoal contra o torturado; 4) que pareciam-lhe, os interrogatórios sob torturas, tudo normal dentro do trabalho de investigação do serviço secreto de inteligência; 5) que estava servindo a sua Pátria.

Com todo esse aparato moral-intelectual, os agentes da Ditadura Civil-Militar em todos os níveis, do General Presidente da República ao mais baixo escalão do serviço de inteligência e repressão de todas as três Armas e órgãos policiais subordinados, defendiam-se de qualquer tormento interno de culpa ou quaisquer denúncias públicas de opositores em defesa dos Direitos Humanos.

SARGENTO RUBENS MARTINS DE SOUZA

No 26 de janeiro de 1972, no RecMec, prestou depoimento para o IPM 17/72, o **Sargento Rubens** sobre as ações da Equipe S/2 no 1º BIB na sindicância sobre o consumo

e tráfico de maconha no Quartel por um grupo de soldados. Em sua cínica defesa, o Sgt. Rubens alegou que lhe "*repugnava tais espancamentos quando os mesmos chegavam ao ponto do excesso; que se limitava a dar uns cascudos, tapas e rasteiras*"; mas que se recordava de espremer, na prensa de torno, ajudado pelo Sgt. Guedes, os pés dos soldados Geomar, Ferreira, Getúlio, Evaldo, Pery e Aparecido.

O Sgt. Rubens confessou que havia presenciado as seções de espancamentos dos soldados nos interrogatórios dentro do Pavilhão do Arquivo e que o Cap. Niebus, Cb. Cruz e Sgt. Etel, além de socos (que, para isso, o Cb. Cruz, por ser canhoto, usava sempre

uma luva preta na mão esquerda), batiam com cano de ferro, palmatória pesada, fios e cinto N.A.. Além disso, também aplicavam choques elétricos por magneto.

Por fim, alegou estar seguindo as ordens do Chefe da Equipe, Cap. Niebus, porque para ele não havia seu protagonismo nesses fatos, fazia uma mera ponta naquele enredo e que "*tudo isso aconteceu com ele, no seu pensamento, por fatalidade, porque achava-se para entrar de férias, o que não ocorreu porque o Capitão Niebus requisitou o depoente*". Ainda, e sempre, "cumprindo ordens", o Sgt. Rubens subiu pelo alçapão do teto e arrombou o telhado de amianto do arquivo para simular a fuga dos Sd. Vanderlei e Sd. Monção, que jaziam dentro do ARQUIVO. E, então, participou da viagem macabra de "desova" desses dois cadáveres nas estradas de Rio Claro e Bananal. Por fim, com a certeza da impunidade e plena confiança no Chefe, o Sgt. Rubens declarou que "*achava que tudo seria resolvido, porque o Cap. Niebus garantiu que iria contornar essa situação, já que tudo era feito por sua ordem na qualidade de Chefe de Equipe*".

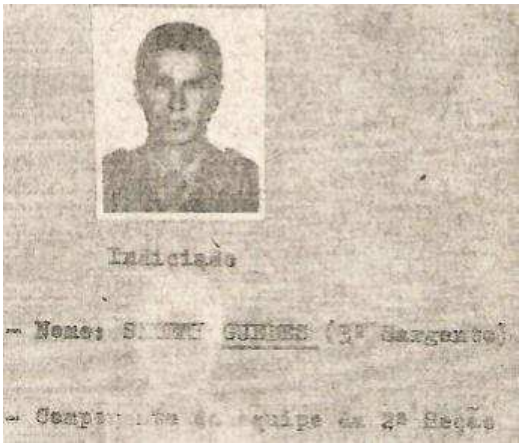
A questão da obediência hierárquica na estrutura militar constitui-se sempre na essência da vida nos quarteis, ou seja, será sempre um dever do subalterno obedecer, de forma quase incondicional, às ordens do seu superior hierárquico. Entretanto, isso está muito longe de significar que o subalterno deva cometer crime sob ordens de superiores por uma ordem cegamente atendida. Portanto, contra as alegações do Sargento Rubens que apenas cumpria ordens do Capitão Niebus, pesa o próprio Código Militar que diz que constitui crime militar não cumprir ordem de superiores sobre assunto e matéria de serviço ou imposto em lei, **se o fato não constituir crime mais grave**. E as torturas dos 15 soldados, e desses, os assassinatos dos 4 soldados, e desses, o desaparecimento de corpos com simulação de fuga de 2 soldados constituíram crimes hediondos de ordens que nunca deveriam ter sido cumpridas.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

SARGENTO SIDENI GUEDES

No dia 4 de fevereiro de 1972, no RecMec, o **Sargento Guedes** prestou depoimento sobre o caso da morte dos soldados no 1º BIB. Em sua defesa alegou que na equipe da 2ª Seção (S/2) tinha apenas função de "*serviço externo, visando principalmente o setor político das cidades de Volta Redonda, Barra Mansa, Piraí e Rio Claro... E que no caso de uso e tráfico de maconha no Quartel, as vezes era designado para tomar parte nas inquirições apenas na parte da manhã, à tarde sempre saia"*. Dizendo de outra forma, o Sargento Guedes dividia seu trabalho diário em dois momentos, pela manhã era torturador e pela tarde era informante ou agente nas prisões de soldados quando estavam em suas casas.



Para infelicidade de suas tentativas de se livrar da culpa, os demais torturadores da Equipe S/2 do Arquivo citaram a participação do Sgt. Guedes nas seções de torturas em seus depoimentos. Outra tentativa inglória de se livrar da culpa pela morte dos soldados era sua alegação de que só participava dos interrogatórios na parte da manhã, como se o corpo do torturado não acumulasse a sucessão de sevícias que sofria. Portanto, não houvera um golpe fatal em nenhum daqueles soldados mortos, mas um acúmulo de traumas diversos de uma agressão coletiva perversa, desumana, cruel e criminosa.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

CABO CELSO GOMES DE FREITAS FILHO

No dia 1º de fevereiro de 1972, no RecMec, o Encarregado do IPM 17/72, Cel; Mario Sampaio, ouviu o depoimento do **Cabo Freitas**, que havia entrado para a 2ª Seção

do 1º BIB, vindo do Pelotão Especial, quando da prisão do Sd. Botelho, chamado pelo Cap. Niebus. Em nenhum momento o Cb. Freitas alegou qualquer desculpa em sua confissão, e assumiu, sem mais atenuantes, que participou de todos os interrogatórios com os demais membros da Equipe do Cap. Niebus; que nesses interrogatórios, no Pavilhão do Arquivo, "*usávamos de violência, cada um batendo na maneira que achava conveniente para obter a informação desejada, onde presenciei este clima de violência até a tarde do dia 12 de fevereiro...até esse dia, os prisioneiros eram bastante espancados por toda equipe, que usavam cano de ferro, prensa, palmatória, choques elétricos, fios, cinto N.A., tudo visando obter , através do castigo físico, as informações desejadas*". O Cb. Freitas confessou que os prisioneiros gritavam, mas que "*nunca pensou na possibilidade de alguém vir a saber o que estava se passando, pois estavam ali com ordens do Capitão S/2, e, portanto, aquilo deveria ser do conhecimento dos demais oficiais da Unidade*". O Cabo Freitas, nas suas sinceras e sem delongas palavras de confissão dos crimes, expõe as vísceras daquela estrutura de Estado de Ditadura Civil-Militar que praticou a tortura como Política de Estado, tácita, porém inconfessável até os dias atuais. Assim como no 1º BIB, todos, dos soldados ao Comandante, sabiam tacitamente do que a Equipe S/2 fazia com os prisioneiros nos interrogatórios, militares de todas as Forças Armadas sabiam o que as Equipes de DOIs-CODIs e das Equipes de Serviços de Inteligência Secreta faziam com prisioneiros

políticos nos interrogatórios, sob o guarda-chuva do Estado de Ditadura Civil-Militar e em nome da Segurança Nacional no combate ao "terrorismo e à subversão".

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

CABO JOSÉ AUGUSTO CRUZ

No dia 3 de fevereiro de 1972, no RecMec, prestou depoimento ao IPM o **Cabo Cruz**. Apesar da baixa patente, Cabo Cruz era o veterano da Equipe S/2 do 1º BIB porque

esteva presente em todas as prisões e seções de torturas, no final de 1970 e início de 1971, com o Sargento Pires, dos militantes da JOC e dos grupos revolucionários. Desde então, sem grupo e movimentos de esquerda na região para se ocupar, o Cb. Cruz foi escalado pela 2ª Seção do 1º BIB para o serviço de inteligência externa sobre tráfico de entorpecentes em Volta Redonda, principalmente.

Com o início da sindicância interna do Batalhão sobre uso e tráfico de maconha entre os soldados, o Cb. Cruz foi convocado para esse serviço de inteligência interna, tornando-se assim um dos mais violentos algozes dos soldados interrogados sob torturas no ARQUIVO. Tal como Cabo Freitas, O cabo Cruz em nenhum momento tergiversou sobre sua responsabilidade nas torturas, nas mortes, nos desaparecimentos de corpos e na farsa do 1º IPM do Ten-Cel. Gladstone. Seu depoimento foi esclarecedor sobre as circunstâncias das mortes dos 4 soldados: "*O Sd. Geomar apanhou muito e de todos os elementos da equipe, principalmente do Cap. Niebus que julgava sempre que os interrogados estavam mentindo. Na tarde do dia 12 de janeiro, os soldados Monção, Vanderlei e Vicente estavam inteiros, mesmo tendo apanhado de manhã. A partir das 15*

horas, o Cap. Niebus e sua equipe 'baixaram o pau' nesses soldados. Todos apanharam muito e utilizou-se cano de ferro, palmatória, cinto N.A., prensa, choque elétrico, e fio elétrico. Os soldados Vanderlei e Monção apanharam até desmaiar e em seguida morrer".

O Cb. Cruz não alegou nada a seu favor para justificar a inocência. Assumiu que participou do sumiço dos corpos de Vanderlei e Monção, que providenciou pá, enxada para enterrar os corpos e machadinha para cortar a cabeça e mãos do cadáver do Sd. Vanderlei. Sobre o inquérito presidido pelo Ten-Cel. Gladstone, o Cb. Cruz afirmou que ninguém da equipe ou dos soldados havia sido interrogados, pois os depoimentos eram manuscritos montados pelo Cap. Niebus e Ten. Miranda e, depois, datilografado pelo escrivão Ten. Felix. Afirmou que o "*Cap. Niebus reuniu a equipe no dia seguinte após a morte de Geomar e disse que não haveria problema, pois iriam arrumar tudo...que estava tudo arranjado para se livrarem da auditoria, onde com as 'peixadas' do Capitão Niebus, tudo seria resolvido satisfatoriamente*".

O Cb. Cruz, por conta de seu "serviço externo de inteligência" pela 2ª Seção do BIB, estava infiltrado na vida marginal da região. Assim, num segundo depoimento no 15º RecMec, dia 8 de fevereiro de 1972, o Cb. Cruz escancarou suas informações sobre a face oculta de alguns sargentos e oficiais do 1º BIB no submundo da contravenção. Declarou ao Cel. Mário Sampaio, encarregado do IPM 17/72, que ele mesmo queria "fechar" o Sd. Botelho, mas que o Cap. Niebus não concordou porque já havia "encomendado o fechamento" ao delegado da Polícia Civil de Volta Redonda após a fuga daquele soldado.

O Cb. Cruz afirmou que o Ten. Miranda tomava "bolinha" (psicotrópico) na sua frente, num bar, para ficar "ligado"; que esse mesmo Ten. Miranda não pagava bebida, comida e nem mulheres na ZONA NOVA CAP e ainda recebia dinheiro de mulheres

daquela zona como CAFETÃO; o mesmo Cabo declarou que os tenentes Biano, Marcartti, Chagas e Quadros eram viciados em maconha e "bolinha" (psicotrópico); por fim, denunciou que havia contrabando de whisky do Paraguai envolvendo o Tenente Miranda e os sargentos Ubiratan e Melo.

Diante de indiscutíveis práticas contraventoras do submundo criminal, dentro dos quadros do Batalhão, e que envolvia membros do próprio Serviço Secreto de Inteligência, os crimes de torturas "medievais" misturada com torturas "modernas" sobre os soldados acusados de maconheiros cometidos no ARQUIVO do 1º BIB tornam os facínoras da Equipe S/2 ainda mais canalhas e desprovidos de caráter e honra, pois alegavam nos seus depoimentos estar servindo ao Exército e à Pátria. Essas informações confessadas pelo Cb. Cruz de consumo de drogas por oficiais, "cafetinagem", contrabando e esquadrão da morte dentro do corpo de oficiais do 1º BIB, transformam aqueles 19 dias de crimes hediondos contra 11 soldados sobreviventes e 4 soldados mortos num subproduto das Torturas como Política de Estado na Ditadura Civil-Militar naqueles chamados "Anos de Chumbo".

Em nome do combate ao terrorismo pela Segurança Nacional e do amor pela Pátria, os membros das equipes secretas de inteligência das Três Forças Armadas cometeram crimes de terrorismo com explosões de bombas, sequestros, invasões de propriedade, faziam inocentes reféns, torturavam, assassinavam com requintes de crueldades, e desapareciam com corpos. Esses agentes secretos estavam acima das leis da própria Ditadura, com licença para cometer crime de tortura, assassinato e ocultação dos cadáveres. Esse pacto de impunidade com o "serviço sujo" perdura até os dias atuais com a negação das Forças Armadas em abrir seus arquivos da OBAN, DOIs-CODIs, CIE, CISA e CENIMAR daquela época. Por isso, de um certo modo, a Democracia no Brasil,

em relação à memória dos crimes da Ditadura Civil-Militar, está estacionada nos portões dos arquivos das Forças Armadas.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE
DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

CORONEL ARIOSWALDO TAVARES GOMES DA SILVA

No dia 2 de fevereiro de 1972, no 1º BIB, prestou depoimento ao IPM o **Coronel Arioswaldo** Tavares Gomes da Silva, ainda comandante daquela Unidade Militar. Alegou a seu favor, em resumo, que estava de férias nesses 19 dias em que ocorreram as prisões, fugas e morte, e o Quartel estava sob a responsabilidade do Subcomandante, Tenente Coronel Gladstone, mas que esteve no quartel após o Ano Novo para responder às correspondências sociais, quando, então, tomou conhecimento da fuga do Sd. Botelho. Disse que reassumiu o Comando do Batalhão no dia 13, quando o Cap. Niebus, às 10h, informou-lhe da fuga dos soldados Vanderlei e Monção naquela madrugada e, ainda naquele dia viajou para a Guanabara para apresentar-se à Divisão Blindada por ter reassumido o cargo. Ao retornar para sua residência em Volta Redonda, recebeu o recado que solicitava sua presença no Batalhão porque o Sd. Geomar havia falecido. O Coronel Arioswaldo alegou ter tomado todas providências para o sepultamento do Sd. Geomar e que, ao ser informado pelo médico legista do HCE Dr. Eros, que fez a autópsia no soldado, bem como pelo Dr. Érico, que havia outro soldado bem machucado no Arquivo, Sd. Vicente, providenciou sua remoção para enfermaria e, no dia seguinte, para o HCE. Entretanto, o Cel. Arioswaldo alegou "*que não atentou para falta de comunicação de baixa desse soldado para a Divisão Blindada devido aos fatos que tumultuavam a sua Unidade Militar e no subconsciente do depoente essas providências haviam sido tomadas".* Afirmou ainda que o "*Pavilhão do Arquivo foi construído no tempo de um IPM para apurar crimes contra a Segurança Nacional, considerando a quantidade de*

indiciados. Mas, afirma o Coronel, que nunca houvera tortura contra preso político, no máximo um tratamento mais rude". Afirma que, atualmente, a tranquilidade da segurança na área do 1º BIB o fez aproveitar parte do pavilhão para sala de instrução. O Coronel Arioswaldo alegou, por fim, que só soube das mortes dos soldados Vanderlei e Monção (e que suas fugas haviam sido simuladas pela equipe S2 do seu Batalhão), ali, naquele momento desta pergunta do inquérito.

O primeiro e principal ponto de suspeita sobre o depoimento do Cel. Arioswaldo se refere a sua infame atitude de negar ter havido muitas seções de torturas sobre os militantes da JOC e grupos revolucionários que ocorreram 1 ano antes, naquele mesmo Pavilhão de Arquivo no fundo isolado do Batalhão, empreendidas pela equipe S2 com o Capitão Paiva, Capitão Giácomo, Tenente Tenório, Tenente Érico, Sargento Pires, Sargento Isaque, Cabo Cruz e Cabo Alberto.

Nesse sentido, a atitude do Coronel Arioswaldo Tavares Gomes da Silva reproduz uma postura dos superiores hierárquicos das próprias Forças Armadas que nunca assumiram que tivesse havido torturas nos quarteis, nem muito menos que a tortura havia se tornado, a partir do AI-5, em Política de Estado no combate às guerrilhas urbanas e rurais e grupos revolucionários. Esse tabu das torturas nos anos mais tirânicos da Ditadura, essa negação acintosa das torturas nos aparelhos de repressão da Ditadura perdura até hoje, e se configurou no maior entrave para apuração da verdade sobre as graves violações dos Direitos Humanos, pela negação do acesso aso arquivos confidenciais das Forças Armadas daquela época.

Em decorrência disso, a atitude de negação do Coronel em relação ao conhecimento das torturas praticadas pela Equipe S2 do Cap. Niebus sobre 15 soldados, no Pavilhão do Arquivo − que foi construído com essa finalidade, senão, teria sido construído junto aos demais pavilhões e não isolado no fundo do Quartel, onde não se

poderia ouvir os gritos de horror dos torturados −, apenas traduz, em sua pequena Unidade Militar, uma postura de NEGAÇÃO comum a toda Estrutura Militar em relação aos centro de torturas dentro dos quartéis e em casas e fazendas particulares operadas por equipes militares de combate às guerrilhas.

No entanto, o aparato de repressão criado pela Ditadura Civil-Militar pressupunha um respeito hierárquico à cadeia de Comando que, em última instância, permitia ou não que se operassem as prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos de corpos. De forma nenhuma, esse aparato permitiria que uma equipe S2 de uma unidade subalterna, como era o 1º BIB, decidisse com plena autonomia, como se fosse uma célula clandestina infiltrada no Exército, sobre a violenta, cruel e sangrenta repressão que atingiu aquele grupo de soldados que serviam a pátria e não pertenciam a nenhum grupo de "subversivos comunistas".

Nesse sentido, a reação do Comando do Exército, inclusive do próprio Presidente General Médici, haveria de ser exemplar para enquadramento das demais equipes secretas de informação espalhadas pelas Unidades Militares em todo País. Essa seria a explicação mais aproximada da verdade para um IPM inédito e único, um julgamento no STM, igualmente, inédito e único e uma sentença sem precedentes e singular que, no auge da tirania da Ditadura, condenaram toda uma equipe militar S2 por crime de tortura, assassinato e desaparecimento de corpos.

O segundo ponto de suspeita da alegação de inocência do Coronel Arioswaldo decorre dos testemunhos de Geralsélia (irmã do Sd. Geomar) :

"Eu fui ao quartel com mamãe, eu me lembro bem o dia, na casa do coronel comandante Arioswaldo. Cheguei com mamãe na casa dele... ela quis dizer pra ele as coisas que estavam acontecendo, do Geomar está sendo torturado no BIB. E ele falou: 'não, minha senhora, isso não acontece no meu Quartel. Ele foi preso só pra averiguação'. Quer

*dizer, ela foi até contar o que ela tava sabendo; que existia esse tipo de coisa, porque vaza do Quartel" (*Depoimento de Geralsélia Ribeiro da Silva para Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda*).*

O ex-soldado José Getúlio Novo Pauferro também reforçou, em seu depoimento como Testemunho da Verdade, as evidências de que o Comandante Arioswaldo tinha conhecimento das torturas no Arquivo pelo Cap. Niebus, chefe da S/2:

"Eu lembro que a gente ficava lá, no xadres do Corpo da Guarda, incomunicável, levava pras torturas todas, e a gente ficava incomunicável. Aí teve um dia que o Coronel Ariosvaldo... (por isso que eu coloquei o Ariosvaldo no depoimento do Inquérito), ele chegou e pediu ao comandante da guarda pra ver o pessoal do S2, da secreta. Ele levou até a gente, estava eu, Celinho, Nilsinho, e mais quem estava nesse dia na solitária...a gente só de calção e com o corpo todo roxo de pancada, né, ele chegou e falou assim: 'esse é o pessoal da S2 ?' ...Aí falou o comandante da guarda que eu não me lembro quem era, ele só balançou a cabeça prum lado e pro outro, com coisa que não estava aprovando. Mas ao mesmo tempo...se ele estava de férias, ele tinha poder pra dizer: 'eu quero que pare com isso!', ou chegar em cima do Gladstone, que era o sujo, que estava comandando, e dizer 'para com isso aí!'. Ele tinha voz pra isso. Ele é comandante".

*(*Fonte*: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*
Depoimento de José Getúlio Novo Pauferro para Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda*).*

No dia 6 de fevereiro de 1972, o Ministério do Exército soltou uma nota oficial sobre o caso do 1º BIB que estava sendo apurado sob total sigilo pelo IPM 17/72:

CENTRO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DO EXÉRCITO

"**O Centro de Relações Públicas do Exército torna público que, numa organização militar localizada em Barra Mansa-RJ, foi descoberto um grupo de soldados ligados ao vício e ao tráfico de tóxicos. Visando a estabelecer as ramificações da rede de traficantes, os elementos daquela organização militar inicialmente encarregados das investigações, segundo o que se apurou até agora, agiram de maneira condenável e deformada, provocando a morte de soldados. Tal procedimento, totalmente contrário à lei e às determinações em vigor no Exército, conta com total repúdio da instituição e a justa repulsa de seus integrantes. Foi determinado o máximo rigor na sua apuração, pois jamais fatos dessa natureza, resultantes de deturpações individuais, poderão ter a complacência do Exército**".

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

Fonte: *ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 4**

Após essa nota vir a público na imprensa escrita da Guanabara (O Globo, Última Hora, O Dia), o Bispo D. Waldyr, no dia 11 de fevereiro de 1972, escreveu uma carta ao Ministro do Exército, General Orlando Geisel. Na época, o Ministro do Exército se recusou a recebe-la e, no dia 27 de fevereiro o Protocolo do Ministério do Exército rejeitou a entrega. De todo modo, houve uma inegável atitude efetiva de rigor na apuração por parte do Encarregado do IPM, Coronel Mário Orlando Ribeiro Sampaio, que contava com total apoio do Ministro do Exército e do Presidente Médici. O Cel. Mário Sampaio derrubou, logo na primeira semana de depoimentos, a farsa do inquérito do Tenente-Coronel Gladstone e, em pouco mais de duas semanas, desmascarou a simulação das fugas dos soldados Vanderlei e Monção. Na primeira semana de fevereiro o IPM 17/72 já registrava as 4 mortes por tortura violentamente cruéis e 11 soldados sobreviventes.

RELATÓRIO FINAL DO IPM

Fonte*: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

Fonte*: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 4** *e* **PASTA 5**

Em seu RELATÓRIO FINAL DO IPM, entregue no dia 8 de março de 1972 ao Procurador do Ministério Público, Dr. José Manes Leitão, o Cel. Mário Sampaio identificou todo o processo de prisões dos 15 soldados do Batalhão pela 2ª seção do 1º BIB chefiada pelo Cap. Niebus e apontou que "*essas prisões não eram oficializadas através de publicação em Boletim Interno da Unidade*". O Relatório do IPM identificou cada membro da equipe S/2 indiciada por violentos espancamentos dos soldados presos e identificou a divisão social das seções de tortura no ARQUIVO: o Cap. Niebus, Ten. Miranda e Cb. Cruz usavam cano de ferro e palmatória para bater nos soldados presos, atingindo os plexos carotídeos, o plexo solar, coxas, rins e fígados; os Sgts. Rubens e Guedes utilizavam uma prensa para apertar os pés dos soldados presos e o Sgt. Etel utilizava fios de eletricidades como chibata; o Cb. Freitas empregava o magneto para dar choques.

O Relatório do IPM destacou o mais violento e o derradeiro dia das torturas, 12 de janeiro de 1972, como o marco referencial da morte dos soldados Juarez Monção Virote, Vanderlei de Oliveira (ambos morreram de espancamento no fim daquela tarde), Geomar Ribeiro da Silva (morreu no dia seguinte) e Roberto Vicente da Silva (morreu internado no HCE no dia 25 de janeiro), do qual todos membros da equipe do Cap. Niebus participaram, alguns somente no turno da manhã, outros no turno da tarde e Cap. Niebus, Ten. Miranda e Cb. Cruz no espancamento todo o dia.

O Relatório acusa toda equipe, além do Tenente-Coronel Gladstone Teixeira Pernasetti, (Comandante substituto do Coronel Arioswaldo que se encontrava de férias), o policial Nelson Ribeiro de Moura e o Fiscal de Censura Iranides Ferreira pelo desaparecimento dos cadáveres dos soldados Monção e Vanderlei e a pelas simulações das fugas como desertores. A internação do Sd. Vicente não foi comunicada como baixa do Quartel pelo Coronel Arioswaldo (que assumiu o Comando no dia 13 de janeiro) no relatório ao Altos Escalões. Esse fato não passou desapercebido pelo perspicaz Coronel Sampaio que acusou no Relatório final o sentido dessa omissão pela razão de ser o Sd Vicente, ainda com vida, a peça que não se encaixava na ficção do relatório: Sd. Vanderlei e Sd. Monção agrediram Sd. Geomar e Sd. Vicente e fugiram como desertores, o Sd Geomar falecera; mas o Sd Vicente ainda estava vivo, por isso não declararam como baixa sua remoção para o HCE (como se o houvessem removido da história ficcional).

No curso do IPM foram realizadas diligências para encontrar os instrumentos de tortura do ARQUIVO: telefone de magneto para choque elétrico, prensa, palmatória, fios elétricos de chibata, cintos N.A de chibata, a luva preta para socos e o cano de ferro. Nenhum desses instrumentos foi encontrado, inclusive num local de enterro de material em Barra Mansa perto da Ponte Nilo Peçanha.

Outras diligências do IPM tiveram pleno êxito ao encontrar, dia 20 de fevereiro de 1972, em Rio Claro, na Serra do Piloto, a ossada parcial do cadáver decapitado e com mãos mutiladas de Vanderlei de Oliveira e o Crânio em outro local distante 10 km. Em Bananal, às margens da Estrada para Angra, atrás de um bambuzal, no dia 15 de janeiro de 1972, foi encontrado o cadáver carbonizado, com dentes quebrados para dificultar a identificação, de Juarez Monção Virote, reconhecido por necroscopia de impressão digital.

O Relatório Final do Cel. Mário Sampaio inferiu os seguintes delitos: Homicídio Qualificado; lesão grave; dano a instalação militar; inutilização e sonegação de material probante; ofensa aviltante a inferior; abandono de pessoa. Foram indiciados por homicídio qualificado e lesão grave o Capitão Dalgio Miranda Niebus; 2º Tenente Paulo Reynaud Miranda da Silva; 3º Sargento Rubens Martins de Souza; 3º Sargento Sideni Guedes; Cabo José Augusto Cruz; e Cabo Celso Gomes de Freitas Filho. Foi indiciado pelo crime de inutilização e sonegação de material probante (ocultação de cadáveres) além dos já citados, o Tenente Coronel Gladstone Teixeira Pernasetti, Nelson Ribeiro de Moura e Iranides Ferreira.

INDICIADOS PELO IPM 17/72:

CRIME DE ABANDONO DE PESSOAS

TENENTE MÉDICO ÉRICO AUGUSTO LOPES

"O Ten. Médico Érico Augusto Lopes sabia da existência dos soldados feridos no ARQUIVO, não tomou qualquer providência para atendê-los. Além disso, constatado o grave estado de saúde do Sd. Geomar, deixou-o aos cuidados incipientes de um Cabo enfermeiro, por ele mesmo considerado 'mau enfermeiro', concorrendo assim para a sua morte naquele dia. Além disso, não providenciou a imediata remoção do Sd. Vicente, para o centro médico com os necessários recursos, atrasando em 1 dia os cuidados médicos, dos quais o referido soldado carecia, urgentemente, verificando a sua morte 10 dias mais tarde".

CRIME DE OFENSAS A INFERIORES

Capitão Voltaire Antônio de Carvalho:

"Praticou violência contra os soldados Getúlio e Senhorinho no Arquivo";

Tenente Pedro Miguel Calicchio:

"Praticou violência contra um dos soldados presos no Arquivo";

Sargento Nivaldo Amaro da Silva:

"Praticou violência contra os soldados Amorim, Ferreira e Botelho no Arquivo";

Sargento Geraldo José Ferreira:

"Praticou violência contra o soldado Botelho no Arquivo";

Cabo Eugênio Gonzaga Thomaz:

"Aplicou um choque elétrico no Sd. Monção a pedido do Cb. Cruz";

O Relatório Final pede a decretação de prisão preventiva dos indiciados membros da equipe S/2: o Capitão Dalgio Miranda Niebus; 2º Tenente Paulo Reynaud Miranda da Silva; 3º Sargento Rubens Martins de Souza; 3º Sargento Sideni Guedes; Cabo José Augusto Cruz; e Cabo Celso Gomes de Freitas Filho. O Relatório com os autos foi remetido, no dia 8 de março de 1972, para o General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, Comandante da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada que o remeteu ao Procurador da Justiça Militar.

O Procurador da Justiça Militar, José Manes Leitão resolveu acolher as acusações do IPM relativas à equipe da 2ª Seção do 1º BIB, e denunciar, para 2ª Auditoria do Exército, o Capitão Dalgio Miranda Niebus; 2º Tenente Paulo Reynaud Miranda da Silva; 3º Sargento Rubens Martins de Souza; 3º Sargento Sideni Guedes; Cabo José Augusto Cruz; Cabo Celso Gomes de Freitas Filho, além do Tenente Coronel Gladstone Teixeira Pernasetti, Nelson Ribeiro de Moura e Iranides Ferreira. O Procurador resolveu deixar fora do processo, por crime de ofensas aviltantes a inferiores, os militares do 1º BIB: Capitão Voltaire, Tenente Calicchio, Sargento Nivaldo e Sargento Geraldo e Cabo Thomaz. E deixou fora do processo, pelo crime de abandono de pessoas, o Tenente Médico Érico.

JULGAMENTO DOS AUDITORES DO EXÉRCITO

Fonte*: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

Fonte*: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 4** *e* **PASTA 5**

O Conselho de Justiça da 2ª Auditoria do Exército foi composta pelo Auditor: Dr. Helmo de Azevedo Sussekind; Juizes: Cel. Ney Virgílio de Carvalho, Cel. Delmar Jayme de Carvalho, Cel. Augusto Ceser da Fonseca Lessa e Cel. Vicente Galastro. Esses Juízes Auditores ouviram, de 18 a 22 de janeiro de 1973, os indiciados, as testemunhas e os atingidos num julgamento histórico sem precedentes que correu em segredo de justiça por solicitação dos advogados de defesa dos acusados e com voto vencido do Auditor Dr. Helmo Sussekind.

Na sentença final de 1 processo com mais de 1000 páginas, destacam-se: 1) a síntese das teses das Defesas dos acusados; 2) As acusações do Ministério Público quanto: a materialidade dos homicídios dolosos e qualificados, a materialidade da ocultação de cadáveres, as lesões corporais dolosas e qualificadas; 3) As sentenças finais dos Juízes Auditores.

TESES DA DEFESA DOS ACUSADOS

A defesa do acusado **Tenente Coronel Gladstone Teixeira Pernasetti** sustenta a tese da improcedência da denúncia porque no Código Penal Militar não há tipificação de "ocultação de cadáver", omisso nesse quesito, e por isso não pode haver equivalência com a "ocultação de objeto de valor probante", inexistindo, portanto, o enquadramento do acusado no desaparecimento dos Soldados Vanderlei e Monção, pediu absolvição.

A defesa do acusado **2º Tenente Paulo Reynaud Miranda da Silva** afirmou ser apenas em parte verdadeiras as acusações, mas que houve exagero no IPM porque houve

11 sobreviventes e que o Tenente seguia ordens do seu superior hierárquico, Cap. Niebus, um homem despreparado para a função. Pediu justiça sem exagero de pena.

A defesa dos acusados **3º Sargento Rubens Martins de Souza, 3º Sargento Sideni Guedes, Cabo José Augusto Cruz e Cabo Celso Gomes de Freitas Filho** alegou que todos agiram cumprindo ordens diretas do Cap. Niebus, contra as quais não teriam coragem de descumprir sendo esses seus subordinados hierárquicos e estavam sob irresistíveis coação sendo, por isso, isentos de culpabilidade. Pediu justiça sem exagero de pena para o Sgt. Etel e Cb. Cruz e absolvição para Sgt. Rubens, Sgt. Guedes, Cb. Freitas.

A defesa dos civis Nelson Ribeiro de Moura e Iranides Ferreira alegou impropriedade da tipicidade do crime de "ocultação de objeto de valor probante" na denúncia do IPM e do Ministério Público por inexistir o equivalente de "ocultação de cadáveres no Código Penal Militar e que ambos cumpriram ordens sob império de coação moral e física irresistíveis. Pede absolvição de ambos.

A defesa do **Capitão Dalgio Miranda Niebus** primeiramente solicitou um laudo sobre a sanidade mental do seu cliente. Depois de um rigoroso e demorado Exame de Sanidade Mental e Física no HCE, os peritos concluíram o diagnóstico que o Capitão estava em perfeitas faculdades mentais, com capacidade plena de entender o caráter ilícito dos fatos e conduzir-se de acordo com seu entendimento. Caso fosse o contrário, a defesa do Capitão Niebus alegaria inimputabilidade dos crimes. A defesa então recorreu ao argumento que todos de sua equipe estavam cumprindo ordens superiores em uma verdadeira "guerra santa" em defesa das instituições, não lhe cabendo a responsabilidade única de tais fatos que foram meros acidentes em ação imprevisível. E que todos os oficiais e praças do 1º BIB tinham conhecimento do que ocorria no ARQUIVO. Os seus homens foram treinados para a guerra, não eram homens comuns, eram especializados

para enfrentar a guerra revolucionária. O Comandante Arioswaldo e o Subcomandante Gladstone estavam cientes do que ocorria no Batalhão e no Arquivo e finalizou: "ou são todos responsáveis ou ninguém é responsável". Pediu absolvição.

ACUSAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA SENTENÇA

O Promotor denunciou que durante o curto período de 19 dias, decorridos entre a prisão do Soldado Botelho dia 26 de dezembro de 1971 e a última prisão do Soldado Soares em 12 de janeiro de 1972, a "Equipe" do Cap. Niebus espancou e torturou até a morte 4 soldados, Vanderlei, Monção, Geomar e Vicente, e torturou e espancou 11 soldados sobreviventes. Destacou que a "Equipe", sob ordens do Ten-Cel. Gladstone, com ajuda dos civis Nelson Ribeiro de Moura e Iranides Ferreira, ocultou o cadáver do Sd. Vanderlei, (decapitado e amputando nas mãos) e do Sd. Monção (incendiado). Quanto aos espancamento ocorridos no "ARQUIVO" pode ser notado nos autos a total e calculada frieza dos executores cuja intensidade e violência poderia se aquilatada pelo elevado número de vítimas num escasso período de 19 dias (4 mortos e 11 sobreviventes) e pelo variedade de métodos utilizados com requintes medievais como a prensa manual onde espremiam pés das vítimas e espremeram a cabeça do Soldado Vicente. O Ministério Público defendeu que os acusados cometeram crimes dolosos com graves prejuízos morais ao Exército e às famílias com métodos bárbaros e covardes de torturas em vítimas algemadas, incapazes de se defenderem e sem prestar e impedindo socorro às vítimas, assumindo conscientemente o risco das mortes.

SENTENÇA DO CONSELHO DE JUSTIÇA DA 2ª AUDITORIA DO EXÉRCITO

CONDENAÇÃO do **Capitão Dalgio Miranda Niebus** à pena de 84 anos de reclusão;
CONDENAÇÃO **2º Tenente Paulo Reynaud Miranda da Silva** à pena de 77 anos de reclusão;

CONDENAÇÃO **3º Sargento Rubens Martins de Souza** à pena de 62 anos de reclusão;
CONDENAÇÃO **Cabo José Augusto Cruz** à pena de 62 anos de reclusão;
CONDENAÇÃO **3º Sargento Sideni Guedes** à pena de 58 anos de reclusão;
CONDENAÇÃO **Cabo Celso Gomes de Freitas Filho** à pena de 58 anos de reclusão;
CONDENAÇÃO **Tenente Coronel Gladstone Teixeira Pernasetti** à pena de 7 anos de reclusão;
CONDENAÇÃO **Nelson Ribeiro de Moura** à pena de 2 anos de reclusão;
CONDENAÇÃO **Iranides Ferreira** à pena de 2 anos de reclusão;

Fonte*: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

DOSSIÊ DE TODO PROCESSO DO IPM 17/72 E PROCESSO 39872/73 –ORIGEM: STM

Fonte*: ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE VOLTA REDONDA* – **PASTA 4** *e* **PASTA 5**

Na SENTENÇA da 2ª Auditoria do Exército (Pag. 27), há suspeitas sobre o Coronel Arioswaldo: ***"Existem indícios veementes nos autos de que o Cel. Arioswaldo teria, por intermédio do Cap. Niebus e da testemunha Geralsélia, tomado conhecimento dos espancamentos ocorridos no interior do quartel do 1º BIB, omitindo-se deliberadamente de tomar qualquer providência sobre os mesmos*"** (Conselho de Justiça da 2ª Auditoria do Exército). Na declaração de Voto, os Juízes Auditores decidiram que a punição cabível ao Coronel Arioswaldo foi sua destituição do Comando do 1º BIB e sua silenciosa e desonrosa aposentadoria como reformado sendo-lhe vedado exercer função na Justiça Militar.

DO 1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA AO 22º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADA

Em 18 de fevereiro de 1950, surgia a 1ª Companhia do 1º Batalhão de Infantaria Blindada, em Barra Mansa, que integrava o 2º Batalhão de Infantaria Blindada de São Cristóvão (Distrito Federal na época). Em 24 de novembro de 1955, a 1ª Companhia foi elevada à categoria de 1º Batalhão de Infantaria Blindada (1º BIB), com consequente aumento de efetivos (oficiais qualificados, soldados e recrutas). Ao mesmo tempo, com apoio da Companhia Siderúrgica Nacional, iniciou-se um intenso trabalho de urbanização e edificações que resultaram nas construções de pavilhões, galpões, ruas, rede elétrica, rede de esgoto, rede de água potável, área de exercícios e esporte, reservatório de água, posto de combustível dentre outros equipamentos urbanos.

Ao se emancipar de Barra Mansa, em 1954, o Município de Volta Redonda, sede da CSN, por sua importância econômica e simbólica na política nacional, influiu na transformação da 1ª Companhia em 1º Batalhão. A área de segurança de responsabilidade dessa Unidade Militar compreendia Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí, Piraí e Mendes. O 1º BIB foi constituído estrategicamente nessa região de maior concentração industrial do antigo Estado do Rio de Janeiro (CSN em Volta Redonda, Cia. Siderúrgica Barra Mansa e Cia. Siderúrgica Barbará em Barra Mansa, RFFSA em Barra do Piraí, LIGHT em Piraí).

Dentro da tradição militar, a INFANTARIA representa a ARMA DE COMBATE A PÉ, ou seja, numa guerra, a Infantaria suporta o maior peso do combate no enfrentamento direto, homem a homem, com o inimigo. O texto a seguir contém definição de INFANTARIA pelos próprios militares:

"*A Infantaria é o conjunto de tropas de um exército, a qual tem finalidade básica de conquistar e manter terreno. Ela domina o adversário pela potência de fogo e pelo movimento, suportando o maior peso dos combates, sendo assim reservada às maiores glórias. Sempre apta para realizar o combate a pé, pode utilizar-se também de meios de transportes para seu deslocamento. Em resumo, a infantaria é o coração das Forças Armadas: sem ela não haveria Exército e nem seria possível a vitória*"

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE
REVISTA COMEMORATIVA DOS 30 ANOS DO BATALHÃO DE BARRA MANSA-1985.

No período da GUERRA FRIA, com a IDEOLOGIA DA SEGURANÇA NACIONAL, os "inimigos internos" passam a ser os comunistas. A ARMA dos militares para enfrentar "homem a homem" os comunistas teria que ser a INFANTARIA. As áreas de concentração em massa de operários (Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí) são identificadas pelos estrategistas da "guerra interna" como locais privilegiados de atuação dos comunistas por sua política de revolução proletária nos moldes soviéticos. Dessa maneira, o movimento sindical foi identificado como movimento subversivo que ameaça a segurança da Pátria e os sindicalistas como potenciais "agentes da revolução

comunista". Dessa maneira, o Exército preparou-se para a "guerra ao comunismo" na região Sul Fluminense, com um Batalhão que já havia sido posto em "combate" antes de 1964, com a repressão à greve da Siderúrgica Barra Mansa (SBM), em 1962, com o cerco da usina por tropas da 1ª Cia e 2ª Cia do 1º BIB. Cabe destacar que a SBM não era uma empresa estatal, mas sim do grupo Votorantim de José Ermírio de Morais.

No Golpe Civil-Militar de 1964, o 1º BIB tornou-se um centro estratégico de repressão à greve dos operários de 1º de abril em defesa do Governo João Goulart. O Comando do 1º BIB, articulado com o Diretor Industrial da CSN, colocou em prática o plano contra a greve na Usina, com o controle da comunicação telefônica, a presença de tropas do Exército nas entradas da CSN (Passagem Superior e Ponte Preta), controle do alto-forno e aciaria dentro da Usina, controle da Rádio Siderúrgica, invasão do Sindicato dos Metalúrgicos, prisão dos dirigentes e delegados sindicais e demissão dos ativistas e grevistas.

Portanto, foi no Golpe Civil-Militar de 1964 que o 1º BIB mostrou definitivamente a sua importância estratégica no plano antigrevista, com os 77 sindicalistas de Volta Redonda que foram presos por aquela Unidade Militar. Por falta de celas para tantos "subversivos", a maior parte, principalmente os dirigentes e delegados sindicais, foi encaminhada para a AMAN, em Resende. Além disso, o 1º BIB foi protagonista do IPM do PCB, em 1964, no qual foram processados por crime contra a Segurança Nacional um total de 61 "subversivos", dentre eles, Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola, Wladimir Pomar, Maurício Grabois. E nesse mesmo Batalhão ocorreu o IPM do Grupo dos Onze em Volta Redonda em 1965.

A partir do Golpe de 64, as relações entre a Companhia Siderúrgica Nacional e o 1º BIB tornaram-se mais estreitas e orgânicas. O Diretor Industrial da CSN, Eng. Mauro Mariano, que articulou com o BIB a repressão aos operários grevistas que defendiam o

Governo João Goulart, assinou, logo após o Golpe, no dia 8 de abril, a Resolução de Diretoria 13.124, cujos trechos mais significativos estão a seguir apresentados:

"Com o desenrolar dos acontecimentos de 31/ 3 a 1/ 4 e nos dias consecutivos, até o momento, ficou evidenciado, mais uma vez, que a proteção da Usina Presidente Vargas depende, em grande parte, da atuação pronta do 1º Batalhão de Infantaria Blindada, o 1º BIB, sediado em Barra Mansa. A perfeita coordenação entre seu Comandante e Oficiais e a Direção Industrial, dentro de esquemas estudados em todos os detalhes, em conjunto, permitiu que fosse dada a Usina a proteção adequada, dentro do ambiente conturbado daqueles dias ... Reexaminando os planos, para corrigi-los de falhas que só a experiência poderia evidenciar, foi verificado que a existência de moradias muito isoladas, dos oficiais e sargentos, fora do perímetro de nossa Vila Santa Cecília e até Barra Mansa, tornou-se um transtorno e mesmo um perigo para o entrosamento das providências iniciais...Além disso, foi verificado que haverá necessidade de aumentar urgentemente o efetivo do BIB e com isso o número de oficiais e sargentos para adequada proteção da Usina...Considerando que é de toda conveniência para a Usina manter e incentivar a residência dos elementos oficiais e sargentos do BIB em Volta Redonda...Considerando as vantagens da presença desses homens para o conhecimento perfeito de nossa Usina e dos detalhes para defesa da mesma...Considerando que é pequeno o número de oficiais e sargentos residentes em Volta Redonda nesse momento...O Diretor Industrial, na qualidade de responsável pela defesa da Usina, solicita à Diretoria permitir mais casas para o BIB"

Fonte: Arquivo CEDOC, CSN. Resolução de Diretoria - Caixa 507

Dessa decisão acima resultou a incorporação de todos os oficiais e sargentos do 1º BIB ao grupo de inquilinos das casas nos bairros da CSN, reproduzindo-se a hierarquia social da Usina na distribuição hierárquica militar da localização das residências dos

oficiais e sargentos. O Comandante e Subcomandante no bairro Laranjal (da Chefia da CSN), majores, capitães e tenentes no bairro dos engenheiros e médicos (Vila e Bela Vista) e os sargentos nos bairros dos operários (Conforto).

Raphael Cittadino de São Paulo	RUA 106 nº 160	Laranjal
Ivan de Sá Aragão	RUA 26 nº 603	Tanger.
Nelson Alves da Silva	RUA 26 nº 623	"
Josias Dutra Moura	RUA 16 nº 61	Vila
Antonio Carlos Cordeiro de Carvalho	RUA 16 nº 77	"
Francisco Xavier de Lima Neto	RUA 16 nº 79	"
Antonio Bittencourt	RUA 18-B nº 35	"
IMÓVEL VAGO	RUA 18-B nº 39	"
Marcos de Almeida	RUA 18-B nº 49	"
Royter de Miranda Barcelos	RUA 26 nº 14	"
Adolfo Quadros Bezerra	RUA 26 nº 16	"
Sylvio Antonio de Oliveira Santos	RUA 26 nº 18	"
IMÓVEL VAGO	RUA 26 nº 33	"
Orlando de Abreu Ferreira	RUA 26 nº 39	"
Valter Soares Pedra	RUA 33 nº 70	"
Ravany dos Santos	RUA 40 nº 60	"
Silvestre Prado de Souza Neto	RUA 44 nº 31	"
José Messias de Brito	RUA 44 nº 32	"
Lúcio Fernandes Dias	RUA 44 nº 52	"
IMÓVEL VAGO	RUA 02 nº 107	Conforto
IMÓVEL VAGO	RUA 163-B nº19/31	Vila
IMÓVEL VAGO	RUA 163-B nº19/32	Vila
Geraldo José Pereira	RUA 02 nº 209	Conforto
José Oliveira de Sampaio	RUA 02 nº 211	"
Léo Monteiro da Rocha	RUA 02 nº 317	"
Ismael Gonçalves Rosa	RUA 02 nº 331	"
José Maria Duque Alves	RUA 02 nº 339	"
Valmiré Pereira da Rosa	RUA 02 nº 347	"
Nilson Esteves de Carvalho	RUA 04 nº 86	"
José Maria de Mello	RUA 04 nº 180	"
Miltos Mantovani	RUA 04 nº 190	"
Nivalco Amaro da Silva	RUA 04 nº 250	"
Horácio Guimarães Delgado	RUA 04 nº 316	"
Plinio Antonio de Carvalho	RUA 04 nº 366	"
João Francisco Alves Filho	RUA 207 nº 39	"
Antonio Galvão de Souza	RUA 209 nº 95	"
Mello Pinto de Araújo	RUA 217 nº 10	"
Romaldo Barbosa	RUA 225 nº 15	"
Sebastião Victor da Silva	RUA 225 nº 18	"
Isaque da Silva Garcia	RUA 227 nº 11	"
Mausar Lourenço da Silva Filho	RUA 229 nº 15	"
Sebastião Mauricio Machado	RUA 232 nº 26	"
Djalma Mendes da Silva	RUA 237 nº 15	"
Guilherme Pedro Neto	RUA 245 nº 16	"
IMÓVEL VAGO	RUA 247 nº 16	"
Walter Newmann	RUA 410 nº 65	"
José Carlos de Oliveira	RUA 17-E nº 213/22	B.Vista

Fonte: Arquivo CEDOC, CSN- Dossiê 240/85 - caixa 1881

As prisões efetivadas pelo 1º BIB de 1964 a 1972 (ano da troca do nome daquela Unidade Militar para 22º Batalhão de Infantaria Motorizada) foram direta ou

indiretamente relacionadas à segurança da Usina Presidente Vargas da CSN, que pertencia ao conjunto da Segurança Nacional. Em 1964, o Golpe Civil-Militar foi direcionado contra o movimento sindical e os sindicatos, daí as prisões em massa de operários e centenas de intervenções nos sindicatos. Além disso, o 1º BIB protagonizou a repressão aos Comunistas e ao Grupo dos Onze na região Sul Fluminense com dezenas de prisões e indiciados nos IPMs.

No caso JUDICA, 1967, a prisão dos 4 militantes e dirigentes de grupos jovens da igreja católica progressista esteve indiretamente relacionada à Usina, sendo que dois daqueles jovens eram empregados da CSN. O panfleto que distribuíam e que foi a causa de suas arbitrária e ilegais prisões incomunicáveis, julgamentos e condenações, fazia denúncias à exploração capitalista dos operários e, em que pese haver aparentemente razões de perseguição ao setor progressista da Igreja, havia uma ideologia de classe que gerou a repressão ditatorial.

No caso da repressão do 1º BIB à organização revolucionária Ação Popular (AP), no 1º de maio de 1968, a relação foi direta com a CSN porque as células da AP eram compostas de operários da Usina. Os prisioneiros da AP ficaram incomunicáveis no Quartel de Barra Mansa e depois foram inqueridos no DOPS, na Guanabara.

No caso do AI-5, 13 de dezembro de 1968, a prisão em massa, novamente, de sindicalistas de 64 e da recém-eleita diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda de 68, bem como assessores do Bispo D. Waldyr, totalizaram perto de 40 “detidos para averiguações” pelo 1º BIB na Operação Gaiola.

No 1º BIB ainda não havia sido criada a 2ª Seção (também chamado S/2), do Serviço Secreto de Inteligência do Exército, que passa a surgir com a criação do Centro de Informações do Exército (CIEx). O centro de prisão dos militantes do PCB na região

foi o 1º BIB onde os agentes do DPPS (depois DOPS) interrogavam os prisioneiros. Nesse processo de prisão de militantes do PCB, pode ter havido mais casos de torturas, mas que não foram relatados para a Comissão nem foram encontradas fontes que pudessem dar essa informação-denúncia.

Entretanto, outro caso relatado de prisão e tortura no 1º BIB, mas que não foram encontrados documentos no Arquivo Público do Rio de Janeiro, nem no Arquivo Nacional, nem, ainda, no Arquivo Brasil Nunca Mais, foi o do Presidente do Sindicato da Construção Civil, Lainor Ferreira, já falecido. A sua viúva, Profª Brasilina Vieira Dalboni, em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, afirmou que o Exército invadiu a sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, prendeu seu marido e apreendeu toda documentação sindical (o que foi confirmado pelas investigações da Comissão).

Levaram Lainor como prisioneiro para o 1º BIB, onde ficou dois meses incomunicável. Quando foi libertado, desenvolveu um processo de esquizofrenia e paranóia, terminando por ficar para sempre e assim falecer aprisionado por essa doença psíquica. Segundo Brasilina conseguiu ouvir de seu marido, Lainor Ferreira, que ele foi torturado no 1º BIB e por isso ficou surtado em crise psíquica.

Logo após a liberação dos detidos na Operação Gaiola do AI-5, no início de fevereiro de 1969, onde nenhum deles foi interrogado em seções de torturas, segundo apurou a Comissão da Verdade, deu-se a criação da 2ª Seção no 1º BIB com a construção do Pavilhão do Arquivo, do qual passaram a fazer parte da primeira equipe S/2: Capitão **Dulene** Aleixo Garcez dos Reis, **Tenente** Paulo Raynarde **Miranda** da Silva, Tenente Marcus Amabílio **Tenório** Dantas e Sargento Milton José Siqueira **Pires**. Esse grupo do Serviço Secreto de Inteligência, subordinado ao DOI-CODI e treinado para guerra revolucionária, teve como sua a primeira vítima o sindicalista e membro do PCBR,

Genival Luiz da Silva, preso pela segunda vez, de abril a junho de 1969. Com Genival a equipe S/2 inaugurou o Arquivo do 1º BIB com seções de torturas modernas, sem traumas físicos aparentes, mas com muito trauma psíquico devido à intensa dor dos choques elétricos, afogamentos, pancadas no abdômen e nos rins. A TORTURA COMO POLÍTICA DE ESTADO transformou o 1º BIB, com a construção do PAVILHÃO DO ARQUIVO e a formação da Equipe de Agentes Secretos de Inteligência (2ª Seção), num dos centros de torturas da Ditadura Civil-Militar na fase mais aguda de "guerra contra o inimigo interno".

A escalada de violência aumentou desde então como se pode constatar nas 30 pessoas presas pela equipe S/2 do 1º BIB, em novembro e dezembro de 1970. A equipe de agentes de inteligência era chefiada pelo Cap. Paiva, Ten. Tenório, Sgt. Pires, Sgt. Isaque, Cb. Cruz e Cb. Alberto. Os 30 prisioneiros eram militantes da JOC ou de grupos revolucionários. A maioria relatou que sofreu várias seções de torturas no Arquivo e algumas ficaram presas na cela dentro do Arquivo chamada SUBMARINO, onde se perde a noção de dia e noite. O principal instrumento de tortura passou a ser o choque elétrico, mas houve seções de pancada nos rins e abdômen e tapas no rosto. Alguns homens e mulheres confessaram ter sofrido tortura sexual, outras pessoas presas e torturadas, que a Comissão tomou conhecimento por terceiros, sofreram tortura sexual, mas o trauma do fato e constrangimento do relato silenciaram as vítimas.

Por fim, após tamanha repressão na cidade de Volta Redonda, o movimento contra a Ditadura sofreu duro golpe, principalmente dentro do Sindicato e da Igreja progressista. A falta de caso no campo político fez a equipe de agentes secretos de inteligência do 1º BIB passar a atuar no campo da criminalidade de drogas. Entre o final de 1971 e início de 1972, em 19 dias, houve uma sindicância da equipe S/2 para apurar o uso e comércio de maconha no 1º BIB por soldados daquele Quartel. A Equipe de agentes de inteligência

era chefiada pelo Cap. Niebus e composta pelo Ten. Miranda, Sgt. Rubens, Sgt. Etel, Sgt. Guedes, Cb. Cruz e Cb. Freitas.

Essa equipe torturou 15 soldados utilizando-se de técnicas modernas (choque elétrico, pancadas nos rins e abdômen e afogamento) misturada com técnicas escravagistas (chicotadas com cinto NA, fios elétricos e couro e golpes com palmatórias e cano de ferro) e até medievais (prensa). Dessas torturas resultaram 11 soldados sobreviventes e 4 assassinados de tanta pancada. Desses mortos, dois soldados tiveram seus cadáveres ocultados para simular desaparecimento do Quartel, sendo que um deles, cortaram a cabeça e as mãos para não serem identificados (técnica aprendida nos cursos do DOI-CODI tal como fizeram com muitos cadáveres de presos políticos) e o outro foi incendiado com gasolina. Esse grupo foi denunciado por D. Waldyr Calheiros e pela irmã de um dos soldados mortos na CNBB que denunciou na Comissão Bipartite com altas autoridades da Igreja e do Estado, o que ensejou o processo, julgamento e condenação de toda equipe de torturadores do 1º BIB pela própria Justiça Militar, num caso único em todo período ditatorial.

Em virtude do imenso trauma vivido pelas famílias dos soldados torturados e dos soldados mortos, diretamente, e de toda população da região, indiretamente, a Unidade Militar de Barra Mansa deixou de ser 1º Batalhão de Infantaria Blindada e tornou-se 22º Batalhão de Infantaria Motorizada, em 21 de setembro de 1972, com mais tanques de guerra, canhões, metralhadoras e carros de combate e menos efetivos de "Infantaria a Pé". O BIMtz não tinha mais a função de Agência de Inteligência Secreta da região Sul Fluminense, bem como, não tinha mais atuação externa de policiamento pelo Pelotão Especial (PE). A Unidade Militar do Exército manteve ainda o sentido de proteção tutelada da Usina Presidente Vargas, mas sem mais nenhuma atividade de 2ª Seção, Por conta dessa mudança (de 1º BIB para 22º BIMtz), Volta Redonda, em 1973, foi

transformada em Área de Segurança Nacional. Então, o controle político passa a ser feito por agentes de informação da própria CSN, no Departamento de Segurança da Usina (DSU). Em 1978 foi criada a Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da CSN subordinada ao Serviço Nacional de Informação (SNI).

IDENTIFICAÇÃO DOS ACUSADOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA - 9º CASO – IPM 17/72 - TORTURA DE 15 SOLDADOS DO 1º BIB EM 1972

I) INSTITUIÇÕES ACUSADAS DE PERTENCIMENTO AO SISTEMA DE REPRESSÃO – IDENTIFICADAS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E INDICADAS EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS

1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA

II) CONDENADOS PELA GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS (PRISÃO, TORTURAS, ASSASSINATOS E OCULTAÇÕES DE CADÁVERES) – IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E IDENTIFICADOS EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS

Capitão Dalgio Miranda Niebus - CONDENADO POR CRIME DE TORTURA

2º Tenente Paulo Reynaud Miranda da Silva- CONDENADO POR CRIME DE TORTURA

3º Sargento Rubens Martins de Souza- CONDENADO POR CRIME DE TORTURA

Cabo José Augusto Cruz- CONDENADO POR CRIME DE TORTURA

3º Sargento Sideni Guedes- CONDENADO POR CRIME DE TORTURA

Cabo Celso Gomes de Freitas Filho- CONDENADO POR CRIME DE TORTURA

Tenente Coronel Gladstone Teixeira Pernasetti- CONDENADO POR CRIME DE TORTURA

Nelson Ribeiro de Moura- CONDENADO POR CRIME DE TORTURA

Iranides Ferreira- CONDENADO POR CRIME DE TORTURA

III) ACUSADOS DE GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS – IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E INDICADOS EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS

Coronel Ariosvaldo Tavares Gomes da Silva - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Capitão Voltaire Antônio de Carvalho - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Tenente Pedro Miguel Calicchio - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Sargento Nivaldo Amaro da Silva - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Sargento Geraldo José Ferreira - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Cabo Eugênio Gonzaga Thomaz - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

Tenente Médico Érico Augusto Lopes - ACUSADO POR CRIME DE TORTURA

RELATÓRIO FINAL – PARTE IV

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS

VOLTA REDONDA

GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA NA DITADURA CIVIL-MILITAR 1974-1984

10º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

PRISÃO, JULGAMENTO E CONDENAÇÃO DE ROSALICE FERNANDES

11º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL (ASI-CSN)

10º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES

DOS DIREITOS HUMANOS

PRISÃO, JULGAMENTO E CONDENAÇÃO DE ROSALICE FERNANDES

10º CASO DE GRAVE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

PRISÃO, JULGAMENTO E CONDENAÇÃO DE ROSALICE FERNANDES

CONTEXTO HISTÓRICO DA REPRESSÃO DITATORIAL

A sucessão do Presidente da Ditadura Civil-Militar, General Emílio Garrastazu Médici, foi decidida pelo Alto Comando das Forças Armadas em favor do General Ernesto Geisel, que assumiu o cargo em 1974. No seu governo iniciou-se a transição negociada da Ditadura num processo que ficou conhecido como "Abertura lenta, segura e gradual". Essa estratégia avança para além da volta dos militares aos quartéis, em 1985, de forma que garantiu até hoje a imunidade total daqueles que em nome da Segurança Nacional cometeram crimes contra os Direitos Humanos e a preservação da ideologia da Ditadura ("Culto à Revolução de 64") dentro dos muros dos quartéis das Forças Armadas.

Essa distensão, iniciada com o Governo do Presidente-Ditador Geisel em 1974, somente foi possível politicamente devido à derrota da Luta Armada dos grupos revolucionários de esquerda no Governo do Presidente-Ditador Médici através das torturas como política de Estado praticadas pelo complexo sistema de repressão que abrangia as Forças Armadas, Polícias Federais e Polícias Estaduais com apoio financeiro de grandes grupos empresariais. No Governo Geisel, onde mantinha-se plenamente vigente o AI-5, o terrorismo de Estado dos órgãos de repressão voltava-se para a prisão, tortura e assassinato de grupos da esquerda tradicional, clandestinos sim, mas contrário à opção pela luta armada (notadamente o Partido Comunista Brasileiro, mas também grupos trotsquistas).

Nesse contexto ocorre a "Operação Radar" do DOI-CODI em vários Estados para "neutralizar" as principais lideranças do PCB. Alguns são presos e torturados, outros

mortos e outros ainda tiveram os corpos desaparecidos. Em 1974 foram "neutralizados" membros do Comitê Central do PCB: Davi Capristano da Costa, Walter Ribeiro (ambos assassinados na "Casa da Morte" em Petrópolis; José Roman, Luiz Inácio Maranhão Filho e João Massena de Melo (todos torturados e mortos com injeção de curare). Em 1975, foram "neutralizados" pelo DOI-CODI II (São Paulo), sob ordem direta do Ministro do Exército General Sylvio Frota, dirigentes nacionais do PCB: Elson Costa, Jayme Amorim de Miranda, Itair José Veloso, Nestor Vera, Orlando Bonfim Junior e Hiran de Lima Pereira (todos torturados e mortos), completando 10 membros do CC do PCB. A repressão desativou a gráfica clandestina onde há quase 10 anos imprimia-se o jornal do PCB "Voz Operária".

Houve também prisões, torturas, mortes e desaparecimentos de militantes regionais e de células de base de estudantes, metalúrgicos e jornalistas, como o assassinato brutal do PM José Ferreira de Almeida, Jornalista Vladimir Herzog (assassinado em outubro de 1975) do operário Manoel Fiel Filho (assassinado em janeiro de 1976). As mortes desses dois últimos foram anunciadas como farsas grotescas de suicídio de ambos no DOI-CODI II, que provocaram uma reação muito forte da opinião pública e uma crise dentro do bloco de poder central da Ditadura que resultou na exoneração do Ministro do Exército, General Sylvio Frota pelo Presidente-Ditador Geisel em 1976.

MORTE SUSPEITA DE FELICIANO EUGÊNIO NETO MILITANTE DO PCB

Feliciano Eugênio Neto nasceu em 11 de maio de 1920, em Dom Silvério (MG). Era operário, operador de ponte rolante, e tornou-se militante do PCB em 1945, na candidatura de Luiz Carlos Prestes, em Volta Redonda, na célula da Usina Presidente Vargas onde trabalhava. Foi demitido em 1949 e foi detido pelo DOPS no Rio de Janeiro, com exemplares do jornal "Classe Operária", órgão de divulgação do PCB. Passou a atuar

pelo PCB em Magé (RJ). Em 1955, o PCB e Prestes lançam Feliciano candidato a Deputado Estadual na legenda do PSD, na Frente Democrática de Libertação Nacional que apoiava a candidatura a Presidente da República de Juscelino Kubitschek.

Em 1958, retornou a Volta Redonda onde atuava pelo PCB, no Sindicato dos Trabalhadores Construção Civil e foi eleito Vereador pelo PSD. Com o Golpe Civil-Militar de 64, Feliciano Eugênio Neto teve seu mandato cassado pela Câmara Municipal de Volta Redonda em Projeto de Resolução do Vereador Francisco Assis Maciel da Silveira, no dia 11 de abril de 1964, Resolução nº 88/64, de votação unânime, num exemplo vergonhoso de adesismo de primeira hora ao novo governo ditatorial (em 1987, a Resolução 880/87, da Câmara Municipal de Volta Redonda, revogou a cassação, por iniciativa do Vereador José Israel dos Anjos) . No IPM 7478/64 contra o PCB, Feliciano compõe a lista dos 61 indiciados no 1º BIB, sob a relatoria do Major Mito de Martins Ribeiro.

Após o Golpe de 64, Feliciano migrou para São Bernardo do Campo, dali foi para Campo Grande - Mato Grosso (atual MS) onde continuou militando pelo PCB, no ano de 1971, retornou a São Paulo, sempre a serviço do PCB, onde assumiu a função de distribuição do jornal "Voz Operária" no interior do Estado, com o codinome "João" e, em 1975, tornou-se membro da Comitê Estadual de São Paulo

DEPOIMENTO PROF. BRASIL LUL DIOGO, MILITANTE DO PCB, RELATA O DESAPARECIMENTO E MORTE NA PRISÃO DO MILITANTE DO PCB - FELICIANO EUGÊNIO NETO

"O caso do Feliciano Eugênio Neto que era vereador em Volta Redonda em 64. Era uma Direção de Esquerda. Muito responsável. Muito importante para região. Um homem de formação política séria. Muita vivência. Muita prática. Ele era muito

conhecido. Conseguiu escapulir, sair de Volta Redonda em 64, por segurança, como outros companheiros saíram. Como eu próprio saí por segurança. Ele foi preso em São Paulo, na mesma prisão onde morreu Vladimir Herzog. Ele esteve preso lá. Ele e Afonso Celso Nogueira de Castro, nosso Afonsinho do Estado do Rio. E logo após sair da prisão ou na prisão ele morreu. Causa mortis não sei o que que deu. Mas eu desconfio muito das torturas. Feliciano Morreu".

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*
Documento: GRAVAÇÃO ANTIGA ENTREGUE À COMISSÃO DA VERDADE PELO PROF. LUIZ HENRIQUE

No dia 2 de outubro de 1975, no processo de "neutralização" do PCB pelos órgãos de repressão da Ditadura Civil-Militar, Feliciano Eugênio Neto foi preso pelo DOI-CODI II, era casado e tinha 2 filhos menores de idade que procuraram o advogado Dr. Mário de Passos Simas que passou a atuar na sua libertação. Para o advogado ficou patente que seu cliente estava sendo torturado devido à aparência e expressões que não podiam ser expostas verbalmente porque a audiência era vigiada ostensivamente dentro do DOI-CODI II.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE - ICHS - UFF
Banco de Dados da Comissão da Verdade de Volta Redonda
Processo de anistia de Feliciano Eugênio Neto

Após processo na Justiça Militar, Feliciano foi condenado a 6 meses de prisão por crime contra a Lei de Segurança Nacional, pela 2ª Auditoria Militar. Quando estava às vésperas de ser libertado, por ter cumprido a pena, no dia 24 de setembro de 1976, debilitado psíquica e fisicamente pelas torturas, Feliciano Eugênio Neto foi internado às pressas à noite no Hospital das Clínicas de São Paulo, onde não resistiu e faleceu no dia 29 de setembro de 1976. Seu nome não está incluído na lista de MORTOS E DESAPARECIDOS do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

VOLTA REDONDA- ÁREA DE SEGURANÇA NACIONAL

A Ditadura Civil-Militar outorgou ao país a Constituição Federal do Brasil em 1967 através do Ato Institucional Nº 4 de 7 de dezembro de 1966, assinado pelo Marechal Castelo Branco, chefe político do Golpe que depôs o Governo João Goulart, determinando que o Congresso Nacional (com o partido da ditadura, ARENA, com ampla maioria contra o MDB), entre 12 de dezembro de 1966 e 24 de janeiro de 1967 (durante pouco mais de 1 mês), discutisse, votasse e aprovasse o Projeto de Constituição da Ditadura, que assim foi aprovado, através de um simulacro ritualístico de legitimidade, mas de fato o que houve mesmo foi uma outorga.

No artigo 16º da Constituição de 1967, que tratava da autonomia dos municípios, o parágrafo 1º estabelecia que alguns municípios perderiam a autonomia de eleger o Prefeito Municipal. Os prefeitos de municípios de instâncias hidrominerais seriam indicados pelo Governador (que também não era eleito diretamente desde o Ato Institucional Nº 2) com a provação prévia da Assembleia Legislativa. Os prefeitos de municípios declarados de interesse da segurança nacional seriam indicados pelo Governador com prévia aprovação direta do Presidente da República.

Esse processo foi regulamentado pela Lei Nº 5.449 de 4 de junho de 1968 que já estabeleceu os primeiros municípios como área de segurança nacional. Foram escolhidos no Acre, 5 municípios; no Amazonas, 9; na Bahia, 2; no Mato Grosso, 10; no Pará, 3; no Paraná, 10, em Santa Catarina, 5; em São Paulo, 2; no Rio Grande do Sul, 21; e no Estado do Rio de Janeiro, o município de Caxias escolhido por causa da refinaria de petróleo. Depois ampliou para Resende, Angra dos Reis e Niterói.

O Conselho de Segurança Nacional (Presidente da República, Vice-Presidente, todos os Ministros de Estado, Chefe do Serviço Nacional de Informações, Chefe do

Estado Maior das Forças Armadas, Chefe do Estado Maior do Exército, Chefe do Estado Maior da Armada e Chefe do Estado Maior da Aeronáutica), que ocupava o mais alto nível na assessoria direta do Presidente da República, ocupava-se das grandes questões estratégicas da Ditadura Civil-Militar de segurança externa e segurança interna, como por exemplo o Ato Institucional Nº 5. Dentre outras questões, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), tendo por base o Decreto-Lei 1.135 de 3/12/1970, art. 6º, inciso IV, decidia sobre a ampliação da lista de municípios por ele escolhido como de interesse da segurança nacional.

O Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) através do Projeto Memória da Administração Pública Brasileira (Projeto MAPA) disponibilizou o acesso às Atas do Conselho de Segurança Nacional para livre consulta, inclusive pela internet. Dessa forma a Comissão Municipal da Verdade pôde analisar os critérios e argumentos que moveram aquele Conselho a declarar o Município de Volta Redonda como Área de Segurança Nacional em 24 de abril de 1973.

No dia 24 de abril de 1973, o CSN reuniu-se, por determinação do Presidente da república General Emílio Garrastazu Médici, para avaliar a exposição de motivos 038/73, confidencial, de 18 de abril de 1973, elaborada pelo General João Batista Figueiredo, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, que tratava especificamente da inclusão do Município de Volta Redonda na relação dos municípios de interesse da Segurança Nacional. A Lei 5.449 de 4 de junho de 1968 considerou inicialmente 68 municípios como áreas de segurança nacional que depois o CSN ampliou para 88 municípios a partir de quatro critérios de enquadramento: político, econômico, psicossocial e militar. O <u>critério político:</u> “município cuja história política se caracteriza por graves tumultos”; o <u>critério econômico</u>: “municípios onde haja localização de atividades industriais ou parque industrial de maior interesse para a segurança nacional”;

o critério psicossocial: “município que apresentem condições sociais de fácil exploração por elementos subversivos, visando a perturbação da ordem”; por fim, o critério militar: “municípios que apresentem condições estratégicas ou táticas de maior interesse à segurança nacional”.

O General Figueiredo Secretário-Geral do CSN em estudo sobre o Município de Volta Redonda destacou que os 4 critérios acima destacados se aplicariam plenamente para a inclusão deste município no enquadramento como de interesse da Segurança Nacional principalmente porque a Companhia Siderúrgica Nacional era a maior Usina integrada da América Latina da qual a Prefeitura de Volta Redonda dependia totalmente, assim como 60 % da sua população. Desde 1968, quando foram enquadrados os primeiros 68 municípios na Lei 5449, já havia a vontade de incluir Volta Redonda no primeiro grupo por parte do Ministro do Exército, do Chefe do Estado Maior do Exército e do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Historicamente havia uma tutela direta do Exército sobre a Companhia Siderúrgica Nacional desde sua concepção no Plano Siderúrgico de 1941. Desse modo, foi aprovado após consulta aos senhores membros do Conselho de Segurança Nacional.

Senado Federal
Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, PAULO TORRES, PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 1973

Aprova o texto do Decreto-Lei nº 12.273, de 29 de maio de 1973.

Artigo único - É aprovado o texto do Decreto-Lei nº 1273, de 29 de maio de 1973, que ?declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 15, § 1º, alínea *b* da Constituição, o Município de Volta Redonda, do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências?.

SENADO FEDERAL, em 23 de agosto de 1973

PAULO TORRES
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, e no Senado Federal, em Brasília, houve reação das lideranças da oposição (MDB) porque ampliava-

se para 5 o número de municípios fluminenses incluídos como área de segurança nacional, entendidos como um ato punitivo contra a soberania popular. Os políticos fluminenses do partido da Ditadura Civil-Militar, ARENA, apenas estavam preocupados com o destino do Prefeito de Volta Redonda, eleito pela ARENA, Nelson Gonçalves, que havia tomado posse há apenas 5 meses, e estava sob risco de perder o mandato. No entanto, pelo próprio dispositivo da Lei 5449/68, no art. 5º, "Ficam respeitados os mandatos dos atuais Prefeitos Municipais, cujos municípios são declarados de interesse da segurança nacional".

Os critérios político, psicossocial e militar do Conselho de Segurança Nacional aplicados a Volta Redonda foram diretamente relacionados aos casos de graves violações dos direitos humanos que ocorreram na cidade entre 1964 e 1972 apresentados nas Partes I, II e III deste RELATÓRIO FINAL da Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros.

Esse Relatório em síntese revelou: a) PARTE I - as prisões em massa de sindicalistas e comunistas no Golpe de 64 na AMAN e no 1º BIB e a atitude autoritária da CSN que exerceu de fato o poder de Estado ao punir com demissão, despejo e perseguição pela inclusão destes na "lista de subversivos" do "ARQUIVO CONFIDENCIAL" daquela corporação siderúrgica; b) PARTE II – as prisões de jovens de grupos católicos em 1967, operários militantes da organização AP, dos dirigentes sindicais, sindicalistas e militantes católicos no AI-5, em 1968 e o IPM sobre o clero progressista e o Bispo D. Waldyr que denunciou a tortura sobre Genival no 1º BIB, em 1969; c) PARTE III – as prisões e torturas de 30 militantes da JOC e de organizações revolucionárias no 1º BIB e seu infame IPM e as prisões e torturas de 15 soldados no 1º BIB resultando em 4 assassinatos sob torturas e 11 sobreviventes.

Neste último caso de violação, que, após denúncia de D. Waldyr Calheiros na CNBB e Anistia Internacional, resultou num IPM e na prisão, julgamento e condenação da equipe do serviço secreto do 1º BIB pela Justiça Militar, no auge da tirania do Governo Médici e numa mudança não apenas de nome da Unidade Militar de Barra Mansa (deixando de ser 1º BIB e passando a 22º BIMtz), mas de função político-militar. Desde então, os militares do 22º BIMtz não executariam mais o papel de polícia na cidade de Volta Redonda e não aprisionariam mais pessoas da sociedade civil no quartel.

Esse fato explica também a necessidade de transferir o controle político e a repressão política sobre Volta Redonda ao próprio Estado Ditatorial, sendo a administração do município exercido por quadros dirigentes da Companhia Siderúrgica Nacional (os 3 prefeitos interventores nomeados eram quadros da CSN: Eng. Georges Leonardos, Coronel Aloisio de Campos Costa e Benevenuto dos Santos Neto). Dessa forma, o ato autoritário e tirânico do enquadramento de Volta Redonda como área de segurança nacional, no critério econômico, foi mediado pelas expectativas de crescimento da população migrantes atraída pela expansão do Estágio III da Usina Presidente Vargas da CSN. O 12º caso de graves violações dos Direitos Humanos em Volta Redonda, com a prisão e tortura de Rosalice Fernandes, em 1976, ocorre nesse contexto histórico.

ANTECEDENTES DE ROSALICE FERNANDES

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

DOSSIÊ ROSALICE FERNANDES

Rosalice Magaldi Fernandes Ferreira nasceu em Juiz de Fora-MG, no dia 21 de novembro de 1947, filha de Othon Reis Fernandes e Alice Evora Magaldi Fernandes. O pai migrou para Volta Redonda na construção da CSN. No início dos anos 50, filiou-se ao PTB e passou a militar na esfera sindical. Em 1957, foi eleito Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos pela Chapa Independência. A sua posse contou com a presença de Luís

Carlos Prestes, líder do Partido Comunista do Brasil (que estava ilegal desde 1947), que visitou com Othon os principais setores da Usina da CSN. As duas eleições seguintes (1959 e 1961) foram vencidas pela Chapa Independência e o Sindicato dos Metalúrgicos alcançou projeção nacional e internacional. Seu pai, por votação direta dos metalúrgicos, foi eleito, na primeira votação para o cargo, Diretor Social da CSN (uma conquista do Sindicato dos Metalúrgicos).

Em 1963, sua chapa perdeu a eleição para a oposição sindical liderada por Lima Neto. No golpe de 1964, apoiou a resistência liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos e ocupou a Rádio Siderúrgica para manifestar apoio ao Presidente João Goulart, inclusive Rosalice Fernandes, sua filha com 16 anos de idade, estava junto com Othon na Rede da Legalidade. As forças civis-militares golpistas prenderam Othon Reis Fernandes e todos os sindicalistas de Volta Redonda, num total de 77 cassados pelo Ato Institucional nº 1. Seu pai foi preso por soldados do 1º BIB e levado para AMAN, em Resende, onde ficou 45 dias incomunicável e foi demitido da CSN.

Com sua família despejada da casa da empresa e , sem emprego por estar na lista dos "subversivos", migrou com a família para Niterói, sendo abrigado pelo Deputado Rubens Paiva. Othon Reis candidatou-se a deputado estadual em 1966, mas foi cassado. Lançou sua esposa, Alice, que também foi cassada. O pai de Rosalice administrou obras públicas do Deputado Bocaiuva Cunha e do Deputado Rubens Paiva, na Pavuna, nos anos de 1967 e 1968, quando empregou mais de 70 companheiros de Volta Redonda, cassados pelo AI-1, que não conseguiam emprego, por estarem na lista dos "subversivos".

Quando Rosalice Fernandes casou-se, seu padrinho de casamento foi Rubens Paiva. No dia da prisão, tortura, morte no DOI-CODI e desaparecimento do corpo de Rubens Paiva, no dia 20 de janeiro de 1971, a família de Rosalice viveu todo o clima de terror e apreensão junto com a família de Rubens Paiva. Logo depois, em março de 1971,

por envolvimento afetivo e angústia, morreu Othon Reis Fernandes. A Ditadura Civil-Militar proibiu a família de enterrar o corpo no cemitério de Volta Redonda de onde fora banido.

Em 1974, Rosalice Fernandes articulou com o Bispo D. Waldyr Calheiros o apoio a Waldemar Lustosa para sua candidatura a Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Quando ganhou a eleição, o "novo" presidente Waldemar expulsou todo grupo ligado ao bispo e a Rosalice Fernandes, tornando o Sindicato dos Metalúrgicos um órgão colaborador da empresa, com prioridade no assistencialismo médico-odontológico e jurídico, mantendo sua hegemonia até 1983, quando houve a eleição de Juarez Antunes.

MILITÂNCIA PARTIDÁRIA NO MDB

Como alternativa de militância sindical, Rosalice Fernandes, juntamente com Sérgio Murilo Braito, fundaram o Departamento Trabalhista do MDB em Volta Redonda, que funcionava como um sindicalismo paralelo. Na sede do Moto Clube, no bairro 249, chegou-se a reunir em assembleia mais de 3 mil operários em discussão do acordo sindical. Produzia boletins informativos (DT INFORMA) que eram distribuídos nas portas da Usina e na cidade de Volta Redonda. Esse DT INFORMA tratava de problemas gerados nas condições e relações de trabalho dentro da Usina da CSN e na cidade. Naquele momento, a principal preocupação era a venda das casas da CSN pelas CECISA. Havia demandas para uma negociação favorável aos empregados e que fosse compatível com seus salários. Havia ainda a defasagem salarial que fazia com que alguns deixassem a CSN para trabalhar nas empreiteiras da Expansão da Usina, com salários 3 ou 5 vezes maior.

Em 1974, Rosalice Fernandes lançou-se candidata à Deputada Estadual pelo MDB, tendo como bases eleitorais em Niterói: o Movimento Estudantil na UFF, o Departamento Estudantil do MDB e o pessoal clandestino do PCB, onde obteve mais de

2 mil votos. E Volta Redonda, sua base eleitoral baseava-se no Movimento Operário de Volta Redonda, através do Departamento Trabalhista do MDB, onde obteve mais de 8 mil votos. No resultado eleitoral, tornou-se a 3ª suplente do MDB com mais de 10 mil votos. Havia uma aliança política de Rosalice Fernandes com o Deputado Federal Lysâneas Maciel. Rosalice Fernandes escrevia, no Rio, para o Jornal Tribuna da Imprensa (do jornalista Hélio Fernandes), sendo que dos 60 artigos que escreveu, nada menos do que 40 foram censurados. Além disso, Rosalice participava do movimento de mulheres e defendia a criação do Departamento Feminino no MDB.

PANFLETO DO 1ª DE MAIO DE 1976

No gabinete do Deputado Lysâneas Maciel, Rosalice conheceu Raimundo Augusto Sérgio Nogueira Carneiro, engenheiro do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, morador do Rio de janeiro e colunista da Tribuna da Imprensa sobre Política Internacional. Raimundo foi militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) em 1968, em Fortaleza - CE. Passou a se reunir com Rosalice e participou de reuniões do Departamento Trabalhista do MDB em Volta Redonda.

No dia 1º de Maio de 1976, haveria uma solenidade pública de comemoração do Dia do Trabalhador num palanque montado em frente ao Escritório Central da CSN em Volta Redonda, com a presença do Ditador-Presidente General Ernesto Geisel. Em reunião, o DT do MDB de Volta Redonda decidiu elaborar e distribuir um DT INFORMA como manifesto de protesto na hora da comemoração para o público presente. O manifesto foi redigido por Rosalice Fernandes intitulado: “ DT – INFORMA Nº 3 - DUAS PALAVRAS SOBRE TUA LUTA”.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE

DOSSIÊ ROSALICE FERNANDES - DOPS - Prontuário 5428 -Arquivo Público do Rio de Janeiro

Esse informativo destacava a mobilização operária em comissões de fábrica paralelas que reuniram, naquele momento, 3 mil de operários em assembleia, à revelia de Waldemar Lustosa, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Destacava ainda a luta operária coletiva que naquele 1º de maio deveria ser exaltada. Esse era, em resumo, o espírito do INFORME DT nº 3, mas, ao ser distribuído no ato comemorativo da CSN no 1º de Maio com a presença do Presidente General Ernesto Geisel para inauguração do Estádio Municipal General Raulino de Oliveira, esse panfleto tornar-se-ia, na prática, um protesto contra a Ditadura.

PRISÕES DE ROSALICE E RAIMUNDO

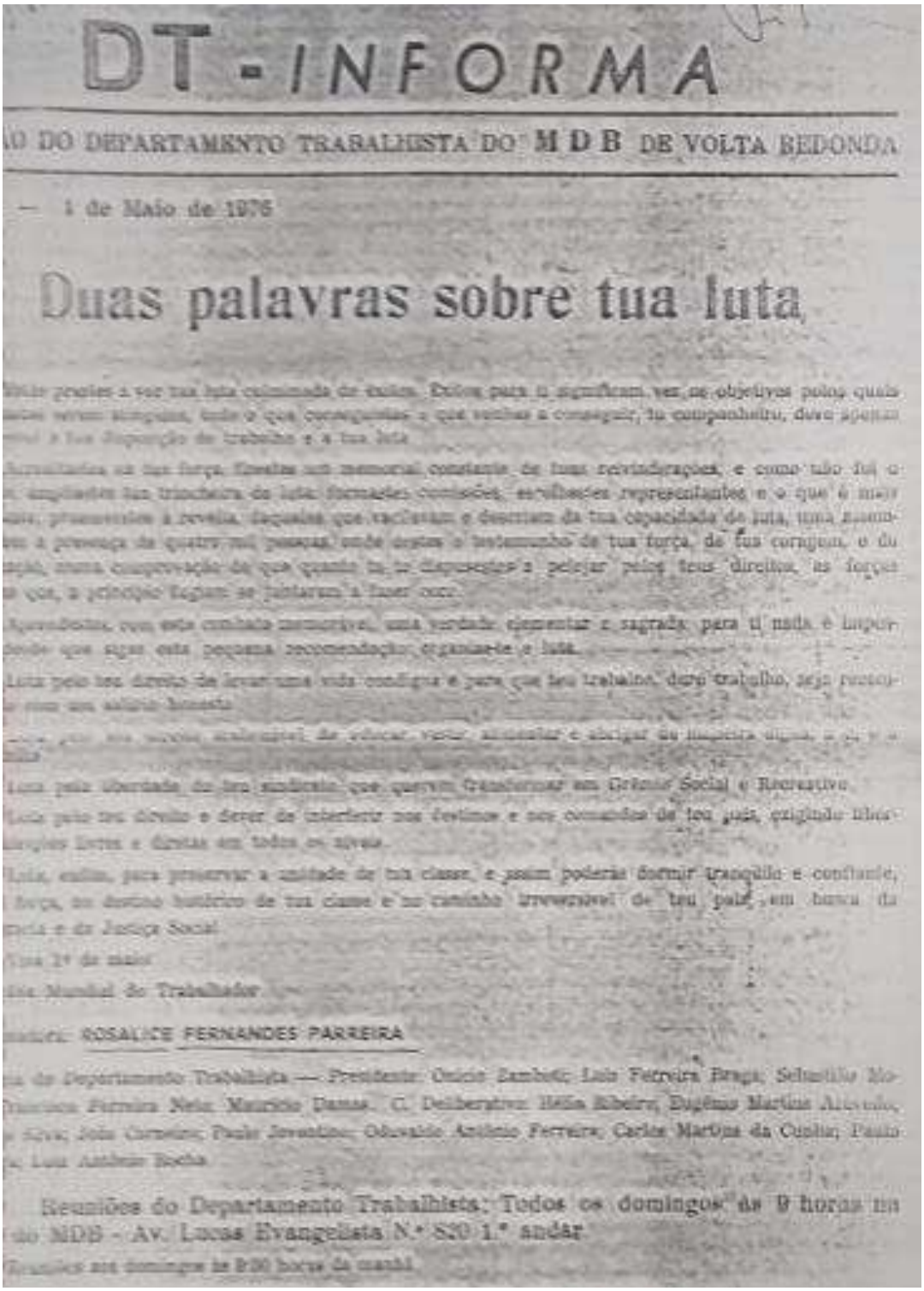
Apesar de saber dos riscos dessa empreitada, pois haveria muitos agentes secretos e policiamento ostensivo no ato público devido à presença do General Ernesto Geisel, e mesmo sendo alertada pelo próprio Raimundo Carneiro, que a acompanhava para ajudar na tarefa, Rosalice resolveu arriscar porque havia sido uma decisão do Departamento Trabalhista com aval da Comissão Executiva do MDB de Volta Redonda. No dia 29 de abril de 1976, Rosalice Fernandes e Raimundo Carneiro foram presos quando estavam dentro de uma gráfica para apanhar as 10 mil cópias do DT INFORMA nº 3, e encaminhados para o DOPS.

Em Audiência Pública na Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros, Volta Redonda, no auditório da UFF-campus Aterrado, Rosalice Fernandes narrou sua prisão e tortura no DOPS e DOI-CODI:

"O Geisel vinha a Volta Redonda inaugurar o estádio, e aí a gente tinha preparado o material que está aí: "DUAS PALAVRAS SOBRE SUA LUTA". Eu sabia, mais ou menos, que ia ser presa, por que o Diretor-Presidente da CSN me chamou lá e

disse: 'olha, tem tanta polícia aqui atrás de você, já perguntaram tanto, eu falei que você era sindicalista, o que eu vou falar que você negocia aqui, uma negociação paralela aqui, eles vão te prender, você cai fora'. A história se repete, ao invés de cair fora, segui os bons conselhos do Dom Waldyr, resolvi encarar e fiquei pra ver o que era, pagar pra ver. Eu to lá na gráfica ... fui pegar o papel, eles param o fuscazinho, enfiam o capuz e me levam para o DOPS. No DOPS foi uma loucura total, 3 dias de loucura total, 3 dias de DOPS, por que? Por que lá não tem capuz, você tá olhando pra cara do filho da puta, do Francisco Borges Fortes que é o meu procurador de plantão e o cara lá e o cara vem pra cima de mim ... me arranca a roupa, dizendo que vai me estuprar... e fazer não sei o que lá ... eu dei um acesso de loucura ... Ele parte pra cima de mim... eu parto pra cima dele... foi uma cena grotesca [hoje, na Clínica do Testemunho é que eu tenho oportunidade de estar com outras companheiras, que tiveram, inclusive, problema de assédio e abuso sexual brutal, e ver que mais ou menos a reação é parecida, ou você tem uma reação assim como eu tive, ou você fica parada, a maioria das pessoas]. Eu não sei porque eu reagi desse jeito. Durante os três dias que ele me chamava insistentemente pra eu assinar um papel dizendo que tinham umas faixas na minha casa. E aí tinha dentro do sofá lá e não tinha nada, eles chegaram e botaram. E quem botou aquela papelada foi o pessoal do BIB mesmo que

montou a operação daqui, chama ***OPERAÇÃO 29 DE ABRIL****. Foi montada no RJ pra me prender. Foi o dia da minha prisão. Quando eu fui presa, eu passei primeiro na sede do MDB de Niterói, e encontrei lá um senhor e falei "aqui tem esse telefone aqui", aí eu botei o telefone do Saturnino Braga, Lysâneas Maciel, Coimbra de Mello, Amaral Peixoto, Edson Khair, Alves de Brito e botei os telefones e perguntei pro cara, "você não quer ir na gráfica comigo não? Pra resolver..." o cara foi, o cara viu eu ser presa, ele ligou pra essas pessoas todas. Enquanto eu ainda tô rodando com capuz na cabeça dentro de um fusca do DOPS, a prisão já está sendo denunciada pelos líderes do MDB Fluminense, inclusive a nível nacional, Tancredo Neves e Itamar Franco. Todos denunciando minha prisão. Tanto é que, no mesmo dia, 7h da noite saiu no Jornal Nacional que eu tinha sido presa. Aí essa prisão no DOPS durou 3 dias. Depois eles falaram: 'agora acabou a brincadeira, você vai para o DOI-CODI'. Os caras pintaram e bordaram comigo no DOI-CODI. Eu estava no [DOI-CODI] sendo torturada, teve geladeira à vontade. Pau de Arara não porque não podia ter nenhuma marca física. Então eu entrava na geladeira, desmaiava, tava nua, tive uma hemorragia durante 7 dias que estive presa e torturada no DOI-CODI... era sangue pra tudo que era lado, eu acho que esse sangue assustava os caras também, não sei, só sei que fiquei nua, o capuz na cabeça, dentro da geladeira, não consigo me lembrar onde que eu dormia".*



DT - INFORMA

ÃO DO DEPARTAMENTO TRABALHISTA DO M D B DE VOLTA REDONDA

— 1 de Maio de 1976

Duas palavras sobre tua luta

Em depoimento no DOPS, registrado no Prontuário 5428, sob a guarda o Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ), Rosalice assumiu toda responsabilidade pela redação do informativo: “a Declarante reconhece o DT-INFORMA nº 3 como sua responsabilidade, no que concerne a redação do texto, todavia, a sua publicação se fez

com a aprovação da Executiva do Diretório do MDB e da Diretoria do Departamento Trabalhista.

Em 1976, como não havia mais grupos e organizações de luta armada de guerrilheiros de esquerda para enfrentar, a Ditadura Civil-Militar dirigiu sua sanha repressiva para os setores de esquerda reformistas, que faziam oposição dentro dos marcos da desobediência civil e se abrigavam no MDB (grupo dos "Autênticos"). Foi entre 1975 e 1977 que ocorreram as prisões de membros do Partido Comunista Brasileiro ou identificados como tal pelos órgãos de repressão (SNI, CIEx, DOI-CODI, DOPS). Houve também cassações em massa de políticos do MDB "Autêntico" pelo AI-5.

ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE

DOSSIÊ ROSALICE FERNANDES - DOPS - Prontuário 5428 -Arquivo Público do Rio de Janeiro

A prisão de Rosalice Fernandes se insere nesse contexto da Ditadura Civil-Militar que conjugava a "abertura lenta, segura e gradual" com a neutralização política (cassações pelo AI-5 ou abertura de IPM) de pessoas que expressassem uma oposição mais radicalizada e ousada ─ mesmo que essa oposição ocorresse dentro dos marcos políticos estreitos de um partido de oposição (MDB) criado pela própria Ditadura para encenar uma normalidade constitucional, mas que nunca poderia governar naquele regime.

As GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS ocorreram na "Operação 29 de abril", primeiramente, no próprio ato da prisão de Rosalice Magaldi Fernandes por agentes do DOPS que lhe algemaram, colocaram capuz e a conduziram para dentro de um veículo como se fosse um sequestro. As medidas de segurança prévia de Rosalice Fernandes levaram-na a garantir a presença de uma testemunha do diretório do MDB de Niterói no ato de apanhar os impressos do DT INFORMA na gráfica naquela cidade. A essa testemunha, Rosalice entregou uma lista de dirigentes políticos do seu

partido para serem acionados caso fosse presa (Amaral Peixoto, Saturnino Braga, Alves de Brito, Coimbra de Melo, Alves de Brito e outros). Enquanto o carro estava rodando com a prisioneira, a sua prisão já estava sendo denunciada no plenário da ALERJ, da Câmara de Deputados e no Senado em Brasília, de tal forma que no Jornal Nacional do dia 29 de abril de 1976 sua prisão fosse noticiada. Dessa forma, qualquer tentativa diferente de dar outro destino à Rosalice Fernandes estava neutralizada pela oposição do MDB fluminense e nacional (inclusive o grupo dos "Moderado" do MDB, como Tancredo Neves e Itamar Franco).

Um segundo aspecto das GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS na prisão de Rosalice Fernandes ocorreu com tentativa de estupro dentro do DOPS pelo Delegado da Polícia Federal Francisco Borges Fortes e nas manobras para incriminá-la na Lei de Segurança Nacional implantando faixas e panfletos em sua casa na operação de "Busca e Apreensão". O terceiro aspecto foi a sua tortura no DOI-CODI, colocada nua na "geladeira" que era uma cela de paredes úmidas e frias, sem local para dormir ou sentar, com um vaso turco para necessidades fisiológicas no fundo da cela, onde não se conseguia ter a noção de noite ou dia.

No dia 8 de maio de 1976, Rosalice Fernandes foi solta, após 10 dias de prisão, e voltou para atividade política, agora ainda mais determinada a lutar contra a Ditadura e pelo restabelecimento do regime democrático no Brasil. Os Policiais Federais do DOPS, sob o comando do delegado Francisco Borges Fortes, encarregados da incriminação de Rosalice, analisaram o documento "DT-INFORMA nº 3: DUAS PALAVRAS SOBRE TUA LUTA" (Prontuário nº 4528, documento 87) e estabeleceram as seguintes conclusões:

"ORIGEM: Partido Comunista do Brasil (PCdoB) - Comitê Central;

DIFUSÃO: Massa Popular;

PÚBLICO ALVO: MO (Movimento Operário) urbano

SITUAÇÃO POLÍTICA DO PCdoB: Anti-revisionista, maoísta, endossante da oposição legal

PROPOSIÇÃO DO PCdoB: Comunicação às massas com objetivo de ações em conjunto no MO e povo; Proposição de aniquilamento total do regime revolucionário de 1964 e a consequente instauração de um governo do povo;

CONCLUSÃO: O documento analisado, apesar de camuflado em panfleto legal, tem por finalidade levar o público alvo a opinião e propostas partidárias emanadas do Comitê Central do PCdoB". (DGIE/DPPS/DO/BUSCAS ESPECIAIS - 26/06/1976 – PRONTUÁRIO 5428).

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE

DOSSIÊ ROSALICE FERNANDES - DOPS - Prontuário 5428 -Arquivo Público do Rio de Janeiro

No DOPS, o Engº Raimundo Augusto Sérgio Nogueira Carneiro, que havia sido preso juntamente com Rosalice Fernandes narrou em carta ao Jornal do Brasil (29/11/1977) anexada ao prontuário, que naquele dia 29 de abril de 1976 havia almoçado com Rosalice e ela lhe pediu para acompanha-la até a gráfica para ajudar a transportar até sua residência as 10 mil cópias de um Boletim do Departamento Trabalhista do MDB de Volta Redonda que seria distribuído no 1º de maio em Volta Redonda, ocasião da visita do Presidente Geisel. Ao chegarem à gráfica, cercada de policiais à paisana, deram voz de prisão para ele e Rosalice e foram colocados num fusca branco e levados para as dependências do DOPS no Rio de Janeiro. No Dops, Raimundo foi levado nu para uma sala de interrogatórios onde foi torturado por agentes que supunha ser da Polícia Federal. O objetivo da sevícia era para que Roberto assumisse que o panfleto seria apenas a "ponta

de iceberg" de um vasto plano subversivo do PCdoB que estaria em marcha em Volta Redonda. Como ele se negou a confirmar essa informação ficcional, Roberto foi levado para sua cela onde se vestiu e foi encapuzado e levado para o DOI-CODI, segundo sua suposição. No DOI-CODI ficou na "geladeira", com insônia, fome e sede por 10 dias, com a mesma obsessão dos seus algozes de que ele seria o mentor de um plano subversivo em Volta Redonda. Durante todos os interrogatório, Raimundo negou qualquer envolvimento com qualquer grupo ou organização de esquerda. Apesar de ter sido indiciado pelo Promotor na 2ª Auditoria da marinha. Os Juízes o absolveram do crime contra a Lei de Segurança Nacional. Entretanto, Raimundo foi demitido, por causa desse processo, da Universidade Federal Fluminense onde era professor da Escola de Engenharia. Além disso, havia passado no concurso público e aberto da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará para professor assistente, mas foi impedido de exercer o cargo e assumir a cadeira catedrática pelo mesmo motivo, sendo exigido que escrevesse uma carta ao Ministro da Educação e ao Presidente Geisel dizendo que se arrependia do seu passado subversivo, o que Raimundo repudiou imediatamente.

Com base na ficção do PLANO SUBVERSIVO DO PCdoB PARA VOLTA REDONDA, criada pelos agentes de repressão da Polícia Federal, foi montado um dossiê contra a Rosalice Fernandes e, no dia 28 de julho de 1976, o Promotor Roberto Galvão do Rio encaminhou à 2ª Auditoria da Marinha o seu indiciamento com base na Lei de Segurança Nacional.

Entre a saída da prisão no DOPS/DOI-CODI e o julgamento na 2ª Auditoria da Marinha, como suplente de Deputado Estadual, Rosalice Fernandes tentou assumir o mandato na ALERJ, mas, no dia 31 de janeiro de 1977, o TRE negou a expedição de diploma para Rosalice que a habilitaria a assumir o cargo de Deputada Estadual, alegando que a suplente estava respondendo a inquérito da Lei de Segurança Nacional e iria ser

julgada pela Justiça Militar. A mesa, apesar de duas vagas poderem ser ocupadas porque dois parlamentares venceram eleições para prefeito em São Gonçalo e Barra Mansa, não pode dar posse a Rosalice por não ter sido diplomada pelo TRE. Rosalice recorreu ao TSE e pediu adiamento de posse à mesa da ALERJ. Em Audiência Pública na Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros, Volta Redonda, no auditório da UFF-campus Aterrado, Rosalice Fernandes narrou sua condenação:

*"No dia que eu sai do DOI-CODI Roberto [*ex-marido] *me chamou e falou assim: 'você vai perder seus filhos, quando voltar aqui não tem mais', realmente foi uma grande perda. Eu fiquei no RJ e as crianças ficaram com o Roberto em Volta Redonda...Quando chegou em 77, teve um julgamento na 2ª Auditoria da Marinha. Eu me lembro que, no julgamento, eu continuei inclusa na mesma Lei de Segurança Nacional, no mesmo artigo 45 ["Fazer propaganda subversiva utilizando-se de qualquer meio de comunicação social"]. Nesse julgamento, o Amaral Peixoto foi minha testemunha de defesa. O Hélio Fernandes que era diretor do jornal Tribuna da Imprensa me chamou lá e disse: 'olha, tá em tempo ainda de você sair fora... eu tenho notícia que você vai ser condenada por 3 a 2... eles vão bancar e você vai sair condenada. Outra vez o D. Waldyr falou que se eu quisesse sair eu podia sair... que ele ajeitava pra eu sair do país... pra ir pra qualquer outro lugar que quisesse ir... pra Itália, Portugal, não sei, eles arrumavam um exílio pra eu ir, eu falei: 'ah não, eu não vou sair, essa briga não vai durar muito tempo e a ditadura pode não durar e não vão me condenar mais que um ano e meio, não tem condição'. Aí eu vou pro julgamento na Auditoria e saio condenada".*

No dia 23 de junho de 1977, o Conselho Permanente da 2ª Auditoria da Marinha condenou Rosalice Magaldi Fernandes pelo crime contra a Lei de Segurança Nacional, artigo 45 (fazer propaganda subversiva utilizando-se de qualquer meio de comunicação social), com a pena de hum ano e seis meses de prisão no Instituto Penal Talavera Bruce,

presídio feminino em Bangu, junto com outras presas políticas da luta armada. O Juiz queria confiná-la em outro presídio que não convivesse com "terroristas", mas Rosalice Fernandes exigiu que fosse encaminhada para Bangu. No presídio feminino de Bangu, Instituto Talavera Bruce, Rosalice Fernandes se juntou ao grupo de prisioneiras políticas que já estavam lá encarceradas

Jessie Jane Vieira de Souza
Norma Sá Pereira
Maria Cecília Wetten
Maria de Fátima Pereira Martins
Elza Maria Parreira Lianza

A chegada de Rosalice naquele coletivo trouxe uma força nova às reivindicações das presas políticas e uma visibilidade maior dos seus problemas no presídio feminino Talavera Bruce. Frequentemente chegavam visitantes de expressão política estadual e nacional do MDB: Amaral Peixoto, Saturnino Braga, Edson Khair, Lysâneas Maciel, Nelson Carneiro, dentro muitos outros parlamentares.

A prisão de Rosalice estava fora dos padrões comuns da Ditadura Civil-Militar (que até então dirigia sua tirania carcerária e a LSN contra militantes da luta armada) por prender, torturar, julgar, condenar e encarcerar em Bangu uma suplente de deputado, um quadro político da oposição consentida e criada pelo próprio regime ditatorial, que atuava dentro dos marcos da luta partidária. No entanto, havia na repressão a Rosalice uma mediação que explicaria essa singularidade.

Ao mesmo tempo que atuava nas disputas eleitorais do regime autoritário do AI-5, Rosalice, herdeira da melhor tradição do sindicalismo pré-64, transformava o Departamento Trabalhista do MDB em Volta Redonda numa trincheira do movimento operário contra a exploração e pela justiça social. Dessa forma, os agentes dos órgãos de repressão identificaram a filha de Othon Reis Fernandes como uma "guerrilheira sem

armas", mas, nem por isso, não menos perigosa ao sistema autoritário e tirânico em vigor desde o Golpe de 64. A atuação política de Rosa era uma mediação da luta de oposição parlamentar emedebista, do Movimento das Mulheres, da Campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e do Movimento Operário.

Logo na primeira semana de prisão, Rosalice articulou com a presas um relatório entregue aos primeiros parlamentares do MDB que foram visitá-la no Presídio Talavera Bruce, no qual, através de uma carta sua de apresentação, apelou para que "em nome dos nossos compromissos democráticos e em defesa dos Direitos Humanos" atentassem ao relatório e envidassem esforços para encontrar soluções para as reivindicações das presas políticas. A principal reivindicação era a transferência de todas as presas políticas para o anexo do Presídio Milton Dias Moreira, na Rua Frei caneca, construído para abrigar os presos políticos, transferidos da Ilha Grande em 1975, separados dos presos comuns.

No presídio feminino de Bangu, as presas políticas não tinham assistência médica (somente com deslocamento em camburão agendado antecipadamente). O regulamento do DESIPE para preso político não poderia ser aplicado naquelas condições de isolamento, confinadas num pavilhão à parte das presas comuns do Talavera Bruce. Dentre outras reivindicações, denunciam triagem arbitrária sobre visitas, violação de correspondências e censura de leituras.

Diante do impasse com a direção do DESIPE que alegou ser muito difícil atender às reivindicações, e tendo as Auditorias da Marinha e Aeronáutica se manifestado que nada tinham a se opor à transferência, as seis presas políticas de Bangu iniciaram uma **greve de fome** no dia 25 de outubro de 1977, da qual participaram: Rosalice, Jessie Jane, Norma, Cecília, Maria de Fátima e Elza. Essa atitude do coletivo teve repercussão imediata na imprensa nacional.

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

DOSSIÊ ROSALICE FERNANDES - DOPS - Prontuário 5428 -Arquivo Público do Rio de Janeiro

A OAB, através do Presidente do Conselho Federal, Raimundo Faoro, manifestou sua preocupação junto ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, para que providências fossem tomadas com a máxima rapidez que o assunto exigia. No dia 31 de outubro de 1977, o Diretor do DESIPE, Augusto Thompson, transferiu a 6 presas políticas em greve de fome para o Hospital Penitenciário da Frei Caneca.

A pressão da Sociedade Civil era intensa sobre o DESIPE. A Opinião Pública acompanhava diariamente as negociações entre os familiares das prisioneiras em greve de fome e o Governo Estadual (Faria Lima) responsável pelo DESIPE. No dia 2 de outubro, os jornais noticiavam que Rosalice estava com apenas um dos rins funcionando e que seu estado era o pior dentre as prisioneiras internadas. Nesse mesmo dia, 24 presos políticos da Frei Caneca entraram em greve de fome em solidariedade às presas do Talavera Bruce. No décimo dia de greve de fome, permaneceram apenas Jessie, Norma e Rosalice que mantiveram a greve por 20 dias, encerrando-a no dia 12 de novembro, sem conseguirem que o Governo Faria Lima atendesse as suas reivindicações.

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

DOSSIÊ ROSALICE FERNANDES - DOPS - Prontuário 5428 -Arquivo Público do Rio de Janeiro

O advogado de Rosalice Fernandes, Dr. Lino Machado, havia recorrido da sentença da 2ª Auditoria da Marinha no Superior Tribunal Militar. No entanto, no 13 de março de 1978, o STM manteve a condenação de Rosalice Fernandes por "propaganda subversiva" (art. 45 da LSN), mas reduziu a sua pena para hum ano e dois meses de detenção. Assim, no dia 14 de agosto de 1978, Rosalice Fernandes foi libertada. Acompanhada de familiares, de membros do Comitê Brasileiro de Anistia e de parlamentares do MDB (Senadores Fluminenses Nelson Carneiro e Amaral Peixoto e os

deputados Edson Khair e Flores da Cunha), Rosalice seguiu para Volta Redonda onde D. Waldyr Calheiros celebrou uma missa em sua homenagem.

No dia 26 de setembro de 1978, Rosalice Fernandes ganhou o recurso no STE e conseguiu sua diplomação para tomar posse como Deputada Estadual. Entretanto, o grupo chaguista do MDB que dominava a mesa da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no dia 28 de setembro de 1978, reunida em seção secreta presidida pelo Deputado Cláudio Moacyr, decidiu não empossar Rosalice Fernandes que dessa vez teve seu mandato "cassado" pelas manobras regimentais casuísticas dos parlamentares "chaguistas" (seguidores do cacique político fluminense, Chagas Freitas, dono do Jornal O Dia), em hegemonia na ALERJ. A militância de Rosalice continuou na luta pela ANISTIA e nas lutas políticas, populares e sindicais pelo PDT de Leonel Brizola na década de 80.

IDENTIFICAÇÃO DOS ACUSADOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA – 10º CASO - PRISÃO DE ROSALICE FERNANDES - 1976

I) INSTITUIÇÕES ACUSADAS DE PERTENCIMENTO AO SISTEMA DE REPRESSÃO – IDENTIFICADAS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E DENUNCIADA EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS

DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES- CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA (DOI-CODI I)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DELEGACIA DE POLÍCIA POLÍTICA E SOCIAL

DEPARTAMENTO SISTEMA PENAL (DESIPE)

2ª AUDITORIA DA MARINHA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

II) ACUSADOS DE GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS – IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E INDICADOS EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS

Agentes do DOI-CODI – não identificados – pela tortura

Governador do Estado do Rio de Janeiro - **Faria Lima** pela greve de fome das detentas

Delegado da Polícia Federal - **Francisco Borges Fortes** pela detenção e tortura

Diretor do DESIPE - **Augusto Thompson** – pela greve de fome das detentas

Juízes do Conselho permanente da 2ª Auditoria da Marinha pela condenação

Ministros do STM pela condenação

11º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES

DOS DIREITOS HUMANOS

ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

DA

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

(ASI-CSN)

11º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL (ASI-CSN)

ESTRUTUTA DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)

O Golpe Civil-Militar de 1964 foi arquitetado previamente e construído com forte participação de conspiradores civis e militares mobilizados por um órgão de segurança que em tese deveria estar informando ao então Presidente João Goulart as ameaças ao regime democrático constitucionalmente estabelecido em 1946. Esse órgão denominava-se SERVIÇO FEDERAL DE INFORMAÇÕES E CONTRAINFORMAÇÕES (SFICI) que era chefiado na época pelo General Golbery do Couto e Silva. Naquela conspiração, o General Golbery criou o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) que formulou o projeto de modernização conservadora mediante a instauração de um Estado forte e centralizador conjugado com a disseminação de uma ideologia antitrabalhista e anticomunista que justificou e direcionou o Golpe de 64.

Ao mesmo tempo, em função do projeto conspiratório Civil-Militar de derrubada do Governo João Goulart pra impedir a implantação das reformas de base, o General Golbery criou o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) cuja função era realizar a mobilização golpista da sociedade civil através de financiamento de órgão de imprensa e jornalistas, de candidaturas de parlamentares e de governadores de oposição ao Governo Federal e campanhas de

mobilização de setores da classe média e setores do clero católico anticomunistas e antitrabalhista.

A partir do Golpe de 64, o General Golbery do Couto e Silva transformou o SFICI em Serviço Nacional de Informações (SNI) que se tornou a peça chave da Ditadura Civil-Militar que não apenas durou 21 anos, como também garantiu uma estratégia de transição negociada e tutelada para a democracia ("Nova República"), período esse em que o SNI continuou existindo e operando com mais influência sobre o debilitado e subalterno Governo José Sarney.

O SNI era estruturado da seguinte forma: Chefia, Seção de Informações Estratégicas, Seção de Segurança Interna, Seção de Operações Especiais, Divisão de Segurança e Informações (DSI) e Assessoria de Segurança e Informações (ASI). O SNI era subordinado diretamente à Presidência da República e a somente a esta se reportava e informava. Para controlar os ministérios civis (menos Exército, Marinha e Aeronáutica), foram criadas as DSIs e ASIs presente em cada Ministério e Universidade Federal cuja função era alimentar o SNI de informações sobre a segurança interna.

As DSIs foram criadas pelo Decreto-Lei 200 de 25 de fevereiro de 1967 e estavam subordinadas diretamente aos Ministros de Estado das pastas às quais se vinculavam e ocupavam a mais alta hierarquia a nível de Gabinete de Ministro. As DSIs também se subordinavam em estreita colaboração com o SNI e o Conselho de Segurança Nacional. Nesta estrutura do SNI interessa diretamente para a revelação deste caso de graves violações dos Direito Humanos em Volta Redonda, a compreensão da composição e funcionamento da DSI-Ministério da Industria e

Comércio (DSI-MIC) e a ASI-Companhia Siderúrgica Nacional (ASI-CSN). A DSI-MIC era do tipo 2, com um chefe e 45 funcionários diretos (havia de tipo1 com 35 funcionários e do tipo 3 com 60 funcionários). Ao DSI-MIC estavam subordinados as ASIs instaladas nas indústrias estatais (CSN, COSIPA, USIMINAS, dentre outras). As ASIs poderiam ser do tipo 1 (chefe e mais 2 funcionários), do tipo 2 (chefe e mais 5 funcionários) e do tipo 3 (chefe e mais 8 funcionários). A ASI-CSN era do tipo 3 , o que demonstra a importância estratégica da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda para a política de Segurança Nacional da Ditadura Civil-Militar.

I) ARQUIVOS DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

DILIGÊNCIA DA COMISSÃO DA VERDADE E ARQUIVO NACIONAL

O acervo documental Público da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), desde o início da sua construção (1941) até sua privatização (1993), constitui-se no mais importante registro da memória social de Volta Redonda; e, pela importância dessa empresa como marco da industrialização brasileira, esse acervo público alcança uma importância inestimável para a memória nacional. Ao mesmo tempo, o controle permanente do Exército sobre as relações produtivas e sociais da CSN, também, desde sua fundação até a privatização, de forma tutorial, tornaram o mundo do trabalho, dentro da Usina Presidente Vargas (UPV) e na cidade de Volta Redonda, um palco de repressão ao movimento operário e popular.

Muitos sindicalistas, a juventude católica e os intelectuais, que atuavam contra as injustiças do Capital e da Ditadura Militar, foram perseguidos, presos, demitidos, humilhados, discriminados, excluídos da política social da CSN e outros foram também

torturados covardemente no 1º Batalhão de Infantaria Blindada (1º BIB), em Barra Mansa. Por causa da apuração das dezenas de casos de violação dos direitos humanos, em Volta Redonda, explicitada no Relatório Parcial da Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros (CMV), em junho de 2014, o Ministério Público Federal (MPF) em Volta Redonda, na pessoa do Procurador Geral da República, Dr, Júlio José Araújo Junior, resolveu instaurar um Inquérito Civil Público para apurar a responsabilidade do Estado Brasileiro por essas violações. Decorrente desse inquérito, o MPF constatou a necessidade de pesquisar os arquivos da CSN para maior esclarecimento dos casos.

Numa negociação entre a alta direção da CSN, e os presidentes da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV), Wadih Damous e da CMV de Volta Redonda, Alex Martins, em São Paulo, na sede da Empresa, ficou acordado o envio de uma lista de nome de pessoas, que sofreram violações de seus direitos na ditadura e foram demitidas da CSN, para serem apuradas nos arquivos da empresa.

As dificuldades informadas pela empresa em encontrar documentos solicitados provocaram uma convocação do PGR para mediação de um acordo entre a CSN, a Comissão da Verdade e o Arquivo Nacional em relação ao acesso aos arquivos. No dia 26 de janeiro de 2015, em reunião no MPF, constituiu-se uma equipe técnica dessas entidades para diligência aos arquivos da empresa em busca dos documentos da ASI-CSN (Assessoria de Segurança e Informação vinculada à cadeia de comando do SNI, comprovada por farta documentação pesquisada no Arquivo Nacional), ocorrida, portanto, nos dias 3 e 4 de fevereiro desse ano.

A diligência de pesquisadores teve uma equipe formada por dois funcionários do Arquivo Nacional (**Vicente Arruda Câmara Rodrigues** e **Marcos Vinicius Pereira Alves**), por uma assessora da Comissão Estadual da Verdade (**Ana Carolina Grangeia**), por um pesquisador da UFF Projeto FAPERJ (**Raphael Jônathas da Costa Lima**) e pelo pesquisador da Comissão da Municipal da Verdade de Volta Redonda (**Edgard Domingos Aparecida Tonolli Bedê**).

O arquivo da ASI-CSN não foi localizado pela diligência que investigou por amostragem os arquivos CEDOC, FOX e Escritório Central. A equipe técnica dessa diligência constatou: primeiro, que esse arquivo ASI existiu e era controlado na década de 1980 pelo chefe da segurança da empresa, Cel. Bismark, cuja sala ficava no 16ªº andar (penúltimo) do Escritório Central (abaixo apenas do andar do Presidente da CSN); segundo, que existiu um arquivo de prontuários com os demitidos de 1964 pelo Ato Institucional (constatado em anotações de prontuário no arquivo RH); terceiro, que existiu um arquivo de segurança da CSN (DSU), chamado de "arquivo sujo" e que está desaparecido; por fim, a equipe técnica da diligência constatou a necessidade de realizar um trabalho mais demorado e técnico de verificação documento por documento, caixa por caixa, estante por estante, gaveta por gaveta, microfilme por microfilme, para constatar efetivamente a existência ou não desses três arquivos desaparecidos do acervo da CSN.

A nova reunião, dia 12 de fevereiro de 2015, no MPF, com a presença da alta direção da CSN, do Arquivo Nacional, da CMV e da CEV, mediada pelo PGR, terminou

por selar um acordo histórico para franquear os arquivos da empresa no período estatal para realização de um trabalho efetivo de investigação em todo acervo no CEDOC (25 mil caixas), Escritório Central e FOX e outros que por ventura vierem a ser detectados. Ficaram resguardados os documentos de segredo industrial e comercial, mas ficou garantida a possibilidade de reprodução por copiadora, scanner ou foto de documentos que forem do interesse das comissões da verdade. O Arquivo Nacional se comprometeu a realizar o treinamento da equipe de trabalho a ser organizada pela Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, sob responsabilidade do professor e pesquisador Edgard Domingos Aparecida Tonolli Bedê.

PESQUISA DA COMISSÃO DA VERDADE - ARQUIVOS DA CSN

A partir das decisões do acordo celebrado no MPF, a Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros realizou reuniões de mobilização para adesão de pesquisadores dispostos a se comprometerem com o trabalho histórico de levantamento e investigação nos arquivos do acervo CSN, para alcançar dois objetivos: primeiro, localizar os arquivos perdidos do período estatal ("arquivo sujo" da ASI; arquivo dos demitidos pelo Ato Institucional de 1964; arquivo da Segurança administrativa); segundo, preparar a catalogação dos documento públicos (antes da privatização de 1993) pra posterior transferência de todo acervo para o Arquivo Nacional.

Dessa mobilização aderiram 28 PESQUISADORES que assumiram, livre e conscientemente, sem remuneração e sem ajuda de custo, somente por compromisso ideológico com a importância histórica dos arquivos da CSN, essa imensa e imprescindível tarefa ARQUIVÍSTICA para a construção da memória social do mundo do trabalho industrial em VOLTA REDONDA.

O acervo documental Público da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), desde o início da sua construção (1941) até sua privatização (1993), constitui-se no mais importante registro da memória social de Volta Redonda. Por isso, devido à importância histórica dessa empresa como marco da industrialização brasileira, o resgate desse acervo público torna-se uma conquista para a construção da memória da emancipação econômica nacional.

Ao mesmo tempo, a investigação dos arquivos da CSN de documentos tão relevantes, gerados a partir do Golpe Civil-Militar de 1964, contribui para o resgate da memória social-política de um controle permanente da Ditadura Militar sobre as relações produtivas e sociais da CSN e de Volta Redonda (que, de uma certa forma, existia desde sua fundação e que durou até a sua privatização).

EQUIPE DE PESQUISADORES DA COMISSÃO DA VERDADE NA CSN

ANA CAROLINA GRANGEIA CARDOSO;
ANA CRISTINA CARREIRO;
ANA PAULA POLL;
ANDRÉ ROCHA CARNEIRO;
BRUNO CECÍLIO DE OLIVEIRA
EDGARD DOMINGOS APARECIDA TONOLLI BEDÊ;
EDUARDO ÂNGELO DA SILVA
ERIYCK LIMA BARROS
FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA;
FLÁVIA CÓPIO ESTEVES
FREDERICO SOARES RIBEIRO;
GABRIEL MOREIRA DINIZ
GABRIELA ADLER
GILBERTO ORLANDI
ISABEL NASCENTE RIBEIRO REIS
JÉSSICA MOREIRA
KATIUSSA RODRIGUES;

LEONARDO ÂNGELO DA SILVA;

LUDMILA SENA DE FREITAS;

MARCELO AULER;

MARCELO GONÇALVES D SILVA

MARCOS AURÉLIO RAMALHO GANDRA;

MIRIAM PIRES

RAFAEL JOSÉ ABREU DE FREITAS;

RAPHAEL JONATHAS DA COSTA LIMA;

RAUL DE ALMEIDA SANTOS

SABRINA DE OLIVEIRA MOURA;

VICENTE MELO;

As pesquisas nos arquivos da CSN demandaram uma divisão social do trabalho com equipes diferentes em cada turno-dia-arquivo para fazer, primeiro, a triagem onde se separam os documentos privados dos públicos; segundo, o registro dos documentos públicos; terceiro, a investigação de documentos relevantes para Comissão da Verdade; por fim, a cópia esses documentos através de fotos digitais.

Entre o dia 18 de marco e 30 de agosto de 2015, foram realizados os registros de todas as caixas de documentos públicos (excluindo-se os prontuários médicos): resoluções de diretoria, descrições de cargos, desenhos de plantas urbanas da cidade de Volta Redonda, dossiê sobre a greve de 1988, organograma da CSN, relatórios técnicos, processos trabalhistas, documentos contábeis, fiscais, comerciais e financeiros, dossiês, dentre outros.

DOCUMENTOS SOBRE A RELAÇÃO CSN E 1ºBIB/22ºBIMTZ

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

Banco de Dados dos Arquivos da CSN

No CEDOC estão arquivados documentos relevantes sobre a violação dos direitos humanos na CSN em relação ao Golpe de 64 e ao 1º BIB e, e depois, 22º BIMtz, nos seguintes aspectos:

I) Participação da CSN no Golpe Civil-Militar de 1º de abril de 1964, e na repressão aos operários que participavam do movimento sindical, que pode ser constatada nos Boletins de Serviço (microfilme dos boletins de serviço de 1964, BSVR 70, BSVR71, BSVR 84, BSVR 217), os quais determinaram a instauração de inquérito dentro da CSN (que, em seguida, originou o IPM 1569/64) e punições, afastamentos, exonerações e demissões dos acusados; Numa pesquisa mais apurada talvez se verifique que as demissões na CSN, em decorrência dos relatórios do inquérito por causa do Golpe de 64, foram muito maiores do que os já conhecidos 77 demitidos, porque, nos Boletins de Serviço da empresa há muitas demissões por "conveniência de serviço" nos meses que se seguiram ao IPM.

II) Relação orgânica da CSN com o Exército através de duas diretrizes: nomeação de militares do Exército de altas patentes (Coronéis e Generais) para cargos de Diretoria e Chefia da empresa (às vezes até o Presidente); incorporação dos sargentos e oficiais do 1º Batalhão de Infantaria Blindada e, depois, 22º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa, ao quadro de inquilinos de casas da CSN, em Volta Redonda, cobrando-se aluguéis subsidiados, com se pode constatar em Resoluções de Diretoria, Dossiês, Relatórios, Processos de Reajuste de Alugueis dos militares inquilinos;

III) Elaboração de um Plano de Segurança da Usina Presidente Vargas pelo Comandante do 22º BIMtz, a pedido da Direção da CSN, em 1982.Nesse plano, além de dividir as tarefas entre as diversas Direções da empresa, cita-se explicitamente a Assessoria de Segurança e Informação (ASI) com suas atribuições determinadas por este Plano;

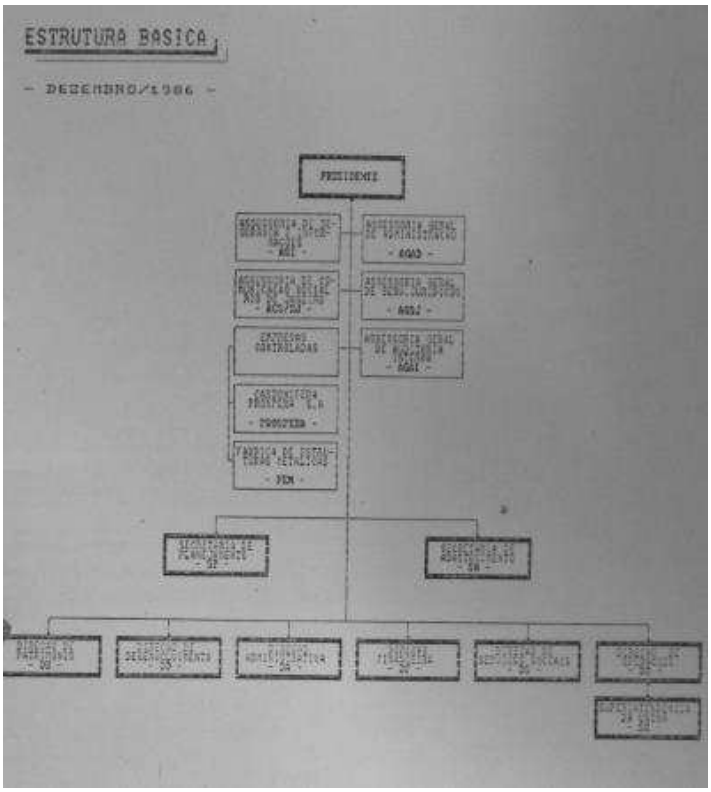
DOCUMENTOS SOBRE A ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO NA CSN

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

Banco de Dados dos Arquivos da CSN

No CEDOC estão arquivados documentos relevantes sobre a violação dos direitos humanos na CSN pela implantação da **Assessoria de Segurança e Informação** (ASI), desde 1977 até 1990, diretamente vinculada à Presidência da empresa, no que cabe destacar o seguinte:

A) Nos documentos públicos registrados no CEDOC foram encontradas inequívocas evidências de que a **Assessoria de Segurança e Informação** (**ASI**) não somente existiu como fazia parte orgânica da Direção presidencial da CSN (ORGANOGRAMAS) de 1977 a 1991, sendo criada por Resolução de Diretoria que também nomeou seu Chefe (1978 a 1979), **Coronel Citadino de São Paulo**; depois, o segundo e derradeiro Chefe (1979 a 1991), **Coronel Bismarck Baracuhy Amâncio Ramalho**, matrícula 33822, como os demais cargos (descrições ocupacionais da ASI).



B) A pesquisa no CEDOC identificou que a ASI, apesar de muito importante na hierarquia da empresa (posição nos organogramas, logo abaixo da Presidência da CSN), não possuía muitos funcionários por determinação da própria organização do Serviço Nacional de Informação (SNI), por ter finalidade de um serviço de inteligência. Entretanto, dentro das diretrizes do SNI e do Divisão de Segurança Nacional (DSI) do Ministério da Indústria e Comércio, a ASI-CSN era de nível 3, isto é, de maior nível, pela própria importância da empresa na política de Segurança Nacional da Ditadura Civil-Militar.

C) Os funcionários da ASI, identificados pela pesquisa no CEDOC, foram os seguintes, além dos Chefes já citados anteriormente, no cargo de Auxiliar Administrativo: **Maria Laura de São Paulo**, matrícula 26786, e **Regina Helena de São Paulo**, matrícula 26787. A pesquisa observou que ambas funcionárias possuem o sobrenome (**São Paulo**) semelhante ao do Coronel Citadino, provavelmente por nepotismo que nem mesmo o SNI foi capaz de ser imune, mas ambas funcionárias também saíram com o chefe, em 1979.

D) Foram integrantes da equipe da ASI-CSN, sob a chefia do Cel. Bismarck, com o cargo de Auxiliar Administrativo: **Maria Lúcia Azevedo**, matrícula 31289; **Miralda de Oliveira Rabelo**, matrícula 03489; **Roxane Martins de Andrade**, matrícula 38083; **Eliane Ribeiro da Fonseca**, matrícula 22558; **José Luís Coutinho de Souza**, matrícula 20822; E na ASI-CSN do Rio de Janeiro, com o cargo de Auxiliar Administrativo: **Vilma de Souza Ferreira**, matrícula 61655, substituída, em 1986, por, **Lenise Moura de Carvalho**, matrícula 68371.

E) A pesquisa no CEDOC, após a triagem e os registros dos documentos públicos, concluiu que, naquele Arquivo Central da CSN, não se encontrava o arquivo ASI-CSN, nem mesmo relatórios informativos ou dossiês desse órgão, mas que há

evidências documentais (que foram copiadas) irrefutáveis de que a ASI-CSN existiu integrada organicamente à direção da CSN, e que pertencia aos altos escalões da empresa, com chefia e corpo de funcionários com matrícula da empresa, com documentos de "Descrições Ocupacionais" de cada cargo da ASI, e que estava localizada fisicamente no 16º andar do prédio do Escritório Central, abaixo apenas da Presidência da CSN.

DOCUMENTO SOBRES O DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA DA USINA (DSU)

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

Banco de Dados dos Arquivos da CSN

No CEDOC estão arquivados documentos relevantes sobre a violação dos direitos humanos na CSN através da atuação da **LINHA DE SERVIÇOS GERAIS** (LSG), do **DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA DA USINA** (DSU). A pesquisa constatou na análise das "Descrições Ocupacionais" que o chefe da LSG acumulava a chefia do DSU, e que ambos departamentos preexistiam ao Golpe de 64, uma vez que, pela decisão na Resolução de Diretoria de 4 de setembro de 1962, o Chefe da LSG torna-se Cargo de Confiança.

No entanto, a partir do Golpe de 64, o LSG alcançou posição estratégica, passando a cumprir a tarefa de Segurança Nacional, além da segurança patrimonial e segurança no trabalho. O Chefe de Serviços Gerais antes e depois do Golpe de 64 foi o Coronel **Ene Garcês dos Reis**, matrícula 12660. Todo plano de segurança em casos de greve e de articulação da CSN com o Exército, (1º BIB, e depois, 22º BIMTZ) passava pelo Chefe de Serviços Gerais. Além disso, todas as prisões dos casos de violação dos Direitos Humanos de 1964 a 1976, ocorreram sob a égide da Chefia de Serviços Gerais, antes da existência da ASI-CSN, com base no "**Arquivo Confidencial**" da CSN

No ano de 1975, com a aposentadoria do já então General Ene Garcês, assumiu o cargo de Chefe dos Serviços Gerais o Coronel **Mario Vilá Pitagula**, matrícula 19958, que ficou até 1979, quando assumiu o cargo o Coronel **Luiz Barroso Magno**, matrícula 33172, acumulando a chefia do DSU. Em documentos secretos da Polícia Federal, disponível no Arquivo Nacional, podemos constatar que o DSU elaborava relatórios detalhados sobre a greve dos operários da CSN e FEM, em 1988, que eram assinados pelo Auxiliar Administrativo, **Djalma Machado Mendes**, matrícula 12964. O que comprova a importância do DSU nos atos de violação dos Direitos Humanos pela CSN, e na

colaboração com órgãos de repressão das Forças Armadas e Polícia Federal. Na articulação com a ASI, não foi mera coincidência a designação do Coronel Barroso para a LSG/DSU logo após a nomeação do Coronel Bismarck na ASI. Havia uma articulação e uma divisão social da violação (a ASI era a Inteligência e o DSU a Operação de campo).

DOCUMENTOS SOBRE OS MOVIMENTOS GREVISTAS NA CSN

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

Banco de Dados dos Arquivos da CSN

No CEDOC estão arquivados documentos relevantes sobre a violação dos direitos humanos na CSN em relação às greves dos metalúrgicos em 1986, 1987, 1988 e 1990.

I) DOSSIÊ DA GREVE DE 1986

No dossiê da greve dos metalúrgicos na CSN de 1986 destacam-se os seguintes aspectos: a invasão da Usina por tropa militar do 22º Bimtz, para reprimir a greve, deu-se por solicitação da Direção da CSN, com a mediação da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), sob pretexto da proteção de equipamentos e a garantia do exercício de trabalho aos operários que não quisessem aderir à greve. No dossiê há referência à detenção de dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos por soldados do 22º Bimtz; à repressão militar à greve, posicionando a tropa em lugares estratégicos que impediam a ação de lideranças e de dirigentes sindicais dentro da Usina, provocando o enfraquecimento do movimento, resultando no seu esvaziamento e encerramento;

II) DOSSIÊ SOBRE OS DEMITIDOS NA GREVE DE 1987

No dossiê da greve geral da CUT na CSN em 1987, podemos constatar a identificação do nome de cada líder sindical demitido em razão do inquérito que apurou essa greve na CSN, suas matrículas, suas unidades da Usina, seus históricos de punições e avaliações, e descrição das ocorrências que motivaram as demissões de cada um dos indiciados. Todos eram cipistas, isto é, foram eleitos em sua área de trabalho para integrarem a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que por força da legislação trabalhista (CLT) são garantidos pela estabilidade no emprego, não podendo ser demitidos. Esse documento comprova a repressão da CSN aos 36 sindicalistas e suas punições arbitrárias por motivação política anti-sindical. Essas demissões irão ensejar, anos depois, os

processos de anistia requeridos por esses demitidos, que demonstra um caso histórico de violação dos direitos humanos pela CSN.

III) DOSSIÊ SOBRE A GREVE DE 1988 ELABORADO PELO CRH

Nos documentos pesquisados no CEDOC foram encontrados três dossiês da greve de 1988. O primeiro dossiê foi produzido pela unidade da CSN denominada **Controle de Recursos Humanos** (CRH), subordinada à **Gerência Geral de Relações Industriais** (GGRI), e assinado por Paulo Roberto de S. Macies e Geraldo Antônio Martins Vida. Nesse dossiê, além de relatar cronologicamente todo movimento dos grevistas dentro da UPV e nas Assembleias em frente ao Escritório Central, há diversos "Relatórios de Assembleias" formatado com identificação de sindicato, local, data, hora de início e final, assunto, quantidade provável de presentes, oradores, lideranças, clima, aprovações; no dossiê também estão os boletins sindicais e da empresa, recortes de jornais e relatórios manuscritos de "arapongas".

Em outro dossiê, há todo o processo jurídico-policial que antecedeu e provocou a intervenção de tropas do Exército na UPV com objetivo de repressão aos operários grevistas. Há cópias dos telegramas à Policia Federal, ao TRT, ofícios ao Comandante do 22º Bimtz, ofícios à Policia Militar, e uma Ação Jurídica contra dirigentes sindicais com base no Código Penal, Art. 202, pelo crime de invadir a Usina e embaraçar o trabalho e danificar os equipamentos, ao mesmo tempo, solicita aprovação de medida liminar de "manutenção de posse" e a requisição de força policial. O Juiz de 3ª Vara, Dr. Roberto Abreu da Silva, decide, no dia 7 de novembro de 1988, pelo deferimento da liminar de manutenção de posse e autoriza requisição de força policial pelos oficiais de justiça. Tal fato irá ser evocado, posteriormente, pelo Exército, para justificar o ataque violento aos operários e à população da cidade, no dia 9 de novembro, com dezenas de feridos e três operários mortos.

Num relatório da greve, foram identificados os três operários mortos pelo Exército, os operários feridos no ataque, os 22 operários feridos, com suas respectivas unidades, matrículas e laudo médico; os 7 militares feridos, com respectivos laudos médicos; e as 13 pessoas da comunidade feridas na repressão à greve. Esse documento tem a importância de comprovar um dos mais graves casos de violação dos direitos humanos no país, por causa dos assassinatos violentos dos três operários, Willian, Walmir

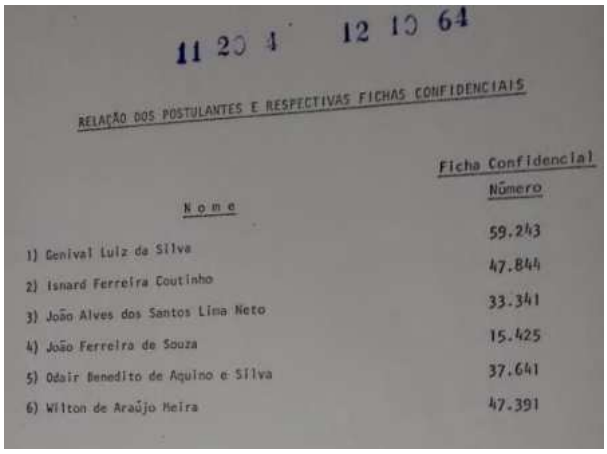
e Barroso, e também, do risco de morte que todos operários, que estavam na usina na hora do ataque, sofreram pelo ataque generalizado e indiscriminado das tropas do Exército.

DOCUMENTOS SOBRE AS FICHAS CONFIDENCIAIS DO "ARQUIVO SUJO"

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

Banco de Dados dos Arquivos da CSN

Os pesquisadores da Comissão da Verdade encontraram um Dossiê sobre os demitidos pelo AI-1 (1964) e AI-5 (1968) na CSN e de seus processos de anistia (1979-1985). A partir da análise preliminar desses documentos, ficou evidente o papel protagonista da Direção da CSN, no e após o Golpe de 64 (com Generais, Coronéis e Engenheiros, portanto, civil-militar), na violação dos direitos humanos pela repressão, punição e perseguição aos acusados de subversão no IPM-CSN (1569/64) e no AI-5 (1968).



11 20 4 12 10 64

RELAÇÃO DOS POSTULANTES E RESPECTIVAS FICHAS CONFIDENCIAIS

Nome	Ficha Confidencial Número
1) Genival Luiz da Silva	59.243
2) Isnard Ferreira Coutinho	47.844
3) João Alves dos Santos Lima Neto	33.341
4) João Ferreira de Souza	15.425
5) Odair Benedito de Aquino e Silva	37.641
6) Wilton de Araújo Meira	47.391

Nesse *Dossiê* encontrado, nos chamou muito a atenção a referência explícita, em documentos da própria CSN, às **"FICHAS CONFIDENCIAIS" ,** numa relação de operários atingidos pelo AI-1 e AI-2 e AI-5 que postulavam, logo após a publicação da Lei de Anistia, em 1979, as suas anistias e suas reintegrações aos quadros da CSN. Nota-se que cada sindicalista possuía um número de cadastro (diferente de suas matrículas na CSN) em sua **"FICHA CONFIDENCIAL**" respectiva. Além disso, no *Dossiê* há informações pessoais e funcionais que, segundo a própria redação do documento, foram retiradas das "fichas confidenciais" de cada um dos postulantes à anistia.

Podemos agora a firmar que, se o "arquivo confidencial da CSN" era apenas uma pressuposição com base em informações de documentos indiretos, encontrados nas caixas de documentos do CEDOC, que faziam referência à ASI, DSU e CRH. Agora, com esses

documentos indicando explicitamente que as informações foram extraídas das "FICHAS CONFIDENCIAIS", o "arquivo confidencial da CSN" (ou como fomos informados "arquivo sujo" por testemunhas em depoimento) deixa de ser pressuposto e passa a ser comprovadamente real, ou seja, ele existe na CSN, mas não nos arquivos CEDOC, INTERMEDIÁRIO, FOX-FEM, ESCRITÓRIO CENTRAL, RH, como foi constatando pela histórica pesquisa em milhares de caixas de documentos nesses arquivos.

Antes de iniciarmos as pesquisas no CEDOC, houve uma diligência de equipe técnica do Arquivo Nacional e Comissão da Verdade na qual se visitou a central de Supervisão de Segurança, na entrada da UPV e, depois, o Departamento de Investigação, na FOX, onde antes ficava a GSI. O Gerente da Investigação, chamado Luís Carlos Batista de Abreu, nos encaminhou ao arquivo da Investigação. Nesse lugar, segundo a fonte do depoimento de Jorge Ismerim, estariam guardados os documentos do "Arquivo Sujo" (ASI CSN). No entanto, a equipe somente encontrou documentos de investigação administrativa do período de 1995 a 2015. Nenhum dos representantes da chefia da CSN soube informar a existência, destino e localização desses arquivos de investigação (administrativa) anteriores a 1995.

Informações de fonte oral (entrevista gravada), obtidas pela Comissão da Verdade de Volta Redonda e do Rio de Janeiro, através do depoimento de **Jorge Luiz Ismerim**, matrícula 37520, ex-funcionário do DSU, Chefe da Guarda de Segurança da Usina (DSU), testemunham a existência do arquivo de segurança da CSN sob o nome de "**Arquivo Sujo**", que estaria localizado no prédio da FOX, na entrada a Usina Presidente Vargas, à direita, na **Gerência de Segurança e Informação** (GSI).

Este trabalho de pesquisa da CMV-VR, que obteve reconhecido apoio da Direção da CSN, permitindo-nos ampla liberdade de pesquisa e total atenção da supervisora e dos funcionários do Arquivo Central (CEDOC), apenas deixou de alcançar pleno êxito porque **não** foram disponibilizados os "Arquivos Confidenciais" (DSU e ASI) da CSN do período estatal. No entanto, nossa pesquisa nos arquivos disponibilizados pela CSN, nos permite afirmar que **os arquivos da ASI, DSU, LSG, CRH não se encontram nesses arquivos**. Destacamos que há muitos documentos que registram a existência e a importância do DSU assim como do CRH e LSG, sendo, portanto, de responsabilidade da CSN guardar e preservar toda documentação pública que precede à privatização da empresa. Em resumo, a CSN tem obrigação de informar o destino de toda essa documentação pública. Outrossim, muitos documentos no Arquivo Nacional, gerados

pela ASI-CSN, e nos arquivos da CSN, constatam que a ASI fazia parte orgânica daquela corporação empresarial na época estatal. A CSN, por isso, também tem a obrigação legal de revelar sua localização ou destino, por se tratar de documentos públicos que pertencem por lei ao Arquivo Nacional.

ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO DA CSN

Fonte: *ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE*

Banco de Dados dos Arquivos da CSN

A Assessoria de Segurança e Informações da Companhia Siderúrgica Nacional produzia informes de modo intenso e frequente dirigidos à Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério da Indústria e Comércio (MIC). Esses informes tratavam prioritariamente de questões sindicais do movimento metalúrgico da Usina Presidente Vargas que tratavam de greves, assembleias de campanha salarial, ato públicos e dirigentes sindicais. No entanto, um número considerável de informes da ASI-CSN tratava de controle e vigilância sobre atividades políticas na sociedade civil da cidade de Volta Redonda.

Dessa maneira, as violações dos direitos humanos protagonizadas pela ASI-CSN abrangiam, além da perseguição aos sindicalistas metalúrgicos que foram demitidos em decorrência dos relatórios dos agentes de informação da CSN, as lideranças políticas, populares e sindicais da cidade de Volta Redonda. A seguir, nas páginas seguintes, estão reproduzidos alguns exemplos de Informes da ASI-CSN, que foram obtidos no acervo do Arquivo Nacional entre milhões de documentos do SNI, que corroboram as afirmações de que a ação do serviço secreto de informações da CSN abarcava todos os cidadãos da cidade de Volta Redonda e não apenas seus funcionários.

O INFORME 1 relata a visita de Juarez Antunes, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, a Cuba, em 1985, junto com uma comitiva de

sindicalistas brasileiros. O INFORME 2 aborda a contratação de assessores de esquerda pelo Sindicato dos Metalúrgicos em 1984. O INFORME 3 identifica todos os/as militantes que participaram da passeata contra o desemprego e todas as entidades: partidos de oposição, CEBs, Pastorais, Oposição Sindical, organizações de esquerda e organizações estudantis. O INFORME 4 aborda a Convenção Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1980. Estes 4 informes selecionados exemplificam a diversidade de interesses do serviço secreto de informações da CSN

_____

INFORME 1

ID:	C0120327-1985
Notação Física:	12032
Título:	VISITA DO PRESIDENTE DO SINDICATO DOS METALURGICOS DE VOLTA REDONDA RJ A CUBA.
Data:	18/07/1985
Nomes:	JOSE JUAREZ ANTUNES JJA B0852909.||
Entidades:	JORNAL HORA EXTRA JHE VOLTA REDONDA RJ || SINDICATO DOS METALURGICOS DE VOLTA REDONDA SMVR RJ
Num. Base:	000112976
Texto:	O JHE, DE 09 A 15 JUL 85, PUBLICOU MATERIA SOBRE A VISITA DO PRESIDENTE DO SMVR, JJA, E MAIS DOZE SINDICALISTAS BRASILEIROS A CUBA, A CONVITE DE FIDEL CASTRO, PARA UM ENCONTRO SINDICAL. SEGUNDO JJA, ESSE ENCONTRO DE SINDICALISTAS LATINO AMERICANOS, E PARA UMA TROCA DE EXPERIENCIAS E AVALIAÇÕES DO SINDICALISMO NO CONTINENTE E, UMA BOA OPORTUNIDADE PARA CONHECER A REALIDADE DO POVO CUBANO.

INFORME 2

ID: C0114996-1984

Notação Física: 11499

Título: IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DE ESQUERDA, ADMITIDOS NO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICA, MECANICA E DE MATERIAL ELETRICO DE VOLTA REDONDA RJ.

Data: 22/10/1984

Nomes: COLOMBO VIEIRA DE SOUSA JUNIOR CVSJ || JOSE JUAREZ ANTUNES || LUIZ ANTONIO VIEIRA ALBANO || LUIZ LOPES NETO || MARIA APARECIDA DIOGO BRAGA MADB || ROSALICE MAGALDI FERNANDES PARREIRA

Entidades: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICA MECANICA E DE MATERIAL ELETRICO DE VOLTA REDONDA STIMMMEVR RJ

Num. Base: 000100408

Texto: DADOS BIOGRAFICOS E ATIVIDADES POLITICAS DE CVSJ E MADB, DO STIMMMEVR.

INFORME 3

ID: C0082170-1983

Notação Física: 8217

Título: PASSEATA EM VOLTA REDONDA RJ, DIA 22 JUN 83.

Data: 05/07/1983

Nomes: ANDRE MARIE JOSEPH ROMARY || DEUSDEDIT ANTONIO CATA PRETTA COSTA || DJOVANIO JOAQUIM DA SILVA DJS OU DUJO OU JO OU JOB B1286080.|| EDSON RICARDO SANTANA || EIDIMEIA CONSTANTINA BARBOSA || ERNESTO BRAGA SALGADO DE ANDRADE || FERNANDO TEDESCO JUNIOR FTJ B1286092.|| FRANCISCO NOVAES || JANDIRA BARCELOS DE SOUZA || JOÃO PEDRO VAN HOUCKE || JOSE EMIDIO DE SOUZA || JOSE JUAREZ ANTUNES || JOSE LEMOS DA SILVA FILHO || JULIO CESAR FERREIRA || JUSSARA FERREIRA NUNES DOS REIS || LUIZ ANTONIO VIEIRA ALBANO || MARCELO OLIVEIRA DE PAULA || MARCOS SERGIO DE SOUZA || MAURICIO PIZZOLANTE || PAULO QUIQUITA DE OLIVEIRA || PIERRE CLAUDE MARIE LEBOULANGER || SERGIO MURILO BRAITO DE OLIVEIRA || SILVESTRE PEREIRA ROSA || VAGNER BARCELOS DE SOUZA || WANDERLEY BARCELOS DE SOUZA || WLADIMIR BARCELOS DE SOUZA

Entidades: ALICERCE DA JUVENTUDE SOCIALISTA AJS || COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE CEBS || MOVIMENTO REVOLUCIONARIO 8 DE OUTUBRO MR8 || OPOSIÇÃO SINDICAL METALURGICA DE VOLTA REDONDA RJ || PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DE VOLTA REDONDA RJ PMDB || PARTIDO DOS TRABALHADORES DE VOLTA REDONDA RJ PT || SINDICATO DOS METALURGICOS DE VOLTA REDONDA SMVR || UNIÃO MUNICIPAL DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS EM VOLTA REDONDA RJ UMES

Num. Base: 000086511

Texto: PASSEATA REALIZADA EM VOLTA REDONDA RJ, COM MANIFESTAÇÕES DE PROTESTO CONTRA IRREGULARIDADES NAS ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO SMVR E CONTRA O CHAMADO PACOTE DO GOVERNO CONTRA AS ESTATAIS, TENDO COMO PRINCIPAIS LIDERES DJS E FTJ. OS ELEMENTOS ABAIXO RELACIONADOS SÃO CONHECIDOS PELA SUA PARTICIPAÇÃO EM ATOS CONTRA O GOVERNO, O REGIME E INTEGRAÇÃO EM MOVIMENTOS LIGADOS AOS ESQUERDISTAS.

Produtor: ASI CSN

INFORME 4

ID: C0039287-1980

Notação Física: 3928

Título: CONVENÇÃO MUNICIPAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO PMDB DE VOLTA REDONDA RJ.

Data: 28/10/1980

Nomes: ADELMO ANDRADE JUNQUEIRA || ALVARO DE FREITAS GUEDES AFG || ARLEI DE OLIVEIRA AO || BRAZ HELENO GOMES || DEBORA SALES DE MIRANDA DSM || DENARIO CORREA DC B0641406.|| DERCIDE MONTEIRO GUIMARÃES DMG B0502534.|| ELOA JANE RUBIM BATISTA B0110899.|| EMERSON NASCIMENTO DA SILVA SEPULVE || EUGENIO MARTINS || FRANCISCO PINTO RIBEIRO || GUANAYR DE SOUZA HORST GSH B0641420.|| ISNARD FERREIRA COUTINHO IFC B0514639.|| ITACY MARIANO DA SILVA || JIULIO CARUSO B0098267.|| JOÃO ALVARENGA || JOSE FERREIRA PORTELA || JOSE ISRAEL DOS ANJOS JIA B0641418.|| JULIO CESAR CHACAXIRO TORRES JCCT || JULIO CEZAR FERREIRA || LUCIO ANDRADE B0641431.|| LUIZ ALBERTO LEITE || LUIZ CARLOS JALLACK SARKIS || MARIA APARECIDA DA SILVA || PAULO GUSTAVO FERREIRA BASTOS || SEBASTIÃO GULAPO DA SILVA || SILVESTRE PEREIRA ROSA SPR B0641390.|| WALDIR VIEIRA || WILTON DE ARAUJO MEIRA WAM B0514688.||

Entidades: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO PMDB

Num. Base: 000051144

Texto: NO DIA 12 OUT 80, REALIZOU SE A CONVENÇÃO MUNICIPAL DO PMDB EM VOLTA REDONDA RJ, QUE ELEGEU O DIRETORIO E A COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: PRESIDENTE, JCCT; VICE PRESIDENTE, DMC; SECRETARIO, AFG; DIRETOR TESOUREIRO IFC. FORAM ELEITOS, AINDA, OS SUPLENTES PARA O REFERIDO DIRETORIO MUNICIPAL, ALEM DOS DELEGADOS E REFERIDOS SUPLENTES A CONVENÇÃO REGIONAL DO PARTIDO. REGISTROS EXISTENTES NA ASI SOBRE AO, DSM, DC, DMG, GSH, IFC, JIA, SPR E WAM, INTEGRANTES DO REFERIDO DIRETORIO.

Produtor: ASI CSN

IDENTIFICAÇÃO DOS ACUSADOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA - 11º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES (ASI-CSN)

I) INSTITUIÇÕES ACUSADAS DE PERTENCIMENTO AO SISTEMA DE REPRESSÃO – IDENTIFICADAS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

II) ACUSADOS DE GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS – IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO

PRESIDENTES DA CSN PERÍODO 1977-1990

CHEFE DA ASI-CSN

Coronel Citadino de São Paulo, matrícula 30745 (1978-1979)

Coronel Bismarck Baracuhy Amâncio Ramalho, matrícula 33822 (1979-1990)

CHEFES DA LINHA DE SERVIÇOS GERAIS (LSG) – DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA DA USINA (DSU) – cargos acumulados

Ene Garcez dos Reis, matrícula 12660 (1962-1976)

Coronel **Mario Vilá Pitagula**, matrícula 19958 (1976-1979)

Coronel **Luiz Barroso Magno**, matrícula 33172 (1979-1993)

III) ACUSADOS DE VIOLAÇÃO POR COLABORAÇÃO COM A REPRESSÃO – IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO COMO FUNCIONÁRIOS DA ASI-CSN

Maria Laura de São Paulo -Auxiliar Administrativa da ASI-CSN - matrícula 26786;

Regina Helena de São Paulo - Auxiliar Administrativa da ASI-CSN - matrícula 26787;

Maria Lúcia Azevedo - Auxiliar Administrativa da ASI-CSN - matrícula 31289;

Miralda de Oliveira Rabelo -Auxiliar Administrativa da ASI-CSN - matrícula 03489;

Roxane Martins de Andrade-Auxiliar Administrativa da ASI-CSN - matrícula 38083;

Eliane Ribeiro da Fonseca-Auxiliar Administrativa da ASI-CSN - matrícula 22558;

José Luís Coutinho de Souza-Auxiliar Administrativa da ASI-CSN - matrícula 20822;

Vilma de Souza Ferreira-Auxiliar Administrativa da ASI-CSN - matrícula 61655;

Lenise Moura de Carvalho-Auxiliar Administrativa da ASI-CSN - matrícula 68371;

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE
D. WALDYR CALHEIROS
VOLTA REDONDA

GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NA DITADURA TARDIA EM VOLTA REDONDA – 1985 A 1989

12º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

AGRESSÃO DO EXÉRCITO AOS METALÚRGICOS EM GREVE NA CSN

13º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

A MORTE DE JUAREZ ANTUNES NO ACIDENTE RODOVIÁRIO

14º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

EXPLOSÃO TERRORISTA DO MONUMENTO 9 DE NOVEMBRO EM HOMENAGEM A WALMIR, WILLIAN E BARROSO

12º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA

AGRESSÃO DO EXÉRCITO AOS METALÚRGICOS EM GREVE NA CSN

12º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

EM VOLTA REDONDA

AGRESSÃO DO EXÉRCITO AOS METALÚRGICOS EM GREVE NA CSN

I) CONJUNTURA NACIONAL E LOCAL

O fim da Ditadura Militar em 1985 se deu de forma planejada e negociada pelos dirigentes do bloco de poder em crise desde meados da década de 1970, com a "abertura lenta, segura e gradual". As Forças Armadas não foram derrubadas do poder nacional, elas deixaram o poder, mas conservaram uma unidade ideológica e uma impunidade criminal que preservou, naquele momento (e até hoje ainda preserva), os violadores fardados dos direitos humanos de acertarem conta com a Justiça, a Memória e a Verdade.

A partir de 1985 iniciou-se a chamada "Nova República" com um governo eleito dentro das regras estabelecidas pela transição tutelada pelas Forças Armadas. Dessa maneira, o Colégio Eleitoral, formado pelo Congresso Nacional, elegeu de forma indireta o candidato do PMDB, Presidente Tancredo Neves e o Vice-Presidente José Sarney (antigo presidente do Partido ARENA, que apoiava a Ditadura desde sempre até o fim). Tancredo morreu antes de tomar posse e assumiu Sarney. A Nova República herdou da Ditadura uma inflação descontrolada e galopante (rumo a hiperinflação); herdou a maior dívida externa do mundo; herdou uma desigualdade social com imensa parcela da população na faixa de consumo de pobreza e miséria; salário mínimo aviltante e altas taxas de desemprego devido à recessão econômica.

Nesse quadro dramático de herança maldita da Ditadura, com falência econômica e desestruturação social, o Governo da Nova República se encontrava constrangido pela

dívida externa a pagar os juros dos credores internacionais, o que levou, por um lado, a economia nacional à bancarrota subordinando-se ao FMI, e por outro lado, à impossibilidade de desenvolver políticas públicas de amparo popular e a deterioração dos serviços públicos, desaguando numa imensa crise social nos campos e nas cidades.

Foi nesse quadro sombrio que as forças populares rurais e urbanas se levantaram em movimentos sociais organizados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pelo Movimento dos Sem terras (MST), Confederações de Associações de Moradores, Movimento das Mulheres, dos Negros e dos Índios; Luta contra carestia e contra o desemprego; e um explosão de ondas de greves em todas as categorias dos setores públicos e privados, inclusive com greves gerais convocadas pela CUT.

Em Volta Redonda, a importância estratégica da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no modelo de desenvolvimento dependente e concentrador da Ditadura Militar, no qual a cadeia industrial de bens de consumo duráveis das Empresas Transnacionais demandava o fornecimento de insumos siderúrgicos com preço subsidiado pela SIDERBRÁS, resultou em sérios prejuízos contábeis e financeiros para CSN que estava obrigada a vender aço a preço de banana, com grande defasagem do preço dos seus commodities em relação ao mercado.

Essa crise fabricada na CSN desencadeou a retração da sua política de bem-estar social, principalmente para os novos operários da Companhia. Ao mesmo tempo, aumentava-se a necessidade do despotismo das chefias amparadas pelo regime nacional da Ditadura Militar e pelo enquadramento de Volta Redonda como Área de Segurança Nacional. Dentro da Empresa estruturou-se, a partir de 1977, a Assessoria de Segurança e Informação (ASI) vinculada ao Departamento de Segurança Informação (DSI) do Ministério da Indústria e Comércio, que, por sua vez, subordinava-se ao Serviço Nacional de Informação (SNI). A ASI-CSN vigiava, investigava e controlava não apenas

empregados da empresa, como também cidadãos, movimentos sociais, organizações sociais e políticas da cidade de Volta Redonda e vizinhança, consideradas pelo SNI como ameaçadoras da segurança nacional. Antes da **ASI** (1977), essa tarefa estava sob tutela do **1º BIB** (até 1972) e da Linha de Serviços Gerais (**LSG**) do Departamento de Segurança da Usina (**DSU**) e do Controle de Recursos Humanos (**CRH**), que depois se tornaram subordinados à ASI.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF
Banco de Dados dos Arquivos da CSN

A crise econômica da Ditadura Militar e da Nova República na chamada "Década Perdida" dos anos 1980, com a hiperinflação, insolvência da Dívida Externa, bancarrota do Tesouro Nacional, crise social generalizada, somada à crise específica da CSN relativa à defasagem de preço imposta pela SIDERBRAS, desembocaram numa deterioração dos salários dos empregados da empresa, aumento de acidentes de trabalho, péssimas condições dentro da Usina Presidente Vargas, perseguição de chefias dos departamentos nas avaliações hierárquicas, péssima alimentação e condições de higiene pessoal, diversas áreas críticas de periculosidade e insalubridade. Por tudo isso, a relação capital trabalho na CSN deteriorava-se inexoravelmente. Nessa conjuntura, a categoria dos metalúrgicos elege um líder sindical, Juarez Antunes, que representava, naquele momento, toda vontade coletiva de classe de interferir na realidade e mudar aquele estado de coisa.

II) MOVIMENTO SINDICAL METALÚRGICO EM VOLTA REDONDA

A eleição de uma direção metalúrgica vinculada ao sindicalismo de confronto da Central Única dos Trabalhadores fortaleceu a consciência de classe operária dos trabalhadores da CSN e aglutinou em toda cidade e redondezas as forças populares e progressistas num bloco que incluíam outros sindicatos, movimento de comunidade

popular, esquerda católica, intelectuais progressistas e diversos partidos de esquerda, numa Frente Popular e Sindical. O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e Barra Mansa se tornou um instrumento de mobilização e politização da massa operária e das demais categorias e classes populares e intelectuais. Em decorrência desse bloco de forças, houve uma sequência de greves de massa na CSN, desde 1984 até 1988 com forte apoio popular.

PRIMEIRA GREVE DE CAMPANHA SALARIAL NA CSN – 1984

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE
Banco de Dados dos Arquivos da CSN
Arquivo Nacional - Fundo SNI - EXTRATO DOCUMENTAL: ASI/CSN

A nova política sindical de característica mais aguerrida em termos de confronto com o Capital foi posta em ação a partir da posse da "Oposição Sindical" no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, com a presidência de Juarez Antunes. A burocracia sindical e os serviços assistencialistas consumiam a maior parte da receita do Sindicato (180 funcionários, sendo 20 dentistas e 30 médicos). A concepção de que Sindicato era a "arma do trabalhador" na luta contra a exploração do Capital demandava uma radical reestruturação da máquina sindical, reduzindo drasticamente os serviços assistencialistas e ampliando os gastos com assessoria, comunicação, formação e militância. A participação, informação com boletins diários e mobilização da categoria dentro da Usina passam a ser o objetivo prioritário da atividade sindical metalúrgica.

No primeiro mês de gestão o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda se filia à Central Única dos Trabalhadores (CUT), símbolo do sindicalismo de confronto e negação da conciliação, sendo a greve considerada o principal meio de negociação sob pressão com as empresas. Uma greve de campanha salarial na CSN, que chegou a ser

proposta em janeiro de 1964 (“50% ou greve”) na presidência de João Alves dos Santos Lima Neto, mas que não aconteceu porque a reivindicação foi atendida, agora, com a liderança de Juarez Antunes, seria um caminho inexorável.

A crise social e econômica na fase terminal da Ditadura Civil-Militar refletia diretamente na CSN com a política de redução do orçamento da estatal e, ao mesmo tempo, contingenciava o preço do aço para redução dos custos de produção da cadeia industrial. Essa contabilidade fiscal, imposta por Decreto-Lei, implicava numa política de redução de benefícios salariais, adicionais de tempo de serviço, “girafa” (salário extra anual da Usina) e redução nos gastos com alimentação dos trabalhadores, com prevenção de acidentes, com higiene (banheiros) e com salubridade dentro da Usina. A situação tornava-se ainda mais crítica com a inflação galopante que corroía o poder de compra dos salários já comprimidos.

Todos esses ingredientes foram fatores mobilizadores da adesão dos trabalhadores à política de confronto da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Havia reuniões diárias por setor desde janeiro de 1984 para discutir a Campanha Salarial (apesar da data base ser 1º de julho), com boletins diários. Mas o fator mais influente para fortalecer definitivamente a vontade coletiva de conquistar vantagens e direitos foi a informação divulgada pelos Boletins do Sindicato que na COSIPA os trabalhadores recebiam de 20 a 100% a mais que os da CSN. A principal reivindicação passou a ser, então, a equiparação salarial da CSN com a COSIPA. As assembleias passaram a ser de massa, com 7 mil operários participando. As negociações não avançavam com a CSN.

Decidiu-se que seguiriam as regras da CLT para decretar a greve, com votação em escrutínio secreto. Feita a votação secreta, o resultado final foi: a favor da greve com 99% dos votos. Ao mesmo tempo em que se cumpriam as formalidades legais para viabilizar a greve sem risco de ação jurídica patronal, o Sindicato colocava em prática uma

estratégia de mobilização para uma GREVE DE OCUPAÇÃO da Usina a partir do dia 20 de agosto de 1984.

Os setores estratégicos da produção siderúrgica e seus equipamentos ficavam sobre o controle do movimento: alto-forno, aciaria, laminação, coqueria, fábrica de oxigênio e gasômetro, mantendo em funcionamento os equipamentos essenciais que não podiam parar. O processo político de ocupação começou nos bairros, onde os trabalhadores moravam. Dali, após uma concentração, vieram em passeata, acompanhado de suas esposas e filhos e entraram na Usina.

A greve durou do dia 20 a 24 de agosto. Nesse período, a Direção da CSN cortou a alimentação nos refeitórios. Então, os mais de 22 mil operários passaram a ser alimentados por voluntários que vinham das Comunidades Eclesiais de Base, das Associações de Moradores e dos Grupo de Mulheres que se mobilizaram para receber, preparar e servir os alimentos através das cercas da Usina, em cozinhas ao ar livre improvisadas em barracas nos limites, em pontos determinados.

Foi uma imensa mobilização popular de apoio aos operários em greve. Ao final de quatro dias, com a ameaça de intervenção do Ministério do Trabalho e do Exército, Juarez Antunes e uma parte da Diretoria do Sindicato, inclusive com o apoio da Igreja Católica, decidiu que era hora de recuar e pôr fim à greve que em si já representaria simbolicamente uma vitória imensa. Outra parte da Diretoria rachou e rompeu com Juarez.

A greve encerrou-se com uma passeata de milhares de operários saindo da Usina e percorrendo os bairros próximos, sob o grito coletivo das palavras de ordem: "PAGOU PRA VER, JÁ VIU, SE VACILAR, TEM MAIS". Depois da greve de 1984, ocorreram greves na CSN em outubro de 1986, dezembro de 1986, abril de 1987, agosto de 1987, janeiro de 1988 e novembro de 1988.

GREVES DOS METALÚRGICOS DA CSN EM 1986

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE

Banco de Dados dos Arquivos da CSN

DOSSIÊ DA GREVE DE 1986

Em 1985, com o fim da Ditadura Civil-Militar deu-se a transição democrática com a eleição indireta da chapa do PMDB, Tancredo-Sarney, pelo Colégio Eleitoral. Mas a morte de Tancredo Neves no intermédio entre a eleição e a posse determinou a posse do Vice-Presidente eleito, José Sarney, político conservador que durante os Governos Militares era presidente da ARENA (Partido criado pela Ditadura para apoiar os Governos Civis-Militares). Iniciou-se a chamada "NOVA REPÚBLICA" com a hegemonia do PMDB sobre os ministérios e as empresas estatais.

Na CSN, a nova gerência da empresa indicada pelo PMDB, tendo a greve de 1984 como desafio numa nova relação Capital-Trabalho, apostou em medidas de construção de consensos e de humanização na Usina Presidente Vargas, na tentativa de marcar a

"Nova República" dentro da CSN, ou seja, democratizar as relações de trabalho e dialogar com o Sindicato. Entretanto, contraditoriamente, foi nessa mesma Nova República que ocorreu uma série de demissões de ativistas sindicais e 5 intervenções de tropas do Exército para reprimir as greves operárias na Usina Presidente Vargas. Historicamente a primeira intervenção do Exército para reprimir greve na CSN foi no Golpe Civil-Militar de 1964 que depôs o Governo João Goulart, quando tropas do 1º BIB invadiram a CSN e o Sindicato dos Metalúrgicos para impedir a greve nacional convocada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) contra o Golpe de 64.

A primeira intervenção de tropas do Exército, após o Golpe de 64, ocorreu na greve dos metalúrgicos da CSN, que iniciaram o movimento paredista fora da Usina Presidente Vargas, a partir das 7 horas da manhã do dia 1º de outubro de 1986. A principal reivindicação da categoria consistia em 10% de reposição salarial. Os três mil operários que entraram para trabalhar no turno de zero hora daquele dia foram impedidos de sair pelos chefes e engenheiros, obrigados a dobrar o serviço para garantir a produção. Os grevistas faziam piquetes nas entradas da CSN (Passagem Superior, Jardim Paraíba e Beira Rio) quando foram surpreendidos com a invasão de tropas do Exército do 22º BIMtz, sediado em Barra Mansa, comandadas pelo **Coronel Eduardo José Andrade de Barros Morais** (na foto), armados de fuzis FAL, metralhadoras ponto 50, tanques de guerra e carros de combate.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF
REVISTA COMEMORATIVA DOS 30 ANOS DO BATALHÃO DE BARRA MANSA - 1985

O porta-voz da Presidência da República, Fernando César Mesquita, confirmou que a ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional por soldados do 22º BIMtz do

Exército foi autorizada pelo governo federal sob a alegação de que "é um dever da união defender seu patrimônio público". Ao continuar suas justificativas, o porta-voz alegou que a greve na CSN foi encarada como um problema de segurança nacional porque uma parada no alto-forno significaria um atraso de mais de 6 meses na produção de folha de flandres. Por ser um monopólio da CSN, a produção desse insumo siderúrgico era estratégica para o abastecimento, pois todos os enlatados utilizavam esse produto. O chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), General Ivan de Souza Mendes declarou que o risco desabastecimento pela falta de folha de flandres era mais grave do que a falta de carne. Daí, segundo o Governo Sarney, a necessidade da intervenção de tropas do Exército na greve da CSN.

As tropas do Exército conseguiram dispersar os piquetes e dominar os setores estratégicos dentro da Usina (alto-forno, aciaria, coqueria, laminação e sinterização), impedindo os arrastões e a produção não foi paralisada. O Sindicato denunciou que os operários estavam estafados com a sobrecarga de trabalho devido à dobra de turno, com mais de 15 socorros de ambulâncias para operários que passaram mal. Os sindicalistas denunciaram que as tropas do Exército, junto com as chefias da Usina, estavam mantendo os operários em regime de cárcere privado, impedindo-os de saírem.

No final do segundo dia (2 de outubro) a greve fracassara e o plano anti-greve da CSN, auxiliado por forças do Exército, obteve êxito. O desmantelamento dos piquetes e as kombis e taxis contratados para buscar trabalhadores em suas casas esvaziou a tática de greve fora da Usina adotada pelo Sindicato. O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Juarez Antunes, percebeu fracasso da greve diante do aparato militar e, do alto do carro de som, autorizou a entrada dos operários, e dizia: que "o bom-senso mandava não meter a barriga na baioneta".

Em 11 de dezembro de 1986, às 7 horas da manhã, os metalúrgicos da CSN entraram novamente em greve (apelidada pelos operários de “Greve da Castanha” porque ocorreu perto do Natal), sob a liderança de Juarez Antunes, desta vez com a estratégia de ocupação da Usina. Acompanhado de 300 militantes, foram feitos arrastões a partir Fábrica de Estrutura Metálica (FEM), no sentido longitudinal (oeste-leste) indo para o setor de laminação. Nesse momento, às 11 horas, as tropas do Exército, 22º BIMtz, novamente invadiram a Usina e isolaram a área da laminação, impedindo, assim, que o arrastão avançasse sobre a Coqueria, Aciaria e Altos Fornos. No turno da meia noite do dia 11 para 12 de dezembro, os dirigentes do Sindicato do Metalúrgicos já deixaram a Usina e foram para entrada da Passagem Superior, no Carro de Som do Sindicato. Por volta das 5h30 da manhã do dia 12, o carro de som foi apreendido por tropas do Exército e um dirigente e dois ativistas sindicais foram detidos por militares do Exército e levados para a Delegacia, sendo liberados sob fiança.

Em novembro de 1986 houve eleições federais para Assembleia Constituinte e o Juarez Antunes foi eleito Deputado Federal pelo PDT. Ainda no final do ano acumulava a Presidência do Sindicato. Então, com a deterioração do Plano Cruzado II, a CUT e a CGT convocaram uma Greve Nacional para 12 de dezembro de 1986, em protesto contra o aumento de preços e a deterioração salarial. Em Volta Redonda, o Sindicato dos Metalúrgicos apoiou a greve e convidou o povo para apoiar, contando, assim, com a mobilização das Comunidades Eclesiais de Base, da Pastoral Operária e dos demais órgãos de classe de outras categorias. Assim que começou o movimento, novamente o Exército invadiu com tropas do 22º BIMtz armadas de baionetas, fuzis e metralhadoras, além dos seus Urutus, e ocupou a Usina impedindo que a greve acontecesse. Nesse processo, 5 dirigentes sindicais foram detidos pelo Exército por algumas horas dentro da Usina e depois liberados.

GREVES DOS METALÚRGICOS DA CSN EM 1987

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF

Banco de Dados dos Arquivos da CSN

DOSSIÊ SOBRE A GREVE DE 1987

O ano de 1987 marcou a ascensão do movimento grevista no Brasil. Em Volta Redonda, o movimento sindical dos metalúrgicos aprofundou sua organização nos locais de trabalho, com as comissões de fábrica que eram clandestinas por segurança, cada uma com seu boletim que as identificavam: "TREM FANTASMA", "ARRASTÃO", "FORMIGUEIRO", O COBRA", "AREIA NOS OLHOS", MÁQUINA QUEBRADA". Havia ainda formação de ativistas de base dentro do Sindicato e os ativistas das CIPAs (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Os cipistas eram garantidos pela estabilidade de acordo com a CLT e eram eleitos diretamente pelos trabalhadores de cada setor da Usina. As principais lideranças sindicais, fora da Direção do Sindicato, que trabalhavam na produção, concorriam para a CIPA, eram eleitos e garantiam sua estabilidade para enfrentamento da chefia nos conflitos sobre periculosidade e insalubridade, ao mesmo tempo, que faziam política sindical.

Foi essa organização e mobilização que garantiram a força coletiva da negociação do Sindicato dos Metalúrgicos na Campanha Salarial de abril de 1987 com a CSN. O impasse gerou a instalação do dissídio coletivo pela empresa e os trabalhadores em assembleia de milhares de operários decretaram a greve de ocupação. Essa greve durou 5 dias com ampla adesão dos operários. A greve começou com a entrada de 3mil operários liderados por Juarez Antunes, já Deputado Constituinte, apoiado por centenas de ativistas que percorreram os setores da Usina através de arrastões para paralisar a produção e foi engrossado por uma massa de operários que se deslocava dentro da dos setores, até chegar ao alto-forno que foi abafado. Nessa greve, como exceção, as negociações com a Direção da CSN avançaram num acordo bastante favorável aos trabalhadores que encerraram a

greve vitoriosa. Tal fato demonstra, entre outras coisas, que uma greve dos metalúrgicos poderia ocorrer, tal como ocorreu, sem perigo para os equipamentos, porque os operários eram os maiores interessados em preservá-los, e se organizavam para essa tarefa de greve em grupos de trabalho designados pelo Sindicato.

Em junho de 1987, diante da escalada inflacionária e do disparo dos "gatilhos salariais" que automaticamente corrigiam os salários e da crise econômica rumo à recessão, o Governo Sarney, com nova equipe econômica do PMDB, adotou um novo plano de combate à inflação chamado "PLANO BRESSER", que congelou salários e preços de mercadorias e serviços por 90 dias (depois os salários seriam corrigidos por índices inflacionários). Entretanto, em agosto de 1987, a situação econômica do País se agravou com a escalada da hiperinflação e com o fracasso do Plano Bresser. Tal situação provocou perdas salariais reais na ordem de 26,06% e retorno à carestia de vida. Diante desse quadro, a CUT e a CGT convocaram uma GREVE GERAL para o dia 20 de agosto de 1987.

O Governo Sarney reagiu de maneira extremamente repressora e preventivamente ocupou as grandes capitais (Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre e DF) com tropas do Exército e de Fuzileiros Navais. A medida que aumentava a crise econômica, o Governo Sarney perdia apoio e se amparava, de modo crescente, na força repressiva do Exército e Marinha contra os movimentos sindicais ("chamar os Urutus" era uma expressão da época para representar a "transição democrática tutelada" pelas Forças Armadas). Diante da Greve Geral convocada pela CUT e CGT, o Governo Sarney optou por "chamar os Urutus" da Nova República e tanques cruzaram a Avenida Rio Branco como somente no Golpe de 64 e no Golpe do AI-5 em 1968.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF

Por conta desse aparato repressivo e da ameaça de perda do emprego, a Greve Geral de 20 de agosto de 1987 foi um fracasso em todo o País, a não ser por causa do êxito no ABC paulista e em Volta Redonda. Nessa cidade, a hegemonia do Sindicato dos Metalúrgicos nos movimentos sindicais e populares (sindicatos de diversas categorias, associações de moradores, comunidades eclesiais de base, pastorais e partidos progressistas) foi exercida em sua plenitude na mobilização para tornar a Greve Geral uma vitória política.

PÁGINA 8 VOLTA REDONDA JORNAL DE HOJE 22 A 28/08/1987

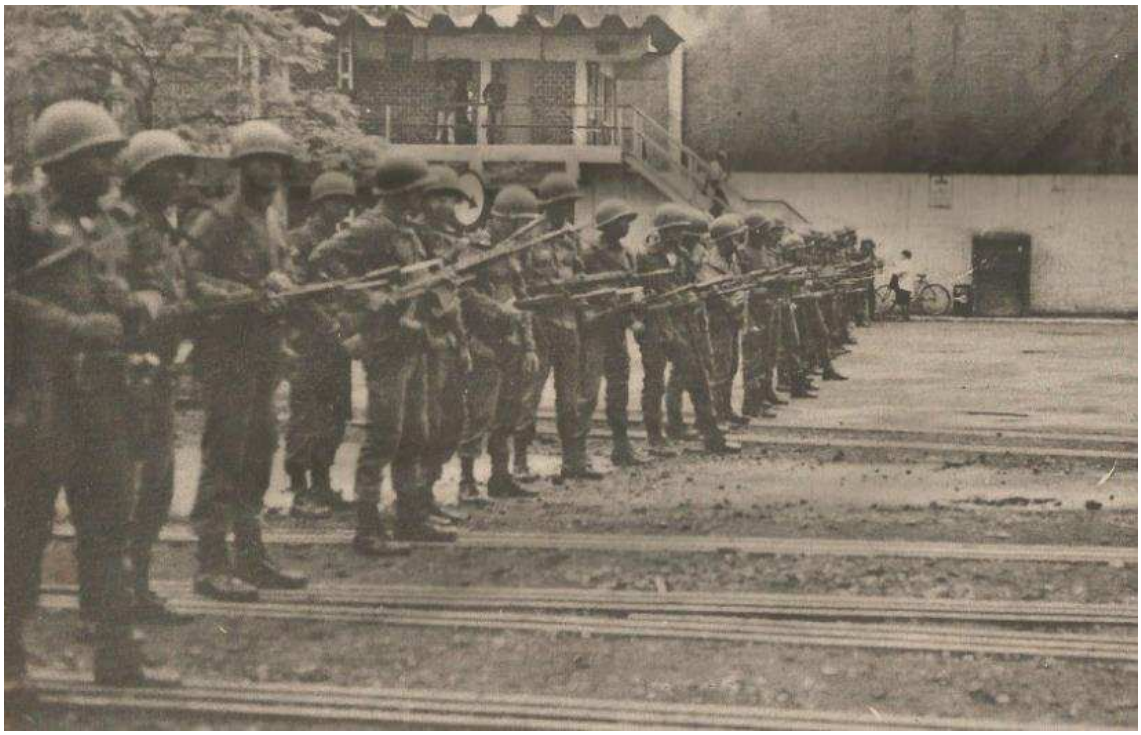
GREVE GERAL

Movimento paralisou Volta Redonda no dia 20

As escolas públicas e particulares pararam; os funcionários da Prefeitura, sob piquete, pararam; os ônibus, sob piquete nas garagens e pneus furados, pararam; o comércio cerrou as portas nos centros comerciais. Na Usina Presidente Vargas a estratégia foi a Greve de Ocupação. Para ludibriar a repressão, a Greve Geral começou às 18horas do dia 19 de agosto, com um grupo de centenas de ativistas liderados pelo Deputado Federal Juarez Antunes. Entraram na Usina e percorreram os setores da Usina em "ARRASTÃO" (piquete em movimento que paralisa um setor e carrega os operários juntos para engrossar a massa que vai para outro setor e repete o processo tornando-o cada vez maior, passando pela coqueria, laminação, aciaria, alto-forno, até chegar ao pátio da SOM onde havia a concentração para a assembleia dos metalúrgicos. Nesse dia, mais uma vez, o Exército, com tropas do 22º BIMtz e seus tanques Urutus e Cascavéis, invadiram e ocuparam a Usina e as três entradas (Passagem Superior, Jardim Paraíba e Beira Rio).

O Comando do Exército na operação decidiu expulsar os grevistas da Usina sob ameaça das baionetas nas pontas dos fuzis. Um grupo de centenas de operários se aglutinaram para resistir (resolveram que era a hora de "meter a barriga na baioneta").

Chegaram mais de 3 mil operários para reforçar a resistência. Quando os soldados receberam ordem para avançar sobre os operários, os operários se defenderam atirando pedras e pedações de paus encontrados a ermo no pátio perto da linha do trem. No arrastão do alto forno, o Exército deteve quatro diretores do Sindicato e 11 ativistas e logo depois todos foram liberados. A greve se encerrou 24 horas após ter começado, às 18 horas do dia 20 de agosto.



Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF
Jornal *VOLTA REDONDA JORNAL HOJE*

Em quase todas as greves da CSN-FEM, algumas por razões restritas à CSN outras por razões de grave geral, houve a invasão da Usina Presidente Vargas pelas forças do Exército sediadas no 22º BIMTZ, em Barra Mansa, para reprimir o movimento grevista, mas sob alegação de "proteção dos equipamentos". Essas intervenções demonstravam que na CSN, em Volta Redonda, a Ditadura Militar tardiamente ainda vigorava, e punha em prática o plano antigreve elaborado em comum acordo com a direção da CSN e os

comandantes do 22º BIMTZ, mediado pela ASI-CSN, que continuava existindo, junto com SNI.

Além das intervenções de tropas do Exército do 22º BIMtz, com demonstrações ostensivas de forte aparato bélico (Tanques Urutu e Cascavel, fuzis, baionetas, metralhadoras) contra o "inimigo interno" (operários grevistas), a direção da CSN, sob a presidência de Juvenal Osório, também lançou mão da maior arma do capital contra os trabalhadores – as demissões. Numa demonstração ostensiva de poder, tal como no Golpe Civil-Militar de 64, com o objetivo político de punir exemplarmente as principais lideranças sindicais, a Companhia demitiu arbitrariamente os ativistas sindicais de base e até mesmo cipistas amparados pelo direito trabalhista de estabilidade. Ao mesmo tempo, a direção da CSN abriu inquérito administrativo contra um grupo de dirigentes e ex-dirigentes sindicais para suas demissões.

A proposta inicial da Nova República em relação à democratização das relações trabalhistas nas estatais, que desde o início estava esquecida foi, naquele momento, totalmente enterrada. Começava, então, uma verdadeira "caça às bruxas" dentro da Usina, num total de 58 operários atingidos. Essa atitude da direção da empresa deve ser explicada por pressões do Governo Sarney e Alto Comando Militar, que naquele momento tutelava a transição da "Nova República", para que houvesse uma punição exemplar naquela Estatal onde a Greve Geral foi isoladamente mais forte. E esse isolamento favoreceu a reação Civil-Militar mais uma vez contra as lideranças e ativistas sindicais de Volta Redonda.

Dos 58 sindicalistas demitidos, 22 eram dirigentes sindicais. Apesar da CLT garantir sua estabilidade até 1 ano após o término do seu mandato, o dirigente sindical pode ser demitido por crime ou subversão das normas disciplinares. A reação dos operários com pedradas contra o ataque dos soldados do Exército com fuzis e baionetas

foi considerado “incitamento à desordem”. As demissões dos 12 dirigentes decorreram dessa acusação que era passível de ser confirmada mediante abertura de inquérito.

Na pesquisa da Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros, foram encontrados documentos reveladores com base em relatório da Assessoria de Segurança e Informação (ASI). Nesse relatório CONFIDENCIAL (INFORME 253/87 da ASI-CSN encaminhada à DSI-MIC - Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Indústria e Comércio) foram listados os nomes dos dirigentes e ativistas sindicais envolvidos em ocorrências na Greve Geral que ensejaram as suas demissões. Esse documento configura-se prova inequívoca da Violação dos Direitos Humanos pela CSN devido ao seu significado revelador de evidências duras e concretas de uma Ditadura Civil-Militar tardia em Volta Redonda, com escalada de violência do Exército, detenções, demissões, perseguições, mortes e terrorismo militar, até 1989.

“A direção do SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE VOLTA REDONDA (SMVR), por ocasião da Greve Geral de 20 de agosto 87, convocada pelas Centrais Sindicais, comandou a invasão da USINA PRESIDENTE VARGAS (UPV), durante os dias 19 e 20 de ago, promovendo paralisação parcial do trabalho. Durante a invasão ocorreram diversas agressões ao patrimônio, às chefias e aos empregados interessados em trabalhar. No dia 21 de agosto 87, por determinação do Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), JUVENAL OSÓRIO GOMES, verificou-se a efetivação da instalação da Comissão de Inquérito para identificar os responsáveis pelas agressões de que foram vítimas alguns empregados que estavam no exercício de suas responsabilidades funcionais. A identificação de elementos da Empresa, envolvidos e participantes do chamado ‘arrastão’, ofensas morais e agressões físicas, danificação de equipamentos e contribuição direta ou indiretamente para perda de produção e, em especial, daqueles que demonstraram liderar a invasão, tem o seguinte elenco citado nos

depoimentos:" (INFORME nº 253/87 ASI-CSN de 18 de set 87 - inquérito para apuração de ocorrências em áreas da companhia siderúrgica nacional nos dias 19 e 20 de agosto de 1987).

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF

Banco de Dados dos Arquivos da CSN

Arquivo Nacional - Fundo SNI - EXTRATO DOCUMENTAL: ASI/CSN

RELAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA SINDICAL DEMITIDOS:

Marcelo Felício

Luiz Lopes Neto

Luiz Antonio Vieira Albano

Luiz de Oliveira Rodrigues

Vagner Barcelos De Souza Geraldo Pedroso Martins

Gilberto de Souza Caldas

Isaque Fonseca

Bartolomeu Citeli Da Silva

Wilson Baptista

José Carlos Máximo Barbosa

Luis Marcos Lopes

Elmo Moraes

Geraldo Pedroso Martins

José Carlos De Souza Cardoso

Wagner Barcelos de Souza

Edmar Lina Ferreira

Cláudio José da Silva

Joaquim Abel Filho

Jorge Messias de Castro

Jorge Cândido Soares

RELAÇÃO DOS ATIVISTAS, EX-DIRIGENTES E CIPISTAS DEMITIDOS:

Ademir da Silva Alfredo (Cipista)

Aloisio Teixeira

Altair Rodrigues Ferreira

Anderson de Oliveira

Adel Carlos Olímpio (Cipista)

Carlos Alexandre Honorato (Cipista)

Carlos Magno Ottoni Matheus (Cipista)

Elias Faustino da Silva

Emanuel Inácio Chiarello

Eni Bras Mendonça Machado

Erson Luiz de Souza

Geraldo Moreira da Silva

Gilmar de Souza Cunha

Helio Dias

Helio Monção Dutra

Idelfonso Albano de Paula

José Afonso Leocádio (Cipista)

José David de Oliveira

José Anchieta Martins

José Emídio de Souza

José Luiz Gonçalves Pereira (Cipista)

José Maurício Batista (Ex-Dirigente Sindical)

Josias Barbosa da Silva

Júlio Marinho Gregório (Cipista)

Karlo Wilksem

Luis Carlos Gomes

Maria Conceição dos Santos

Nélio Alves de Andrade

Nelson Batista de Oliveira

Nelson Dias Carvalho

Nelson Mendes (Cipista)

Nilson Carneiro Sales (Ex-Dirigente Sindical)

Otacílio José Machado Cerqueira

Osvaldo Tomaz da Silva

Paulo Roberto Pacheco Guerra

Vanderlin dos Santos

Wagner Martins Magalhães

Wanderlei Marçal dos Santos

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF

Banco de Dados dos Arquivos da CSN

DOSSIÊ SOBRE A GREVE DE 1987 E OS DEMITIDOS

Através de processos movidos pelo setor jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, algumas demissões foram sendo derrubadas na Justiça do Trabalho, principalmente daqueles que tinham estabilidade garantida por lei: dirigentes sindicais, ex-dirigentes (até 1 ano após o término do mandato) e cipistas. A readmissão dos demais ativistas passou a ser um ponto de honra em toda pauta de reivindicações do sindicato a partir daquela data, pois era necessário não abandonar à própria sorte os ativistas sindicais atingidos pela repressão da CSN.

III) ATAQUE DO EXÉRCITO NA GREVE DOS METALÚRGICOS NA CSN-1988

ANTECEDENTES IMEDIATOS DO MOVIMENTO GREVISTA

Após a Greve Geral de 20 de agosto de 1987, a direção da CSN adotou uma política de total intransigência com o Sindicato dos Metalúrgicos, proibindo a entrada de dirigentes sindicais na Usina, que limitou sua atuação na distribuição de boletins nas entradas e discursos em carros de som. Na noite de 14 de janeiro de 1988, o Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil, que representa os empregados das empreiteiras contratadas pela CSN para atuar dentro da Usina (mais ou menos 60 empreiteiras com total de 5 mil empregados), com apoio do Sindicato dos Metalúrgicos, iniciaram uma

greve de arrastão com 620 operários da empreiteira MONTREAL e mais 750 da FACOM. Ainda naquela noite, a CSN convocou o Exército a intervir com tropas para impedir que arrastões se alastrassem aos trabalhadores de outras empreiteiras dentro da Usina.

JORNAL DO BRASIL segunda-feira, 30/5/88 ○ Cidade ○ 3

Exército acaba com greve na CSN

Diante das tropas, grevistas concordam em voltar ao trabalho até o dissídio, quinta-feira

Fonte: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL

REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL NA CSN

Na manhã do dia 15, a situação estava sob controle do Exército e a greve perdeu força e foi encerrada, pela quarta vez na Usina, por repressão civil-militar de uma ditadura tardia que insistia em tutelar a Usina Presidente Vargas numa ideologia de Segurança Nacional contra o "inimigo interno", isto é, os próprios operários da CSN quando mobilizados para uma greve.

Na data-base dos metalúrgicos da Volta Redonda, 1º maio de 1988, iniciaram-se as negociações do Acordo Coletivo entre o Sindicato e a CSN numa conjuntura econômica de hiperinflação (índice de inflação acumulada em 1 ano de 415% - abril de 1987 a abril de 1988 segundo o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas -DIEESE). A posição dos sindicalistas era de recuperar o poder de compra dos salários pela reposição dos 26% perdidos com o Plano Bresser em 1987 e o reajuste de 39% com base no índice do DIEESE. Além disso, havia a proposta de readmissão dos demitidos na Greve Geral de 87 e o fim da repressão contra sindicalistas na Usina.

A postura da CSN de não flexibilizar a negociação com o Sindicato dos Metalúrgicos, reforçada com resoluções do Conselho Interministerial de Salário das

Estatais (CISE) que eram limitadoras da capacidade da Direção da CSN acordar reajustes além do que foi estabelecido para as estatais siderúrgicas, fez com que as negociações fossem interrompidas. Os Metalúrgicos entraram em greve de ocupação no dia 26 de maio de 1988.

No 4º dia da greve, a Usina foi, pela 5ª vez, ocupada por tropas do Exército. Desta vez, o comboio veio de três Batalhões: Barra Mansa (22º Batalhão de Infantaria Blindada), Valença (1º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada) e Petrópolis (1ª Brigada de Infantaria Mecanizada) que impediram que houvesse piquetes e arrastões dentro da Usina. O Presidente da CSN, Juvenal Osório, e as autoridades de Brasília (Presidência da República, Ministério da Justiça, Alto Comando das Forças armadas e SNI) decidem a intervenção na greve dos Metalúrgicos por tropas do Exército com aparato de guerra.

Fonte: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL
REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL NA CSN

No dia 29 de maio de 1988, em assembleia da categoria, os metalúrgicos decidiram, junto com seu Sindicato, interromper a greve e aguardar a decisão do Dissídio Coletivo no TRT. No final, a CSN concordou com o reajuste de 39%, mas não aceitou corrigir os 26% do plano Bresser (que já haviam sido conquistado por empregados da Vale do Rio Doce e do Banco do Brasil) e não aceitou readmitir os sindicalistas demitidos após a Greve Geral de 87.

MOVIMENTO GREVISTA EM NOVEMBRO DE 1988

FONTE: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF

BANCO DE DADOS DOS ARQUIVOS DA CSN

DOSSIÊ SOBRE A GREVE DE 1988 ELABORADO PELO CRH

DOSSIÊ DE REPORTAGENS SOBRE A GREVE DE NOVEMBRO DE 1988 NA CSN

FONTE: ARQUIVO NACIONAL - MEMÓRIAS REVELADAS

FUNDO SNI (RELATÓRIO DA GREVE CSN 88 - ASI-CSN) - **AC_ACE_69189_89_001.PDF**

FUNDO SNI **-** DOSSIÊ DA POLÍCIA FEDERAL SOBRE A GREVE NA CSN

FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL

REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL NA CSN

No plano nacional, em que pese o poder do chamado "CENTRÃO", bloco de parlamentares conservadores na Assembleia Nacional Constituinte, os setores progressistas lograram algumas vitórias importantes para o movimento sindical no texto final da Constituição promulgada em de 5 de outubro de 1988. A principal conquista foi o DIREITO IRRESTRITO DE GREVE que simbolizava o fim das limitações legais da CLT. A segunda conquista importante foi a autonomia dos sindicatos em relação ao Ministério do Trabalho. Especificamente para a CSN foi importante a CIPA passar a ser exclusivamente de trabalhadores (sem representantes paritários da empresa).

A mudança mais impactante para a relação capital-trabalho na CSN foi a aprovação do TURNO DE 6 HORAS na Constituição Federal (jornada de 44 horas semanais) que de imediato contou com a resistência da direção da empresa em acatar esse direito constitucional. Ao mesmo tempo, a escalada inflacionária empurrou o Governo Sarney a adotar mais um plano econômico que "eliminou" os índices oficiais (URP) de correção salarial dos meses de junho e julho, o que anulou toda conquista dos metalúrgicos da CSN no acordo salarial de maio daquele ano. A insatisfação ganhava a massa operária da Usina. As comissões de fábrica ("TREM FANTASMA", "ARRASTÃO", FORMIGUEIRO", "O COBRA", "AREIA NOS OLHOS",

“MÁQUINA QUEBRADA”) assumiam o lugar dos dirigentes sindicais impedidos pela direção da CSN de entrar na Usina. A preparação para uma nova greve vinha acompanhada de uma decisão moral de não recuarem o movimento se houvesse intervenção de tropas do Exército. Dessa vez os metalúrgicos estavam dispostos a resistirem em nome do direito irrestrito de greve.

Na conjuntura municipal, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Deputado Federal Juarez Antunes, era candidato pelo PDT a Prefeito de Volta Redonda nas eleições de 15 de novembro de 1988. No desencadeamento inicial da greve, os demais candidatos concorrentes ao cargo de Prefeito entraram com ação no TRE reivindicando o direito de entrar na CSN e fazer campanha eleitoral, com argumento de que a greve era de cunho eleitoral para favorecer Juarez Antunes. Por outro lado, havia receio de parte dos dirigentes e assessores de que a greve prejudicaria a campanha de Juarez e que seria melhor que se adiasse para depois das eleições o seu início, mas essa proposta foi rejeitada pela categoria na assembleia do dia 4 de novembro. Num comunicado confidencial do serviço secreto da ASI-CSN, DE 4 de novembro de 1988, ao DSI-MIC, essa situação foi confirmada textualmente:

“Razões de ordem política têm levado o Dep. Fed. Juarez Antunes (PDT/RJ), presidente licenciado do SMVR e candidato a prefeito, a vacilar sobre a oportunidade de deflagração da greve antes das eleições de 15 de nov 88, porquanto teme desgaste de que um eventual fracasso do movimento grevista possa trazer a sua candidatura”.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL - MEMÓRIAS REVELADAS

FUNDO SNI (RELATÓRIO DA GREVE CSN 88 - ASI-CSN) - **AC_ACE_69189_89_001.PDF**

O Sindicato dos Metalúrgicos convocou para 4 de novembro de 1988 uma assembleia da categoria para decidir como encaminhar as demandas surgidas a partir da Constituição. Nessa assembleia na entrada Leste (Jardim Paraíba) ficou decidido que a

greve seria de ocupação e começaria no dia 7 de novembro e que a pauta principal das reivindicações seria: 1) TURNO DE 6 HORAS; 2) REPOSIÇÃO DE 17,68% (URP DE JULHO); 3) PAGAMENTO DOS 26% DO PLANO BRESSER; 4) READIMISSÃO DOS SINDICALISTAS DEMITIDOS POR GREVE.

No dia 7 de novembro de 1988, por volta das 6 horas da manhã, começou o piquete na entrada da Usina contendo e concentrando os operários na entrada; às 8h30 começou a greve de ocupação com a entrada de uma multidão de 5 mil operários na Usina, puxados pelo carro de som do Sindicato, liderados por Juarez Antunes e a diretoria. A Direção da CSN comunica por telex a ocupação da Usina pela direção do sindicato ao TRT e ao TSE (porque o Juarez era candidato a prefeito de VR); a CSN solicita liminar de "manutenção de posse" ao Juiz da 3ª Vara Cível. Na liminar houve a citação de Juarez Antunes, Marcelo Felício e Isaque Fonseca que se recusaram a cumprir a liminar da Ordem Judicial. O Juiz da 3ª Vara Cível requisita a PM para fazer cumprir a ordem.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL
REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL NA CSN

A greve já estava consolidada com arrastões dentro da Usina e assembleia no pátio da SOM (Superintendência de Oficinas Mecânicas). O carro de som do Sindicato foi levado para porta do Escritório Central para reforçar o piquete. A PM ocupa a entrada da Usina na Passagem Superior e coloca um carro de bombeiro para impedir que o carro de som do sindicato entrasse novamente, na tentativa de impedir que uma nova onda de operários grevistas entrasse para reforçar a greve.

Ainda no dia 7 de novembro, às 15h30, há nova concentração na Passagem Superior organizada pelo Sindicato que, com o carro de som, entra na Usina e há confronto com a PM. Na confusão some a arma de um PM que havia atirado para o alto e foi desarmado pelos grevistas. Um grande grupo de grevistas deslocou o carro de

bombeiro que bloqueava a passagem com a força muscular coletiva e abriu passagem a força para o carro do Sindicato. A direção da CSN comunicou oficialmente ao 22º BIMtz

os fatos ocorridos e solicitou "as providências julgadas necessárias"; um comboio do Exército, vindo de Valença (1º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, antigo 1º Batalhão de Carros de Combate), chegou ao quartel de Barra Mansa para reforçar a tropa da 6ª ocupação da Usina (após o Golpe de 64) para tentar acabar com a greve (como havia acontecido nas 5 ocupações anteriores).

Os grevistas decidiram sair do pátio da SOM e ocupar a aciaria, transformada numa espécie de trincheira da greve de ocupação, onde seria mais difícil para as tropas do Exército desalojá-los. Ao mesmo tempo, a aciaria, por ser o coração da produção siderúrgica, não haveria possibilidade de iniciar a cadeia produtiva. Paralisada a produção na aciaria, tudo o mais tinha de parar. A aciaria tornava-se então o coração da greve. Naquela noite, foi que os grevistas se revezaram para dormir e vigiar a chegada de tropas do Exército a qualquer momento.

No dia 8 de novembro de 1988, às 8h30, a assembleia no pátio da SOM, com 10 mil operários, decidiu continuar a greve e reforçar os piquetes nas três entradas da Usina para impedir a saída de operários e não esvaziar o movimento. Foram organizados vários arrastões em diversos setores da Usina. A Certidão do Oficial de Justiça, **Vitorino de Jesus**, da 3ª Vara Civil, no dia 8 de novembro, atesta a impossibilidade de cumprimento do mandado de manutenção de posse devido à insuficiência do contingente da PM.

Fonte: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF
BANCO DE DADOS DOS ARQUIVOS DA CSN
DOSSIÊ SOBRE A GREVE DE 1988 ELABORADO PELO CRH
DOSSIÊ DE REPORTAGENS SOBRE A GREVE DE NOVEMBRO DE 1988 NA CSN

O Juiz de Direito da 3ª Vara Civil, **Moisés Cohen**, oficia ao 22º BIMtz a solicitação de força militar para cumprimento da decisão de "manutenção de posse", processo nº 7.480/88. Esse procedimento formal abriu espaço para dar suporte jurídico à intervenção de tropas do Exército, e que depois serviu de argumento das autoridades para a violência brutal que se seguiu no início da noite do dia seguinte contra a população aglomerada no centro da cidade de Volta Redonda e contra os grevistas dentro da Usina. Ao mesmo tempo, o Presidente da CSN, **Juvenal Osório**, solicita a intervenção de tropas do 22º BIMtz.

Durante o dia 8 de novembro houve intensa movimentação dos ativistas sindicais para fortalecer o movimento grevista dentro da Usina, com piquetes, arrastões, miniassembleias, concentrações e ocupação de espaços estratégicos sob a liderança dos sindicalistas Juarez, Marcelo Felício, Albano, Isaque, Luisinho, Bartolomeu e Wanderlei. Os altos fornos 1,2 e 3 foram abafados por equipe do Sindicato liderada pelo sindicalista Wagner Barcelos.

Às 15 horas houve nova assembleia no pátio da SOM e por unanimidade foi decidida a continuação da greve. As assembleias eram realizadas dentro da usina duas vezes ao dia para manter a unidade da categoria com a liderança do movimento, para manter atualizados os grevistas sobre os rumos das negociações ou da repressão, avaliar a disposição para manter ou não o movimento, estabelecer as diretrizes do movimento e reforçar o respeito ao comando de greve.

No dia 8 de novembro, às 21h45, as tropas do Exército de Barra Mansa e Valença, comandadas pelo Coronel Orlando Ferreira Mota, Comandante do 22º BIMtz, invadiram a Usina e ocuparam pontos estratégicos para reprimir, demonstrar força bélica ameaçadora (urutus, cascavéis, metralhadoras antiaéreas, metralhadoras ponto 50, fuzis, baionetas e centenas de soldados), tudo isso para tentar dissuadir os grevistas e pôr fim ao movimento. Quando a tropa do Exército e comboio entraram na Usina, parte dos grevistas saiu do pátio da SOM e se abrigou na aciaria.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL

REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL NA CSN

Na ocupação da Passagem Superior pelo Exército, por volta das 22h, o Deputado Juarez Antunes foi impedido de entrar na Usina por mandado do Juiz. Por volta de meia noite, o advogado do Sindicato, Dr. João Neri Campanário e Juarez Antunes foram

detidos pela Polícia Federal, quando tentavam forçar a entrada na Usina, e foram liberados às 4 horas da manhã, após prestarem depoimento.

Na madrugada as tentativas de desalojamento dos grevistas pelos soldados do Exército são respondidas com pedradas. Os ânimos estão acirrados. Durante toda a noite os grevistas fizeram uma manifestação coletiva através de um ensurdecedor barulho gerado pela batida de canos nas partes metálicas da estrutura do galpão da SLD (aciaria). Ao mesmo tempo grupos de grevistas percorreram a Usina em arrastões por toda madrugada.

No dia 9 de novembro de 1988, pela manhã, os soldados ocuparam o pátio da SOM por onde passa uma tubulação aérea que transporta cal em correia para os conversores da aciaria. Alguns grevistas derramaram a cal sobre os soldados e carros de combate do Exército que estavam embaixo. Por volta das 10h chegaram reforços para o Exército e para a Polícia Militar vindos do Batalhão de Petrópolis (1ª Brigada Motorizada do Exército) com comboios de carros de combate, tanques, caminhões e jipes, num total de 2 mil soldados, além de 30 agentes da Polícia Federal e 150 PM da tropa de choque. Todos agora sob o comando do General José Luiz Lopes da Silva. No Escritório Central um piquete paralisou as atividades daquele setor pela primeira vez em greve dos metalúrgicos.

Nesse momento, pela manhã, milhares de operários se concentravam nas mediações da Passagem Superior impedidos de entrar pelo Exército.

FONTE: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF

BANCO DE DADOS DOS ARQUIVOS DA CSN

DOSSIÊ SOBRE A GREVE DE 1988 ELABORADO PELO CRH

DOSSIÊ DE REPORTAGENS SOBRE A GREVE DE NOVEMBRO DE 1988 NA CSN

FONTE: ARQUIVO NACIONAL - MEMÓRIAS REVELADAS

FUNDO SNI (RELATÓRIO DA GREVE CSN 88 - ASI-CSN) - **AC_ACE_69189_89_001.PDF**

FUNDO SNI **-** DOSSIÊ DA POLÍCIA FEDERAL SOBRE A GREVE NA CSN

FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL

REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL NA CSN

No pátio da SOM, dentro da Usina, 8 mil operários aproximadamente se encontravam concentrados e cercados pelo Exército.

Das 11 horas até 16hs, no Escritório Central, os dirigentes sindicais: Juarez, Albano e o advogado Campanário negociaram com o Presidente da CSN, Juvenal Osório, e o General José Luis Lopes da

Silva um acordo para pôr fim à greve em troca do atendimento das reivindicações. A questão principal imediata para o Exército era a desocupação da aciaria, o que foi recusado de imediato. A CSN acenou com a implantação do turno de 6 horas para 90 dias, compensado nesse período com 60 horas extras mensais. Nenhuma proposta sobre os 26% do Plano Bresser e os 17% da URP subsumidos de julho, muito menos sobre a readmissão dos sindicalistas demitidos.

Após o retorno da negociação, foram feitas duas assembleias: uma com os operários que ocupavam a Usina e outra com os que se concentravam do lado de fora, na Passagem Superior, e que foram impedidos de entrar pelo Exército. Por volta das 18 horas, ambas as assembleias rejeitaram as propostas da CSN por unanimidade. Um helicóptero do Exército sobrevoou a Usina e o centro da Vila para mapear a concentração e posições dos grevistas de dentro e de fora da Usina.

Na avenida que margeia a Usina, às 18h30, começou uma concentração de militares, vindos do Batalhão de Choque do Rio de Janeiro, na linha de frente, enviados pelo Governador Moreira

Franco, 300 soldados da tropa de choque da PM, armados de escudos, coletes, capacetes, cassetetes e bombas de gás lacrimogênio e efeito moral (fazem estrondo quando explodem). Atrás da PM, havia 800 soldados da Companhia da Polícia do Exército, armados de baioneta e metralhadoras e com as caras pintadas para a guerra, logo atrás, soldados, também de caras pintadas para o combate, vindos do 57º Batalhão de Infantaria e da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada para reforçar as tropas de Barra Mansa, Valença e Petrópolis que já estavam na Usina, nessa megaoperação de guerra. Mais atrás, outro pelotão da PM e, por fim, havia policiais federais dando apoio.

O ataque dos militares à população nas ruas e aos operários dentro da Usina começou às 21h, com a tropa de choque avançando rapidamente sobre a aglomeração nas mediações da Passagem Superior, atirando bombas de gás e de efeito moral para dispersar os manifestantes e ocupar o espaço para a operação do Exército que iria começar logo a seguir com a invasão da Usina e o ataque aos operários grevistas que ocupavam a aciaria e o pátio da SOM.

No centro da cidade, as tropas da PM em conjunto com o Pelotão Especial do Exército partiram para cima com agressões violentas sobre todos que cruzassem seu caminho, independente se eram ou não manifestantes, jovens, idosos, homens, mulheres, adultos, crianças, ninguém era poupado da violência. Os soldados do Exército disparavam tiros de festim e de munição real com seus fuzis e com golpes de coronhadas quebravam vidros de carros e de estabelecimentos que encontravam no operação dispersão-ocupação do centro da Vila Santa Cecília. Os manifestantes fugiam pelas ruas ao mesmo tempo que atiravam pedras portuguesas que arrancavam das calçadas sobre os soldados. Essa operação durou bastante tempo de escaramuças e ataques, pois as tropas não pouparam munições e bombas. Por volta das 22horas, o Centro estava dominado completamente sem mais resistência.

Nas semanas seguintes, a Ordem dos Advogados do Brasil enviou uma comissão a Volta Redonda para realizar uma apuração paralela sobre a violência dos militares. Foram feitas 50 oitivas sobre o ocorrido dentro da Usina e na Vila Santa Cecília. Sobre as agressões de soldados do Exército e da PM, destacam-se alguns relatos: Solange da Sila Chiarele, 21 anos, ao tentar tirar o carro do estacionamento, percebeu que soldados começaram a arremessar bombas de gás e todo mundo, saiu correndo desesperadamente. Solange se abrigou numa casa na Vila e de lá viu soldados quebrando vidro da janela de um ônibus. Viu pessoas sendo espancadas duramente em um posto de gasolina pelos soldados do Exército. Filomena Cristina Afonso, professora, na altura da rua 33, viu os soldados do Exército depredarem o ônibus, ainda em movimento, em que ela estava. As vidraças foram quebradas e jogaram bombas de gás dentro do veículo. Uma senhora de 70 anos acompanhada de um garoto começou a gritar desesperadamente, e o motorista acelerou para fugir. Joel Tomé de Castro relatou que viu populares se refugiarem no Bar Zero Hora, próximo ao lugar onde começou o ataque dos militares, mas foram atacados com bombas de gás e os agressores quebraram todos os vidros. Marcelo Laffite e Silva tentou se esconder na Churrascaria Mollica, mas foi alcançado por soldados do Exército que empurraram seu rosto contra a parede e o espancaram.

Todo esse esforço de desocupação da Vila, expulsando os manifestantes e qualquer pessoa visava isolar os grevistas da Usina para o ataque violento e trágico que o General José Luis Lopes da Silva estava prestes a comandar. O ataque das forças militares para tentar desocupar a Usina começou às 21 horas. A PM começou atirando bombas de gás lacrimogênio no pátio da SOM e os soldados do Exército iniciando a fuzilaria com balas de festim e de munição real que furavam o teto de zinco e ricocheteavam nas estruturas de metal. Os grevistas revidaram com pedras e pedações de ferro que encontravam no

caminho e corriam para aciaria onde se uniriam aos companheiros que já estavam abrigados.

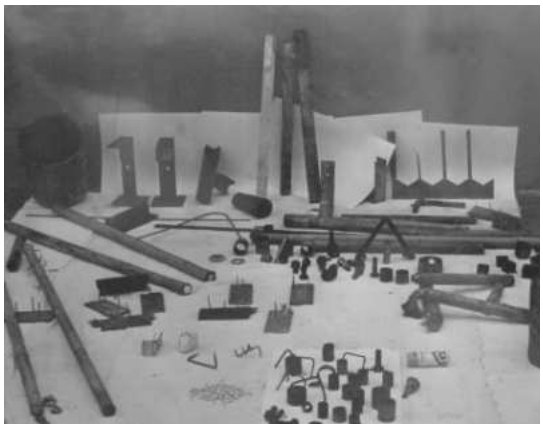
FONTE: ARQUIVO NACIONAL - MEMÓRIAS REVELADAS

FUNDO SNI - DOSSIÊ DA POLÍCIA FEDERAL SOBRE A GREVE NA CSN

Os "arsenais dos grevistas" foram apresentados pelo Exército, como provas da "guerrilha urbana" utilizada pelos grevistas contra os soldados armados de fuzis, metralhadoras e bombas de gás e carros de combate Urutus e Cascavéis.

Os soldados do Exército atiraram bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral na aciaria e tentaram entrar à força, atirando com munições de verdade, mas foram rechaçados com pedradas, tijoladas e pedações de ferro e abertura de linha a vapor que fez a tropa recuar e continuar atirando para matar.

Deve-se destacar que **NÃO HOUVE CONFRONTO** entre grevistas (acusados pelas autoridades do Exército de serem "treinados em guerrilha urbana") e tropas do Exército, como comunicados dos militares, do Governo e da CSN tentaram difundir para legitimar o ataque criminoso, pois não podemos qualificar como confronto uma tamanha desproporcionalidade entre fuzis, baionetas, metralhadoras, tanque de guerra do lado dos agressores e pedras e pedações de barra de ferro do lado dos operários grevistas que se defendiam improvisadamente da agressão com material que encontravam a esmo nos seus locais de trabalho e tentavam sobreviver ao ataque.



O Relatório do Centro de Comunicação Social do Exército, Brasília, 1º de dezembro de 1988, descreveu do ponto de vista dos militares o ataque aos grevistas no dia 9 de novembro:

FONTE: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF
RELATÓRIO DO EXÉRCITO SOBRE A GREVE NA CSN

"-19:00 horas: o 57º BIMtz recebe ordem parra dar início ao cumprimento da missão.

-19:45 horas: Início do deslocamento do 57º BIMtz de sua Zona de Reunião pra o cumprimento da missão.

*-De 19:45 às 21:00 horas: Ações de controle de distúrbios na Avenida Independência, por parte do 57º BIMtz, para poder atingir os portões da CSN, àquela altura totalmente bloqueados pela multidão. Emprego de técnicas de guerrilha urbana pelos agitadores (**lançamento de 'coquetéis molotov' e realização de disparo de armas de fogo contra o flanco da tropa**), obrigando o 57º BIMtz a abrir passagem por intermédio de formação tipo controle de distúrbio.*

- De 21:00 às 21:50 horas: Emprego crescente de procedimentos dissuasórios pela tropa, até a necessária atitude de combate para defender-se das agressões, dispersar a turba e ocupar a praça da SOM. Na ação, um soldado sofre fratura no braço, por agressão, outro tem a perna quebrada, quarenta militares sofrem escoriações diversas; constata-se três impactos de arma de fogo numa das viaturas blindadas cascavel. Três metalúrgicos caem vitimados".

Todo argumento do Centro de Informações do Exército (CIEx) para justificar a agressão e os crimes cometidos se resume no seguinte texto que abre o relatório do Exército: "GREVE É UM DIREITO CONSTITUCIONAL. NAÕ É PROBLEMA OU SOLUÇÃO DA ALÇADA DO EXÉRCITO. PERTURBAÇÃO DA ORDEM, PASSA A SÊ-LO". E seus argumentos são reforçados pela ficção criada pelas autoridades de que não era um movimento grevista comum mas uma verdadeira GUERRILHA URBANA organizada por um SEGUNDO COMANDO clandestino infiltrado na Usina. E

principalmente, porque, segundo esse comunicado oficial do Exército houve tiros de armas de fogo e coqueteis molotov atirados contra a tropa na Vila.

Essas afirmações constituíram uma farsa para justificar o "combate ao inimigo interno". Nenhum das dezenas de jornalistas que cobriam o episódio registrou esses fatos no ataque da PM e de tropas do Exército no centro da Vila. Pelo contrário, testemunharam soldados do Exército quebrando vidros de carros, vidros de lojas e do clube dos Funcionários com coronhadas de fuzil e que viram mulheres grávidas e crianças intoxicadas com gás lacrimogênio e um oficial do Exército derrubando e prendendo no rosto de uma mulher com as botas contra o chão. E o reportér dos jornais constataram que pessoas estranhas, diferentes dos oparários e da população comum que antes acompanhavam pacificamente a concentração, usando bermudas e tenis, tomavam a iniciativa de atirar pedras contra as tropas da PM e do Exército. Há um saber comum de que agentes militares e da Polícia Federal infiltrados em manifestações tomam iniciativas violentas contra as forças de repressão para justificar as violentas ações de contenção e dispersão de massas aglomeradas em manifestações.

A conclusão das pesquisas da Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros foi que o Estado Brasileiro, através das tropas da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada do Exército, sob comando do **General José Luis Lopes da Silva,** cometeu um **GRAVE CRIME POLÍTICO CONTRA OS DIREITOS HUMANOS,** no assassinato três operários e ferimento de trinta e cinco pessoas, e colocando em risco a vida de milhares de outros grevistas que ocupavam a CSN num movimento legítimo e constitucionalmente garantido. DESSE MODO, **POR TER ACONTECIDO APÓS A LEI DA ANISTIA**

DE 1979, **ESTE CRIME NÃO PODE SER ACOLHIDO PELA IMPUNIDADE E MUITO MENOS PRESCRITO**.

Ao longo dessas horas de ataque, das 19h45 até as 23 horas, as forças do Exército tentaram desalojar, sem sucesso, os operários grevistas da aciaria, que se tornou uma verdadeira fortaleza para os grevistas. Improvisaram barricadas que bloqueavam as 30 portas de entrada da aciaria com tambores de óleo, folhas de zinco, tubos de alumínio, entulho de ferro, dentro outras coisas que encontravam ao acaso, sem planejamento prévio, mas no calor da hora, em busca de proteção contra o ataque militar. Para revidar as agressões, juntaram tijolos refratários utilizados no alto forno, canos de ferro de sucata, bolas refratárias com núcleo de aço e vergalhões.

Para bloquear a entrada da aciaria, impedindo a entrada de tanques e carros de combate, estacionaram tratores, empilhadeiras, caminhonete, escavadeira na rua de acesso e derramaram tinta inflamável e querosene. Os grevistas reagiam com pedras contra as bombas de efeito moral e de gás lacrimogênio e fuzilaria de tiros reais. Quando os tiros cessaram, os grevistas continuaram dentro da aciaria, mas o resultado da violência bélica do Exército contra os operários e a população de Volta Redonda configuraram num dos mais graves casos de violação dos direitos humanos de forças do Estado contra cidadãos. Na agressão violenta e desonrosa do Exército aos grevistas e à população, resultaram as mortes militarmente de três operários: **Walmir Freitas Monteiro** (que foi morto com tiro fatal de fuzil nas costas que saiu no peito); **Willian Fernandes Leite** (que

foi morto com tiro fatal de fuzil no pescoço que saiu atrás na cabeça); **Carlos Augusto Barroso** (que foi morto com esmagamento traseiro do crânio por golpes de coronhadas de fuzis).

FONTE: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF
DOSSIÊ DE REPORTAGENS SOBRE A GREVE DE NOVEMBRO DE 1988 NA CSN
FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL
REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL NA CSN

A primeira vítima fatal desse crime hediondo praticado pelas tropas do Exército que sitiavam os grevistas na aciaria foi o jovem operário, **Walmir Freitas Monteiro,**

com 27 anos de idade, que era casado com Luciene Monteiro, com a qual tinha um casal de filhos (Aline, com apenas 1 ano e meio de idade e Bruno com 3 anos). Walmir trabalhava na Superintendência de Alto Forno, e na greve foi escalado pelo Sindicato dos Metalúrgicos para trabalhar na manutenção do alto forno, naquele dia 9, começou a trabalhar às 8h30 e terminou seu turno às 16h30. Mas não pode sair da Usina pois o Exército bloqueou todas as saídas e entradas. Foi jantar, e por volta das 19h30, quando saia do refeitório com um grupo de colegas, uma bala de fuzil (numa sequência de 5 tiros)

atingiu as costas de Walmir, e perfurou seu pulmão direito. Walmir ferido, desmaiado, foi carregado pelos colegas à enfermaria sob controle do Exército. Entretanto, o Exército somente entregou Walmir aos cuidados do Hospital da CSN às 23 horas, alegando que ainda estava com vida, mas que estava com hemorragia aguda, segundo relatório da CSN, vindo a "falecer" às 23h15. O que se configurou mais um ato canalha da Direção da CSN de não registrar a morte do Walmir dentro da Usina. Uma prática muito comum nos acidentes de trabalho, pois o operário nunca morria na Usina, sempre no hospital para diminuir o valor da indenização.

TESTEMUNHOS DE ALINE BRANDÃO MONTEIRO & ADIANA DE FREITAS MONTEIRO 27/11/2014

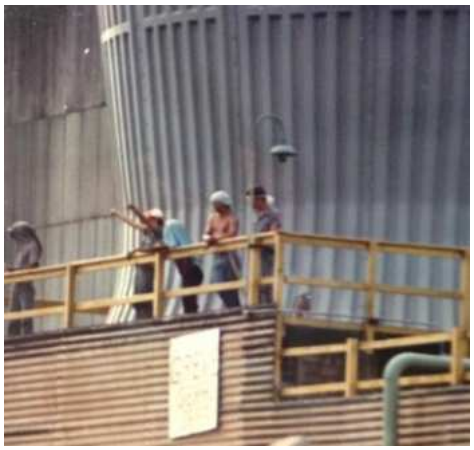
Adriana Freitas Monteiro nasceu em Rio Claro, 1966, numa família operária composta de 5 filhos, sendo seu irmão, Walmir de Freitas Monteiro, o mais velho. Em 1980, Walmir entrou na Usina da CSN para trabalhar no alto forno. Por sentir a falta da família, a mãe também resolveu se mudar de Angra dos Reis para Volta Redonda, no ano de 1982. O Walmir casou-se em 1985, com Luciene Brandão Monteiro. Nasceu Fábio, o primeiro filho de Walmir em 1986, e a filha caçula, **Aline Brandão Monteiro**, em 1987. Na greve de novembro de 1988 teve uma mobilização muito grande por causa do turno de 6 horas. Nos dias de greve que antecederam o dia 9, Walmir foi escalado para trabalhar no abafamento do alto forno 3. Walmir participava das greves, mas não era ativista, não tinha grupo ou partido político. No dia 9 de novembro as tropas do Exército fecharam todas as saídas da Usina. Quando o cunhado da Adriana, Tati, que trabalhava junto com Walmir no alto forno, chegou da Usina, ela perguntou pelo irmão, daí ele falou

que Walmir ficou para assistir a assembleia, que ia jantar e vir embora. Por volta de 7 horas começaram os tiros dentro da CSN. Adriana ouviu no rádio, às 22h41, a notícia da morte de dois operários, Walmir e Willian...A TV Manchete mostrou a foto das carteiras de Walmir e Willian na reportagem especial no fim da noite do dia 9 de novembro. Na verdade, Walmir ao sair do refeitório onde havia jantado e foi o primeiro a ser atingido pelos tiros do Exército contra os grevistas. Levou três tiros pelas costas. Num ato de covardia extrema. Adriana afirmou que foram três tiros e não apenas 1 como se noticiou e se registrou. Os colegas ajudaram a socorrer Walmir e o levaram para enfermaria da Usina e para tentar salvar sua vida. Mas morreu lá dentro (essa história que levaram com vida e morreu minutos depois de chegar no Hospital faz parte das artimanhas patronais de não reconhecer morte dentro da Usina). Quem reconheceu o corpo foi Gerson Ribeiro de Souza, o ex-marido de Adriana, que viu **três perfurações de balas no corpo de Walmir**. A morte de Walmir desestruturou a família. Para sua mãe, no almoço de domingo sempre sentia muita falta seu filho mais velho na mesa, ela praticamente morreu junto, sem desejo de vida. Walmir morreu muito jovem, com 27 anos, com dois filhos para criar, uma família construtiva, já estava quase quitando um apartamento e tinha planos de comprar um carro. A Aline relatou que sua mãe, **Luciene Monteiro** (foto ao lado), gostava muito do seu pai, Walmir. Teve que ser criada apenas pela mãe, e sentiu muito a falta de um pai. Disse que sua mãe, Luciene, teve outros companheiros, mas nunca substituiu o Walmir no seu coração. Foi atrás do médium Chico Xavier para tentar conversar com Walmir. Ela falava muito que queria morrer para ver o seu amado de novo. Luciene ficou alcóolatra e, como se fosse um suicídio lento, morreu de cirrose quando Aline tinha apenas 15 anos. Aline e o irmão passaram a ser criados pela avó materna. A família

recebeu apenas a indenização trabalhista paga pela CSN, mas **NUNCA HOUVE A DEVIDA JUSTIÇA E REPARAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE ANISTIA**.

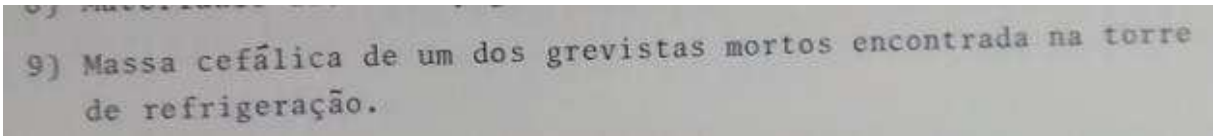
A segunda vítima fatal do mesmo crime das tropas do Exército foi o jovem operário metalúrgico **Willian Fernandes Leite,** com 22 anos de idade, tramalhava na

Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM) dentro da Usina. Estava entrincheirado na aciaria resistindo com seus companheiros grevistas ao ataque do Exército. Por volta das 20 horas, na torre de resfriamento, quando Willian atirava um pedaço de ferro nos soldados que tentavam entrar no galpão, foi atingido no pescoço com um tiro de fuzil e atravessou a cabeça e logo desmaiou. Foi carregado pelos companheiros até um grupo de soldados. Consta em relatório oficial nos arquivos da CSN que Willian foi levado ao Hospital da CSN às 23 horas, ainda com vida e também com hemorragia aguda, onde faleceu 5 minutos depois. O que se configurou em mais outra artimanha da Direção da CSN de não registrar a morte do Willian dentro da Usina. Conforme já dito anteriormente, uma prática muito comum nos acidentes de trabalho, pois o operário nunca morria na Usina, sempre no hospital para diminuir o valor da indenização e comprometimento em inquéritos.



A pesquisa da Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda nos arquivos da CSN encontrou um dossiê da Polícia Federal com centenas de fotos sobre a Greve de 1988, de todos os momentos da greve. Dentre essas fotos, há um conjunto de fotos que registram um grupo de grevistas no mesmo local (ver um deles de capacete branco) em que momentos depois Willian levaria o tiro fatal.

Há, na foto ao lado, o capacete branco e parte da massa encefálica do operário atingido, Willian Freitas Monteiro, que revela a violência desumana, covarde e cruel do ataque do Exército pelas características da sua morte (tiro na cabeça saindo um rombo atrás, acima da nuca) na torre de refrigeração.



9) Massa cefálica de um dos grevistas mortos encontrada na torre de refrigeração.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL - MEMÓRIAS REVELADAS

FUNDO SNI - DOSSIÊ DA POLÍCIA FEDERAL SOBRE A GREVE NA CSN

TESTEMUNHO DE MARGARETH FERNANDES LEITE 9/03/2015

Em depoimento, **Margareth Fernandes Leite** (irmã de Willian Fernandes Leite) relata que nasceu em Muriaé-MG no dia 16 de setembro de 1966. Sua mãe se separou do seu pai e migrou com os filhos para Volta Redonda onde moravam os avós maternos e tios. A mãe passou a trabalhar em empreiteiras na Usina da CSN como faxineira. Margareth e os dois irmãos também começaram a trabalhar para ajudar em casa. O Willian foi servir ao Exército. Ao dar baixa, foi fichado na Usina da CSN, na FEM, com 20 anos de idade. Entrar para CSN era o destino para todo jovem que priorizava trabalhar e conquistar autonomia. A sua irmã, Margareth definiu o jovem Willian como uma pessoa muito sensível, que se tornou vegetariano após

tomar consciência como eram executados os animais (aves, suínos, bois), gostava de músicas MPB, POP, frequentava muitos bailes, tinha uma visão política idealista, mas não era militante sindical nem de grupos políticos ou religiosos. Tinha sonhos de estudar, melhorar de emprego, constituir família. Margareth era funcionária de um Banco e foi transferida para Muriaé, para onde foi com sua mãe e irmão. Willian permaneceu em Volta Redonda, na casa do tio. Quando começou a greve na Usina da CSN, em 7 de novembro de 1988, a família, que acompanhava de Minas Gerais pelo noticiário da televisão, estava apreensiva porque ele entrou para a greve de ocupação. No dia 9 de novembro houve o ataque do Exército aos grevistas e nesse ato, todos os sonhos de Willian se encerraram abruptamente porque ele foi morto com um tiro na cabeça que recebeu com 22 anos de idade, disparado dos fuzis no ataque do Exército aos metalúrgicos dentro da aciaria, na torre de refrigeração. A notícia chegou para a irmã de Margareth às 5 da manhã em Muriaé. Pela manhã viajaram a mãe e as irmãs para Volta Redonda. O corpo de Willian foi transferido para Muriaé onde foi enterrado. Foi um choque muito grande para a família, foi uma tragédia que parece que nunca passou e nunca vai passar. Até hoje parece um pesadelo revivido a todo momento quando a lembrança vem à memória. A mãe ficou totalmente deprimida, se entregou, perdeu a vontade de viver, conversava com o filho na sua imaginação, cozinhava para ele. Atualmente depois de sofrer AVC, não fala e não anda. A família recebeu apenas a indenização trabalhista paga pela CSN, mas **NUNCA HOUVE A DEVIDA JUSTIÇA E REPARAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE ANISTIA**.

A terceira vítima fatal desse crime hediondo praticado por tropas do Exército foi o jovem metalúrgico **Carlos Augusto Barroso,** com 19 anos de idade, ainda servindo ao Tiro de Guerra, de 6h às 8h da manhã, antes de entrar para o turno na

Usina. Era estagiário como mecânico de manutenção na sinterização, consertava as esteiras que transportava minério para o alto forno. Barroso estava dentro da Usina na greve. Foi visto com vida pelos companheiros às 21h30, quando corria do refeitório para a aciaria. Segundo Olga Barroso, sua irmã, em entrevista no Jornal O Dia, 13 de novembro de 1988: "*Os colegas presenciaram. Foi dentro do refeitório, todos estavam correndo para a aciaria, o Guto tropeçou e aí mataram ele com uma coronhada. Depois jogaram o corpo num buraco pra dizer que foi acidente. Isso é um absurdo total. Só posso dizer que o Exército matou meu irmão*". Numa outra reportagem do Jornal O Dia, meses depois, dia 26 de fevereiro de 1989, destacou: "*Carlos Augusto Barroso desapareceu num pátio nas proximidades da aciaria e reapareceu numa maca do Exército na porta da Usina. Estava sem um dos ossos da cabeça e sem uma parte do cérebro. Sua massa encefálica foi encontrada no chão da Usina, perto da aciaria, segundo o médico Presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Laert Melo, ele estava deitado de bruços quando levou o a pancada. Disse sua irmã, Rita de Cássia Barroso: "que não se conforma com a impunidade*"*...'"Vamos provar que foi o Exército que cometeu os crimes".*

O operário Carlos Augu*sto* Barroso havia sido assassinado brutalmente com golpes, semelhantes a coronhadas de fuzil, na cabeça pela parte de trás, que arrancaram toda a massa encefálica. Seu corpo só foi reconhecido na tarde de quinta-feira, dia 11 de novembro, no necrotério (IML), pelo cunhado e sua irmã. Por volta das 23 horas, após o cessar fogo, Barroso foi deixado no Hospital da CSN. Mais uma vez, conforme os dois casos anteriores, segundo relatório oficial da CSN, Barroso faleceu somente às 23h, quando deu entrada no Hospital da CSN. O que se configurou em mais outro ato canalha, desumano e cínico da Direção da CSN de não registrar a morte do Barroso dentro da Usina. Conforme já dito anteriormente, uma prática muito comum nos acidentes de

trabalho, pois o operário nunca morria na Usina, sempre no hospital para diminuir o valor da indenização.

TESTEMUNHOS DE RITA DE CÁSSIA BARROSO & CARLOS DARC RAMOS– 16/12/2014

Rita de Cássia Barroso, irmã de Carlos Augusto Barroso, nascida em Volta Redonda no dia 26 de janeiro de 1960. **Carlos Darc Ramos,** cunhado de Carlos Augusto Barroso, casado com Rita, nascido em Volta Redonda, em 16 de setembro de 1961. Rita descreveu seu irmão como uma pessoa maravilhosa, alegre, brincalhão. Moravam no bairro Aero Clube onde tinha muitos amigos e era conhecido como Guto. Havia se alistado no Tiro de Guerra com 18 anos e ao mesmo tempo entrou para a Usina como estagiário mecânico do setor de sinterização. O roteiro de vida mais comum dos jovens de Volta Redonda que pensavam em entrar no trabalho e ganhar seu próprio dinheiro. Era empolgado com o trabalho operário. Não tinha militância sindical, partidária, e nem em grupos políticos ou religiosos. No dia 7 de novembro foi trabalhar e não voltou para casa. A família já sabia que os metalúrgicos da Usina entraram em greve de ocupação. O pai de Guto, no dia 8 de novembro foi até a cerca da Usina levar uma comida e material de higiene e conversar com o filho que disse estar tudo bem e que estava com os colegas. Por ser jovem, não tinha noção do risco que estava correndo. Mas ninguém também imaginava... 'fala com a mãe que eu vou ficar aqui hoje'...No dia 9 à noite a família de Barroso ficou sabendo que o Exército tinha feito aquilo que fez. No dia 10 chegou a notícia de que havia operários mortos. E o irmão de Rita nada de retornar para casa. A mãe parecia que já pressentia que alguma coisa ruim aconteceu. A mãe não queria mais comer e à noite

começou a chorar muito alto e gritar muito, parecia que estava ficando maluca, de tal forma que assustou a vizinhança...'eu quero meu filho...cadê meu filho...ai meu filho'. No dia seguinte, dia 11, no enterro do Walmir, o pessoal do sindicato falou particularmente para Carlos Darc que ele tinha que ir reconhecer o corpo do Barroso no necrotério (IML). Carlos Darc avistou três corpos a direita e um a esquerda, e o que lhe chamou a atenção era estarem com as mesmas calças de cor cinza e estarem com sangue no corpo. O corpo do Barroso estava dentro da gaveta. Estava com a feição normal, mas não tinha a parte de trás da cabeça. O rosto não estava atingido. A pancada foi na parte de trás da cabeça. Ficou sem massa encefálica. Foi uma pancada direta na cabeça de quem sabia e queria matar uma pessoa humana desarmada e caída de frente. Quando Carlos Darc voltou para casa a mãe de Barroso já gritava e chorava desesperada... 'meu filho...meu filho'... era um grito da alma indescritível. Durante dias só gritava, de se ouvir na outra esquina. Esse fato acabou com a família. Aquele ano de 1988 nunca terminou para a família. Por ser o filho homem e caçula, tudo na vida da mãe girava em torno do filho... a vida acabou para sua mãe. Naquela noite do dia 11 de novembro, quando Carlos foi registrar a morte na Delegacia Civil, havia militares dentro da delegacia e queriam que se registrasse como acidente de trabalho. Daí um perito da Polícia Civil bancou o registro de morte por arma contundente. Nunca mais a família foi ouvida por qualquer inquérito. A casa ficou sendo vigiada por um carro estranho que circulava a quadra onde a família morava. A mãe passou a precisar de oxigênio e ficou na cama até morrer. O pai ficou sem vontade de viver. Muitos anos de tristeza e angústia. Nada foi investigado. Nada foi conclusivo. Ninguém foi indiciado, muito menos culpado e punido. Por isso, para a família de Barroso, o ano de 1988 nunca terminou. A família recebeu apenas a indenização trabalhista paga pela CSN, mas **NUNCA HOUVE A DEVIDA JUSTIÇA E REPARAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE ANISTIA**.

RELAÇÃO DOS 22 OPERÁRIOS FERIDOS PELO EXÉRCITO NA GREVE

Adilson de Oliveira Lanchin (traumatismo por tiro de fuzil na bacia pélvica);

Helvécio Goulart Alves (traumatismo por tiro de fuzil no punho direito);

Dinaldo Andrade Bandeira (corte-contusão na cabeça);

Gleidson Costa Souza (ferimentos penetrante no crânio, rosto e pescoço com 4 tiros);

Vicente Araújo Neves (ferimento no nariz);

Nelson de Oliveira Filho (corte e contusão na cabeça);

Paulo César Campos (sem observações);

Antônio Silva do Nascimento (queimadura na perna esquerda);

Gerson Marques Fonseca (contusão e ferida na perna esquerda e mão esquerda);

Marcos Robson Barbosa (contusão joelho esquerdo);

Pedro Paulo Souza Santos (ferimento perfurante no ouvido esquerdo);

Francisco Magno da Silva (Ferimento e contusão na cabeça);

José Brás de Souza (ferimento e contusão na região frontal);

Fernando José Guimarães (ferimento e contusão na mão direita);

Luis Carlos Costa Salamargo (contusão na região frontal)**;**

Oswaldo Luis de Oliveira (sem observações);

Joacir Marques Filho (traumatismo por tiro de fuzil na perna esquerda e tornozelo direito);

José Rodrigues Filho (ferimento e contusão na cabeça);

José Augustinho de Souza Júnior (torsão tornozelo esquerdo);

Hamilton Rodrigues Carvalho (contusão na cabeça e tórax);

Paulo César Silvestre (contusão torácica).

FONTE: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF
BANCO DE DADOS DOS ARQUIVOS DA CSN
DOSSIÊ SOBRE A GREVE DE 1988 ELABORADO PELO CRH

O operário metalúrgico Gleidson Costa de Souza,22 anos, um dos grevistas da aciaria e ferido a bala, narrou sua traumática experiência de vítima do ataque do Exército:

"*Eles vieram pra matar e anunciaram isso antes do massacre: 'matar ou morrer! Matamos o inimigo e bebemos o seu sangue!' Eles andavam pela Usina apontando as baionetas na cara da gente e diziam que estavam ali para acabar com a peãozada. Quando anoiteceu começou o corre-corre. As outras tropas e a PM chegaram invadindo e jogando bombas de gás. Depois veio o tiroteio. Todos gritavam e corriam sem saber pra onde e os soldados gritavam que iam acabar com a gente. Só escutava tiros. Aí senti meu rosto arder e me joguei no chão, já cheio de dor. Estava baleado no rosto e cheguei a acreditar que estava morrendo. Eu estava no chão cheio de sangue, quando dois amigos me levantaram e me arrastaram até a rampa de entrada da Usina. Eu estava lúcido. Os amigos pediram socorro a policiais e soldados que se recusaram a ajudar e ainda ameaçaram prender os dois. A ambulância demorou a chegar. Quando chegou, fui jogado lá dentro com o presidente do Sindicato, Marcelo Felício que estava algemado. No hospital constatou que levei quatro tiros e que uma bala estava alojada no meu pescoço e não poderia ser retirada".*

FONTE: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF
DOSSIÊ DE REPORTAGENS SOBRE A GREVE DE NOVEMBRO DE 1988 NA CSN
(Jornal O Dia, 14 de novembro de 1988, pag. 7)

Pela condição aleatória das mortes e ferimentos a bala, podemos deduzir que todos os operários grevistas que ocupavam a Usina naquele momento sofreram risco de morrer com tiros de fuzis do Exército ou esmagamento de crânio por coronhadas. Todos eram inimigos potenciais que poderiam ser eliminados, como foram Willian, Barroso e Walmir.

RELAÇÃO DAS 13 PESSOAS FERIDAS FORA DA USINA NO 9 DE NOVEMBRO

Vitor Adriano Vicente da Silva, menor de 16 anos, ferido com tiro de fuzil no pé, em frente a sua casa, operado no HSN;

Oswaldo Luiz Prado Ramos, repórter do Jornal O Dia, fratura no ombro;

Fernando Luz Ribeiro, motorista de taxi, fratura no braço e ferido na cabeça;

Josias Vieira Duarte, ferimento no ante-braço direito;

José Canuto Moreira, aposentado, ferido cotovelo e quadril, algemado evadiu-se do HSN;

Austri Alves Moreira, menor 13 anos, ferimento perfurante nas nádegas;

Onésio Andras S. Ribeiro, ferimento perfurante no calcanhar direito;

Elias de Oliveira Souza, intoxicação;

Edson Bragança Cunha, intoxicação;

Maria Aparecida Silva, fratura no braço;

Altair de Souza e Silva, intoxicação;

José Otávio Feres, fratura exposta tíbia direita por tiro de fuzil;

Edson Luiz Gonçalves, luxação ombro direito.

FONTE: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF
BANCO DE DADOS DOS ARQUIVOS DA CSN
DOSSIÊ SOBRE A GREVE DE 1988 ELABORADO PELO CRH

Na tragédia de Volta Redonda, com ataque violento generalizados e indiscriminado das forças de tropas do Exército e da Polícia Militar aos grevistas da CSN e à população da cidade em frente ao portão da UPV, na Vila Santa Cecília, em 9 de novembro de 1988, há acusação, segundo documentos históricos, de crime de responsabilidade do Estado Brasileiro pelas ações conjuntas e hierárquicas: do Presidente da República, **José Sarney**, do Ministro do Exército, **General Leônidas Pires**, do Chefe do SNI, **General Ivan de Souza Mendes**, do Chefe da Casa Militar, **General Bayma Denis**, do Comandante Militar do Leste, **General Vilberto Luís Lima,** do Comandante das forças de ataque, **General José Luís Lopes**, do Comandante do 22º Batalhão de Infantaria motorizada, **Coronel Orlando Ferreira Mota**, Governador do Estado do Rio de Janeiro, **Wellington Moreira Franco**, pelo Presidente da CSN, **Juvenal Osório**, e do Juiz da 3ª Vara Civil (em exercício), **Dr. Moisés Cohen**.

FONTE: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF
BANCO DE DADOS DOS ARQUIVOS DA CSN
DOSSIÊ SOBRE A GREVE DE 1988 ELABORADO PELO CRH
DOSSIÊ DE REPORTAGENS SOBRE A GREVE DE NOVEMBRO DE 1988 NA CSN
FONTE: ARQUIVO NACIONAL - MEMÓRIAS REVELADAS
FUNDO SNI (RELATÓRIO DA GREVE CSN 88 - ASI-CSN) - **AC_ACE_69189_89_001.PDF**
FUNDO SNI **-** DOSSIÊ DA POLÍCIA FEDERAL SOBRE A GREVE NA CSN
FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL
REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL NA CSN

Todos poderiam ter sido indiciados por crime de responsabilidade civil-miliar do Estado Brasileiro pela morte dos três operários e pelo ferimento de 22 operários e 13 pessoas da comunidade no ataque do Exército e da Polícia Militar aos metalúrgicos em

greve na Usina da CSN, como, também, por colocar em risco de vida coletivo todos operários que naquele momento se encontravam em greve de ocupação e cercados pelas tropas do Exército. Essas tropas atiravam em fogo cerrado sem chance de resistência ou de rendição para as vítimas desse ataque. Portanto, todos os citados anteriormente poderiam ter sido acusados de graves violações dos direitos humanos, caso tivesse havido um inquérito policial sério, efetivo e independente.

Por volta das 23 horas a fuzilaria e bombas do Exército cessaram, houve uma tentativa de iniciar uma negociação nessa hora (a mesma hora em que os corpos dos três operários mortos foram levados mortos para o Hospital da CSN), mas aconteceu mesmo entre 23h45 e 24 horas do dia 9 de novembro de 1988. Reuniram-se no Hotel Bela Vista, para negociar uma trégua, o Dep. Fed. Juarez Antunes, o sindicalista Wanderlei Barcelos (ambos representando os operários), Juvenal Osório (Presidente da CSN), o General José Luiz Lopes (Comandante da operação de guerra), como intermediadores o Prefeito de Volta Redonda Marino Clinger, o Bispo D. Waldyr Calheiros e o Dep. Fed. Edmilson Valetin. A reunião teve a duração de 1 hora e ficou acordado que o Exército não tentaria entrar na aciaria e que, pela manhã, os operários deixariam a Usina pacificamente.

No dia 10 de novembro, às 7 horas da manhã, Juarez entrou na Usina, reunião com os grevistas na aciaria e após 15 minutos, decidiram deixar a Usina pela passagem superior, às 8 horas da manhã. Aproximadamente 2 mil grevistas saíram da Usina em passeata com o grito coletivo: “A GREVE CONTINUA!”, e com seus rostos tampados com camisas para não serem reconhecidos pela polícia secreta da CSN, do Exército e da Polícia Federal (DOPS). Naquele dia houve o enterro de Walmir Freitas Monteiro no cemitério do Retiro (o corpo de Willian Fernandes Leite foi levado para Bom Jardim, Minas Gerais), com milhares de pessoas no cortejo que se transformou num ato de solidariedade e de protestos contra o Governo Sarney e o Exército.

No dia 11 de novembro, houve assembleia dos metalúrgicos e, em seguida, foram para o enterro de Carlos Augusto Barroso, igualmente com milhares de pessoas, todos muito comovidos e revoltados com a brutalidade do assassinato de Barroso. No domingo, dia 13 de novembro, houve uma imensa missa, mais de 40 mil pessoas na praça Brasil, feita pelo Bispo D. Waldyr, com todo seu clero e contando com a presença de bispos de dioceses vizinhas (D. Amaury Castanho (Valença), D. Vital Wilderink (Itaguaí), D. Adriano Hipólito (Nova Iguaçu) e D. Mauro Morelli (Caxias), celebrando a vida, paixão, morte e ressureição de Walmir, Willian e Barroso. Numa mensagem de esperança, naquela Missa, afirmava: "Pedem arrancar uma flor, duas, três...muitas flores...mas não conseguirão deter a nossa primavera". A greve continuava, e muito mais forte.

No dia 15 de novembro, houve eleições municipais, parte dos brasileiros transformaram seu voto numa resposta ao Governo Federal pela tragédia criminosa protagonizada pelo Exército Nacional, votando em candidatos de esquerda que, até 9 de novembro, estavam muito atrás nas pesquisas, sem a mínima chance de vencerem as eleições. Em São Paulo foi eleita pelo PT a candidata Luisa Erundina; em Campinas, pelo PT, Olívio Dutra; em Santos, pelo PT, Telma; em Fortaleza, pelo PT, Luiza Fontanelle; em Angra dos Reis, pelo PT, Neirobis Nagae ; no Rio de Janeiro, pelo PT, Fenando Gabeira chegou em segundo lugar; em Volta Redonda, pelo PDT, Juarez Antunes.

Em Volta Redonda, as assembleias eram realizadas em frente ao Escritório Central com 20 a 25 mil participantes. Havia sempre duas assembleias diárias, pela manhã, outra a tarde, desde o dia 10 até 23 de novembro de 1988. Os grevistas rejeitavam seguidamente as propostas da CSN e resistiam a suas ameaças e pressões (demissões, contratação de substitutos, fechamento da Usina). Os grevistas estavam decididos a só retornarem se toda a pauta fosse acatada. Havia um compromisso moral de honrar as mortes dos companheiros.

No dia 21 de novembro de 1988, houve o grande abraço à Usina Siderúrgica Nacional pela população, com mais de 12 mil pessoas de mãos dadas ao longo de toda cerca da indústria que atravessa parte da cidade de Volta Redonda. No dia 23 de novembro, finalmente a direção da CSN, com aval do Governo Federal, concordou em ceder o turno de 6 horas, 26% do Plano Bresser, 17% da URP e a readmissão de todos os grevistas demitidos em 1987. A assembleia reunida de 8 às 11h aceitou a proposta, mas exige a saída das tropas do Exército de dentro da Usina para poderem retornar ao trabalho. Essa exigência surpreendeu a todos os dirigentes sindicais porque partiu espontaneamente da massa no momento da decisão. Assim, por volta das 13 horas daquele dia os comboios de tanques, carros de combate, jipes e caminhões do Exército deixaram a Usina e, às 16 horas, começou o turno de trabalho normal.

A greve de novembro de 1988 na CSN gerou as seguintes apurações: 1) Abertura de inquérito pela Polícia Civil, na Delegacia de Volta Redonda, sendo o delegado encarregado das apurações, Renato Coelho; 2) abertura de inquérito pela Polícia Federal do Rio de Janeiro, sendo o delegado encarregado das investigações, Ronald Jopper; 3) o Exército instalou um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar a participação da **FORÇA** (1ª Brigada de Infantaria Motorizada organizada para ocupar a Usina da CSN na greve) ; 4) o Congresso Nacional criou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), por iniciativa do Dep. Fed. do PCdoB, Edmilson Valentin; 5) a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) abriu inquérito paralelo para apurar os fatos da greve da CSN. Ninguém foi processado, ninguém foi condenado, ninguém foi punido. O IPM do Exército concluiu que os sindicalistas foram responsáveis pelas mortes e pelos feridos por terem se utilizados de guerrilha urbana contra a Força da Brigada dentro da Usina.

TESTEMUNHOS DA VERDADE DE SINDICALISTAS E ASSESSORES DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE VOLTA REDONDA – 1988

TESTEMUNHO DE MARCELO FELÍCIO – 12/09/2014

Marcelo Felício nasceu em Barão do Juparanã –Distrito de Valença - RJ, no dia

18/06/1955. Desde criança trabalhava na roça...com 14 anos foi trabalhar na construção civil, na cidade do Rio de Janeiro. Chegou em Volta Redonda em 1975 e começou a trabalhar como servente na CSN, em 1976, e foi progredindo até Inspetor de qualidade. A consciência de classe começou a ser despertada em Marcelo Felício com a greve do ABC e, mais próximo, com a greve dos peões das empreiteiras que trabalhavam na expansão do estágio 3 da CSN, de 1979. Frequentava as reuniões na Igreja Santa Cecília que era o QG da greve. Começou a participar da Oposição Sindical dos metalúrgicos em Volta Redonda. Marcelo participou na eleição sindical no primeiro turno na chapa do José Emídio. No segundo turno apoiou a chapa vitoriosa de Juarez Antunes. O Sindicato mudou sua política sindical. A greve de 84 foi decisiva para se tomar consciência da capacidade dos operários da Usina da CSN de fazer a greve de ocupação e tomar conta de todos os setores de trabalho. Essa greve foi organizada dentro da empresa em comissões clandestinas, fantasmas, que faziam reuniões espontâneas dentro e fora da empresa. Além disso, a greve contou com muito apoio das comunidades de base e de outras categorias, inclusive se mobilizando para fazer comida para os grevistas. A possibilidade de se perder o sindicato por causa do fantasma de uma possível intervenção do Exército. A partir da greve de 1986 até 1988, foram 5

intervenções do Exército dentro da Usina da CSN. Essas intervenções foram determinadas pelo Poder Federal e autorizada pelo Poder Judiciário. Em 1988, a Constituição aprovou a redução de turno de 8 horas para turno de 6 horas. Essa Constituição aprovou também a readmissão das pessoas demitidas por greve. Os metalúrgicos aprovaram a greve para dia 7 de novembro às 17h. Mas o comando se organizou para surpreender a direção da empresa, a PM e o Exército e começaram a greve às 7 horas da manhã, com arrastões, e às 10 horas a Usina estava parada. A PM tentou impedir a passagem do carro de som do Sindicato dos Metalúrgicos, mas a massa operária reagiu e fez a PM recuar, e o carro de som entrou para fazer assembleia dentro da Usina. Daí as tropas do Exército de Barra Mansa ocuparam a Usina. Tinha muito operário dentro da Usina. Quando o Exército entrou, isolou uma massa operária dentro da aciaria e no pátio da SOM. Quando lá dentro a "peãozada" percebeu que a tropa aumentou e se armou, houve a certeza de que eles iam atacar. Começaram atacando a população do centro da cidade com tiros e bombas de gás e de efeito moral. Dentro da aciaria, os operários se prepararam espontaneamente, sem ninguém comandar...fizeram barricadas...eletrificação de escadas...canudos de papelão utilizados na aciaria... tijolos refratários do alto forno ... tudo como armas de defesa. A acusação do Exército que os grevistas estavam com armas de fogo era palhaçada porque não tem uma foto da greve que revele isso, e nenhum soldado foi ferido por tiro, mas por tijolada. Na hora do ataque, Marcelo estava na aciaria e foi avisado por Ernesto Braga que um companheiro tinha levado um tiro... Era o Willian. Desceu carregando, com outros operários, o Willian até os soldados. Daí Marcelo foi preso sob ameaça de baioneta e levado à guarda da CSN na Passagem Superior. Nesse momento, encontrou outro operário baleado no rosto, todo ensanguentado, chamado Gleidson. Entrou na ambulância para o Hospital da CSN (achando que estava conseguindo fugir da prisão), na qual estava um aposentado, chamado Canuto, também

ferido e algemado. No Hospital, ao descer, percebeu que havia três agentes secretos do Exército dentro da ambulância, com uniforme de operário da CSN. Foi quando, ao descer, avistou jornalistas e fotógrafos e gritou denunciando os três agentes como da "Polícia Federal" (que ele desconfia que tinham a intenção de matá-lo dentro do Hospital, já que era o Presidente do Sindicato, e por isso, o deixaram sair de dentro da Usina). Foi algemado e levado de volta para CSN, onde ficou preso na guarda da CSN, com muitos outros grevistas. De madrugada, após a negociação do armistício, Marcelo foi libertado por negociação e voltou para o movimento. Quando os operários desocuparam a aciaria às 8h manhã do dia 19 de novembro e saíram da Usina para participar da greve de fora, os grevistas presos também foram liberados. Marcelo Felício confessa que no dia seguinte da tragédia, foi para o Sindicato e, como Presidente, estava perdido e traumatizado, assim como toda diretoria e militantes. Mas a visita de D. Waldyr, junto com a vontade de luta dos operários, trouxeram a força moral que precisavam para dirigir e permanecer em greve após aquela tragédia.

TESTEMUNHO DE MARIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS – 3/11/2014

Maria Conceição dos Santos nasceu no dia 3 de janeiro de 1955 em Volta Redonda, numa família operária da CSN. Desde os 13 anos de idade participava da Igreja Católica como catequista no bairro de periferia da Califórnia onde despertou sua visão da injustiça social. Depois, quando entrou para trabalhar na CSN começou a militar na Pastoral Operária. No final da década de 70 participou na formação da Oposição Metalúrgica pela Pastoral Operária, na Comissão de Luta contra a Carestia e na Comissão de Justiça e Paz, ambas ligadas à diocese e muito próximas à orientação da Teologia da Libertação apoiada por D. Waldyr Calheiros, com cursos de

formação, assessorias de várias instituições e grupos de estudos e análise de conjuntura. Por causa de sua militância na Igreja e nos movimentos sindical e popular, Conceição foi demitida três vezes da CSN. A primeira demissão foi em 1982, quando participava do Diretório Municipal do Partidos dos Trabalhadores e da direção regional da Central Única dos Trabalhadores- Sul Fluminense. Na campanha eleitoral, apoiou o candidato a Governador pelo PT, Lysâneas Maciel, participou na passeata da campanha em Volta Redonda. No dia seguinte, quando chegou ao Hospital da CSN, onde trabalhava, foi demitida pelo Diretor do Hospital que "questionou porque havia participado de uma passeata de um partido que era contrário à empresa". O Bispo D. Waldyr Calheiros teve a iniciativa de negociar com a CSN a readmissão de Conceição. A demissão foi cancelada pela CSN. Em 1983, participou da eleição sindical pela Chapa 4 (da ACO, Pastoral Operária e CEBs) no segundo turno apoiou a Chapa 5 do Juarez Antunes. Foi escolhida para administrar o Sindicato na Junta governativa de transição até o TRT decidir a favor da Chapa de Juarez. Era a única mulher metalúrgica atuante no universo masculino do movimento sindical. Para Conceição, a greve de 1984 se destacou por ser uma das primeiras greves de ocupação do movimento sindical brasileiro, por colocar em prática a tática dos "arrastões" (que eram piquetes volantes que passavam nos setores e retiravam os trabalhadores do seu local de trabalho) e por ter uma participação na Comissão das Mulheres, com apoio das CEBs. Nas greves seguintes, a intervenção do Exército passou a ser uma presença constante, sob pretexto de preservação dos equipamentos. Na Greve Geral de 1987, houve também a participação da Comissão das Mulheres e das CEBs nos bairros. A greve foi um fracasso nacional e um êxito em Volta Redonda. Por isso, a repressão baixou forte sobre o movimento com demissões dos diretores sindicais, cipistas e ativistas. Nesse processo houve a segunda demissão, junto com outros, de Conceição por causa da Greve Geral de 87. E entraram numa "lista suja confidencial" pela qual

foram impedidos de trabalhar na CSN e em qualquer outra empresa no país. Na greve de 1988, os operários da Usina e a população do centro da cidade foram atacados pelo Exército na 5ª intervenção, com dezenas de feridos e três operários assassinados. No final da greve, houve a readmissão dos demitidos de 87. Mas foi uma readmissão fictícia, pois eram proibidos de entrar na Usina e tinham que ficar cumprindo a escala de trabalho nas escadarias do Escritório Central, numa situação vexatória e humilhante. Depois tentaram transferir os readimitidos para escritórios da CSN em Porto Alegre, Vitória, Casa de Pedra (MG), Santa Catarina, mas a resistência dos atingidos impediu tal manobra. A terceira e definitiva demissão da Conceição foi na greve da CSN de 1990.

TESTEMUNHO DE WANDERLEI BARCELOS DE SOUZA - 4/11/2014

Wanderlei Barcelos de Souza nasceu em Santa Cruz dos Calvados-MG, dia 10 de janeiro de 1961, meses depois que nasceu, sua família migrou para Volta Redonda para seu pai trabalhar na Usina da CSN. Seu pai, José Emídio, na década de 70 participava ativamente da ACO e do Departamento Trabalhista do MDB, e no final da década de 1970, ajudou a criar a Oposição Sindical. Wanderlei começou a trabalhar como estagiário na CSN e entrou para a Oposição Sindical que se reunia na Igreja no bairro Conforto. Participou também da fundação do Partido dos Trabalhadores em Volta Redonda e da fundação da CUT Sul Fluminense, onde se tornou presidente da primeira diretoria. O fantasma da intervenção militar sempre assombrou o movimento, mesmo antes da oposição sindical surgir, inclusive com a estrutura de segurança e informação secreta, confidencial, dentro da CSN, com a chefia do Coronel Bismarck. Mas a presença concreta do Exército na Usina para reprimir o movimento grevista começou em 1986. Em toda campanha salarial ou lutas nacionais nas quais estava proposta a greve

na Usina da CSN, a questão de greve fora ou greve de ocupação se baseava sempre na possibilidade de intervenção do Exército. Na greve de 1986, as chefias da CSN e do DSU guiavam o Exército dentro da Usina para reprimir os grevistas, inclusive Wanderlei foi detido pelo Exército no alto forno por indicação do engenheiro Cirilo, supervisor do alto forno da CSN. Na Polícia Federal, em Nova Iguaçu, Wanderlei reconheceu um agente federal que se fazia de operário da SOM e participava de reuniões de ativistas, piquetes e arrastões. A segurança da CSN fazia o papel de polícia política da ditadura e se estendeu para a "Nova República", mantendo-se as mesma estrutura e prática de perseguição e controle em fichas de prontuários confidenciais, informes e relatórios confidenciais da Assessoria de Segurança e Informação (ASI-CSN), agravada pelas intervenções diretas do Exército nas greves. Em 1987, com a greve geral, foram demitidos os dirigentes sindicais (diretores, ex-diretores, cipistas e ativistas). Em 1988, a Constituição criou o turno de 6 horas, a greve impôs a aplicação imediata do turno. Houve muita organização e convencimento para a greve de 88, construiu-se uma vontade coletiva pela luta sindical após muito trabalho de muitos grupos de ativistas por setor da CSN. Para Wanderlei, em nenhum momento da preparação da greve de novembro de 88 havia sido avaliado que o Exército daquela vez viria para arrebentar. Quando chegaram, já se percebeu que vieram diferente, com gente diferente, de carreira, vindos do Rio de Janeiro, com rostos pintados para guerra, urutus, tanques de guerra. Houve um excesso de força despropositada. Apesar da acusação do Exército de estar combatendo uma "guerrilha urbana" dentro da usina, não houve nenhuma prova dessa acusação, a não ser uns poucos coquetéis molotov, pedras, tijolos e pedaços de ferro. Na verdade, para Wanderlei, não prenderam ninguém armado ou fotografado armado. O que houve foi uma "intifada operária", pedras e tijolos contra fuzis, bombas de gás lacrimogênio. Essa violência acabou gerando vontade de resistir. No dia da Assembleia final, dia 23 de novembro, conquistando quase todas as

reivindicações, a diretoria e ativistas próximos fecharam de defender o fim da greve. Mas veio da massa da assembleia uma condição, que o Exército tinha que sair primeiro, para os metalúrgicos entrarem na Usina. Foi uma reivindicação moral. E assim foi aprovado e assim aconteceu, numa humilhação para o Exército e a CSN. Não houve resultado de IPM, inquérito policial.

TESTEMUNHOS CONJUNTOS DE ZÉ DO CARMO–MONÇÃO–IDELFONSO- NILSON–MARCIO 5/11/2014

Márcio Domingues da Anunciação, nascido em Volta Redonda, no dia 4 de fevereiro de 1954, numa família operária da CSN. Começou a trabalhar ainda criança como engraxate, depois feirante, padaria, foi pro quartel. Saiu e entrou para empreiteira dentro da Usina. Foi fichado na CSN, passando de conferente a operador de ponte rolante. Na SOM começou a perceber a movimentação da Oposição Sindical ao Waldemar Lustosa, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Os operadores de ponte rolante descobriram que o mesmo trabalho na COSIPA tinha um salário três vezes maior. Daí a pauta principal do movimento dos operadores de ponte da CSN foi equiparação com os trabalhadores da Cosipa, em 1983. Descobriu-se que outras funções também estavam defasadas (soldadores, eletricistas, mecânicos dentre outros). Essa foi a base da greve de 1984.

Nilson Carneiro Sales, nascido em Volta Redonda, no dia 8 de maio de 1959,

numa família operária. Começou a trabalhar na CSN em 1980, como estagiário e promovido a mecânico na laminação e depois para decapagem. Cresceu ouvindo posições de esquerda do seu pai em relação à Ditadura. Em 1979, com a greve do ABC houve movimento de bônus para os metalúrgicos e a campanha pela Anistia. Participou da formação do PT. Entrou para o Sindicato apoiando o Juarez em 1980. Entrou para Oposição Sindical e integrou a direção da chapa 5, com Juarez na cabeça, vitoriosa nas eleições sindicais de 1983. Em 1984 houve a fundação da CUT e o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda se filiou. A CSN proibiu diretores sindicais de entrar na Usina. O sindicato passou a fazer reuniões de ativistas e gerava um boletim para a categoria. Na greve de 1984 houve ensaios para percepção coletiva da disposição de luta: boicote de 1 dia ao refeitório; "buzinaço" dos operadores de ponte; ocupação por duas horas, e passeata do pátio da SOM, na FEM e no Jardim Paraíba. Depois a greve veio com força total, mas, depois de 4 dias, foi oprimida pela ameaça de intervenção militar na Usina, de intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato e de pressão da chefia da Usina porque ainda se estava na Ditadura e Volta Redonda era Área de Segurança Nacional. A Greve Geral de 1987 parou uma parte da Usina, parte do comércio, parte do transporte coletivo e das escolas. Dentro da Usina, um Capitão mandou os soldados avançarem com baioneta para cima de um grupo de trabalhadores e esses correram para linha do trem e pegaram as pedras de brita e as atiraram nos soldados. Por causa desse incidente, o próprio Exército cobrou uma punição exemplar da direção da CSN para os sindicalistas. O momento político de promulgação da Constituição

Federal, em 5 de outubro de 1988, radicalizou as reivindicações do movimento e radicalizou a repressão militar.

Idelfonso Albano de Paula, nascido em Palmas, no dia 19 de dezembro de 1953,

numa família de camponesa. Começou a trabalhar criança ainda numa fábrica de calçados, em Minas. Chegou em Volta Redonda com 15 anos e começou a trabalhar numa oficina de sapataria. Entrou em várias empreiteiras a partir dos 18 anos. Foi fichado na CSN no setor elétrico. A prisão de Rosalice Fernandes, em 1976, o Movimento dos Metalúrgicos do ABC, em 1978, e a greve das empreiteiras da CSN, em 1979, despertaram sua consciência de classe. Começou a participar da Oposição Sindical em 1980, apoiando Juarez Antunes. A greve de 1984 foi a coisa mais bonita de ver num movimento sindical aliado com movimentos populares. Após a greve de 84, a direção da CSN se preparou para reprimir qualquer movimento grevista. Houve uma forte repressão após a Greve Geral de 1987 com 58 demissões de diretores sindicais, ex-diretores, cipistas e ativistas. O ataque do Exército em 1988 foi feito por tropa de fora.

Hélio Monção Dutra, nascido em Volta Redonda, no dia 7 de abril de 1954, numa

família operária. Começou trabalhando em diversas empreiteiras na Usina. Em 1977 foi fichado na CSN no setor de sinterização. Já em 1975 havia indignação com a situação de alimentação dos peões das empreiteiras da expansão da CSN. Em 1979 participava de reuniões de oposição sindical com o Juarez Antunes. Depois da reunião de formação do PT. Um dos problemas sérios, que indignava os operários, era a questão dos acidentes de trabalho, porque o peão nunca morria na usina, sempre no

Hospital da CSN, daí veio uma das causas da greve de 1984. Na greve geral de 1987, que começou no fim da tarde do dia 19 de agosto, 1 dia antes da data marcada pela CUT, para assim surpreender a chefia e o Exército, e foi até a tarde do dia 20. Nessa greve houve um grande arrastão comandado pelo próprio Juarez, que começou parando no final da cadeia produtiva, desligando as máquinas, vindo para laminação e sinterização. Nesse mesmo tempo, pessoas estranhas, ligadas ao serviço secreto do Exército ou da Polícia Federal, infiltradas no movimento, furavam pneus, quebravam vidraças e todo tipo de depredação para culpar os sindicalistas, foi quando prenderam o Juarez, Albano e Wanderlei na aciaria velha e outros ativistas ficaram presos na delegacia. Os grevistas de 1987 que foram identificados não foram simplesmente demitidos, foram expulsos da Usina pelos seguranças da Usina. Houve uma covardia e um massacre de agressão à população de Volta Redonda. Os ativistas que foram demitido em 1987, a CSN aceitou a readmissão, mas deixou o pessoal na escadaria do Escritório Central para desmoralização junto aos operários. Depois por pressão retornaram para Usina, mas em setores diferentes. Na greve de 1990, todo mundo foi demitido definitivamente

José do Carmo Machado de Oliveira, nascido em Rio Preto-MG, no dia 16 de julho de 1947, numa família camponesa. Quando veio para Volta Redonda, começou trabalhando em empreiteira na Usina e, em 1973, foi fichado na CSN como carpinteiro. A consciência de classe foi despertando na observação das condições de trabalho dos peões (alimentação, banheiros, salário, acidentes de trabalho, insalubridade) e na Oposição Sindical dos Metalúrgicos, pela Ação Católica Operária. Dentro da Usina incentivou e liderou o movimento dos operadores de ponte que foi o impulso para a primeira greve de ocupação da Usina, em junho de 1984. No ataque

do Exército dia 9 de novembro estava claro que eles vieram para matar. Daí por volta das 10 horas da noite Zé do Carmo encontrou o Zé Emídio e Wanderlei e propôs procurassem o Bispo D. Waldyr para impedir que a violência continuasse. Depois, diante da ameaça de fechamento da CSN, houve um abraço à Usina durante a greve.

TESTEMUNHOS DE CIDA DIOGO E ERNESTO BRAGA - 9/11/2014

Maria Aparecida Diogo Braga nasceu em Volta Redonda, dia 20 de janeiro de

1958, numa família de pequeno comerciante. Participou do movimento estudantil, movimento popular de bairro e Movimento pela Anistia em 1979. Participou da fundação do PT em Volta Redonda. Formou-se em medicina em 1983. Com a vitória de Juarez Antunes no Sindicato dos Metalúrgicos, Cida Diogo entrou para medicina do trabalho no Sindicato e começou a tematizar a importância das CIPAs para o movimento sindical e saúde do trabalhador. Promovia-se a qualificação para cipistas com cursos e palestras e relatórios sobre situação de riscos. Nesse processo, Cida Diogo começou a pesquisar e problematizar a contaminação de trabalhadores da Usina da CSN por gás BENZENO que produzia a chamada doença BENZENISMO cujo principal sintoma patológico é a LEUCOPENIA (queda na produção dos glóbulos brancos no sangue). Em 1986, Cida Diogo começou a investigar o nexo causal entre os trabalhadores com benzenismo e suas condições de trabalho dentro da usina. Daí se localizou o ponto crítico de emissão de gás benzeno nos fornos da coqueria (queima de carvão), num ambiente muito agressivo ao organismo humano. Foram identificados mais de mil trabalhadores com sintoma de LEUCOPENIA derivada do BENZENISMO. O Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e o Ministério do Trabalho foram acionados e a CSN foi pressionada com o Movimento dos Operários Leucopênicos que encheram de barracas

em frente à Passagem Superior até a empresa negociar políticas de prevenção e aposentadoria especial. O Sindicato dos Metalúrgicos se tornou o centro político da cidade de Volta Redonda, por onde passavam todas os movimentos que aconteciam (sindicatos, associações de moradores, movimentos da sociedade civil). Na greve de 1988, Cida Diogo estava na concentração em frente à Passagem Superior quando as forças militares iniciaram uma agressão generalizada para dispersar quem estivesse ali e ocuparam toda a Vila Santa Cecília de forma muito violenta e impedindo o direito de ir e vir de qualquer pessoa. Foi muito traumático para quem estava ali.

Ernesto Braga Salgado de Andrade nasceu em Andrelândia –MG, dia 8 de maio

de 1961, numa família de pequeno sitiante e mãe professora. Começou trabalhando numa empreiteira dentro da Usina, em 1979, como ajudante de soldador na expansão da CSN. Participou da greve dos peões das empreiteiras em 1979. Foi uma greve espontânea, sem organização, em razão de pagamentos atrasados, alimentação estragada e muitos acidentes de trabalho por falta de equipamentos e fiscalização de proteção do trabalho. A greve dos peões teve apoio das comunidades eclesiais de base. Esse processo despertou sua consciência de classe. A greve da "revolta dos peões" conquistou melhoria de alimentação, EPIs e melhoria nos banheiros. Surgiu o Movimento de Oposição Sindical na Construção Civil. Em 1983, Ernesto Braga foi eleito presidente do Sindicato da Construção Civil, mas a Federação influiu no Ministério do Trabalho e cancelou as eleições, reconduzindo os pelegos antigos. Em 1984 fez parte da direção estadual da CUT. Participou como assessor do Sindicato dos Metalúrgicos. As greves foram feitas com ocupação de setores de produção dentro da Usina, com um processo de enfrentamento muito acirrado com as

chefias e a estrutura de segurança da CSN. Desde 1986, esta passou a lançar mão de tropas do Exército com as quais colaborava diretamente na repressão aos grevistas. Na greve de 1988, Ernesto Braga estava na Usina no momento do ataque do Exército. Participava do comando que circulava em diferentes pontos de resistência. Esteve na torre de refrigeração na aciaria que fica no alto, com alguns companheiros ali na resistência e 5 minutos depois que desceu alguém gritou..."acertaram um companheiro". Quando subiu, viu que a bala entrou na testa do operário atingido, e de frente você não via muita diferença no rosto, mas ela destruiu totalmente a parte de trás da cabeça dele. Era Willian Fernandes Leite. Ernesto colocou o ouvido no seu ombro e ainda ouviu a respiração ... "tá vivo!..tá vivo! Vamos tirar ele daqui". Juntamos todos, descemos a escada. Decidimos entregar para os militares para ver se faziam algum socorro para salvar a vida dele. Foi uma experiência dolorosa. Marcelo estava junto quando entregou Willian aos militares.

TESTEMUNHO DE ADEL CARLOS OLIMPIO - 5/11/2014

Adel Carlos Olimpio nasceu em Volta Redonda, no dia 15 de maio de 1953, em família operária. Começou a trabalhar numa empreiteira dentro da Usina, em 1973, e no mesmo ano se tornou operário da CSN. Participou da Oposição Sindical e depois foi ativista. Por causa da militância na greve de 1984 e no movimento da FEM, Adel foi demitido em 1985. Após negociação do Juarez com o Presidente da CSN, Juvenal Osório, houve o retorno de Adel para SOM na Usina, em 1986. Daí continuou participando como ativista. Na greve de Geral de 1986, houve a invasão de tropas do Exército que acabou com a greve. Na Greve Geral de 1987, Adel foi demitido junto com outros ativistas, cipistas e diretores do sindicato. A agressividade e violência do ataque do Exército na greve de 88 somente foi possível por ter sido feita por tropas de fora (Rio

de Janeiro, Petrópolis e outros Batalhões), pois no quartel de Barra Mansa os soldados eram amigos, irmãos e filhos de operários da CSN. Retornou aos quadros da CSN nas negociações do acordo de encerramento da greve de 1988, mas a CSN continuou perseguindo os ativistas readmitidos, não permitindo que retornassem à Usina. Primeiro, a CSN obrigou-os a cumprirem o horário nas escadarias do Escritório Central, depois tentou enviá-los para outras cidades e Estados onde a CSN tinha atividades. Por fim, na greve de 1990, Adel foi demitido definitivamente junto com os demais ativistas.

TESTEMUNHO DE TARCÍSIO XAVIER PEREIRA 5/11/2014

Tarcísio Xavier Pereira nasceu em Volta Redonda no dia 11 de junho de 1962,

numa família operária. Participou do movimento estudantil, em1980, pelo grupo Convergência Socialista (atual PSTU), na luta pelo passe estudantil em Volta Redonda. Em 1981, entrou para Usina da CSN com eletricista na Laminação. Participou da Oposição Sindical Metalúrgica e apoiou a chapa de Juarez Antunes. A eleição de Juarez Antunes no Sindicato dos Metalúrgicos em 1983 foi uma verdadeira revolução em Volta Redonda. Dentro da Usina, havia uma sobrecarga de trabalho, péssimas condições de trabalho, muito opressão das chefias e salários deteriorados. A greve de 1984 foi decorrente dessa situação. Apesar de não ter ocorrido vitória no acordo, a greve de 84 foi uma vitória política em si mesma, por despertar a capacidade de luta coletiva. A partir de 1986, toda greve da Usina da CSN sofria intervenção de tropas do Exército. Esse fato foi gerando insatisfação e revolta contra essa opressão. Na greve de novembro de 1988, primeiro veio tropa de Barra Mansa, mas a resistência do movimento fez com que o Exército chamasse tropas do Rio de Janeiro, Petrópolis e Valença para fazer o ataque, porque os soldados do 22º BIMtz eram amigos, conhecidos e parentes dos operários da Usina. Tarcísio se

abrigou na resistência operária da aciaria. De lá, no alto, pode ver sinais de ataque do Exército e da PM na cidade, tanto quanto dentro da Usina. Chegou a notícia de operários baleados e mortos, alguns operários choraram. Tarcísio foi demitido da CSN por sua liderança na greve de 1990.

TESTEMUNHO DE LUIZ DE OLIVEIRA RODRIGUES – 7/11/2014

Luiz de Oliveira Rodrigues nasceu em Volta Redonda no dia 16 de maio de 1953, numa família operária. Começou a trabalhar na Usina da CSN em 1973, na SOM e pediu as contas em 1978. Retornando em 1981. Com o novo sindicalismo no ABC surgiu a Oposição Sindical em Volta Redonda, em 1979, formada por trabalhadores jovens, sob liderança mais experiente de Juarez Antunes. Ao conquistar o Sindicato dos Metalúrgicos houve muito investimento em formação de liderança em cada área e em conquistar os cipistas. A greve de 1984 projetou a liderança de Juarez para além de Vota Redonda, ganhando uma expressão nacional. As intervenções de tropas do Exército, vindas do Batalhão sediado m Barra Mansa nas greves da CSN, a partir de 1988, configuraram-se mais numa demonstração de força bélica de ameaça contra os grevistas do que uma ação de ataque propriamente dito. O Juarez se dirigia aos soldados no carro de som da seguinte forma: 'vocês estão fardados hoje, com armas apontadas para os metalúrgicos que são seus amigos, seus irmãos e seu pai, amanhã vocês vão estar aqui, vão ser nossos companheiros'. Na Greve Geral de 1987, a CSN já tinha todos os ativistas mapeados pela equipe de informação do Coronel Bismarck, inclusive com agentes infiltrados entres os operários, no chão da fábrica. Na greve de 1988, foi diferente. Ao mesmo tempo que houve uma adesão muito forte à greve de ocupação da Usina com uma pauta de reivindicações baseada na Constituição recém-aprovada na época, houve

também uma outra atitude das forças de repressão. Vieram tropas do Exército de outros lugares e com atitude mais agressiva. No Governo Sarney havia ministros muito fortes que defendiam o fechamento da CSN ou sua privatização. O General José Luiz veio para arrebentar, e dentro da CSN havia chefia do RH que apoiava o ataque. Depois do confronto, com a morte dos três operários, Luizinho foi até o necrotério e pegou as camisas ensanguentadas dos operários mortos e colocaram no carro...à noite o carro foi roubado e depois encontrado, mas sem as camisas.

TESTEMUNHO DE LUIS HENRIQUE DE CASTRO SILVA-2/12/2014

Luis Henrique de Castro Silva nasceu em Volta Redonda, dia 8 de julho de 1968,

numa família operária. Participou desde muito jovem nas Comunidades Eclesiais de Base e da JOC e ACO. Entrou como estagiário na CSN em 1985, destino natural dos jovens de sua época. Efetivou-se na CSN, em 1987, no setor de estanhamento, com 19 anos de idade. No dia que começou a greve, Luis Henrique estava de folga de 80 horas em casa e foi para dentro da usina levar a comida para seu pai que trabalhava na equipe escalada para manutenção da coqueria e ficou para a greve de ocupação. Ficou andando no pátio da SOM e participando das assembleias de 3 em 3 horas. Luis Henrique comia em marmitex (apelidado de "sonrisal") e dormia no pátio da SOM. No dia 8 de novembro entrou pela FEM o comboio de tropas do Exército de Barra Mansa. O Exército não atacou naquela noite, mas cortou o caminho entre o Pátio da Som e a aciaria isolando os dois grupos de grevistas. Luis Henrique e seu pai andaram pela Usina até a entrada do Jardim Paraíba e constataram que algo estava estranho porque o Exército fechou todas as entradas. As coisas foram ficando tensas. No dia 9 de novembro, pela manhã, os grevistas

jogaram cal nos soldados embaixo da tubulação e acertaram um carro do Exército com vagão-torpedo. No fim tarde e início da noite daquele 9 de novembro, Luis Henrique estava no Pátio da Som quando o Exército invadiu pela passagem superior com outras tropas, batiam, empurravam com baioneta, atiravam bombas de gás lacrimogênio e ouviam-se tiros no início o pessoal gritava que era festim, mas depois verificou-se que atingiam as estruturas ricocheteando e furando os tetos de chapa de aço. Daí ele correu para a entrada da aciaria. Os grevistas jogavam pedras nos soldados. Estava com medo e doido para ir para casa, mas tinha que ficar protegido na aciaria. Começaram a gritar na aciaria que estavam matando companheiros dentro da Usina. Jogaram muito gás lacrimogênio na aciaria. Alguns chorando, gente gritando descontroladamente e muitos, revoltados e destemidos, querendo enfrentar e resistir. Era nítido que não se tinha um plano de enfrentamento, nem comando na hora mesmo do ataque. O pessoal foi se organizando e bloqueou com empilhadeira as entradas. Foi até meia-noite o ataque e chegou-se à conclusão que o Exército não entraria. No dia seguinte, pelas 7 horas da manhã, todos saíram, mas tinham que cobrir o rosto para não serem identificados. Luís Henrique, quando saiu, viu que seu pai estava na Passagem Superior e ele lhe deu um abraço muito forte e emocionado... ‘Garoto, onde você estava, garoto? Vamos pra casa’. O pessoal decidido a não parar a greve. No bairro Aero Clube, onde Luis Henrique morava, havia um grande amigo de infância que também trabalhava na Usina, chamado Guto, que viria a ser o terceiro operário morto por soldados do Exército com a cabeça esmagada por coronhadas de fuzil, Carlos Augusto Barroso.

TESTEMUNHO DE LUIS ANTONIO VIEIRA ALBANO – 6/11/14

Luis Antonio Vieira Albano nasceu em Volta Redonda no dia 11 de julho de 1958, numa

família operária. Começou a trabalhar na CSN em 1976, saiu para a Usina Nuclear de Angra dos Reis, e voltou para CSN em 1981. Nesse mesmo ano entrou para Oposição Sindical que surgiu muito inspirada no chamado novo sindicalismo. Dentro da oposição havia dois grupos o grupo baseado na Igreja progressista (Ação Católica Operária e Pastoral Operária) e um grupo influenciado pelo PCB e sindicalistas independentes. Albano fez parte da diretoria da chapa de Juarez que se saiu vencedora em 1983. Mas não foi fácil tomar posse. Houve apelação. Junta governativa, batalha judicial que durou alguns meses. Para Albano a Greve de 1984 foi uma maravilha simbólica, uma catarse social. Mas no 4º dia da greve, o Ministro do Trabalho chamou para uma reunião e disse que iria fazer uma intervenção no Sindicato. Houve um racha da diretoria, com uma parte querendo continuar a greve e outra, liderada por Juarez, propondo encerra-la. E Albano e o grupo da Igreja progressista ficou com Juarez. A assembleia encerrou a greve sem uma proposta patronal favorável. Veio então o período das greves na CSN entre 1986 e 1988, todas com intervenção do Exército a pretexto de proteger o patrimônio estatal. Mas nenhuma greve danificou equipamentos em nenhum momento. Para Albano, às vezes a intervenção do Exército consolidava a greve, gerava revolta na peaõzada, acirrava os ânimos. Na Greve de 1988, a decisão de parar foi da peaõzada. Albano foi com Juarez, liderando o arrastão e parando de uma vez o rabo da Usina (laminação) e o coração (alto forno). Quando veio a tropa de Barra mansa, a greve não recuou, pelo contrário, recrudesceu. Daí vieram tropas de fora, pintados para guerra. Os grevistas se abrigaram

na aciaria. Para Albano que estava lá, a resistência foi feita pelos melhores ativistas que o movimento havia conseguido gerar e por isso, mesmo com ataque violento do Exército, mesmo com as mortes covardes dos três operários e dezenas de feridos, a ocupação da aciaria não cedeu ao Exército. Após negociação, no dia seguinte, 10 de novembro, os grevistas saíram da Usina, mas a greve continuou e conquistou ampla vitória histórica do turno de 6 horas e readmissão dos demitidos da greve de 87.

TESTEMUNHO DE ISAQUE FONSECA – 7/11/2014

Isaque Fonseca nasceu em Volta Redonda no dia 19 de maio de 1949, numa família operária. Após servir ao Exército no 1º BIB (1968-69), onde viu presos políticos pelo AI-5 (Prof. Brasil, Prof. Waldyr Bedê e outros), como destino de quase todo jovem em busca de trabalho e autonomia em Volta Redonda, entrou para Usina como ajudante em 1970, daí a operador, depois mestre até chegar a encarregado de turno na sinterização. Por sua aproximação com a Igreja progressista, JOC, ACO, Pastoral Operária, Isaque entrou para Oposição Sindical liderada por José Emídio e fez parte da chapa 4 na eleição sindical de 1983. Apoiou a chapa de Juarez no segundo turno. Após a greve de 1984, quando apoiou a posição de Juarez de encerrar a greve sob a ameaça da intervenção do Ministério do Trabalho e garantir o Sindicato como trincheira dos metalúrgicos, Isaque entrou para a CIPA no seu setor de trabalho; conquistou estabilidade e passou a atuar, com outros cipistas, como verdadeiro ativista sindical, formando uma Comissão de fábrica de fato dentro da Usina. Na eleição sindical de 1986, Isaque passou fazer parte da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, novamente com Juarez na Presidência. As greves dos metalúrgicos na Usina da CSN de 1986 a 1988 foram marcadas por intervenções do

Exército que não acabavam com elas, mas influíam na decisão de encerrá-la. Até a greve de novembro de 88, não houve tiro ou bombas, mas sim a violência simbólica da própria presença opressiva do Exército, com suas tropas armadas de fuzis, baionetas, carros de combate, urutus, cascavéis, metralhadoras ponto50. Na greve de 1988, com a primeira tropa que chegou do quartel de Barra Mansa não houve risco de confronto porque eram colegas de futebol, irmãos, vizinhos, parentes, filhos de operários. Na tarde do dia 9 de novembro, com a chegada de paraquedistas do Rio de Janeiro, com coturnos marrons que são soldados profissionais, com rostos pintados para combate. Quando a tropa do Rio se posicionou, os grevistas fizeram uma assembleia para decidir o que fazer diante dessa situação. A tropa cercou a assembleia no pátio da SOM. Ali, sem carro de som do sindicato, Isaque subiu num barril e foi discursando com pausa para os grevistas da sua frente repetirem para os detrás e assim 10 mil pessoas ouviram e repetiram as orientações. Decidiu-se espontaneamente abrigarem-se na aciaria, onde seria mais difícil o Exército reprimi-los e poderiam se defender pois a aciaria era um galpão cheio de labirintos de escadas, passarelas, fendas com 50 metros de altura e escuro. Não houve "guerrilha urbana" como acusou o Exército, houve sim autodefesa coletiva e espontânea, improvisada, contra a violência nunca imaginada ou esperada daquele ataque de fuzilaria militar. Quando atacaram a cidade, dentro da Usina ficou um desespero misturado com revolta, e já se tinha ideia que eles iriam atacar a peaõzada dentro da Usina. Os militares atacaram no pátio da SOM e na aciaria, dividindo toda massa. Quem tentava sair não conseguia e quem tentava entrar também não, porque levava tiro. Depois do cessar fogo, por volta da meia noite, Isaque conseguiu sair da Usina escondido debaixo da lona na carroceria de um caminhão; foi até o Sindicato para dar e receber informação. Depois, voltou para retirar o pessoal da aciaria no dia 10 de novembro pela manhã. No Exército não se aprende a controlar distúrbio coletivo, se aprende a matar. Há soldados de elite que

atiram com luneta e mira a laser com muita precisão. Foi essa a intenção premeditada das forças militares. Daí que pelo ataque, foi uma sorte não ter havido mais mortos. Houve muitos feridos por balas de fuzil. No final o Exército ficou tão desmoralizado que tiraram o Batalhão de Barra Mansa no ano seguinte.

TESTEMUNHO DE CARLOS ALEXANDRE HONORATO

Carlos Alexandre Honorato, conhecido como Cerezo, destacou que a conquista

do Sindicato dos Metalúrgicos pela oposição sindical influiu em vário movimento populares e em outros sindicatos. Os movimentos populares e sindicais tinham no Sindicato dos Metalúrgicos um apoio logístico para rodar boletins, carro de som, som, orientações e apoio político para enfrentamento de questões específicas. Ao mesmo tempo, nas greves dos Metalúrgicos havia o apoio desses movimentos e das comunidades. O PCB tinha gente dentro do Exército e do Governo Sarney que apontava para um plano de intervenção no Sindicato na greve de 1984. Havia o risco de intervenção do Ministério do Trabalho. Segundo Cerezo, a orientação política de Juarez passou a ser mais próxima a do PCB, qual seja, avançar na democracia, mas não ultrapassar o limite do risco de provocar ruptura. Isso provocou o racha da diretoria no final da greve de 1984, na qual Cerezo liderou a nova oposição sindical. O caminho depois para atuação desse grupo de sindicalista foi a CIPA dentro da Usina. Na Greve Geral de 20 de agosto de 1987, na Usina da CSN, houve um começo de enfrentamento com tropas do Exército do 22º BIMtz, perto do gasômetro, que avançou com baionetas para dispersar o grupo de arrastão e os metalúrgicos grevistas reagiram atirando pedras encontradas perto da linha do trem. Por conta desse pequeno confronto e do grau de enfrentamento com a chefia dos setores, houve uma pressão do Exército para punição

exemplar dos sindicalistas de Volta Redonda. Nos dias que se seguiram houve demissões de toda direção sindical metalúrgica, dos ex-diretores, dos cipistas e dos ativistas. No ano seguinte, com a nova Constituição promulgado em 5 de outubro de 1989, estavam entre os novos direitos dos trabalhadores: direito irrestrito de greve e turno de 6 horas. Os metalúrgicos em assembleia, abraçaram a reivindicação da aplicação imediata do turno de 6 horas na CSN e a readmissão dos demitidos na greve de 87. A greve começou no dia 7 de novembro já com enfrentamento com a PM que queria impedir a entrada do carro de som do sindicato. Depois, no dia seguinte, com tropas do Exército do Batalhão de Barra Mansa. Mas o enfrentamento mais sério foi com as tropas do BOPE do Rio de Janeiro e tropas do Exército do Comando Leste do I Exército no início da noite do dia 9 de novembro. Pouco antes, em reunião de ativistas, havia uma discussão se as tropas atacassem, haveria enfrentamento de massa no pátio da SOM ou resistência dentro da aciaria. Essa última opção foi imposta pela própria necessidade de proteção devido ao ataque de bombas de gás lacrimogênio e tiros de festim e também com tiros com munição real. Houve uma tentativa de expulsar os grevistas da aciaria, mas não conseguiram. Havia atiradores de elite do Exército. Eles mataram não por erro, mas premeditadamente. A complicação para o Exército foi que, apesar da desocupação negociada na madrugada, a greve continuou muito forte do lado de fora, por 17 dias até se encerrar coma conquista do turno de 6 horas, readmissão dos demitidos e reajuste salarial. Mas a desmoralização do Exército foi exigida pela massa na última assembleia, que exigiu a saída das tropas de dentro da Usina para voltar ao trabalho. Desde então, nenhuma greve mais houve intervenção de tropas do Exército.

TESTEMUNHO DE JESSE JANE & COLOMBO - 8/11/2014

Jesse Jane Vieira de Sousa nasceu em Bom Jesus do Galo-MG no dia 21 da abril de 1949. **Colombo Vieira de Sousa Júnior**,que nasceu em Goiânia-GO no dia 6 de março

de 1950. Quando Jesse Jane nasceu, seu pai era fazendeiro e logo vendeu a fazenda e se tornou militante profissional, assim como sua mãe, do Partido Comunista Brasileiro. Daí foram se mudando a serviço do partido: Mato Grosso, Paraná, São Paulo. Em 1968, estudante secundarista, Jesse Jane entrou para luta armada, pelo MR-8 e depois, em 1969, para ALN, para lutar contra a ditadura, onde encontrou Colombo, também estudante secundarista. Ambos foram presos na tentativa de sequestro de um avião no Galeão. A família (pai e mãe, ambos da ALN) de Jesse foi presa e banida para o exílio. Jesse e Colombo ficaram presos até a anistia em 1979. Nesse período tiveram uma filha, Leta Vieira de Souza. Na prisão feminina em Bangu, no presídio Talavera Bruce, Jesse conheceu o Bispo de Volta Redonda, D. Waldyr Calheiros que ia frequentemente visitar Rosalice Fernandes e depois, com a libertação de Rosalice, continuou a visitar Jesse. Quando estava para sair por causa da Anistia, em 1979, recebeu o convite de D. Waldyr para ir morar em Volta Redonda e assessorar D. Waldyr com a CEBs. Mas aqui chegando, houve muita resistência por parte das lideranças católicas e do clero contra o "casal terrorista", apesar da amizade de alguns jovens católicos que já os visitavam no presídio. Colombo teve participação no apoio à greve dos peões das empreiteiras em 1979. Jesse e Colombo decidem se mudar para Niterói, onde Jesse entrou para o curso de História na UFF. Quando Juarez ganhou as eleições sindicais em 1983,

Colombo foi convidado para ser assessor de Juarez Antunes no Sindicato dos Metalúrgicos. E Jesse participava da formação do grupo de mulheres em Volta Redonda quando vinha visitar a cidade. Colombo e Jesse montaram a escola de formação de ativistas e o Centro de Memória Popular na sede do Sindicato no Retiro, com apoio do Juarez. No Sindicato o passado da Luta Armada pela ALN de Colombo e Jesse não eram problema nem para Juarez, nem para os jovens sindicalistas. Para Colombo, a explicação do ataque atípico do Exército ao sindicalismo em Volta Redonda, passa por duas razões fundamentais e antagônicas: por um lado uma liderança política e sindical de Juarez Antunes fora do script do sindicalismo do ABC, em ascensão, e muito mais próxima a Leonel Brizola; por outro, um Governo de transição da "Nova República" tutelada pelos militares que desejavam marcar sua posição usando a repressão às greves da Usina da CSN em Volta Redonda. Para Colombo, o sindicalismo do ABC confrontava diretamente com o Capital, mas o sindicalismo de Volta Redonda era mais radicalizado, com greves de ocupação (controle da produção) e de massa, numa área estratégica para os militares e a cadeia produtiva industrial por causa da CSN, daí o confronto com o Capital ser sempre mediado pelo Poder Militar que tutelava o Governo Sarney. Para Colombo, de uma certa maneira, Volta Redonda foi uma espécie de laboratório para o poder militar que saía de cena, mas mantinha a tutela sobre a transição para a democracia. Dessa maneira, através das intervenções em Volta Redonda, a mensagem era passada para todo o país: os militares deixaram o governo, mas não deixaram o poder e a missão de garantir a Segurança Nacional.

IDENTIFICAÇÃO DOS ACUSADOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA - 12º CASO - ATAQUE DO EXÉRCITO – 1988 – MORTE DE TRÊS OPERÁRIOS E 35 FERIDOS

I) INSTITUIÇÕES ACUSADAS DE PERTENCIMENTO AO SISTEMA DE REPRESSÃO – IDENTIFICADAS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E DENUNCIADA EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS

GOVERNO FEDERAL

1ª BRIGADA DO EXÉRCITO

22º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

GOVENO ESTADUAL

PODER JUDICIÁRIO - 3ª VARA CIVIL da Comarca de Volta Redonda

II) ACUSADOS DE GRAVE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS – IDENTIFICADOS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO E INDICADOS EM TESTEMUNHOS DE ATINGIDOS DIRETOS E FAMILIARES ATINGIDOS

JOSÉ SARNEY – PRESIDENTE DA REÚBLICA

GENERAL LEÔNIDAS PIRES - MINISTRO DO EXÉRCITO

GENERAL IVAN DE SOUZA MENDES – CHEFE DO SNI

GENERAL VILBERTO LUÍS LIMA – COMANDANTE MILITAR DO LESTE

GENERAL JOSÉ LUIS LOPES – COMANDANTE DAS TROPAS DE ATAQUE

CORONEL ORLANDO FEREIRA MOTA – COMANDANTE DO 22º BIMtz

MOREIRA FRANCO – GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MOISÉS COHEN – JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CIVIL

JUVENAL OSÓRIO – PRESIDENTE DA CSN

CORONEL BISMARCK BARACUHY AMÂNCIO RAMALHO – CHEFE DA ASI-CSN

CORONEL LUIZ BARROSO MAGNO – CHEFE DO DSU

13º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA

A MORTE DE JUAREZ ANTUNES NO ACIDENTE RODOVIÁRIO

13º CASO DE GRAVE VIOLAÇÃO DOS DIREITO HUMANOS

MORTE DE JUAREZ ANTUNES NO ACIDENTE RODOVIÁRIO

I- CONTEXTO HISTÓRICO

A vitória eleitoral de Juarez Antunes (PDT) para Prefeito do Município de Volta Redonda ocorreu durante a greve dos metalúrgicos em novembro de 1988. Naquela greve, o bloco de poder conservador civil-militar (Governo Federal, Poder Judiciário, Exército, Governo Estadual, CSN) jogou toda sua artilharia na derrota do movimento operário de Volta Redonda, mas encontrou uma coesão do bloco de forças sindicais e populares. A opção pelo ataque militar (tropa de choque da PM e tropa de combate do Exército) no dia 9 de novembro de 1988 do bloco de poder conservador, e com as consequentes mortes dos três operários pelo Exército e dezenas de feridos, na tentativa de disciplinar o movimento operário, terminou por gerar mais coesão do movimento operário-popular e maior apoio da opinião pública nacional e internacional. A vitória final do movimento em Volta Redonda significou uma derrota política do bloco conservador e de sua estratégia de repressão às lutas sindicais na CSN por meio de forças do Exército.

O governo de Juarez Antunes iniciado em 1º de janeiro de 1989 ampliava a força do bloco popular e sindical para a Prefeitura Municipal para onde se transferiram as práticas do sindicalismo de massas: enfrentamento com empresário de ônibus, assembleias populares nas sextas feiras em frente ao prédio da Prefeitura, comissões de funcionários, dentre outras. Cabe destacar que seu secretariado mais próximo era composto por ex-sindicalistas ou assessores do Sindicato e que a Câmara Municipal contava com 7 sindicalistas eleitos vereadores. Uma dessas mudanças simbólicas foi a execução do Hino da Internacional Comunista pelo coral e a banda municipal nas inaugurações e solenidades.

FONTE: FILME DOCUMENTÁRIO "VOLTA REDONDA – FATOS MARCANTES – PARTE 4"
DIREÇÃO E MONTAGEM DE PABLO MARINS BEDÊ

No dia 15 de dezembro de 1988, D. Waldyr Calheiros compareceu à sede da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio, para denunciar várias ameaças de morte que vinha sofrendo após o término da Greve dos Metalúrgicos (23 de novembro), mas não conseguia identificar de qual grupo ou setor vieram essas ameaças. Mais tarde, no início de janeiro de 1989, D. Waldyr Calheiros foi alertado por dois policiais emissários de um primo de Alagoas que vinha a ser diretor da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Fausto Calheiros, de que havia um plano em curso para matar o Bispo e o Prefeito, Juarez Antunes, em acidentes de carro simulados para não revelar os atentados. A partir daquele momento, D. Waldyr passou a viajar de ônibus e pegá-lo no caminho e não na rodoviária. E transmitiu o aviso que recebeu para Juarez através de Jesse Jane e Colombo. Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade, em 2014, Jesse e Colombo confirmaram esse aviso e que fora devidamente transmitido.

No dia 20 de fevereiro de 1989, numa segunda feira, o prefeito Juarez viajou com o motorista, Alberto Vicente da Cruz, na Paraty do Gabinete do Prefeito, pra o Rio de Janeiro, onde participou de uma reunião do Diretório Nacional do PDT. Nesse dia, o Jornal do Brasil publicou uma notícia-denúncia sobre os Deputados Federais que haviam

sido eleitos prefeitos e não haviam entregue os apartamentos funcionais em Brasília. Dentre esses Deputados encontrava-se o nome de Juarez Antunes. Segundo depoimento de Wanderlei Barcelos e Isaque Fonseca, Juarez havia pedido várias vezes para seus assessores entregarem a chave, principalmente o Paulinho. Diante dessa denúncia no JB, Juarez toma a decisão de passar em Volta Redonda e ir direto para Brasília resolver essa questão, no mesmo carro e com o mesmo motorista que passou o dia com ele no Rio.

Em depoimento ao filme documentário "VOLTA REDONDA-FATOS MARCANTES – PARTE 4" do Diretor e Produtor Pablo Marins Bedê, o motorista, Alberto Vicente da Cruz, narrou o fato da decisão do Prefeito Juarez em viajar para Brasília:

"Depois do pedágio, nós paramos num restaurante...acabamos de almoçar...que ele leu a notícia do Jornal do Brasil dizendo que ele era o único marajá que naõ entregou o apartamento de Brasília ainda. Ele ía mostrar pra aquele pessoal que ele não era marajá e que ía entregar o apartamento...que ele ia viajar aquele dia mesmo pra Brasília. Só que ele falou que não ia de avião porque ele estava com 50 dias de governo e não ia gastar esse dinheiro porque estava com medo do povo cair de pau em cima dele por estar gastando dinheiro público. Resolveu ir de carro mesmo".

Essa decisão foi comunicada a Luizinho (Luiz de Oliveira Rodrigues) que, em depoimento à Comissão Municipal da Verdade, em 2014, relatou que já sabia da ameaça de morte por acidente provocado e comunicada por D. Waldyr. Luizinho iria a Brasília assinar o Acordo Sindical dos Metalúrgicos da CSN de 1988 e pegaria carona com Juarez, mas opinou que deveria ir de avião. Mas Juarez contestou porque a Prefeitura estava com problemas financeiros graves e que não poderia dar essa despesa para os cofres públicos e que tinha que dar exemplo viajando de carro. Luizinho se recusou a viajar com ele. Nesse mesmo processo, Isaque Fonseca, em depoimento à Comissão Municipal da

Verdade, em 2014, afirmou que, ele e sua companheira Sandra, tentaram convencer Juarez que era muito arriscado viajar de carro para Brasília e que ele fosse de avião ou mandasse alguém entregar as chaves do apartamento funcional. Nada adiantou porque havia uma determinação de ir de carro a Brasília.

Em depoimento ao filme-documentário "VOLTA REDONDA: FATOS MARCANTES – PARTE 4" do Diretor e Produtor Pablo Marins Bedê, Alberto Vicente da Cruz narrou o percurso até acontecer o acidente:

"Saímos daqui no máximo 8 horas da noite. Peguei a estrada aqui que vai para Três Rios-Belo Horizonte. Depois aquela estrada que vai pra Brasília. Paramos num posto...viajamos a noite toda...a madrugada toda...não paramos nenhum minuto. Ele só cochilando e só eu dirigindo. Ele cochilando dentro do carro. Quando foi 6 horas da manhã que eu parei no primeiro posto dizendo que o carro precisava abastecer. Que ai foi quando ele acordou. Abastecemos o carro...completamos o tanque. Tiramos uma notinha...fomos no banheiro...tomamos um café...foi uma coisa de uma meia hora mais ou menos. Dali nós continuamos a viagem. A conversa que nós tivemos antes dele cochilar outra vez, foi isso: 'Beto, nós vamos chegar lá...vamos entregar o apartamento...enquanto eu estiver entregando, você guarda as coisas tudo dentro do carro. Nós vamos voltar no mesmo dia pra chegar na quarta feira de manhã'. Porque ele tinha uma reunião com todas as associações de bairro na quarta feira de manhã no auditório da prefeitura. Quando eu cheguei na estrada e vi que era uma estrada de mais ou menos 500 quilómetros...a minha vista já foi escurecendo porque eu

acho que já estava com sono...eu assustei com um caminhão cortando um outro...eu cai pro acostamento...no cair pro acostamento era mais baixo que o asfalto...eu desci pro morro abaixo e batemos na árvore. No bater na árvore nos voamos do carro. Eu cai do lado da árvore...ele bateu com a cara na árvore, como explodindo a face dele na árvore".

FONTE: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF

DOSSIÊ DE REPORTAGENS SOBRE A MORTE DE JUAREZ

O acidente ocorreu no município de Felixlândia, há 200 km de Belo Horizonte. A Paraty branca da Prefeitura de Volta Redonda chocou-se contra três árvores no Km 360 da BR-040. Juarez morreu na hora com a cabeça explodindo no tronco de uma árvore. O motorista Beto, também arremessado para fora do carro na batida, fraturou duas costelas, teve um corte profundo no braço e escoriações por todo o corpo. No local do acidente, ao lado do acostamento há uma depressão de 1,50 metros de ribanceira e um bosque cheio de árvores. A Paraty ficou completamente destruída. Como afirmou Albano em depoimento à Comissão

Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros – Volta Redonda: "Aquilo não é uma estrada..é um matadouro". No hospital de Felixlândia o motorista Alberto estava com "confusão mental", segundo o médico que o atendeu, Dr. Fausto Arantes dos Reis. Quando recuperou a noção, meia hora depois, afirmou que

tinha acabado de ultrapassar um caminhão e retornava pra sua pista quando surgiu um outro caminhão ultrapassando outro. O motorista se assustou e desceu pro acostamento e não controlou mais o carro. Em depoimento, Alberto garantiu que não fez "barbeiragem", que não estava com sono. E que ele não bebe e não fuma. Que estava acostumado com viagens noturnas. Garantiu que a Paraty ano 1987, 96 mil km rodados, estava em ótimo estado, com freios e embreagem revisados, pneus novos e balanceados.

A notícia da morte de Juarez gerou uma comoção geral na cidade de Volta Redonda, com populares se aglomerando em frente à Prefeitura Municipal. A opinião geral era de que ele havia sido assassinado em um acidente proposital. Tal opinião decorria da conturbada greve de novembro de 1988 (encerrada 3 meses antes da morte e com desmoralizante derrota das forças do Exército) e que no dia anterior (20 de fevereiro de 89) havia ocorrido a condecoração dos militares envolvidos na repressão à greve. Para o senso comum da população da cidade, Juarez era considerado inimigo da CSN, do Exército e do Governo da Nova República e estava recebendo ameaças de morte.

No dia 18 de fevereiro de 1989, o Jornal do Vale publicou duas páginas com entrevista exclusiva do General José Luís Lopes da Silva, Comandante da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada que protagonizou o ataque aos metalúrgicos em greve de ocupação da Usina da CSN. Nessa entrevista o General destacou as técnicas de guerrilha urbana enfrentadas pela tropa do Exército dentro da Usina, justificou o emprego da Força, e alertou que "**é lógico que o Exército não aceitará provocações e responderá aos provocadores**". Nesse ponto da entrevista há uma referência e ameaça explícita a Juarez Antunes. O General lembrou que o Prefeito Juarez Antunes lhe enviou um cartão de Boas-Festas em dezembro, considerado pelo entrevistado como um tipo de provocação e que "no momento oportuno o Exército tomará as providências cabíveis". E o General termina da seguinte forma a entrevista: "**NOSSAS AUTORIDADES JÁ ESTÃO**

ESTUDANDO A MANEIRA MAIS CONVENIENTE E ADEQUADA PARA DAR A MELHOR RESPOSTA A ESSES PROVOCADORES QUE NÃO ESTÃO COMPREENDENDO A SITUAÇÃO ATUAL DE RESPEITO À ORDEM".

O enterro de Juarez Antunes no dia 22 de fevereiro de 1989 foi a maior manifestação de massa que a cidade já viu, com mais de 100 mil pessoas acompanhando o trajeto do caixão sobre o carro de som do Sindicato dos Metalúrgicos.

No Sindicato dos Metalúrgicos formou-se um grupo para apurar as circunstâncias da morte de Juarez. Foi solicitado à UNICAMP uma perícia no carro de Juarez que se encontrava no terreno da sede do Sindicato. Na Câmara Municipal, o vereador Isaque Fonseca conseguiu instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração do caso.

Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA

Câmara Municipal de Volta Redonda
Divisão de Documentação e Arquivo
Resolução nº 1075 | Fls. 008

RESOLUÇÃO Nº 1.075

EMENTA: CRIA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO.

A Câmara Municipal aprova e nós promulgamos a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica criada Comissão Especial de Inquérito, com a finalidade de acompanhar o inquérito instaurado para apurar as circunstâncias da morte do Ex-Prefeito Municipal, José Juarez Antunes.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos Srs. Vereadores ISAQUE FONSECA, LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA LIMA e JOSÉ ISRAEL DOS ANJOS e funcionará pelo prazo de 45(quarenta e cinco) dias.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Getúlio Vargas, 03 de maio de 1989.

Reinaldo Hidalgo Ferreira
PRESIDENTE

Com o passar do tempo, as principais lideranças foram se dividindo em duas posições: aqueles que se convenceram que Juarez morreu de acidente que não houve atentado; e aqueles que insistiam que Juarez foi assassinado num acidente proposital e dissimulado por profissionais do Exército. Essas posições puderam ser registradas nos testemunhos à Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros, como se resume a seguir:

DEPOIMENTOS : A MORTE DE JUAREZ FOI POR ACIDENTE

TESTEMUNHO DE WANDERLEI BARCELOS

Com a morte do Juarez começou a discussão se teria ou não sido assassinato. Segundo Wanderlei, o Sindicato chamou a COPEE para fazer uma vistoria no carro do acidente. Essa análise de perícia técnica não identificou no carro nenhum elemento que fosse indício de que o carro tivesse sido sabotado. Após a morte do Juarez, houve um racha, e o grupo mais próximo do espólio político de Juarez, defendia que ele havia sido assassinado e que o motorista (que saiu ileso do acidente) seria cumplice. O grupo de Wanderlei e seu irmão Vagner, que foi eleito Presidente do Sindicato (mas a diretoria era de maioria ligada ao Juarez), queria uma avaliação mais efetiva. O sindicato contratou um advogado, Dr. Márcio Donite, para acompanhar o inquérito e o julgamento. O advogado não foi no dia do julgamento porque se convenceu que o motorista era inocente. Para Wanderlei, não foi uma fatalidade, foi uma irresponsabilidade do seu grupo em não devolver o apartamento de Brasília (quando era deputado federal), apesar de inúmeras cobranças em reunião feitas pelo próprio Juarez a seus assessores. Quando saiu no Jornal a acusação de mordomia por ele ainda manter o apartamento mesmo sendo Prefeito, ele resolveu ir pessoalmente devolver, vindo de uma reunião no Rio de Janeiro e usando o mesmo motorista cansado para viajar para Brasília.

LUIZ DE OLIVEIRA RODRIGUES – TESTEMUNHO EM 7/11/2014

No início do dia 21 de fevereiro de 1989, após 41 dias de Governo Municipal, quando chegou a notícia da morte do Prefeito de Volta Redonda, Juarez Antunes, Luizinho já sabia que havia uma ameaça de atentado, e estava escalado para ir com Juarez a Brasília para devolver as chaves do apartamento funcional de quando era Deputado Federal, e Luizinho iria resolver a questão do Dissídio Coletivo com a CSN, pelo

Sindicato dos Metalúrgicos. Luizinho estava programado para ir de avião, mas Juarez queria ir de carro da Prefeitura para contenção de despesas. Luizinho tentava convencer Juarez a ir de avião e não de carro porque D. Waldyr há dois meses atrás, em dezembro de 1988, havia lhe comunicado que recebeu um aviso de que haveria um atentado contra a vida dele e de Juarez Antunes e que pareceria acidente. Luizinho foi à casa de Juarez à meia noite, quase na hora dele sair com o motorista da Prefeitura, avisar que não iria viajar com ele para Brasília. Antes falou com a esposa de Juarez e com seu filho sobre a informação de D. Waldyr que estavam planejando matar o Bispo e o Prefeito. Daí no primeiro momento, Luizinho achou que não tinha sido acidente. Depois, com a apuração dos fatos, se convenceu de que foi um acidente. Quando vinha uma carreta cortando a outra o Beto, motorista, tentou desviar o carro, com a roda para fora da estrada e saiu da estrada numa descida e bateu na árvore, onde a cabeça do Juarez chocou-se com outra árvore, sendo que o motorista foi atirado para fora do carro e não sofreu nada sério.

TESTEMUNHO DE LUIS ANTONIO VIEIRA ALBANO

Para Albano a morte de Juarez não tem nada a ver com conspiração ou assassinato. Foi uma pura “imbecilidade”, nas palavras de Albano, porque o Juarez tinha que entregar as chaves do apartamento de deputado federal em Brasília e foi de carro para demonstrar que não era “marajá” e não abusava do dinheiro público. Tinha que ir de carro para dar exemplo de contenção de despesas como Prefeito de Volta Redonda. Então pegou um motorista cansado com sobrecarga de serviço que acabava de voltar do Rio de Janeiro com Juarez e emenda numa viagem de carro numa estrada superperigosa que é um verdadeiro “matadouro”., cheia de carretas em alta velocidade, sem acostamento, e com ribanceiras cheias de árvores nas laterais da estrada (BR-40). Veio uma carreta na contramão, o motorista se assustou, tirou uma roda na estrada sem acostamento e foi parar o carro numa dessas árvores, ao lado da estrada, em alta velocidade.

DEPOIMENTO DE ISAQUE FONSECA

Para Isaque Fonseca, a morte do Juarez gerou muitas controvérsias. “A crença até hoje é que houve um atentado, a crença maior, sustentado, inclusive, pelo dom Waldyr, falando que recebeu visita e ninguém vai desacreditar no que dom Waldyr estava falando, e ele não ia sair inventando nada. Isaque respeita a opinião de D. Waldyr, mas tem outra diferente”. Isaque, naquela época, era vereador de Volta Redonda e presidente da Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal. Quando houve o acidente da morte de Juarez, Isaque conseguiu que fosse aprovada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal para apurar a morte de Juarez. Ele foi o Presidente e Relator da CPI. Foi investigar o caso, viajou para onde ocorreu o acidente, Município de Felixlândia, em Minas Gerais, Km 360 da BR-040, Delegacia Regional de Sete Lagoas. Apurou-se que foi acidente. Não houve nenhuma batida na Paraty que era conduzida pelo motorista Alberto. Naquela época não havia obrigatoriedade de uso de cinto de segurança. Os carros zero Km saiam de fábrica sem cintos. Por isso explicaria terem sido ambos (motorista e Juarez) atirados para fora do carro, quando esse saiu da pista. Juarez bateu com a cabeça na árvore e ficou sem a maior parte dela, e Alberto caiu na terra, quebrou o ombro e ficou desacordado. A perícia de técnicos da Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – concluiu que não havia nada no carro que indicasse sabotagem ou batida. A CPI concluiu que foi um mero acidente que matou Juarez Antunes.

JUAREZ FOI MORTO POR ATENTADO SIMULADO COMO ACIDENTE

TESTEMUNHO DE MARCELO FELÍCIO

Juarez tomou posse dia 1º de janeiro e morreu dia 21 de fevereiro de 1989. No seu curto mandato, Marcele Felício destaca que Juarez enfrentou no início do mandato de Prefeito um lockout dos empresários de ônibus e venceu-os conseguindo abaixar o preço das passagens. Marcelo nunca acreditou em acidente e não acredita. Por causa do que representava o movimento sindical de Volta Redonda no Brasil. Numa empresa de importância estratégica nacional. A posição política, a consciência de classe e a organização dos operários era muito forte e o enfrentamento na greve de 1988 com o Exército e sua desmoralização. Havia um bloco de poder popular formado pelo Sindicato dos Metalúrgicos, a Igreja Católica e suas CEBs e Pastorais e a Prefeitura. Juarez era a grande liderança política desse bloco e tinha expressão nacional. Houve um aviso de policiais ligados ao delegado Hélio Luz de que havia um plano para assassinar D. Waldyr Calheiros e Juarez Antunes, mas para parecer que fosse por acidente e fora de Volta Redonda. D. Waldyr recebeu o aviso e passou para avisar Juarez. Juarez não gostava de andar de avião. Ele foi a Brasília de carro com o motorista Beto. Segundo opinião de Marcelo, a morte estava planejada e segundo documento secreto do Exército, revelado pelo Jornal do Brasil, havia um plano de eliminação de um grupo de sindicalistas de Volta Redonda. Invadiram a casa do Marcelo de madrugada. Cortaram o mangote de freio do carro no Rio de Janeiro. Era vigiado acintosa e frequentemente. O carro ficou laminado. Para Marcelo foi acidente, mas a questão é de como o “acidente” aconteceu.

TESTEMUNHO DE CARLOS ALEXANDRE HONORATO

Cerezo atua na Comissão Nacional de Anistia, em Brasília, e nos casos de miliares que foram perseguidos e buscam anistia, em seus depoimentos eles relatam que no

Exército (e das demais Forças Armadas) existe o chamado **CÓDIGO 12.** Esse Código 12 significa ações especiais dos militares dos serviços de inteligência e operações, na Ditadura, para assassinar pessoas de tal maneira que essas mortes pareçam acidentais ou naturais. Para Cerezo, o caso da morte de Juarez Antunes no acidente de carro está ligado a atentado pelo CÓDIGO 12 porque o Exército não aceitou a derrota que sofreu na greve de 88 na CSN.

TESTEMUNHO DE JESSE JANE & COLOMBO

Para Jesse Jane e Colombo não há dúvidas que Juarez Antunes foi assassinado pelos militares. Primeira razão foi a informação de D. Waldyr Calheiros de que haveria um atentado à vida dele e de Juarez. Essa informação foi passada ao Bispo por um parente próximo que era delegado da Polícia Federal. E a segunda razão foi um professor do IFCS que veio fazer uma palestra e voltou para o Rio com o mesmo motorista do Prefeito Juarez. Então esse professor avisou Jesse que achava que o motorista era informante da polícia. No mínimo, naquela conjuntura, um prefeito sindicalista, após uma greve como a de 88, tinha que ser bem investigado. O pessoal de Campinas, da equipe do Badan Palhares (o mesmo que anos depois emitiu o controverso laudo do assassinato de Paulo César Farias), chegou para analisar o carro e de repente foi embora, sem concluir nada porque a o laudo estaria inviabilizado porque a Volkswagen não quis fornecer o projeto do carro Paraty (mesmo tipo de carro do acidente). Além disso, o advogado contatado pelo Sindicato para acompanhar o caso nem foi ao julgamento do motorista. Não houve a devida investigação séria que o fato merecia. Não interessava politicamente investigar aquilo. Esse era o modus operandi que a Ditadura utilizou para matar outras pessoas e não prestar conta.

CONCLUSÕES DAS PESQUISAS

As pesquisas no Arquivo Nacional, Arquivo Público do Rio de Janeiro e Arquivo da CSN não revelaram **nenhum documento que provasse a existência de um plano especificamente para eliminar Juarez Antunes**. Desse modo, não há provas cabais para a Comissão concluir de forma definitiva que a morte de Juarez foi decorrente de uma operação secreta de agentes especiais. Por outro lado, há evidências concretas de que **a morte de Juarez deve ser mantida sob suspeita de acidente simulado** e de que havia interesses poderosos na sua morte pelas razões que passam a seguir serem expostas:

1- A morte de Juarez Antunes não deve ser vista isoladamente, mas dentro de uma série causal de fatos que marcam a tensão entre o movimento sindical e a tutela militar sobre a CSN-Volta Redonda (recém liberada de ser área de segurança nacional). Nessa sequência de fatos podem ser destacados: o ataque violento e singular do Exército contra a greve dos metalúrgicos da CSN em 9 de novembro de 1988; a morte dos três operários pelo Exército; a vitória do movimento grevista e desmoralização do Exército na opinião Pública; a posse de Juarez para Prefeito em 1º de janeiro de 1989; a entrevista ameaçadora e enigmática do General José Luís Lopes no dia 18 de fevereiro de 1989; a morte de Juarez em 21 de fevereiro de 1989; a inauguração do monumento 9 de novembro em homenagem a Walmir, Willian e Barroso no 1º de maio de 1989; a explosão do monumento na madrugada de 1º para 2 de maio de 1989; o acidente do alto forno 3 da Usina da CSN no dia 4 de maio de 1989;

2- A afirmação de D. Waldyr Calheiros que recebeu um aviso de contra informação de que os agentes secretos de forças especiais do Exército estavam planejando as mortes dele próprio, o Bispo, e de Juarez por acidente simulado e despistado fora de Volta Redonda;

3- Juarez Antunes não se importou com as ameaças e poderia ter facilitado o trabalho de seus algozes ao viajar pela estrada mortal da BR-040, sem acostamento e com laterais íngremes e cheias de árvores, de tal modo que dois caminhões cortando um ao outro de repente na contramão seriam suficientes para bloquear toda a estrada restando como única alternativa de reflexo de qualquer motorista experiente a saída para a lateral da estrada. A falta do uso de cinto de segurança muito habitual na época e as árvores do bosque na beira da estrada íngreme completariam o serviço;

4- Não houve um relatório conclusivo da Unicamp sobre o acidente; como também não houve investigação mais profunda sobre o caso, não sendo encontrado nos arquivos da Câmara Municipal de Volta Redonda qualquer relatório ou documento final da CPI;

5- Os agentes especiais da Ditadura Civil-Militar utilizavam como modo de operação, na eliminação de "inimigos internos", a simulação de acidentes que não deixavam pistas de assassinato, sendo a caso Zuzu Angel, na Estrada do Joá, o mais notável, sem contar a morte do Presidente Juscelino Kubitschek, em acidente na Dutra.

6- A morte de Juarez, caso tenha sido planejada, foi feita por especialistas de tal forma que não há documentos escritos, apenas ordens comunicadas oralmente a comandos especiais que somente seriam reveladas por alguém que tenha participado e que rompesse o pacto do silêncio por uma razão de ordem particular de retaliação, como aconteceu no caso da explosão do monumento, como as denúncias do Capitão Dalton de Melo Franco (ver 14º caso de graves violações dos Direitos Humanos).

14º CASO DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA

EXPLOSÃO TERRORISTA DO MONUMENTO 9 DE NOVEMBRO EM HOMENAGEM A WALMIR * WILLIAN * BARROSO

14º CASO DE GRAVE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

EXPLOSÃO DO MEMORIAL 9 DE NOVEMBRO EM VOLTA REDONDA

PROJETO DO MONUMENTO 9 DE NOVEMBRO DE OSCAR NIEMAYER

Nos curtos e intensos 51 dias de Governo Juarez Antunes à frente da Prefeitura de Volta Redonda, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPU) de Volta Redonda foi encarregado de elaborar um projeto urbanístico para antiga praça General Edmundo Macedo Soares, que se localiza em frente à Passagem Superior que é a entrada principal da Usina da CSN, com o propósito de receber o projeto arquitetônico do Monumento 9 de Novembro com a assinatura de Oscar Niemeyer (que já havia projetado, a pedido do grupo Tortura Nunca Mais, um Monumento Contra a Tortura, que foi construído, em 1989, no largo da Praça do Passeio, na cidade do Rio de Janeiro).

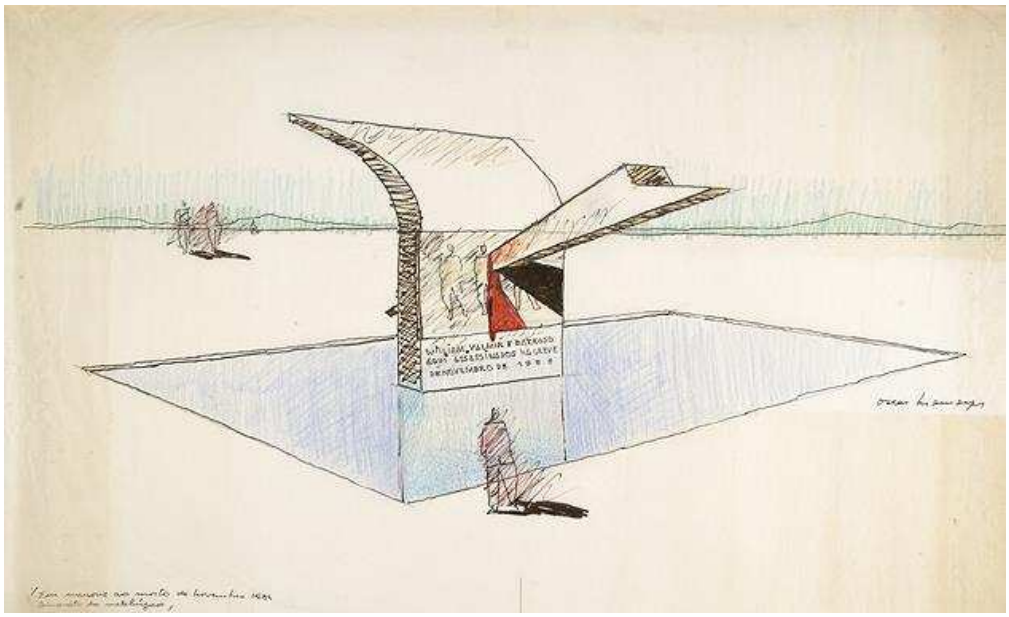
O Monumento 9 de Novembro foi concebido para ser uma homenagem aos três operários, Willian, Walmir e Barroso, assassinados pela invasão do Exército, na Usina da CSN, no ataque bélico à greve dos metalúrgicos. A iniciativa de solicitar esse projeto ao arquiteto Oscar Niemayer foi da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, conforme narrou em suas próprias palavras:

"Foi com o maior empenho que recebi do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda a incumbência de projetar esse monumento. Como ocorreu ao desenhar o monumento contra a tortura, procurei caracterizá-lo pela violência. Violência que durante anos pesou sobre o nosso país e, agora se repetia com a morte de três bravos trabalhadores, naquele revoltante episódio de 9 de novembro de 1988".

FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL

REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL SOBRE O MOVIMENTO SINDICAL NA CSN

(Reportagem de Eva Spitz, Jornal do Brasil, 15/03/1989, Caderno B, pag. 2 – Arquivo Particular).



FONTE: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF

DOSSIÊ DE REPORTAGENS SOBRE A EXPLOSÃO DO MONUMENTO

O projeto do monumento desenhado por Oscar Niemayer tornou-se uma placa de concreto de 2,50 metros de altura, nessa placa foi posta uma placa de 3 metros de altura onde estavam gravados a silhueta de três corpos, também na vertical, sendo essa placa transpassada por uma lança de concreto de 6, 76 metros no ponto do coração do corpo do meio, onde um triângulo vermelho sugeria sangue. Por cima dos corpos, uma faixa azul sinuosa. O monumento ficou sobre um espelho d'água, refletindo seus contornos. O projeto urbanístico ficou sob a responsabilidade da arquiteta Cláudia Virgínia Cabral de Souza, presidenta do IPPU, e sua equipe de arquitetos, Guilherme Abreu Toledo e Silvana Sobral Pinto Dias. A antiga Praça General Macedo Soares tornou-se Praça

Juarez Antunes, após sua morte, na inauguração do Monumento 9 de Novembro no dia 1º de Maio de 1989.

CONSTRUÇÃO E INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO 1º DE MAIO 89

FONTE: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF
DOSSIÊ DE REPORTAGENS SOBRE A EXPLOSÃO DO MONUMENTO

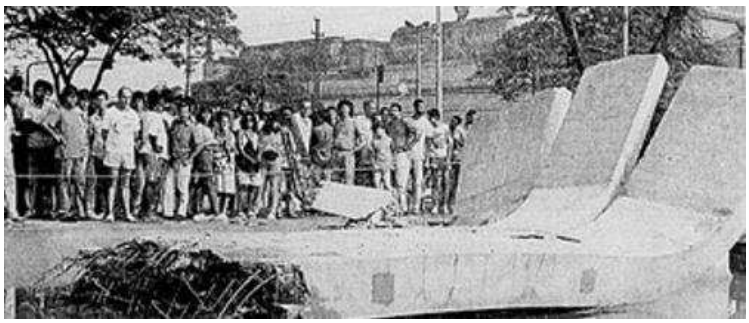
A construção do Monumento 9 de Novembro na Praça Juarez Antunes foi assumida pelo próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, ao custo de 69 mil Cruzados Novos. Segundo depoimento de Luiz de Oliveira Rodrigues (Luizinho), o pedido e as gestões junto ao arquiteto Oscar Niemayer, para elaboração do projeto do monumento, foram feitas por Jesse Jane. A construção em si do monumento teve que ser feita pela direção do Sindicato, tarefa assumida pelos diretores Luizinho e Albano, pois nenhuma construtora da região se propôs a assumir a obra porque estavam sofrendo ameaças anônimas e não queriam arriscar. Então, Albano, Luizinho e um grupo de metalúrgicos ativistas e voluntários, com conhecimento de construção civil, alugaram um mini guindaste e colocaram o monumento de pé tal como concebido por Niemeyer.

No dia 1º de maio de 1989, o “Monumento 9 de Novembro” foi inaugurado com a presença de milhares de pessoas. Havia caravanas de sindicalistas vindos de vários lugares do Rio, São Paulo, Minas Gerais. A Central Única dos Trabalhadores determinou que Volta Redonda fosse a CENTRO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES no 1º de Maio. Numa conjuntura de campanha das primeiras

eleições diretas para Presidência da República, a diretoria Sindicato dos Metalúrgicos estava rachada entre as candidaturas de Leonel Brizola pelo PDT e de Lula pelo PT. Essa divisão se mostrou nas faixas e bandeiras na aglomeração popular durante a inauguração do Monumento e, também, nos discursos dos oradores do evento. Dentre os oradores, cabe destacar o líder histórico do movimento comunista no Brasil, Luís Carlos Prestes.

A grande maioria dos milhares de presentes no Ato era de famílias metalúrgicas, operários, mulheres e crianças que estavam ali para homenagear, com 1 minuto de silêncio (10h30 da manhã), além dos três operários mortos na greve dos metalúrgicos da CSN em 9 de novembro de 1989, simbolizados no monumento (Walmir Freitas Monteiro, Willian Fernandes Leite e Carlos Augusto Barroso), foram lembrados também, Juarez Antunes (líder sindical e ex-prefeito morto em acidente suspeito no dia 21 de fevereiro de 1989) e Chico Mendes (líder seringueiro assassinado no Acre). Após a homenagem com o minuto de silêncio, a banda e o coral municipal executaram e cantaram o Hino da Internacional Comunista. A homenagem continuou com apresentações de cantores da MPB durante todo o dia, mas, na parte da tarde, uma forte chuva dispersou a maioria dos presentes.

ATENTADO TERRORISTA – EXPLOSÃO DO MONUMENTO 2 MAIO DE 89



No dia 2 de maio de 1989, às 3h20 da madrugada, houve uma grande explosão no Monumento 9 de Novembro, na Praça Juarez

Antunes, inaugurado no dia anterior. Essa explosão foi causada por bombas que derrubaram toda estrutura de concreto armado de 15 toneladas com ferragens poderosas.

FONTE: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF
DOSSIÊ DE REPORTAGENS SOBRE A EXPLOSÃO DO MONUMENTO
Foto Jornal do Brasil – capa – 3 de maio de 1989

As 3 bombas foram colocadas na base do monumento que ficou totalmente destruído. Foi um trabalho feito por profissional em explosivo. As 3 bombas foram detonadas ao mesmo tempo e, por isso, deram a impressão de ter sido apenas uma explosão que foi ouvida a 3 quilômetros de distância. O deslocamento de ar destruiu vidraças no prédio do Escritório Central, no Posto de gasolina Nove de Abril e no Edifício GACEMSS (este fica a 300 metros de distância do monumento). Os moradores do prédio de 121 apartamentos e aproximadamente 400 moradores saíram correndo de seus apartamentos e desceram para rua com medo dele desabar.

Os peritos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli da Secretaria de Polícia Civil pediram para que se esvaziasse o pequeno lago artificial em torno do monumento. Então, os peritos conseguiram encontrar uma mochila de tecido camuflado com a 4ª bomba cujo explosivo dentro não foi detonado. Os terroristas não detonaram a 4ª bomba na mochila camuflada intencionalmente. As 3 bombas (que variavam de 4 a 10 placas com 1,32 a 3,33 Kg de explosivo plástico) foram colocadas na parte de trás do monumento que fizeram

com que, ao explodirem, quase simultaneamente por frações de segundos do cordel detonador (tempo de explosões imperceptível ao ouvido humano, daí a impressão das testemunhas de ser uma explosão apenas) tombassem as placas de concreto para frente. A 4ª bomba, que não explodiu, estava na base da parte frontal e era a carga mais potente (21 placas de 6,93 Kg de explosivo plástico) cuja função seria estilhaçar as placas de concreto.

FONTE: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF
DOSSIÊ DE REPORTAGENS SOBRE A EXPLOSÃO DO MONUMENTO
FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL

Todas as 4 bombas foram confeccionadas por um tipo de explosivo plástico denominado **PLASTEX − FABRICADO EXCLUSIVAMENTE PELA FÁBRICA PRESIDENTE VARGAS DA INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL (IMBEL) DE CONTROLE DO EXÉRCITO**. A IMBEL fornece o explosivo PLASTEX a diversas empresas. O Exército controla a saída e destino desse explosivo. O Exército não forneceu a lista de empresas que adquiriram esse material (muito consumido em siderúrgicas para o corte de aço). Daí não houve possibilidade de se fazer uma inspeção rigorosa nos estoques das empresas clientes e identificar o desvio do material.

Obs: Essas conclusões constam do laudo oficial sobre as bombas divulgado pela Secretaria de Polícia Civil e assinada pelos peritos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli.

Os autores do atentado terrorista de 2 de maio de 1989, segundo testemunhas, foram três homens. Um homem estava de vigia no Posto 9 de Abril (posto de gasolina próximo à praça), o segundo homem estaria varrendo a praça (às 3 horas da madrugada) e o terceiro homem estava agachado, de bermudas e sem camisa, dentro do lago artificial perto do monumento. Essa cena foi vista por um casal que passava de carro na hora, vindo de uma

viagem. Outra testemunha, um operário que não se apresentou à Polícia com medo de ser morto, mas fez contato com o Sindicato dos Metalúrgicos e afirmou ter visto dois homens na praça Juarez Antunes e ter visto um Fiat Uno estacionado ao lado da praça.

Os guardas subordinados ao Departamento de Segurança da Usina (DSU) que ficaram de vigia no Escritório Central da CSN, onde no 16º andar funcionava a Assessoria de Segurança e Informação (ASI-CSN), declararam que não viram nada de estranho acontecendo e nem viram ninguém estranho nas redondezas.

Assassinato do Cabo do Exército Charles Fabiano da Silva

Nos quarteirões de ruas próximas à praça Juarez Antunes há uma concentração de 15 casas da CSN que são ocupadas por famílias de sargentos do 22º BIMtz. Nessa madrugada da explosão do monumento, estava de vigia, fazendo a ronda na "pequena vila militar" da CSN, uma importante testemunha do atentado, o Soldado **Charles Fabiano da Silva,** do 22º BIMtz , arrolado pelo Delegado Paulo Paciello, da Delegacia de Polícia Civil de Volta Redonda, para depor no Inquérito Policial do atentado terrorista.

Charles Fabiano da Silva

FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL

foto - JORNAL DO BRASIL, cidade, pag. 5 - 27/5/1989

A testemunha chave do inquérito policial sobre o atentado terrorista, o Sd. Charles Fabiano, 19 anos de idade, havia acabado de fazer o curso de Cabo do Exército e estava aguardando a promoção, pois pretendia seguir a carreira no Exército, servindo no quartel de Barra Mansa, 22º Batalhão de Infantaria Motorizada.

Na 1ª ronda três semanas após o atentado, no dia 25 de maio de 1989 , na qual tinha a missão de vigiar por toda noite as 3 quadras de 15 casas dos sargentos do 22º BIMtz, o Soldado Charles Fabiano da Silva estava acompanhado do parceiro de ronda, Soldado João Carlos Batista de Andrade. Por volta das 20h30, um carro Fiat Uno (da

mesma marca do carro visto por testemunha estacionada na Praça Juarez Antunes, poucos minutos antes da explosão) havia circulado duas vezes pelo quarteirão em velocidade reduzida.

O Fiat Uno estacionou num local pouco iluminado. Quando os dois soldados passaram pelo carro estacionado, foram rendidos por três homens armados de metralhadora Uzi que pediram as armas fuzis FAL que portavam na ronda. O Soldado João Carlos, segundo declarou em depoimento à Polícia Civil de Volta Redonda, entregou a arma imediatamente e afirmou que o Soldado Charles Fabiano se recusou a entregar e foi arrastado por 2 homens que saíram do Uno (enquanto o terceiro permaneceu ao volante), até a esquina da rua 4, onde levou coronhadas e duas rachadas de tiros de metralhadora. Os ocupantes fugiram com os dois fuzis FAL. Os peritos encontraram cápsulas de metralhadora Uzi 9 mm que pode disparar 600 tiros por minuto alcance de 200 metros.

O Sd. Charles Fabiano foi socorrido com vida no Hospital da CSN, ferido com seis tiros que atingiram o tórax, o saco escrotal, as pernas e os braços. No dia seguinte, o Soldado não resistiu e veio a falecer. Foi enterrado com honras militares no cemitério de Barra Mansa.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL

Jornal do Brasil, Cidade pag. 5, 27/5/1989

Na missa de 7º dia em homenagem ao soldado morto como herói, no 22º BIMtz, estiveram presentes o General Antônio Luís Rocha, Comandante da 1ª Divisão do Exército e outras autoridades do Alto Comando. Charles Fabiano da Silva foi promovido pos-mortem a 3º Sargento e sua família (pai e mãe) teve direito à pensão militar. A rua

onde morava, na Vila Nova, cidade de Barra Mansa, passou a se chamar Rua Charles Fabiano da Silva.

No calor da hora dos acontecimentos, policiais civis da 96ª DP acreditavam em crime de terrorismo político porque o Sd. Charles Fabiano seria ouvido em poucos dias como testemunha chave sobre o caso da explosão do monumento. Entretanto, A Polícia Civil da 96ª DP foi retirada do caso e as investigações passaram e ser responsabilidade do Centro de Informações do Exército (CIEx) e da Polícia de Investigações Criminais (PIC) do Comando Militar Leste. As investigações do Exército, ajudados pela Polícia Federal do Rio de Janeiro, seis meses depois, apontaram para um crime praticado por uma quadrilha do traficante Paulinho Satã, da favela Nova Brasília de São Gonçalo. Toda a quadrilha foi morta por Policiais Federais e não foram encontrados os fuzis roubados do Exército, mas foi declarado oficialmente que Charles Fabiano havia sido morto por esse traficante e seus comparsas ("Marquinho", "Jorge Gatinha" e "Gonzaga preto") todos mortos nessa operação. Desde então, oficialmente, caso encerrado para a Polícia Federal e para o Exército sobre o assassinato do soldado do 22º BIMtz.

Reinauguração do Memorial 9 de Novembro

A partir de um novo projeto de Oscar Niemeyer, o Memorial 9 de Novembro foi reconstruído pelos metalúrgicos com a responsabilidade do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Na concepção do mestre arquiteto, o novo monumento deveria registrar a marca da violência sofrida, por isso foram mantidos vestígios da explosão terrorista de 2 de maio de 1989. O monumento foi reerguido com o financiamento de bônus e doações da

população. Um grupo de 700 pessoas foram se revezando no trabalho entre o dia 8 e 12 de junho de 1989. Foram alugados 2 guindastes para reerguer e restaurar 18 toneladas de concreto armado. A lança que atravessava o meio do monumento ficou rente ao chão, como queria o autor do projeto original. Ao lado ficou uma maquete do monumento original para que ficasse para sempre na memória o ato terrorista da segunda morte dos operários Walmir, Willian e Barroso. A primeira morte foi real por violência bélica de tropas do Exército no dia 9 de novembro de 1988 contra os metalúrgicos na Usina da CSN. A segunda morte foi simbólica com a explosão terrorista do monumento no dia 2 de maio de 1989.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL – JORNAL DO BRASIL

O Monumento foi reinaugurado no dia 12 de junho de 1989. Nos dias que antecederam, até o dia da inauguração, os 200 ativistas sindicais metalúrgicos se revezaram para garantir a segurança do monumento, pois diversas cartas de ameaças terroristas foram enviadas ao Sindicato e aos dirigentes sindicais. Havia um clima de terror, inclusive alimentado pelo Prefeito Wanildo de Carvalho que em programa de rádio havia desaconselhado os cidadãos a participarem do ato de reinauguração por temer outro atentado terrorista.

Houve uma busca, na véspera, inclusive dentro das galerias subterrâneas de esgoto fluvial na praça Juarez Antunes e houve vigília durante a madrugada com a presença de ativistas sindicais e militantes dos movimentos populares. No dia da inauguração havia

também policiais civis, policiais militares e policiais federais fazendo a segurança do evento.

Apesar do monumento ter recebido uma remodelagem urbanística nos últimos anos, a luta simbólica continuava sendo travada contra o apagamento da memória. O poder público construiu uma passarela sobre o monumento de tal maneira que os bancos da Praça Juarez Antunes ficaram de costas para o Monumento 9 de Novembro. Além disso, foi construída uma passarela que impede que as pessoas que passam na Avenida Independência vejam o monumento de Oscar Niemayer.

Denúncia do Capitão Dalton – 10 anos depois

O Exército Brasileiro criou, em 1968, o 1º Batalhão de Forças Especiais, formado de soldados de elite capazes de realizar, com total autonomia, operações bélicas de guerra irregular, combate à guerrilha, inteligência e contra-inteligência, operações psicológicas, reconhecimento estratégico, busca, localização e ataque a alvos estratégicos e sabotagens. O treinamento dos candidatos requer a melhor capacidade física de sobrevivência em situações extremamente adversas e no limite, associada à melhor capacidade técnica de atirar com qualquer arma (pistolas, fuzis, metralhadoras, canhões, tanques), **preparar e detonar todos os tipos de explosivos**, dirigir e pilotar qualquer veículo terrestre, aéreo e naval. Menos de 200 homens do Exército conseguiram completar o treinamento e ingressar nessa elite de "supersoldados" capazes de, em tese, "sozinhos fazer uma guerra". As Forças Especiais participaram no combate aos guerrilheiros do PCdoB no Araguaia, tendo como uns dos oficiais em operação o Tenente Álvaro Pinheiro, hoje

General de Brigada na Reserva, que depôs na Comissão Nacional da Verdade sobre a Guerrilha do Araguaia em 12 de dezembro de 2012.

A atuação das Forças Especiais requer alto grau de sigilo. O lema do Batalhão de Forças Especiais: "**QUALQUER MISSÃO, EM QUALQUER LUGAR, A QUALQUER HORA, DE QUALQUER MANEIRA**" levou o **Coronel Álvaro Pinheiro** (na foto), Comandante do Batalhão de Forças Especiais, em abril de 1989, a convocar o Capitão Dalton para cumprir uma missão: **EXPLODIR O MONUMENTO EM HOMENAGEM AOS TRABALHADORES MORTOS EM VOLTA REDONDA**. O diálogo entre o Capitão e o Coronel foi reproduzido numa reportagem histórica de Maurício Dias e Marcelo Carneiro no Jornal do Brasil do dia 14 de março de 1999.

[JB, 14/03/1999- Coronel Álvaro Pinheiro em pé atrás do atirador e, a direita, em pé no centro, o Capitão Dalton]

Coronel Álvaro Pinheiro: − "Capitão, eu quero que o senhor cumpra uma missão"

Capitão Dalton: −"Que missão Coronel ?"

− "Explodir o monumento em homenagem aos trabalhadores mortos em Volta Redonda"

− "Coronel, eu queria entender o porquê desta missão".

− "Capitão, esta é uma missão e como tal não deve ser discutida".

O **Capitão Dalton Roberto de Melo Franco** (na foto) relatou que, para cumprir a missão, pediu que a ordem

viesse por escrito. Como o não houve ordem por escrito, o Capitão não realizou a missão. Apesar de já ter participado de missões secretas no exterior, de ter eliminado traficantes no Rio e de ter se infiltrado entre os metalúrgicos dentro da Usina da CSN na histórica greve de 1988, em 1996, o Capitão foi expulso do Exército acusado pelo já promovido General de Brigada Álvaro Pinheiro de um crime de roubo de 7.530 cartuchos de munição do paiol do Batalhão de Forças Especiais, em abril de 1991.

O ex-Capitão Dalton não se conformou e contratou advogados para recorrerem na 2ª Auditoria da Justiça Militar. O General Álvaro Pinheiro não registrou dia e hora da ocorrência do furto de munições; e não citou nome de soldados testemunhas que teriam visto o então Capitão Dalton entrar no paiol carregando uma mochila vazia e saindo com ele cheia. O General Álvaro Pinheiro não instaurou IPM para apurar o furto de munições, se limitando a dizer que a causa do furto foi que o Capitão as teria levado para o Clube de Tiros de Marques de Valença. O ex-presidente do Clube, Rogério Alves, afirmou que não há registro nos anais da presença do Capitão Dalton. A acusação torna-se inepta porque no paiol em questão não havia registros de controle de entrada e saída de munições. Por fim, 7.530 cartuchos de munição pesam mais de 100 quilos e não seria possível qualquer pessoa sair carregando numa mochila.

No dia 3 de dezembro de 1998, o ex-Capitão Dalton foi interrogado na 2ª Auditoria da Justiça Militar onde declarou em juízo que, para ele, não havia dúvidas que sua recusa a cumprir a missão do Coronel Álvaro Pinheiro (a não ser que fosse dada por escrito) de explodir o Monumento de Volta Redonda foi a causa principal dessa farsa e injustiça de sua expulsão do Exército. Na primeira semana de março de 1999, a advogada de Dalton, Dra.Sheila Bierrembach, entrou com no Superior Tribunal Militar com pedido de habeas corpus para trancar a ação penal por falta de provas do fato e de indício de autoria.

Os jornalistas Maurício Dias e Marcelo Carneiro, do Jornal do Brasil, ao tomarem conhecimento do processo na Justiça Militar, procuraram o ex-Capitão Dalton Roberto de Melo Franco, em Campo Grande – MS, para que lhes confirmasse aquilo que havia dito em juízo. O ex- Capitão lhes concedeu uma entrevista de 6 horas na qual revelou quem, como, quando e por que da explosão do Monumento 9 de Novembro em Volta Redonda no dia 2 de maio de 1989.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL

REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL SOBRE A EXPLOSÃO DO MONUMENTO

Segundo o ex-Capitão Dalton, o Exército considerou o Monumento uma afronta contra os militares e que se estava querendo criar mártires do movimento sindical. A destruição do Monumento foi obra de uma missão de um comando do Batalhão das Forças Especiais. A ordem direta foi do Comandante do Batalhão, Coronel Álvaro Pinheiro, mas toda missão tem sua origem no Gabinete do Ministro do Exército, na época, General Leônidas Pires (que na época afirmou imediatamente à imprensa que era obra de terroristas de Direita inconformados com as greves e a ameaça comunista, ao mesmo tempo, uma tal "Falange Patriótica" assumia a autoria em comunicado à imprensa).

Nas suas revelações de como foi planejada a ação, Dalton afirma que o próprio Coronel Álvaro, como condutor da missão, esteve pessoalmente antes em Volta Redonda para observar o local da operação. O plano era aproveitar a movimentação de muitas pessoas na inauguração, de forma que não chamasse a atenção pessoas estranhas próximas ao monumento, permitindo-se, desse modo, traçar o plano técnico de colocação dos explosivos naquela noite, após a inauguração.

Os explosivos eram dinamites de pedreiras que foram obtidos através de bicheiros do Rio (Castor de Andrade) e da Baixada Fluminense (Anízio Abraão), pois havia uma aliança com as Forças Especiais do Exército e a Polícia Federal para combater as

quadrilhas e organizações traficantes que ameaçava a antiga supremacia dos bicheiros. Esses explosivos não foram fornecidos exclusivamente para a explosão do monumento, mas para um paiol do Batalhão de Forças Especiais para operações irregulares.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL

REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL SOBRE A EXPLOSÃO DO MONUMENTO

O ex-Capitão revela que essas dinamites, desviadas das pedreiras por bicheiros e transferidas para o paiol do Batalhão da Força e que explodiram o monumento de Volta Redonda, foram acondicionadas em mochilas camufladas que pertenciam ao navio NABISTOR, do Panamá, apreendido em Niterói (em 14 de março de 1986) porque estava carregado com armamento originado da Argentina com destino a Gana, mas ficou com o Exército Brasileiro. As mochilas foram utilizadas pelo Batalhão de Forças Especiais para enchimento de explosivos. Para as mochilas explodirem ao mesmo tempo era preciso um cordel detonante entre elas. A extremidade desse cordel era ligada a um explosivo menor que seria o acionador, de origem militar (plastex), fabricado pela IMBEL.

Segundo Dalton, a explosão do Monumento 9 de Novembro de Volta Redonda, primeiramente foi calculada a quantidade de explosivo para a quantidade de concreto armado. Depois foi definida a base do monumento onde se colocariam as mochilas com explosivos de dinamite ligados por cordéis e acionado pela explosão detonadora do plastex.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL

REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL SOBRE A EXPLOSÃO DO MONUMENTO

foto Jornal do Brasil, Cidade, pag. 29, 2/5/89

Essas explosões acontecem tão rapidamente que são detonadas praticamente no mesmo instante dando a impressão de ter sido apenas uma só explosão. No caso, em uma das mochilas, o cordel falhou e não foi detonada.

As denúncias do ex-Capitão Dalton Roberto de Melo Franco na reportagem do Jornal do Brasil, dia 14 de março de 1999, tiveram ampla repercussão nacional. O Exército instaura um IPM para apuração das informações reveladas de que o terrorismo da explosão do Monumento de Volta Redonda, ocorrido no dia 2 de maio de 1989, havia sido uma missão das Forças Especiais do Exército. No dia 6 de abril de 1999, convocado na Vila Militar, para depor no IPM, Dalton apenas confirma o que havia falado no depoimento na 2ª Auditoria da Justiça Militar em 3 de dezembro de 1998, mas não confirma outras revelações dadas na entrevista do Jornal do Brasil. Naquele dia 6 de abril de 1999, o Superior Tribunal Militar também julgou o processo de expulsão de Dalton Roberto de Melo Franco e o inocentou da acusação de roubo de munições.

No dia 28 de abril de 1999, numa acareação entre o **General Álvaro Pinheiro** e o ex-Capitão Dalton, a situação foi diferente porque Dalton não apenas reafirmou o que dissera sobre a ordem, que recusou cumprir, do seu Comandante, Coronel Álvaro Pinheiro, para destruir o Monumento de Volta Redonda como também confirmou a existência de documentos que provam essa denúncia, que os guarda em locais diferentes e que estaria disposto a entrega-los ao Ministério Público Militar. Nessa acareação, o ex-Capitão Dalton denunciou que ele e sua família estariam recebendo ameaça de morte para que se calasse e que por isso, no depoimento do dia 6 de abril, havia receado em confirmar as declarações na reportagem do Jornal do Brasil.

No dia 2 de maio de 1999, os jornalistas Maurício Dias e Marcelo Carneiro, do Jornal do Brasil, revelam em reportagem, sob o título "RELATÓRIO EXPLODE SILÊNCIO OFICIAL", o documento entregue pelo ex-Capitão Dalton de Melo Franco ao Ministério Público Militar no qual comprova que no dia 22 de janeiro de 1996 havia enviado um relatório por ofício para o Ministro do Exército revelando a participação do 1º Batalhão de Forças Especiais na explosão do Monumento 9 de Novembro, de Volta Redonda, em homenagem aos três trabalhadores mortos na invasão do Exército na Usina da CSN. Esse documento pode ser comprovado que foi enviado através do registro de folhas de alterações de Dalton, onde está registrado o encaminhamento pelos ofícios números 12 e 13-Sec.3, de 25 de janeiro de 1996. Naquele momento, Dalton servia no 20º Regimento de Cavalaria Blindada, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL
REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL SOBRE A EXPLOSÃO DO MONUMENTO

De acordo com o relatório enviado, no início do ano 1989, recebeu do Comandante do 1º Batalhão de Forças Especiais, Coronel Álvaro Pinheiro, a ordem de , junto com pessoal da Polícia Federal, reunir munições, explosivos, material e armamento descaracterizados (não privativos das Forças Armadas) para formar no Batalhão um paiol, que não existiria oficialmente, com esse armamento não caracterizado, diferente do paiol oficial do Batalhão. Por intermédio de delegados da Superintendência da Polícia Federal e do Comando Militar do Leste foram obtidos explosivos de uso militar junto às pedreiras da Zona Norte, através do filho do Bicheiro Castor de Andrade (Paulo Andrade), como também, nas pedreiras da Baixada Fluminense, através do bicheiro Anízio Abraão, através de pistoleiros do grupo de extermínio de Nilópolis, Moreno e Vladimir.

Segundo o relatório de Dalton, esse material descaracterizado e explosivos das pedreiras, estocados no paiol não-oficial do 1º Batalhão de Forças Especiais foram usados

na explosão do Monumento de Volta Redonda no dia 2 de maio de 1989. Além disso, esses explosivos foram usados entre o primeiro e segundo turno das eleições presidenciais de 1989, quando o candidato do PT, Lula, estava crescendo e ultrapassando o candidato conservador, Fernando Collor, nas explosões de bancas de jornais no Rio, para criar um clima psicológico de insegurança que a radicalização do PT poderia trazer, e dessa maneira favorecer o outro candidato.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL

REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL SOBRE A EXPLOSÃO DO MONUMENTO

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apura o caso, na qual ouviu o depoimento de Dalton de Melo Franco no dia 6 de julho de 1999.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32/99 - 16 de março de 1999
http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro99.nsf/b87370a209a49958832567040007d037/ed6d9019a8b3b7340325673800759137?OpenDocument&Start=1.1&Count=200&Collapse=1.1

EMENTA:
CRIA A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR AS DENÚNCIAS DO EX-CAPITÃO DALTON ROBERTO DE MELO FRANCO.

Autor(es): Deputado PAULO RAMOS

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Parlamentar de Inquérito para Investigar as revelações recentes do ex-Capitão Dalton Roberto de Melo Franco sobre acontecimentos ocorridos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - A Comissão será constituída de 07 (sete) membros e terá prazo de 90 (noventa) dias para concluir seus trabalhos, podendo ser prorrogada por 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Para os parlamentares compromissados com o desvendamento da participação do Exército nesse ato de terrorismo militar contrário ao papel Constitucional das Forças

Armadas, o atentado em Volta Redonda, 10 anos antes, atacou não apenas um monumento legitimamente erguido pela sociedade civil, mas principalmente os pilares da democracia brasileira e sua impunidade faria germinar o mito da imputabilidade de crimes cometidos por militares acobertados pela farda. Cabe destacar que esse crime está fora do alcance da Lei de Anistia e, por isso, o **General Álvaro de Souza Pinheiro** deveria ser indiciado por acusação de **crime de terrorismo** por ter comandado o grupo de agentes militares do Batalhão de Forças Especiais na explosão do monumento. A CPI da ALERJ não resultou em nenhuma conclusão e muito menos indiciamento de processo criminal. A Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros não conseguiu cópia do depoimento do ex-Capitão Dalton no processo da CPI porque todo o documento desapareceu inexplicavelmente do arquivo da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Apesar de toda as denúncias, o IPM, que foi encaminhado ao General Gleuber Vieira do Comando Militar Leste, concluiu que havia falta de provas contra o General Álvaro Pinheiro que, por isso, não foi denunciado para a Justiça Militar.

No dia 16 de agosto de 1999, os jornalistas Maurício Dias e Marcelo Carneiro produziram uma nova matéria na qual revelaram que o **Coronel Álvaro de Souza Pinheiro**, mais uma vez à frente do Batalhão de Forças Especiais, propõe, em 1990, a "**captura**" e "**neutralização**" de "**forma clandestina**" das principais lideranças sindicais metalúrgicas de Volta Redonda. Esse coronel, na época da Guerrilha do Araguaia, atuou como tenente das Forças Especiais do destacamento que prendeu, torturou, assassinou e

desapareceu com o corpo do guerrilheiro Oswaldão, do PCdoB (sobre esse crime, o **General Álvaro Pinheiro** foi convocado a depor na Comissão Nacional da Verdade (foto do depoimento). Essas informações foram obtidas por documentos entregues

pelo oficial R. (Sigiloso) que ao invés de obedecer a ordem de destruí-los os guardou e agora os revela por guardar mágoa do Exército. Esse mesmo oficial R. que serviu nas Forças Especiais confirma as declarações do ex-Capitão Dalton.

FONTE: ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE- ICHS-UFF
DOSSIÊ DE REPORTAGENS SOBRE A EXPLOSÃO DO MONUMENTO

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS SOBRE A EXPLOSÃO TERRORISTA DO MONUMENTO 9 DE NOVEMBRO

TESTEMUNHO DE MARCELO FELÍCIO

Para Marcelo, o Sindicato fez um monumento para homenagear os operários mortos na greve desenhado por Oscar Niemayer para marcar a memória da agressão do Exército aos operários da CSN. Foi inaugurado no dia 1º de maio de 1989. Quem explodiu o monumento na madrugada do dia 1º para o dia 2 de maio foi o Exército. Teve uma bomba, mais forte que não explodiu. A bomba que explodiu derrubou o monumento, a segunda, que não explodiu, era para fazer virar pó. Nessa bomba que que não explodiu havia as iniciais da empresa que só vende para o Exército brasileiro.

TESTEMUNHO DE WANDERLEI BARCELOS

A explosão do monumento foi serviço de profissional. Configura outro fato sem apuração em pleno Estado de Direito. O Exército estaria envolvido porque não há outra explicação. Não há menor cabimento o Exército atribuir o atentado a grupos de extrema esquerda que teriam a intensão de envolver o Exército porque, mesmo na luta armada, a esquerda era muito amadora e nunca houve explosões. Isso é modus operandi da direita (veja o caso Rio Centro e OAB). Somente o Exército, suas forças especiais teriam capacidade para fazer um trabalho daquele tipo, com aquele nível de perícia e técnica. E somente pessoas das Forças Especiais teriam motivo para atacar aquele monumento considerado uma afronta ao Exército. Nunca se apurou esse acontecimento que tudo leva a crer ser uma retaliação.

TESTEMUNHO DE LUIZ DE OLIVEIRA RODRIGUES

Luizinho não tem dúvida que foi o Exército que fez a explosão. O Monumento foi uma decisão da direção do Sindicato. Veio o Oscar Niemeyer que a Jessie Jane articulou como a gestora desse trabalho. O Luís Alberto Leite foi a pessoa da Prefeitura responsável por viabilizar financeira e concretamente a obra. As empresas que iam fazer a obra começaram a receber cartas anônimas ameaçadoras e todos os dirigentes também receberam cartas anônimas ameaçadoras. Então, como nenhuma empresa quis arriscar, o Luizinho foi com Albano alugar um guindaste pequeno para levantar as placas e encaixar no monumento. Nesse interim Luizinho foi ameaçado pessoalmente por um carro com agentes (acredita ser do serviço secreto do Exército) que queriam o empurrá-lo para dentro do carro suspeito para levá-lo, na frente do Sindicato dos Metalúrgicos.

LUIS ANTONIO VIEIRA ALBANO – TESTEMUNHO DA VERDADE – 6/11/14

Para Albano a explosão do monumento foi obra de milicos inconformados com a vitória da Greve e lembrança dos assassinatos dos três operário pelos militares ou de dentro do próprio Exército, gente da ativa, Comandos Especiais. O monumento foi construído e reconstruído com a força do peão, sem nenhuma empreiteira ou construtora, inclusive porque todas estavam sendo ameaçadas.

CARLOS ALEXANDRE HONORATO

Para Cerezo, a morte de Juarez, a explosão do monumento, o acidente do alto forno 3 e o assassinato do soldado testemunha da explosão fazem parte de um único processo de operação do CÓDIGO 12 operado pelo serviço secreto do Exército.

JESSE JANE VIEIRA DE SOUZA & COLOMBO VIEIRA DE SOUZA JUNIOR

Para Jesse Jane é uma covardia o boato que a direita difundiu de que "o casal terrorista" explodiu o monumento. Não há apenas indício, mas sim, certeza de que aquela bomba foi obra da extrema direita militar. O explosivo que não detonou não foi um erro, mas uma assinatura. O pobre soldado do 22º BIMtz que estava de plantão na hora em frente à casa de um oficial, declarou que viu as pessoas que colocaram a bomba e dias de pois foi assassinado. Nada foi apurado. Colombo explica que, para ele, a bomba que não explodiu não foi uma falha, mas uma espécie de assinatura do grupo de militares do Exército.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE
D. WALDYR CALHEIROS - VOLTA REDONDA

RECOMENDAÇÕES

DO

RELATÓRIO FINAL

GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

EM

VOLTA REDONDA

VOLTA REDONDA EM 10 DE SETEMBRO DE 2015

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE

D. WALDYR CALHEIROS - VOLTA REDONDA

1) CRIAÇÃO DE UM **MUSEU DOS DIREITOS HUMANOS D. WALDYR CALHEIROS** SOBRE OS 14 CASOS DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA;

2) ORGANIZAÇÃO PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE UM **FESTIVAL ESTUDANTIL DOS DIREITOS HUMANOS** COM APRESENTAÇÃO DE PEÇAS TEATRAIS, MÚSICAS, POESIAS E PAINÉIS ELABORADOS EM INTERDISCIPLINARIDADE PELOS ALUNOS E PROFESSORES;

3) **LEI MUNICIPAL** DE INCORPORAÇÃO DO ESTUDO DOS **DIREITOS HUMANOS** AO **CURRÍCULO ESCOLAR INTERDISCIPLINAR** PARA ESTUDO DOS **14 CASOS DO RELATÓRIO FINAL** DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE VOLTA REDONDA;

4) ABERTURA DE **INQUERITO CIVIL PÚBLICO** PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA APURAÇÃO DOS **14 CASOS** DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA;

5) **RECONHECIMENTO DAS MORTES** DOS OPERÁRIOS DA CSN, **WALMIR** DE FREITAS MONTEIRO, CARLOS AUGUSTO **BARROSO** E **WIILIAN** FERNANDES LEITE, NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 1988 NA GREVE DOS METALÚRGICOS NA USINA DA CSN COMO **ASSASSINATOS POLÍTICOS** DE RESPONSABILIDADE DO **ESTADO BRASILEIRO E A PUNIÇÃO DOS CULPADOS**;

6) A **REPARAÇÃO** PELA COMISSÃO NACIONAL DE **ANISTIA** DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA AOS **PAIS, IRMÃOS E FILHOS DESSES TRÊS OPERÁRIOS** MORTOS PELA 1ª BRIGADA DO EXÉRCITO QUE INVADIU A CSN E ATACOU OS METALÚRGICOS DENTRO DA USINA DA CSN, CONFIGURANDO-SE UMA **DITADURA CIVIL-MILITAR TARDIA** EM VOLTA REDONDA;

7) ABERTURA DE PROCESSO DA RESPONSABILIDADE DO **COMANDO DAS FORÇAS ESPECIAIS** DO EXÉRCITO NA **EXPLOSÃO** TERRORISTA DO **MONUMENTO 9 DE NOVEMBRO**, NO DIA 2 DE MAIO DE 1989 E O **ASSASSINATO** DO **SOLDADO CHARLES** FABIANO DA SILVA QUE ERA A PRINCIPAL **TESTEMUNHA** DO INQUÉRITO;

8) ABERTURA DE **PROCESSO** SOBRE A **MORTE DE JUAREZ ANTUNES**, LÍDER SINDICAL METALÚRGICO E PREFEITO DE VOLTA REDONDA, NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 1989 EM **ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO SUSPEITO**;

9) ABERTURA DE **INVESTIGAÇÃO** SOBRE A MORTE DO EX-VEREADOR **FELICIANO EUGÊNIO NETO**, DIRIGENTE DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, PRESO, TORTURADO E COM **MORTE SUSPEITA** NO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE SÃO PAULO AO DEIXAR O **DOI-CODI II** (SÃO PAULO), EM 1976;

10) RECONHECIMENTO DE **CULPA** DE GRAVES **VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANO**S PELA **COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL** NOS CASOS 1, 2, 3, 5, 6, 9, 10, 11 e 12;

11) ABERTURA DE **INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO** PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA EXIGIR DA **COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL** A ENTREGA DOS ARQUIVOS DE **DOCUMENTOS CONFIDENCIAIS** DO

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA DA USINA E DOS SERVIÇOS GERAIS (“ARQUIVO SUJO”) E DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES (**ASI-CSN**);

12) RECONHECIMENTO DE **CULPA** NOS CASOS DE GRAVES **VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS** EM VOLTA REDONDA PELO **EXÉRCITO** E ABERTURA DOS ARQUIVOS CONFIDENCIAIS DO 1º BIB E 22º BIMtz;

13) O PODER PÚBLICO MUNICIPAL DEVE INFORMAR AO MINSTÉRIO PÚBLICO FEDERAL OS **NOMES** DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS COM HOMENAGENS A **AUTORIDADES DA DITADURA** CIVIL-MILITAR E JUNTOS PROMOVER A **SUBSTITUIÇÃO** POR **NOMES** QUE SÃO RECONHECIDOS NA DEFESA DOS **DIREITOS HUMANOS**;

14) ABERTURA DE PROCESSO PELO **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** PARA TRANSFORMAÇÃO DO **ANTIGO QUARTEL** DO BATALHÃO DO EXÉRCITO EM BARRA MANSA (1º BIB/22º BIMtz) EM **CENTRO DE MEMÓRIA SOBRE A DITADURA** CIVIL-MILITAR, AS PRISÕES E AS TORTURAS;

15) EDIFICAÇÃO DE UM **MONUMENTO** AOS QUATRO **SOLDADOS** (GEOMAR RIBEIRO DA SILVA, JUAREZ MONÇÃO VITOTE, VANDERLEI DE OLIVEIRA E ROBERTO VICENTE DA SILVA) **MORTOS EM TORTURAS** NO PAVILHÃO DO ARQUIVO NO ANTIGO **1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA** (1ºBIB);

16) RECONHECIMENTO DOS **QUATRO SOLDADOS TORTURADOS E MORTOS E DOS ONZE SOLDADOS TORTURADOS SOBREVIVENTES** NO 1º BIB COMO **PRESOS POLÍTICOS** DO ESTADO BRASILEIRO E SUAS DEVIDAS REPARAÇÕES AOS PAIS E IRMÃOS PELA COMISSÃO NACIONAL DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA;

17) **APOIO PSICOLÓGICO** DE CLÍNICA DO TESTEMUNHO ÀS **PESSOAS E AOS FAMILIARES** QUE SOFRERAM AS **GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS** EM VOLTA REDONDA;

18) EFETIVAÇÃO, PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, NO **CALENDÁRIO CÍVICO** MUNICIPAL, DA DATA "**9 DE NOVEMBRO**" , DIA DAS MORTES DOS OPERÁRIOS **WALMIR**, **BARROSO** E **WILLIAN** NA CSN, COM ATIVIDADES NAS ESCOLAS PÚBLICAS;

19) INCORPORAÇÃO AO CALENDÁRIO CÍVICO MUNICIPAL, PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, DA DATA "**12 DE JANEIRO**", DIA DAS **TORTURAS FATAIS** SOBRE OS SOLDADOS VOLTAREDONDENSES **GEOMAR**, **MONÇÃO**, **VICENTE** E **VANDERLEI**;

20) ADICIONAR À **LISTA OFICIAL** DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE OS **NOMES** DOS **ATINGIDOS** E DOS **VIOLADORES** NOS **14 CASOS** DE GRAVES **VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS** EM **VOLTA REDONDA** APURADOS PELAS PESQUISAS DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS;

21) ADICIONAR À LISTA OFICIAL DE **MORTOS E DESAPARECIDOS** DA **COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE**, OS NOMES DE **WALMIR** DE FREITAS MONTEIRO, **WIILIAN** FERNANDES LEITE, CARLOS AUGUSTO **BARROSO**, **GEOMAR** RIBEIRO DA SILVA, JUAREZ **MONÇÃO** VITOTE, **VANDERLEI** DE OLIVEIRA, ROBERTO **VICENTE** DA SILVA E **FELICIANO** EUGÊNIO NETO.

“DEDICAMOS ESTE RELATÓRIO À MEMÓRIA DE TODOS QUE LUTARAM CONTRA A DITADURA E QUE SOFRERAM AS CONSEQUÊNCIAS TRAUMÁTICAS DO SISTEMA DE REPRESSÃO TIRÂNICO E SUAS PERVERSAS E VIOLENTAS AÇÕES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS, NA ESPERANÇA DE QUE NUNCA MAIS SEJA RESTAURADO E QUE A DEMOCRACIA E A JUSTIÇA SOCIAL PARA SEMPRE SE APERFEIÇOEM E SE CONSOLIDEM”.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE

D. WALDYR CALHEIROS DE VOLTA REDONDA

10 DE SETEMRO DE 2015